

2019

A series of stylized, orange and red paper cut figures holding hands in a line, set against a warm, yellow-to-orange gradient background. The figures are simple, with rounded heads and rectangular bodies, creating a sense of community and unity.

---

# Os Novos Desafios da Sociologia Brasileira

---

**1**  
volume

Organizador:

*Cosme Oliveira Moura Junior*

The logo for Pascal Editora, featuring a stylized green and white book icon above the text "Pascal Editora".

**Pascal**  
Editora

**COSME OLIVEIRA MOURA JUNIOR**  
**(Organizador)**

**OS NOVOS DESAFIOS**  
**DA**  
**SOCIOLOGIA BRASILEIRA**

**VOLUME 1**

**EDITORA PASCAL**  
**2019**

**2019 - Copyright© da Editora Pascal**

**Editor Chefe:** Prof. Dr. Patrício Moreira de Araújo Filho

**Edição e Diagramação:** Prof. M.Sc. Eduardo Mendonça Pinheiro

**Edição de Arte:** Marcos Clyver dos Santos Oliveira

**Revisão:** Os autores

**Conselho Editorial**

Dr. Diogo Guagliardo Neves

Dr. Raimundo Luna Neres

M.Sc. Eduardo Oliveira Pereira

M.Sc. José Ribamar Neres Costa

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

**O81est**

Coletânea Os Novos Desafios da Sociologia Brasileira / Cosme Oliveira Moura Junior (Organizador). São Luís (MA): Editora Pascal LTDA, 2019.

381 p.; il. : 1 v.

Formato: PDF

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN: 978-65-80751-09-9

D.O.I.: 10.29327/58885

1. Sociologia. 2. Desafio. 3. Avanços. I. Título.

CDD: B869.8

301

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

**2019**

[www.editorapascal.com.br](http://www.editorapascal.com.br)

contato@editorapascal.com.br

# APRESENTAÇÃO

*"Diante da vastidão do tempo e da imensidão do universo, é um imenso prazer para mim dividir um planeta e uma época com você."* (Carl Sagan)

Primeiramente, gostaria de evidenciar as bases elementares do conceito de ciência, ou seja, a relevância, a originalidade e viabilidade, além é claro da publicidade. A relevância significa a importância do trabalho científico como contribuição para implementação de novas tecnologias aplicadas ou melhoramento de processos práticos na base epistemológica. Segue-se para a originalidade e viabilidade, a primeira retrata o caráter inovador das reflexões científicas, já a viabilidade demonstra a possibilidade concreta de estudo de um objeto cognoscente possível. Por fim, o elemento que dá sustentáculo às iniciativas da Editora Pascal, ou melhor, a publicização das pesquisas.

Neste interim, o espírito científico da epistemologia bachelariana, a dúvida metódica do racionalismo cartesiano, a experiência imaginária da física teórica de Albert Einstein (Geometria e experiência, 1921), o pragmatismo realista das análises de Peter Drucker (1999)<sup>1</sup>, o neorrealismo estrutural de Kenneth Waltz (2004)<sup>2</sup>, a busca da superação da agnoscis platônica, enfim a apoteose da análise reflexiva sobre objetos materiais ou formais na produção rigorosa de trabalhos científicos e sua fase final de publicação e submissão ao crivo da falseabilidade retratada por Thomas Kuhn (1997)<sup>3</sup>, estruturam as convergências heterodoxas desta coletânea.

Esta coletânea Os novos desafios da sociologia brasileira organizada em parceria com a Editora Pascal destacam um bem fundamentado e relevante mosaico de estudos da teoria social e suas nuances nas diversas áreas da vida em sociedade, de questões da relação entre interações sociais e saúde, passando pelos novos fenômenos que se relacionam a novos paradigmas do direito, relações internacionais, educação, gênero, relações de trabalho, problemas sociais até debates clássicos e contemporâneos da teoria social.

Pode-se evidenciar que esta publicação representa um compêndio bem democrático, pois se destaca a construção de um campo de debate e apresentação de temáticas relevantes que contribuem para a teoria social de modo plural, multidisciplinar e inovador.

Sob meu viés pragmático (no sentido gerencial) realista (no sentido clássico) esta coletânea transita entre a teoria e estudos de casos práticos como relações de riscos no trabalho, adicionais de insalubridade, análise de políticas públicas, aplicações de temáticas em sala de aula, e lógico a apresentação da teoria realista e estruturalista das relações internacionais defendida pelo artigo que contribuo.

Deste modo, esta publicação é grandiosa por alimentar os curiosos numa jornada em busca por processos de inovação tecnológica e comunicacional, melhoramento e problematização da questão social e ainda no mergulho em reflexões sobre ciência e tecnologia contextualizados nos fenômenos das redes sociais.

As perspectivas de análise e reflexão aqui presentes, vão para além das bases teóricas que adoto como lentes e pinças reflexivas, ou seja, o pragmatismo da escola americana com mesclas do neorrealismo estrutural de Waltz (2004). Mas, como defensor da pluralidade e do debate voltado para as liberdades, no sentido voltairiano, condecoro esta edição da Editora Pascal com o famoso jargão de Sherlock Holmes<sup>4</sup>: "elementar, elementar".

**Cosme Oliveira Moura Júnior**

Organizador

1 DRUCKER, Peter. Administrando em Tempos de Grandes Mudanças. São Paulo: Pioneira, 1999

2 WALTZ, Kenneth N. O Homem, o Estado e a Guerra: uma análise teórica. São Paulo: Martins Fontes, 2004, 331p.

3 KUHN, Thomas S. A estrutura das revoluções científicas. 5. ed. São Paulo: Editora Perspectiva S.A, 1997.

4 Personagem clássico da obra de Arthur Conan Doyle

# SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1.....</b>	<b>7</b>
<b>ESPAÇOS PÚBLICOS DE PARTICIPAÇÃO NAS POLÍTICAS SOCIAIS NO PIAUÍ: AVANÇOS E LIMITES</b>	
Francisco Mesquita de Oliveira	
<b>CAPÍTULO 2 .....</b>	<b>32</b>
<b>MAX WEBER, KARL MARX E A TEODICEIA</b>	
Eduardo Lopes Cabral Maia, Eduardo Rosa Guedes, Jordana de Moraes Neves	
<b>CAPÍTULO 3 .....</b>	<b>47</b>
<b>COMO AS INTERAÇÕES ENTRE TRABALHO E SAÚDE (MENTAL) PERMEIAM O CUIDADO EM SAÚDE NA ATENÇÃO PRIMÁRIA?</b>	
Liana Cristina Dalla Vecchia Pereira, Teresa Kleba Lisboa	
<b>CAPÍTULO 4.....</b>	<b>62</b>
<b>A SOCIOLOGIA DA RECEPÇÃO DE OBRAS INTELECTUAIS: UM ESTUDO SOBRE FONTES DE TRADUÇÃO E MINDSETS QUE NORTEARAM A IMPORTAÇÃO DAS IDEIAS DE MAX WEBER</b>	
Márcio José Rosa de Carvalho	
<b>CAPÍTULO 5.....</b>	<b>81</b>
<b>DIREITO E TECNOLOGIA: A POSSÍVEL RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E CRIMINAL DO “DIGITAL INFLUENCER”</b>	
Moisés Augusto Chaves	
<b>CAPÍTULO 6.....</b>	<b>95</b>
<b>ADICIONAL DE PERICULOSIDADE: ÁREA DE RISCO POR ARMAZENAGEM DE INFLAMÁVEIS LÍQUIDOS EM TANQUES INSTALADOS NO INTERIOR DE PRÉDIOS</b>	
Pâmella da Silva Rocha	
<b>CAPÍTULO 7.....</b>	<b>118</b>
<b>CAMINHOS DA REPRODUÇÃO DE DESIGUALDADES SOCIAIS: ENTRE VALORES E OCUPAÇÕES</b>	
Cibele Ventura Vieira Satuf	
<b>CAPÍTULO 8.....</b>	<b>134</b>
<b>TEMÁTICAS SOCIOLÓGICAS NA SALA DE AULA SOB A PERSPECTIVA DOS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO</b>	
Vagna Brito de Lima, Newton Malveira Freire, Mayara Tâmea Santos Soares	

<b>CAPÍTULO 9.....</b>	<b>150</b>
<b>EDUCAÇÃO MATEMÁTICA PARA A CIDADANIA</b>	
Raimundo José Barbosa Brandão	
<b>CAPÍTULO 10.....</b>	<b>165</b>
<b>USOS E SIGNIFICADOS DAS TECNOLOGIAS SOCIAIS: UMA CONTRIBUIÇÃO TEÓRICO METODOLÓGICA PARA OS ESTUDOS SOBRE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO</b>	
Luciane Patricio Barbosa Martins, Ludmila Rodrigues Antunes, Esther Pinho da Silva, Evelyn Lopes Pereira da Silva	
<b>CAPÍTULO 11.....</b>	<b>188</b>
<b>TENSÕES E ENTRELAÇAMENTOS NA SOCIEDADE PÓS-SECULAR HABERMASIANA: REFLEXÃO INICIAL SOBRE A TRADUÇÃO COOPERATIVA DOS CONTEÚDOS RELIGIOSOS</b>	
Roseane da Conceição Lôbo Santos	
<b>CAPÍTULO 12.....</b>	<b>203</b>
<b>PROFISSIONAIS DA POLÍTICA: SUCESSÃO DO PODER ATRAVÉS DE LIDERANÇAS CONSOLIDADAS A NÍVEL REGIONAL E NACIONAL</b>	
Bruno Moraes Costa	
<b>CAPÍTULO 13.....</b>	<b>221</b>
<b>DIREITO PREVIDENCIÁRIO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: ESPECIFICIDADES DA LEI COMPLEMENTAR Nº 142/2013 REGULAMENTADORA DO §1º, ARTIGO 201, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL</b>	
Laís Modesto Ferreira Rosa, Ana Carolina Gomes Ribeiro da Silva, Alex Augusto de Andrade	
<b>CAPÍTULO 14.....</b>	<b>237</b>
<b>SER <i>OUTSIDER</i>: OS DESAFIOS DA MULHER NEGRA EM TRAJETÓRIAS DE ASCENSÃO</b>	
Andréa Franco Lima e Silva	
<b>CAPÍTULO 15.....</b>	<b>250</b>
<b>O FUTEBOL GAÚCHO NA PERSPECTIVA DA DECOLONIALIDADE</b>	
Otávio Nogueira Balzano, João Alberto Steffen Munsberg, Gilberto Ferreira da Silva	

<b>CAPÍTULO 16.....</b>	<b>257</b>
<b>PERCEPÇÃO DO SIGNIFICADO DO CONCEITO DE MÉDIA ARITMÉTICA POR ESTUDANTES DE UM CURSO DE MATEMÁTICA LICENCIATURA</b>	
Raimundo José Barbosa Brandão	
<b>CAPÍTULO 17.....</b>	<b>271</b>
<b>O PROTAGONISMO TEM COR E TEM GÊNERO: MULHERES NEGRAS E SUA ARTICULAÇÃO NOS MOVIMENTOS ANTIRRACISTAS, ENFATICAMENTE NA PASTORAL AFRO-BRASILEIRA</b>	
Camila Moraes de Oliveira	
<b>CAPÍTULO 18.....</b>	<b>282</b>
<b>PARA UMA TEORIA DE ANÁLISE ESPORTIVA DA APEF: NORBERT ELIAS E PIERRE BOURDIEU</b>	
Elias Martins, Francisco Xavier Freire Rodrigues	
<b>CAPÍTULO 19.....</b>	<b>300</b>
<b>OS JOVENS E O YOUTUBE: UM ESTUDO SOBRE NOVAS SOCIABILIDADES CONTEMPORÂNEAS</b>	
Isla Antonello Terrana de Melo Bezerra Brito	
<b>CAPÍTULO 20.....</b>	<b>317</b>
<b>CRÍTICA CINEMATOGRAFICA NA BAHIA DO SÉCULO XX: OS OLHARES DE WALTER DA SILVEIRA E ANDRÉ SETARO SOBRE A RELAÇÃO ENTRE CINEMA E SOCIEDADE</b>	
Rodrigo Oliveira Lessa, Bruno Vilas Boas Bispo, Filipe Santos Baqueiro Cerqueira	
<b>CAPÍTULO 21.....</b>	<b>340</b>
<b>HISTÓRIA, ECONOMIA E POLÍTICA INTERNACIONAL CONTEMPORÂNEA, REALISMO, IDEALISMO, GUERRA E COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO: ENTRE O AMOR E A BOMBA</b>	
Cosme Oliveira Moura Junior, Bianca Rafaelle Vieira Serra Moura, Gabriel Nava Lima	
<b>CAPÍTULO 22.....</b>	<b>355</b>
<b>ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E INTERAÇÕES ESPACIAIS DA CRIMINALIDADE NO ESTADO DA BAHIA</b>	
Maria Madalena Souza dos Anjos Neta	
<b>AUTORES.....</b>	<b>373</b>
<b>ORGANIZADOR.....</b>	<b>384</b>

# CAPÍTULO 1

## **ESPAÇOS PÚBLICOS DE PARTICIPAÇÃO NAS POLÍTICAS SOCIAIS NO PIAUÍ: AVANÇOS E LIMITES<sup>1</sup>**

PUBLIC AREAS OF PARTICIPATION IN SOCIAL POLICIES IN PIAUÍ:  
ADVANCES AND LIMITS

**Francisco Mesquita de Oliveira**

---

<sup>1</sup> Este texto foi copilado do relatório de pesquisa sobre Conselhos Estaduais de Direitos em Políticas Públicas, realizada pelo autor no Estado do Piauí em 2018, em parceria com a CEPRO e apoio financeiro da fundação de pesquisa estadual FAPEPI.



## Resumo

**E**spaços públicos de participação nas políticas sociais no Estado do Piauí, é o resultado parcial de uma pesquisa sobre os Conselhos Estaduais de Direitos em Políticas Públicas, realizada no ano de 2018, com objetivo de analisar a composição e o funcionamento dos Conselhos Estaduais e diagnosticar a participação dos movimentos sociais nesses espaços. Este trabalho aborda aspectos teóricos relacionados ao funcionamento desses espaços, as competências e dinâmicas que perpassam as relações estabelecidas entre a sociedade civil e o Estado e fundamenta-se nas ideias Dagnino (2002), Gohn (2001) e Abers et al (2014). Para tanto, prioriza-se, neste trabalho, abordagem metodológica qualitativa, com análises de documentos que subsidiam a regulamentação desses espaços de participação. Os resultados da pesquisa apontam que os quatorze conselhos estaduais pesquisados estão institucionalizados, atuam em políticas públicas específicas, maioria tem composição paritária, são de natureza propositiva, assessoramento e controle social de políticas públicas. Mas, eles apresentam pouca articulação entre si e alguns oferecem baixa resolutividade na área que atuam.

**Palavras-chave:** Conselhos de políticas públicas. Sociedade Civil. Participação.

## Abstract

**P**ublic spaces of participation in social policies in the State of Piauí, is the partial result of a research on State Councils of Rights in Public Policies, carried out in 2018, aiming to analyze the composition and functioning of the State Councils and of diagnosis the participation of social movements in these spaces. This paper approaches theoretical aspects related to the functioning of these spaces, such as competences and dynamics that permeate as related relations between civil society and state and is based on the ideas of Dagnino (2002), Gohn (2001) and Abers et al (2014). Therefore, the qualitative methodological approach is prioritized in this work, with analysis of documents that subsidize the participation spaces. The research results indicate which statistical research councils are being institutionalized, acting in public policies, using the equal composition, are of the proposed nature, evaluate and control public social policies. But they have little articulation with each other and some have low resolution in the area that operates.

**Keywords:** Public Policy Councils. Civil society. Participation.



## Considerações iniciais

Os Conselhos de Direito em Políticas Públicas foram institucionalizados na Constituição Federal brasileira de 1988 como órgãos coletivos relevantes à sociedade. Os princípios constitucionais ordenam sua atuação, incentivam a participação cidadã na gestão das políticas sociais e autorizam a criação de legislações específicas nos estados e municípios. Dessa forma, a participação popular, ação dos movimentos sociais e de cidadãos, desde os anos de 1980, fortalece a inserção social nas políticas públicas e configura um campo de interseção entre sociedade e governos, gerando um ambiente de disputas de interesses diversos (GOHN, 2001; TATAGIBA, 2002; ABERS, et al., 2014).

O texto constitucional também define os direitos de educação, saúde, trabalho, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados. É em torno da efetivação desses direitos que a sociedade civil, no Brasil, vem exercitando a participação cidadã nos conselhos de políticas públicas ao longo dos últimos 30 anos. Os conselhos de direito de políticas públicas surgem num ambiente legítimo, como ponto de encontro entre Estado e sociedade civil (DAGNINO, 2002; TEIXEIRA, 2002), para exercer controle social, negociar e defender direitos sociais.

A legislação piauiense até o ano de 2018 institucionalizou vinte e um Conselhos Estaduais de Direitos em Políticas Públicas, aqui denominados espaços públicos de participação, analisados por meio de uma pesquisa cujo objetivo foi verificar a composição, o funcionamento e as competências para produzir um diagnóstico da participação dos movimentos sociais nesses espaços de participação.

Este trabalho, em sua abordagem, prioriza a metodologia qualitativa e as técnicas de análise documental. Ele está articulado em três blocos de discussão: os conselhos de direitos em políticas públicas; conselhos setoriais de políticas específicas; e conselhos de direitos de políticas de gerações. O foco geral da discussão são os aspectos legais constitutivos desses espaços públicos de participação no Estado do Piauí.

## Conselhos de direitos em políticas públicas no Piauí

Esses espaços públicos de participação, conforme o artigo 2º e inciso XV, do Decreto Estadual nº 17.083, de 03 de abril de 2017, são “órgãos criados pelo Poder Público para atuar como instância consultiva, na respectiva área de atuação, na formulação, implementação, acompanhamento, monitoramento e avaliação de políticas públicas” (PIAUI, 2017, s/p). Essa definição aponta a natureza dos conselhos



e indica a linha de atuação deles no Piauí. Porém, outra definição, no sentido relacional e abrangente os aponta como “ponto de encontro” entre sociedade e Estado. Eles se tornaram, ao longo dos anos, lócus de empoderamento de lideranças, de peleja, de disputa e de construção de consenso sobre políticas públicas (DAGNINO, 2002; TATAGIBA, 2002).

Cada conselho de direito de políticas públicas no Piauí, a exemplo do que ocorre em âmbito nacional, tem uma legislação própria que normatiza seu funcionamento, composição e atuação. Para alguns conselhos, foram criadas leis ordinárias, como as do Conselho Estadual de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Conselho Estadual do FUNDEB), Conselho de Políticas de Combate à Pobreza, do Conselho Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas (CEPD), o Conselho Estadual dos Direitos da Juventude, Conselho Estadual de Assistência Social e Conselho Estadual de Saúde (CES). Já o Conselho Estadual de Cultura (CEC) foi criado por decreto.

Embora a institucionalização dos conselhos de políticas públicas seja uma conquista da sociedade civil brasileira, assegurada na Constituição de 1988, que determina sua instituição no território nacional, no Estado do Piauí, bem antes do marco constitucional supracitado já existia experiência de Conselhos. É o caso, por exemplo, do Conselho Estadual de Cultura e do Conselho Estadual de Educação (CEE). O primeiro foi criado com o Decreto nº 631 de 12 de outubro de 1965, já o segundo foi instituído pela Lei nº 2.489, de 20 de novembro de 1963. Com mais de meio século em funcionamento, com as devidas alterações, esses dois conselhos são os órgãos colegiados de assessoria e deliberação com mais tempo em funcionamento no Piauí. Embora o Conselho de Cultura ainda hoje seja “diretamente subordinado ao governador do Estado<sup>1</sup>”, como determina o art. 1º do referido decreto, no ano de 2015 ele foi vinculado à Secretaria Estadual de Cultura. Sua composição constitui-se de 09 (nove) membros, sendo 03 (três) indicados pelo poder executivo; 03 (três) pelo o poder legislativo e 03 (três) por entidades representativas da área cultural, nomeados pelo governador.

Pelo decreto que o instituiu, esse conselho tem por finalidade a realização de “estudos e promoção de programas relacionados com a defesa do patrimônio cultural do Estado, a promoção e defesa da cultura e aperfeiçoamento cultural do povo piauiense” (PIAUI, 1965, s/p). Além disso, o Regimento Interno desse Conselho, de fevereiro de 2017, inclui mais uma finalidade relacionada ao aspecto do controle social em atividades culturais: “acompanhamento, fiscalização e avaliação de atividades culturais que recebam recursos públicos estaduais para sua realização” (COSTA, 2017, p. 41). Com todas as atualizações legislativas o CEC tornou-se órgão colegiado de assessoria, deliberação, normatividade e controle social. Bem mais abrangente do que era na época do seu surgimento, mas numericamente ele mantém a composição inicial.

---

1 Somente com a Lei nº 6.673 de 2015 que o CEC foi integrado a estrutura da Secretaria Estadual de Cultura.

O Conselho Estadual de Educação foi instituído com a Lei nº 2.489, de 20 de novembro de 1963, atualizado na Lei nº 4.600 de 30 de junho de 1993 e Regimento Interno aprovado no ano de 2001. Diferente dos conselhos de direitos, este é um conselho normativo com atuação no âmbito do sistema estadual de ensino. Por lei, não há obrigatoriedade de participação da sociedade civil e tão pouco existe paridade na sua composição. Seus membros são indicados pelo governador, oriundos de entidades da área da educação, de pais e alunos, com experiência educacional reconhecida e aprovados pelo poder legislativo estadual. Atualmente, o Regimento Interno o CEE determina uma composição de 13 (treze) membros titulares e 03 (três) suplentes.

Em síntese, suas competências principais são: promover, orientar e disciplinar as instituições do Sistema de Ensino do Estado do Piauí, conforme detalha o artigo 6º do Regimento Interno, que estabelece:

(...) II - Aprovar o Plano Estadual de Educação e projetos elaborados pelos órgãos próprios da Administração dos Sistemas de Ensino; (...) V - Assessorar o Secretário de Educação no diagnóstico de problemas e deliberar sobre medidas para aperfeiçoar o sistema de ensino; VI - Autorizar formas diversas de organização do ensino e experiências pedagógicas, nos termos da Lei 9.394/96; VII - Autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar os cursos das Instituições de Educação Superior e os estabelecimentos de seu sistema de ensino, conforme art.10 inciso IX, Lei 9.394/96, ressalvado o que estabelece o disposto no art. 42 § 1º da Lei 5.101/99 sobre a autonomia das Universidades; VIII - Analisar e emitir parecer sobre questões relativas à aplicação da legislação educacional e baixar normas complementares que assegurem o cumprimento das diretrizes da legislação nacional no âmbito do Sistema Estadual; (...) X - Fixar normas, dentre outras, sobre: a) Autorização e reconhecimento de estabelecimento pertencente ao Sistema Estadual de Ensino; b) Elaboração e reformulação de regimento dos estabelecimentos de ensino sob sua jurisdição; c) Aproveitamento e equivalência de estudos; d) Transferência de alunos e; e) Ensino supletivo, realização de exames e composição de banca examinadora e; XI - Promover Seminários de Estudo sobre temas de relevância para a educação, por iniciativa própria ou em parceria com a Secretaria de Educação ou a Universidade Estadual (CEE, 2001, s/p).

O CEE autoriza funcionamento de instituição de educação e de cursos no ensino fundamental e superior público estadual e privado, abre sindicância para investigação de instituições e aprova Plano Educacional Estadual, entre outras atribuições, como as estabelecidas acima.

A participação popular nas políticas públicas de saúde, de assistência social e de educação, por meio dos conselhos de direitos, no Estado do Piauí, está assegurada na Constituição Estadual de 1989. No âmbito da política pública de educação, a participação da população e o controle social estão garantidos nos artigos 219 e 220 da citada Constituição, que dispõem o seguinte:



(...) a lei garantirá participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações do sistema educacional do Estado, em todos os níveis. (...) Os órgãos normativos e consultivos de caráter permanente do sistema educacional terão seus membros indicados pelo Governador do Estado, que os recrutará nas entidades representativas do magistério, dos pais e dos estudantes, submetendo-os à aprovação da Assembleia Legislativa (PIAUÍ, 2013, s/p).

No que se refere à saúde, o artigo 204, parágrafo primeiro, da citada Constituição, assegura a participação com a criação do Conselho Estadual e conselhos municipais de saúde, como determinado abaixo:

a participação popular no sistema único de saúde será assegurada pela *criação do conselho estadual e conselhos municipais de saúde*, composto paritariamente por órgãos públicos, entidades representativas do setor, reconhecidos por lei, e representantes dos beneficiários do sistema de saúde do Estado e dos Municípios, com poder deliberativo e sob a coordenação das secretarias de saúde estadual e municipais (PIAUÍ, 2013, s/p – grifos nossos).

Como se observa na Carta Magna do Piauí, o Conselho Estadual de Saúde, pertencente à estrutura da Secretaria de Estado da Saúde, é tripartite, com participação de representantes do governo, representantes de entidades da área da saúde e representantes da população usuária do sistema de saúde. As competências do conselho estão determinadas no artigo 1º da Lei nº 6.036, de 17 de dezembro de 2010, e é dotado de amplos poderes para proposição, deliberação, normatização e fiscalização na política estadual de saúde:

I - definir as prioridades das ações de saúde, em harmonia com as diretrizes emanadas da Conferência Estadual de Saúde; II - *atuar na formulação de estratégias e no controle da execução da Política Estadual de Saúde no âmbito do Estado do Piauí*; III - *acompanhar, avaliar e fiscalizar o funcionamento dos serviços de saúde prestados à população por pessoas físicas e jurídicas, de natureza pública ou privada, integrantes do SUS, no Estado do Piauí*; IV - *definir critérios e aprovar a celebração de contratos e convênios, como também a renovação destes, entre o setor público e entidades privadas no que tange à prestação de serviços de saúde*; (...) VIII - *apreciar, analisar e aprovar a proposta do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual da Secretaria da Saúde*; IX - *apreciar, analisar e aprovar o Plano de Aplicação e Prestação de Contas do Fundo Estadual de Saúde, bem como acompanhar e fiscalizar sua movimentação*; X - *apreciar, analisar e aprovar os Relatórios de Gestão do Sistema Único de Saúde, apresentados pelo gestor estadual*; XI - *apreciar, analisar e deliberar sobre as políticas setoriais de saúde, bem como acompanhar e fiscalizar sua implementação*; (...) XIV - *criar canais para discussão, sugestões, queixas e denúncias sobre omissões e ações praticadas por pessoas físicas e jurídicas, de direito público e privado, gestores e/ou prestadores de serviços na área da saúde, procedendo à análise e consequente emissão de pareceres e resoluções que se fizerem necessárias*; XV - *difundir informações que possibilitem à população do Estado o amplo conhecimento do SUS*; (PIAUÍ, 2010, s/p – grifos nossos).

Esse leque de competências, sem dúvida, por um lado, empodera a sociedade



civil participante do conselho, por outro, constitui sério desafio aos conselheiros que, para atuar de forma efetiva, necessitam de capacitação e atualização constante. O conselheiro para desempenhar bem sua função de proposição, tomar decisões, propor normas para o sistema e exercer a fiscalização, precisa se atualizar na legislação da área, mas, principalmente, estudar a política geral de saúde, atualizar-se sobre a realidade de saúde da população pois as políticas estaduais nessa área integram a política nacional.

No que diz respeito à política pública de assistência social, a participação da população na formulação e controle também está claramente determinada na Constituição Estadual, em seu artigo 214, parágrafo único, onde estabelece que:

*a participação popular na formulação da política e no controle das ações de assistência social será assegurada, nos termos da lei, por meio de organizações representativas da sociedade, que formarão o Conselho Estadual de Assistência Social, paritário e consultivo (PIAUI, 2013, s/p – grifos nossos).*

O Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS) foi criado na Lei nº 4.818 de 29 de dezembro de 1995, vinculado a estrutura da Secretaria de Assistência Social e Cidadania do Estado do Piauí (SASC). Ele é propositivo, consultivo e de controle social, composto por representantes da sociedade e representantes de órgãos públicos estaduais. Diferente do conselho de saúde, este é paritário, isto é, compõe-se de duas partes iguais numericamente, com 36 (trinta e seis) membros, dos quais 18 (dezoito) são titulares e os demais suplentes, com igual número entre os representantes da sociedade e do governo. Os representantes da sociedade civil, conforme norteia o Regimento Interno, são distribuídos em 03 (três) representações dos usuários ou de organizações de usuários da assistência social; 03 (três) representando as entidades e organizações da assistência social e; 03 (três) representando os trabalhadores do setor da assistência social.

O artigo 12 da Lei nº 4.818, criou o referido conselho e definiu suas competências. A seguir, apresenta-se uma síntese de suas atribuições, conforme o Regimento Interno do Conselho:

*I - aprovar a Política Estadual da Assistência Social; II - exercer o controle social da Política Estadual da Assistência Social; III - normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social; IV - acompanhar e fiscalizar o processo de certificação das entidades e organizações da assistência social no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; (...) IX - apreciar e aprovar a proposta orçamentária da assistência social a ser encaminhada pelo Secretaria da Assistência Social e Cidadania - SASC; X - aprovar critérios de transferência de recursos para os Municípios considerando, para tanto, indicadores que informem sua regionalização mais equitativa, tais como: população, renda per capita, mortalidade infantil e concentração de renda, além de disciplinar os procedimentos de repasse de recursos às entidades e organizações da assistência social, sem prejuízo das disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias; XI - acompanhar e avaliar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos programas e projetos aprovados; XII -*



*estabelecer diretrizes, apreciar e aprovar os programas anuais e plurianuais do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS; XIII - apreciar e aprovar os relatórios trimestrais de execução orçamentária do Fundo Estadual de Assistência Social, apresentados pela Secretaria da Assistência Social e Cidadania - SASC; (...) (CEAS, 2011, s/p – grifos nossos)*

Os conselheiros da política de assistência social, representantes da sociedade civil, pela competência de deliberação, fiscalização e demais atribuições do Conselho, veem-se desafiados a dar conta de um rol de funções que lhes exigem domínio e competência pessoal no entendimento dessa política. Os conselheiros governamentais têm mais facilidades em exercerem suas funções, vez que, por estarem inseridos na estrutura estatal e já lidarem com as políticas sociais no seu cotidiano, torna-se mais fácil o exercício da função. Essa situação de desnível nas condições objetivas de atuação dos conselheiros requer das entidades da sociedade civil resposta ao desafio da qualificação de seus membros para o exercício da função com capacidade.

Outro conselho no âmbito da política estadual é o de Defesa dos Direitos Humanos (CEDDH), instituído pela Lei nº 5.089, de 18 de outubro de 1999, que estabelece um colegiado de caráter geral, com a finalidade de garantir os direitos humanos da sociedade. Sua composição são 20 membros titulares e seus suplentes, para mandato de dois anos. A paridade do conselho foi regulamentada por decreto no ano de 2007.

O Regimento Interno do CEDDH, em seu artigo 2º, aponta três finalidades: “promover o respeito aos direitos da pessoa humana”; “empreender esforços (...) na formulação de políticas públicas” que garanta os direitos humanos e; estabelecer “medidas administrativas ou judiciais” para fazer valer a defesa e proteção desses direitos (CEDDH, s/d). Em suas competências este conselho difere dos até aqui analisados, pois aqueles são de direitos, propositivos, deliberativos e de controle social no âmbito das políticas públicas, este é especificamente de defesa dos direitos humanos. Pelo artigo 7º da Lei que o criou o Conselho apresenta as seguintes competências:

*(...) II - propor as diretrizes para o poder público estadual atuar nas questões dos direitos humanos; III - auxiliar o poder público estadual a desempenhar suas atividades dentro do respeito aos direitos humanos; IV - propor mecanismos legais que permitam a institucionalização da promoção dos direitos humanos, como missão primordial do poder público estadual; (...) VIII - denunciar e investigar violações dos direitos humanos ocorridos no Estado do Piauí; IX - receber e encaminhar às autoridades competentes petições, representações, denúncias ou queixas de qualquer pessoa ou entidades por desrespeito aos direitos individuais e coletivos assegurados na legislação em vigor; (...) XVI - solicitar às autoridades competentes a designação de servidores públicos para o exercício de atividades específicas (PIAUI, 1999, s/p – grifos nossos).*

O CEDDH, pelo que se observa na epígrafe supracitada, pauta-se na concepção de direitos humanos liberais, ocupando-se das garantias e liberdades individuais,



oriundas das conquistas da primeira geração dos direitos de cidadania do século XVIII, na Inglaterra, os direitos civis. São as liberdades individuais, que no Brasil, em sua plenitude, foram conquistadas do século XX. Porém, o conjunto dos direitos de cidadania constituem num tripé: direitos civis, políticos e sociais (CARVALHO, 2004). As liberdades individuais (direito de ir e vir, de livre expressão, de inviolabilidade da habitação, de associação, etc.); direitos políticos (de votar e ser votado, de representar e de participar da vida política de sua comunidade) e direitos sociais (direito à educação, à saúde, à habitação, ao trabalho, a cultura), enfim, direito de viver com dignidade, que, no caso brasileiro, só foram conquistados plenamente, na lei, com a Constituição de 1988. Analisado os conselhos de direitos em políticas públicas, passamos agora a leitura sobre os conselhos de políticas públicas setoriais.

## Conselhos de direitos em políticas públicas setoriais específicas

Para efeito desse estudo, conselhos de direitos em políticas públicas setoriais específicas são espaços coletivos estaduais, que atuam numa determinada política pública, com objetivo de acompanhar às demandas da sociedade, no que se refere a política pública de desenvolvimento da educação básica e valorização dos profissionais da educação, políticas públicas sobre drogas, política de economia solidária e política de combate à pobreza, dentre outras.

O Conselho Estadual de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Conselho Estadual do FUNDEB) foi criado pela Lei nº 5.708, de 18 de dezembro de 2007, e, conforme o artigo 2º e seus incisos, se constitui de 12 (doze)<sup>2</sup> membros titulares com igual número de suplentes<sup>3</sup>. O referido Conselho tem mandato de dois anos, não é vinculado a nenhum órgão público e não é paritário (PIAUI, 2007).

A lei estadual impede aos representantes do governo candidatura ao cargo de presidente e vice-presidente do conselho. Aparentemente, os impedimentos legais parecem desnecessários, mas, na verdade, eles dão mais autonomia e valorizam a representação da sociedade. Algumas funções estão descritas na citação abaixo:

2 Na Lei 5.708/2007 o conselho foi criado com 13 membros, sendo 2 da CNTE. A lei nº 6.734/2015 alterou a composição passando para 1 (um) membro da CNTE.

3 São 03 (três) representantes do Poder Executivo Estadual; 02 (dois) representantes dos Poderes Executivos Municipais, indicados pela Associação Piauiense de Municípios (APPM) e pela União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCIME - PI); 01 (um) representante do Conselho Estadual de Educação (CEE); 01 (um) representante União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME - PI); 01 (um) representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE - PI); 02 (dois) representantes dos pais de alunos da educação básica pública e; 02 (dois) representantes dos estudantes da educação básica pública, sendo 01 (um) indicado pela entidade estadual de estudantes secundaristas.





*I - Acompanhar e controlar a repartição, transferência e aplicação dos recursos do FUNDEB; II - supervisionar a realização do Censo Escolar e a elaboração da proposta orçamentária anual do Poder Executivo Estadual, com o objetivo de concorrer para o regular e tempestivo tratamento e encaminhamento dos dados estatísticos e financeiros que alicerçam a operacionalização do FUNDEB; III - examinar os registros contábeis e demonstrativos gerenciais mensais e atualizados relativos aos recursos repassados ou retidos à conta do FUNDEB; IV - emitir parecer sobre as prestações de contas dos recursos do FUNDEB, que deverão ser disponibilizadas mensalmente pelo Poder Executivo Estadual e; V - outras atribuições que legislação específica eventualmente estabeleça (PIAUÍ, 2007, s/p – grifos nossos).*

Pelo que se observa, ao Conselho do FUNDEB cabe as funções de acompanhar, controlar e fiscalizar a utilização dos recursos financeiros destinados à educação, bem como, monitorar o desenvolvimento educacional e assessorar o poder executivo no desempenho educacional do Estado. Está claro, portanto, que esse coletivo tem atuação direcionada aos resultados do desenvolvimento da educação básica. Nesse sentido, é relevante mencionar a autonomia do funcionamento, como lhe confere o parágrafo 6º, do artigo 2º, da lei acima referida, que determina o Conselho “atuará com autonomia em suas decisões, sem vinculação ou subordinação institucional ao Poder Executivo Estadual (...)” (PIAUÍ, 2007, s/p).

Contudo, escapou a este conselho, no rol de suas competências, a tarefa de contribuir e monitorar o Plano Estadual de Educação, implementado pelo governo e que deve ser avaliado e revisado a cada dez anos. Além disso, mesmo com um de seus membros pertencente ao Conselho Estadual de Educação não está claro como estes dois coletivos, no âmbito de suas atribuições, poderiam trabalhar de forma articulada e complementar, não existem elementos explicitados em seus regimentos e na legislação que promovam a complementariedade e articulação entre eles, apesar de ambos atuarem na mesma política pública, educação.

A Lei nº 5.775, de 23 de julho de 2008, criou o Conselho Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas (CEPD) e instituiu o Sistema Estadual de Políticas Públicas Sobre Drogas do Estado do Piauí (SIED). O artigo primeiro estabelece que esse sistema tem por finalidade: “articular, integrar, organizar e coordenar as atividades relacionadas com: I. a prevenção do uso indevido, atenção, tratamento, recuperação e reinserção social de usuários e dependentes de drogas e; II. a repressão da produção não autorizada e do tráfico ilícito de drogas” (PIAUÍ, 2008, s/p).

O artigo 2º define a natureza do conselho como sendo “órgão deliberativo, normativo e controlador das ações em todos os níveis, observada a participação popular e paritária, por meio de organizações representativas da sociedade civil” (PIAUÍ, 2008, s/p). O conselho compõe-se de 24 (vinte quatro) membros titulares e igual número de suplentes e está vinculado à Secretaria Estadual de Assistência Social e Cidadania (SASC). Em 2011, com a alteração da lei que o criou, ele foi vinculado a Coordenadoria de Enfrentamento às Drogas. A sociedade civil, nessa lei se refere a organizações que atuam na atenção à saúde, à assistência social e no atendimento e recuperação de usuários de drogas. O conceito sobre droga nor-



matizado em Lei Estadual é abrangente e atualizado, a define como:

(...) toda substância natural ou produto químico que, em contato com o organismo humano, atue como depressor, estimulante, ou perturbador, alterando o funcionamento do sistema nervoso central, provocando mudanças no humor, na cognição e no comportamento, podendo causar dependência química e que se classificam em ilícitas e lícitas, destacando-se, dentre essas últimas, o álcool, o tabaco e os medicamentos (PIAUI, 2008, s/p).

Esse conselho é de natureza deliberativa, normativa e controle social e remete à atuação do colegiado tanto para à ação de repressão, quanto para à prevenção às drogas, com participação direta do conselho na construção da política estadual sobre drogas e na elaboração do plano estadual de políticas públicas antidrogas. Nessa perspectiva os objetivos do conselho são:

I - planejar a Política Estadual sobre Drogas e o Plano Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas, destinado ao desenvolvimento das ações de redução da demanda de drogas e tratamento de usuários; II - acompanhar o desenvolvimento das ações de fiscalização e repressão, executadas pelo Estado e pela União; III - propor aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário Estaduais medidas que assegurem o cumprimento das responsabilidades decorrentes da instituição desta lei e; IV - estimular ações de permanente sensibilização e mobilização da sociedade quanto às demandas sobre drogas no Estado (PIAUI, 2008, s/p).

Somam-se aos objetivos as atribuições estabelecidas a seguir, atendendo os três aspectos constitutivos da natureza do conselho,

*I - formular a Política Estadual sobre Drogas, fixando prioridades para execução das ações, captação e aplicação de recursos, considerando as peculiaridades do público-alvo; II - estabelecer as prioridades a serem incluídas no planejamento setorial das instâncias estaduais em tudo que se refira à execução dessa Política; III - fixar critérios, formas e meios de fiscalização da Política Estadual, bem como das entidades envolvidas; (...) VI - elaborar o Plano de Aplicação do Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas; VII - controlar e fiscalizar aplicação dos recursos que constituem o Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas; (...) XII - expedir resoluções, no âmbito das suas atribuições (PIAUI, 2008, s/p – grifos nossos).*

As atribuições do conselho de formulação da política estadual sobre drogas, estabelecimento de prioridades para órgãos estaduais de execução dessa política, elaboração de plano de aplicação dos recursos do Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas e controle e fiscalização na aplicação dos recursos do fundo parecem serem relevantes.



No que se refere às ações de políticas públicas voltadas para o combate à pobreza, o Estado sancionou a Lei nº 5.622, de 28 de dezembro de 2006, que institui o Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP), com prazo determinado de funcionamento até o ano de 2010, posteriormente foi recriado em 2015<sup>4</sup>. O primeiro fundo destinava-se a “viabilizar à população do Estado o acesso a níveis dignos de subsistência, cujos recursos serão aplicados em ações suplementares de nutrição, habitação, educação, saúde, reforço da renda familiar (...)” (PIAUI, 2006, s/p), vinculado a SASC, onde continua atualmente.

Com a instituição do fundo também foi criado o Conselho de Políticas de Combate à Pobreza (CPCP), de composição não paritária, pois, somente quatro membros são da sociedade civil, indicados pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Estadual da Assistência Social, Conselho Estadual da Saúde e Conselho Estadual da Educação. Como se observa, o referido Conselho é majoritariamente governamental, cujos membros são, na sua maioria, secretários de Estado<sup>5</sup>. Tal fato, de certo modo, causa estranheza, pois não inclui organizações da sociedade civil, tais como: Organização Não Governamental (ONG), sindicato e organizações religiosas que historicamente tem atuação nessa problemática no Piauí. Ademais, esse conselho gerencia um fundo com vistas a financiar políticas de redução da pobreza. Conforme o artigo 5º e seus incisos na lei que o criou, o referido conselho tem as seguintes atribuições:

I - formular políticas e diretrizes dos programas e ações governamentais voltados para a redução da pobreza e das desigualdades sociais, que orientarão as aplicações dos recursos do FECOP; II - selecionar programas e ações a serem financiados com recursos do FECOP; III - estabelecer, em articulação com os órgãos responsáveis pela execução dos programas e ações, a programação a ser financiada com recursos provenientes do FECOP; IV - coordenar, em articulação com os órgãos responsáveis pela execução dos programas e das ações financiadas pelo FECOP, a elaboração das propostas orçamentárias a serem encaminhadas à SEPLAN; (...) VI. dar publicidade aos critérios de alocação e de uso dos recursos do FECOP, encaminhando, semestralmente, prestação de contas à Assembléia (*sic*) Legislativa do Estado do Piauí e; VII. elaborar o Plano Estadual de Combate a Pobreza (PIAUI, 2006, s/p).

---

4 No ano de 2015 o fundo foi recriado com a Lei nº 6.745 que alterou a Lei 5.622/2006, redefiniu as finalidades do fundo que passou a ter o objetivo de “viabilizar a população do Estado o acesso a níveis dignos de subsistência, cujos recursos serão aplicados em ações suplementares de nutrição, habitação, educação, saúde, reforço da renda familiar, infraestrutura, segurança pública e outros programas de relevante interesse social voltados para melhoria da qualidade de vida” (PIAUI, 2015, s/p), foi acrescentado a parte da segurança pública. Além disso, foi acrescentado incisos que ampliou a composição do conselho incluindo os seguintes órgãos: “Secretaria Estadual de Defesa Civil; Secretário da Segurança Pública; Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Piauí; Coordenador de Enfrentamento às Drogas; Secretário da Justiça; Delegado Geral da Polícia Civil do Estado do Piauí” (IDEM), além dos citados na nota 02, a seguir.

5 Secretário de Assistência Social e Cidadania; Secretário de Planejamento; Secretário da Fazenda; Secretário da Saúde; Secretário de Educação; Secretário de Desenvolvimento Rural; Coordenador Estadual para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CEID; quatro representantes da sociedade civil; um representante da Assembleia Legislativa.

Nas atribuições acima, são proeminentes as voltadas à formulação de políticas e diretrizes estaduais que reduzam a pobreza; articulação com outros órgãos para execução das ações; acompanhamento das atividades a serem desenvolvidas com recursos do FECOP; e a elaboração do Plano Estadual de Combate a Pobreza.

Outra política pública específica é a de economia solidária, que também tem conselho instituído. Ela foi criada há pouco tempo, pela Lei nº 6.057, de 17 de janeiro de 2011 e seu artigo 1º institui a “Política Estadual de Fomento à Economia Solidária no Estado do Piauí (PEFES)”, para “promoção da Economia Solidária e o desenvolvimento de grupos organizados autogestionários de atividades econômicas, de forma a integrá-los no mercado e a tornar suas atividades autossustentáveis” (PIAUI, 2011, s/p). O conceito de economia solidária foi definido no artigo 2º da citada lei e diz o seguinte:

a Economia Solidária constitui-se de iniciativas da sociedade civil que visam à geração de produto ou serviço, por meio da organização, da cooperação, da gestão democrática, da solidariedade, da distribuição equitativa das riquezas produzidas coletivamente, da autogestão, do desenvolvimento local integrado e sustentável, do respeito ao equilíbrio dos ecossistemas, da valorização do ser humano e do trabalho e do desenvolvimento de relações igualitárias entre homens e mulheres, para geração do trabalho e renda em todas as esferas produtivas, inclusive, da produção artística nas diversas áreas do universo cultural, desde que preencham os requisitos exigidos na presente Lei (PIAUI, 2011, S/p).

Para a consecução dos objetivos da PEFES, a lei, teoricamente, assegura um extenso conjunto de mecanismos e ações a serem implementadas pelo poder público estadual, visando fortalecer empreendimentos solidários e fomentar essas práticas econômicas no Estado, como indicado a seguir:

I - acesso a espaços físicos em bens públicos estaduais; II - equipamentos e maquinário de propriedade do Estado para produção industrial e artesanal; III - assessoria técnica necessária à organização, produção e comercialização dos produtos e serviços, assim como à elaboração de projetos de trabalho; (...) VI - apoio às incubadoras de fomentos aos empreendimentos de economia solidaria; VII - convênios, contratos ou parcerias com órgãos públicos, nas três esferas de governo; (...) XII - apoio financeiro e fomento à constituição de patrimônio, na forma da lei; XIII - linhas de crédito especiais nos agentes financeiros públicos e privados, com taxas de juros e garantias diferenciadas, adequadas aos empreendimentos de Economia Solidária, bem como a adaptação das linhas de crédito existentes, com base estrutural em micro finanças solidárias; XIV - apoio para comercialização e; XV - participação em licitações públicas estaduais (PIAUI, 2011, s/p).

A promessa de apoio do poder público estadual aos empreendimentos de economia solidária, como se observa no trecho acima mencionado, vai desde espaço físico, concessão de equipamentos, máquinas, apoio financeiro e linha de crédito especial (taxa de juro diferenciada do mercado), até outras proposições igualmente importantes.



Para coordenar o fomento à economia solidária, inclusive dar concretude às promessas do Estado aos empreendimentos de prática solidária, o artigo 9º da lei em tela criou o Conselho Estadual da Economia Solidária (CEES). O referido Conselho conta com “representantes do Poder Público Estadual e das entidades civis afetas ao desenvolvimento da Economia Solidária” (PIAUÍ, 2011, s/p) e está vinculado à Secretária de Estado do Trabalho e Empreendedorismo (SETRE). Sua composição aproxima-se com a do conselho de combate à pobreza, pois não é paritário e a maioria dos membros é de órgãos governamentais, com um total de 15 (quinze) titulares e respectivos suplentes, sendo 09 (nove) do poder público e 06 (seis) da sociedade civil. Tais membros são eleitos pelo Fórum Estadual de Economia Solidária, também, criado pela lei que institui a referida política. O CEES tem regimento interno que disciplina sua organização e funcionamento, com o objetivo de executar suas atribuições.

Assim como outros conselhos de políticas públicas no Estado, as competências do CEES são também abrangentes, como se observa a seguir:

*I - aprovar a Política Estadual de Fomento à Economia Solidária; II - definir os critérios para a seleção dos programas e projetos a serem financiados com recursos do Fundo Estadual de Fomento ao Desenvolvimento da Economia Solidária e para o acesso aos benefícios previstos nesta Lei; (...) VI - definir mecanismos para facilitar o acesso dos empreendimentos de Economia Solidária aos serviços públicos estaduais; VII - buscar garantias institucionais para que os empreendimentos de Economia Solidária possam participar das licitações públicas; VIII - propor mecanismos de estabelecimento de incentivos fiscais para os empreendimentos de Economia Solidária; IX - desenvolver mecanismos e formas de facilitar o acesso dos empreendimentos de Economia Solidária a recursos públicos; X - propor alterações na legislação estadual relativa à Economia Solidária; XI - constituir, regulamentar e fiscalizar as atividades do Comitê Certificador a que se refere o art. 13; XII - elaborar seu regimento interno (PIAUÍ, 2011, s/p – grifos nossos).*

A esse conselho cabe, entre outras competências, apreciar a política de fomento à economia solidária; definir critérios de aprovação de projetos com financiamento do fundo de economia solidária; viabilizar mecanismos institucionais para os empreendimentos solidários participarem das chamadas de licitações do Estado; e facilitar o acesso dos empreendimentos a recursos públicos. Com a implementação de tais atribuições, se assim for feito, sem dúvida, o fomento à economia solidária no Piauí se tornaria mais efetivo, pois ampliaria o seu potencial agregador e de geração de renda.

A articulação entre a política estadual de combate à pobreza, através do FECOP, e a política de economia solidária, certamente produziria resultados mais eficazes no processo de erradicação da pobreza, com estímulos aos empreendimentos solidários, geração de renda, melhoria nutricional, incentivos de forma sistemática aos negócios solidários, à pequena produção, inclusive organização de grupos. Embora tais políticas apresentem potencial articulatório, não se observa uma articulação entre elas. Essa articulação cumpriria o que determina o inciso VII do Art. 5º da

lei de combate à pobreza e, por vezes, o inciso I das competências do CEES, que, respectivamente, sentenciam: elaborar o Plano Estadual de Combate à Pobreza; e aprovar a Política Estadual de Fomento à Economia Solidária. Observa-se que falta a estas duas políticas atuação estratégica na ação do governo e na contribuição dos respectivos conselhos.

O Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher (CEDDM/PI) é mais um conselho nas políticas públicas setoriais no Piauí. Ele foi criado pela Lei nº 5.134, de 10 de maio de 2000 e alterado nas Leis nº 5.596, de 01 de agosto de 2006, e nº 6.307, de 25 de janeiro de 2013, cuja composição atualmente é de 25 (vinte e cinco) conselheiras titulares e respectivas suplentes, sendo atualmente constituído de 12 (doze) membros do governo e 13 (treze) da sociedade.

Entre as conselheiras do seguimento sociedade civil foi assegurado na lei de 2006 a participação de mulheres “negras; prostitutas; trabalhadoras rurais e urbanas; mulheres com deficiência; e portadoras de patologias específicas; de federações; lésbicas e demais segmentos de mulheres” (PIAUI, 2006, s/p). A inclusão das mulheres desses segmentos no conselho assegura a presença de setores femininos excluídos na discussão de política pública para os direitos das mulheres. Além disso, o artigo 2º da Lei nº 5.596 diz que o Conselho “será mantido através de dotação orçamentária própria, prevista anualmente no Orçamento Geral do Estado” (PIAUI, 2006, s/p).

Sobre as atribuições deste conselho, a supracitada lei acrescentou um rol de competências que abrange várias atividades, tais como:

I (...), VII – garantir a igualdade de oportunidades e de direitos entre homens e mulheres, de forma a assegurar à população feminina o pleno exercício de sua cidadania. (AC) Art. 3º I (...), IV – propor ao Secretário de Governo intercâmbio e convênios com órgãos governamentais ou não governamentais internacionais e demais instituições afins, que possibilitem a execução e implementação de projetos e programas, resguardados os preceitos legais e regulamentares; V (...), XI – desenvolver ação integrada e articulada com conjunto de secretarias e demais órgãos públicos para a implementação de políticas públicas comprometidas com a superação dos preconceitos e desigualdades de gênero; (...) XIV – fiscalizar e exigir o cumprimento da legislação em vigor relacionado aos direitos assegurados da mulher, assim como da prestação de serviços de assistência jurídica, psicológica e social às mulheres vítimas da violência de qualquer faixa etária; XV – sugerir a adoção de medidas normativas para modificar ou derogar leis, regulamentos, usos e práticas que constituam discriminações contra mulheres; (...) XIX – receber, examinar e efetuar denúncias que envolvam fatos e episódios discriminatórios contra a mulher, encaminhando-as aos órgãos competentes para as providências cabíveis, além de acompanhar os procedimentos pertinentes; XX – propor ao legislativo estadual sugestões que contemplem a garantia de direitos e de respeito à cidadania das mulheres; XXI – prestar acompanhamento e assistência jurídica, psicológica e social às mulheres vítimas de violência, em qualquer faixa etária (PIAUI, 2006, s/p).



Como se observa no conjunto das competências desse conselho, há um leque de ações a serem desenvolvidas, que vão desde estudo, pesquisa sobre as condições sociais e econômicas das mulheres, proposição de políticas públicas, fiscalização da legislação em vigor sobre os direitos das mulheres, até propor à Secretaria de Governo, intercâmbio, convênios e acordos em prol da realização do programa de atividades do conselho. Como este conselho tem vários anos de criação, caberia uma análise específica no sentido de avaliar a efetividade dessas competências e os resultados alcançados no âmbito da defesa dos direitos das mulheres e da proposição de políticas públicas para este segmento.

Outro Conselho Estadual é o de Defesa de Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (CONEDE/PI), regulamentado por meio da subseção X da Lei nº 028, de 09 de junho de 2003, que criou a Coordenadoria Estadual para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência e integrou o referido conselho, a época. Mais tarde, a Lei nº 5.329, de 24 de setembro de 2003, institucionalizou a composição e o funcionamento do referido conselho, além de definir sua natureza como “órgão deliberativo de caráter permanente (em) âmbito estadual” (PIAUI, 2003, s/p).

Com relação às competências do conselho, a Lei nº 5.329 que regulamenta seu funcionamento, determina as seguintes:

I - zelar pela efetiva implementação da Política Nacional para integração da pessoa portadora de deficiência no Estado do Piauí, bem como zelar pela implementação da política estadual respectiva; II - acompanhar o planejamento e avaliar a execução das políticas setoriais de educação, saúde, trabalho, assistência social, transporte, cultura, turismo, desporto, lazer, política urbana e outras relativas à pessoa portadora de deficiência; III - zelar pela efetivação do sistema descentralizado e participativo de defesa dos direitos da pessoa portadora de deficiência; IV - propor a elaboração de estudos e pesquisas que objetivem a melhoria da qualidade de vida da pessoa portadora de deficiência; V - propor e incentivar a realização de campanhas visando à prevenção de deficiências e à promoção dos direitos da pessoa portadora de deficiência; VI - acompanhar mediante relatório e in loco o desempenho dos programas e projetos da Política Estadual para integração da pessoa portadora de deficiência; VII - aprovar o plano anual da Política Estadual de integração da pessoa portadora de deficiência; VIII - elaborar o seu regimento interno (PIAUI, 2003, s/p).

No conjunto das competências desse conselho o que se sobressai são as que se referem ao monitoramento das políticas públicas de trabalho, que dá atenção a inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. É proeminente a elaboração de estudos e pesquisas para a proposição de políticas que visem a qualidade de vida das pessoas, sobretudo porque, até aquela época, o Estado não havia apresentado uma política pública específica para atender os direitos das pessoas com deficiência. Portanto, a criação, em 2003, da coordenadoria e do conselho para atuarem na defesa dos direitos de pessoas com deficiência tornou-se um marco no Estado do Piauí.



O Conselho em discussão tem sua composição instituída no artigo 4º da Lei nº 5.329/2003, com 24 (vinte quatro) membros titulares e respectivos suplentes, sendo 12 (doze) membros de entidades que atuam no atendimento a pessoas com deficiência, 09 (nove) membros de órgãos públicos e mais 03 (três) de outras organizações, como federação de bairros, central sindical e entidade dos municípios. O CONEDE/PI assim como o CEDDM/PI têm composição não paritária, com a maioria dos membros da sociedade civil.

Por fim, as despesas de manutenção do conselho são de responsabilidade do poder público estadual, sob a responsabilidade da Coordenadoria da Pessoa com Deficiência, podendo, inclusive, constituir um fundo público estadual aplicado ao desenvolvimento da política desse segmento, conforme determina a supracitada lei.

No que se refere à defesa da igualdade racial, a Lei nº 5.252, de 15 de julho de 2002, instituiu o Conselho Estadual da Pessoa Negra<sup>6</sup>. O conselho tem como objetivos: "fortalecimento da organização das Entidades do Movimento Negro e contribuindo para o estabelecimento dos direitos do Povo Negro, em vista da construção de uma sociedade mais justa, onde todos podem usufruir plenamente dos direitos" (PIAUI, 2002, s/p). Ele tem regimento interno, aprovado em fevereiro de 2016, que disciplina seu funcionamento e sua atuação.

Está composto por 15 (quinze) membros titulares e seus respectivos suplentes, sendo 06 (seis) representantes de grupos de comunidades negras; 05 (cinco) do Poder Público Estadual e 04 (quatro) de entidades comprometidas com a causa da pessoa negra, indígena e cigana. Este conselho, assim como os dois últimos analisados, também não é paritário, do total de seus membros 10 (dez) são oriundas da sociedade civil.

---

<sup>6</sup> A criação desse conselho foi iniciativa da então deputada federal Francisca Trindade, filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT), negra e militante das causas de sua raça, falecida em julho de 2003.





O regimento interno do referido conselho detalhou e ampliou suas competências instituídas em lei:

I – representar a comunidade negra, ciganas, indígenas, dentre outras, perante o Poder Público, seja Executivo, Legislativo e Judiciário; II - propor políticas públicas que promovam a cidadania e a igualdade nas relações sociais de homens e mulheres das populações negras, ciganas, indígenas dentre outras, prestando assessoria aos órgãos e entidades do poder público e instituições privadas, emitindo parecer e acompanhando a elaboração de programas e projetos desenvolvidos pelo Poder Público, com a finalidade da promoção da igualdade racial, combate ao racismo e efetivação de ações afirmativas; (...) V – propor políticas públicas comprometidas com a superação dos preconceitos, da discriminação e das desigualdades; VI – Formar parcerias com entidades públicas e privadas para a promoção de atividades culturais, esportivas e ambientais; (...) X – propor ações que promovam a capacitação social, profissional, política, cultural das populações vulneráveis ao preconceito racial e étnico; XI – receber e encaminhar a quem de direito, e acompanhar denúncias e queixas de violações de direitos humanos individuais e coletivos que envolvam questões raciais e étnicas; (REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO, 2016, s/p).

Assim como as competências de alguns conselhos aqui analisados, estas também são abrangentes. Por ser um dos conselhos com mais tempo em funcionamento, sua contribuição na área das políticas públicas de igualdade racial é significativa, especialmente pela atuação dos grupos de pessoas negras nessas políticas.

## **Conselhos de direitos de políticas públicas de gerações**

A terminologia que remete aos conselhos de direitos de políticas públicas de gerações junta esses espaços criados para garantir direitos de segmento populacional com recorte na faixa etária. Assim, analisar-se, nessa parte, aspectos dos conselhos de direitos de Criança e Adolescentes, de Juventude e de Idosos, criados ao longo dos últimos trinta anos no Estado do Piauí e relacionados a políticas públicas.

Uma dessas políticas é a de atendimento aos direitos da criança e do adolescente, instituída pela Lei nº 4.602, de 30 de junho de 1993 e configura-se como uma das primeiras políticas públicas pós-constituição de 1988. No Piauí, a lei teoricamente supracitada, assegura à criança e ao adolescente “políticas sociais básicas de educação, saúde, recreação, esporte, cultura, lazer, profissionalização, programa de assistência social em caráter supletivo e serviços especiais” (PIAUI, 1993, s/p). Além dessas metas, a legislação também criou o Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (FEDCA) para financiar políticas de atendimento a esse segmento populacional.

Para coordenar essa política, gerenciar o fundo de financiamento e assegu-

rar os direitos desse segmento populacional foi criado, pela mesma lei de 1993, o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA), inicialmente composto por 16 (dezesesseis) membros titulares e respectivos suplentes, paritário, entre representantes governamentais e da sociedade civil, com mandato de dois anos. Mais tarde, a Lei nº 5.060, de 17 de maio de 1999, vinculou o conselho a Secretaria Estadual de Justiça e definiu a sua natureza deliberativa e controlador da política de atendimento aos direitos da criança e do adolescente. Posteriormente, a Lei nº 6.307, de 25 de janeiro de 2013, alterou a composição do conselho para 18 (dezoito) membros titulares<sup>7</sup> e manteve a paridade. No ano de 2006 foi aprovado o Regimento Interno do conselho que, entre outras atribuições, apresenta as seguintes:

I - promover e defender os direitos da Criança e do Adolescente, nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil; do Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei nº 8.069/93; da Constituição Estadual e da Lei nº 4.602, de 30/06/1993; II - definir a Política de atendimento integral dos direitos da Criança e do Adolescente, estabelecendo diretrizes básicas e fixando prioridades para consecução das ações propostas; III - acompanhar, propor e controlar ações e o desempenho dos órgãos e entidades governamentais e não governamentais que atuem nessa área; IV - gerir o Fundo Estadual para os Direitos da Criança e o Adolescente na forma da Legislação em vigor, em observância ao art. 6º da Lei 4.602/93; V - informar à sociedade sobre as condições reais da criança e do adolescente, de forma especial àquelas vítimas violação de direitos; (...) VIII - articular, com os Poderes Executivo e Legislativo do Estado, na definição do percentual da Dotação Orçamentária a ser destinada à execução das políticas voltadas à criança e ao Adolescente; IX - definir, anualmente, prioridades e ações a serem executadas no ano subsequente; (...) XII - dispor sobre seu Regimento Interno (CEDCA, 2006, s/p).

O fundo de financiamento para garantir planos de ações das políticas para a criança e o adolescente é significativo. Cabe aos conselheiros, além de outras atribuições, a articulação dos poderes públicos para definir o percentual da dotação orçamentária do fundo para execução da política, gerir os recursos do fundo, de modo a cumprir os objetivos propostos e definir as prioridades anuais de atuação do conselho. Embora exista um fundo, a legislação não define a forma de execução dos recursos, bem como os meios pelos quais as entidades da sociedade civil podem acessá-los para desenvolver ações de atendimento à população destinatária.

<sup>7</sup> a) Com representação governamental da Secretaria de Educação e Cultura (há época eram juntas); b) Secretaria da Saúde; c) Secretaria de Assistência Social e Cidadania – SASC; d) Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo – SETRE; e) Secretaria da Segurança Pública; f) Secretaria da Justiça; g) Secretaria do Planejamento; h) Poder Judiciário do Estado do Piauí; i) Defensoria Pública da União. Conforme o Regimento Interno do Conselho, os representantes da sociedade civil no Conselho não poderão ser previamente estabelecidos, devendo submeter-se periodicamente ao processo de escolha, por meio de eleição.



No que diz respeito à juventude, foi sancionada a Lei nº 5.903, de 14 de outubro de 2009, criando a política destinada a atender os direitos da população jovem e aprovar o Plano Estadual de Juventude, no Estado do Piauí. Esta lei define como jovem as pessoas com idade entre 15 (quize) e 29 (vinte e nove) anos. O plano constitui-se de um conjunto de eixos temáticos, diagnósticos, objetivos, metas e ações, com prazo de duração de dez anos, cuja primeira avaliação de efetivação das ações e consecução dos objetivos, prevista para ocorrer dois anos após sua promulgação, isto é, ocorreria no ano de 2011, porém, parece inexistente registro a este respeito.

Anterior à política pública da juventude, foi instituído o Conselho Estadual dos Direitos da Juventude (CEDJUV) através da Lei nº 5.618, de 27 de dezembro de 2006. O CEDJUV é um colegiado com 22 (vinte e dois) membros titulares e respectivos suplentes, composição paritária entre representantes governamentais e da sociedade civil, de natureza consultiva e deliberativa, mandato de dois anos e vinculado à Secretaria Estadual de Assistência Social e Cidadania (SASC). O conselho tem por instância máxima de deliberação a Conferência Estadual da Juventude e a lei de criação define suas competências:

I - estudar, analisar, elaborar e propor planos, programas e projetos relativos à Juventude no âmbito Estadual; II - convocar e organizar a Conferência Estadual da Juventude; (...) VII - realizar ações não especificadas neste artigo, mas que estejam diretamente relacionadas à finalidade que trata o artigo 1º desta lei; VIII - propor, acompanhar e avaliar projetos e ações prioritárias da políticas públicas para os jovens a serem incluídas no Plano Plurianual – PPA do Governo do Estado; IX - desenvolver ação integrada e articulada com órgãos governamentais e não governamentais das diversas áreas na elaboração, acompanhamento e avaliação de programas, projetos e ações relativas à política públicas para os jovens; X - acompanhar a execução dos programas sociais, nas áreas da juventude; XI - assessorar os municípios no processo de implantação e funcionamento dos Conselhos Municipais dos Direitos da Juventude, com os quais manterá estreitas relações de cooperação, especialmente em relação às ações definidas como prioritárias no âmbito da política estadual para a juventude; (...) XIII - criar câmaras temáticas permanentes, cuja função será a de preparar propostas a serem apreciadas pelo Conselho e instituir grupos de trabalho, de caráter temporário, para estudar e propor medidas específicas (PIAUI, 2006, s/p).

Dentre as competências apresentadas destaca-se aquelas relacionadas à coordenação da política pública estadual; articulação com órgãos públicos; assessoria junto aos municípios no processo de criação dos conselhos municipais de juventude; e proposição de ações destinadas à execução das políticas públicas. Há necessidade de interface entre os seguimentos populacionais e as políticas a eles direcionadas nessa área das políticas de gerações. A interface, se construída, promoveria melhor efetividade das ações previstas nas atribuições dos conselhos em referência.

Outro conselho, na categoria geracional é o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (CEDIPI-PI), instituído pela Lei nº 5.244, de 13 de junho



de 2002, que criou também a Política Estadual dos Direitos do Idoso. A referida política, no artigo 2º da lei, define as seguintes estratégias de implementação: “a Política Estadual do Idoso terá como órgãos funcionais o Conselho Estadual dos Direitos do Idoso, a Delegacia Especial do Idoso, Núcleo da Defensoria Pública do Idoso e Núcleo de Defesa do Idoso Vítima de Violência” (PIAUÍ, 2002, s/p). A lei define como idoso a pessoa com mais de sessenta anos de idade.

Entre os princípios da referida política estão os de responsabilidades no cuidado com o idoso: “a família, a Sociedade e o Estado têm o dever de assegurar ao idoso todos os direitos de cidadania, garantindo sua participação na comunidade defendendo sua dignidade, bem estar (*sic*) e o direito à vida” (IDEM). No artigo 6º da lei supracitada o conselho estadual do idoso é definido como “órgãos colegiados deliberativos”, composto por “igual número de representantes de entidades governamentais e de organizações representativas da sociedade civil ligadas à área” (IDEM).

A Lei nº 5.479, de 10 de agosto de 2005, alterou dispositivos da anterior e revitalizou o conselho redefinindo-o como “órgão colegiado deliberativo, integrante da estrutura básica da Secretaria Estadual de Assistência Social e Cidadania (...), composto por igual número de representantes de entidades governamentais e de organizações representativas da sociedade civil ligadas à área” (PIAUÍ, 2005, s/p), com 20 (vinte) membros titulares e igual número de suplentes. Este conselho é de natureza deliberativa e composição paritária. Os cargos de Presidente, Vice-presidente e Secretário Geral do conselho, pela nova lei, são eleitos entre os membros.

Na política estadual dos direitos do idoso foi instituído o Fundo Estadual do Idoso, “como mecanismo de captação e aplicação de recursos a serem utilizados segundo diretrizes e deliberações do Conselho Estadual dos Direitos do Idoso, de acordo com as determinações desta lei” (PIAUÍ, 2002, s/p). É significativo que o conselho delibere sobre o fundo público, isto faz crer que ele tenha as condições econômicas necessárias ao desenvolvimento de suas atividades e monitore a política pública dos direitos do idoso. Também é relevante a possibilidade do fundo público financiar atividades de organizações não-governamentais para o desenvolvimento de atividades voltadas para o idoso, conforme prevê o parágrafo 5º, do artigo 25, da lei de criação do conselho, por meio da SASC, “(...) a prestar auxílio financeiro e/ou subvenções, bem como auxílio para despesas de capital e formalizar convênios com entidades governamentais e não-governamentais” (PIAUÍ, 2002, s/p). O Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa tem as seguintes competências:

I - formular, divulgar, coordenar, supervisionar e avaliar a Política Estadual do Idoso, no âmbito das respectivas esferas de governo; II - solicitar aos órgãos competentes o descredenciamento das instituições de apoio ao idoso, quando as mesmas não estejam cumprindo as finalidades propostas, ou quando comprovado uso indevido dos recursos públicos que lhes foram repassados; III - estabelecer critérios objetivos, amplamente divulgados, para repasse de recurso aos municípios e entidades civis, destinados à realização



da política do atendimento aos direitos do idoso; IV - participar da implantação, juntamente com os órgãos responsáveis do governo estadual, do sistema de acompanhamento de programas e projetos que possibilitem avaliar e fiscalizar a aplicação dos recursos repassados aos municípios e entidades civis destinados à realização da política de atendimento ao idoso (PIAUÍ, 2002, s/p).

No âmbito da política estadual do idoso foram ampliadas, através da lei sancionada em 2005, suas atribuições em duas áreas específicas, a saber: habitação e assistência social. Na área da habitação consta que:

(...) são competências do órgão estadual na área de Habitação e Urbanismo: I – criar mecanismos que induzam à eliminação de barreiras arquitetônicas para o idoso, em equipamentos urbanos de uso público; II – estabelecer diretrizes para utilização de tipologias adequadas à população idosa, nos projetos habitacionais; III – promover gestões para viabilização de linhas de créditos e elaborar critérios de acesso à habitação popular para o idoso junto: a) às entidades de crédito habitacional; b) aos governos estadual e municipal; c) a outras entidades públicas ou privadas, relacionadas aos investimentos habitacionais.” (PIAUÍ, 2005, s/p).

No que se refere à política de assistência social, foram acrescentadas as seguintes atribuições:

(...) são competências do órgão estadual na área de Assistência Social: I – prestar serviços e desenvolver ações voltadas para o atendimento das necessidades básicas do idoso, mediante a participação da família, da sociedade e de entidades governamentais e não-governamentais; II – planejar, coordenar, supervisionar e financiar estudos, levantamentos, pesquisas e publicações sobre a situação social do idoso, diretamente ou em parceria com outros órgãos; III – promover simpósios, seminários e encontros específicos sobre o idoso e discutir questões relativas à velhice e ao envelhecimento; IV – promover a capacitação de recursos humanos para atendimento ao idoso; V – estimular a criação de incentivos e de alternativas de atendimento ao idoso, centros de convivência, centros de cuidados diurnos, casas-lares, oficinas abrigadas de trabalho, atendimentos domiciliares e outros; VI – coordenar a formulação, acompanhamento e avaliação da Política Estadual do Idoso; VII – promover as articulações com órgãos não-governamentais e governamentais, nas três esferas de poder, necessárias à implantação e implementação da Política Estadual do Idoso; VIII – elaborar o plano de ação governamental, com a respectiva proposta orçamentária no âmbito da promoção e assistência social e submetê-lo ao Conselho Estadual dos Direitos do Idoso; IX – esclarecer e orientar o idoso sobre seus direitos; X – fomentar, junto aos municípios e organizações não-governamentais, a prestação da Assistência Social ao idoso nas modalidades asilar e não asilar” (PIAUÍ, 2005, s/p).

Todas as atribuições do conselho são relevantes. Porém, destaca-se a ausência de uma avaliação relacionada à implementação dessa política para identificar os avanços, o alcance das metas estabelecidas e a melhoria na qualidade de vida desse segmento populacional ou, ainda, apontar limites e indicações de novas propostas de atuação.



## Considerações finais

Por fim, apresentou-se uma análise de aspectos institucionais legais de quatorze Conselhos Estaduais de Direitos em Políticas Públicas no Estado do Piauí, explicitando diferentes composições, natureza, atuação, fundos públicos, leis que os regulamentam e as políticas públicas que eles monitoram.

Grosso modo, problemas relacionados à qualidade da representação, exigências de compreensão sobre a dinâmica e funcionamento da gestão do Estado e falta de renovação de lideranças da sociedade civil, como observa a literatura especializada, constitui um campo minado pelas contradições e baixa efetividade da ação desses espaços. Assim, ao se presumir que a legislação garante o aporte do cidadão, ou seja, a participação cidadã direta e livre nas políticas públicas, os conselhos seriam espaços adequados à essa ação, contudo, os limites que se apresentam ao longo do tempo, hoje colocam em dúvida a eficácia da participação que poderia ser direta, livre e autônoma. A eficácia e efetividade da ação política dos atores envolvidos nos conselhos estão diretamente relacionadas à sua capacidade de gerar consensos, ou seja, de negociar interesses divergentes com setores governamentais.

Os resultados da pesquisa indicam que os quatorze conselhos estaduais pesquisados estão institucionalizados; atuam em políticas públicas específicas; maioria tem composição paritária; e são de natureza propositiva, assessoramento e controle social de políticas públicas.

Existe possibilidade destes conselhos atuarem de forma articulada, superando isolamento e construindo interfaces entre as políticas públicas para melhorar a atuação. Por exemplo: os Conselhos da Criança e Adolescente, de Prevenção e Combate às Drogas, de Combate à Pobreza e de Economia Solidária que, em geral, atuam com o propósito de minimizar vulnerabilidade social poderiam trabalhar articuladamente. Juntos, esses conselhos têm potencial para propor e acompanhar políticas públicas integradas e articuladas, capazes de produzir melhores resultados com mais eficiência e eficácia.

A formação permanente dos conselheiros, por meio de programa de capacitação, em parceria ou no próprio conselho, surge como caminho necessário para equacionar limites, por exemplo: a alta rotatividade de conselheiros nos colegiados implica no desnivelamento da compreensão sobre o funcionamento da política pública em sua área de atuação e o desconhecimento de alguns sobre o funcionamento do Estado. Esse problema, em última instância, resulta na baixa efetividade de atuação do conselho.



## Referências

ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra e TATAGIBA, Luciana. **Repertórios de Interação Estado-Sociedade em um Estado Heterogêneo: A Experiência na Era Lula**. DADOS - Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, Vol. 57, nº 2, 2014.

BRASIL. Constituição (1998). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgado em 5 de outubro de 1988. 21ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

CEE. **Regimento Interno do Conselho Estadual de Educação do Piauí**. Teresina: Conselho Estadual de Educação do Piauí, 2001.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: O longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

COSTA, Nelson Nery. **Plano estadual de cultura**: uma proposta do conselho estadual de cultura do Piauí. COSTA Nelson Nery (ORG.). Teresina: Conselho Estadual de Cultura, 2017.

DAGNINO, Eveline (Org.). **Sociedade civil e espaço público no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FLEURY, S. Concentração e efetividade da ação política: o conselho de desenvolvimento econômico e social do governo Lula. In: Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, 8. 2003, Panamá, **Anais...** Panamá, 2003.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

PIAUI. **Decreto nº 17.083, de 3 de abril de 2017**. Regulamenta a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho 2014, para dispor sobre regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública estadual e as organizações da sociedade civil. Disponível em: <[http://www.diariooficial.pi.gov.br/diario/201704/DIARIO04\\_27ef692e66.pdf](http://www.diariooficial.pi.gov.br/diario/201704/DIARIO04_27ef692e66.pdf)>. Acesso em: 17 jul. 2018.

PIAUI. **Constituição Estadual do Piauí**: 24 anos - Revisada e Adequada à Constituição Federal de 1988 - 25 anos. Disponível em: <<http://www.cge.pi.gov.br/legis/legislacao/constituicao-do-estado-do-piaui-2013.pdf>>. Acesso em: 17 de jul. 2018.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 631 de 12 de outubro de 1965**. Dispõe sobre o Conselho Estadual de Cultura. Disponível em: <[http://www.cec.pi.gov.br/download/201210/CEC23\\_d481754b74.jpg](http://www.cec.pi.gov.br/download/201210/CEC23_d481754b74.jpg)>. Acesso em: 17 de jul. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 6.673 de 18 de junho de 2015**. Altera dispositivos da Lei Complementar nº 28 de 09 de junho de 2003, e dá outras providências. Disponível em: <[http://servleg.al.pi.gov.br:9080/ALEPI/sapl\\_documento/norma\\_juridica/3634\\_texto\\_integral](http://servleg.al.pi.gov.br:9080/ALEPI/sapl_documento/norma_juridica/3634_texto_integral)>. Acesso em: 17 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 6.036 de 17 de dezembro de 2010**. Altera dispositivos da Lei nº 4.539, de 22 de dezembro de 1992, que dispõe sobre a reformulação das atribuições, composição e funcionamento do Conselho Estadual de Saúde e dá outras providências. Disponível em: <<http://legislacao.pi.gov.br/legislacao/default/ato/14770>>. Acesso em: 17 de jul. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 5.708 de 18 de dezembro de 2007**. Dispõe sobre a criação do Conselho Estadual de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Conselho Estadual do FUNDEB. Disponível em: <<http://legislacao.pi.gov.br/legislacao/default/ato/13330>>. Acesso em: 23 de jul. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 5.775 de 23 de julho de 2008**. Institui o Sistema Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas do Piauí e dá outras providências. Disponível em: Acesso em: 24 de jul. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 5.618 de 27 de dezembro de 2006**. Cria o Conselho Estadual dos Direitos da juventude, e dá outras providências. Disponível em: <<http://legislacao.pi.gov.br/legislacao/default/ato/12839>>. Acesso em: 07 de ago. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 2.489 de 20 de novembro de 1963**. Cria o Conselho Estadual de Educação órgão da Secretaria de Estado da Educação e Cultura, e dá outras providências. Disponível em: <<https://www.google.com/search?q=Lei+N%C2%BA+2.489+de+20+de+novembro+de+1963&ie=utf-8&oe=utf-8&client=firefox-b>>. Acesso em: 15 de ago. 2018.



\_\_\_\_\_. **Lei Nº 4. 818 de 29 de dezembro de 1995.** Cria a conferência estadual de assistência social, o Conselho Estadual de Assistência Social, o fundo estadual de assistência social. Disponível em: <[http://servleg.al.pi.gov.br:9080/ALEPI/consultas/norma\\_juridica/norma\\_juridica\\_mostrar\\_proc?cod\\_norma=1842](http://servleg.al.pi.gov.br:9080/ALEPI/consultas/norma_juridica/norma_juridica_mostrar_proc?cod_norma=1842)>. Acesso em: 25 de ago. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 5.622 de 28 de dezembro de 2006.** Institui o Fundo Estadual de Combate a Pobreza – FECOP, nos termos do art. 82 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, na forma das Emendas Constitucionais Federais nºs 31, de 14 de dezembro de 2000 e 42, de 19 de dezembro de 2003, altera a Lei Estadual n.º 4.257, de 06 de janeiro de 1989, e dá outras providências. Disponível em: <<http://legislacao.pi.gov.br/legislacao/default/ato/12868>>. Acesso em: 05 set. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 6.057 de 17 de janeiro de 2011.** Institui a Política Estadual de Fomento à Economia Solidária no Estado do Piauí e dá outras providências. Disponível em: <<http://legislacao.pi.gov.br/legislacao/default/ato/14730>>. Acesso em: 11 set. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 5.134 de 10 de maio de 2000.** Cria o conselho estadual de defesa dos direitos da mulher do estado do Piauí e dá outras providências. Disponível em: <[http://servleg.al.pi.gov.br:9080/ALEPI/consultas/norma\\_juridica/norma\\_juridica\\_mostrar\\_proc?cod\\_norma=1621](http://servleg.al.pi.gov.br:9080/ALEPI/consultas/norma_juridica/norma_juridica_mostrar_proc?cod_norma=1621)>. Acesso em: 07 de out. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 5. 252 de 15 de julho de 2002.** Cria o conselho estadual da pessoa negra e dá outras providências. Disponível em: <[http://servleg.al.pi.gov.br:9080/ALEPI/consultas/norma\\_juridica/norma\\_juridica\\_mostrar\\_proc?cod\\_norma=1525](http://servleg.al.pi.gov.br:9080/ALEPI/consultas/norma_juridica/norma_juridica_mostrar_proc?cod_norma=1525)>. Acesso em: 06 de out. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 5.596 de 01 de agosto de 2006.** Altera dispositivos da Lei nº 5.134, de 10 de maio de 2000, que criou o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher e dá outras providências. Disponível em: <<http://legislacao.pi.gov.br/legislacao/default/ato/12908>>. Acesso em: 13 de set. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 6.307 de 25 de janeiro de 2013.** Altera a lei 5.134 de 10 de maio de 2000. Disponível em: <http://www.diariooficial.pi.gov.br/diario.php?dia=20130128>>. Acesso em: 21 set. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 028, de 09 de junho de 2003.** Dispõe sobre a lei orgânica da administração pública do estado do Piauí e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.cge.pi.gov.br/legis/legislacao/lei-complementar-estadual-028-2003-dispoe-sobre-a-lei-organica-da-administracao-publica-do-estado-do-piaui.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei 5. 329 de 24 de setembro de 2003.** Dispõe sobre a composição e o funcionamento do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência CONEDE/PI, e da outras providências. Disponível em: <<http://legislacao.pi.gov.br/legislacao/default/ato/12425>>. Acesso em: 13 de set. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 4.602 de 30 de junho de 1993.** Dispõe sobre a política estadual de atendimento dos direitos da criança e do adolescente. cria o conselho estadual de defesa dos direitos da criança e do adolescente (criado o fundo estadual dos direitos da criança e do adolescente). Disponível em: <[http://servleg.al.pi.gov.br:9080/ALEPI/consultas/norma\\_juridica/norma\\_juridica\\_mostrar\\_proc?cod\\_norma=2128](http://servleg.al.pi.gov.br:9080/ALEPI/consultas/norma_juridica/norma_juridica_mostrar_proc?cod_norma=2128)>. Acesso em: 14 de set. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 5.903 de 14 de outubro de 2009.** Aprova o Plano Estadual de Juventude e dá outras providências. Disponível em: <<http://legislacao.pi.gov.br/legislacao/default/ato/14405>>. Acesso em 25 de set. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 5.244, de 13 de junho de 2002.** Conselho Estadual dos Direitos do Idoso. Teresina (PI), 2002.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 5. 479 de 10 de agosto de 2005.** Altera dispositivos da Lei nº 5.244, de 13 de junho de 2002, que dispõe sobre a Política Estadual do Idoso e da outras providências. Disponível em: <<http://legislacao.pi.gov.br/legislacao/default/ato/12508>>. Acesso em: 13 de set. 2018.

TATAGIBA, Luciana. Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. In: DAGNINO, Eveline (Org.). **Sociedade civil e espaço público no Brasil.** São Paulo: Paz e Terra, 2002.

TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves. A atuação das organizações não-governamentais: entre o estado e o conjunto da sociedade. In: DAGNINO, Eveline (Org.). **Sociedade civil e espaço público no Brasil.** São Paulo: Paz e Terra, 2002.







# CAPÍTULO 2

## **MAX WEBER, KARL MARX E A TEODICEIA**

**MAX WEBER, KARL MARX AND THE THEODICY**

**Eduardo Lopes Cabral Maia**

**Eduardo Rosa Guedes**

**Jordana de Moraes Neves**

## Resumo

A pesquisa teve como objetivo analisar a construção da narrativa marxiana sobre a modernidade a partir da noção weberiana de teodiceia. Buscou-se, com tal percurso teórico, verificar se a estrutura discursiva da obra de Karl Marx fundamenta-se em bases religiosas, operando um deslocamento dos pressupostos analíticos, que nas teodiceias são de ordem teológica, para pressupostos de ordem metafísica. Os tipos ideais de teodiceia formulados por Weber expõem racionalizações de ordem teológica que visam dar sentido à má distribuição dos bens da graça, ao infortúnio e, até mesmo, à fortuna dos agraciados. Tais sistemas explicativos produzem lógicas voltadas à justificação do desajuste entre merecimento e infortúnio. Em sua ampla teoria da modernidade, Karl Marx procurou, a partir da noção de luta de classes, demonstrar as injustiças do capitalismo e apontar caminhos para a superação da dominação e da alienação. O que se procurou, nesta pesquisa, foi analisar a estrutura argumentativa de Karl Marx referente à injustiça do capitalismo, aos atores sociais em disputa e às formas de superação dessa injustiça para, então, compreender se sua análise comporta elementos estruturalmente idênticos aos dos tipos ideais de teodiceia formulados por Weber. Com tal processo analítico, buscou-se identificar se há, no pensamento de Marx, elementos de justificação da realidade que visem dar sentido lógico aos infortúnios e indicar meios de “redenção” (um “dever ser” metafísico) diante das injustiças.

**Palavras chave:** Teodiceia, Karl Marx, Max Weber, Sociologia Clássica, Teoria Sociológica.



## Abstract

The research aimed to analyze the construction of the Marxian narrative about modernity from the Weberian notion of theodicy. It was sought, with such a theoretical path, to verify if the discursive structure of Karl Marx's work is based on religious bases, operating a displacement of the analytical assumptions, which in theodices are of theological order, to metaphysical assumptions. Weber's ideal types of theodicy expose theological rationalizations that aim to make sense of the misallocation of the goods of grace, misfortune, and even the fortunes of the bestowed. Such explanatory systems produce logics aimed at justifying the mismatch between deserving and misfortune. In his broad theory of modernity, Karl Marx sought, from the notion of class struggle, to demonstrate how to inject capitalism and point out ways to overcome domination and alienation. The aim of this research was to analyze Karl Marx's argumentative structure regarding the injustice of capitalism, the social actors in dispute and the ways of overcoming this injustice in order to understand if his analysis includes elements structurally identical to those of the ideal types of theodicy formulated by Weber. With this analytical process, it sought to identify whether there are, in Marx's thought, elements of justification of reality that aim to give logical meaning to misfortunes and to indicate means of "redemption" (a "must be" metaphysical) in the face of injustices.

**Key-words:** Theodicy, Karl Marx, Max Weber, Classical Sociology, Sociological Theory.



## Introdução

Este breve texto exploratório tem como objetivo analisar a construção da narrativa marxiana sobre a modernidade a partir da noção weberiana de teodiceia. Busca-se, com tal percurso teórico, verificar se a estrutura discursiva da obra de Karl Marx fundamenta-se em bases religiosas, operando um deslocamento dos pressupostos analíticos, que nas teodiceias são de ordem teológica, para pressupostos de ordem metafísica.

A noção de teodiceia resulta de especulações filosóficas formuladas desde o paradoxo de Epicuro até sua forma mais elaborada na obra *Ensaio de Teodiceia*, de Leibniz. No campo da Sociologia, Max Weber foi quem se debruçou mais atentamente à questão fundamental da teodiceia: a incongruência entre o destino e o mérito (WEBER, 2013); ou, para ser mais específico: a incompatibilidade entre um Deus onipotente e a imperfeição do mundo (WEBER, 1999).

Os tipos ideais de teodiceia formulados por Weber expõem racionalizações de ordem teológica que visam dar sentido à má distribuição dos bens da graça, ao infortúnio e, até mesmo, à fortuna dos agraciados. Tais sistemas explicativos produzem lógicas voltadas à justificação do desajuste entre merecimento e infortúnio. Partindo de ideias como as de redenção após a morte, recompensa futura ainda em vida, disputa dualista entre bem e mal ou evolução do carma, as formas de racionalização religiosa procuraram produzir um sentido para a existência e estabelecer um sentimento de justiça divina.

Ao longo de sua ampla teoria da modernidade, Karl Marx procurou, a partir da noção de luta de classes, demonstrar as injustiças do capitalismo e apontar caminhos para a superação da exploração e da alienação.

Marx entendia que o elemento distintivo do gênero humano em relação aos demais gêneros é o trabalho consciente sobre a natureza para a produção social além das necessidades básicas. Tal concepção identifica o trabalho como a essência do homem, enquanto ser genérico (MARX, 2004), porém essa essência, no capitalismo, é alienada dos trabalhadores e apropriada por outros homens, produzindo injustiça e incongruência entre mérito e destino. O que resulta desta análise, entre outros fatores, é a formulação de uma concepção das sociedades capitalistas a partir da divisão entre proprietários e não proprietários dos meios de produção, levando ao que foi definido por Aron (2016) como *escatologia marxista*. Ou, como afirma Eliade (1992):

Bastará, para dar um só exemplo, lembrarmos a estrutura mitológica do comunismo e seu sentido escatológico. Marx retoma e prolonga um dos grandes mitos escatológicos do mundo asiático-mediterrâneo, a saber, o papel redentor do Justo (o "eleito", o "ungido", o "inocente", o "mensageiro"; nos nossos dias, o proletariado). (p. 168).



O que se procurou, na breve análise a seguir, foi expor a estrutura argumentativa de Karl Marx referente à injustiça do capitalismo, aos atores sociais em disputa e às formas de superação dessa injustiça para, então, compreender se sua análise comporta elementos estruturalmente idênticos aos dos tipos ideais de teodiceia formulados por Weber.

Com tal processo analítico, buscou-se identificar, no pensamento de Marx, se há elementos de justificação da realidade que visem dar sentido lógico aos infortúnios e indicar meios de “redenção” (um “dever ser” metafísico) diante das injustiças.

## A noção de teodiceia

O conceito<sup>1</sup> de teodiceia, em sua primeira formulação mais elaborada, desenvolve-se com a discussão entre Leibniz (1646-1716) e Pierre Bayle (1647-1706) sobre a origem do mal e a sua compreensão pela via racional. Para Bayle, a origem do mal era o insolúvel problema da razão humana. Era algo “irrespondível”, estava além da capacidade humana. Em seu *Diccionario histórico y crítico* (2010), o autor afirma que todo sistema de pensamento deve ter razões *a priori* e *a posteriori* que o sustentem. As primeiras, dizem respeito às ideias “mais certas e mais claras da ordem” (BRANDÃO, 2011, p. 203). Ou seja, elas nos fornecem subsídios que sustentam a existência de um ser “por si mesmo”, totalmente necessário, eterno, infinito e todo-poderoso. Contudo, além disso, o sistema deve conter em si subsídios capazes de dar conta da experiência (da realidade) para corroborar a sua sustentação e a existência de tal ser. Sendo assim, a questão do mal, para Bayle, dentro da filosofia, somente possuía uma das dimensões apresentadas, a saber, *a priori*, não podendo ser comprovada empiricamente, muito menos pela via racional.

A partir dessa afirmação, Leibniz desenvolve sua teoria nos *Ensaio de teodiceia sobre a bondade de deus a liberdade do homem e a origem do mal* publicados originalmente em 1710. O objetivo de Leibniz era, basicamente, “justificar a absolvição de deus e criar argumentos que asseverem a excelência da criação” (DRUCKER, 2001, p. 40). O mal<sup>2</sup>, para o autor, na mesma linha de raciocínio de Santo Agostinho (345 d.C-430 d.C) em “*O livre-arbítrio*” (1995), *não pode ser considerado somente uma realidade positiva, constituindo-se antes, ausência do bem*” (AQUINO, 2006, p. 51). Ou ainda, o mal é apenas uma necessidade moral permitida por Deus oriunda da imperfeição original do ser humano, que é uma criatura limitada, age erroneamente e se engana.

1 Do grego *théos*, ‘Deus’ e *diké* ou *dikaia*, ‘direito, justiça’. “Originariamente, a teodiceia é a demonstração por argumentos racionais de que a presença do mal no mundo, a saber, a dor, a doença, a morte, a desventura, o sofrimento moral, a infelicidade, a injustiça, etc., seja no reino biológico seja no mundo social, não é incompatível com a fé num Deus infinitamente bom e justo [...]” (PIERUCCI, 2004, p. 291).

2 O mal, segundo Leibniz, é dividido em três categorias: o mal metafísico (da imperfeição do ser criado); o mal físico (o sofrimento) e o mal moral (o pecado).



Em síntese, a justificação dada por Leibniz na sua teodiceia, basicamente, é a seguinte: Deus, sendo um ser sumamente bom, onipotente e onipresente, na sua imensa sabedoria, criou esse mundo como o melhor dos mundos possíveis e os homens com uma limitação natural (caso contrário, Deus não seria o ser mais perfeito que existe), permitindo apenas o seu livre-arbítrio, considerando o mal como algo necessário para a realização de um “bem maior”.

Max Weber, por sua vez, procurou desenvolver o conceito a partir de sua dimensão sociológica. Nesse sentido, como afirma Pickering (2004, p. 71),

Dentro da sociologia da religião, que era de particular interesse para Weber, sua preocupação foi analisar as consequências práticas para o comportamento humano de certas doutrinas religiosas e teológicas. Apenas por essa razão ele se concentrou no conceito de salvação e sua aplicação à religião que lhe parecia possuir uma teologia racional.

Nesse sentido, o racionalismo ocidental descrito por Weber, acompanhado pelo processo de desencantamento do mundo (pela via religiosa), gerou uma indagação ético-religiosa que acentuou a ideia de uma divindade bondosa criadora de um mundo imperfeito, produzindo normas e valores religiosos que moldaram certas consequências práticas para a conduta dos homens, mais especificamente a ânsia pela salvação. Sendo assim,

Weber em sua abordagem destaca o que domina a nostalgia pela salvação, uma vez que esta traz consigo consequências práticas para a determinação das condutas de indivíduos e grupos. Esta nostalgia é a força motivacional para o estabelecimento de modos de vida, que sistematiza a vida prática orientando-a por valores unitários, o que denomina de “sistematização religiosa do modo de vida”. O objetivo e o próprio sentido deste modo específico de viver e ter para si determinado comportamento através de uma ética religiosa, podem dirigir-se com determinações para a transcendência ou podem estar centrados neste mundo (NERY, 2001, p. 26).

Christopher Adair-Toteff (2015), defendeu que o real interesse de Weber em relação à “teodiceia” e à “salvação” era seus impactos na conduta humana, sendo que, na sociologia da religião weberiana, tais noções não podem ser compreendidas separadamente, mesmo que a primeira carregue consigo uma carga semântica positiva e a segunda carregue uma carga negativa, pois se trata de um “problema existencial”, como afirmava Jaspers (1965).

Para o homem religioso alcançar a salvação é necessário levar a vida adequadamente ou eticamente guiada por preceitos religiosos nos quais acredita. Isso implica compreender o valor da salvação e concebê-la como algo necessário, sabendo o “motivo” de querer se livrar do sofrimento físico, psíquico e social. Segundo Weber, existem salvações com aspectos utilitaristas (zoroastrismo, na recompensa pela piedade; budismo, para se obter uma vida longa e próspera por ter agido moralmente), outras com aspectos idealistas e que visam mudar a sua situação (como a do judeu que deseja mudar o “status quo” do seu povo), enfim, as diversas for-



mas de salvação têm influência considerável sobre a conduta do homem religioso.

Existem, de acordo com Weber, duas formas de salvação, a saber, uma *ritualista ou mística*, presente no hinduísmo, sufismo e budismo; e outra, *intencional ou ascética*, que define, explicitamente, a conduta do homem, como, por exemplo, a do protestante e do judeu que se consideram “ferramentas de Deus”. Tais formas de salvação seriam a manifestação e o produto daquele problema lógico-conciliador que abarca uma divindade bondosa e um mundo imperfeito. Seria aquela questão que permeia a cabeça do homem religioso que deseja ser salvo: a questão do sentido do mundo<sup>3</sup>.

Weber divide a teodiceia em duas categorias principais antes de apresentar as especificidades de cada sistema religioso, são elas: *teodiceia do sofrimento* e *teodiceia da fortuna*. A *teodiceia do sofrimento* refere-se à má distribuição dos recursos neste mundo gerando, conseqüentemente, um senso de injustiça e pecaminosidade relativo a grupos privilegiados. A *teodiceia da fortuna*, por sua vez, diz respeito ao estrato social dos intelectuais e das classes altas que buscava legitimar sua posição social, seu destino político, a diferença das situações econômicas, da saúde do corpo e da contabilidade do sucesso.

A primeira categoria, *teodiceia do sofrimento*, é oriunda das classes baixas que, tendencialmente, podem apresentar um comportamento ressentido por serem compostas por pessoas humildes e com poucas posses, embora dedicadas e orientadas pela moral religiosa. Tal tipologia carrega consigo uma importante característica da ética religiosa, pois ilustra a má distribuição dos recursos neste mundo. Ainda, Weber demonstra que a primeira aparição da teodiceia do sofrimento ocorreu na questão judaica relatada no livro de Jó. O teste da fé de Jó expõe a primeira tentativa de intelectualizar o problema da teodiceia e conceber o mundo como um cosmos pleno de sentido, sem o objetivo de qualquer solução. Considerando que Jó era um homem religiosamente exemplar que acabou perdendo tudo, ele é a primeira expressão da ideia que permeia a teodiceia do sofrimento, a saber: “como eu, que sou um homem bondoso, moralmente guiado e religiosamente composto, sofro neste mundo cruel enquanto os outros possuem ‘tudo’ e não são como eu?”.

Por seu turno, diferentemente da teodiceia do sofrimento, “os outros”, “os possuidores”, “os afortunados”, também olharam para a religião. Com outra perspectiva, eles viam nela uma fonte de consolo que legitimava sua fortuna e sua posição social. Eles necessitavam saber se eram merecedores do que possuíam, tinham a necessidade psíquica de confortar a sua fortuna. Isto é, a necessidade de sentir que a sua fortuna era legítima e merecida, neste caso a explicação se dá por meio da *teodiceia da fortuna*. No entanto, Weber insistiu que os afortunados “raramente”

3 Weber usa o termo “*sinn*” (sentido) em três dimensões, a saber: sentido metafísico (verdadeiro); sentido dogmático (correto) e sentido subjetivo (significado). No caso da teodiceia, segundo Adair-Totef (2013), Weber usa o termo “*sinn*” (sentido) em sua acepção metafísica (aquele verdadeiro), aquele que está para além da capacidade humana e que ao mesmo tempo é desejado para se compreender o sentido do mundo.

estão satisfeitos com a posse da sua fortuna. Nesse sentido, “eles queriam ter o direito de justificar sua fortuna, para mostrar como o seu poder, a honra, as posses e os prazeres foram ganhos” (ADAIR-TOTTEFF, 2013, p. 102).

Aprofundando as especificidades das teodiceias, Weber definiu tipos de teodiceias referentes a sistemas religiosos definidos: o protestantismo, o zoroastrismo, o hinduísmo indiano junto à sua via heterodoxa (budismo) e o judaísmo com a sua concepção escatológica. Com isso, o autor construiu quatro tipos puros de teodiceia, cada um deles vinculado a um sistema religioso: *teodiceia da predestinação*, *teodiceia do dualismo*, *teodiceia do Karma* (ou transmigração de almas) e *teodiceia da escatologia messiânica*. Cada um desses tipos foi pensado a partir da explicação racional fornecida por um sistema religioso para as contradições entre “o céu e a terra”.

A primeira tipologia diz respeito, mais especificamente, ao calvinismo, é a teodiceia da *predestinação*. O calvinismo, segundo Weber (2014), encarou o problema da teodiceia radicalmente. De acordo com a teologia calvinista, Deus (*Deus absconditus*: Deus escondido ou Deus oculto), escolheu apenas alguns para serem salvos, sendo o restante da humanidade condenado à danação (*Ecclesia pura*). Nesse sentido, todo ser humano em sua origem é corrupto e nem todos têm a mesma chance de salvação. Destarte, esse “Deus oculto” não aceita qualquer tipo de prece que procure alterar sua decisão. Como esse decreto é eterno, imutável e baseado na sua onisciência, não há como compreender (devido à limitação cognitiva do homem) a decisão de Deus, já que ele é “oculto, supremo e todo-poderoso”. Isso seria uma afronta à sua capacidade decisória. Logo, o problema não vem de Deus e sim do homem. Essa limitação ou fraqueza da natureza humana na teodiceia calvinista é muito parecida com aquela afirmada pelo judaísmo. Contudo, no judaísmo a fraqueza se limitava ao seu povo, enquanto que no calvinismo tal fraqueza atingia toda a humanidade.

A segunda tipologia de teodiceia, o *dualismo*<sup>4</sup>, busca responder as injustiças do mundo através da disputa entre as forças do bem e do mal. É possível, por exemplo, perceber o modo de desenvolvimento da tipologia dualista de Weber no sistema religioso do antigo Irã (zoroastrismo), que concebe o mundo como uma arena de combate entre o bem e o mal. Essa compreensão é proveniente de um fervor escatológico dos crentes, aliado ao prestígio imputado pela comunidade aos puros e seletos no interior deste sistema de combate. No sistema religioso iraniano se desenvolve uma concepção de “impuro” como vinculado às forças do mal.

---

4 O modo mais coerente em que se efetivou a concepção dualista foi na religiosidade profética do *mazdeísmo*, pois o dualismo começou com a oposição mágica entre “puro” e “impuro”. Segundo Weber (2010, p. 87), “o dualismo mazdeísta interessa pela influência que as ideias persas do juízo final e também a doutrina dos demônios e dos anjos exerceram sobre o judaísmo”.





Um detalhe importante a ser destacado no dualismo é a ideia de que “deus” “*não é todo-poderoso, e o mundo não é sua criação a partir do nada*” (WEBER, 2014, p. 354). Problemas de maus feitos, injustiças e pecado são conseqüências da pureza dos deuses bons pelo contato com as “trevas”, com as “matérias impuras”. Por matéria impura compreende-se também o mundo, que nasceu em conseqüência de um crime, um pecado original dos homens ou dos anjos. Existe, contudo, uma ideia muito forte, parecida com a escatologia, de que a luta final se aproxima.

No dualismo, os problemas do mundo são vistos como uma vitória do mal na arena terrenal e a função dos seletos é sempre fazer o bem para combater o mal, ou seja, suas ações estão sempre orientadas na derrota de um oponente: o mal<sup>5</sup>.

A terceira tipologia de teodiceia, a *doutrina do karma* (ou crença na transmigração de almas), é considerada por Weber a mais racional de todas. Nessa teodiceia são englobadas as religiões hinduístas e budistas e não existe o ocultamento da dimensão humana nas ações. Logo, nada depende exclusivamente de um Deus todo poderoso e qualquer ação de injustiça proferida pelo homem é de sua responsabilidade.

No hinduísmo, a transmigração de almas seria a única via pela qual o indivíduo poderia evoluir na escala social, exigindo do crente o cumprimento fiel das normas éticas e dos rituais ligados à sua casta (dharma). Segundo Sell (2013, p. 125), “*o hinduísmo era uma religião cuja camada social fundamental era formada por sacerdotes que não tinham poder político e que, por esta razão, desenvolveram profundamente o racionalismo especulativo de tipo místico*”. Além dessa especulação de tipo místico acerca do cosmos, desenvolve-se uma racionalização do cosmos sob princípios éticos. Esse “*cosmos*” é um “*mecanismo universal de retribuição em que nunca se perderá algum efeito eticamente relevante*” (WEBER, 2014, p. 355), pois esse processo mecânico e eterno do cosmos executa suas tarefas conforme os princípios éticos são seguidos ou não.

Por sua vez, o budismo antigo leva a ideia da inexistência da supradivindade personificada, no que tange à ordem do mundo, às últimas conseqüências, eliminando, inclusive, a própria concepção de “alma”. Existem apenas as ações boas e más e são as únicas coisas que importam para o mecanismo do *karma*.

Portanto, na *teodiceia do karma* adotada pela religião hinduísta e pela budista é o indivíduo que traça os problemas do homem ou as boas ações que, invariavelmente, serão retribuídas dentro do próprio mundo. Da mesma forma, é possível reconhecermos a crença de que sua alma humana poderá retornar ao mundo – em forma animalésca, humana ou divina –, a fim de que os resultados de sua culpa ou mérito sejam devidamente colhidos (MEIRELES, 2011). Na teodiceia do *karma*, tudo depende das ações do indivíduo em relação à construção do próprio destino. Portanto,

5 A concepção do “mal” é apresentada como impurificação, pecado, e está diretamente ligada ao corporal (material), presumindo as tentações mais grosseiras do homem. Enquanto que o “bem” está ligado diretamente ao espiritual, ao reino da luz, sendo o elemento mais lúcido do homem.

[...] a finitude de toda vida terrestre é a consequência da finitude dos bons e maus feitos na vida anterior da mesma alma, e os sofrimentos da vida atual, que parecem injustos do ponto de vista da retribuição, são expiações de uma vida passada (WEBER, 2014, p. 355).

Por fim, a última tipologia apresentada por Weber é a da religião judaica: *escatologia messiânica*. De acordo com essa crença, o processo escatológico busca estabelecer o equilíbrio social, ou melhor, uma transformação político-social deste mundo. Diz Weber, “*um herói poderoso, ou um Deus, virá – logo, mais tarde, algum dia – e colocará seus adeptos na posição que merecem no mundo*” (WEBER, 2014, p. 351). Esses adeptos não desfrutam de uma vida plenamente justa e bela (porque sofrem) por consequência dos pecados dos antepassados pelos quais esse Deus (no caso, o Deus judaico) responsabiliza os descendentes. Pode acontecer, também, que apenas os descendentes dos justos e piedosos – aqueles que não desagradaram ou provocaram a ira do Deus – chegarão a ver o reino messiânico. Nesse sentido, cabe aos vivos, aos descendentes atuais o cumprimento rigoroso e exemplar dos mandamentos divinos positivos para obter para si o máximo possível da benevolência divina com o objetivo de, talvez, participar do reino da salvação, onde os justos serão recompensados e os injustos punidos.

Em síntese, a concepção de teodiceia recobre um conjunto variado de explicações teológicas sistematicamente refletidas para as contradições entre a perfeição divina e a imperfeição da realidade, justificando, de forma lógica, a má distribuição dos bens de salvação e a incongruência entre destino e mérito.

## A narrativa marxiana

Karl Marx, ao longo de sua vigorosa obra, produziu uma compreensão acerca da sociedade capitalista segundo a qual os trabalhadores se encontram alienados de sua essência, o trabalho:

A atividade vital consciente distingue o homem imediatamente da atividade vital animal. Justamente, [e] só por isso, ele é um ser genérico. Ou ele somente é um ser consciente, isto é, a sua própria vida lhe é objeto, precisamente porque é um ser genérico. Eis por que a sua atividade é atividade livre. O trabalho estranhado inverte a relação a tal ponto que o homem, precisamente porque é um ser consciente, faz da sua atividade vital, da sua *essência*, apenas um meio para sua existência. (MARX, 2004, p. 84-85).

Para Marx, o elemento distintivo do ser humano em relação às outras espécies é a capacidade de produzir coletivamente além das necessidades básicas. Esse trabalho coletivo, ao desenvolver a linguagem na relação entre os indivíduos, produz a consciência: o trabalho consciente sobre a natureza para a satisfação das novas



necessidades (MARX; ENGELS, 1998).

O trabalho, enquanto essência do homem, se realiza, torna-se objetivo, na atividade humana produtiva sobre a natureza. Ocorre que, no capitalismo, esse trabalho deixa de pertencer ao trabalhador, sendo apropriado pelo capitalista. Tal situação aliena o homem de sua essência na medida em que o torna incapaz de controlar o processo produtivo e manter a propriedade do seu trabalho objetivado:

O que é produto da relação do homem com o seu trabalho, produto de seu trabalho e consigo mesmo, vale como relação do homem com outro homem, como o trabalho e o objeto do trabalho de outro homem.

Em geral, a questão de que o homem está estranhado do seu ser genérico quer dizer que um homem está estranhado do outro, assim como cada um deles [está estranhado] da essência humana. (MARX, 2004, p. 86).

Ao se apropriar do objeto do trabalho de outro homem, o capitalista produz a alienação do trabalhador em relação à sua essência e a alienação do homem enquanto ser genérico. Como resultado:

O trabalho é externo ao trabalhador, isto é, não pertence ao seu ser, que ele não se afirma, portanto, em seu trabalho, mas nega-se nele, que não se sente bem, mas infeliz, que não desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre, mas mortifica sua *physis* e arruína o seu espírito. (Ibid, p. 82).

O capitalismo, portanto, ao alienar o homem de sua essência, produz uma classe de indivíduos oprimidos em oposição à classe dos proprietários, opressores, responsáveis pela miséria do proletariado. Torna-se necessário, portanto, emancipar a sociedade da relação de opressão das classes não proprietárias pela classe proprietária. Porém, ao refletir sobre a situação da Alemanha de seu tempo, Marx entende não ser possível uma emancipação humana universal, mas, em lugar disso, uma revolução parcial, produzida por uma classe que se emancipa e alcança o domínio universal, sendo a situação dessa classe particular a condição para a emancipação universal da sociedade. Não se trata, portanto, de uma emancipação humana desvinculada de sua situação de classe, mas a emancipação produzida por uma classe específica que, por sua condição, emancipa toda a sociedade.

Para que a revolução de um povo e a emancipação de uma classe particular da sociedade civil coincidam, para que um estamento se afirme como um estamento de toda a sociedade, é necessário que, inversamente, todos os defeitos da sociedade sejam concentrados numa outra classe, que um determinado estamento seja o escândalo universal, a incorporação das barreiras universais; é necessário que uma esfera social particular se afirme como o crime notório de toda a sociedade, de modo que a libertação dessa esfera apareça como uma autolibertação universal. Para que um estamento seja *par excellence* o estamento da libertação é necessário, inversamente, que um outro estamento seja o estamento inequívoco da opressão. (MARX, 2010, p. 154).



Marx apresenta, dessa forma, uma análise do capitalismo a partir da luta entre duas classes: a burguesia (proprietária dos meios de produção) opressora e o proletariado oprimido. Vinculada a essa oposição de classes, torna-se imperativo e, até mesmo, inevitável, a emancipação produzida pela classe oprimida que, em última forma, emanciparia toda a sociedade.

Mas também tem base empírica o fato de que essa força, tão misteriosa para os teóricos alemães, será superada com a derrubada do atual estado social, pela revolução comunista (de que falaremos mais tarde) e pela abolição da propriedade privada. (MARX; ENGELS, 1998, p.34).

Em resumo, Marx entende que o capitalismo produz a alienação do homem em relação à sua essência. Tal alienação ocorre pela apropriação do objeto do trabalho humano pelo burguês. Diante dessa situação de opressão, o proletariado deve realizar a revolução como forma de emancipar a sociedade da exploração, da infelicidade e da miséria produzida pelo capitalista, conduzindo a sociedade ao modo de produção comunista, diante do qual não haveria conflitos de classe devido à extinção da propriedade privada burguesa: "é somente nesse estágio que a manifestação da atividade individual livre coincide com a vida material, o que corresponde à transformação dos indivíduos em *indivíduos completos*" (ibid, p. 84).

A narrativa marxiana da modernidade sob o modo de produção capitalista reproduz diversos elementos que se assemelham às tipologias weberianas de teodiceia, porém sustentados por premissas filosóficas em lugar das racionalizações de fundo teológico.

Inicialmente, a concepção de luta de classes entre proletariado e burguesia identificados respectivamente como "*uma classe com grilhões radicais (...), de uma esfera que possua um caráter universal mediante seus sofrimentos universais (...) contra [a qual] não se comete uma injustiça particular, mas a injustiça por excelência*" (MARX, 2010, p. 156) e como uma classe responsável, conseqüentemente, por produzir esse sofrimento universal, demonstra a valoração entre o virtuoso, expresso na classe responsável pela emancipação universal e o inimigo da virtude, expresso na classe responsável pelas mazelas sociais. Diante deste quadro, Marx constrói uma narrativa aproximada, formalmente, daquela característica da teodiceia da dualidade fundada na disputa entre forças do bem e do mal, pois a classificação do proletariado, por um lado, como a classe que sofre a injustiça universal e da burguesia, por outro lado, como a classe que concentra todos os defeitos da sociedade remete diretamente à composição dualista entre bem e mal.

Injustiça, maus feitos, pecado, tudo, portanto, que faz surgir o problema da teodiceia é consequência da turvação da radiante pureza dos deuses grandes e bons pelo contato com o poder – independente deles – das trevas, e com a matéria impura, considerada idêntica a este, poder que permite a uma força satânica dominar o mundo. (WEBER, 1999, p. 354).



Nesse sentido, a perspectiva marxiana elabora a distinção entre opressor e oprimido a partir da concepção de injustiça e maus feitos tratados por Weber em sua reflexão a respeito da teodiceia dualista, tomando como elemento fundamental o contato com o poder: o poder econômico expresso na propriedade privada. Neste contexto, a justificativa filosófica para a incoerência entre mérito e recompensa se encontra na propriedade dos meios de produção concentrada nas mãos da burguesia, na exploração da força de trabalho e na apropriação da mais-valia levando à luta de classes, uma luta entre oprimido e opressor.

Vinculada ao dualismo expresso na luta de classes, Marx reproduz a natureza ressentida da teodiceia do sofrimento ao definir como fundamento da classe revolucionária o sentimento expresso na afirmação: *"não sou nada e teria de ter tudo"* (Ibid, p. 155). O enunciado demonstra claramente a contradição entre mérito e recompensa ao destacar que a classe oprimida *"teria de ter tudo"*, pois o mérito expresso nessa afirmação não encontra a recompensa devida de acordo com a outra parte do enunciado: *"não sou nada"*. A classe vítima da *"injustiça por excelência"* reproduz a teodiceia do sofrimento como forma de compreensão racional de sua condição, atribuindo ao *"outro"*, à classe opressora, a responsabilidade por seu sofrimento e acentuando o caráter ressentido em relação àqueles que lhe impõem tal sofrimento.

A aproximação da narrativa marxiana aos fundamentos das teodiceias surge novamente diante da noção de redenção neste mundo, típica da escatologia messiânica. Ao tratar da revolução do proletariado e da sociedade comunista resultante da revolução, Marx constrói uma imagem de redenção dos oprimidos diante de uma lógica que, através da ação de classe, finalmente produziria justiça e equidade entre mérito e fortuna:

Assim como a filosofia encontra suas armas materiais no proletariado, o proletariado encontra na filosofia suas armas espirituais, e tão logo o relâmpago do pensamento tenha penetrado profundamente nesse ingênuo solo do povo, a emancipação dos alemães em homens se completará. (Ibid, p. 156).

A perspectiva teleológica de Marx segundo a qual a luta de classes levará inevitavelmente à sociedade comunista representa a redenção final, a conclusão escatológica, da luta entre forças do bem e do mal: *"Para nós o comunismo não é nem um estado a ser criado, nem um ideal pelo qual a realidade deverá se guiar. Chamamos de comunismo o movimento real que supera o estado atual de coisas"* (MARX; ENGELS, 1998, p. 32).



De acordo com Weber (1999, p. 351):

O processo escatológico consiste então numa transformação política e social deste mundo. Um herói poderoso, ou um deus, virá – logo, mais tarde, algum dia – e colocará seus adeptos na posição que merecem no mundo.

A concepção marxiana de redenção do sofrimento diante da transformação política e social operada pela revolução comunista emancipa a sociedade do domínio do capital devolvendo ao homem sua essência alienada pelo modo de produção capitalista:

(...) na sociedade comunista, em que cada um não tem uma esfera de atividade exclusiva, mas pode se aperfeiçoar no ramo que lhe agrada, a sociedade regulamenta a produção geral, o que cria para mim a possibilidade de hoje fazer uma coisa, amanhã outra, caçar de manhã, pescar na parte da tarde, cuidar do gado ao anoitecer, fazer crítica após as refeições, a meu bel-prazer, sem nunca me tornar caçador, pescador ou crítico. (MARX; ENGELS, 1998, p. 28-29).

Embora se diferencie da noção de teodiceia formulada por Weber devido à rejeição de formulações religiosas, a narrativa de Marx incorpora diversos elementos formais das teodiceias para justificar as “incongruências” e “injustiças” da modernidade, porém sob a perspectiva filosófica. Desse modo, o pensamento marxiano se constrói sobre a noção de lógica existencial a partir daquilo que definiu como lei da história: a luta de classes. Enquanto proposta que conduz à redenção, a escatologia marxista produz uma noção de sentido na história e na ação humana, representando uma narrativa de viés normativo cujo resultado, em boa medida, se aproxima daquele característico das religiões: a produção de valores universais.

## Referências

ADAIR-TOTTEFF, Christopher. **'Sinn der Welt': Max Weber and the problem of theodicy.** Max Weber Studies, Berlin, v. 13, n. 01, p. 87-107. 2013.

\_\_\_\_\_. **Fundamental concepts in Max Weber's Sociology of Religion.** New York: Palgrave Macmillan, 2015.

AGOSTINHO, Santo, Bispo de Hipona. **O livre-arbítrio.** [tradução, organização, introdução e notas Nair de Assis Oliveira ; revisão Honório Dalbosco]. — São Paulo: Editora Paulus, 1995.

AQUINO, Jefferson Alves. **Leibniz e a teodiceia: o problema do mal e da liberdade humana.** Revista Philosophica, Lisboa, n. 28, p. 49-66. 2006.

ARON, Raymond. O ópio dos intelectuais. São Paulo: Três estrelas, 2016.

BAYLE, Pierre. **Diccionario histórico y crítico.** Buenos Aires: Editora El Cuenco de Plata, 2010.

BRANDÃO, Rodrigo. **Notas sobre a história filosófica do mal e o projeto de teodiceia.** Cadernos de História e Filosofia da Ciência, Campinas, Série 3, v. 21, n. 1, p. 191-216, jan.-jun. 2011.

DRUCKER, Claudia. **Nietzsche e a necessidade de redenção.** In: Assim falou Nietzsche III/ Organização: Charles Feitosa. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2001.



- ELIADE, Mircea. O sagrado e o profano. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- JASPERS, Karl. **Introdução ao pensamento filosófico**. 3ª Ed. São Paulo: Cultrix, 1965.
- LEIBNIZ, G. W. **Ensaio de teodiceia: sobre a bondade de Deus, a liberdade do homem e a origem do mal**. São Paulo: Editora Loyola, 2013.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. SP: Martins Fontes, 1998.
- MARX, K. **O Capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- \_\_\_\_\_. **O 18 brumário e Cartas a Kugelmann**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo editorial, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MEIRELES, Tiago. **Teodiceia em movimento: religiosidade neopentecostal e transformações culturais**. 2011. 131 p. Dissertação. (Mestrado em Sociologia) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de Goiás, 2011.
- NERY, Maria Clara. **A teodiceia da IURD, a mudança das representações e padrões comportamentais de seus crentes e/ou adeptos**. 2001. 238 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.
- PICKERING, W. S. F. **Theodicy and social theory: an exploration of the limits of collaboration between sociologist and theologian**. In: MARTIN, David; MILLS, John Orme; PICKERING, W. S. F. (org). *Sociology and theology: alliance and conflict*. Boston: Brill, 2004.
- SELL, Carlos Eduardo. **Max Weber e a racionalização da vida**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2013.
- WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Volume 1, 4ª edição. São Paulo: Editora UnB, 1999.
- \_\_\_\_\_. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Sociologia das religiões**. São Paulo: Editora Ícone, 2010.
- \_\_\_\_\_. **Economia e sociedade**. Brasília: Editora UnB, 2014. V. 1
- \_\_\_\_\_. **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

# **COMO AS INTERAÇÕES ENTRE TRABALHO E SAÚDE (MENTAL) PERMEIAM O CUIDADO EM SAÚDE NA ATENÇÃO PRIMÁRIA?<sup>1</sup>**

**HOW DO INTERACTIONS BETWEEN WORK AND (MENTAL) HEALTH  
MEDIATE HEALTH CARE IN PRIMARY HEALTH CARE?**

**Liana Cristina Dalla Vecchia Pereira  
Teresa Kleba Lisboa**

---

<sup>1</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Uma versão simplificada deste artigo foi publicada nos anais do 19º Congresso Brasileiro de Sociologia, intitulada "Interfaces entre Trabalho e Saúde (Mental): de como o trabalho compõe as experiências de saúde aos modos como atravessa as práticas na atenção primária".



## Resumo

O presente estudo teve como objetivo analisar como as interações entre trabalho e saúde mental compõem e permeiam o cuidado em saúde a partir da experiência narrada por profissionais da atenção primária à saúde (APS) em Florianópolis. Tomamos o trabalho em saúde enquanto atividade conforme as perspectivas da Clínica da Atividade e da Ergologia. Utilizamos a cartografia como percurso metodológico, no qual realizamos entrevistas com trabalhadoras/es da APS. A análise elucida a complexidade das interações entre as vivências laborais e situações de saúde, intensificando a experiência de sofrimento psíquico na relação com as questões sociais de desigualdade e violências. Persistem as inquietações sobre como intervir diante da controvérsia: grande parte da população acompanhada pelas equipes de saúde precisar manter o trabalho para a subsistência, embora as vivências laborais apresentem agravos significativos à saúde (mental). O cenário de desmonte das políticas sociais constitui outro obstáculo para o trabalho na APS.

**Palavras-chave:** Trabalho; Saúde Mental; Saúde do/a Trabalhador/a; Atenção Primária

## Abstract

This study aims to analyse how the interactions between work and mental health mediate health care from the experience narrated by professionals of primary health care (PHC) in Florianópolis. We take work in health as an activity according to Clinic of Activity and Ergology perspectives. Cartography as a methodological pathway was undertaken by interviewing PHC workers. The analysis elucidates the complexity of interactions between work experiences and health situations, intensifying mental distress in contexts of social inequality and violence. Concerns persist about how to intervene in the face of the controversy that a large proportion of population accompanied by health teams needs to maintain their job to make ends meet, although it generates significant (mental) health problems. The dismantling scenario of social policies is another obstacle to work in PHC.

**Key-words:** Work; Mental Health; Worker's Health; Primary Health Care



## Introdução

A centralidade do trabalho na organização das sociedades contemporâneas e as modificações das relações sociais de produção no capitalismo global permeado pela racionalidade neoliberal, reestruturação produtiva e modelo de acumulação flexível afetam significativamente os modos de viver, de trabalhar e de se relacionar. Este cenário amplia a subcontratação, terceirização e precarização nos mundos do trabalho, aumentando o impacto na saúde das populações, o que se intensifica ao considerar as intersecções de gênero, raça/etnia, classe social, sexualidades, entre outros marcadores de diferenciação social. Além disso, vivemos em um contexto de desmantelamento dos direitos e políticas sociais no Brasil, dentre as quais o Sistema Único de Saúde (SUS) e os direitos trabalhistas estão ameaçados. Neste contexto, como (re)afirmar uma política pública de saúde?

Colocar em análise as relações entre trabalho e saúde (mental) nas políticas públicas de saúde constitui o ponto inicial da pesquisa que se tece pelo exercício de problematizar. O interesse pelo tema emerge das experiências ao estudar, trabalhar e pesquisar o campo da saúde, assim como por nos constituirmos enquanto usuárias do sistema e participarmos de movimentos em defesa do SUS. Além disso, destacamos a aproximação com a área da atenção primária e saúde mental na formação profissional e atual inserção no doutorado interdisciplinar em ciências humanas. Que lugar(es) o trabalho ocupa na política de saúde? Como a interação entre trabalho e saúde mental comparece e permeia a produção do cuidado em saúde a partir da experiência de trabalho das/os profissionais do SUS?

O SUS se constitui como a principal política pública de saúde no Brasil, na qual a saúde se torna um direito de todas as pessoas e dever do Estado, garantido na Constituição Federal de 1988 e em portarias específicas. Foi engendrado pelo movimento sanitário no contexto de luta contra a ditadura militar e pela democratização do Brasil no início da década de 1970 com críticas à ineficiência das políticas de saúde por seu caráter privatista e ênfase em práticas curativas e individuais orientadas em função da lucratividade. Situa-se no campo complexo de tensões e disputas políticas, sociais e econômicas. Com a construção do SUS, a saúde passa a ser concebida em uma perspectiva ampliada que requer ações intersetoriais relacionadas aos determinantes da saúde, como moradia, educação, alimentação, trabalho, renda, saneamento, entre outros. Na articulação entre saúde e trabalho, a política de saúde do/a trabalhador/a (STT) se constitui como normativa que propõe diretrizes para intervir na relação entre sistema produtivo e saúde para desenvolver a atenção integral à STT nos diferentes níveis do SUS (primário, secundário e terciário). Este estudo abrange o âmbito da atenção primária à saúde (APS) por se configurar como a porta de entrada preferencial do sistema, espaço em que a política de saúde se situa mais próxima das pessoas para promover o cuidado lon-



gitudinal em saúde. Propomos como escopo a articulação entre STT e saúde mental (SM) na APS.

O campo problemático privilegia a perspectiva de que a política de saúde se faz no agir cotidiano de trabalhadoras/es do SUS, no cuidado em saúde produzido *nos* e *pelos* encontros das/os profissionais com a população acompanhada. Tomamos o trabalho em saúde enquanto atividade, o que significa considerá-lo na microgestão da distância entre o *trabalho prescrito* e o *trabalho real*, no hiato em que as iniciativas de trabalhadores/as instauram relações modificadoras das normas em processo de renormalização, conforme perspectiva proposta nas abordagens da Clínica da Atividade (CLOT, 2010) e Ergologia (SCHWARTZ, 2011). Dentre outras dimensões, as políticas públicas apresentam o âmbito normativo que viabiliza a organização dos serviços e das práticas de saúde, constituindo a esfera que obteve legitimidade discursiva entre disputas que consolidaram determinados regimes de saber em meio às relações de poder (FOUCAULT, 2009). Que forças estão em jogo nas políticas de saúde em sua relação com os mundos do trabalho?

Nos mundos do trabalho enfrentamos diversas formas de violência e de violação de direitos que reverberam em sofrimento com grandes desafios devido à invisibilidade, silenciamento e estigmatização das situações relacionadas à saúde mental, tais como as vivências de assédio moral e sexual. Com o desmantelamento dos direitos trabalhistas e das políticas sociais, como a interação entre trabalho e saúde (mental) comparece no cotidiano do trabalho de profissionais da APS/SUS? Como as experiências laborais compõem as experiências de saúde mental? Estas inquietações movem a pesquisa que se tece a partir das experiências narradas por trabalhadoras/es da APS em Florianópolis.

Neste estudo objetivamos analisar como as interações entre trabalho e saúde (mental) comparecem e permeiam a produção do cuidado em saúde a partir das experiências narradas por profissionais da APS/SUS em Florianópolis. Propomos uma dupla perspectiva de análise: de como o trabalho permeia a atenção em saúde (mental) aos modos como reverbera na saúde mental das/os trabalhadoras/es da APS.



## Contexto da Pesquisa

O estudo foi desenvolvido na rede da APS em Florianópolis. A cidade é a capital do estado de Santa Catarina (SC), localizada na região sul do Brasil, composta pela ilha principal, parte continental e ilhas circundantes, com estimativa populacional de 492.977 habitantes em 2018, segundo dados do IBGE. No que se refere a trabalho e rendimento, a proporção de pessoas ocupadas é de 66.3% em 2016, com média mensal de 4.7 salários mínimos. Entretanto, 24.6% dos domicílios apresentam rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, o que coloca Florianópolis na posição 209 das 295 cidades do estado e na posição 5.328 dos 5.570 municípios do Brasil (IBGE), aspecto que denota a desigualdade na distribuição de rendimentos comparando com outros municípios.

No que se refere à rede de saúde de Florianópolis, a cobertura da APS abrange 90,66% da população, contando com 139 equipes de saúde da família (eSF), conforme dados disponíveis na sala de apoio à gestão (SAGE) do Ministério da Saúde em 2017. Nas interlocuções com profissionais da APS e nas conferências de saúde de 2019 foi destacado que o município se aproximou a 100% de cobertura populacional pelas eSF em 2014, situação que foi modificada devido à pouca contratação de trabalhadoras/es nos últimos anos e mudança na carga horária, configurando um cenário que diminui significativamente a cobertura de eSF para 80% em 2019, o que demonstra a diminuição do investimento na saúde nos últimos anos.

As/os servidoras/es municipais têm intensificado as reivindicações ao longo dos últimos anos, como aconteceu em manifestação e greve contra os cortes de direitos trabalhistas com a mudança da gestão municipal em 2017. Em 2018, uma nova greve foi mobilizada contra o projeto de lei de contratação de organizações sociais (OS) para administrar as políticas municipais de saúde e educação. Diante dos desafios e retrocessos vivenciados em Florianópolis com reflexo dos embates e reformas propostos no âmbito nacional, as/os servidoras/es do município persistem na defesa da saúde como direito universal e na luta pelo SUS público e de qualidade, enfrentando represálias e ameaças nas manifestações.

Quanto à rede de atenção à STT em Florianópolis, o centro de referência de saúde do/a trabalhador/a (Cerest) foi inaugurado em 2008 com abrangência macrorregional na capital e região metropolitana. Ao contatar este serviço, nos informaram que a equipe está reduzida a apenas uma trabalhadora da área da engenharia em 2018. Na página da secretaria municipal de saúde (SMS) encontramos informações sobre as mudanças que tramitaram junto ao Ministério da Saúde, desde 2015, com a proposta de uma estrutura organizacional de vigilância em saúde do/a trabalhador/a (Visat) integrada à diretoria de vigilância em saúde da SMS para atuar somente em Florianópolis. No contato com a SMS para apresentar a pesquisa, nos informaram que a Visat foi extinta em 2016. Diante do desmantelamento dos serviços especializados em STT, perguntamo-nos que lugar o trabalho



ocupa na política de saúde do município?

No processo de transição, a Visat Florianópolis publicou um boletim no início de 2016 apresentando a análise dos dados compilados em 2015 (FLORIANÓPOLIS, 2016). As informações apresentam uma diferença significativa quanto à notificação de agravos à saúde relacionadas ao trabalho, pois alguns serviços identificaram 134 e 75 casos, enquanto outros notificaram apenas 0, 1 ou 2 situações. No que se refere à saúde mental e trabalho (SM&T), foram notificados 40 casos de transtornos mentais relacionados ao trabalho no município em 2014 (FLORIANÓPOLIS, 2016). Entre os processos produtivos que mais adoeceram, destacam-se: serviços gerais, bares/restaurantes e serviços de saúde. As queixas recorrentes foram: ansiedade, nervosismo e estresse no trabalho relacionadas às situações conflituosas no trabalho (conflito hierárquico, agressividade de chefias, conflito com colegas). Das 40 notificações, 17 situações foram acompanhadas de relato de assédio moral, configurando um grave problema no ambiente e nas relações laborais (FLORIANÓPOLIS, 2016).

O desmantelamento da Visat e a redução da equipe do Cerest macrorregional contextualiza a fragilização da STT em Florianópolis, despertando inquietações e o interesse em entender como este cenário reverbera na experiência de profissionais da APS na produção do cuidado em saúde da população acompanhada e na sua própria saúde mental.

## **Caminho Metodológico e Procedimentos**

Buscamos analisar a interação entre trabalho e saúde (mental) a partir das experiências narradas por trabalhadoras/es da APS em Florianópolis. Propomos a pesquisa como escuta que dá passagem à experiência de dizer o trabalho em saúde. Como o trabalho comparece e permeia o cuidado em saúde (mental) na APS? Como reverbera na saúde mental das/os profissionais da APS? Como as experiências laborais compõem as experiências de saúde (mental)?

Adotamos a cartografia como caminho metodológico por possibilitar acompanhar um processo em constante movimento, não se tratando de representar objetos em sua forma instituída, mas de mapear movimentos e construir um diagrama de forças, afetos e conexões. A perspectiva cartográfica foi inaugurada por Deleuze e Guattari (1995) como princípio do rizoma, sendo desenvolvida como método e estratégia de produzir conhecimento por várias/es autoras/es no Brasil (FONSECA; KIRST, 2003; PASSOS; KASTRUP; ESCÓCIA, 2009; ROLNIK, 2011). Fundamenta-se no movimento institucionalista que postula a inseparabilidade entre conhecer e fazer, pesquisar e intervir.

O percurso cartográfico é composto por dois procedimentos principais: a realização de entrevistas semiestruturadas com profissionais da APS Florianópolis e a



participação nas conferências de saúde do município em 2019. Neste artigo apresentamos a análise inicial das experiências narradas por profissionais da APS. As entrevistas operam como dispositivo para compor a experiência na fala, pois colocá-la em narrativa possibilita acionar sentidos junto com as pessoas com quem se está dialogando. Tedesco, Sade e Caliman (2013) propõem a pista cartográfica da *experiência do dizer*, através da qual se busca ativar as experiências das/s interlocutoras/es quanto ao trabalho cotidiano em saúde. Não tomamos a experiência enquanto representação fixa a ser acessada, mas como experiência que se produz na fala disparada por conexões com o plano de experimentação.

Em Florianópolis a atenção à saúde está organizada em quatro distritos sanitários (DS), dos quais propusemos a aproximação com quatro equipes de saúde da família (eSF) uma de cada DS (centro, continente, norte e sul) e com profissionais dos núcleos de apoio à saúde as família (NASF). Os territórios foram escolhidos com a proposta de abranger diferentes realidades da cidade nos modos de viver e de trabalhar, nos determinantes da saúde, na organização do trabalho em saúde e utilizamos os dados de notificação de agravos à saúde relacionados ao trabalho. O projeto foi aprovado pelo comitê de ética em pesquisa com seres humanos (CEPSH-UFSC). Realizamos entrevistas individuais com vinte (20) trabalhadoras/es da APS contemplando diferentes categorias profissionais: enfermeiras, médicas/os, técnicas de enfermagem, agentes comunitárias de saúde, assistentes sociais e psicólogas. Dentre as/os interlocutoras/es, participaram 18 mulheres e 2 homens, com tempo de experiência na APS entre três e vinte anos. Como critério de seleção priorizamos quando profissionais da mesma eSF tivessem interesse em participar. Convidamos para a entrevista as profissionais do NASF que realizam o apoio matricial das eSF participantes.

Propusemos entrevistas individuais pela possibilidade de aprofundar o diálogo, além de facilitar a aproximação com as equipes de saúde pela organização do processo de trabalho. Os encontros foram realizados de acordo com a disponibilidade das/os trabalhadoras/es da APS, sendo que a maioria ocorreu em horário de trabalho, nas brechas possíveis entre atendimentos em meio à intensa movimentação dos centros de saúde. O foco da entrevista foi entender como as/os profissionais da APS percebem que as experiências de trabalho compõem a experiência de saúde (mental)– suas e das/os usuárias/os que acompanham. Partimos da experiência narrada pelas/os trabalhadoras/es da APS quanto à interação entre trabalho e saúde mental presente nas demandas das/os usuárias/os do SUS e nas respostas ofertadas pelas/os profissionais e equipes. A entrevista opera como dispositivo para ativar movimentos, dos quais buscamos acompanhar a processualidade de sentidos acionados na experiência do dizer o trabalho.



## Inquietações que Movem e (Re)colocam o Problema

Ao longo do percurso cartográfico, algumas questões foram recolocadas devido às problematizações suscitadas nas interlocuções e nos encontros com o campo de pesquisa, gerando deslocamentos e a construção de novos problemas. Inicialmente, a pesquisa objetivava analisar as relações entre trabalho e saúde mental no cuidado em saúde ofertado às/aos usuárias/os do SUS a partir da experiência das/os profissionais da APS de Florianópolis. As/os entrevistadas/os são as/os trabalhadoras/es da saúde, então como não atentar para a dimensão de suas experiências laborais? Esta questão se intensificou ao participar dos momentos de manifestação das/os servidoras/es municipais de Florianópolis contra o projeto para a contratação de organizações sociais (OS) para administrar os serviços da saúde e da educação, intitulado “creche e saúde já”. A greve aconteceu entre abril e maio de 2018 com a paralisação de trinta dias e manifestações intensas neste período, com a aprovação do projeto na câmara no dia 21 de abril de 2018. A votação do projeto foi prorrogada por duas vezes na tentativa de enfraquecer o movimento, contando com uma forte represália em termos de ameaças no âmbito laboral, assim como violência perpetuada contra as/os manifestantes dentro e fora da câmara municipal. Naquele momento sentimos como uma *derrota*, mas eis que escutamos de uma trabalhadora: “*agora é que o movimento vai fortalecer*”. Mesmo diante da sensação de derrota em relação ao que defendemos, deparamo-nos com esse movimento que busca fortalecer a luta por um SUS público de qualidade e contra a precarização do trabalho em saúde. Assim, incluir a dimensão da experiência laboral das/os profissionais da saúde se torna primordial.

Propusemos, então, ampliar a abordagem para analisar como a interação entre trabalho e saúde mental (T&SM) permeia o cuidado em saúde à população e como reverbera na saúde mental de profissionais da APS, partindo da experiência narrada por trabalhadoras/es da APS.

Participar nas manifestações e realizar as entrevistas nos levaram a conhecer outros espaços coletivos de debate e luta pelo SUS, como o Fórum Catarinense em Defesa do SUS. A participação nos encontros deste Fórum nos aproximaram ao conselho de saúde de Florianópolis, despertando o interesse em acompanhar as conferências municipais de saúde realizadas em 2019 para analisar como a interação entre T&SM permeia estes debates.

Outras questões foram recolocadas com as problematizações suscitadas nas entrevistas com profissionais da saúde, quando passamos a nos questionar sobre a ênfase dada à saúde *mental*. Ressoa aquela questão contextualizada em vários encontros e entrevistas: “*O mais comum é o caminho da dor*”. Situiremos algumas das experiências colocadas na fala utilizando nomes fictícios para preservar a confidencialidade e anonimado das/os participantes, conforme normativa ética do Conselho Nacional de Saúde.

*"É uma bola de neve, assim. O mais comum que eu vejo é uma dor, dor no punho, ombro, coluna, joelho, são os mais comuns. Começa com aquela dor física, só que aí tu afasta, dá um remédio, aí volta a trabalhar e aí volta a dor, daí afasta mais um tempo, dá outro remédio. Aí a pessoa começa a ter medo de perder o emprego, começam a falar no trabalho que tá pegando muito atestado ou a pessoa começa a ficar com medo de que não vai conseguir mais trabalhar por causa daquela dor (...) daí gera uma ansiedade muito grande e só piora, passa por uma questão emocional e a dor vai se tornando às vezes crônica. E é muito difícil quebrar esse ciclo (...) E existem situações que a própria situação de trabalho, de estresse, ou de assédio gera um sofrimento mental, mas o mais comum é chegar nesse caminho da dor". (Júlia, médica).*

O que significam as dores que chegam? *"Chegou com uma dor de cabeça que não passava".* O que se passa que essa dor que não passa? Como é para as/os profissionais da saúde acompanhar o caminho da dor e tentar romper com esse ciclo? Vemos que as/os trabalhadoras/es da APS buscam situar o contexto de vida: a pessoa que chega com dor no ombro, trabalha como caixa em um supermercado, não quer se ausentar no trabalho por receio de perder o emprego, sente medo que seja uma dor incapacitante, é mãe de duas meninas e não conta com apoio para os cuidados e sustento da família. Assim, com as interlocuções, deparamo-nos com a importância de não fragmentar a concepção de saúde. Passamos a situar a palavra *mental* entre parênteses - saúde (mental) - no intuito de incluir sem limitar, atentando às vivências laborais na relação com as experiências de vida.

## **Controvérsias do Sistema: como intervir na relação entre trabalho e saúde (mental)?**

Ao colocar em análise a interação entre trabalho e saúde (mental) a partir das experiências narradas por profissionais da APS, foi possível problematizar o modo como as práticas de saúde podem se constituir como engrenagem do sistema capitalista, como acontece nas situações de medicalização para suportar a dor e as questões da vida e do trabalho que não são possíveis de modificar.

*"Existe meio que essa situação de que você tem que trabalhar e tem que estar bem e não se tem essa visão de que talvez tenha que mudar alguma coisa no trabalho para que a pessoa fique bem (...) A gente percebe que não consegue atuar muito no sentido de realmente melhorar a vida do paciente, porque é uma coisa maior. É como se a gente fizesse parte da própria engrenagem do sistema... os pacientes são peças, engrenagens que a gente só vai lá e lubrifica para que voltem para um processo adoecedor. Então não é um processo transformador, a gente meio que só faz parte para o sistema continuar funcionando. Então você vai lá, dá remédio pra pessoa conseguir suportar e continuar trabalhando. E por mais que a gente diga 'olha, parece ter uma relação com o trabalho', acontece que não tem muito o que fazer, a pessoa tem que continuar trabalhando pra se sustentar. Então*





*é angustiante nesse sentido” (Cláudia, Médica)*

As profissionais médicas Júlia e Cláudia demonstram o incômodo sentido ao prescrever remédio para suportar a dor, o trabalho e as situações de vida que parecem não ter muitas possibilidades de mudança ou de melhoria. Em suas experiências narradas permeiam as sensações de impotência, desgaste, cansaço e frustração. Experimentações de vivenciar contradições por alimentar um sistema que elas questionam. Júlia se questiona na entrevista: *“será que não temos nada melhor para oferecer?”*; ao longo de sua reflexão destaca os movimentos experimentados em alguns acompanhamentos, quando foi possível conectar com os sonhos e desejos dos/as usuários/as para transformá-los em atividade laboral que faz sentido para a pessoa. Entretanto, esta viabilidade parece ser mais distante do que gostariam nestes acompanhamentos, em função do contexto social com o qual se deparam. Trabalhar em algo que faça sentido, se sentir valorizada/o e respeitada/o foram alguns dos elementos identificados como construtivos nas experiências, porém são pouco frequentes na realidade da maioria das/os usuárias/os que elas acompanham, como refere Júlia: *“A maioria das pessoas que eu atendo não estão fazendo algo que necessariamente gostam ou que queriam fazer da vida ou não estão se sentindo muito bem fazendo aquilo. Então, isso por si só já é adoecedor”*.

As profissionais das demais categorias compartilham das inquietações sobre como intervir diante do controverso contexto em que grande parte da população acompanhada na APS precisa manter o trabalho para sua subsistência, embora a atividade laboral seja identificada como fonte do sofrimento que acarreta em agravos significativos à saúde. As experiências narradas refletem os esforços realizados pelas/os profissionais em identificar e relacionar as condições e processos de trabalho com a situação de saúde e de saúde mental da população acompanhada, embora esta relação seja invisibilizada ou dissociada, muitas vezes, nos mundos do trabalho. Situam o circuito da dor que fomenta o desgaste e sofrimento – físico, psíquico e social - e mesmo uma perda da capacidade de trabalhar pela parte do corpo destruída pela própria atividade laboral.

Na relação entre trabalho e saúde, os interesses econômicos pelo bem-estar passam pelo o aumento da produtividade e lucro, concepção liberal que converte a saúde em bem de consumo na estratégia de acumulação capitalista. O trabalho como mediador da integração social reverbera nos valores culturais (simbólico) e econômicos (subsistência), afetando os modos de subjetivação, pois as pessoas podem se sentir angustiadas mesmo quando afastadas da atividade adoecedora, com medo de perder a capacidade de exercer aquela função, ou mesmo de ser estigmatizada socialmente, o que reverbera em sofrimento psíquico. Esta situação foi narrada por muitas profissionais, dentre as quais situamos a fala da assistente social Camila:

*“Tem o sofrimento emocional que afeta, como em casos de assédio, e tem também umas situações de saúde mental quando a pessoa perde a sua capacidade*



*de trabalhar por conta de parte do corpo destruída pelo trabalho excessivo. A pessoa fica altamente deprimida, fica sem chão porque muitas vezes são pessoas que se estruturaram na vida pela via do trabalho e hoje elas não tem mais essa possibilidade, porquê aquilo que elas sabem fazer no trabalho o corpo delas não responde mais. Gera um verdadeiro desesper, um sofrimento emocional. E muitas pessoas fazem esse uso abusivo do corpo para o trabalho por conta da realidade financeira, da realidade social, de toda essa violência estrutural da sociedade capitalista. (...) E muitos as vezes não tem carteira de trabalho assinada, ficam sem direitos, que daí acabam fazendo o acordo para ganhar um pouco mais, porque precisam para viver. (Camila, assistente social).*

Situações de assédio moral foram narradas com bastante ênfase pelas/os interlocutoras/es quando identificam o sofrimento psíquico relacionado ao trabalho. O assédio moral no trabalho corresponde à exposição dos trabalhadores/as a situações humilhantes e constrangedoras, repetitivas e prolongadas durante a jornada de trabalho e no exercício de suas funções (BARRETO, 2003). Pode ser manifesto através de comportamento, gestos ou palavras que visam a agredir e desequilibrar a pessoa na sua relação com o ambiente de trabalho, podendo trazer danos à dignidade ou à integridade física e/ou mental da pessoa, ou ainda pôr em risco o seu emprego, ocorrendo de forma intencional e repetitiva. O assédio moral no trabalho se exterioriza sob diversas formas: condutas abusivas que constrangem, menosprezam, expõem ao ridículo, amedrontam, estigmatizam, desprezam, humilham; difamação; ironia, piadas; tratamento com indiferença; determinar tarefas sem sentido ou que não podem ser realizadas; exposição a situações vexatórias; controlar o tempo das necessidades fisiológicas; tornar público algo íntimo, entre outras (BAHIA, 2015). Por ser uma experiência subjetiva, as repercussões sobre a saúde mental decorrentes do assédio moral no trabalho podem aparecer sob diversas formas de sofrimento.

As interlocuções foram preponderantes *com* e *sobre* mulheres enquanto protagonistas do cuidado, consoante às múltiplas jornadas, invisibilidade do trabalho doméstico e discriminação baseada no gênero que se reflete em salários mais baixos e/ou maior cobrança por requisitos profissionais. Os diálogos também refletem a tensão vivenciada por mulheres no período gestacional e no pós parto em função das perseguições e assédios sofridos, momento no qual o cuidado em saúde é entendido como busca por garantir direitos, situações avaliadas em conjunto com a usuária quanto à necessidade de acionar outras instâncias.

*"Na nossa população a gente atende muito mulheres que trabalham na limpeza. E as gestantes quando trabalham com a limpeza, às vezes acaba com sangramento de fazer esforço mesmo. E tem patrões que pressionam muito para pegar atestado. Teve caso que nós encaminhamos para o Ministério do Trabalho por assédio, dessa pressão que ela peça demissão. A gente teve várias gestantes nessa situação que a gente pediu ajuda da assistente social. No fim a gente acabou afastando porque o trabalho estava fazendo mal e até interferindo na gestação. A gente vê mais os homens da construção civil com a dor mecânica, e aí afasta. E*



*tem outras pessoas que a pressão dos colegas ou da chefia, e aí vem a questão da saúde mental.” (Bianca, enfermeira)*

As/os profissionais também identificam o impacto das situações de discriminação vivenciadas nos mundos do trabalho, o que ocorre em maior intensidade com a população negra, de classe social baixa, residente em bairros periférico e/ou proveniente de outras regiões. Esta questão nos possibilita entender as consequências do cruzamento entre dois ou mais marcadores sociais inseridos nos sistemas discriminatórios que criam desigualdades, hierarquias e estruturam as posições ao considerar o gênero, raça-etnia, sexualidades, classe social, lugar de proveniência, entre outros (CRENSHAW, 2002).

*“A gente tem uma cidade dividida. E as pessoas negras estão nesses lugares. Mulher, negra, pobre e favelada. É um pacote que entra no trabalho, num posto que é delegado por escravo, ela vai ser estigmatizada de alguma forma. (...) E as pessoas são estigmatizadas, também, por ser de uma comunidade de vulnerabilidade. É uma questão que a gente consegue acolher na saúde, o que eu acho que já é potencializador. Mas eu vejo que são intervenções limitadas, que piorou porque as políticas sociais diminuíram muito nos últimos anos” (Raquel, Psicóloga)*

Deparamo-nos com movimentos contrários à expansão e consolidação do SUS e das demais políticas sociais com a aprovação da Emenda Constitucional 95/2016, também conhecida como a PEC do teto e “PEC da Morte” que limita os gastos públicos por 20 anos para os orçamentos fiscal e da seguridade social a partir de 2018. Trata-se de uma medida de austeridade econômica que congela e inviabiliza o aumento de investimento nas políticas sociais, fragilizando toda a rede de proteção social, tais como a saúde, educação, assistência social, moradia, saneamento, entre outras. As políticas sociais já sofriam com o subfinanciamento e agora se defrontam com uma redução dos gastos públicos, ou desfinanciamento, que independente do aumento populacional e complexificação das necessidades de saúde.

Além disso, enfrentamos os impactos decorrentes da reforma trabalhista aprovada em 2017 com a Lei 13.467. Esta reforma amplia a precarização das condições de trabalho, pois permite a terceirização da execução de atividades-fim e não somente para atividade-meio, cria a possibilidade de trabalho no domicílio sem regulamentação da jornada e das responsabilidades, interfere em vários direitos trabalhistas, como da mulher gestante que poderá ser afastada do local de trabalho somente em casos de alto nível de insalubridade e não mais nos níveis baixos e médios. A nova lei tabela os recursos destinado a danos laborais que antes eram avaliados conforme a gravidade e também enfraquece os sindicatos e a negociação trabalhista, entre outras mudanças que impactam nos direitos trabalhistas.

A atual política de governo pressiona pela aprovação da reforma da previdência social, ainda em trâmite e com forte rejeição da população, conforme manifesto nos encontros das conferências de saúde ao rechaçar as propostas do regime de capitalização, do aumento da idade mínima e do tempo de contribuição, redução



do valor das pensões, entre outros aspectos. A Federação Catarinense de Mulheres junto com a União Brasileira de Mulheres entende que o desmonte da Previdência Social é uma proposta *antipovo* e em especial contra as mulheres, sobretudo contra as mulheres negras que são as mais atingidas pela desigualdade. Além destas, tramitam outras medidas parlamentares, como a proposta de criação de planos populares de saúde que ameaçam o SUS como política pública de saúde. Assim, os desafios enfrentados no cotidiano do trabalho em saúde aumentam neste cenário de desmonte das políticas sociais.

Além do cenário de desmantelamento das políticas sociais, o contexto brasileiro é permeado por desigualdades sociais que afetam as populações de diferentes modos. Na experiência narrada por profissionais da saúde, situam que a dinâmica do tráfico e as violências decorrentes desta atividade reverberam em sofrimento psíquico que entra como demanda identificada pelas equipes afetando o cuidado em saúde e a organização do trabalho da equipe em função das tensões e conflitos no território. Em locais com maior desigualdade e violência, a experiência de adoecimento psíquico de profissionais da saúde parece se intensificar, como narrado com o aumento de busca por psicotrópicos e por afastamento laboral ou mesmo nos pedidos de transferência de centro de saúde com o aumento do sofrimento devido à complexa demanda social, sobrecarga, relações conflituosas, entre outros aspectos

*“Teve uma vez que estava uma mãe que perdeu um filho e veio o assassino do filho aqui dentro e ela começou a chorar desesperada. São situações que acontecem que dá uma mexida com a gente, né? (...) Eu sou aquele tipo de pessoa que no momento fico tranquila e vou agir, agilizar e depois que cai a ficha, que daí dá um...uma coisa de estresse, de agonia, assim, às vezes vontade de chorar, aquela coisa toda, isso dá depois”* (Tânia, técnica de enfermagem)

Ao longo das conversas várias profissionais identificam a necessidade de acompanhamento voltado à saúde mental dos/as servidores/as da área da saúde por lidar diretamente com pessoas, seus sofrimentos e processos da vida que se complexificam em contextos de desigualdade social e violência. Há relatos de atividades pontuais nos centros de saúde, como yoga, terapias alternativas e oficinas de relaxamento voltado para servidoras/es no horário de trabalho. Entretanto, referem que essas ações *“não se mantiveram”*. A Agente Comunitária de Saúde Ana propõe a realização de *“grupo de relaxamento alegre”*, algo para *“sacolejar, alegrar”*, *“diminuir a picuinha”*, mesmo que seja por vinte minutos das reuniões.

*“Eu acho que toda instituição de saúde deveria ter algum tipo de programa, porque a gente lida com a vida, com pessoas em sofrimento... com uma carga pesada. E as pessoas têm os sentimentos delas. Só que nós também somos pessoas, então muitas vezes tem um embate de sentimentos, de emoção, que por mais profissional que tu seja, isso pode ter um impacto na tua vida, né (...) Eu acho que todo trabalhador deveria ter sua parte emocional valorizada. A gente lida com muitos problemas dolorosos, né. Então eu acho que deveria ter algum programa,*



*não sei dizer qual, mas daria pra pensar, buscar experiências exitosas” (Mariana, Enfermeira)*

O cenário de crescente desproteção social e desmantelamento das políticas e direitos sociais constitui outro obstáculo para o trabalho na APS. As/os profissionais enfatizam a necessidade de garantir direitos na relação e vínculo que estabelecem com usuárias/os do SUS, o que passa por informar e (re)construir em conjunto um projeto de vida, respeitando os desejos e o que é viável em cada situação. *“Nosso papel é muito de trabalhar com as informações em saúde, com a legislação, dos direitos trabalhistas e toda essa parte. No sentido de construir essa autonomia das pessoas que têm seus direitos, tem uma legislação que ampara, né? Ainda tem, né? Porque tem todo esse desmonte das políticas públicas, mas a gente orienta, informa os direitos e ela [usuária] conseguiu acessar o auxílio doença.” (Camila, Assistente Social).*

## Algumas Considerações

A interação entre trabalho e saúde (mental) é identificada pelas/os profissionais da saúde no seu cotidiano do trabalho, despertando reflexões quanto às possibilidades interventivas, com o reconhecimento da importância da formação nesta área e de ações voltadas à saúde (mental) das/os trabalhadoras/es da saúde. As/os interlocutoras/es identificam que o cuidado em saúde se insere em um contexto social complexo de desigualdades, no qual entendem que o papel enquanto profissionais da saúde passa, também, por garantir direitos, embora em um cenário de desmonte das políticas sociais. A complexidade das situações de saúde associada às questões sociais intensifica a experiência de sofrimento psíquico e desgaste pela sobrecarga vivenciada por profissionais da APS. Alguns sentidos foram produzidos pelas/os participantes ao reconhecer seu empenho na busca por saídas afirmativas no nível relacional, como na disponibilidade para acolher, acompanhar, dialogar e apoiar as/os usuárias/os de modo singular, apesar da sensação experimentada de não dar conta da demanda ou de não fazer o suficiente.

## Referências

BAHIA, Secretaria da Saúde do Estado. Superintendência de Vigilância e Proteção da Saúde. Diretoria de Vigilância e Atenção à Saúde do Trabalhador. Centro Estadual de Referência em Saúde do Trabalhador. SOUZA, Suerda Fortaleza de (Org.) Protocolo de atenção à saúde mental e trabalho. SESAB/SUVISA/DIVAST/CESAT - Salvador: DIVAST, 2014. 60 p. Disponível em: <https://central3.to.gov.br/arquivo/276627/> Acesso em: 12 mar. 2018.

BARRETO, Margarida. Violência, saúde, trabalho: uma jornada de humilhações. São Paulo: EDUC; Fapesp, 2003.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativo ao gênero. Estudos Feministas, v.10, p.171- 188, 2002.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia. Vol. 1. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.



FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Saúde. Equipe VISAT. Prefeitura Municipal de Florianópolis. Boletim de Vigilância em Saúde do Trabalhador. Fev., 2016. Disponível em: [http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/24\\_02\\_2016\\_16.32.29.b3ec403155c5cd37e284aaa6f654e6df.pdf](http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/24_02_2016_16.32.29.b3ec403155c5cd37e284aaa6f654e6df.pdf) Acesso em: 02 fev. 2018.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 27ª reimpressão, 2009.

FONSECA, Tânia Mara Galli; KIRST, Patrícia Gomes (Orgs.). *Cartografias e Devires: a construção do presente*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2003.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Florianópolis. Panorama. Acesso em: Mai. 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/florianopolis/panorama>

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. (Org.) *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009.

ROLNIK, Suely. *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. 2a ed. 2011. Porto Alegre: Editora da universidade/UFRGS, 2011.

SCHWARTZ, Yves. *Conceituando o trabalho, o visível e o invisível*. *Trabalho, Educação e Saúde*, 9 (supl. 1), 19-45, 2011 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tes/v9s1/02.pdf> Acesso em: 11 fev. 2018.

TEDESCO, Silvia Helena; SADE, Christian; CALIMAN, Luciana Vieira. *A entrevista na pesquisa cartográfica: a experiência do dizer*. *Fractal, Revista de Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 299-322, Ago. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/fractal/v25n2/06.pdf> Acesso em: 15 mar. 2018.

SAGE. Sala de Apoio à Gestão Estratégica. Ministério da Saúde. *Redes e Programas – Saúde mais perto de você – Atenção Básica – Florianópolis*. Acesso em: Mai.2019. Disponível em: <http://sage.saude.gov.br/#>



## CAPÍTULO 4

# **A SOCIOLOGIA DA RECEPÇÃO DE OBRAS INTELECTUAIS: UM ESTUDO SOBRE FONTES DE TRADUÇÃO E MINDSETS QUE NORTEARAM A IMPORTAÇÃO DAS IDEIAS DE MAX WEBER**

THE SOCIOLOGY OF RECEPTION OF INTELLECTUAL WORKS: A STUDY  
OF TRANSLATION SOURCES AND MINDSETS THAT GUIDED THE IMPOR-  
TATION OF MAX WEBER'S IDEAS

**Márcio José Rosa de Carvalho**

## Resumo

Max Weber é um autor que tem circulado pelo Brasil desde a década de 30. Mesmo acessando algumas das principais ideias teóricas e metodológicas de Weber, ainda estamos longe de abarcar domínio sistemático sobre o corpus teórico weberiano. Circulando entre os campos intelectuais internacionais, as ideias intelectuais estão sujeitas a operações sociais de mediação. Neste trabalho, com base em pesquisa de longo prazo (realizada com apoio CNPq/CAPES), indicam-se os principais mindsets que nortearam a recepção das ideias de Weber no Brasil e dá-se um indicativo da nossa limitação de acesso a fontes originais dos escritos do autor, demonstrando como nossa leitura de Weber ainda é fragmentada e condicionada a fontes limitadas e desatualizadas recebidas, majoritariamente, por traduções secundárias.

**Palavras-chave:** Importação de ideias intelectuais, Circulação das ideias intelectuais, Max Weber, Teoria sociológica.

## Abstract

Max Weber is an sociologist known in Brazil since the 1930s. Despite the access to some of Weber's main theoretical and methodological ideas, we are still a long way from systematically dominating the Weberian theoretical corpus. Ideas circulating within international intellectual fields are subject to social operations of mediation. In this article, based on long-term research (sponsored by CNPq/CAPES), I indicate the main mindsets which have guided the reception of Weber's ideas in Brazil, as well as our limits in accessing original sources for the author's writings, demonstrating how our reading of Weber is still fragmented and conditioned to limited and outdated sources, mostly received due to secondhand[3] translations[4].

**Key-words:** The Sociology of reception, Reception of intellectual ideas, Max Weber, Sociological theory,





## 1 INTRODUÇÃO

Pierre Bourdieu, em duas conferências realizadas no final da década de 80, apontava para a problemática da compreensão dos movimentos de importação e de recepção das ideias intelectuais, no processo que ele chamou “as condições sociais da circulação internacional das ideias” (BOURDIEU, 2002a; 2002b). Segundo ele, o desenvolvimento da “importação e exportação intelectual” estaria longe de algo a ser considerado natural ou espontâneo. Contrariamente, nas palavras do próprio Bourdieu, “estaria sujeito às mesmas regras que outros espaços da vida social” (BOURDIEU, 2002a, 05). Desde a concepção até alcançarem consolidação, as ideias percorrem um caminho de multicausalidades e multipossibilidades e o “campo de chegada” das ideias importadas acaba, muitas vezes, por determinar o próprio sentido dessas ideias, principalmente por ignorar “o sentido e a função” que elas possuem em seu campo de origem. Bourdieu chega a sustentar que “a transição de ideias entre campos nacionais distintos está submetida a uma série de ‘operações sociais’ de adequação ao campo importador” (BOURDIEU, 2002a, 07). Nessa perspectiva, as aparentes singularidade e naturalidade de uma ideia podem ser submetidas a um rigoroso escrutínio que revelaria parte da multiplicidade de razões que garantem a sua influência e permanência espacial e temporal.

Em outra senda, como demonstrado por Schluchter (2014), depreende-se, ainda, que as ideias que perduram no tempo seguiram a tendência de formar e se mesclar a interesses e a instituições. Aliada às proposições de Bourdieu, essa *ratio* ampliaria nossas possibilidades de compreender a circulação, permanência e manutenção de ideias por vias não necessárias, mas contingentes e cognoscíveis, entre espaços transnacionais e dentro de dada relação social entre o campo intelectual “de origem” e o campo “de chegada”. Por seu valor heurístico, estas inflexões teóricas são importantes ferramentas conceituais na abordagem de uma sociologia da recepção e da tradução das obras intelectuais, uma vez que as “trocas culturais internacionais” podem “assumir diferentes funções, de acordo com as condições de circulação transnacional dos bens culturais” (HEILBRON; SAPIRO, 2009).

Tendo estas marcações teóricas no horizonte em observação do caso da recepção da obra de Max Weber e o Brasil como “campo de chegada” e com base na literatura – ainda que não haja um consenso em torno do tema (VIANNA, 1999; WAZBORT, 2012; MATA, 2013; VILLAS BÔAS, 2014; SELL, 2014, p. ex.) –, é possível demonstrar que as ideias de Weber ganham terreno no campo intelectual brasileiro em diferentes momentos, ou “ondas” de recepção, como sugerido por Villas Bôas (2014, p. 9). Também não existe um uníssono na literatura quanto à forma (institucionalidade) ou volume (temporalidade) destas ondas, e o que se pode identificar é um arrazoado entendimento acerca do seu conteúdo e também das demandas teóricas mobilizadas a cada ciclo temporal.



A perspectiva aplicada neste trabalho propõe ao debate de compreensão do fenômeno de recepção da obra de Weber uma abordagem que contemple a tipificação de três períodos no tempo, já a partir da década dos anos de 1930. Ainda que esta tipificação esteja calcada por seu valor heurístico, duas fontes, uma sociológica e outra histórica, podem nos dar excelentes indicativos para a fundamentação deste recorte, com Gláucia Villas Bôas (1997; 2014) e Sérgio da Mata (2013), respectivamente. Para Villas Bôas, que cobre a *timeline* de 1940 e 1980, vincula-se a presença de Weber no Brasil já à geração de ensaístas, estendendo seu desenvolvimento até a consolidação institucional das Ciências Sociais e da Sociologia no país, marcando a passagem do momento “em que [a Sociologia] se define sua identidade cognitiva, social e histórica” (VILLAS BÔAS, 2014, p. 6). Cordato com o argumento em torno da entrada de Weber por demanda na consolidação do estatuto científico das Ciências Sociais brasileiras, o historiador Sérgio da Mata (2013) inclui, também, a década dos anos de 1930, na qual, durante a passagem de intelectuais alemães exilados, há registros uma sociologia de marca weberiana “no Brasil” e “sobre o Brasil”. Em conciliação e complemento a estas abordagens, propõe-se outro corte temporal, na qual se divida o período entre as décadas de 1930 e 1980 em dois ciclos de recepção, e se acrescente um terceiro ciclo, de 1980 até o momento atual.

## 2 AS TRÊS ONDAS DE RECEPÇÃO DE WEBER NO BRASIL

### 2.1 A primeira onda: uma protossociologia brasileira e o problema do atraso brasileiro

A primeira onda de recepção de Weber no Brasil estende-se de 1931 a 1951. Trata-se de uma fase que pode ser subdividida em dois momentos, no primeiro, depreende-se uma sociologia weberiana em circulação pelo país e em contato com uma protossociologia brasileira. Nesta fase, destacam-se os nomes de Emílio Willems e Karl Loewenstein (), dois intelectuais alemães em exílio que tiveram passagem pelo país. Já a segunda fase, como se e os nomes de Sérgio Buarque de Holanda e José Honório Rodrigues, autores que protagonizam a primeira querela weberiana (MATA, 2013), discussão dada e embalada pelo *mindset* do *atraso brasileiro*, frente às nações modernas. A disputa origina-se em 1936, a partir da publicação de *Raízes do Brasil* (HOLANDA, 1995 [1936]), perdurando uma década e meia, até 1951, com a publicação de *O pecado danado da usura* (RODRIGUES, 1976 [1951]), a última réplica de Rodrigues, em forma de artigo, a Holanda (MATA, 2013, p. 199).

Uma genealogia da presença weberiana no país não pode dispensar os nomes de Emílio Willems e de Karl Loewenstein, é o que demonstra e defende Sérgio da Mata (2013). Willems, filósofo e sociólogo, exilando-se do regime nazista alemão,



moveu-se para o Brasil em 1931, residindo em Brusque, cidade do estado de Santa Catarina e no período profícuo de sua estada brasileira, dedicou-se, sobretudo, a processos de aculturação em comunidades rurais. Loewenstein, também um imigrante exilado nas Américas pelos mesmos motivos de Willems, não se moveu diretamente para o Brasil. O cientista político e jurista, dedicado a estudos de temas constitucionalistas deslocou-se para os Estados Unidos em 1933, contudo, suas pesquisas o trouxeram às terras nacionais na condição de “brasilianista”.

Sérgio da Mata atribui a Willems a condição de ser “o primeiro cientista social a falar em Weber no Brasil” (MATA, 2013, p. 203). Este intelectual alemão, que residiu no Brasil por 18 anos, era natural de Colônia e fez sua formação em Berlim. No Brasil, iniciou em um seminário de padres no interior de Santa Catarina e, a seguir, tornou-se, professor de Antropologia na USP e de Sociologia e Antropologia Social na Escola Livre de Sociologia e Política. Neste período, suas pesquisas concentraram-se no tema da aculturação dos imigrantes alemães no Brasil e dos imigrantes japoneses, de maneira mais específica, no estado de São Paulo (VILLAS BÔAS, 2006, p. 81-103). Quanto a sua produção intelectual, de seus trabalhos brasileiros de maiores características weberianas, destaca-se *Burocracia e patrimonialismo*, publicado em 1945, na revista *Administração Pública*. Um artigo de larga influência que propôs as bases do que “viriam a ser as categorias clássicas do weberianismo brasileiro” (MATA, 2013, p. 203). Para Villas Bôas (2014, p. 5), o nome de Willems está intrinsecamente conectado aos primeiros anos de institucionalização da Sociologia no Brasil, já que, além de realizar atividades de pesquisa e docência no país, o intelectual alemão também participou como editor na criação da revista *Sociologia*, em 1939, dando orientação a “uma primeira modalidade de recepção da obra de Max Weber que se impõe e se caracteriza pelo interesse no uso do instrumental teórico e metodológico weberiano na pesquisa empírica” (VILLAS BÔAS, 2014, p. 5).

Karl Loewenstein não é exatamente um weberiano produzindo “no Brasil”, mas sua produção internacional precisa ser incluída nesta relação, já que o intelectual alemão – que era um *habitué* da residência dos Weber, em Heidelberg – passou pelo solo tupiniquim produzindo conhecimento “sobre o Brasil”. Exilado político, recebido nos EUA em 1931, Karl Loewenstein foi recrutado pelo Depto. de Estado norte-americano como pesquisador de campo em uma missão científica pela América Latina. Seu trabalho era recolher dados sobre o andamento e condições institucionais e econômicas na região latino-americana (MATA, 2013, p. 193-196).

Como demonstrado por da Mata (2013), Loewenstein desenvolveu uma visão da institucionalidade política brasileira muito marcada pelo léxico weberiano. Um olhar que partia da organização política e jurídica do Estado, da dominação e da burocracia, com observações detalhadas sobre a repressão e o caudilhismo varguista, além do “domínio personalista” percorrendo as instituições, não escapando nem mesmo o papel das instâncias burocráticas da Era Vargas, consolidada com a figura dos interventores e a relativa perda de importância dos políticos profissionais (LOEWENSTEIN, 1942 p. 98 apud MATA, 2013, p. 193-196). O resultado deste



material de campo foi publicado nos EUA sob o título *Brasil under Vargas*, de 1941.

Na fase de recepção subsequente de Weber no Brasil, o *zeitgeist* intelectual brasileiro estava profundamente povoado por uma ideia de “atraso”<sup>1</sup>. O modelo de referência tomado eram as “avançadas” nações ocidentais, com destaque às nações europeias, que já teriam superado o processo de modernização da produção (econômica) e institucional (política). Na compreensão de Villas Bôas (2014), esta era uma mentalidade muito calcada, ainda, em pressupostos datados do fim do séc. XIX, um *mindset* que balizou o debate da época, limitando a intelectualidade local às supostas peculiaridades brasileiras enquanto nação, discutindo tradicionalidade vs. modernidade (VILLAS BÔAS, 2014). Um período da recepção de Weber que se deu por entre “problemas, recusas e disputas” (VILLAS BÔAS, 2014, p. 9), que determinaram demarcações e formaram critérios seletivos na intelectualidade brasileira. O custo mais caro para o momento, talvez, tenha sido o adiamento de quase três décadas da entrada de Weber no Brasil como um propositor teórico consistente de referências sólidas para a pesquisa social feita por aqui. Na contramão, esclarece Villas Bôas (2014), o que emerge é uma agenda teórica muito preenchida por preposições comparativas, classificatórias e generalizantes.

Dois autores arriscaram iniciar um rompimento com essa tendência (ainda que também estivessem ancoradas no *mindset* do “atraso” brasileiro) e tomaram Weber como uma referência forte e um teórico da modernidade por excelência para fundamentar seus argumentos. São eles, Sérgio Buarque de Holanda e José Honório Rodrigues. Holanda importa Weber para o Brasil no retorno da sua estada em Berlin como correspondente jornalístico. Inegável a reverberação de categorias weberianas – como os “tipos ideais” – em *Raízes do Brasil*, cuja primeira edição esta datada de 1936<sup>2</sup>.

A primeira disputa intelectual pública em torno do referencial weberiano no Brasil seria dada um pouco depois, no ano de 1946, no qual José Honório Rodrigues publica *Capitalismo e protestantismo*. Com Weber no centro da discussão, como clássico norteador, a uma disputa gerou críticas e réplicas que se estenderam até o final dos anos de 1950 (MATA, 2013).

1 (Cf. VIANNA, 1999).

2 Sem dúvida, a segunda edição, de 1948, é a mais famosa do autor, o que gera alguma confusão, uma vez que esta edição sofreu drásticas alterações conceituais e se tornou a versão de referência da obra que continuaria a ser revisada por Holanda até a quinta edição, em 1969 (Cf. AVELINO FILHO, 2016 [1988]; HOLANDA, 1989).



## 2.2 A segunda onda: a consolidação da sociologia e das ciências sociais no Brasil

Para se falar de uma segunda onda weberiana no Brasil, também é preciso se levar em conta o impacto causado nas Américas pelas publicações de *Economia & Sociedade* (México, 1944) e da coletânea *From Max Weber* (EUA, 1946). O *mindset* norteador e predominante no campo intelectual importador das ideias de Weber pode ser definido como a *urgência de fundamentação teórica e empírica para a Sociologia e as Ciências Sociais*. Esse impacto reverbera diretamente nos trabalhos de nomes como Raymundo Faoro, Florestan Fernandes, Maria Sylvia de Carvalho Franco e, mais tarde, Gabriel Cohn (SELL, 2014; MATA, 2013).

É do ano de 1958 a publicação de *Os Donos do Poder*, de Raymundo Faoro, obra carregada da metodologia weberiana que aborda as origens e o desenvolvimento do “estamento burocrático” brasileiro, na qual o autor formula suas teses sobre o patrimonialismo (MATA, 2013, p. 204). Já no ano seguinte, surge a obra *os Fundamentos empíricos da explicação sociológica* (1959), de Florestan Fernandes, que apresentaria Weber para a audiência brasileira em pé de igualdade à estatura de Durkheim e Marx (SELL, 2014). Nos anos seguintes, Gabriel Cohn apresenta *Crítica e resignação*, sua tese de livre-docência, na qual propõe um aprofundamento analítico e exegético das fundamentações teóricas no rol de conceitos metodológicos centrais no arcabouço weberianos.

Do ano de 1964, publicada em 1969, surge *Homens livres na ordem escravocrata*, a partir da sua Tese de Doutorado de Maria Sylvia de Carvalho Franco, outro trabalho relevante no pioneirismo de uma metodologia weberiana no Brasil, “uma espécie de correlato” de *Os donos do poder*, ainda que tomasse outra direção explicativa (MATA, 2013, p. 204).



## 2.3 A terceira onda: da sociologia da modernidade à reinterpretação analítica e crítica

A partir dos anos 90 e início dos anos 2000, inicia-se um movimento que pode ser considerado a terceira onda de recepção de Max Weber no Brasil. Essa fase vem estimulada pela emergente ação dos revisionistas da obra de Weber na Europa, com desta que para o núcleo de Heidelberg e pela publicação da reorganização das obras completas de Max Weber, a *Max Weber- Gesantagabem*<sup>3</sup> (**MWG**)<sup>4</sup>. Neste ciclo, são renovadas, criticamente, leituras weberianas sobre o país. Também aparecem leituras originais sobre o pensamento do autor alemão, com uma retomada brasileira do interesse de sua sociologia histórico-comparada das religiões universais, ou leituras que realizam uma interpretação metateórica de suas obras e conceitos privilegiando a *reinterpretação analítica e crítica*.

Dois trabalhos de destaque aparecem no final da década de 90 sob a assinatura de Jessé Souza. Do ano de 1999, temos *O malandro e o protestante: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira* e, do ano 2000, *A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro*. Trabalhos nos quais Jessé Souza empreende uma releitura crítica da questão do “atraso” brasileiro e das expectativas de modernização do Brasil. A retomada do interesse na sociologia da religião de Weber é representado de forma emblemática pela Tese de Livre-docência de Antônio Flávio Pierucci, defendida em 2001, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, e apresentada no formato livro no ano de 2003, sob o título *O desencantamento do mundo: todos os passos do conceito em Max Weber*. Trabalhos mais recentes, e que ainda são desdobramentos dos estímulos de Heidelberg, levam a interpretação da obra de Weber a outros caminhos, proporcionando um outro tipo de recepção weberiana, a da interpretação. Destaques para *A fascinação weberiana: As origens da obra de Max Weber*, de 2013, de autoria de Sérgio da Mata, da Universidade Federal de Ouro Preto, que segue as pistas historicistas de Weber, contribuindo imensamente para questões históricas em torno da recepção weberiana; e para *Max Weber e a racionalização da vida*, também de 2013, o trabalho de Carlos Sell, da Universidade Federal de Santa Catarina, que pensa a teoria sociológica do racionalismo em Weber a partir das múltiplas vias da racionalidade.

3 Obras completas de Max Weber, em franca edição e publicação na Alemanha desde a década de 1970.

4 Ao final deste trabalho, apresenta-se uma “tábua de correspondência” para as siglas utilizadas no universo editorial weberiano, “um padrão já estabelecido na weberologia”, como indicado por Waizbort (2012, p. 13).



### 3 FONTES ORIGINAIS EM PUBLICAÇÕES BRASILEIRAS<sup>5</sup>

Com base em pesquisa anterior (CARVALHO, 2016), percebeu-se que a maior parte dos escritos de Max Weber traduzidos no Brasil é fruto direto de traduções indiretas, por vias secundárias, compreendendo quase a metade do volume que se encontra em editoras nacionais. Não se desdobrará, nesta ocasião, um relatório completo dos capítulos, fontes, editoras, tradutores e bibliografias utilizados pelas editoras nacionais e nem se fará uma descrição detalhada do conjunto completo das obras traduzidas e seus referentes publicados em português – pontos que já relatamos em outro lugar<sup>6</sup> –, ficaremos restritos a indicar as partes principais das “fontes-base” utilizadas pelos tradutores com a massa grossa de dados excluída dessa exposição, demonstrando como ocorre um seccionamento de algumas obras de Weber que são publicadas no Brasil de modo fragmentado.

Iniciando-se traduções diretas da língua vernácula de Weber, as **fontes em alemão**, citam-se as bases a seguir:

**1) [GARS I]** *Gesammelte Aufsätze zur Religionssoziologie* (Ensaio reunidos de Sociologia da Religião). Textos de 1904 a 1920, publicados em três volumes, entre os anos de 1920 e 1921: **a)** *Die protestantische Ethik und der Geist des Kapitalismus* (*A Ética Protestantista e o Espírito do Capitalismo*, várias edições), ed. J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1947; **b)** *Die Wirtschaftsethik der Weltreligionen, I: Konfuzianismus und Taoismus*, (1915-1919), 1921, no Brasil, “Ética Econômica das Religiões Mundiais, I: Confucionismo e Taoísmo (ed. Vozes, 2016);

**2)** *Wirtschaftsgeschichte* (História geral da economia). Compilação por Sigmund Hellmann e Melchior Palyi de notas de Weber e as transcrições de seus alunos das suas últimas palestras realizadas em 1919-20 (Berlim, 1923), publicada no Brasil pela Mestre Jou, em 1968, e pela Centauro, em 2006;

**3) [GPS]** *Gesammelte Politische Schriften* (Escritos políticos). Coletânea de ensaios e artigos de Jornais de Weber publicada em 1921: no Brasil, foram traduzidos *Parlament und Regierung im Neugeordneten Deutschland* (Parlamento e Governo em uma Alemanha Reordenada) originalmente publicado nos “Escritos políticos” *Gesammelte Politische Schriften*, ed. J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1958 [1921]; e, finalmente, a coletânea completa dos “Escritos políticos”, *Os Gesammelte Politische Schriften*, editados pela ed. Martins Fontes, em 2013, lançada em 2014 (536p.), com relançamento em 2015 para o volume “Weber”, da coleção “Grandes nomes do Pensamento”, da Folha de São Paulo; *Politik als Beruf* (1919) (*Política como Profissão/Vocação*), editadas a partir das versões de 1967 e 1968, da ed. Dunker & Humblot, de Berlim;

<sup>5</sup> Parte dos detalhes de pesquisa apresentada neste tópico já foi publicada em outra ocasião (cf. CARVALHO, 2019). A forma que apresentamos aqui recebe uma organização atualizada.

<sup>6</sup> (cf. CARVALHO, 2016).

**4) [WuG] *Wirtschaft und Gesellschaft*** (Economia e Sociedade). Recebida entre nós como “Economia e Sociedade (**EeS**): fundamentos da sociologia compreensiva” (de 1921-2), a coletânea de textos foi publicada pela editora da Universidade de Brasília e finalizada na Imprensa Oficial do Estado de São Paulo UNB, em 1991. Essa primeira edição foi, originalmente, publicada em volume único, e equivale à quinta edição alemã de 1976 (direitos autorais de 1972, da editora da cidade de Tübingen, J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), a tradução é de Régis Brabosa e Karen E. Barbosa, com revisão técnica de Gabriel Cohn e, atualmente, é vendida em dois volumes separados; “Conceitos básicos de sociologia”, publicada pela Editora Moraes, em 1987 tendo como fonte e edição de **WuG** (EeS) de 1925; “Os fundamentos racionais e sociológicos da música”, edição da EdUSP, de 1995, com Prefácio de Gabriel Cohn e tradução e notas de Leopoldo Waizbort (Texto incorporado a edição de **WuG**); e

**5) [GaW] *Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre*** (Ensaio Reunidos da “doutrina” da ciência); “Ensaio sobre a teoria das ciências sociais”, Ed. Martins Fontes, 1979 (com impressão em Lisboa), fundamentados nos *Wissenschaft als Beruf* (Ciência como Profissão, 1919), Edições editadas a partir das versões de 1967 e 1968, da ed. Dunker & Humblot, de Berlim; Outra publicação baseada em GaW é “Metodologia das ciências sociais”, publicado em duas partes pela ed. Cortez e Ed. da UNICAMP, com Introdução à edição brasileira de Maurício Tragtenberg e tradução Augustin Wernet (partes 1 e 2); Um terceiro texto com base em **GaW** é publicado pela Ed. Ática, em 2006, trata-se de “A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais”, com tradução autoria secundária, apresentação e comentários Gabriel Cohn.

Em se tratando do segundo maior volume de traduções, temos as **fontes em inglês**, das quais, destacam-se três bases: **1)** *The Power of the State and the Dignity of the Academic Calling in Imperial Germany*, de 1973, ed. Minerva; **2)** Coletânea *From Max Weber: Essays in Sociology*, organizada por H. H. Gerth, e C. Wright Mills, publicada pela Oxford University Press (reimp, Galax Book, 1963 [1946]); e **3)** Tradução da conhecida versão de Talcott Parsons (pela ed. Harvard University) para *Die Protestantische Ethik und der Geits des Kapitalismus* (1904-5 e 1920).

A terceira maior influência em termos de fontes de tradução é o conjunto de **fontes em espanhol**, têm-se três bases: **1)** A famosa tradução de *Economía y Sociedad*, publicada no México, pela ed. Fondo de Cultura, em 1944; **2)** A tradução da versão mexicana de *Los fundamentos Racionales y Sociológicos de la música*, publicada em 1964, como parte *Economía e Sociedad*, e cotejada por Leopoldo Waizbort com a versão norte-americana *Rational and Social Foundations of Music*, de 1958; e **3)** A versão espanhola de *Romische agrargeschichte (História agrária romana*, de 1892).

Quanto às **fontes em francês**, pode-se citar uma base principal: **1)** a coleção de artigos publicados entre 1904 e 1917 [**GaW**], traduzidos do alemão e introduzido na França por Julien Freund (ed. Librairie Plon), 1965.





## 4 A GENEALOGIA DAS FONTES ORIGINAIS E A ATUALIDADE DA MAX WEBER- GESAMTAUSGABE, A MWG

A produção intelectual de Weber passou e passa uma série de processos editoriais históricos. Da sua gênese até os dias atuais, os escritos deste autor passaram por, pelo menos, três grandes fases de publicação, sendo que a última fase ainda está em finalização, com a organização de suas “obras completas”. Não se desdobrará a questão deste recorte temporal em detalhes neste trabalho, exceto quando for relevante para a compreensão do contexto editorial das publicações.

A primeira grande fase corresponde às publicações de Max Weber em primeira mão, quais sejam, os escritos publicados por Weber em vida e com a supervisão editorial do próprio autor. A esta fase, chamaremos ciclo “Pré-editores”, e ela corresponde aos trabalhos de Weber publicados entre 1889 e 1920; a segunda grande fase remete ao ciclo de publicações póstumas, já editados sob a curadoria de Marianne Weber. Nesta fase que chamaremos, simplesmente, ciclo “Marianne Weber”, localizamos os escritos de Weber publicados desde 1921, sob a supervisão de sua viúva; A terceira fase, corresponde ao ciclo iniciado ao fim da década de 1970, e que alcança nossos tempos, consolidando a reorganização das obras completas de Weber, a *Max Weber- Gesamtausgabe* (**MWG**).



## 4.1 Primeira fase: o “ciclo pré-editores”

O marco inaugural do ciclo “Pré-editores” data do ano de 1889, a partir da publicação, em Stuttgart, da monografia redigida por Max Weber para obtenção da habilitação em direito comercial, *Zur Geschichte der Handelsgesellschaften im Mittelalter*<sup>7</sup>. Entre aquele ano e o ano de 1920, Weber publicou, por sua própria iniciativa e coordenação, uma série de trabalhos de destaque, em sua maioria, tratados direto com a editora Mohr Siebeck<sup>8</sup>. Este ciclo se encerra em 1920, com a publicação do primeiro volume dos *Gesammelte Aufsätze zur Religionssoziologie* [**GARS I**] (Ensaio reunidos de Sociologia da Religião), coletâneas publicadas em três volumes, um em 1920, e dois em 1921, já sob a guarda de Marianne Weber.

### Quadro 1 – Publicações “Pré-editores”, organizadas por Weber entre 1889 e 1920.

1889: <i>Zur Geschichte der Handelsgesellschaften im Mittelalter</i> [GASW].
1891: <i>Die römische Agrargeschichte in ihrer Bedeutung für das Staats- und Privatrecht</i> .
1891-1892: <i>Die Verhältnisse der Landarbeiter im ostelbischen Deutschland</i> . 1895: <i>Freiburger Antrittsvorlesung Der Nationalstaat und die Volkswirtschaftspolitik</i> .
1896: <i>Die sozialen Gründe des Untergangs der antiken Kultur</i> . In: <i>Die Wahrheit</i> [GASW].
1904: Lançamentos: <i>Die ‚Objektivität‘ sozialwissenschaftlicher und sozialpolitischer Erkenntnis</i> [GAW]; <i>Die protestantische Ethik und der ‚Geist‘ des Kapitalismus</i> . (1904) und (1905) [GARS I].
1909: <i>Agrarverhältnisse im Altertum</i> [GASW].
1910: <i>Enquete über das Zeitungswesen</i> .
1915-1919: <i>Die Wirtschaftsethik der Weltreligionen</i> [GARS I].
1918: <i>Parlament und Regierung im neugeordneten Deutschland</i> ([GPS] 306–443).
1919: “Notas da aula”: <i>Wissenschaft als Beruf</i> , [GAW]; <i>Politik als Beruf</i> [GPS].
1920: <i>Gesammelte Aufsätze zur Religionssoziologie</i> [GARS I]: <b>Band 1</b> : <i>Vorbemerkung, Die protestantische Ethik und der Geist des Kapitalismus, Die protestantischen Sekten und der Geist des Kapitalismus sowie Die Wirtschaftsethik der Weltreligionen (Konfuzianismus und Taoismus)</i> 1920.

**Fonte:** elaborado pelo autor, com base em Mohr Siebeck<sup>9</sup>.

7 “Sobre a história das sociedades comerciais, na Idade Média” ([GASW], p. 312-443), tradução livre nossa, assim como as demais notas de tradução para títulos de obras em alemão não publicadas em português.

8 Mohr Siebeck, editora alemã centenária com uma história que remete ao ano de 1855 (CARVALHO, 2016).

9 Mohr Siebeck (editora), seção “Name das Autors” / “Max Weber”, em alemão. <<https://www.mohr.de/>>. Nov 2015.



## 4.2 Segunda fase: o ciclo “Marianne Weber”. Os “ensaios reunidos”<sup>10</sup> e “economia e sociedade”<sup>11</sup>

No ano de 1921, seguido ao ano da morte do autor, Marianne Weber inicia a tarefa de levar os escritos do seu falecido marido a público. A Sra. Weber tinha nas mãos um vasto volume de manuscritos originais, além de correspondências, documentos e anotações avulsas e inéditas (WAIZBORT, 2012, p. 09). Com assessoria editorial de Sigmund Hellmann e Melchior Palyi, sua primeira empreitada foi dar continuidade aos..., publicando o segundo e o terceiro volumes, 1921. O marco de encerramento do ciclo é a publicação dos dois últimos títulos da coleção de “Ensaio”, e 1924, *Gesammelte Aufsätze zur Sozial- und Wirtschaftsgeschichte*<sup>12</sup> e *Gesammelte Aufsätze zur Soziologie und Sozialpolitik*<sup>13</sup>.

Como é possível observar (Quadro 2), Marianne Weber considerou organizar espólio de Weber em grupos temáticos, seguindo uma lógica editorial muito próxima àquela que Weber elegeu mais adequada para publicar os *Gesammelte Aufsätze zur Religionssoziologie* [**GARS**], de 1920-21.

**Quadro 2** – Publicações organizadas por Marianne Weber entre 1921 e 1924.

ESCRITOS PUBLICADOS APÓS A MORTE DE WEBER (1920)
– Continuação das coletâneas de “Ensaio Reunidos” 1921-1924:
1921: <i>Gesammelte Aufsätze zur Religionssoziologie</i> [ <b>GARS II</b> ] e [ <b>GARS III</b> ].  (Ensaio reunidos de Sociologia da Religião) (Capítulos 2 e 3).
1921: <i>Gesammelte Politische Schriften</i>  (Escritos políticos) [ <b>GPS</b> ].
1922: <i>Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre</i>  (Ensaio Reunidos da doutrina da ciência) [ <b>GAW</b> ].
1924: <i>Gesammelte Aufsätze zur Sozial- und Wirtschaftsgeschichte</i>  (Ensaio Reunidos de história social e econômica) [ <b>GASW</b> ].
1924: <i>Gesammelte Aufsätze zur Soziologie und Sozialpolitik</i>  (Ensaio Reunidos de sociologia e política social) [ <b>GASS</b> ].
– Outros escritos:
1921: <i>Die rationalen und soziologischen Grundlagen der Musik</i>  (Fundamentos sociológicos e racionais da música) (Apêndice incluídos à [ <b>WuG</b> ]).
1921-22: <i>Wirtschaft und Gesellschaft</i> (Economia e Sociedade) [ <b>WuG</b> ].
1922: <i>Die drei reinen Typen der legitimen Herrschaft</i>  (Os três tipos puros de dominação legítima).
1923: <i>Wirtschaftsgeschichte</i> (História econômica).

**Fonte:** Carvalho (2016) com base em Mohr Siebeck (editora).

10 Os famosos “*Gesammelte*”, os chamados “Ensaio Reunidos” [1921-1924] que seguiram a lógica editorial dos “Ensaio Reunidos de Sociologia da Religião”, *Gesammelte Aufsätze zur Religionssoziologie* [1920-1921].

11 *Wirtschaft und Gesellschaft* (**WuG**), (WEBER, Marianne, 2012 [1921]).

12 *Gesammelte Aufsätze zur Sozial- und Wirtschaftsgeschichte*, Tübingen 1924, 2. Auflage. 1988, ISBN 3-8252-1493-1 [**GASW**] (Ensaio Reunidos de história social e econômica).

13 *Gesammelte Aufsätze zur Soziologie und Sozialpolitik*, Tübingen 1924, 2. Auflage. 1988, ISBN 3-8252-1494-X [**GASS**] (Ensaio Reunidos de sociologia e política social).

### 4.3 A Terceira fase: o ciclo da *Max Weber-Gesamtausgabe* (MWG)

A fase mais recente de publicação dos escritos de Max Weber remonta aos anos do final da década de 1970. A reedição e o reordenamento das suas obras completas foram planejados de modo que a execução das republicações se dessem entre 1980 e 2015. A *Max Weber-Gesamtausgabe* (MWG) cobre uma dupla dimensão crítica aplicada ao crivo analítico interno (coerência epistemológica) e ao externo (contexto histórico-institucional-editorial). O projeto acabou ganhando dimensões impensadas, impactando a maneira com que se lê Weber, inclusive dentro da Alemanha, e condensando, nas palavras de Edith Hanke<sup>14</sup> (2012), 230 anos de trabalho científico autoral. A dupla dimensão analítica sobre o corpus da obra weberiana parte de leituras comparadas, cotejamento com documentos e cartas de época, registros editoriais, escritos interrompidos, manuscritos avulsos, esboços e anotações de aulas, estabelecendo relações temporais sincrônica e diacrônica com os contextos e peculiaridades de cada criação. O material está organizado em três seções: **MWG I**: *Schriften und Reden* (*Escritos e Discursos*); **MWG II**: *Briefe* (*Cartas*); **MWG III**: *Vorlesungen und Vorlesungsnachschriften* (*Palestras e notas de aulas*) e, atualmente, todos os 43 volumes da MWG estão publicados, restando apenas três tomos para o encerramento da tarefa de editoril (Quadro 3).

**Quadro 3** – Partes publicadas da MWG (2018).

<b>MWG I</b>	25 Volumes - 34 tomos (1 não publicado [sem previsão])
<b>MWG II</b>	11 volumes - 13 tomos (1 não publicado [sem previsão])
<b>MWG III</b>	7 volumes - 7 tomos (1 não publicado [sem previsão])
<b>TOTAIS</b>	43 volumes - 54 tomos (3 não publicados)

**Fonte:** Carvalho (2016), atualizada em 2019, com base em Mohr Siebeck (editora).

A relação institucional por trás da criação do projeto editorial da MWG se sustenta em um trinômio. São três frentes institucionais com papéis organizacionais e protocolares distintos: i) a Academia de Ciências da Baviera (ACB); ii) a comissão científica especializada permanente, encarregada das análises filológicas, revisão técnica e edição; e iii) a Editora J. C. B. Mohr<sup>15</sup>, da cidade de Tübingen e que têm uma história de mais de um século e meio, que detém os direitos de publicação (HANKE, 2012, p. 100). De acordo com Edith Hanke (2012), um verdadeiro *renascimento* weberiano, uma operação intelectual que gerou movimento e reaqueceu o interesse do público e o debate em torno do trabalho de Max Weber nos últimos cinquenta anos.

**Quadro 4** – Economia e Sociedade (*Wirtschaft und Gesellschaft*, 1921-22) diluída na *Max Weber-Gesamtausgabe* (MWG).

14 Edith Hanke é uma das colaboradoras do círculo de editores da MWG (cf. HANKE, 2012).

15 Atual "Mohr Siebeck GmbH & Co. KG". Disponível em: <<https://www.mohr.de/>> (em alemão).



VOL	Descrição	Títulos em tradução livre
I/22	Band I/22,1: <b>Wirtschaft und Gesellschaft. Die Wirtschaft und die gesellschaftlichen Ordnungen und Mächte.</b> Nachlass. Gemeinschaften. Hrsg. v. Wolfgang J. Mommsen in Zus.-Arb. m. Michael Meyer. 2001. XXVI, 401 Seiten. ISBN 978-3-16-147558-0	(EeS). A Economia e as ordens e poderes sociais. <b>Espólio. Comunidades.</b> (2001)
	Band I/22,2: <b>Wirtschaft und Gesellschaft. Religiöse Gemeinschaften.</b> Hrsg. v. Hans G. Kippenberg in Zus.-Arb. m. Petra Schilm, unter Mitw. v. Jutta Niemeier. 2001. XXV, 584 Seiten. ISBN 978-3-16-147562-7	(EeS). A Economia e as ordens e poderes sociais. <b>Espólio. Comunidades religiosas.</b>
	Band I/22,3: <b>Wirtschaft und Gesellschaft. Recht.</b> Hrsg. v. Werner Gephart u. Siegfried Hermes. 2010. XXIX, 813 Seiten. ISBN 978-3-16-150356-6	(EeS). A Economia e as ordens e poderes sociais. <b>Espólio. Direito.</b> (2010)
	Band I/22,4: <b>Wirtschaft und Gesellschaft. Herrschaft.</b> Hrsg. v. Edith Hanke in Zus.-Arb. m. Thomas Kroll. 2005. XXX, 944 Seiten. ISBN 978-3-16-148694-4	(EeS). A Economia e as ordens e poderes sociais. <b>Espólio. Dominação.</b> (2005)
	Band I/22,5: <b>Wirtschaft und Gesellschaft. Die Stadt</b> Hrsg. v. Wilfried Nippel. 1999. XXVI, 390 Seiten. ISBN 978-3-16-146821-6	(EeS). A Economia e as ordens e poderes sociais. <b>Espólio. A cidade.</b> (1999)
I/23	<b>Wirtschaft und Gesellschaft. Soziologie.</b> Unvollendet. 1919-1920. Hrsg. v. Knut Borchardt, Edith Hanke u. Wolfgang Schluchter 2013. XXVI, 847 Seiten. ISBN 978-3-16-150292-7	(EeS). <b>Sociologia.</b> Inacabados. 1919-1920. (2013)
I/24	<b>Wirtschaft und Gesellschaft. Entstehungsgeschichte und Dokumente.</b> Hrsg. v. Wolfgang Schluchter. 2009. XI, 285 Seiten. ISBN 978-3-16-150058-9	(EeS). <b>História da Gênese e documentos.</b> (2009)
I/25	<b>Wirtschaft und Gesellschaft. Gesamtregister.</b> Bearb. v. Edith Hanke u. Christoph Morlok. 2015. XXIV, (+ CD-ROM). ISBN 978-3-16-152997-9	Economia e sociedade. <b>Índices.</b> [+ CD-ROM]. (2005)

Fonte: Mohr Siebeck GmbH & Co. KG., Tübingen: [encurtador.com.br/lvyGJ](http://encurtador.com.br/lvyGJ)

Um exemplo do impacto da reinterpretação exegética das obras de Weber é a reorganização do conteúdo que conhecemos internacionalmente por (*Wirtschaft und Gesellschaft*, 1921-22), traduzida entre nós como Economia e Sociedade (EeS). Como demonstrado acima (Quadro 4), a obra de natureza complexa está diluída na *Max Weber-Gesamtausgabe* (**MWG**) e quatro volumes (Band I/22 a I/25) e seis tomos, com destaque para os textos inacabados, os materiais são acompanhados por dois tomos adicionais, um para documentos genealógicos e outro para um índice sistemático que inclui um programa interativo.

Essa reorganização corrige consequências das circunstâncias do primeiro ordenamento das obras de Max Weber, que geraram controvérsias em torno do tema do sentido e da coerência histórica e epistemológica do conteúdo original. Não se abordará as minúcias destas controvérsias<sup>16</sup>, as quais levaram Lepsius (2012)<sup>17</sup> a afirmar que **EeS** “é um torso”, nascido de escolhas editoriais equivocadas e longe de representar um todo “coeso e unificado” (LEPSIUS, 2012, p. 137). Esta complexidade também é explicitada por Gabriel Cohn, no prefácio à edição brasileira de **WuG**, descrevendo a obra, ainda que totalmente relevante, como um apanhado que resente da “carência de uma unidade terminológica, resultado de uma associação de escritos de períodos diferentes da produção weberiana, definida pela ordem dos temas e não pela ordem cronológica da redação” (COHN, 2012 [1991], p. xiii-xiv). Objetivamente, Cohn demonstra suas críticas comentando a própria discrepância entre as duas seções em que se apresentam os conceitos basilares trabalhados por Weber – em *Sobre algumas categorias da Sociologia Compreensiva*, de 1913, e em *Conceitos sociológicos fundamentais*, de 1918 –, que induzem a indiscrepân-

16 Para uma compreensão mais aprofundada sobre o tema ver Carvalho (2016), e o tratamento dado ao tema no “Prefácio” à 4ª edição alemã de Economia e Sociedade (WINCKELMANN, 2012 [1955], p. xxxi), nas palavras da própria Marianne Weber (2012 [1925], p. xii) e em Schluchter (2014b).

17 Mario Rainer Lepsius (1928-2014) foi um dos especialistas reponsáveis técnicos pela edição da coleção *Max Weber- Gesantasgauben* (**MWG**), que atualiza e reordena os escritos de Max Weber. Os outros especialistas são Horst Baier, Gangolf Hübinger, Wolfgang J. Mommsen (1930-2004), Wolfgang Schluchter e Johannes Winckelmann (1900-1985) (HANKE, 2012).

cias terminológicas e conceituais (ibidem). Como também fora demonstrado por Lepsius (2012) também que pediu cautela ao leitor na abordagem dos dois textos. Já que os *Conceitos sociológicos fundamentais* superam em totalidade o texto de 1913, *Sobre algumas categorias da Sociologia Compreensiva* (LEPSIUS, 2012, p. 138-140).

## CONSIDERAÇÕES

Este trabalho apresenta algumas considerações sobre o conjunto de demandas específicas que podem ter condicionado as “operações de leitura” na recepção de Max Weber no Brasil (BOURDIEU, 2002a) e indica relativa defasagem e obsolescência de quase meio século de fontes textuais weberianas encontradas no cenário editorial brasileiro, que, por si, alimentam-se largamente de fragmentos textuais seccionados e traduzidos, sobretudo, de línguas secundárias.

As demandas nacionais, como no caso do “atraso” brasileiro condicionaram e condicionam um tipo de leitura e aplicabilidade do pensamento do autor, condição melhor exemplificada no caso da manutenção metodológica da Sociologia e das Ciências Sociais no Brasil que condicionaram uma atenção direcionada a Weber, introduzindo o “metodólogo”, mas obscurecendo, por exemplo, a maior parte dos “Ensaio Reunidos”, que nunca chegaram à audiência brasileira. Ainda que não se possa (ou deseje) afirmar que essas classificações seletivas tenham criado abrambramento de “Weber”, o leitor local mais interessado em aprofundar-se no estudo deste autor clássico, ainda precisará lidar com problema das publicações fragmentadas e seccionadas, como no caso dos “Escritos Políticos” de Weber, publicados apenas recentemente na íntegra, no ano de 2013, o que levou à dificuldade de se conhecer a totalidade das concepções políticas de Weber. De todas estas questões, a mais complexa, talvez seja aquela ligada ao tipo de fontes que estamos utilizando como referências. Destacou-se o problema das traduções de segunda mão, que lega os pesquisadores brasileiros ao inevitável consumo das traduções realizadas de fontes não originais alemãs e de fontes desatualizadas, quase sempre ligadas a problemas de coerência interna da obra, como no exemplar caso de “Economia e Sociedade” [1922]: estamos lendo e recomendando uma obra com um século de defasagem interpretativa em relação aos percursos epistemológicos fundamentais do autor. Ainda constata-se que, com meio século de existência, nem um único dos 43 volumes da **MWG** foi traduzido ou publicado no Brasil.



## SIGLAS

### Em Alemão:

- GARS I** – *Gesammelte Aufsätze zur Religionssoziologie, Band I (Vol. 1).*  
**GARS II** – *Gesammelte Aufsätze zur Religionssoziologie, Band II (Vol. 2).*  
**GARS III** – *Gesammelte Aufsätze zur Religionssoziologie, Band III (Vol. 3).*  
**GASS** – *Gesammelte Aufsätze zur Soziologie und Sozialpolitik*  
**GASW** – *Gesammelte Aufsätze zur Sozial- und Wirtschaftsgeschichte*  
**GAW** – *Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre*  
**GdS** – *Grundriss der Sozialökonomik.*  
**GPS** – *Gesammelte Politische Schriften*  
**MWG** – *Max Weber- Gesamtausgabe*  
**PE** – *Die protestantische Ethik und der Geist des Kapitalismus*  
**PE II** – *Die Protestantische Ethik II. Kritiken und Antikritiken.*  
**WuG** – *Wirtschaft und Gesellschaft.*  
**WG** – *Wirtschaftsgeschichte. Abriß der universalen Sozial- und Wirtschaftsgeschichte*

### Em português:

**EeS** – Economia e Sociedade

## Referências

- AVELINO FILHO, George. As raízes de Raízes do Brasil. In: *Novos Estudos CEBRAP*. São. Paulo, n. 18, set., 1987.
- AVELINO FILHO, George. Cordialidade e Civilidade em Raízes do Brasil. *Rev. bras. Ci. Soc.* [online]. São Paulo, v. 5, n. 12, 1990.
- AVELINO FILHO, George. *Cordialidade e civilidade em raízes do Brasil*. 2016 [1988]. Arquivos FGV. Disponível em: <[https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/avelino\\_-\\_cordialidade\\_e\\_civilidade\\_em\\_raizes\\_do\\_brasil\\_.pdf](https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/avelino_-_cordialidade_e_civilidade_em_raizes_do_brasil_.pdf)>. Acesso em: 05 ago. 2018.
- BARBOSA, Francisco de Assis. (Org.). Introdução. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes de Sérgio Buarque de Holanda*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989. p. 11-35.
- BARBOSA, Francisco de Assis. (Org.). Introdução. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes de Sérgio Buarque de Holanda*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989. p. 11-35.
- BOURDIEU, P. A causa da ciência: como a história das ciências sociais pode servir ao progresso das ciências. *Política & Sociedade*, Florianópolis, n. 1, p. 143-161, set. 2002b.
- BOURDIEU, P. A gênese dos conceitos de *habitus* e campo. In: \_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Lisboa: DÍFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. p. 59-73.
- BOURDIEU, P. As condições sociais da circulação internacional das ideias. Trad. Fernanda Abreu. *Rev. Enfo-*



ques. PPGSA/IFCS/UFRJ [on-line], Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 04-15, dez. 2002a.

CANDIDO; Antonio. Introdução à parte II. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes de Sérgio Buarque de Holanda*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989. p. 119-129.

CARVALHO, Márcio J. R. de. *Caminhos da compreensão: condicionantes sócio-intelectuais da recepção das obras de Max Weber no Brasil*. 2016. 175 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Sociologia Política, Prog. de Pós-graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/167721>>. Acesso em: 05 mar 2019.

CARVALHO, Marcio J. R. de. Max Weber fragmentado: análise sobre a importação seccionada de ideias intelectuais. In: VASCONCELOS, Adailson W. S. de (Org.). *A Sociologia e as Questões Interpostas ao Desenvolvimento Humano*. Ponta Grossa: Atena Editora, 2019. p. 01-15. Disponível em: <<https://www.atenaeditora.com.br/wp-content/uploads/2019/08/Ebook-A-Sociologia-e-as-Questoes-Interpostas-ao-Desenvolvimento-Humano.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2019. DOI: 10.22533/at.ed.3581914081.

CARVALHO, Márcio J. R. de. *Max Weber fragmentado: apontamentos para análise da importação seccionada das ideias intelectuais*. In: SEMINÁRIO DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DA UFSC, 1., 2018, Florianópolis. *Anais do I Seminário de Sociologia e Política da UFSC*. Anais do I Seminário de Sociologia e Política da Ufsc: Ufsc, 2018. p. 466 - 483. Disponível em: <<http://ppgsp.posgrad.ufsc.br/files/2018/11/ANAIS-COMPLETOS-FINAL-compressed.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2019.

CARVALHO, Márcio J. R. de. *Caminhos da compreensão: condicionantes sócio-intelectuais da recepção das obras de Max Weber no Brasil*. 2016. 175 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Sociologia Política, Prog. de Pós-graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/167721>>. Acesso em: 10 set 2016.

COHN, G. Alguns problemas conceituais de tradução em Economia e Sociedade. In: WEBER, Max. *Economia e sociedade*. 3. ed. Brasília: UnB, 2012 [1991], p. xiii-xiv.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo. 5. ed., 2012.

HANKE, E. A obra completa de Max Weber - MWG: um retrato. Trad. Sibeles Paulino. *Tempo soc.*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 99-118, 2012. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20702012000100006&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702012000100006&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 28 ago. 2018.

HEILBRON, J.; SAPIRO, G. Por uma sociologia da tradução: balanço e perspectivas. Dantas, M. P.; Costa, A. C. de S. (Trad.). *Graphos*, v. 11, n. 2, João Pessoa: Dez. 2009. pp. 13-28 - ISSN 1516-1536.

HOLANDA, Sérgio B. de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Cia. Das Letras, 1995 [1936]. 22ª reimpressão.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes de Sérgio Buarque de Holanda*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.

LEPSIUS, M. R. "Economia e sociedade": a herança de Max Weber à luz da edição de sua obra completa (MWG). *Tempo soc.*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 137-145, 2012. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20702012000100008&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702012000100008&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 28 ago. 2018.

MATA, S. da. *A fascinação weberiana: As origens da obra de Max Weber*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

MATA, S. da. Weberianismo tropical: caminhos e fronteiras da recepção da obra de Max Weber no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 460, p. 77-108, 2013.

MATA, S. da. Anos de aprendizagem de um jurista formado numa perspectiva histórica: Max Weber e o historicismo. *História da Historiografia*, v. 6, p. 64-80, 2011.

PIERUCCI, Antonio Flávio. *O desencantamento do mundo: todos os passos do conceito*. São Paulo: Editora 34, 2003.

RODRIGUES, José Honório. O pecado danado da usura. In: \_\_\_\_\_. *História e historiografia*. Petrópolis: Vozes, 1976.

SCHLUCHTER, W. Ideias, interesses e instituições: conceitos centrais de uma sociologia de orientação weberiana. In: \_\_\_\_\_. *O desencantamento do mundo: seis estudos sobre Max Weber*. Trad. e Apres. Sell,





Carlos E. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2104. p. 57-87.

SCHLUCHTER, W. Os conceitos sociológicos fundamentais: a fundamentação da sociologia compreensiva de Max Weber. In: \_\_\_\_\_. *O desencantamento do mundo: seis estudos sobre Max Weber*. Trad. e Apres. Sell, Carlos E. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2104b. p. 193-227.

SELL, C. E. *Max Weber no Brasil: a interpretação do pensamento weberiano na pesquisa brasileira*. Relatório de bolsa de produtividade em pesquisa 2010-2013. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2014. 51 p.

SOUZA, J. A ética protestante e a ideologia do atraso brasileiro. In: J. SOUZA (org.), *O malandro e o protestante: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira*. Brasília, UnB, 1999.

SOUZA, J. *A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro*. Brasília, UnB, 2000.

VILLAS BÔAS, G. A Recepção controversa de Max Weber no Brasil (1940-1980). *Rev. Dados* [on-line], v. 57, n. 1, p. 5-33. 2014.

VILLAS BÔAS, G. *A Recepção da Sociologia Alemã no Brasil*. Rio de Janeiro, Topbooks, 2006.

VILLAS BÔAS, G. A recepção da sociologia alemã no Brasil: notas para uma discussão. *BIB – Revista de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, p. 73-80, 1997.

WAIZBORT, L. Apresentação: Max Weber hoje. *Tempo soc.*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 9-18, 2012. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20702012000100001-&lng=en&nrm-iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702012000100001-&lng=en&nrm-iso). Acesso em: 28 ago. 2018.

WEBER, Marianne. Prefácio à primeira edição. In: WEBER, M. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Trad. Regis Barbosa e Karen Barbosa. 4. ed. Brasília: Unb, 2012. p. xxxix-xl.

WEBER, Marianne. Prefácio à quinta edição. In: WEBER, M. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. (Trad. Regis Barbosa e Karen Barbosa. 4. ed. Brasília: Unb, 2012. p. xxxiii-xxxvi.

WEBER, Marianne. Prefácio à segunda edição. In: WEBER, M. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Trad. Regis Barbosa e Karen Barbosa. 4. ed. Brasília: Unb, 2012. p. xli.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Trad. Regis Barbosa e Karen Barbosa. 4. ed. Brasília: Unb, 2012.

WINCKELMANN, J. Prefácio à quarta edição. In: WEBER, M. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Trad. Regis Barbosa e Karen Barbosa. 4. ed. Brasília: Unb, 2012. p. xxxi-xxxviii.



## CAPÍTULO 5

# **DIREITO E TECNOLOGIA: A POSSÍVEL RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E CRIMINAL DO “DIGITAL INFLUENCER”**

LAW AND TECHNOLOGY: THE POSSIBLE CIVIL AND CRIMINAL RESPONSIBILITY OF “DIGITAL INFLUENCER”

**Moisés Augusto Chaves**

## Resumo

A sociedade apresentou alterações tecnológicas significativas no tocante aos meios de comunicação, visto que, em menos de 10 (dez) anos (2008-2018), o papel tornou-se algo obsoleto, em virtude da facilidade de se propagar as informações através da Internet. Assim, várias indústrias e empresas começaram a utilizar a rede mundial de computadores para divulgar seus produtos e serviços, como, por exemplo, através do YouTube, que consiste em uma rede social na qual as pessoas podem enviar e compartilhar seus vídeos de forma gratuita. Segundo dados estatísticos, a rede social citada possui cerca de 1,5 bilhões de acessos por seus usuários a cada mês. Dentro do próprio YouTube ou de outras formas de socialização na web, existem os “digital influencers”, “influenciadores digitais” ou “formadores de opinião da internet”, tratando-se de pessoas que, de alguma forma, obtiveram êxito em captar um grande público, ou “seguidores”, em suas redes e, através destas, eles compartilham seu dia-a-dia, bem como fazem inúmeras propagandas e divulgam diversos tipos de produtos e serviços. Objetivou-se nesta pesquisa discutir a possível responsabilização civil e criminal destes digital influencers no exercício da atividade publicitária, quando praticarem condutas ilegais diretamente ligadas à apresentação de um produto/serviço. Assim, é fundamental para nossos objetivos entender de forma mais clara quem são de fato os digital influencers, bem como dividir e classificar suas práticas em três condutas distintas: informar; fazer publicidade; induzir a aquisição/uso.

**Palavras chave:** Direito e Tecnologia; Direito Digital; Digital Influencer; e Direito do Consumidor; Direito Penal e Direito Civil.



## Abstract

Society has made significant technological changes to the media, as in less than 10 years (2008-2018) paper has become obsolete due to the ease of spreading information through the Internet. As a result, many industries and companies have started using the worldwide web to promote their products and services, such as through YouTube, which is a social network where people can upload and share their videos for free. According to statistical data, the mentioned social network has about 1.5 billion hits by its users each month. Inside YouTube itself or other forms of socialization on the web, there are the “digital influencers” or “internet influencers”, who are somehow successful in capturing a large public, or “followers” on their networks and through them they share their daily lives, as well as make numerous advertisements and advertise various types of products and services. The objective of this research was to discuss the possible civil and criminal responsibility of these digital influencers in the exercise of advertising activity, when practicing illegal conduct directly linked to the presentation of a product/service. Thus, it is fundamental to our objectives to understand more clearly who the digital influencers really are, as well as to divide and classify their practices into three distinct behaviors: inform; advertise; induce acquisition/use.

**Key-words:** Law and Technology; Digital Law; Digital Influencer; Consumer Law; Criminal Law and Civil Law.



## Introdução

Nestas incompletas duas décadas do século XXI, a humanidade vive um de seus períodos mais comunicativos de toda a história, tendo em vista que existe uma colossal facilidade em se propagar informações através da world wide web. Ferramenta inicialmente utilizada para fins exclusivamente científicos e militares, a internet tomou proporções inimagináveis nos meios de comunicação, bastando alguns simples toques no *smarthphone* para iniciar um diálogo com outra pessoa, independentemente da distância geográfica do interlocutor. Este ambiente, hoje, abarca uma infinidade de plataformas a fim de se propagar inúmeras informações na web, sejam elas boas ou ruins, através das mais diversas formas.

Percebendo que a rede cria situações virtuais com efeitos jurídicos reais, como compra e venda de produtos, por exemplo, o Estado buscou evoluir sua legislação concomitantemente com sua tecnologia, dando ao ordenamento jurídico possíveis bases para que fosse regulamentado o uso da internet no Brasil, como, por exemplo, a Lei nº 12.965/14 (Marco Civil da Internet), a qual estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet em todo o território nacional brasileiro.

Observando a facilidade de propagação de dados e percebendo que a internet possui como fundamentos a livre iniciativa e a livre concorrência, de acordo com o Art. 2º, V, do diploma legal supracitado, foi adotado por um número incalculável de empresas um robusto sistema de publicidade, através do qual o usuário é “bombardeado” com infinitas campanhas publicitárias enquanto navega pela rede, seja diretamente através de atos das companhias ou por intermédio de pessoas que divulgam os produtos ou serviços, os “digital influencers”, também denominados “formadores de opinião da internet” ou “influenciadores digitais”. Porém, ao realizar uma propaganda enganosa, estariam estas pessoas cometendo ilícito civil e penal? O ordenamento jurídico pátrio prevê possibilidade de aplicação de sanção neste caso específico? Deveria ser responsabilizado aquele que o induziu a realizar a propaganda enganosa?

Assim, pretende-se com este artigo, através do estudo da bibliografia e da literatura pertinentes ao tema, responder tais questionamentos e entender qual seria possível responsabilização do “digital influencer”, caso este realize uma propaganda enganosa.



## Redes Sociais

Entre os conceitos que podem ser atribuídos na definição de “redes sociais” podemos compreendê-las, grosso modo, como softwares ou sites que proporcionam a conexão de pessoas através da internet independentemente da distância geográfica, criando, assim, um ambiente sem fronteiras, no qual os usuários podem interagir de forma (quase sempre) ilimitada.

Segundo pesquisas, mais de 4 (quatro) bilhões de pessoas ao redor do globo terrestre usam a internet diariamente, sendo que 42% dos acessos são nas redes sociais, conforme demonstra a pesquisa realizada (CIRÍACO, 2018):

Falando em números específicos, começamos 2018 com 4,021 bilhões de pessoas online (53% de todas as pessoas do planeta), um aumento de 7% em relação ao ano anterior. As redes sociais são utilizadas por cerca de 3,2 bilhões de pessoas (42% de todo o mundo). [...] Cerca de 1 milhão de pessoas começaram a usar as redes sociais em 2017, aponta o relatório, o que significa um novo usuário a cada 11 segundos. Em termos de proporção, o número de utilizadores das mídias sociais aumentou 13% ao longo do período, com a Ásia Central e o Sul da Ásia liderando o crescimento.

Em 2016, de acordo com matéria publicada no Canaltech (2016), o Brasil foi identificado como o país que mais usa redes sociais na América Latina. Segundo o estudo, o Brasil possuía 78,1 milhões de usuários mensais ativos (isto é, que acessam uma rede social ao menos uma vez por mês) em 2014, número que subiu para 86,5 milhões em 2015 (crescimento de 10,7%) e alcança a metade de 2016 com 93,2 milhões (aumento de 7,8%).

Porém, qual seria o alcance individual das redes sociais? Para complementar o estudo, faz-se mister compreender o funcionamento de pelo menos algumas das redes sociais utilizadas pelos *Digital Influencers*, quais sejam: Instagram e YouTube.

## Instagram

O Instagram consiste em uma rede social de divulgação de fotos e vídeos de curta duração, tendo atualmente lançado um recurso denominado “IGTV”, no qual os usuários podem publicar vídeos de longa duração através de canais.

Lançado em 2010, hoje o aplicativo já conta com o acesso de mais de 1 bilhão de usuários ativos por mês segundo pesquisas (TECMUNDO, 2018), o que demonstra grande alcance software, bem como seu poderio financeiro, representando 28% de toda a receita arrecadada pela sua empresa mantenedora, a Facebook Inc.



A referida rede social possui uma política de vedação de determinadas publicações, inclusive as enganosas e fraudulentas, *in verbis* (INSTAGRAM, 2018):

Fornecer um Serviço aberto e seguro para uma comunidade ampla exige que todos nós façamos nossa parte. Você não pode se passar por outras pessoas ou fornecer informações imprecisas. Você não pode fazer algo ilícito, enganoso, fraudulento ou com finalidade ilegal ou não autorizada.

Ao cadastrar uma nova conta, o usuário deve aceitar um termo de compromisso e responsabilidade, no qual ele exime o Instagram de todo e qualquer ato por ele praticado na rede social e, assim, pode-se constatar que, havendo necessidade de acionar o poder judiciário em virtude de litígio oriundo deste ambiente, não há que se falar em responsabilização do Instagram, mas sim única e exclusivamente do usuário, segundo o próprio site da empresa:

Nosso Serviço é fornecido “no estado em que se encontra”, e não podemos garantir que ele será seguro e funcionará perfeitamente o tempo todo. NO LIMITE PERMITIDO POR LEI, TAMBÉM NOS EXIMIMOS DE TODAS AS GARANTIAS, EXPLÍCITAS OU IMPLÍCITAS, INCLUSIVE AS GARANTIAS DE COMERCIALIZABILIDADE, ADEQUAÇÃO A UMA DETERMINADA FINALIDADE, TÍTULO E NÃO VIOLAÇÃO. Também não controlamos o que as pessoas ou terceiros fazem ou mencionam e não somos responsáveis pelas respectivas (inclusive as suas) condutas ou ações, online ou offline, nem pelo conteúdo (inclusive conteúdo censurável ou ilícito). Também não somos responsáveis pelos serviços e recursos oferecidos por outras pessoas ou empresas, mesmo que você os acesse por meio de nosso Serviço. Nossa responsabilidade por qualquer ocorrência no Serviço será limitada tanto quanto permitido por lei. Se houver um problema com nosso Serviço, não temos como prever todos os impactos que poderão ocorrer. Você concorda que nós não seremos responsáveis por qualquer perda de lucro, receitas, informação ou dados, ou, ainda, por danos eventuais, especiais, indiretos, exemplares, punitivos ou acidentais decorrentes de ou relativos a estes Termos, ainda que saibamos que eles são possíveis. Isso se aplica inclusive se nós excluirmos seu conteúdo, informações ou conta.

Portanto, caso um *Digital Influencer* venha a realizar publicidade enganosa nesta rede social, já é possível responder que, caso ela não esteja diretamente envolvida, não deve a rede social ser responsabilizada por força de acordo interno entre ela e o usuário. Observando o Art. 30 do Código de Defesa do Consumidor, tem-se a conexão entre os termos da rede social e da legislação pátria, *in verbis*:

Art. 30. Toda informação ou publicidade, suficientemente precisa, veiculada por qualquer forma ou meio de comunicação com relação a produtos e serviços oferecidos ou apresentados, obriga o fornecedor que a fizer veicular ou dela se utilizar e integra o contrato que vier a ser celebrado.

Percebe-se, assim, que a legislação pátria já consegue tutelar algumas das situações criadas no ambiente virtual.



## YouTube

Tal rede social consiste em um site no qual o usuário pode compartilhar vídeos com outras pessoas através de um canal.

Segundo dados colhidos em 2017 e publicados no Diário de Pernambuco (2017), o YouTube atinge mais de 1,5 bilhões de visualizações por mês, sendo, assim, mais utilizada do que o Instagram. Em termos comparativos, conforme notícia da Rede Globo de 2017, tem-se que a esta rede televisiva possui cerca de 100 milhões de espectadores diariamente, totalizando 3 bilhões ao mês. Pode-se concluir que o YouTube possui, numericamente, metade do número de espectadores de uma das maiores redes de televisão aberta do Brasil.

Após publicar um vídeo na referida rede social é possível acompanhar o desenvolvimento, o alcance e o número total de visualizações, as quais geram receita, (NOGUEIRA, 2018):

O pagamento pelas visualizações após a configuração do canal para monetização é feito por dólares pelo YouTube. É o chamado Custo por Mil (CPM), cujo valor, em média, é de pouco mais de US\$ 1 a cada 1 mil visualizações. Entretanto, é possível que o valor do CPM fique entre US\$ 0,60 a US\$ 5. O cálculo varia de acordo com o valor pago pelo anunciante e a relevância do canal em questão. O YouTube utiliza um algoritmo secreto para determinar o pagamento e o valor pode ter bastante diferença de canal para canal.

Levando-se em conta o Custo por Mil (CPM), conforme demonstrado acima, é possível deduzir cálculos de ganhos em dólares. Partindo do pressuposto que determinado Digital Influencer consiga semanalmente 12 milhões de visualizações, ele poderá, considerando o valor máximo de U\$5,00 por visualização, receber do YouTube a quantia exata de U\$60.000,00 (sessenta mil dólares).

No que diz respeito à responsabilidade da rede social, vale analisar os termos de serviço da empresa:

É importante saber que o Website é controlado e oferecido pelo YouTube a partir de suas instalações nos Estados Unidos da América. O YouTube não garante que o website do YouTube seja apropriado ou esteja disponível para uso em outros locais. As pessoas que acessam ou usam o website do YouTube a partir de outras jurisdições o fazem por conta própria e são responsáveis pelo cumprimento das leis regionais/nacionais. [...] Você será o único responsável por seu Conteúdo e pelas consequências de enviá-lo ou publicá-lo. Você afirma, declara e garante que possui ou tem as licenças necessárias, direitos, autorizações e permissões para publicar o Conteúdo que Você enviar, e Você autoriza o YouTube a usar todas as patentes, marcas registradas, segredos de negócio, direitos autorais ou outros direitos de propriedade e tais Conteúdos para a publicação no Serviço de acordo com estes Termos de Serviços.





Percebe-se, assim, a grande semelhança em relação ao Instagram e que tais redes sociais buscam criar um ambiente para livre comunicação e concorrência, porém delimitando de forma específica suas ações e responsabilidades, bem como as de seus usuários.

## Digital Influencer

O *Digital Influencer*, Influenciador Digital ou Formador de Opinião da Internet é conceituado por Issaaf Karhawi (2017) da seguinte forma:

Pode ser tanto aquele que estimula debates ou agenda temas de discussão em nichos, quanto aquele que influencia na compra de um lançamento de determinada marca. Em ambos os casos, o processo de solidificação em termos de crédito, capital e reputação são os mesmos. Toda essa construção é, ao fim, apropriada por marcas que identificam nos influenciadores uma ponte entre um produto e seus consumidores.

Partindo desse pressuposto, pode-se criar o seguinte conceito, apenas para os fins deste trabalho: o *Digital Influencer*, Influenciador Digital ou Formador de Opinião da Internet é aquele que, de alguma forma, conecta grande número de pessoas às suas diversas redes sociais com o intuito de, através de suas publicações, conseguir ainda mais agregados aos seus perfis na web a fim de gerar lucro, seja através do “marketing de influência” ou da forma que a rede social oferece.

A partir destes conceitos surge a seguinte dúvida: o *Digital Influencer* pode ser considerado um profissional? Segundo o Art. 5º, XIII, da Constituição Federal de 1988, é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer. Neste caso específico não existe lei regulamentadora e, portanto, a priori, as relações contratuais entre uma empresa e um digital influencer não seriam tuteladas pela Consolidação das Leis do Trabalho, mas sim pelas normas gerais a respeito de prestação de serviços verificada a partir do Art. 593 do Código Civil, o qual prevê que a prestação de serviço que não estiver sujeita às leis trabalhistas ou a lei especial, reger-se-á pelas disposições deste artigo e dos seguintes.



## CONAR e os Digital Influencers

Apesar de não existir legislação específica regulamentando os influenciadores digitais, existem regras que eles devem seguir, de acordo com o Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (CONAR), como, por exemplo, a respeito da publicidade sobre bebidas alcoólicas, *in verbis*:

Pertence, portanto, aos Anunciantes, Agências, Difusores e Veículos a responsabilidade de considerar os impactos das mensagens perante os consumidores, com a firme adesão aos princípios éticos, cumprindo na letra e no espírito as regras previstas nos Anexos "A", "P" e "T" do Código Brasileiro de Autorregulamentação Publicitária. Assim, destacamos as diretrizes abaixo (íntegra das regras disponível no site [www.conar.org.br](http://www.conar.org.br)). Responsabilidade Social: não deverá induzir ao consumo exagerado ou irresponsável; não devem associar o consumo de bebidas alcoólicas com sinal de maturidade, coragem pessoal, êxito profissional ou social, ou ainda que proporcione ao consumidor maior poder de sedução; não se recomendará a bebida em razão do teor alcoólico ou de seus efeitos sobre os sentidos; a publicidade em redes sociais e por meio de influenciadores digitais igualmente deve respeitar as regras gerais e específicas do segmento; apelos à sensualidade não constituirão o principal conteúdo da mensagem.

Ainda, existem ações da Justiça Pública no sentido de se averiguar a regularidade dos atos dos *Digital Influencers* (Representação nº 031/18, CONAR):

O Ministério Público do Estado de São Paulo, por meio da Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da capital, enviou ofício ao Conar pedindo manifestação à luz da ética publicitária de numerosos vídeos publicitários veiculados no YouTube, nos quais influenciadores de diferentes faixas etárias divulgavam produtos e serviços destinados a crianças e adolescentes. O Ministério Público questionou: estariam as ações mencionadas no ofício alinhadas às recomendações do Código Brasileiro de Autorregulamentação Publicitária para anúncios de produtos e serviços para menores de idade e identificação publicitária das peças?

Assim, percebe-se que o Estado vem cada vez mais preocupando-se com a questão dos influenciadores digitais, a fim de que sejam regulamentadas suas atividades para melhor atender o interesse social.

## Pode o Digital Influencer ser responsabilizado?

Antes de responder tal questionamento é necessário analisar qual seria a conduta do *Digital Influencer*: fazer campanha publicitária enganosa de produto ou serviço; informar a existência do produto ou serviço; e induzir o uso/aquisição de produto ou serviço.



Desde já, vale compreender que informar a existência de um produto ou serviço através das redes sociais, não deve caracterizar, em tese, ilícito civil ou criminal. O mesmo ocorre quando o influenciador digital induz o uso ou aquisição de produto ou serviço. Em ambas hipóteses, via de regra, não existe qualquer relação entre a empresa detentora do produto e o influenciador, o que caracteriza apenas uma livre manifestação do pensamento, sendo tal prática permitida pela Constituição Federal de 1988, em seu Art. 5º, IV.

## Possível responsabilização civil

De acordo com o Art. 186 do Código Civil Brasileiro, aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

Hipoteticamente, se uma influenciadora digital realizar campanhas publicitárias em suas redes sociais a respeito de suplementos alimentares que auxiliem na perda de peso, mas que também sejam nocivos a pessoas com problemas cardíacos e não informar seus seguidores sobre esta nocividade, por sua livre e espontânea vontade, não seria incorreto dizer que ela agiu com negligência, enquadrando-se, assim, na hipótese do Art. 186 do Código Civil Brasileiro, combinado com o Art. 37, §§1º e 2º, do Código de Defesa do Consumidor, in verbis:

Art. 37. É proibida toda publicidade enganosa ou abusiva. § 1º É enganosa qualquer modalidade de informação ou comunicação de caráter publicitário, inteira ou parcialmente falsa, ou, por qualquer outro modo, mesmo por omissão, capaz de induzir em erro o consumidor a respeito da natureza, características, qualidade, quantidade, propriedades, origem, preço e quaisquer outros dados sobre produtos e serviços. § 2º É abusiva, dentre outras a publicidade discriminatória de qualquer natureza, a que incite à violência, explore o medo ou a superstição, se aproveite da deficiência de julgamento e experiência da criança, desrespeite valores ambientais, ou que seja capaz de induzir o consumidor a se comportar de forma prejudicial ou perigosa à sua saúde ou segurança.

Vale ressaltar que, na hipótese analisada, a *digital influencer* promotora da campanha publicitária do produto tinha conhecimento de seu caráter nocivo, mas, caso ela não fosse informada pela empresa contratante a respeito de tal periculosidade do item, deveria ser responsabilizada apenas a companhia que contratou o serviço de publicidade, pois ela seria a exclusiva causadora do dano, in verbis:

O nexo de causalidade é elemento indispensável em qualquer espécie de responsabilidade civil. Sergio Cavalieri Filho (2012. p. 67) define nexo causal como “elemento referencial entre a conduta e o resultado. É através dele que poderemos concluir quem foi o causador do dano.” O autor em referência ainda ressalta que o nexo de causalidade é elemento indispensável em qualquer espécie de responsabilidade civil. Pode haver responsabilidade sem culpa, mas não pode haver responsabilidade sem nexo causal.



Assim, percebe-se que seria necessário analisar cada caso concreto a fim de se averiguar possível responsabilização civil em caso de propaganda enganosa feita por digital influencers.

## Possível responsabilização criminal

Da ótica criminal, extrai-se do Art. 66 do Código de Defesa do Consumidor o seguinte texto:

Art. 66. Fazer afirmação falsa ou enganosa, ou omitir informação relevante sobre a natureza, característica, qualidade, quantidade, segurança, desempenho, durabilidade, preço ou garantia de produtos ou serviços: Pena - Detenção de três meses a um ano e multa. § 1º Incurrirá nas mesmas penas quem patrocinar a oferta. § 2º Se o crime é culposo; Pena Detenção de um a seis meses ou multa.

A partir da hipótese criada no tópico 3.2., seria indispensável examinar a ação individual de cada um dos envolvidos. Caso a digital influencer não soubesse que estava realizando propaganda enganosa, apenas o responsável pela empresa contratante deveria responder criminalmente, pois o resultado se deu em virtude de sua ação, na forma do Art. 13 do Código Penal Brasileiro, o qual prevê que o resultado, de que depende a existência do crime, somente é imputável a quem lhe deu causa.

Porém, existe um caso em que podem ser responsabilizados tanto o responsável pela empresa contratante e o digital influencer, conforme ditam os artigos 67 e 68 do Código de Defesa do Consumidor.

Segundo Art. 67 do referido diploma legal, fazer ou promover publicidade que sabe ou deveria saber ser enganosa ou abusiva gera pena de detenção de três meses a um ano e multa. Ou seja, se o digital influencer souber ou obtiver o conhecimento necessário para constatar que aquela propaganda é enganosa ou abusiva, pode ele ser responsabilizado criminalmente, sendo que a maior dificuldade neste caso seria analisar se o referido influenciador possui capacidade de aferir se determinada propaganda seria enganosa/abusiva ou não.

Extrai-se do Art. 68 da referida lei que fazer ou promover publicidade que sabe ou deveria saber ser capaz de induzir o consumidor a se comportar de forma prejudicial ou perigosa a sua saúde ou segurança gera pena de detenção de seis meses a dois anos e multa. Portanto, se uma nutricionista digital influencer promover publicidade de um suplemento alimentar nocivo a quem possui problemas cardíacos, não informando tal periculosidade, poderia ela incorrer nas iras do referido artigo, visto que ela, em tese, teria a formação acadêmica necessária para constatar o risco do produto.



## Possível responsabilização Administrativa

Por fim, vale averiguar a possibilidade de responsabilização administrativa do Digital Influencer. Compulsando a Lei nº 8.078 (Código de Defesa do Consumidor), extrai-se o seguinte:

Art. 56. As infrações das normas de defesa do consumidor ficam sujeitas, conforme o caso, às seguintes sanções administrativas, sem prejuízo das de natureza civil, penal e das definidas em normas específicas: I - multa; II - apreensão do produto; III - inutilização do produto; IV - cassação do registro do produto junto ao órgão competente; V - proibição de fabricação do produto; VI - suspensão de fornecimento de produtos ou serviço; VII - suspensão temporária de atividade; VIII - revogação de concessão ou permissão de uso; IX - cassação de licença do estabelecimento ou de atividade; X - interdição, total ou parcial, de estabelecimento, de obra ou de atividade; XI - intervenção administrativa; XII - imposição de contrapropaganda.

Analisando o teor do referido artigo, pode-se perceber que algumas das sanções que são aplicadas à empresa fornecedora também podem ser impostas ao Digital Influencer, como, por exemplo, a multa (inciso I), suspensão do serviço de marketing através de sua rede social (incisos VI e VII), interdição total ou parcial de sua atividade como digital influencer (inciso X) e imposição de contrapropaganda (XII).

Dentre estas punições, a que mais impactaria o consumidor e poderia reduzir os danos causados por uma propaganda enganosa ou abusiva, aparentemente, seria a contrapropaganda, visto que ela deverá ser divulgada pelo responsável da mesma forma, frequência e dimensão e, preferencialmente no mesmo veículo, local, espaço e horário, de forma capaz de desfazer o malefício da publicidade enganosa ou abusiva, na forma do Art. 60, §1º, do Código de Defesa do Consumidor.

## Considerações Finais

Após as pesquisas, extrai-se do ordenamento jurídico pátrio que a publicidade através das redes sociais não carece de nova norma regulamentadora, visto que o Código de Defesa do Consumidor e outras leis já abarcam, em tese, todas as situações que podem ocorrer.

Porém, no que diz respeito aos influenciadores digitais, faz-se mister a criação de lei específica para tutelar suas atividades no que diz respeito a campanhas publicitárias em acordo com determinada empresa contratante. Observa-se que o digital influencer pode valer-se de empresas para gerar receita através de publicidade de produtos ou serviços destas, porém, existem aqueles que optam apenas



por gerar rendimento através da própria rede social, conforme demonstrado anteriormente. No primeiro caso, como há um contrato de prestação de serviços, entende-se que há a necessidade de regulamentação, ou até mesmo criação de uma nova denominação de digital influencer para diferenciá-lo daquele que não trabalha com marketing de empresas.

Assim, após análises de hipótese e deduções, pode-se concluir que existe a necessidade de regulamentação da atividade exercida pelo digital influencer no que diz respeito às campanhas publicitárias em acordo com empresas e, a depender do caso concreto observado, o influenciador digital pode vir a ser responsabilizado civil, criminal e até mesmo administrativamente, desde que reste comprovado que, de alguma forma, ele concorreu para a existência do dano causado, ressalvados os casos de boa-fé.

## Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988**. Brasília/DF, out 1988.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal Brasileiro**. Rio de Janeiro/RJ, dez 1940.

BRASIL. Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. **Código de Defesa do Consumidor**. Brasília/DF, set 1990.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Código Civil Brasileiro**. Brasília/DF, jan 2002.

CANALTECH. **Brasil é o país que mais usa redes sociais na América Latina**. Disponível em: <<https://canaltech.com.br/redes-sociais/brasil-e-o-pais-que-mais-usa-redes-sociais-na-america-latina-70313/>>. Acesso: 26 de julho de 2018.

CONAR. Circular nº 091/2017. **CONAR divulga circular sobre publicidade de bebidas alcoólicas**. Disponível em: <<http://www.conar.org.br/noticias/detnoticias.php?id=589>>. Acesso em: 05 de julho de 2018.

CONAR. **Representação nº 031/18**. Disponível em: <<http://www.conar.org.br/processos/detcaso.php?id=4905>>. Acesso em: 09 de julho de 2018.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **YouTube alcança 1,5 bilhão de acessos por mês e anuncia novidades**. Disponível em: <[http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/viver/2017/06/23/internas\\_viver,709998/youtube-alcanca-1-5-bilhao-de-acessos-por-mes-e-anuncia-novidades-para.shtml](http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/viver/2017/06/23/internas_viver,709998/youtube-alcanca-1-5-bilhao-de-acessos-por-mes-e-anuncia-novidades-para.shtml)>. Acesso: 12 de junho de 2018.

FREESIDER. **Como ganhar dinheiro no YouTube em 2018**. Disponível em: <<https://freesider.com.br/dinheiro/como-ganhar-dinheiro-no-youtube-em-2018>>. Acesso: 15 de julho de 2018.

INSTAGRAM. **Termos de Uso | Central de Ajuda do Instagram**. Disponível em: <<https://help.instagram.com/581066165581870>>. Acesso: 26 de julho de 2018.

KARHAWI, Issaaf. **Influenciadores digitais: conceitos e práticas em discussão**. COMMUNICARE (SÃO PAULO) 17 (2017): 46-61.

FELICÍSSIMO, Laura Rodrigues da Cunha e outros. **Manual jurídico sobre influenciadores digitais**. Disponível em: <[https://baptistaluz.com.br/wp-content/uploads/2018/04/Manual-jur%C3%ADdico-sobre-influenciadores-digitais\\_vers%C3%A3o-final.pdf](https://baptistaluz.com.br/wp-content/uploads/2018/04/Manual-jur%C3%ADdico-sobre-influenciadores-digitais_vers%C3%A3o-final.pdf)>. Acesso: 04 de agosto de 2018.

MAEDA, Renata de Souza. **Pressupostos da responsabilidade civil**. Disponível em: <<http://www.ambi>>



to-juridico.com.br/site/?n\_link=revista\_artigos\_leitura&artigo\_id=13531>. Acesso: 28 de julho de 2018.

REDE GLOBO. **Globo celebra alcance de 100 milhões de pessoas por dia**. Disponível em: <<https://redeglobo.globo.com/novidades/noticia/globo-celebra-alcance-de-mais-de-100-milhoes-de-pessoas-por-dia.ghtml>>. Acesso: 23 de julho de 2018.

TECMUNDO. **4 bilhões de pessoas usam internet no mundo**. Disponível em: <<https://www.tecmundo.com.br/internet/126654-4-bilhoes-pessoas-usam-internet-no-mundo.htm>>. Acesso: 23 de julho de 2018.

TECMUNDO. **Instagram tem mais de 1 bilhão de usuários ativos por mês**. Disponível em: <<https://www.tecmundo.com.br/redes-sociais/131503-instagram-tem-1-bilhao-usuarios-ativos-mes.htm>>. Acesso: 23 de julho de 2018.

YOUTUBE. **Termos de Serviço**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/static?gl=BR&template=terms&hl=pt>>. Acesso: 01 de agosto de 2018.



## CAPÍTULO 6

# **ADICIONAL DE PERICULOSIDADE: ÁREA DE RISCO POR ARMAZENAGEM DE INFLAMÁVEIS LÍQUIDOS EM TANQUES INSTALADOS NO INTERIOR DE PRÉDIOS**

ADDITIONAL PAY FOR DANGEROUSNESS: RISK AREA FOR STORING  
FLAMMABLE LIQUIDS IN TANKS INSIDE BUILDINGS

**Pâmella da Silva Rocha**



## Resumo

Este artigo aborda a definição da área de risco pela atividade de armazenamento de inflamáveis líquidos em tanques instalados no interior de edificações e o direito ao adicional de periculosidade aos trabalhadores que operam sob sua incidência. Isso porque, desde meados de 2010, a Orientação Jurisprudencial nº385 da Subseção Especializada em Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho pacificou entendimento de que é devido o adicional de periculosidade ao empregado que desenvolve suas atividades em edifício onde estão instalados tanques para armazenamento de líquido inflamável, em quantidade acima do limite legal, considerando-se como área de risco toda a área interna da construção vertical. Tal entendimento foi alcançado percorrendo uma interpretação legislativa que conjuga as Normas Regulamentadoras nº16 e nº20, ambas integrantes da Portaria nº3214/1978, mormente no que tange a quantidade limite para a atividade de armazenamento de líquidos inflamáveis. Por sua vez, a Portaria nº3214/1978 é a regulamentação do Ministério do Trabalho e Emprego que trata das operações definidas pela Consolidação das Leis do Trabalho como perigosas, em seu artigo 193. No entanto, a NR-20 sofreu alterações que estão vigentes desde 2013 e impactam diretamente na matéria pois, além de alterar a quantidade limite, passou a elencar uma série de outras condições de segurança para este tipo de atividade. Desta forma, o problema traçado para o presente artigo é responder ao seguinte questionamento: Para aplicação da referida OJ nº385 da SDI do TST, deve-se observar apenas a capacidade dos tanques quanto ao limite legal para armazenamento de líquidos inflamáveis ou deve prever o cumprimento das demais condições de segurança inauguradas pela nova redação da NR-20? O tema reflete efervescente e constante debate da seara trabalhista: sua abordagem protecionista. Sua atualidade, remonta a preocupação com a segurança no ambiente laboral, aqui especialmente no que tange ao perigo de incêndio gerado pelo agente inflamáveis. Os marcos teóricos eleitos para o presente trabalho são eminentemente de cunho jurisprudencial e normativo, e sugerem, como resposta ao problema apresentado, uma definição da área de risco para a atividade de armazenamento de inflamáveis líquidos em tanques instalados no interior de prédio. O método empregado é o dedutivo e o procedimento é o monográfico, sendo utilizado como critério de pesquisa o bibliográfico, com especial atenção, portanto, as fontes legislativas e sua aplicabilidade extraídas da jurisprudência. Por fim, cumpre esclarecer que o método também funcionará como limite que, pela natureza do meio científico eleita, é realizado de forma sucinta.

**Palavras-chave:** Adicional de Periculosidade; Inflamáveis; Área de risco; Construção vertical.



## Abstract

This article discusses the definition of the risk area by the activity of storing flammable liquids in tanks installed inside buildings and the additional pay for dangerousness due to the workers that operate under its incidence. This is because since mid-2010, the TST (Supreme labor court in Brazil) Jurisprudence nº385 has pacified the understanding that Additional Pay for Dangerousness is due to the employee who develops activities in a building where tanks are installed for storing flammable liquids, in a quantity above the legal limit, considering as an area of risk the whole internal area of vertical construction. This understanding was reached through a legislative interpretation that combines Regulatory Rules (NR) nº16 and nº20, both members of the Portaria nº3214/1978, mainly regarding the legal limit quantity for the activity of storing flammable liquids. In turn, Portaria nº3214/1978 is the regulations of the Ministry of Labor and Employment which deals with the operations defined by the Consolidation of Labor Laws as dangerous in its article 193. However, the NR-20 has undergone changes that have been in force since 2013 and have a direct impact on this matter, because more than changing the legal limit for storing flammable liquids it started to list a number of other safety conditions for this type of activity. Therefore, the problem drawn for this article is to answer the following question: For application the Jurisprudence nº 385 of TST, should only be observed the capacity of the tanks as to the legal limit for storing flammable liquids or must predict the fulfilment of the others security conditions inaugurated by the new NR-20 draft? The object here reflects an effervescent and constant debate inside Brazilian Labor Court: its protectionist approach. The actuality of this regarding to the concern with safety in the working environment, especially with the danger of fire generated by the inflammable agents. The theoretical frameworks chosen for this article are eminently based on jurisprudence and laws, and suggest, as a response to the problem presented, a definition of the risk area for the activity of storing flammable liquids in tanks installed inside the building. The method used is the deductive and the procedure is the monographic one, being used as a bibliographical research criterion, with special attention, therefore, the legislative sources and their applicability extracted from the jurisprudence. Finally, it should be clarified that the method also functions as a limit which, by the nature of the chosen scientific milieu, is summarized.

**Keywords:** Additional Pay for Dangerousness; Flammable liquids; Risk area; Vertical building.



## 1. INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda o adicional de periculosidade devido ao trabalhador que opera em área de risco por armazenagem de inflamáveis líquidos em tanques instalados no interior de edifícios e tem por objetivo sugerir uma definição para essa área de risco.

A abordagem do tema será realizada a partir de marcos jurisprudenciais e normativos. Assim, conforme o artigo 193 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) elege como perigoso o agente inflamável, a Portaria do Ministério do Trabalho e Emprego nº3214/78 trata da regulamentação do Adicional de Periculosidade na Norma Regulamentadora nº16 (NR-16) e, também, na Norma Regulamentadora nº20 (NR-20) trata da segurança no trabalho com inflamáveis.

Enquanto que a redação original da Portaria nº3214/78 previa apenas a forma enterrada para tanques no interior de edifícios, a Portaria da Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) nº308 de 29/02/2012, que alterou sua redação, além de inaugurar exceção aplicável para tanques de superfícies destinados à alimentação de geradores utilizados em situações de emergência, listou outros requisitos para a atividade, ou seja, a Portaria da SIT nº308 trouxe a possibilidade de armazenamento de inflamáveis no interior de prédios através de tanques, aumentou a quantidade limite e listou requisitos para construção e manutenção de tanques no interior de edificações.

Em paralelo, a NR-16 não estabeleceu quantidade limite para a atividade de armazenagem de líquidos inflamáveis e a Orientação Jurisprudencial (OJ) nº385 da Subseção Especializada em Dissídios Individuais - I (SDII) do Tribunal Superior do Trabalho (TST) previa desde meados de 2010 que é devido o adicional de periculosidade ao empregado que desenvolve suas atividades em prédio<sup>1</sup> onde estão instalados tanques para armazenagem de líquidos inflamáveis, em quantidade acima do limite legal, considerando-se como área de risco toda a área interna da construção vertical.

Desta forma, com a manutenção da redação da OJ-SDI-385 do TST desde 2010, atualmente deve-se observar apenas a capacidade dos tanques quanto ao limite legal para armazenamento de líquidos inflamáveis ou o cumprimento das demais condições de segurança inauguradas pela nova redação da NR-20?

---

<sup>1</sup> Prédio ou edifício são utilizados neste trabalho como sinônimos e compartilham conceito previsto no glossário da NR-20, qual seja "construção com pavimentos, cuja finalidade é abrigar atividades humanas, classificada pelo tipo de utilização em comercial, de serviços, cultural, etc."

A justificativa do tema reside na observação de alterações legislativas que impactam em conteúdo pacífico na jurisprudência, e sua atualidade pode tanto ser apontada com referência ao princípio protecionista basilar do Direito do Trabalho e a vigência da Lei nº13.425/2017, popularmente chamada de “Lei Kiss”, quanto irradiar tema global como o controle de convencionalidade da Convenção nº137 da Organização Internacional do Trabalho, que cumpriu seu decênio da ratificação pelo Brasil em 2017 e estabelece o compromisso do país com a construção e manutenção de ambientes seguros de trabalho, especialmente no que tange ao armazenamento de inflamáveis.

Para tal, este artigo foi organizado da seguinte forma: Conceito legal e abrangência do Adicional de Periculosidade; Definições nas Normas Regulamentadoras nº16 e nº20 da Portaria nº3214/78; A OJ-SDII-385 do TST; Posterior alteração na redação da NR-20; A definição da área de risco para a atividade de armazenagem de inflamáveis líquidos em tanques instalados no interior dos prédios; E, finalmente, como proposta objetiva ao problema, definir a área de risco para a atividade de armazenamento de inflamáveis líquidos em tanques instalados no interior de prédio em conformidade com a atual redação da NR-20.

Por fim, cumpre esclarecer que a abordagem aqui sugerida e aplicada no desenvolvimento deste artigo não tem a pretensão de exaurir o conteúdo e, dentro de uma proposta compatível com uma mostra de pesquisa, visa elucidar textos normativos de forma que possa irradiar argumentos que eventualmente impulsionem o desenvolvimento de pesquisa ulterior.

## 2. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE

No presente trabalho, o adicional de periculosidade será abordado segundo conceito extraído da norma e do entendimento jurisprudencial.

### 2.1. Conceito e abrangência

O artigo 193 da CLT define que:

Art. 193. **São consideradas atividades ou operações perigosas**, na forma da **regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho e Emprego**, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem **risco acentuado em virtude de exposição permanente do trabalhador a:**

I - **inflamáveis**, explosivos ou energia elétrica;

[...]

(Grifou-se)



A referida regulamentação do Ministério do Trabalho e Emprego veio através da Portaria nº3214/78 que trata, no anexo 2 da Norma Regulamentadora nº16, do agente perigoso **inflamáveis**, prevendo enquadramento tanto para os trabalhadores que se dedicam à atividade ou operações, quanto àqueles que operam nas áreas de risco, conforme define seu item 1, *in verbis*:

1. **São consideradas atividades ou operações perigosas, conferindo aos trabalhadores que se dedicam a essas atividades ou operações, bem como àqueles que operam na área de risco adicional** de 30% (trinta por cento), as realizadas:

[...]

b) no transporte e **armazenagem de inflamáveis líquidos** e gasosos liquefeitos e de vasilhames vazios não desgaseificados ou decantados.

[...]

(Grifou-se)

Ou seja, além do trabalho com o agente perigoso eleito pela CLT, leia-se aqui **inflamáveis**, também o adicional de periculosidade é devido ao trabalhador que exercer atividade em ambiente que implica risco acentuado, ou seja, nas denominadas pela Portaria **áreas de risco**. Desta forma, a norma manteve sob seu manto não apenas os trabalhadores que se dedicam a atividades com inflamáveis líquidos, mas também aqueles que operam na área de risco por sua armazenagem, conferindo-lhes, igualmente, direito à percepção do adicional de periculosidade.

É importante mencionar que na jurisprudência este **risco acentuado** que caracteriza o agente **perigoso** e gera o direito à percepção do adicional de periculosidade, tem como escopo compensar o risco à vida que o trabalhador está exposto em decorrência da relação laboral<sup>2</sup>.

Portanto, para avaliar condições de trabalho perigosas com inflamáveis líquidos é inarredável traçar sua correspondente área de risco gerada por cada atividade/operação, mais especificamente neste trabalho, a atividade de armazenamento de inflamáveis líquidos em tanques instalados no interior de prédio e sua correspondente área de risco.

2 À título ilustrativo cita-se TRT-12ª R. - RO 0001992-48.2010.5.12.0046 - 1ª C. - Relatora Viviane Colucci - DJe 06.02.2013, TRT-12ª R. - RO 0004654-77.2013.5.12.0046 - 5ª C. - Relatora Maria de Lourdes Leiria - DJe 15.02.2019 e TST - AIRR nº 1368-85.2015.5.08.0126. 8ªT. Relatora Ministra: Dora Maria da Costa. Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, 23 jun. 2017.

Neste norte, para inaugurar os estudos, esclareça-se que a NR-16 não estabelece quantidade limite para a atividade de armazenamento de líquidos inflamáveis, somente o elencando para atividades de transporte, conforme teor do item 16.6:

**16.6 As operações de transporte de inflamáveis líquidos** ou gasosos liquefeitos, em quaisquer vasilhames e a granel, são consideradas em condições de periculosidade, **exclusão para o transporte** em pequenas quantidades, até o limite de 200 (duzentos) litros para os inflamáveis líquidos e 135 (cento e trinta e cinco) quilos para os inflamáveis gasosos liquefeitos.

(Grifou-se)

Além disso, também elenca requisitos legais para **exclusão da periculosidade por armazenamento de inflamáveis** em seus os itens 4 e subitens 4.1 e 4.2, donde extrai-se:

**4 - Não caracterizam periculosidade, para fins de percepção de adicional:**

4.1 - o manuseio, **a armazenagem** e o transporte **de líquidos inflamáveis em embalagens certificadas, simples, compostas ou combinadas**, desde que obedecidos os limites consignados no Quadro I abaixo, independentemente do número total de embalagens manuseadas, armazenadas ou transportadas, sempre que obedecidas as Normas Regulamentadoras expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, a Norma NBR 11564/91 e a legislação sobre produtos perigosos relativa aos meios de transporte utilizados;

4.2 - o manuseio, **a armazenagem** e o transporte **de recipientes de até cinco litros**, lacrados na fabricação, contendo líquidos inflamáveis, independentemente do número total de recipientes manuseados, armazenados ou transportados, sempre que obedecidas as Normas Regulamentadoras expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego e a legislação sobre produtos perigosos relativa aos meios de transporte utilizados.

(Grifou-se)

Assim, apresentado o agente perigoso **inflamáveis** através de seu conceito legal e aplicação pela atuação judiciária (jurisprudência), o adicional de periculosidade e sua abrangência aos trabalhadores que operam em área de risco, a atividade de armazenamento sob incidência, com as ressalvas de que a NR-16 não estabelece quantidade limite para o armazenamento de líquidos inflamáveis e elenca requisitos legais para exclusão da periculosidade na atividade, cumpre traçar a área de risco correspondente ao armazenamento de inflamáveis líquidos.



## 2.2. Área de Risco

O item 3 do Anexo 2 da NR-16, em seu quadro de atividades/área de risco, prevê:

3. São consideradas áreas de risco:	
ATIVIDADE	ÁREA DE RISCO
[...]	
d. Tanques de inflamáveis líquidos	Toda a bacia de segurança
[...]	
s. Armazenamento de vasilhames que contenham inflamáveis líquidos ou vazios não desgaseificados, ou decantados, em recinto fechado.	Toda a área interna do recinto.

Excerto do quadro em referência na Norma

Esclareça-se que dentre o conjunto de atividades e suas respectivas definições de área de risco na norma (integralidade do quadro supra), para o presente pinçou-se apenas aqueles que permearão o estudo da matéria, mantendo-se a coesão.

Diante do quadro supra, tem-se: para **tanques** a norma estabeleceu como área de risco **toda a bacia de segurança**; já a alínea **s**, que trata do armazenamento de líquidos inflamáveis em recinto fechado, fica estabelecido como área de risco **toda a área interna do recinto**. Isto é: temos enquadramento do objeto de estudo no presente trabalho em duas alíneas, “**d**” e “**s**”, pois enquanto a alínea “**d**” trata especificamente de **tanques**, a alínea “**s**” situa-o no nosso parâmetro, qual seja, recinto fechado, aqui o **interior de edifício**.

De onde se conclui que: trabalhadores que operam na área de risco por armazenagem de inflamáveis líquidos tem direito a percepção do adicional de periculosidade e, se essa armazenagem for em tanques, a área de risco estabelecida pela norma é denominada **bacia de segurança**. De outra sorte, em se tratando de armazenagem em **vasilhames**, a área de risco é **toda a área interna do recinto**.

**Bacia de segurança** não possui conceito abordado pela norma em referência, o que significa dizer que não existe um parâmetro legal para sua constituição e efetiva determinação no espaço.

Diante do ora exposto, duas problemáticas dentro do tema ganham relevância: além da norma regulamentadora que trata do adicional de periculosidade não prever quantidade limite para a atividade de armazenamento de líquidos inflamáveis no interior de prédios, a área de risco para **tanques**, qual seja, **toda a bacia de segurança**, não possui conceito ou parâmetro legal na norma para sua definição.

Assim, adentremos no estudo da Norma Regulamentadora nº20 da Portaria nº3214/78 que aborda especificamente o tema Segurança e Saúde no Trabalho com Inflamáveis.

### 3. NORMA REGULAMENTADORA nº20 DA PORTARIA nº3214/78 - Inflamáveis

A NR-20 é norma de gestão e, nesse sentido, estabelece um núcleo mínimo de requisitos para projeto de instalação, análise de riscos, capacitação de trabalhadores, plano de resposta à emergências da instalação, responsabilidades, normas para segurança de tanques de líquidos inflamáveis no interior de edifícios, etc., isto é: a NR-20 disciplina o gerenciamento de riscos para manutenção de tanques de líquidos inflamáveis no interior de edifícios, conforme já estabelece as premissas em seu teor:

20.1.1 Esta Norma Regulamentadora - NR estabelece requisitos mínimos para a gestão da segurança e saúde no trabalho contra os fatores de risco de acidentes provenientes das atividades de extração, produção, armazenamento, transferência, manuseio e manipulação de inflamáveis e líquidos combustíveis.

(Grifou-se)

Mais uma vez, não se quer aqui limitar o conteúdo e/ou abrangência da referida norma, mas, conforme já delineado, irá tratar apenas o conteúdo pertinente ao presente estudo.

Assim, enquanto a NR-16 trata do agente **inflamáveis** eleito pelo art. 193, I da CLT como perigoso e estabelece que trabalhadores que operam na área de risco tem direito à percepção de adicional de periculosidade, a NR-20 dispõe requisitos mínimos para a segurança da área de risco gerada pelo armazenamento de inflamáveis.

Conforme já conceituado, o agente foi eleito perigoso em razão do seu potencial para gerar riscos e o adicional de periculosidade visa compensar trabalhadores que ficam expostos a condições laborais que possam ceifar suas vidas.

O risco potencial dos inflamáveis é o incêndio, que na linguagem técnica inicia





com a combustão, que conforme Giovanni Moraes de Araújo é a “reação química de oxidação, exotérmica, favorecida por uma energia de iniciação, quando os componentes, combustível e oxidante (geralmente o oxigênio do ar) se encontram em concentrações apropriadas”, ou seja, por esta razão os líquidos inflamáveis são conceituados de acordo com seu ponto de fulgor, que é “a menor temperatura de um líquido ou sólido, na qual os vapores inflamáveis misturados ao ar atmosféricos, e na presença de uma fonte de ignição, iniciam a reação em combustão”<sup>3</sup> que quando sem controle, caracteriza a condição de incêndio. (ARAÚJO, 2007)

Para efeito do adicional de periculosidade, a norma estabelece seu conceito conforme previsão na NR-20:

**20.3.1** Líquidos inflamáveis: são líquidos que possuem ponto de fulgor  $\leq$  60°C.

Isso quer dizer que, conforme a matéria de ambas as normas regulamentadoras se aproxima neste estudo, também a NR-20 participa do conjunto de normas da Portaria nº3214/78, juntamente com a NR-16, inclusive é a responsável pelo conceito do agente perigoso **inflamáveis** eleito na CLT, sob incidência do adicional de periculosidade abordado na NR-16, todos objetos do presente trabalho. Nesse sentido, ambas serão abordadas, com avaliação sucinta, indicando o conteúdo pertinente.

### 3.1. Redação Original da NR-20 – Definição do limite legal

Na redação original dada pela Portaria nº3.214/78, o armazenamento de líquidos inflamáveis no interior de edifícios deveria ser feito por meio de tanques enterrados e, em casos de armazenamento em **recipientes**, sua capacidade máxima deveria ser de 250 litros cada um, conforme referência:

NR 20 - LÍQUIDOS COMBUSTÍVEIS E INFLAMÁVEIS - Portaria GM nº3.214, de 08 de junho de 1978 Publicação - DOU 06/07/78

[ ... ]

**20.2.7 Os tanques para armazenamento de líquidos inflamáveis somente poderão ser instalados no interior de edifícios sob a forma de tanques enterrados.**

[ ... ]

**20.2.13 O armazenamento de líquidos inflamáveis dentro do edifício só poderá ser feito com recipientes cuja capacidade máxima seja de 250 (duzentos e cinquenta) litros por recipiente.**

(Grifou-se)

<sup>3</sup> ARAÚJO, Giovanni Moraes de; BENITO, Juarez; SOUZA, Carlos Roberto C. de. **Normas Regulamentadoras Comentadas:** Legislação de Segurança e Saúde no Trabalho. p. 759;

Isto é: por determinação expressa em lei, tanques instalados no interior de edifícios destinados ao armazenamento de inflamáveis não poderiam ser de outra forma que não enterrados; da mesma forma que, em caso de armazenamento em recipientes, estes não deveriam ultrapassar a capacidade máxima de 250 (duzentos e cinquenta) litros por recipiente.

Assim, no que tange a quantidade limite para a atividade de armazenamento de inflamáveis líquidos, não abordada na NR-16, a NR-20 estabeleceu em 250 (duzentos e cinquenta) litros por recipiente e, portanto, aquela área de risco abordada na alínea "s" do item 3 do Anexo 2 da NR-16, em seu quadro de atividades/área de risco, que trata do armazenamento de líquidos inflamáveis em recinto fechado, teria como área de risco **toda a área interna do recinto**.

Diante deste contexto, a jurisprudência remeteu à NR-20 a definição de quantidade limite para armazenamento de líquidos inflamáveis em tanques no interior de edifícios, entendendo como **toda a área interna do recinto** correspondente à toda a área interna da edificação, quando não cumpridos os requisitos legais quanto ao volume armazenado, consolidando entendimento na Orientação Jurisprudencial nº385 da SDII do TST:

**385. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. DEVIDO. ARMAZENAMENTO DE LÍQUIDO INFLAMÁVEL NO PRÉDIO.** CONSTRUÇÃO VERTICAL. (DEJT divulgado em 09, 10 e 11.06.2010)

É devido o pagamento do adicional de periculosidade ao empregado que desenvolve suas atividades em edifício (construção vertical), seja em pavimento igual ou distinto daquele onde estão instalados **tanques** para armazenamento de líquido inflamável, em quantidade **acima do limite legal**, considerando-se como **área de risco toda a área Interna da construção vertical**.

(Grifou-se)

Portanto, consagrou-se na jurisprudência uma abordagem da NR-16 em conjunto com a NR-20, especialmente no que tange a definição da quantidade limite para o armazenamento de inflamáveis líquidos em tanques no interior de recintos fechados e sua respectiva área de risco.



## 3.2. Posterior alteração

Em 29/02/2012 a Portaria da Secretaria de Inspeção do Trabalho nº308 alterou a redação da NR-20 e, atualmente, determina que o armazenamento de líquidos inflamáveis no interior de prédios **deve obedecer outras exigências além da capacidade máxima**, agora de 3.000 (três mil) litros, senão vejamos:

**20.17** Tanque de líquidos inflamáveis no interior de edifícios

**20.17.1 Os tanques para armazenamento de líquidos inflamáveis somente poderão ser instalados no interior dos edifícios sob a forma de tanque enterrado e destinados somente a óleo diesel.**

**20.17.2 Excetuam-se da aplicação do item 20.17.1** os tanques de superfície que armazenem óleo diesel destinados à alimentação de motores utilizados para a geração de energia elétrica em situações de emergência ou para o funcionamento das bombas de pressurização da rede de água para combate a incêndios, **nos casos em que seja comprovada a impossibilidade de instalá-lo enterrado ou fora da projeção horizontal do edifício.**

**20.17.2.1** A instalação do tanque no interior do edifício deve ser precedida de Projeto e de Análise Preliminar de Perigos/Riscos (APP/APR), ambos elaborados por profissional habilitado, contemplando os aspectos de segurança, saúde e meio ambiente previstos nas Normas Regulamentadoras, normas técnicas nacionais e, na ausência ou omissão destas, nas normas internacionais, bem como nas demais regulamentações pertinentes, e **deve obedecer aos seguintes critérios:**

- a) localizar-se no pavimento térreo, subsolo ou pilotis, em área exclusivamente destinada para tal fim;
- b) deve dispor de sistema de contenção de vazamentos;
- c) deve conter até 3 tanques separados entre si e do restante da edificação por paredes resistentes ao fogo por no mínimo 2 horas e porta do tipo corta-fogo;
- d) possuir volume total de armazenagem de no máximo 3.000 litros, em cada tanque;**
- e) possuir aprovação pela autoridade competente;
- f) os tanques devem ser metálicos;
- g) possuir sistemas automáticos de detecção e combate a incêndios, bem como saídas de emergência dimensionadas conforme normas técnicas;
- h) os tanques devem estar localizados de forma a não bloquear, em caso de emergência, o acesso às saídas de emergência e aos sistemas de segurança contra incêndio;
- i) os tanques devem ser protegidos contra vibração, danos físicos e da proximidade de equipamentos ou dutos geradores de calor;
- j) a estrutura da edificação deve ser protegida para suportar um eventual incêndio originado nos locais que abrigam os tanques;
- k) devem ser adotadas as medidas necessárias para garantir a ventilação dos tanques para alívio de pressão, bem como para a operação segura de abas-

tecimento e destinação dos gases produzidos pelos motores à combustão.  
(Grifou-se)

Cita-se que a referida Portaria tinha previsão para vigência na data de sua publicação, que foi em 06/03/2012, no entanto houveram alguns subitens que tiveram sua vigência adiada, dentre eles está o 20.17.2.1 acima transcrito, cujas alíneas "c" e "e" passaram a vigorar somente 18 (dezoito) meses após a publicação, enquanto que as demais alíneas e *caput* passaram a vigorar após 12 (doze) meses da publicação.

Em suma, até 06/03/2013 o armazenamento de líquidos inflamáveis no interior de edifícios deveria obedecer à redação original da NR-20 e, posteriormente, à nova redação, que não alargou somente o limite legal para a capacidade, como trouxe uma exceção para instalação de tanques no interior de edifícios e elencou uma série de critérios que devem ser obedecidos para segurança da edificação.

Desta forma, para a instalação de tanque no interior de edificações passou a existir regulamentação que autoriza forma diversa da enterrada, desde que atendidos os termos da exceção contida no item **20.17.2**.

De outra sorte, apesar de constatar-se essa autorização legal para instalação de tanques para armazenamento de líquidos inflamáveis no interior de prédio/edifício, de forma excepcional, ainda persistem os itens de segurança instituídos no item **20.17.2.1**.

Assim, demonstrado que a definição do limite legal para a atividade de armazenagem de inflamáveis líquidos foi realizada pela jurisprudência a partir de um resgate no texto da NR-20, texto esse que sofreu posterior alteração em sua redação, alcançamos o problema para definição da área de risco com a manutenção da OJ nº385 da SDI do TST.

#### **4. DEFINIÇÃO DA ÁREA DE RISCO POR ARMAZENAGEM DE INFLAMÁVEIS LÍQUIDOS EM TANQUES INSTALADOS NO INTERIOR DE PRÉDIOS**

Em um resgate do conteúdo até aqui abordado, temos: o pagamento do adicional de periculosidade deve corresponder ao enquadramento legal na NR-16, leia-se aqui enquadramento segundo seu conceito legal; o adicional mantém sob incidência os trabalhadores que operam nas definidas áreas de risco, dentre elas aquela por armazenagem de líquidos inflamáveis; o limite legal para a atividade de armazenagem de inflamáveis líquidos em tanques foi alcançado na NR-20 que, por sua vez, sofreu alterações em sua redação no que tange especificamente à matéria ora abordada. Portanto, atualmente, como deve ser definida a área de risco para a



atividade de armazenamento de inflamáveis líquidos em tanques?

Lembrando, contudo, que a NR-16 não estimou risco para gerar incidência do adicional de periculosidade e, sim, o definiu conforme o agente eleito perigoso pela CLT. O que significa dizer que: definida a área, incide o direito à percepção.

#### **4.1. A Orientação Jurisprudencial nº385 da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho**

A OJ nº385 da SDII do TST já foi levada à discussão no Supremo Tribunal Federal, em sede de repercussão geral, quando o Ministro Gilmar Mendes se manifestou pela impossibilidade do exame, por aquela corte, de matéria infraconstitucional, mantendo-a, portanto. (RG AI: 818688 SP)

Desta forma, atualmente remansa pacífica a questão, definidos, portanto, a existência de quantidade para limite legal na atividade de armazenagem de líquidos inflamáveis e a área de risco para tanques, enquadrando na alínea "s" do item 3 do Anexo 2 da NR-16, em seu quadro de atividades/área de risco, entendendo como **toda a área interna do recinto** correspondente à toda a área interna da edificação.

Corroborando esse entendimento e mantendo uma interpretação da NR-20 em conjunto com a NR-16, conforme já demonstrada sua pertinência e utilidade, o conceito de **armazenamento** segundo o glossário da NR-20 seria:

Armazenamento - retenção de uma quantidade de inflamáveis (líquidos e/ou gases) e líquidos combustíveis em uma instalação fixa, em depósitos, reservatórios de superfície, elevados ou subterrâneos. Retenção de uma quantidade de inflamáveis, envasados ou embalados, em depósitos ou armazéns.

Assim, percebe-se que o ato de armazenar, independente da embalagem e, portanto, pouco importa se o inflamável está em tanque ou vasilhames/recipientes, está caracterizado o perigo eleito na norma e, conseqüentemente, caracteriza como área de risco toda a integralidade da construção vertical.

Na mesma esteira, cita-se o item 2, III, do anexo 2 da NR-16, que equipara o enquadramento perigoso para armazenagem de inflamáveis líquidos, tanto em tanques como vasilhames:

**III. Armazenagem de inflamáveis líquidos, em tanques ou vasilhames:**

- a) quaisquer atividades executadas dentro da bacia de segurança dos tanques;
- b) arrumação de tambores ou latas ou quaisquer outras **atividades executadas dentro do prédio de armazenamento de inflamáveis ou em recintos abertos e com vasilhames cheios inflamáveis ou não-desgasificados ou decantados.**

(Grifou-se)

O que se quer aqui dizer é, muito embora o enquadramento literal na norma mencione que a área de risco para tanques é bacia de segurança, a inexistência de conceito ou mesmo parâmetros para sua definição conduz à sua inaplicabilidade, mantendo a área de risco por armazenagem de inflamáveis líquidos em tanques instalados no interior de prédio como **toda a área interna do recinto**, em consonância com a OJ nº385.

Em última análise, a decisão no referido RG AI nº818688/SP onde foi decidido pela ausência de repercussão geral da matéria colocou uma pá de cal no tema e, conforme a orientação se consolidou no panorama jurídico, com sucessivas menções nas decisões<sup>4</sup>, não restou mais espaço para outra aplicabilidade que não o enquadrando na alínea "s" do item 3 do Anexo 2 da NR-16, em seu quadro de atividades/área de risco, entendendo como **toda a área interna do recinto** correspondente à toda a área interna da edificação para definição da área de risco por armazenagem de inflamáveis líquidos em tanques instalados no interior de edifícios/prédio.

4 À título ilustrativo cita-se TRT-12ª R. RO nº0001330-11.2015.5.12.0046 - Juíza Mirna Uliano Bertoldi - Publicado no TRTSC/DOE em 06-12-2016, TRT-12ª R. RO nº0001866-74.2013.5.12.0019 - Juíza Mirna Uliano Bertoldi - Publicado no TRTSC/DOE em 03-07-2017 e TRT-12ª R. RO nº0000483-09.205.5.12.0046 - Juíz Gilmar Cavalieri - Publicado no TRTSC/DOE em 15/02/2019.



## 4.2. Aplicação da Portaria da Secretaria de Inspeção do Trabalho-SIT nº308 de 29/02/2012

Conforme já abordado, atualmente tem-se adotado entendimento de que, em edifícios verticais onde há armazenamento de inflamáveis deve ser compreendido como área de risco, toda a área que envolve o prédio onde está armazenado o inflamável, ainda que se trate de uma construção com vários andares, pois avaliam que na hipótese de incêndio, todo o edifício possa ser atingido.

Para além disso e aplicado ao presente trabalho, se conclui que o armazenamento de líquido inflamável no interior de um edifício, ainda que em tanques, abastecidos com óleo diesel para alimentar gerador com vistas a suprir funcionamento das bombas de pressurização da rede de água para combate ao incêndio (enquadrando-se aí na excludente contida no item 20.17.2 da NR-20), gera a obrigação de construir e manter um ambiente de trabalho seguro através do gerenciamento de seus riscos, cujas normas técnicas de gestão e construção estão definidas, entre outras, na NR-20 e, na inobservância de seus requisitos mínimos, deve garantir aos trabalhadores lotados na integralidade da edificação o pagamento de adicional de periculosidade por constituir área de risco.

Não se pode olvidar, entretanto, que o pagamento do adicional de periculosidade independe da existência de Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), Plano de Ação Emergencial (PAE), uso de EPI, existência de paredes à prova de explosão e/ou resistentes ao fogo e demais ações de ordem preventiva. O pagamento do adicional depende exclusivamente da definição/existência de operações em área de risco por armazenagem de inflamáveis.

Isto é: não se quer aqui avaliar/estimar o risco decorrente da atividade ou, tão pouco, afirmar que o trabalhador que exerça atividades nesta área de risco morrerá em seu exercício. O presente estudo aborda uma interpretação, com abordagem técnica, para definição da área de risco por armazenagem de inflamáveis líquidos em tanques instalados no interior de prédio, visando garantir o direito dos trabalhadores ao pagamento de adicional de periculosidade.

Portanto, com a nova redação da NR-20, a adoção de um plano de gerenciamento de riscos para a atividade de armazenagem de inflamáveis líquidos em tanques instalados no interior de edifícios é medida que se impõe. O pagamento do adicional pode ser discutido apenas com este gerenciamento.

Assim, a conclusão que emerge da avaliação deste panorama é que, se no edifício contém armazenamento de inflamáveis em tanques, abastecidos com óleo diesel para alimentar geradores em situações emergenciais ou para o funcionamento das bombas de pressurização da rede de água para combate a incêndios, tem-se que a construção e manutenção do local deve obedecer o planejamento de

gestão de riscos estabelecido em seus requisitos mínimos na NR-20, objetivando minimizar os riscos decorrentes deste armazenamento, sob pena de, em não se obedecendo, aplicar-se o entendimento jurisprudencial para conceituar “toda área interna do recinto” como toda edificação vertical e, portanto, gerando direito ao pagamento de adicional de periculosidade aos empregados que laboraram no local.

O que se traduz em: tratando-se de armazenamento de inflamáveis em tanques instalados no interior de edifícios não conforme à NR-20, a área de risco **toda área interna do recinto** abrange todo o prédio, e não apenas o andar ou o setor onde se localizam os inflamáveis, se justificando porque não sendo observadas as exigências da NR-20, um eventual sinistro tem o potencial de afetar todo o prédio e atingir todos os trabalhadores que nele se ativam<sup>5</sup>.

Finalmente, embora a NR-20 tenha sofrido alterações por meio da Portaria nº308 de 06/03/2012, sendo acrescentado, por exemplo, o item 20.17.2, que autoriza o armazenamento de tanques de superfície (não enterrado) “*nos casos em que seja comprovada a impossibilidade de instalá-los enterrados ou fora da projeção do horizontal do edifício*”, durante uma inspeção técnica que pretenda avaliar a periculosidade segundo a NR-16, deverá ser realizada conjugada com a NR-20, pois o *expert* deverá ter em mente vários aspectos, como: localização dos tanques, conformidade com a NR-20, líquidos inflamáveis armazenados, suas propriedades físico-químicas, potencial risco para incêndio, etc.

Isto é, independentemente da existência de um eventual Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) realizado por profissional habilitado, as atividades com o agente perigoso inflamáveis e suas respectivas áreas de risco, sempre que enquadradas na NR-16 serão consideradas perigosas e deverão garantir o pagamento ao adicional previsto, ainda que os riscos possam ser minimizados.

---

5 TST- RR: 437-65.2012.5.02-0058, Relatora Ministra: Kátia Magalhães Arruda, Data de Julgamento: 15/03/2017, 6º Turma, Data de Publicação: DEJT 24/03/2017.





Por fim, para corroborar na argumentação e, também, para que não se recorra à contra argumento de usurpação da função legislativa, haja vista o descumprimento da NR-20 não caracterizar a incidência do adicional de periculosidade, pois o item 20.10.6.1 estabelece que "A não implementação das recomendações nos prazos definidos deve ser justificada e documentada.", cita-se a Ratificação pelo Brasil em 19/05/2006, da convenção nº167 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata sobre Segurança e Saúde na Construção que, dentre outras previsões, extrai-se excerto pertinente:

Convenção sobre a Segurança e Saúde na Construção

Número: 167

Adoção OIT: 1988

Situação: Ratificado

Ratificação Brasil: 19/05/2006

CONVENÇÃO 167

I — Convocada em Genebra pelo Conselho de Administração da Repartição Internacional do Trabalho e tendo ali se reunido em 1 de junho de 1988, em sua septuagésima quinta sessão;

II — Dados referentes ao Brasil:

a) aprovação = Decreto Legislativo n. 61, de 18.04.2006, do Congresso Nacional;

b) ratificação = 19 de maio de 2006;

c) promulgação = Decreto n. 6.271, de 22.11.2007;

d) vigência nacional = 19 de maio de 2007.

[...]

Artigo 4º

Todo membro que ratificar a presente Convenção compromete-se, **com base em uma avaliação dos riscos que existam para a segurança e a saúde**, a adotar e manter em vigor legislação que assegure a aplicação das disposições da Convenção.

Artigo 5º

1. A legislação que for adotada em conformidade com o Artigo 4º da presente Convenção poderá prever a sua aplicação prática mediante normas técnicas ou repertórios de recomendações práticas ou por outros métodos apropriados, em conformidade com as condições e a prática nacionais.

[...]

Artigo 29

Precauções contra incêndios

1. **O empregador deverá adotar todas as medidas adequadas para:**

**(a) evitar o risco de incêndio;**

(b) extinguir rápida e eficazmente qualquer surto de incêndio;

(c) assegurar a evacuação rápida e segura das pessoas.

2. **Deverão ser previstos meios suficientes e apropriados para se ar-**



**mazenar líquidos, sólidos e gases inflamáveis.**

[...]

(Grifou-se)

Conforme extrai-se do documento acima, o referido diploma legal entrou em vigor através do Decreto nº 6.271, DOU 23/11/2007 e, portanto, goza do status de Lei Ordinária Federal<sup>6</sup> e, atualmente, expirado o decênio, o país poderá denunciá-la, fazendo cessar seus efeitos um ano após o registro de sua denúncia ou, em não sendo usada essa faculdade, a Convenção continua vigente por um novo período de dez anos.

Desta forma, em que pese as Convenções não criarem direta e propriamente obrigações para os empregadores representados pelo Estado signatário, certo é que criam obrigações para o Estado e, nesse aspecto, vinculam os Poderes da República, que devem dar concretude aos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil. Nesse sentido, o próprio Estado brasileiro tem a obrigação de criar comandos aos empregadores situados em seu território no sentido de cumprir o determinado nas Convenções.

Inclusive, em consonância com a manifesta posição da Anamatra<sup>7</sup>, legislação e/ou aplicação desta por atuação judiciária que demonstre incompatibilidade com convenções internacionais da OIT devem ser expurgadas da seara trabalhista e deve-se ter em mente que a ILO-OSH 2001 - Diretrizes sobre Sistemas de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho - seria o sistema ideal de gestão de saúde e segurança do Trabalho, que é uma publicação de referência em que são explicitadas orientações visando contribuir para proteger os trabalhadores contra os fatores de risco e promover a segurança e saúde ocupacional dos países signatários de convenções internacionais, como o Brasil o é<sup>8</sup>.

---

6 **RE 466.343-1/SP.**

7 Disponível em <https://www.anamatra.org.br/imprensa/noticias/25762-reforma-trabalhista-2-jornada-encerra-com-aprovacao-de-teses-sobre-interpretacao-e-aplicacao-da-lei-n-13-467-2017>, acesso em 28/02/2019.

8 PACHECO JÚNIOR, Waldemar. **Curso.** Gestão e Gerenciamento de Riscos: Curso de Atualização Profissional. 16 e 17 de março de 2017, Florianópolis.



## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A preocupação com segurança no ambiente de trabalho não é nova na seara trabalhista. Em realidade, poderia até afirmar que sua origem remonta a preocupação com a figura do trabalhador, sua vida, saúde e, hodiernamente, com sua dignidade como pessoa humana.

Nas palavras do ministro Maurício Godinho Delgado:

O Direito do Trabalho corresponde à dimensão social mais significativa dos Direitos Humanos, ao lado do Direito Previdenciário (ou de Seguridade Social). É por meio desses ramos jurídicos que os Direitos Humanos ganham maior espaço de evolução, ultrapassando as fronteiras originais, vinculadas basicamente à dimensão da liberdade e intangibilidade física e psíquica da pessoa humana. O universo social, econômico e cultural dos Direitos Humanos passa, de modo lógico e necessário, pelo ramo jurídico trabalhista, à medida que este regula a principal modalidade de inserção dos indivíduos no sistema socioeconômico capitalista, cumprindo o papel de lhes assegurar um patamar civilizado de direitos e garantias jurídicas, que, regra geral, por sua própria força e/ou habilidade isoladas, não alcançariam. A conquista e afirmação da dignidade da pessoa humana não mais podem se restringir à sua liberdade e intangibilidade física e psíquica, envolvendo, naturalmente, também a conquista e afirmação de sua individualidade no meio econômico e social, com repercussões positivas conexas no plano cultural –, o que se faz, de maneira geral, considerado o conjunto mais amplo e diversificado das pessoas, mediante o trabalho e, particularmente, o emprego, normatizado pelo Direito do Trabalho<sup>9</sup>.

A própria Consolidação das Leis do Trabalho, como compêndio de normas destinadas à proteção do trabalho, já traduz esta linha mestra na matéria<sup>10</sup>.

A Portaria nº3214/78 trata de conteúdo de importância significativa, com estudos minuciosos, com previsão de agentes físicos, químicos e biológicos nocivos à saúde, bem como trata das atividades elencadas como perigosas pela CLT.

Sua abordagem no presente trabalho, especialmente suscitando uma interpretação das normas regulamentadoras nº16 e nº20 quanto ao agente perigoso inflamáveis, definição e aplicação da área de risco pela atividade de armazenagem e o direito à percepção do Adicional de Periculosidade aos trabalhadores que nela operam, traduz preocupação com segurança no ambiente de trabalho em consonância com os critérios de compatibilidade com a legislação internacional que lidera o tema.

As alterações na redação da NR-20 devem dessa forma impactar na matéria, pois seria no mínimo um imenso contrassenso que, na inauguração da exceção à

9 Maurício Godinho Delgado. Curso de Direito do Trabalho. P. 81 e 82

10 Disponível em <http://www.tst.jus.br/web/70-anos-clt/historia>, último acesso em 07/12/2017. Inativo em 28/02/2019.

regra para instalar-se um tanque para armazenamento de inflamáveis líquidos no interior do prédio, para garantir o funcionamento das bombas de pressurização da rede de água para combate ao incêndio, por exemplo, trazer para o interior da edificação o perigo (incêndio) que a própria exceção visa minimizar os riscos (inflamáveis). Isto é, pretender entender que as alterações legislativas da NR-20 não trouxeram novo rol para definir a área de risco para armazenagem de inflamáveis líquidos é incorrer em completa incoerência e permitir a exposição de trabalhadores ao perigo protegido pela norma sob incidência do Adicional de Periculosidade.

Apenas com o gerenciamento dos riscos gerados pelo perigo à que estão sujeitos os trabalhadores que operam na área de risco por armazenamento de inflamáveis, conforme seus requisitos mínimos estabelecidos pela Norma Regulamentadora nº20, poderia alterar o entendimento de que edificações que mantenham armazenamento de inflamáveis e não preencham os requisitos mínimos estabelecidos da NR-20, geram área de risco como toda a edificação vertical.

O conceito de **área interna do recinto** foi abordado pela jurisprudência com a conjugação das NRs 16 e 20 e, portanto, permanece o entendimento de que, no desrespeito às normas de segurança (leia-se aqui NR-20), a jurisprudência entende que toda a edificação vertical estaria sujeita aos riscos de incêndio gerado pelo perigo do armazenamento de inflamáveis e, portanto, o conceito de área interna do recinto deve ser compreendido como a integralidade da edificação.

Desta forma, quando não cumpridas as exigências da NR-20, há incidência do enquadramento perigoso para todos os trabalhadores que atuam na área de risco, assim entendida como toda a edificação.

Esta interpretação ganha relevo quando se observa o panorama nacional de discussões acaloradas acerca dos direitos trabalhistas e a forma como estão sendo manobrados, desde as vias eleitas para sua consecução, até o teor de supressão de direitos que seguiram uma longa caminhada de conquista social.

A manifestação da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho tem dado conta do aporte legislativo trazido pela Reforma Trabalhista sugerindo interpretação legal em respeito, dentre outros, às normas internacionais, em comunhão com os direitos humanos e proteção da dignidade.

Desta forma, mais do que apenas uma releitura da legislação nacional, são tempos de vigília da ciência do Direito do Trabalho, em prol do objeto de estudo que são as relações de trabalho.

Por fim, vale consignar a recente vigência da Lei nº13.425/2017 que aborda medidas de prevenção e combate a incêndio e a Convenção nº137 da OIT que é, reconhecidamente, elevada a tratado especial de direitos humanos e têm prevalência sobre as normas domésticas menos benéficas, como é, indubitavelmente, o caso das Portarias e até da CLT.



## Referências

ARAÚJO, Giovanni Moraes de; BENITO, Juarez; SOUZA, Carlos Roberto C. de. **Normas Regulamentadoras Comentadas: Legislação de Segurança e Saúde no Trabalho**. 6. ed. Rev. Ampl. Atual. e Ilustrada. Rio de Janeiro: Gerenciamento Verde, 2007. 1196 p.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988**. Lex. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 28 fev. 2019.

\_\_\_\_\_. Tribunal Superior do Trabalho. Tribunal Superior do Trabalho. **A criação da CLT**. 2013. TST. Disponível em: <<http://www.tst.jus.br/web/70-anos-clt/historia>>. Acesso em: 18 set. 2017. Inativo em: 28 fev. 2019.

\_\_\_\_\_. CLT (1943). **Consolidação das Leis do Trabalho nº 5452, de 1 de maio de 1943**. Lex. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm)>. Acesso em: 28 fev. 2019.

\_\_\_\_\_. Portaria (1978). **Normas Regulamentadoras**. Lex. Disponível em: <<http://sislex.previdencia.gov.br/paginas/63/MTE/1978/3214.htm>>. Acesso em: 28 fev. 2019.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 6.271, de 22 de novembro de 2007**. Promulga a Convenção nº167 e a Recomendação nº175 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre a Segurança e Saúde na Construção, adotadas em Genebra, em 20 de junho de 1988, pela 75ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6271.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6271.htm)>. Acesso em: 28 fev. 2019. Com modificação.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário nº466.343-1/SP**. Relator Ministro: Cezar Peluso. Brasília, DF, 04 de junho de 2009. **Diário da Justiça Eletrônico nº104**. Brasília, 05 jun 2009. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=595444>>. Acesso em: 28 fev. 2019.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal Federal. **Agravo de Instrumento nº 818688**. Relator Ministro: Gilmar Mendes. Brasília, DF, 16 de dezembro de 2010. **Diário da Justiça Eletrônico**. Brasília, 03 maio 2011. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=%28818688%29&base=baseRepercussao&url=http://tinyurl.com/yy24vkgn>>. Acesso em: 28 fev. 2019.

\_\_\_\_\_. Tribunal Superior do Trabalho. **Agravo de Instrumento em Recurso de Revista nº 1368-85.2015.5.08.0126**. Relatora Ministra: Dora Maria da Costa. 8ª Turma. Brasília, DF, 21 de junho de 2017. **Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho**. Brasília, 23 jun. 2017. Disponível em: <<http://www.tst.jus.br/web/guest/consulta-unificada>>. Acesso em: 05 mar. 2019.

\_\_\_\_\_. Tribunal Superior do Trabalho. **Recurso de Revista nº 437-65.2012.5.02.0058**. Relatora Ministra: Kátia Magalhães Arruda. 6ª Turma. Brasília, DF, 15 de março de 2017. **Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho**. Brasília, 24 mar. 2017. Disponível em: <<http://www.tst.jus.br/web/guest/consulta-unificada>>. Acesso em: 05 mar. 2019.

\_\_\_\_\_. Tribunal Superior do Trabalho. **Agravo de Instrumento em Recurso de Revista nº 602-79.2015.5.02.0035**. Relatora Ministra: Dora Maria da Costa. 8ª Turma. Brasília, DF, 07 de novembro de 2018. **Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho**. Brasília, 23 nov. 2018. Disponível em: <<http://aplicacao4.tst.jus.br/banjurcp/#/resultados/#resumo>>. Acesso em: 28 fev. 2019.

\_\_\_\_\_. Tribunal Regional do Trabalho 12ª Região. **Recurso Ordinário nº 0001992-48.2010.5.12.0046**, Relatora Desembargadora: Viviane Colucci. 1ª Câmara. Florianópolis, SC, 06 de fevereiro de 2013. **Diário Oficial Eletrônico**. Florianópolis, 07 fev. 2013. Disponível em: <<http://www.trt12.jus.br/portal/areas/consultas/extranet/jurisprudencia.jsp>>. Acesso em: 05 mar. 2019.

\_\_\_\_\_. Tribunal Regional do Trabalho 12ª Região. **Recurso Ordinário nº 0001330-11.2015.5.12.0046**, Relatora Desembargadora: Mirna Uliano Bertoldi. 6ª Câmara. Florianópolis, SC, 22 de novembro de 2016. **Diário Oficial Eletrônico**. Florianópolis, 06 dez. 2016. Disponível em: <<http://www.trt12.jus.br/portal/areas/consultas/extranet/jurisprudencia.jsp>>. Acesso em: 05 mar. 2019.



\_\_\_\_\_. Tribunal Regional do Trabalho 12ª Região. **Recurso Ordinário nº 0001866-74.2013.5.12.0019**, Relatora Desembargadora: Mirna Uliano Bertoldi. 6ª Câmara. Florianópolis, SC, 20 de junho de 2017. **Diário Oficial Eletrônico**. Florianópolis, 03 jul. 2017. Disponível em: <<http://www.trt12.jus.br/portal/areas/consultas/extranet/jurisprudencia.jsp>>. Acesso em: 05 mar. 2019.

\_\_\_\_\_. Tribunal Regional do Trabalho 12ª Região. **Recurso Ordinário nº 0000483-09.205.5.12.0046**, Relator Desembargador: Gilmar Cavalieri. Florianópolis, SC, 30 de janeiro de 2019. **Diário Oficial Eletrônico**. Florianópolis, 15 fev. 2019. Disponível em: <<http://www.trt12.jus.br/SAP2/DocumentoListar.do?plocalConexao=sap2&ptipo=PDF&pidDoc=352141>>. Acesso em: 28 fev. 2019.

\_\_\_\_\_. Tribunal Regional do Trabalho 12ª Região. **Recurso Ordinário nº 0004654-77.2013.5.12.0046**, Relatora Desembargadora: Maria de Lourdes Leiria. Florianópolis, SC, 04 de fevereiro de 2019. **Diário Oficial Eletrônico**. Florianópolis, 15 fev. 2019. Disponível em: <<http://www.trt12.jus.br/SAP2/DocumentoListar.do?plocalConexao=sap2&ptipo=PDF&pidDoc=352259>>. Acesso em: 28 fev. 2019.

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 11 ed. São Paulo: LTR, 2012. 1488 p.

PACHECO JÚNIOR, Waldemar. **Gestão e Gerenciamento de Riscos: Curso de Atualização Profissional**. In: GESTÃO E GERENCIAMENTO DE RISCOS, 16 e 17 de março de 2017, Florianópolis. **Curso**. Florianópolis.

RODRIGUES, Américo Plá. **Princípios de Direito do Trabalho**. São Paulo: LTR, 2015. 30 p. Tradução de Wagner O. Giglio. Disponível em: <<http://www.ltr.com.br/loja/folheie/5164.pdf>>. Acesso em: 28 fev. 2019.

SEGURANÇA e Medicina do Trabalho: **Normas Regulamentadoras aprovadas pela Portaria n.º3.214, de 08 de junho de 1978**. Normas Regulamentadoras aprovadas pela Portaria n.º3.214, de 08 de junho de 1978. Brasil: Atlas, 1978. 16 v. Coordenação e Supervisão de Adriano Campanhole.





# CAPÍTULO 7

## **CAMINHOS DA REPRODUÇÃO DE DESIGUALDADES SOCIAIS: ENTRE VALORES E OCUPAÇÕES**

PATHS OF SOCIAL INEQUALITIES REPRODUCTION: BETWEEN VALUES  
AND OCCUPATIONS

**Cibele Ventura Vieira Satuf**

## Resumo

**E**ste estudo tem um caráter exploratório e pretende comparar diferenças na ênfase de valores relacionados à autonomia entre algumas categorias ocupacionais marcadas por maior ou menor grau de especialização. A pesquisa parte da premissa de que tais valores influenciam as expectativas profissionais e o consequente acesso às posições no mercado de trabalho. Os dados foram obtidos através da quinta onda do World Values Survey (WVS), uma amostra probabilística constituída por 1500 entrevistas realizadas no Brasil em 2006. Os resultados indicaram uma associação significativa entre valores voltados para a autonomia e as categorias ocupacionais, sinalizando diferenciações entre esses grupos. Adicionalmente, a escolaridade se associou à priorização de valores voltados para a autonomia e a independência. Conforme salientam Neves, Helal e Fernandes (2009), nota-se que a preferência das empresas por trabalhadores escolarizados se relaciona com a disposição da escola em prepará-los para uma realidade profissional marcada pela hierarquia e autoridade, tornando-os aptos ao convívio em contextos marcados por estruturas hierárquicas baseadas no controle e dominação. Deste modo, as diferenciações aqui verificadas podem ser indicativas de uma formação escolar que busca distinguir trabalhadores preparados para execução de tarefas sob comando, com ausência de autonomia, daqueles que assumirão posições de direcionamento e gestão de pessoas, contribuindo para a reprodução de desigualdades sociais.

**Palavras-chave:** desigualdade social, reprodução, categorias ocupacionais, autonomia, escolaridade.





## Abstract

This study has an exploratory character and aims to compare differences in the emphasis of values related to autonomy between some occupational categories marked by greater or lesser degree of specialization. The research starts from the premise that these values influence professional expectations and the consequent access to positions in the job market. The data were obtained through the fifth wave of the World Values Survey (WVS), a probabilistic sample consisting of 1500 interviews conducted in Brazil in 2006. The results indicated a significant association between values related to autonomy and occupational categories, signaling differentiations between these groups. Additionally, schooling was associated with the prioritization of values focused on autonomy and independence. As highlighted by Neves, Helal and Fernandes (2009), it is noted that the preference of companies for schooled workers is related to the willingness of the school to prepare them for a professional reality marked by hierarchy and authority, making them able to live in contexts marked by hierarchical structures based on control and domination. Thus, the differences found here may be indicative of a school education that seeks to distinguish workers prepared to perform tasks under command, without autonomy, from those who will assume positions of direction and management of people, contributing to the reproduction of social inequalities.

**Keywords:** social inequality, reproduction, occupational categories, autonomy, education.



## Introdução

Um dos processos que dão origem à estratificação social está relacionado ao estabelecimento e distribuição das recompensas no mercado de trabalho. O controle do acesso às posições ocupacionais e a distribuição econômica oriunda deste processo se tornam elementos fundamentais para a indicação do status social (DAVIS; MOORE, 1977). Ainda segundo os autores, não há sociedades sem classe, visto que, “como um mecanismo em funcionamento, a sociedade deve de algum modo distribuir seus membros em posições sociais e induzi-los a executar os deveres inerentes a elas” (p. 115). O pertencimento a essas posições e os deveres a elas associados estão atrelados a recompensas distribuídas conforme a diferenciação entre as posições. Deste modo, a distribuição das recompensas passa a fazer parte da ordem social, originando a estratificação. Pode-se afirmar que a “desigualdade social é um artifício inconscientemente desenvolvido, por intermédio do qual as sociedades asseguram que as posições mais importantes sejam criteriosamente preenchidas pelos mais qualificados” (DAVIS; MOORE, 1977, p. 117).

Esta qualificação muitas vezes fica a cargo da escola, instituição que supostamente deveria garantir a capacitação técnica, mas que muitas vezes assume a função de ensino e propagação do status cultural. Desta maneira, as classes dominantes procuram garantir a manutenção de sua posição social por meio da disseminação e reprodução de padrões culturais, o que tende a ocorrer essencialmente no âmbito do sistema escolar (COLLINS, 2009). Assim, a educação atua como um meio de reprodução e dominação social usado por classes dominantes para assegurar a transmissão de capital cultural com o intuito de garantir a seus filhos posições sociais semelhantes às suas (MONT’ALVÃO, 2011). Este mecanismo é explicado pelas teorias reprodutivistas (BOURDIEU; PASSERON, 1992; BOWLES; GINTIS, 2011).

Para Bowles e Gintis (2011), a estabilidade na esfera econômica é o resultado de mecanismos explícitos, constituídos para manter e estender os padrões dominantes de poder e privilégio. A soma total desses mecanismos e suas ações configuram o que se denomina como processo de reprodução. A reprodução pode ser compreendida como um:

modelo de mediações e processos sociais que tende, por detrás das costas dos agentes engajados no sistema escolar – professores, estudantes e seus pais – e muitas vezes contra sua vontade, a assegurar que o capital cultural seja transmitido através das gerações e a carimbar as diferenças já existentes neste capital herdado com um selo meritocrático de consagração acadêmica em virtude da potência simbólica especial de um título (credencial). Funcionando à maneira de uma enorme máquina classificatória que inscreve mudanças dentro do alcance da estrutura, a escola ajuda a fazer e impor as exclusões e inclusões legítimas que formam a base da ordem social (BOURDIEU; PASSERON, 1990, p. ix-x).



As credenciais atribuídas pelo sistema escolar contribuem, portanto, para assegurar a reprodução da desigualdade social, contribuindo para a preservação da estrutura de distribuição de poderes em um sistema que favorece os detentores de determinado capital cultural. Deste modo, a escola presta um serviço a certas classes sociais e dissimula a seleção social, permeando-a com ares de uma seleção técnica, legitimando a reprodução das hierarquias sociais por meio da sua transformação em hierarquias escolares (BOURDIEU; PASSERON, 1992). O sistema escolar, portanto, tem o “poder de converter vantagens sociais em vantagens escolares”, vantagens estas que se reconvertem em vantagens sociais, “porque permite que se apresentem as preliminares escolares, por conseguinte implicitamente sociais, como pré-requisitos técnicos do exercício de uma profissão” (BOURDIEU; PASSERON, 1992, p. 175).

Bowles e Gintis (2011) destacam que o sistema educacional desempenha um papel central na preparação dos indivíduos para o mundo das relações de trabalho alienadas e estratificadas. A experiência do trabalho e a natureza da estrutura de classes se constituem como as bases sobre as quais os valores educacionais são formados. Estes valores ajudam a disseminar os padrões de dominância e subordinação no processo de produção, de distribuição da propriedade dos recursos produtivos e dos graus de distância social e solidariedade entre os vários fragmentos da população trabalhadora, contribuindo para a estabilidade da divisão capitalista do trabalho.

Os requisitos escolares se tornam, portanto, um meio para seleção de pessoas que compartilham a visão da elite, no caso de posições hierarquicamente elevadas, ou de pessoas ensinadas a respeitar os valores, cultura e estilos desta elite, no caso de posições de hierarquia inferior (COLLINS, 1971). A escola detém uma função técnica de produção e comprovação de capacidades e uma função social de conservação de privilégios. A mobilidade dos indivíduos pode concorrer para a conservação e reprodução da estrutura das relações de classe, garantindo sua estabilidade por meio da seleção controlada de um número restrito de indivíduos, dando credibilidade à ideologia de mobilidade social perpetuada pela escola (BOURDIEU; PASSERON, 1992). Por detrás desta “fachada de meritocracia”, tem-se um sistema educacional voltado para a reprodução de relações econômicas que são apenas parcialmente explicáveis em termos de requisitos técnicos e padrões de eficiência (BOWLES; GINTIS, 2011).

Como reflexo no mercado de trabalho, verifica-se a preferência das empresas por trabalhadores escolarizados, o que se relaciona com a disposição da escola em prepará-los para uma realidade profissional marcada pela hierarquia e autoridade, tornando-os aptos ao convívio pacífico em contextos marcados por estruturas hierárquicas baseadas no controle e dominação (NEVES; HELAL; FERNANDES, 2009). Segundo Hofstede (1980), em escolas e empresas os grupos dominantes avaliam os indivíduos de acordo com sistemas de valores disseminados através da cultura, em um mecanismo utilizado para determinação de recompensas financeiras e promoção de profissionais. Tal mecanismo se constitui como um dos processos através



dos quais a continuidade do sistema de valores dominante na organização está garantida. Portanto, os empregadores e outras elites sociais têm procurado usar as escolas para legitimar a desigualdade por meio de um mecanismo ostensivamente meritocrático e racional de alocação de indivíduos a cargos. Estes grupos buscam utilizar as escolas para a reprodução de tipos lucrativos de consciência e comportamento dos trabalhadores através da correspondência entre as relações sociais da educação e da vida econômica. Deste modo, salientam-se como objetivos principais das classes dominantes na política educacional a produção de força de trabalho e a reprodução das instituições e relações sociais que facilitam a tradução da força de trabalho em lucros (BOWLES; GINTIS, 2011).

Bowles e Gintis (2011, p. 129–130) salientam quatro fatores que evidenciam o modo como as instituições educacionais se organizam para o atingimento destes objetivos. Primeiro, as escolas produzem grande parte das habilidades cognitivas e técnicas necessárias ao preenchimento de uma posição de trabalho. O segundo consiste na legitimação da desigualdade econômica por meio do sistema escolar. Além disso, a escola é responsável pela produção, recompensa e rotulação das características pessoais relevantes para ocupantes de cargos na hierarquia. Por fim, o sistema educacional promove um padrão de distinções de status que reforça a conscientização da estratificação na qual a fragmentação das classes econômicas é baseada. Deste modo, o sistema escolar contribui para reproduzir as relações de produção por meio da correspondência entre escolarização e estrutura de classes.

Tendo como ponto de partida a proposta de que a escola assume o papel de disseminação de valores culturais, e que estes tendem a ser perpetuados no seio familiar, o objetivo deste trabalho é verificar a diferenciação de valores relacionados à autonomia conforme diferentes categorias ocupacionais. Pretende-se verificar empiricamente se a ênfase em valores relacionados à autonomia e independência está associada com a escolarização, bem como se esta ênfase se diferencia entre categorias ocupacionais, marcadas por maior ou menor grau de especialização. Acreditamos que tais valores influenciarão as expectativas ocupacionais e o consequente acesso às posições no mercado de trabalho.

## Metodologia

Os dados utilizados para as análises são oriundos da base de dados *World Values Survey* (WVS), em sua quinta onda (INGLEHART et al., 2014). O projeto da WVS foi iniciado em conjunto com o *European Values Survey Group* (EVS) em 1981, tendo contemplado inicialmente 24 países da Europa. Os estudos foram ampliados ao longo dos anos e, conforme reportado no website<sup>1</sup> da instituição, atualmente contemplam amostras nacionalmente representativas em aproximadamente 100 países, abarcando em torno de 90% da população mundial.

1 <http://www.worldvaluessurvey.org>



O projeto WVS tem como hipótese que as mudanças nos sistemas de crenças em massa possuem consequências importantes nas esferas econômica, política e social. O WVS conta com informações sobre atitudes e valores relacionados a diversos aspectos, como sociais, religiosos, éticos, políticos etc. Além disso, a pesquisa abarca informações sobre as condições socioeconômicas e demográficas dos participantes. A base de dados utilizada nesta pesquisa compreende uma amostra probabilística constituída por 1500 entrevistas realizadas pessoalmente entre os dias 01/11/2006 e 26/12/2006, em parceria com a Universidade Nacional de Brasília (UnB). Embora os dados referentes à sexta onda da WVS, incluindo a amostra brasileira, estejam disponíveis, as categorias ocupacionais não foram incluídas nesta versão. Deste modo, optou-se pela utilização dos dados oriundos da quinta onda.

Esta pesquisa tem como objetivo verificar empiricamente a diferenciação na ênfase a valores relacionados à autonomia e independência perante algumas categorias ocupacionais, marcadas por maior ou menor grau de especialização, bem como a associação entre estes valores e a escolaridade. Para o cumprimento deste objetivo foram utilizados os seguintes índices e variáveis disponibilizados na base de dados WVS:

**Índice de autonomia:** O índice consiste em uma variável construída a partir da bateria relativa a qualidades que os respondentes acreditam que devam ser estimuladas e ensinadas entre as crianças. Contempla quatro itens: independência; determinação e perseverança; fé religiosa; obediência.

Os participantes são convidados a opinar sobre a valorização destas características por meio da seguinte pergunta: "Aqui está uma lista de qualidades que as crianças podem aprender em casa. Entre essas qualidades, quais o(a) Sr(a) acha que são as mais importantes para estimular e ensinar aos seus filhos? Escolha até cinco respostas<sup>2</sup>".

As opções de resposta para estes itens são: 1 (*mencionado*) e 2 (*não mencionado*). A partir das respostas obtidas a WVS disponibiliza o índice de autonomia, que varia entre -2 e +2. O valor indicado será de -2 nos casos em que as qualidades relacionadas à fé religiosa e obediência foram mencionadas, ao passo que independência e determinação/perseverança não foram mencionadas. No extremo oposto, valores indicados como +2, se referem aos casos em que as qualidades referentes à independência e determinação/perseverança foram mencionadas, mas a fé religiosa e a obediência não foram citadas. Deste modo, índices reportados como -2 e -1 indicam a não valorização da autonomia e valores de +1 e +2 sinalizam valorização da autonomia.

---

2 As demais qualidades abordadas nesta questão, mas que não integram o índice de autonomia são: ser trabalhador, responsabilidade, criatividade, tolerância e respeito, saber economizar (dinheiro e outros bens), não ser egoísta.

Índice de materialismo/pós-materialismo: Os valores pós-materialistas, conforme o sentido atribuído por Inglehart (INGLEHART, 2008; INGLEHART; WELZEL, 2005) and today it seems clear that the predicted changes have occurred. A large body of evidence, analysed using three different approaches – (1, estão relacionados à emancipação de um indivíduo que prioriza a auto direção, a autonomia e a liberdade para escolher o modo como viver a própria vida. Essencialmente, esses valores são o reflexo de uma tendência humana relacionada à valorização da autonomia e à busca plena realização dos potenciais do indivíduo. No sentido oposto, os valores materialistas estão relacionados com priorização de normas tradicionalistas e de obediência à autoridade, com a segurança e com a valorização de regras de conduta social, suprimindo a autonomia e a liberdade de escolha individual (MAKSIC; PAVLOVIC, 2008). A WVS disponibiliza esta medida por meio da indicação de três valores: materialistas, mistos e pós-materialistas.

As análises incluíram também o nível de escolaridade dos participantes, com o intuito de verificar a aproximação entre valores relacionados à autonomia e independência e níveis de escolarização. O questionário utilizado na WVS apresenta níveis de escolaridade que variam de 1 (*não frequentou a escola*) a 9 (*ensino superior completo*).

Por fim, as análises consideraram as categorias ocupacionais. São 12 as categorias de ocupações disponibilizadas pela WVS: 1) Empregador (sócio, dono) de estabelecimento de mais de 10 funcionários; 2) Empregador (sócio, dono) de estabelecimento com menos de 10 funcionários; 3) Profissional liberal: advogado, contador, professor etc.; 4) Supervisor de trabalhadores de escritório (não-manuais); 5) Trabalhador de escritório (ocupações não-manuais); 6) Capatazes e supervisores de trabalhadores manuais; 7) Trabalhador manual especializado; 8) Trabalhador manual semiespecializado; 9) Trabalhador braçal não-especializado; 10) Fazendeiro; 11) Trabalhador rural; 12) Membro das forças armadas, segurança pessoal; 13) Nunca teve emprego.

Com o intuito de facilitar as análises, as ocupações foram recodificadas em novos grupos, conforme utilizado por Babones (2010), que se orientou segundo o esquema de classificações de Goldthorpe. Deste modo, obtiveram-se as seguintes categorias: gestores e profissionais liberais (1, 2, 3 e 4); trabalhadores de escritório (5); trabalhadores manuais especializados e supervisores de trabalhadores manuais (6, 7); trabalhadores semi e não especializados (8, 9, 11).

As análises estatísticas foram realizadas com suporte do software *Statistical Package for Social Science* (SPSS). Tendo-se em consideração os objetivos desta pesquisa, foram realizados testes de *Qui Quadrado* ( $X^2$ ), de modo a se analisar a diferenciação do índice de autonomia e pós-materialismo entre as categorias ocupacionais. A estatística de *Qui Quadrado* é utilizada quando se pretende verificar a independência entre uma variável ordinal e uma nominal (MARTINS, 2011).

Adicionalmente foram calculadas correlações de *Pearson*, para se medir a associação entre a escolaridade e os índices de autonomia e pós-materialismo. O teste de correlação de *Pearson* permite identificar se a intensidade de um fenômeno tende a ser acompanhada, em média, pela intensidade do outro, com índices que variam de  $-1$  a  $+1$ . As correlações com sinal positivo indicam que as variáveis analisadas se associam no mesmo sentido, ou seja, o aumento em uma delas tende a se relacionar ao aumento na outra. As correlações com sinal negativo indicam que o aumento de uma tende a ser acompanhado pelo decréscimo da outra variável associada, também em valor proporcional (PESTANA;



GAGEIRO, 2008). Para a análise estatística das informações recolhidas foi estabelecido como nível de significância  $p < .05$ .

## Resultados e conclusões

A caracterização da amostra, considerando respostas válidas, pode ser visualizada na Tabela 1. Em relação ao perfil dos respondentes, 52.4% eram do sexo feminino e 47.6% eram do sexo masculino. A maior parte era casada (41.8%), 26.9% eram solteiros e 16.6% relataram morar juntos, como se fossem casados. Em relação à escolaridade, 33.6% afirmaram possuir o ensino fundamental incompleto, 25.4% possuíam o ensino médio completo, 13.8% completaram o ensino fundamental e 8.9% relataram ter concluído o ensino superior.

No que concerne à classificação entre as categorias ocupacionais, o percentual de trabalhadores manuais semiespecializados e trabalhadores braçais não especializados foi o mesmo (16.6%). Os trabalhadores manuais especializados corresponderam a 15.9% e os que nunca trabalharam corresponderam a 15.6%. A categoria formada por empregadores de pequenos estabelecimentos correspondeu a 6% e os profissionais liberais corresponderam a 7.6%. A média de idade reportada foi de 39.98 anos ( $SD = 15.70$ ). Considerando as categorias ocupacionais agrupadas, a maior parte (50.6%) estava concentrada na categoria formada por trabalhadores semi e não especializados, 21% eram trabalhadores manuais especializados ou supervisores de trabalhadores manuais, 19.8% eram gestores e profissionais liberais e 8.5% pertenciam ao grupo formado por trabalhadores de escritório.



<b>Variável</b>		<b>n</b>	<b>%</b>
Sexo	Mulher	786	52.4
	Homem	714	47.6
Estado civil	Casado (a)	625	41.8
	Solteiro (a)	402	26.9
	Vivem juntos	249	16.6
	Viúvo (a)	87	5.8
	Separado (a)	83	5.6
	Divorciado (a)	51	3.4
Escolaridade	Não frequentou a escola	20	1.3
	Ensino fundamental incompleto	502	33.6
	Ensino fundamental completo	206	13.8
	Ensino médio incompleto	150	10.1
	Ensino médio completo	380	25.4
	Ensino superior incompleto	102	6.8
	Ensino superior completo	133	8.9
Índice de autonomia	Baixa valorização da autonomia	815	54.3
	Neutra valorização da autonomia	387	25.8
	Alta valorização da autonomia	298	19.9
Materialismo / Pós-materialismo	Valores materialistas	459	32.1
	Valores mistos	813	56.9
	Valores pós-materialistas	157	11





<b>Variável</b>	<b>n</b>	<b>%</b>	
	Empregador estabelecimento acima 10 func.	11	0.8
	Empregador estabelecimento abaixo 10 func	87	6.0
	Profissional liberal	110	7.6
	Supervisor de trabalhadores de escritório	20	1.4
	Trabalhador escritório (e ocup. não manuais)	97	6.7
	Capatazes e superv. trabalhadores manuais	19	1.3
Ocupação	Trabalhador manual especializado	229	15.9
	Trabalhador manual semiespecializado	238	16.6
	Trabalhador braçal não especializado	238	16.6
	Fazendeiro	17	1.2
	Trabalhador rural	110	7.7
	Membro forças armadas, segurança pessoal	36	2.5
	Nunca teve emprego	224	15.6

*Tabela 1 – Caracterização da amostra*

As análises estatísticas efetuadas sinalizaram a existência de uma associação significativa entre o índice de autonomia e as categorias ocupacionais,  $X^2_{(6)} = 25.66$ ,  $p < .001$ . Os resultados indicaram que, dentre os trabalhadores semiespecializados ou não especializados, houve uma tendência de baixo índice de autonomia, indicando, portanto, valorização da obediência e da fé religiosa. Por outro lado, entre os gestores e profissionais liberais, houve uma tendência para valorização da autonomia, o que se reflete na priorização das qualidades relacionadas à independência, perseverança e determinação. Os resultados podem ser visualizados na Tabela 2.

		<b>Baixa valorização autonomia</b>	<b>Intermediário</b>	<b>Alta valorização autonomia</b>
Gestores e profissionais liberais	Observado	97	65	66
	Esperado	121.9	59.5	46.6
Trabalhadores administrativos	Observado	52	20	26
	Esperado	52.4	25.6	20
Trabalhadores manuais especializados e supervisores de trabalhadores manuais	Observado	126	65	51
	Esperado	129.4	63.1	49.5
Trabalhadores semi ou não especializados	Observado	340	150	92
	Esperado	311.2	151.8	118.9

*Tabela 2 – Índice de autonomia por categoria ocupacional (Qui quadrado)*

A comparação dos valores materialistas e pós-materialistas entre as categorias ocupacionais sinalizou a presença de associação estatisticamente significativa

entre as variáveis,  $\chi^2_{(6)} = 31.18$ ,  $p < .001$ . Os resultados reportados na Tabela 3 demonstram que, quando se comparam os quatro grupos, os trabalhadores semi e não especializados indicaram tendência a reportar valores materialistas, ao passo que os gestores e profissionais liberais reportaram maior aproximação aos valores pós-materialistas.

		Valores materia- listas	Valores mistos	Valores pós- -materialistas
Gestores e profissionais liberais	Observado	47	139	33
	Esperado	70.6	122.5	25.9
Trabalhadores administrativos	Observado	26	49	18
	Esperado	30	52	11
Trabalhadores manuais especializados e supervisores de trabalhadores manuais	Observado	67	143	26
	Esperado	76.1	132	27.9
Trabalhadores semi ou não especializados	Observado	215	285	53
	Esperado	178.3	309.4	65.3

Tabela 3 – Valores materialistas e pós-materialistas por categoria ocupacional (Qui quadrado)

O teste de correlações de *Pearson* indicou uma associação moderada<sup>3</sup> entre a escolaridade e o índice de autonomia,  $r = .26$ ,  $p < .001$ , sugerindo que maiores níveis de escolaridade estão associados ao aumento da autonomia. Ou seja, as pessoas de escolaridade mais alta são as que tendem a apresentar valorização da determinação, da independência e da perseverança como características que devem ser ensinadas e estimuladas entre as crianças. De maneira complementar, a valorização da obediência e o descrédito em relação à autonomia estão relacionados à menor escolarização. Isso indica que as pessoas com menor escolaridade tendem a acreditar que a obediência e a fé religiosa são mais importantes do que a independência e a determinação.

Adicionalmente, as correlações de *Pearson* também indicaram a existência de uma associação moderada entre o índice de pós-materialismo e a escolaridade,  $r = .27$ ,  $p < .001$ . Estes resultados sugerem que as pessoas com maior escolaridade tendem a atribuir mais importância aos valores pós-materialistas, indicativos de priorização da auto direção, liberdade de escolha e autonomia. Em contrapartida, as pessoas com menor escolaridade tendem a valorizar o respeito à autoridade e a conformidade com as normas grupais.

3 Considerando-se a interpretação de valores proposta por Cohen (1988)

Embora as análises sejam preliminares, os resultados permitiram identificar a associação entre a escolaridade e a valorização de fatores como autonomia, independência e liberdade de escolha individual, assim como a diferenciação destes valores entre as categorias ocupacionais. Conforme salientam Bowles e Gintis (2011) o desempenho profissional em níveis hierárquicos baixos requer que o trabalhador seja orientado ao cumprimento de regras e denote conformidade com a autoridade externa. Segundo os autores, a escola cumpre, portanto, a função de socializar os trabalhadores, favorecendo sua adaptação à estrutura burocrática no mercado de trabalho, reproduzindo a desigualdade econômica e distorcendo o desenvolvimento pessoal (BOWLES; GINTIS, 2000). Os resultados aqui verificados podem sinalizar a presença de indicativos de uma formação escolar que distingue trabalhadores preparados para tarefas que são executadas sob supervisão, com ausência de autonomia, daqueles que assumirão posições de direcionamento e gestão de pessoas, estando de acordo com o que foi ressaltado por Neves, Helal e Fernandes (2009).

Conforme destacam Bowles e Gintis (2011), o fato de os pais que fazem parte da classe trabalhadora indicarem tendência a favorecer métodos educacionais mais rigorosos é um reflexo de suas próprias experiências de trabalho, em que a submissão à autoridade é ressaltada como um requisito para obtenção e manutenção de um emprego estável e bem remunerado. Por outro lado, pais que atuam como gestores e profissionais liberais preferem um ambiente mais aberto e uma maior ênfase no controle motivacional, similarmente como um reflexo da posição ocupada na divisão social do trabalho.

A discrepância entre a valorização da autonomia encontrada neste estudo pode ser um indício disso. O índice de autonomia, caracterizado pela valorização da independência, da perseverança e da determinação, está associado às pessoas que atuam em posições de formação superior ou de gestão. Essas categorias ocupacionais são justamente aquelas em que as pessoas tendem a executar atividades de caráter criativo, intelectual e independente. Aos trabalhadores semi ou não especializados, que atuam essencialmente em tarefas operacionais, ensinados a valorizar a obediência, relegando pouca atenção à independência e determinação, são reservadas as atividades manuais, rotineiras e pouco estimulantes, executadas, em grande maioria, sob supervisão. E, justamente este grupo, reportou tendência a valorizar a conformidade com normas sociais e figuras de autoridade, bem como preterição da autonomia.

Bowles e Gintis (2011) ressaltam que a reprodução da conscienciosidade é facilitada pela correspondência entre as relações sociais de produção e as relações sociais da vida familiar, uma correspondência que é grandemente afetada pelas experiências dos pais na divisão social do trabalho. Há, portanto, uma tendência de que as famílias reproduzam em seus descendentes não apenas uma consciência adaptada à natureza objetiva do mundo do trabalho, mas também que busquem prepará-los para posições econômicas comparáveis às suas, contribuindo com uma parte significativa para a transmissão intergeracional do status.

Neste sentido, os autores ressaltam os resultados reportados por Melvin Kohn no que concerne à diferenciação de valores e comportamentos priorizados pelos pais de classe média e classe trabalhadora, especialmente em relação à auto direção e conformidade com normas. Kohn (1959, 1963; KOHN; SCHOOLER, 1969) {"id": "ITEM-2", "itemData": {"abstract": "Background and objectives: The enzyme telomerase is reactivated in most cancers but its mechanism of regulation in oesophageal carcinogenesis is unclear. The aim of this study was to determine the roles of human telomerase reverse transcriptase (hTERT) identificou que indivíduos com maior status econômico apresentavam maior probabilidade de valorizar a motivação interna e os de menor status indicavam probabilidade para valorizar comportamentos que estivessem de acordo com a submissão à autoridade externa. Portanto, a estratificação por classes seria resultado dos efeitos acumulados da educação e da experiência no trabalho. A primeira, no sentido de que fornece ou não a capacidade de auto direção e a segunda, por possibilitar (ou não) o exercício dessa capacidade (KOHN; SCHOOLER, 1969).

Este trabalho teve como objetivo examinar a diferenciação de valores relacionados à autonomia, liberdade de escolha e determinação entre pessoas de categorias ocupacionais distintas, assim como verificar a associação entre estes valores e a escolarização. Pretende-se, com tais resultados, iluminar caminhos que possibilitem aprofundar o estudo da relação entre estes valores e a consequente manutenção dos mecanismos de reprodução e distribuição de recompensas no mercado de trabalho, em um mecanismo fomentado pela escolarização formal.

Embora a base de dados utilizada seja formada por uma amostra probabilística, o que viabiliza a generalização dos resultados, é importante destacar que foram realizadas análises de cunho descritivo, o que não permite que se apontem relações causais. Investigações futuras devem ser conduzidas com o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre este fenômeno, seja por meio de análises quantitativas mais robustas, ou através de análises qualitativas.

## Referências

BABONES, S. Income, education, and class gradients in health in global perspective. **Health Sociology Review**, v. 19, n. 1, p. 130–143, 2010.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J.-C. **Reproduction: In Education, Society and Culture**. Tradução Richard Nice. London, UK: SAGE Publications, 1990.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Tradução Reynaldo Bairão. 3ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

BOWLES, S.; GINTIS, H. Does schooling raise earnings by making people smarter? In: ARROW, K.; BOWLES, S.; DURLAUF, S. (Ed.). **Meritocracy and economic inequality**. Princeton, NJ.: Princeton University Press, 2000. p. 118–136.

BOWLES, S.; GINTIS, H. **Schooling in Capitalist America**. Chicago, IL: Haymarket Books, 2011.

COHEN, J. **Statistical power analysis for the behavioral sciences**. 2nd. ed. Hillsdale, NJ: Lawrence



Erlbaum, 1988.

COLLINS, R. Functional and Conflict Theories of Educational Stratification. **American Sociological Review**, v. 36, n. 6, p. 1002–1019, 1971.

COLLINS, R. **Quatro tradições sociológicas**. Tradução Raquel Weiss. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

DAVIS, K.; MOORE, W. Alguns princípios da estratificação. In: VELHO, O.; PALMEIRA, M.; BARTELLI, A. (Eds.). **Estrutura de classes e estratificação social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

HOFSTEDE, G. Culture and Organizations. **International Studies of Management & Organization**, v. 10, n. 4, p. 15–41, 1980.

INGLEHART, R. et al. **World Values Survey: Round Five - Country-Pooled Datafile Version: www.worldvaluessurvey.org/WVSDocumentationWV5.jsp**. Madrid: JD Systems Institute, 2014.

INGLEHART, R. F. Changing Values among Western Publics from 1970 to 2006. **West European Politics**, v. 31, n. 1–2, p. 130–146, 2008.

INGLEHART, R.; WELZEL, C. **Modernization, Culture Change, and Democracy: The Human Development Sequence**. New York: Cambridge University Press, 2005.

KOHN, M. L. Social class and parental values. **The American Journal of Sociology**, v. LXIV, n. 4, p. 337–351, 1959.

KOHN, M. L. Social class and parent-child relationships: an interpretation. **American Journal of Sociology**, v. 68, n. 4, p. 471–480, 1963.

KOHN, M. L.; SCHOOLER, C. Class, Occupation, and Orientation Author. **American Sociological Review**, v. 34, n. 5, p. 659–678, 1969.

MAKSIC, S.; PAVLOVIC, Z. Serbian public opinion on child imagination and its correlates. **Zbornik Instituta za pedagoska istrazivanja**, v. 40, n. 1, p. 7–21, 2008.

MARTINS, C. **Manual de análise de dados quantitativos com recurso ao IBM SPSS: Saber decidir, fazer, interpretar e reagir**. Braga, Portugal: Psiquilibrios Edições, 2011.

MONT'ALVÃO, A. Estratificação Educacional no Brasil do Século XXI. **Revista Dados**, v. 54, n. 1, p. 389–430, 2011.

NEVES, J. A.; HELAL, D. H.; FERNANDES, D. C. Modernidade, Burocracia e Classe Gerencial: a determinação de rendimentos no Brasil e na Polônia. In: NEVES, J. A. B.; FERNANDES, D. C.; HELAL, D. H. (Eds.). **Educação, Trabalho e Desigualdade Social**. Belo Horizonte: Argumentvm Editora, 2009.

PESTANA, M. H.; GAGEIRO, J. N. **Análise de dados para ciências sociais: a complementaridade do SPSS**. 5ª ed. Lisboa, Portugal: Edições Silabo, 2008.





## CAPÍTULO 8

# **TEMÁTICAS SOCIOLÓGICAS NA SALA DE AULA SOB A PERSPECTIVA DOS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO**

SOCIOLOGICAL THEMES AT THE CLASSROOM UNDER HIGH SCHOOL STUDENTS PERSPECTIVE

**Vagna Brito de Lima**

**Newton Malveira Freire**

**Mayara Tâmea Santos Soares**

## Resumo

O presente texto apresenta o resultado de um estudo de caso realizado em uma escola pública cearense, com o objetivo precípua de investigar a compreensão dos alunos acerca das temáticas recorrentes nos conteúdos abordados pela componente curricular de Sociologia, no âmbito das aulas. A pesquisa, de cunho qualitativo, com método de estudo de caso associado à abordagem da análise do conteúdo, recorreu às experiências de professores de Sociologia da EEFM Doutor César Cals, ancorando-se em estudiosos (FRIGOTTO, 2017; SANTOS, 2002; MILLS, 1982; FOUCAULT, 1969) como lente teórica analítica capaz de elucidar a compreensão sobre o ensino da componente curricular. Os resultados apontam, dentre outras questões, para a boa compreensão de algumas temáticas, principalmente pelo fato de ser assunto que também pode perpassar outras áreas do conhecimento, componentes curriculares e ter apelo em diversos aspectos que tendem a se aproximar da vida do estudante, como os meios de comunicação e as redes sociais. Os dados apontam, ainda, a visão equivocada em algumas questões que são relevantes à realidade dos estudantes da rede estadual de ensino. Uma conclusão prévia destaca a relevância de se investigar o nível de compreensão dos alunos sobre os conteúdos sociológicos, a fim de elaborar boas práticas de ensino e estratégias metodológicas atrativas e contextualizadas com a realidade.

**Palavras chave:** Ensino Médio. Ensino de Sociologia. Temáticas sociológicas.



## Abstract

This paper presents the result of a case study conducted at a public school in Ceará, with the main objective of investigating students' understanding of recurrent themes in the contents addressed by the Sociology curriculum component classes. The qualitative research, with case study method associated to the contents analysis approach, supported by the experiences of EEFM Doctor César Cals Sociology teachers, anchoring itself in scholars (FRIGOTTO, 2017; SANTOS, 2002; MILLS, 1982; FOUCAULT, 1969) with analytical theoretical lens capable of elucidate the understanding about curricular component teaching techniques. The results point, among other issues, to a good understanding of some themes mainly for being a subject that can also pervades other areas of knowledge, curriculum components and has appeal in various aspects that tend to approach the student's life such as media and social networks. The data also point to the mistaken view on some issues that are relevant to the state school system students' reality. A previous conclusion highlights the relevance of investigating students' level of sociological content understanding in order to develop good teaching practices and methodological strategies that are attractive and contextualized with reality.

**Key-words:** High school. Sociology teaching. Sociological Themes.





## Introdução

O ensino médio brasileiro permanece indicando as tensões observadas ao longo da história da educação, tais como a indefinição na identidade e finalidade dessa etapa. No contexto sociopolítico de neoconservadorismo que se desenha no Brasil, bem como em outros países das Américas e Europa, são preocupantes os discursos que atacam a liberdade e autonomia dos docentes, como atores mediadores da reflexão crítica, sobre todo conhecimento acumulado pela humanidade e suas contribuições para vida em sociedade.

Desse modo, a Sociologia, enquanto componente curricular ofertada no ensino médio das escolas brasileiras, acompanhou os mais variados momentos históricos pelos quais passou o país, evidenciando ideologias e interesses políticos refletidos no currículo escolar. Com a implantação da Lei nº 11.684, de 2 de junho de 2008, que altera o art. 36 da Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB), lei 9.394/1996 que prevê, no currículo de ensino médio, o domínio de conhecimentos de Sociologia e Filosofia.

Nesses termos, observa-se que o ensino médio, como etapa final obrigatória da educação básica, tem tomado centralidade nas pautas do debate no campo educacional nas últimas décadas, para além das definições orçamentárias como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), Lei n.º 11.494/2007.

Na direção das mudanças, da reforma e também da crise no modelo tradicional de educação, a Sociologia se estabelece no currículo do ensino médio com dificuldade, a princípio, para se encontrar enquanto componente curricular. Nessa perspectiva, o objetivo do ensino de Sociologia como, aliás, deveria ser o de qualquer ciência, é proporcionar a aprendizagem do modo próprio de pensar de uma área do saber aliada à compreensão de sua historicidade e do caráter provisório do conhecimento – expressões da dinâmica e complexidade da vida. O caráter reflexivo da componente curricular em particular, contudo, pode oferecer aos jovens referenciais intrínsecos de análise, para que eles possam “sentir o jogo que se processa entre os homens e a sociedade, a biografia e a história, o eu e o mundo” (MILLS, 1982, p.10).

Considerando-se as Orientações Curriculares, estas estabelecem que a componente curricular, entendida também como os aspectos pertinentes à ciência política e à antropologia, fornece os subsídios necessários para que o educando desenvolva competências e habilidades relacionadas à representação e à comunicação; à contextualização sociocultural; à investigação e compreensão crítica.



Segundo Foucault (1969), um saber é aquilo que se pode falar em uma prática discursiva em que se encontra, é o espaço em que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos de que se ocupam seus discursos. É também o campo dos enunciados em que os conceitos aparecem e se definem, aplicam-se e transformam-se.

Portanto, a fim de realizar um recorte da realidade da componente curricular de Sociologia nas escolas, a partir de uma experiência de pesquisa realizada no Mestrado Profissional da Universidade Federal do Ceará – UFC, na disciplina de Metodologia do Ensino de Sociologia, investigou-se qual a compreensão dos alunos acerca das temáticas recorrentes nos conteúdos abordados, por esta ciência, no espaço da sala de aula.

## Contextualizando a temática

A análise sobre algumas das principais problemáticas relacionadas ao ensino médio no âmbito da educação brasileira – diferentes modalidades de ofertas; incompatibilidade curricular com os interesses dos estudantes; dificuldade de permanência dos jovens e adultos; altos índices de evasão; baixos indicadores de aprendizagem, entre outras questões socioeconômicas –, suscita a compreensão da falta de identidade dessa etapa da educação básica, aliada às subjetividades sociais e às tensões políticas e ideológicas, contribui para a centralidade da reflexão sobre a temática no campo de investigação científica.

Para Krawczyk (2014, p. 12),

Esse quadro ampliado de demandas encontra desafios importantes, pois a simples assunção da premissa de que o ensino médio deve ser destinado a todos, aparecendo como um direito educativo, torna os impasses em torno do tipo de ensino médio a ser oferecido e sua identidade um foco importante de conflito e de disputas públicas em torno de melhores caminhos.

Com vistas a atender aos impasses e tensões em torno das especificidades do ensino médio, observa-se a urgência de mudanças e reformas. Destarte, “ao que tudo indica, as reformas educativas estão atrasadas ou, no mínimo, descompassadas, em relação ao ritmo das demandas e do novo público que conquista o prolongamento da escolaridade sem a resposta adequada a essa conquista” (KRAWCZYK, 2014, p. 42).

O ensino médio constitui-se em um campo de intersecção entre o ensino fundamental e o ensino superior. Por essa razão, é normal que os jovens, que nele estão, perguntem – o que é o ensino médio; o que oferece objetivamente; e o que vem depois dele. Nas escolas de ensino médio encontra-se um conjunto de demasiadas disciplinas que, para grande maioria dos estudantes, foge ao contexto social e real das suas vidas. Conteúdos, temáticas, atividades e assuntos ensina-



dos na sala de aula de forma descontextualizada das realidades dos discentes, sem significado para os desejos de aprendizagens dos jovens e adultos inseridos no contexto. Contudo, embora os indicadores das performances dos estudantes do ensino fundamental apresentem melhoria, as preocupações com o ensino médio permanecem indicando as tensões observadas ao longo da história da educação, tais como a indefinição na identidade e finalidade dessa etapa.

A sociedade brasileira encontra-se em um crescente e preocupante movimento sociopolítico neoconservador, observado também nas Américas e Europa, sobretudo, com ataques diretos à educação como aparelho ideológico e aos professores como sujeitos nefastos ao desenvolvimento epistêmico crítico e autônomo. Embora, esteja implícito o ato de educar à função docente (FRIGOTTO, 2017, p.8), posto que:

É o ato de educar, como mediação complexa da formação humana, que é alvo do conservadorismo das elites empresariais e de grupos político-religiosos por intermédio de seus intelectuais e parlamentares comprometidos com o atraso em termos inquisitoriais: A pedagogia da confiança e o diálogo crítico são substituídos pelo estabelecimento de uma nova função: estimular os alunos e seus pais a se tornarem delatores. Isto porque incomoda aos setores conservadores do país que o ato de educar seja um confronto de visões de mundo, de concepções científicas e de métodos pedagógicos, desenvolver a capacidade de ler criticamente a realidade e constituírem-se sujeitos autônomos.

Nessa perspectiva, compreende-se a Sociologia como componente curricular essencial para a formação crítica em prol do entendimento da construção sociopolítica dos atores imersos no atual processo de alienação neoconservadora. Em consequência, presencia-se a explícita perseguição às Ciências Sociais enquanto componentes curriculares, no caso da Sociologia, “[...] Ainda não conquistamos e sedimentamos os devidos espaços da Sociologia dentro dos limites do ensino médio e, por conseguinte, ainda não temos consenso sobre o que ensinar em Sociologia e como ensiná-la” (CARVALHO, 2010, p. 15). Nesse cenário, corroboramos com Carvalho (2010, p.15) ao afirmar que,

[...] não existe no ensino médio brasileiro um currículo mínimo que determine o que ensinar e como a Sociologia deve ser ensinada; temos apenas alguns documentos oficiais que orientam o seu ensino e, por esse motivo, a questão de saber o que fazer com a disciplina no ensino médio coloca-se entre os temas atuais [...].

Embora se verifique o caráter abrangente que a Constituição Federal de 1988, além de outros documentos como a LDB/1996 e os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM), que redefiniram princípios pedagógicos que seguiam as profundas transformações pelas quais passava a sociedade, não se confere ao ensino da Sociologia o espaço de disciplina essencial ao currículo do ensino médio.



Com as alterações na lei, em 2017, especificamente com a Lei n.º 13.415, a Sociologia deixa de ser uma componente obrigatória e, mais uma vez na trajetória do currículo da educação básica nacional, não se configura mais nos moldes tradicionais. O que se caracteriza, no entanto, é que o caráter da não obrigatoriedade faz surgir novas propostas de abordagem sociológica dentro do que o documento destaca como Itinerários Formativos. Neles, a componente supracitada, assim como filosofia, artes, história, química e física, podem apresentar-se de forma interdisciplinar ou transdisciplinar. As mudanças ainda carecem de aperfeiçoamento e do próprio acompanhamento por parte do Ministério da Educação (MEC) junto às Secretarias da Educação que, desde o início de 2019, não estabeleceu ações mais assertivas para prosseguir com a implantação da lei nas escolas.

A mudança do currículo é clara e cabe aos sistemas de ensino e não aos jovens definir os seus itinerários formativos. A leitura mais atenta do documento faz ruir o argumento da escolha do estudante falácia camuflada, impossível de ser oferecida pelos sistemas pelas reais condições de funcionamento e financiamento. Outro ponto preocupante é a forma pela qual a obrigatoriedade dos conteúdos foi expressa no texto legal: é obrigatório o estudo de Inglês (não garantido como disciplina, portanto) e o ensino de Português e Matemática. Subtende-se que os demais conteúdos curriculares não serão tratados como disciplinas, uma vez que as ênfases em quatro grandes áreas do conhecimento e a formação técnica profissional não indicam a presença obrigatória delas. Assim, a luta pela presença de disciplinas no currículo fica secundarizada frente à questão, pois com exceção de Português e Matemática as demais não serão obrigatórias e sim eletivas, ainda condicionadas à escolha dos sistemas de ensino, mostrando assim o que é a flexibilização do currículo (SILVA & GONÇALVES, 2017, p. 72).

A flexibilização expressa no texto quanto ao ensino das ciências sociais dar margem para os sistemas de ensino fazerem as opções pautadas nos interesses ideológicos e “contingenciais” secundarizando disciplinas como a Sociologia no currículo do ensino médio, sob o risco do não desenvolvimento das competências e habilidades críticas e reflexivas dos estudantes e da sociedade como um todo. Como postula Santos (2002, p. 22), a ideia é que “o domínio dessas competências permitam ao educando investigar, identificar, descrever, classificar e interpretar/explicar os fatos relacionados à vida social e, assim, instrumentalizá-lo para que possa decodificar a complexidade da realidade social”.

Os saberes envolvidos, seja na figura do professor ou do aluno, destacam a forma em que o discurso sociológico acontece. Acerca disso, Foucault (1969, p. 135) destaca que:

A lei dos enunciados e o fato de pertencerem à formação discursiva constituem uma e única mesma coisa; o que não é paradoxal, já que a formação discursiva se caracteriza não por princípios de construção, mas por uma dispersão de fato, já que ela é para os enunciados não uma condição de possibilidades, mas uma lei de coexistência, e já que os enunciados, troca, não são elementos intercambiáveis, mas conjuntos caracterizados por sua modalidade de existência.



Enquanto objetivos, a pesquisa propõe identificar quais temáticas presentes no questionário não apresentam nível de compreensão satisfatório para o professor; analisar as respostas selecionadas, associando aos possíveis conteúdos trabalhados ao longo do ano letivo e apontar estratégias metodológicas que auxiliem na abordagem dos assuntos que os estudantes apresentaram dificuldade de acerto, ao passo que fazem parte do conhecimento elementar à Sociologia.

## Metodologia

A abordagem metodológica que sustenta essa investigação se ancora na perspectiva qualitativa, com método de estudo de caso associado à abordagem da análise do conteúdo. Para as referências metodológicas, recorreu-se às contribuições de Stake (2012), Yin (2010), Minayo (2001) e Bardin (1995).

Segundo Yin (2010, p.32): “o estudo de caso é uma investigação empírica de um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, sendo que os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”. Yin (2010) enfatiza ser a estratégia mais escolhida quando é preciso responder a questões do tipo “como” e “por quê” e quando o pesquisador possui pouco controle sobre os eventos pesquisados.

Os instrumentos de coleta de dados e informações constituíram-se em observação não participante e questionário. As perguntas que compuseram o questionário foram adaptadas a partir de uma atividade da disciplina de Metodologia do Ensino de Sociologia do curso de Mestrado Profissional em Ensino de Sociologia da Universidade Federal do Ceará.

A fim de realizar o presente trabalho, foram destacadas temáticas que, na perspectiva dos estudantes do curso supracitado, seriam mais relevantes tratar. O questionário consta de 10 questões fechadas, contendo três opções de escolha. Cada questão aborda uma temática específica do ensino de Sociologia, a citar: socialismo; capitalismo; violência simbólica; comunismo; poder político; gênero; fascismo; cotas raciais e democracia. Os temas elencados foram pensados como possibilidade de remeter a reflexões sobre o ensino da disciplina, de forma que haja vinculação e apropriação da realidade por parte dos alunos.

Dessa forma, os alunos guardarão consigo não apenas uma lista de temas e conceitos proferidos nas aulas de Sociologia, mas aprenderá a compreendê-los em suas múltiplas inter-relações e em sua complexidade, conseguindo pensar a partir da lógica e do raciocínio tipicamente sociológicos [...] Esse seria o principal objetivo no ensino de Sociologia: garantir o desenvolvimento de uma postura intelectual diante da vida social e das práticas sociais em que estão inseridos (HANDFAS e OLIVEIRA, 2009, p. 74 e 75).

O questionário, para levantamento de dados e opiniões, foi criado em um



formulário no Google Forms, um dos aplicativos que faz parte do Google Drive, e, posteriormente, o link foi compartilhado com os professores de Sociologia que lecionam nas turmas de 3ª série da Escola de Ensino Fundamental e Médio Doutor César Cals, para que eles, em algum momento de sua aula, acompanhassem os estudantes ao laboratório de informática para responderem às questões propostas.

Os autores Cervo e Bervian (2002, p.48) definem questionário como o meio de conseguir e obter respostas dos informantes e/ou colaboradores, referente às questões previamente elaboradas.

Com o intuito de fundamentar a compreensão do instrumento utilizado, tomou-se por base as ideias de Marconi & Lakatos (2001, p. 88), que consideram o questionário estruturado como meio vantajoso por algumas razões. Uma delas diz respeito à padronização das questões, que possibilita uma interpretação mais uniforme dos respondentes que, por sua vez, facilita a compilação e comparação das respostas escolhidas, além de assegurar o anonimato ao interrogado.

Ao disponibilizar os questionários em um ambiente online, implica-se uma economia de gastos e recursos, além de permitir alcançar um maior número de público respondente, tendo em vista que os estudantes que estiveram ausentes no dia da aula poderão responder em outro momento, acessando as questões até mesmo dos seus smartphones, em qualquer local ou horário e de forma gratuita.

O Google Forms [...] comporta interessantes possibilidades não oferecidas por outros aplicativos e pelo que se tem observado, não têm sido explorado [...] e seu uso [...] pode constituir como um meio de dar voz ao acadêmico online, de modo tal que suas opiniões sejam imediatamente organizadas em tabelas e gráficos estatísticos, facilitando enormemente o trabalho de sistematização e interpretação de dados. Conhecendo algumas possibilidades do Google Forms pode-se perceber facilmente as grandes vantagens do seu uso [...] os dados coletados podem fornecer a maior quantidade de informações que subsidiarão as ações de melhoria pedagógica, administrativa ou infraestrutural (MATHIAS & SAKAI, 2013, p.9).

Tomando como base as informações do Sistema Integrado de Gestão Escolar (SIGE) referentes ao número de estudantes matriculados na escola, ou seja, um total de 520, teve-se devolutiva, em tempo hábil, de 200 questionários respondidos, a fim de realizar a leitura e a interpretação dos dados.

Os questionários foram aplicados, exclusivamente, nas turmas de 3ª série do ensino médio, por entender que o público respondente completou o círculo formativo e teve acesso aos conhecimentos mínimos exigidos na componente curricular em análise. O lócus da pesquisa foi a Escola de Ensino Fundamental e Médio Doutor César Cals, localizada no bairro Farias Brito, na região central de Fortaleza, capital do estado do Ceará. A referida escola atende a um público diversificado, oriundo de várias regiões e bairros da cidade. Atualmente, conta com 1478 estudantes regularmente matriculados no ano letivo, distribuídos em 40 turmas, de forma equiparada, nos turnos matutino e vespertino. O campo desta amostra é composto por



13 turmas de 3ª séries – sete, em funcionamento no turno da manhã, com 280 alunos matriculados, e seis, em funcionamento no turno da tarde, com 240 alunos matriculados.

A escolha da unidade escolar para a realização da pesquisa deu-se por algumas razões motivadoras, com o intuito de constatar as iniciais evidências empíricas levantadas. Pode-se destacar o histórico de aprovações no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), conforme consulta no SIGE, comparando os dois últimos anos. No ENEM 2017, 1111 estudantes participaram do exame, sendo que 17 deles ingressaram na universidade pelo Sistema de Seleção Unificada (SISU) e 21, na universidade pública, via processo seletivo vestibular. Em 2018, 1149 estudantes participaram do exame, 21 deles ingressaram na universidade pelo SISU e 27, na universidade pública, via processo seletivo vestibular.

Vale ressaltar, que a escola onde a pesquisa foi realizada desenvolveu importantes atividades pedagógicas vinculadas ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). Esse programa tem como foco contribuir na formação de alunos que cursam licenciatura nas universidades brasileiras e que devem se tornar professores no futuro. Uma vez que a universidade mantém-se próxima à escola pública, inevitavelmente, isso terá um reflexo no ensino superior, posto que os cursos de licenciatura tenderão a ampliar sua oferta, haja vista que os graduandos, futuros professores, encontrariam possibilidades e motivação para o exercício profissional da prática docente.

Ensinar Sociologia, enquanto disciplina escolar, retira o estudante da submissão pedagógica, oportunizando momentos de fala, de debates, de criação de espaços de identidade jovem, contribuindo para desvendar a realidade do mundo contemporâneo, o que Handfas e Maçaira (2012) chamam de desnaturalização dos processos, e causando estranhamento, considerando que eles são princípios epistemológicos que caracterizam a pesquisa e o ensino das Ciências Sociais, indicados como necessários pelas Orientações Curriculares do Ensino Médio (OCEM).

## Principais resultados

Com a aplicação dos questionários, pode-se constatar alguns dados relevantes em relação à compreensão dos estudantes acerca das temáticas. A escolha por trabalhar com essa metodologia se pauta na questão de que

[...]trabalhar com temas é a conduta metodológica que mais atrai professores de Sociologia, dadas as possibilidades de desenvolver conteúdos clássicos e contemporâneos das Ciências Sociais, relacionando-os de modo muito próximo com a realidade dos alunos, com seu cotidiano. A escolha dos temas está associada a essa familiaridade que professores e estudantes apresentam em relação a certas questões emergentes ou que se impõe por si mesmas e que acabam estimulando a discussão, a busca de respostas e entendimento



[...] a abordagem temática pode se iniciar a partir de questões presentes no dia a dia, que não são estranhas, que guardam proximidade com a vida, os interesses ou preocupações dos estudantes; no entanto, a partir de informações e um processo de estranhamento que se vai operando durante os debates e a leitura de textos que tratam do tema, a aparente familiaridade e o já sabido vão dando lugar ao conhecimento sistematizado e crítico (BRASIL, 2010, p.51).

Quando questionados sobre a definição do capitalismo, 72,4% dos alunos escolheram a opção que melhor definiria esse conceito, demonstrando a boa percepção dessa temática, seja pelo seu conhecimento acumulado através dos meios de comunicação, dos livros, pela explanação dos professores da área ou pelo fato de ser uma temática que perpassa o âmbito da Sociologia. A relevância do tema é destacada por Bastos (2005), quando argumenta que a atual legislação do ensino médio ainda se propõe a trabalhar esse assunto na formação geral do educando, haja vista que a aquisição de uma sólida formação básica é considerada como fundamental para a produção, vinculando, de certa forma, a educação básica ao mundo do trabalho.

No que se refere à questão da violência simbólica, destacou-se o fato de 100% dos estudantes escolherem a opção correta, ainda que o assunto não seja o mais pautado nas aulas da componente, seja pela limitação do tempo pedagógico ou pela urgência de trabalhar outros conteúdos, uma vez que esse conceito poderia trazer certo equívoco de compreensão, pois “a subjetividade que caracteriza as dimensões da moral ou do simbólico não elimina o caráter de constrangimento dos atos agressivos ao indivíduo, na ausência de danos físicos” (BRASIL, 2010, p. 106).

Essa questão foi uma das que mais impressionou pelo fato de que os estudantes conseguiram, inicialmente, identificar para além do que eles entendem por violência física ou aberta; no caso, a violência simbólica, algo que, nas relações sociais, interfere diretamente em uma série de ações e comportamentos, não sendo necessariamente neutra.

Tal construção de pensamento faz compreender o surgimento de uma reprodução e legitimação que acontece nos espaços sociais que possuem alicerces estruturantes nos diferentes campos da sociedade. E, não sendo diferente no que se refere ao campo escolar, onde geralmente o aluno é tratado de forma homogênea, apesar de oriundos de diferentes contextos sociais, a ideia de violência simbólica se faz presente, ainda que não a percebam com essa nomenclatura.

Sobre a questão de gênero, faz-se necessário destacar que as respostas corretas dadas pelos meninos foram em maior número quando comparadas às das meninas, somando um total de 66,6% de acertos. Esses dados vão na contramão do que se espera acerca do conhecimento dessa temática em relação à maioria dos alunos: a de que as meninas compreendem melhor o assunto de gênero. Em uma análise distante do sexismo, entretanto, podemos considerar que meninos e meninas sofrem igualmente com a maneira como o masculino e o feminino são





ensinados na escola, e que, nesses casos, ela se torna um ambiente de encontro entre eles e os transforma em pluralidade.

O aprendizado sobre as questões de gênero é um processo muito complexo e a educação escolar é fundamental para que os atores sociais que integram a escola entendam, debatam e desconstruam estereótipos sobre a perspectiva de que as desigualdades de gênero são naturais. Para Cisne (2015, p.85-86), o propósito de inserir essa temática na sala de aula

advém da necessidade de desnaturalizar e historicizar as desigualdades entre homens e mulheres, analisadas, pois, como construções sociais, determinadas pelas relações e nas relações sociais [...] O conceito de gênero veio também no sentido de analisar de maneira relacional a subordinação da mulher ao homem, ou seja, os estudos sobre as mulheres não deveriam apenas limitar-se à categoria mulher, mas esta deve sempre ser analisada de forma relacional ao homem.

O assunto das cotas teve um resultado de 55,1% dos acertos, mas 32,1% de respostas apontam a política como “mecanismos que acabam privilegiando um grupo em detrimento de outro, onde negros e indígenas têm facilidades para entrar nas universidades”. Entendida como política afirmativa, tem-se, no Brasil, o projeto de lei nº 73/99 que estabelece reservas de vagas nas universidades públicas para alunos que tenham cursado o ensino médio em escolas públicas e que leva em conta, também, a percentagem de negros e indígenas nos respectivos estados da federação.

É importante destacar, que esse tipo de política afirmativa faz parte do debate brasileiro. Os grupos contrários procuram defender, acima de tudo, o princípio da igualdade formal em que “todos são iguais perante a lei” e que não se combate o preconceito e desigualdade com política de cotas. Os grupos a favor procuram mostrar as fraturas da República brasileira com dados demográficos e sociológicos, que enfatizam as desigualdades e o preconceito entre brancos e negros e a necessidade de se aplicarem políticas afirmativas, como essa, para corrigir erros históricos.

Trabalhar com as temáticas recorrentes à componente curricular de Sociologia não tem a pretensão de fazer uma defesa a essa abordagem, mas destaca como os recortes exercem influência para o entendimento do assunto por parte do aluno, fazendo com que tenham capacidade de relacionar as ideias e construir um conhecimento significativo.

Os temas abordados na pesquisa devem ser vistos como norteadores da problematização sociológica, pois incentivam a reflexão coletiva em torno de um fenômeno que envolve os próprios estudantes. Essa ideia de reconhecimento contribui para o entendimento dos fenômenos sociais de forma reflexiva, podendo descobrir objetos nunca percebidos, que não eram visualizados, até então, do ponto de vista geral, e aí está o ponto chave do papel principal do ensino e da aplicabilidade das



temáticas sociológicas no currículo escolar e na vida social dos educandos, tais como promover reflexões de ações cotidianas a fim de serem atores na formação social e construir um ensino de qualidade, ainda que seja instável a presença da disciplina na grade curricular, considerando ao longo da história educacional as idas e vindas dela.

Dessa forma, a presente pesquisa assume uma relevância, sobretudo para os professores, pois contribui para diagnosticar o nível de compreensão dos estudantes quanto aos assuntos abordados, bem como criar estratégias de melhorar o entendimento dos discentes a partir dos dados coletados.

## Primeiras Considerações

É importante evidenciar que o atual cenário do ensino médio está marcado por novas nuances, contextos, redesenhos, incertezas e questões de cunho pedagógico, político e estrutural. Para Silva e Gonçalves (2017) essa nova política educacional é submissa à economia mundial, agindo com severos cortes e alterando leis importantes, como foi a LDB nº 9394/96. Mesmo reconhecendo os percalços enfrentados, a realidade do ensino médio brasileiro não pode ser compreendida a partir desses problemas e possíveis vias que conduzem a um caminho de retrocesso.

Constata-se, neste estudo, que a proposta curricular da escola é marcada por visões interdisciplinares do conhecimento; promoção da pesquisa científica; desenvolvimento de competências socioemocionais; debate de temáticas transversais como ética, direitos humanos, respeito ao meio ambiente, cidadania, multiculturalismo, estética, saúde, sexualidade, entre tantas outras presentes, fortemente, no componente curricular Sociologia. A escola é um espaço fértil para recuperar ou disseminar as discussões que foram perdidas, negligenciadas ou afastadas em algum momento da educação básica.

Ao analisar-se o histórico da presença da Sociologia, enquanto disciplina presente no currículo da educação básica, pode-se caracterizar os diferentes períodos da história pelos movimentos de interrupções, alternâncias e intervalos, pelos quais a disciplina ficou ausente da oferta nos currículos das escolas públicas e privadas do país.

Toda essa intermitência, vivida pela Sociologia, gerou um problema no que diz respeito a sua institucionalização, não somente do ponto de vista da legalidade, ou seja, obrigatoriedade da disciplina no currículo escolar. Considera-se, também, o que Carvalho Filho (2014) chama de reconhecimento social por parte dos agentes da educação, no caso, os gestores, técnicos, professores e estudantes.

Esse não reconhecimento enfraquece a disciplina, provoca uma falta de con-



senso sobre conteúdos mínimos a serem ensinados, um distanciamento da realidade da escola e, conseqüentemente, o desenvolvimento de poucas estratégias didáticas frente as componentes curriculares já consolidadas e com carga horária ampliada.

Viu-se que, ao se trabalhar com temáticas na sala de aula, essa proposta metodológica ganha simpatia de professores de Sociologia, dadas as possibilidades de desenvolver o que eles aprenderam na universidade, em poder conciliar os saberes acadêmicos, teorias, conteúdos clássicos e contemporâneos, vinculando-os aos conhecimentos prévios, do cotidiano e de modo muito próximo com a realidade dos estudantes.

Quando opta-se por trabalhar com temas, percebe-se que nas múltiplas diversidades existentes na sala de aula, os estudantes podem contribuir para o ensino e aprendizagem tanto quanto o professor. Estabelecendo essa relação dialógica, os estudantes passam a se sentir mais motivados, interessados e envolvidos nas atividades da escola. Isso é possível por meio do planejamento e da abordagem interdisciplinar.

A componente curricular Sociologia é uma das poucas que oportuniza trabalhar temas do cotidiano, os quais, muitas vezes, são omissos ou negligenciados em outras disciplinas, cujo intuito maior é abranger aspectos da vida social. Sendo assim, pode-se abordar questões como ética; pluralidade cultural; meio ambiente; orientação sexual; diversidade e inclusão, estimulando a participação discente e incentivando a reflexão deles sobre a realidade em que vivem, relacionando o conteúdo das disciplinas ao seu dia a dia, de maneira que esse exercício constante consiga educar o olhar desses atores na prática de leitura da realidade social numa dimensão teórica e científica.

Para que a abordagem com temáticas nas aulas de Sociologia seja eficiente, sugere-se que os professores se familiarizarem com a comunidade escolar, observem as dificuldades locais sentidas pelos estudantes, relacionando-as à disciplina para pensar, inclusive, um projeto de intervenção. Podem ser utilizados fatos, acontecimentos ou situações que atinjam, de forma direta ou indireta, a vida dos alunos.

Contudo, percebe-se que o ensino de Sociologia por meio de temáticas, consagra a fala e a participação dos estudantes, de forma a superar práticas limitadoras e promover melhor alcance de um ensino mais democrático. As combinações são infinitas, cabe ao professor encontrar aquelas que melhor se adéquam à sua necessidade. Também existe a possibilidade de dialogar com os estudantes e propor, em conjunto, uma nova forma de aula.

Garantir a permanência da Sociologia no ensino médio não é apenas uma questão que diz respeito às instituições ou instâncias responsáveis pela gestão educacional do Brasil, que decidem de forma arbitrária o que deve ou não deve ser en-



sinado. Garantir a presença da Sociologia no currículo escolar da educação básica é um compromisso político com a sociedade brasileira, respeitar as contribuições históricas dos pesquisadores e valorizar o que já foi realizado pelos profissionais que na escola atuam, de maneira a garantir a responsabilidade social, compromisso com a geração de oportunidades educacionais e de melhores condições para a vida humana.

[...] a Sociologia no Ensino Médio pode contribuir na construção e mobilização de ações e olhares questionadores e emancipadores. Acreditamos que o olhar sociológico que traz essa essencialidade (incômoda) [...] ao proporcionar alternativas [...] construtiva de novas sensibilidades, e capaz de produzir respostas para os desafios de um modelo tradicional de escola. A Sociologia no Ensino Médio amplia a perspectiva do aluno e contribui para a compreensão do novo cenário que se apresenta ao jovem [...] Enquanto disciplina escolar estimula uma atitude reflexiva no jovem, levando-o a perceber que suas escolhas diárias não são necessariamente tomadas de forma livre e racional. Na realidade, elas se inserem e são produzidas num universo condicionante marcado por estruturas de poder (HANDFAS e MAÇAIRA, 2012, p. 200).

Tendo em vista os mais diferentes tipos de contribuição que a Sociologia, enquanto disciplina escolar, pode proporcionar para a formação humana e integral do sujeito, seja no movimento de deslocamento de visões de mundo, dos questionamentos e provocações ou pelo esforço intelectual de construir novas possibilidades de interpretação da realidade, entende-se que o conhecimento sociológico, historicamente produzido, deve ser traduzido didaticamente e tornado acessível como um novo saber escolar para os jovens.

## Referências

BASTOS, Juliana Curzi. **Trajetória de egressos do ensino médio público do município de Juiz de Fora**: a questão da escolha profissional. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2005.

BARDIN, Laurence. **Análise do conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1995.

BRASIL. **Sociologia**: ensino médio / Coordenação Amaury César Moraes. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. 304 p.: il. (Coleção Explorando o Ensino; v. 15). Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=7843-2011-sociologia-capa-pdf&category\\_slug=abril-2011-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7843-2011-sociologia-capa-pdf&category_slug=abril-2011-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 22 de jan. de 2019.

CARVALHO, Cesar Augusto De (Org.). **A Sociologia no Ensino Médio**: uma experiência. Londrina: EDUEL, 2010, 220 p.

CARVALHO FILHO, Juarez Lopes de. O ensino de sociologia como problema epistemológico e sociológico. **Educação & Realidade**, v. 39, n. 1, p. 59-80. Porto Alegre, Jan.-Mar. 2014. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/37592/28419>>. Acesso em: 09 abr. 2019.

CERVO, A. L. BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e Serviço Social**. 2ª ed. São Paulo: Outras expressões, 2015.



- FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1969.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org.) **Escola "sem" partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.
- HANDFAS, A.; OLIVEIRA, L. F. de.; RIBEIRO, A. M. M. et alii (Orgs.). **A sociologia vai à escola: história, ensino e docência**. Rio de Janeiro: Quartet; Faperj, 2009.
- HANDFAS, Anita; POLESSA, Maçaira Julia (Org.). **Dilemas e perspectivas da Sociologia na Educação Básica**. Rio de Janeiro: E-papers, 2012.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos da metodologia científica**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- KRAWCZYK, Nora. **Sociologia do Ensino Médio - Crítica ao economicismo na política educacional**. São Paulo: Cortez, 2014.
- MATHIAS, Sergio Larruscaim; SAKAI, Celio. **Utilização da Ferramenta Google Forms no Processo de Avaliação Institucional: Estudo de Caso nas Faculdades Magsul**. 2013. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/92880-Utilizacao-da-ferramenta-google-forms-no-processo-de-avaliacao-institucional-estudo-de-caso-nas-faculdades-magsul.html>>. Acesso em: 22 fev. 2018.
- MILLS, C. W. **A imaginação sociológica**. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **A Globalização e as Ciências Sociais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- SANTOS, Mário Bispo. **A sociologia no ensino médio: o que pensam os professores da rede pública do Distrito Federal**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-graduação do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. Brasília, 2002.
- SILVA, Ileizi Luciana Fiorelli. (Org.) ; GONÇALVES, DanyelleNilin. (Org.). **A Sociologia na educação básica**. 1. ed. São Paulo: AnnaBlume, 2017. v. 1. 402p.
- STAKE, R. E. **A arte da investigação com estudos de caso**. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2012. 181 p. ISBN 9789723111873.
- YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010. 248 p. ISBN 9788577806553.





# CAPÍTULO 9

## **EDUCAÇÃO MATEMÁTICA PARA A CIDADANIA**

MATHEMATIC EDUCATION FOR CITIZENSHIP

**Raimundo José Barbosa Brandão**

## Resumo

**E**ste estudo teve por objetivo analisar as percepções que estudantes da Educação de Jovens e Adultos/EJA tem da relação da matemática com o exercício da cidadania. Foi uma investigação de cunho qualitativo descritivo realizado numa escola pública no município de Bacabal, estado do Maranhão. O levantamento de dados foi realizado através da aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas. A análise dos dados indica os saberes que os alunos constroem com a vivência no meio ao qual eles vivem. Observou-se que a relação entre os saberes do cotidiano e os conhecimentos escolares ainda são distantes, necessitando assim de uma maior valorização por parte do professor às representações do aluno

**Palavras chave:** Educação. Educação Matemática. Conhecimento e cidadania.

## Abstract

**T**he purpose of this study was to analyze the conceptions of students of Youth and Adult Education (EJA) about the importance of mathematics for the exercise of citizenship. It was a descriptive qualitative investigation carried out in a public school in the municipality of Bacabal, state of Maranhão. The data collection was performed through the application of a questionnaire and semi-structured interviews. The analysis of the processed data indicates the sabers that the students construct with the experience in the environment to which they live. It was observed that the relation between everyday knowledge and school knowledge is still distant, thus requiring a greater appreciation by the teacher for the student's representations

**Keywords:** Education. Mathematical Education. Citizenship. Knowledge



## INTRODUÇÃO

O presente trabalho teve como objetivo analisar as percepções que estudantes da Educação de Jovens e Adultos/EJA tem da relação da matemática com o exercício da cidadania. Observa-se que na atualidade o ensino da matemática tem se apresentado aos alunos de maneira dissociada de seus contextos de vida. Esta forma de trabalhar os objetos matemáticos, dificultam a sua apreensão.

Frequentemente, constata-se que mesmo estudantes que demonstram certa habilidade nos cálculos matemáticos, quando expostos a situações que envolvem problemas cotidianos, em que se faz necessário o conhecimento matemático escolar, não conseguem verificar sua aplicabilidade ou demonstram dificuldade em interpretar o resultado obtido. Talvez isso aconteça por causa de ausência, nas escolas, de práticas que os ajudem a se apropriarem dos sentidos e significados matemáticos (HALMENSCHLAGER, 2001, p.45).

A matemática faz parte do cotidiano de todo indivíduo, desde as mais simples atividades do cotidiano como correr, preparar uma refeição equilibrada, vender, fazer compras no supermercado, até no exercício das mais variadas profissões como na docência, enfermagem, medicina, no direito, engenharia, economia, geografia, administração, contabilidade, e tantas outras. Este estudo foi motivado pela seguinte questão de pesquisa. De que forma a educação matemática pode contribuir para a cidadania?

A investigação teve uma abordagem qualitativa, utilizando-se como instrumento de coleta de dados questionário e entrevistas junto a 20 alunos da escola.

Os resultados mostram que a maioria dos alunos ainda não tem uma percepção clara da importância da educação Matemática na formação do cidadão, nem compreendem certos conceitos essenciais para resolver problemas no cotidiano.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta investigação teve uma abordagem qualitativa, uma vez que os dados coletados são descritivos e o pesquisador se constitui centro do processo de investigação.

Com relação a essa abordagem, Triviños (1987) afirma que ela se destaca por ser a investigação do tipo fenomenológico e da natureza histórico-estrutural, dialética.

O autor apresenta cinco características: 1º) A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento-chave; 2º) A pesquisa qualitativa é descritiva; 3º) Os pesquisadores qualitativos estão





preocupados com o processo e não simplesmente com os resultados e o produto; 4º) Os pesquisadores qualitativos tendem a analisar seus dados indutivamente; 5º) O significado é a preocupação essencial na abordagem qualitativa [...] (TRIVIÑOS, 1987, p. 128-130)

É um estudo descritivo, pois, o pesquisador faz as observações das variáveis em estudo vinculadas aos fenômenos estudados sem a interferência do pesquisador. A pesquisa também tem um caráter explicativo, pois os fatos registrados são analisados e interpretados procurando identificar as causas dos mesmos.

O estudo foi realizado com 20 (correspondendo a 66.67% ) dos 30 alunos matriculados na Educação de Jovens e Adultos/EJA de uma escola pública do município de São Luís, estado do Maranhão.

Participaram da investigação 20 alunos de um total de 30, correspondendo a 66.67% dos alunos matriculados no EJA no início do ano de 2018. Utilizou-se como instrumento de coleta de dados, entrevistas e questionários fechados.

## **EDUCAÇÃO E CIDADANIA**

De acordo com a LDB (9.394/96 art. 2º) contempla a educação cidadania, assim observa-se: A educação, dever da família e do estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

De forma evidente nota-se as marcas da cidadania que a LDB, conclama para formação dos indivíduos. Assim sendo, as diretrizes da LDB são condizentes com o pensar de Paulo Freire, quando o mesmo ratifica que o objetivo da educação a priori é de: “conscientizar, humanizar e libertar”. Então, educar para cidadania significa dizer, que sejamos capazes de: “intervir no mundo, de comparar, de ajuizar, de decidir, de romper, de escolher, capazes de grandes ações, de dignificantes testemunhos, mas capazes também de impensáveis exemplos de baixa e de indignidade (FREIRE, 2002, p. 57).

Nessa perspectiva de intervir no mundo, nos leva a um envolvimento cada vez mais comprometedor, a ponto de despertar uma tomada de decisão participativa, que ora cabe a todos os membros da sociedade. Sendo assim, como apoio moral, requer políticas públicas, bem como, práticas pedagógicas inovadoras, inseridas nas instituições educacionais. Esse assumir em conjunto, que não fosse somente os educadores, trará muito mais resultados, pelo fato de todos estarem imbuídos do mesmo sentimento de melhoria. Assim sendo, seria possível sim, advir uma verdadeira mudança cidadã, na medida que se inova a formação de educar, surgindo então, um outro perfil de cidadão, que logo resultará em bons resultados para



sociedade.

Falar em educação, correlaciona-se também com conscientizar, que se remete a cidadania, de modo que a seguir, surge a necessidade de um compromisso político segundo afirma Gadotti: “se educar é conscientizar, a educação é ato essencialmente político. Portanto ninguém educa ninguém sem uma proposta política, seja qual for” (GADOTTI, 1998, p.78). Pôr a questão política em debate nos leva as seguintes indagações: para que serve o que aprendemos? Para quem e contra quem? E na realidade para que serve o que aprendemos na escola? São permanentes indagações que nos angustiam, por procurar buscar um verdadeiro sentido de ser e existir do cidadão, enquanto executor dessa cidadania na vida, que não poderia ser outra coisa senão o desempenhar um papel autônomo, crítico e partícipe de sua realidade.

Mediante isso, a cidadania tem como instrumento de base, a educação, na qual por meio de suas práticas pedagógicas, nos direcionam a um paradigma a ser seguido, nos transmitindo assim, o que é ser e como deve ser cidadão para a sociedade. Lembrando que esse paradigma da educação, pode ser desmistificado e desconstruído por meio de uma consciência cidadã emancipatória.

Desse modo, podemos dizer que seus critérios utilizados na condução do ensino-aprendizagem são direcionados especificamente a partir do ponto de vista econômico, político e social. Daí então, se faz uso da escola como a grande aliada mediadora responsável pela propagação e o continuísmo da concepção paradigmática de ser cidadão. No entanto, atendendo a esses interesses o processo formativo da educação, trará como resultado a emancipação ou alienação dos aprendizes. Conforme Santos:

A educação, no entanto, não constitui a cidadania. Ela dissemina os instrumentos básicos para o exercício da cidadania. Para que o cidadão possa atuar no sindicato, no partido político etc., é necessário que ele tenha acesso à formação educacional, ao mundo das letras e domínio do saber sistematizado. Em consequência disso a formação do cidadão passa necessariamente pela educação escolar (SANTOS, 2001, p. 65).

Nota-se que esse cidadão simples e humilde que usufruem pouco das políticas públicas, estiveram e continuam presentes na história de sua constituição como cidadão diferente daquilo que a história oficial nos mostrou, e ao mesmo tempo, esse cidadão comum encontra-se mais ausente da cena política do que gostaríamos que estivesse. Todavia, isso se deve a pouca o quase nada de instrução que lhes foi negada por parte do Estado.

Nesse sentido, a cidadania tem dupla identidade: uma que se põem na esfera pública social e outra no campo individual. Olhando a concepção de modernidade, a cidadania é dada a um indivíduo, o cidadão, o qual vive em sociedade, porém por assim dizer, é o título mais condizente “cidadão” que identifica e postula o mesmo, a que classe ele pertence e que poder político e econômico pode exercer e desfru-



tar na sociedade. Daí ser bastante assertiva a constatação de que a educação serve para formar cidadãos para viver numa sociedade de classe. Por isso há que se discutir mais sobre a finalidade da educação, pois há sim, uma controvérsia entre privilegiar um e outro indivíduo na sociedade.

E, nisso, podemos afirmar que não há neutralidade, porque a prática educativa traz sempre consigo uma filosofia política que fica claro nos enfoques pedagógicos assumidos nas práticas educativas. De acordo com Paulo Freire “não basta dizer que a educação é um ato político assim como não basta dizer que o ato político é também educativo (FREIRE, 2007, p.48).

Já na visão de Montesquieu, num regime político, a educação não ocupa somente um lugar de neutralidade, pois contribui para o funcionamento de tal regime. De modo que todo regime político tem uma relação entre dominantes e dominados e é somente a educação que determina e justifica o princípio dessa dominação. A virtude política e não a moral é o princípio da república. Isso nos remete à advertência de que de acordo com Montesquieu “é no governo republicano que precisamos de todo o poder da educação” (MONTESQUIEU, 2009, p.48), pois a virtude republicana consiste numa renúncia a si mesmo, o que é sempre penoso. A virtude é, na verdade, o amor pelas leis e pela pátria, porém esse amor tem uma preferência contínua pelo interesse público em detrimento do interesse de cada cidadão.

As leis da educação são as primeiras que recebemos. E como elas nos preparam para sermos cidadãos, cada família particular deve ser governada em conformidade com o plano da grande família que compreende todas as demais. Se o povo em geral tem um princípio, as partes que compõem, isto é, as famílias também terão. “As leis da educação serão, portanto, diferentes em cada tipo de governo. Nas monarquias terão a honra; na república, a virtude; no despotismo, o medo” (MONTESQUIEU, 2004, p. 44).

## **EDUCAÇÃO MATEMÁTICA E CIDADANIA**

A educação é fator de desenvolvimento social e econômico, e desta forma contribui de forma decisiva para o cidadão refletir e tomar decisões ao longo de sua vida. Na sociedade atual, a matemática é cada vez mais importante na descrição de dados, na modelagem e na resolução de problemas relacionados aos problemas da natureza.

Apesar de permear praticamente todas as áreas do conhecimento, nem sempre é fácil (e, por vezes, parece impossível) mostrar ao estudante aplicações interessantes e realistas dos temas a serem tratados ou motivá-los com problemas contextualizados no ensino de matemática.

O ensino de matemática, assim como o ensino de qualquer outro assunto nas



escolas, é uma atividade “política”. Este ensino ajuda, de um lado, a criar atitudes e modelos intelectuais que, por sua vez, ajudarão os estudantes a crescer, desenvolver-se, ser crítico, mais perspectivo e mais envolvido e, assim, tornar-se mais confiante e mais capaz de ir além das estruturas existentes, de outro lado, pode-se produzir estudantes passivos, rígidos, tímidos e alienados. Parece não existir nenhum ponto neutro entre essas duas formas de ensinar” (FASHEH,1980, p.17).

Já nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de matemática encontramos a seguinte definição: (...) compreender a cidadania como participação social e política, assim como o exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia a dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito (BRASIL, 1992, p.11).

Não se pode ignorar o papel de filtro social que foi sendo criado com o ensino da matemática. Nas sociedades capitalistas, a escola justifica e produz desigualdades. Para este objectivo intervêm diversos elementos, incluindo percursos escolares, comportamentos racistas, consolidação de elites, sanções disciplinares, irrelevância das matérias curriculares para a vida das pessoas, deficiência e falta de eficácia das Escolas. [...] a escola reproduz relações autoritárias, classistas, racistas e patriarcais. Isto [...] é constituído pelo autoritarismo dos pais e o autoritarismo da produção, distribuição e consumo do conhecimento. O conhecimento em si, e por si, não é democrático” (TORRES, 2001, p.171-172).

Apesar da visão de Torres (2001) das desigualdades que a escola produz na sociedade, não se pode negar que a escola e a construção do conhecimento, ainda se constituem as formas mais justas de ascensão numa sociedade tão desigual.

É essencial reconhecer a dimensão social e política no ensino da matemática. Como nos alerta Fiorentini: “(...) por trás de cada modo de ensinar, esconde-se uma particular concepção de aprendizagem, de ensino, de Matemática e de Educação. O modo de ensinar sofre influência também dos valores e das finalidades que o professor atribui ao ensino da matemática, da forma como concebe a relação professor-aluno e, além disso, da visão que tem de mundo, de sociedade e de homem” (FIORENTINI, 1995, p.4).

O ensino de Matemática, assim como todo ensino, contribui (ou não) para as transformações sociais não apenas através da socialização (em si mesma) do conteúdo matemático, mas também através de uma dimensão política que é intrínseca a essa socialização. Trata-se da dimensão política contida na própria relação entre o conteúdo matemático e a forma de sua transmissão-assimilação (DUARTE,1987, p.78).

A mediação do ensino de matemática de forma tradicional, sem nenhum sentido à vida dos alunos só servirá para ofuscar a realidade social onde estes postulantes a cidadania vivem e se constitui em obstáculos de ascensão e sem reconhecimento na sociedade.



Corroborando com esta visão Halmenschlager (2001) afirma que:

Esse tipo de ensino gera a concepção de que o fracasso escolar é problema individual do aluno e acaba culpando-o por um processo social que abrange muitas e diferentes dimensões. Dessa forma, a matemática executa de forma eficaz seu papel de filtro social, impedindo que um grande contingente de alunos tenha acesso ao conhecimento matemático (HALMENSCHLAGER, 2001, p.14).

Na atualidade vários enfoques estão sendo dados ao ensino da matemática, na perspectiva de sua utilização como ferramenta para resolução de problemas do cotidiano, bem como apontar as contribuições que a educação matemática para um mundo mais consciente na compreensão na economia e na política.

Entre esses enfoques, situa-se a Etnomatemática, que se apresenta como uma perspectiva para o currículo porque é uma abordagem fundada nas conexões entre a cultura dos alunos e das alunas e o conhecimento escolar. Com isto, a Etnomatemática permite o reconhecimento de diferentes formas de fazer matemática, utilizadas pelos grupos sociais em suas práticas diárias, na tentativa de resolver e manejar realidades específicas, as quais nem sempre seriam identificadas sob a ótica da matemática acadêmica (HALMENSCHLAGER, 2001, p.15).

Sob essa perspectiva, a matemática e a educação matemática são vistas como atividades humanas determinadas sócio culturalmente pelo contexto em que são realizadas [...] o conhecimento matemático deixa de ser visto, como um conhecimento acabado e isolado do mundo [...] passa a ser visto como saber prático e dinâmico, produzido histórico-culturalmente nas diferentes práticas sociais, podendo aparecer sistematizado ou não (FIORENTINI, 1994, p. 60).

A educação matemática nas últimas décadas, passou por grandes e profundas mudanças nos aspectos metodológicos com o propósito de elevar o seu nível de compreensão dos conceitos dos objetos de estudos em todos os níveis e modalidades de ensino no meio escolar e acadêmico.

As atividades contextualizadas na mediação da construção do conhecimento matemático levam os alunos a terem uma postura ativa, crítica e autônoma para compreenderem e elaborarem conceitos matemáticos. Resolver problemas em sala de aula, envolvendo fenômenos naturais do cotidiano dos indivíduos, possibilitará que o professor reflita juntamente com os alunos na perspectiva de analisarem as possibilidades da solução e, se as respostas contribuem para o desenvolvimento das habilidades e competências para a formação do cidadão.

Na atualidade, é grande o desafio de uma educação matemática voltada para o exercício da cidadania, pois as inovações científicas e tecnológicas precisam ser inseridas no processo de ensino e aprendizagem, para uma educação de mais qualidade. No entanto, a carência de recursos financeiros para estruturar as instituições de ensino da EJA e, melhor preparo dos docentes com múltiplos saberes, se torna



um obstáculo a mais, pois esta modalidade de ensino não tem atraído o interesse daqueles que passaram algum tempo da escola e parece não ser prioridade da política educacional brasileira.

É necessário muita conscientização e sensibilidades por parte de todos que fazem a EJA para de fato se oferecer uma educação de qualidade aos mais necessitados socioeconomicamente e, assim, contribuir com a cidadania.

## RESULTADOS

Encerrada a fase de coleta e processamento dos dados, a análise e interpretação e sua conexão com a questão de pesquisa, que buscou responder ao questionamento sobre o papel do ensino de matemática na formação para a cidadania, constatou-se que a percepção do aluno da EJA, sobre os conceitos de aritmética, porcentagem e função, não lhe permite uma boa compreensão acerca do significado destes objetos matemáticos, e nem de sua importância para uma vida cidadã.

Os questionários aplicados aos alunos, foram constituídos por 9 itens divididos em 3 segmentos. O primeiro segmento, relacionado ao interesse dos alunos pela disciplina matemática, o segundo relacionado a metodologia e terceiro composto por atividades relacionados a conteúdos básico da matemática.

No primeiro bloco do questionário, pretendeu-se compreender a relação dos alunos com a matemática e o seu interesse em estudá-la. As respostas, verifica-se na tabela 1, a seguir.

Tabela 1 - Relação dos alunos com a matemática

Questões	Respostas				Total (%)
	Sim	%	Não	%	
Você gosta de matemática?	4	20	16	80	100
Você usa a matemática no dia a dia?	12	60	8	40	100
Você sabe matemática?	2	10	18	90	100

Fonte: pesquisa

Poucos alunos (ver tabela 1) gostam ou dizem saber os conteúdos de matemática, e um número maior tem consciências do seu relacionamento com a matemática no seu dia a dia.

A aluna A<sub>17</sub>, uma das que afirmou gostar de matemática, ao ser entrevistada, foi questionada do porquê de gostar de matemática e como a utiliza em seu cotidiano.

Eu gosto de matemática por que sou vendedora e preciso saber as quatro operações para fazer minhas contas. Também preciso calcular porcentagem e para



isso, uso a máquina de calcular (ALUNA A<sub>17</sub>).

Nas entrevistas realizadas, teve-se como propósito analisar com mais rigor as respostas dadas nos questionários e verificou-se que os alunos não compreendem o significado dos conceitos dos objetos matemáticos que fazem parte do seu cotidiano. Quando questionada se compreendia o que significa porcentagem, a professora respondeu:

Não compreendo, só sei que o número que eu encontro, quer dizer a quantidade que terei, depois da venda do produto (ALUNA A<sub>17</sub>).

É importante salientar que partir dos conhecimentos que as crianças possuem não significa restringir-se a eles, pois é papel da escola ampliar esse universo de conhecimentos e dar condições a elas de estabelecerem vínculos entre o que conhecem e os novos conteúdos que vão construir, possibilitando uma aprendizagem significativa. (...) destacar que a matemática deverá ser vista pelo aluno como um conhecimento que pode favorecer o desenvolvimento de seu raciocínio, de sua sensibilidade expressiva, de sua sensibilidade estética e de sua imaginação (BRASIL, 2002, p.251).

As dificuldades encontradas na aprendizagem da matemática, tem sido foco de muitas discussões no meio acadêmico e nos diversos níveis de gestão. Parece que buscar novas metodologias ativas é uma das possíveis soluções. Na tabela 2, a seguir, encontra-se a percepção dos alunos acerca dos procedimentos metodológicos dos professores da EJA.

Tabela 2 - opinião dos estudantes acerca da metodologia dos professores

Questões	Respostas				Total (%)
	Sim	%	Não	%	
O professor usa algum tipo de tecnologia em suas aulas?	0	0	20	100	100
Em suas aulas o professor de Matemática resolve problemas envolvendo situações do cotidiano?	0	0	20	100	100
O professor trabalha em sala de aula resolução de problemas em equipe?	4	20	16	80	100

Fonte: pesquisa

Na procura por novas propostas para ensinar a Matemática, emergem modelos nos processos metodológicos utilizados pelos professores.

O educador às vezes se confunde entre formas antigas e novas de ensiná-la. Hoje parece ser consenso geral a necessidade de ensinar de forma contextualizada. Mas para muitos contextualizar é encontrar aplicações práticas para este Componente Curricular a qualquer preço. Desta concepção resulta que um conteúdo que não se consegue contextualizar, não serve para ser ensinado (LOVO, SOUZA e

NETO, 2016, p 98).

Sabe-se que a típica aula de matemática a nível de primeiro, segundo ou terceiro graus ainda é uma aula expositiva, em que o professor passa para o quadro negro aquilo que ele julgar importante. O aluno, por sua vez, copia da lousa para o seu caderno e em seguida procura fazer exercícios de aplicação, que nada mais são do que uma repetição na aplicação de um modelo de solução apresentado pelo professor. Essa prática revela a concepção de que é possível aprender matemática através de um processo de transmissão de conhecimento. Mais ainda, de que a resolução de problemas se reduz a procedimentos determinados pelo professor (D'AMBRÓSIO, 1989, p.15).

A análise dos dados levantados junto aos alunos, corroborado com opinião dos professores permitiu perceber que os conteúdos trabalhados pelos professores em sala de aula não contemplam metodologias específicas nem o uso de tecnologias.

Os professores desconhecem a Engenharia Didática como metodologia de ensino de matemática, e Resolução de Problemas e Modelagem Matemática não são de domínio dos mesmos e por isso muitas vezes confundidas com resolução de exercícios e simples utilização de fórmulas matemáticas na resolução de atividades respectivamente.

Ainda é recorrente entre professores da EJA o uso de um único método para se trabalhar todo e qualquer objeto matemático. Isso tem demonstrado ser ineficaz, necessitando, portanto, de metodologias diferenciadas e com a utilização sempre que possível de tecnologias educacionais. Outras ações se fazem necessário ainda para a permanência do aluno da EJA em sala de aula, pois a falta de motivação e perspectiva de ascensão social são fatores importantes para a evasão.

Uma das principais características do aluno EJA é sua baixa auto-estima, reforçada pelas situações de fracasso escolar, ou seja, a sua eventual passagem pela escola muitas vezes marcada pela exclusão e/ou pelo insucesso escolar. Já que seu desempenho pedagógico anterior foi comprometido, esse aluno volta à sala de aula revelando uma auto-imagem fragilizada, expressando sentimento de insegurança e de desvalorização pessoal frente aos novos desafios que se impõem (BRASIL, 2006, p. 19). É fundamental inserir o aluno da EJA em projetos de letramento matemático voltado para a compreensão dos conceitos e construção de conhecimento que elevem a auto-estima.

No terceiro bloco dos questionários, aplicou-se três atividades com o propósito de analisar as concepções dos alunos acerca de aritmética (envolvendo as quatro operações), porcentagem e função.





**Problema 1:** Ana Paula tinha R\$ 400,00. Ela separou  $\frac{1}{5}$  para pagar uma conta de luz. Do restante, gastou  $\frac{1}{4}$  no supermercado. Depois foi a uma loja de roupas e gastou R\$ 180,00. Com quanto Ana Paula ficou?

**Objetivo:** Analisar a capacidade do aluno em mobilizar conhecimentos as operações básicas envolvendo fração.

A análise desta atividade mostrou que a maioria dos alunos, no caso, 15 não conseguiram resolver a questão, resolvendo errado ou deixando em branco, enquanto apenas 5 (25%) responderam corretamente.

Se Ana Paula possuía R\$ 400,00 e separou um quinto (R\$ 80,00), ficou com R\$ 320,00. Deste, gastou um quarto (R\$ 80,00) no supermercado, ficando com R\$ 240,00. Dos R\$ 240,00 ela gastou R\$ 180,00 com roupas, restando, portanto, R\$ 60,00 (ALUNO A<sub>4</sub>).

**Problema 2:** Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) define as tarifas a serem cobradas pelas distribuidoras estaduais, cujo valor final que varia de região para região do país em função de suas peculiaridades. No estado do Maranhão segundo o jornal O Imparcial, com publicação do dia 21 de agosto de 2018, anunciou que a tarifa no estado passaria de 0,561 por KWh para 0,654 considerada uma das mais altas da região Nordeste. Quanto um consumidor residencial que tem um consumo de 250 KWh/mês pagará de energia elétrica a partir do mês de setembro? De quantos por cento foi o aumento?

**Objetivo.** Analisar a capacidade do aluno em mobilizar conhecimentos básicos em regra de três simples e porcentagem na resolução de problemas do cotidiano.

Para resolução deste item, 16 alunos (80%) multiplicaram o consumo 250KWh pela tarifa 0,654 obtendo como resposta R\$ 163,50, apenas 03 (15%) alunos utilizaram a regra de três simples para encontrar o percentual de aumento na tarifa que ficou na ordem de 16, 58%

**Problema 3:** um professor num determinado final de semana resolveu levar seus alunos a um parque de diversões. Antes, porém, ele foi verificar os preços dos parques existentes na cidade. No primeiro parque encontrado ( $P_A$ ) a entrada era de R\$ 6,00 por pessoa e R\$ 4,00 pelo uso de cada brinquedo. No segundo parque ( $P_B$ ), a entrada era R\$ 2,00 e R\$ 10,00 pelo uso de cada brinquedo. Pede-se: a) transformar da língua materna (linguagem natural) para a linguagem matemática (linguagem algébrica) a situações apresentadas; b) quanto pagará um aluno se for ao  $P_A$  e usar 4 brinquedos? e, se for ao ( $P_B$ ), pagará quanto se também usar 4 brinquedos?; c) quantos brinquedos um aluno usará para pagar valor total igual nos 2 parques? d) faça o gráfico das funções encontradas.

**Objetivo:** analisar a capacidade dos alunos utilizarem algumas representações matemáticas, calcular valor numérico e resolver sistema de equações com

duas variáveis.

Neste problema o item (a) foi respondido por apenas 02 (10%) dos alunos.

O aluno  $A_{17}$ , argumentou. Bom para a parque A, fica:

$f_A(x) = 4x + 6$ , pois são 6 de taxa fixa (a entrada) e  $x$ , a quantidade de brinquedos que ele vai usar multiplicado por 4 que é o valor de cada um. No B, fica  $f_B(x) = 2x + 10$  (ALUNA  $A_{17}$ ).

Outro aluno que respondeu corretamente este item desenvolveu o seu raciocínio da seguinte forma:

Se no parque A, para entrar paga R\$ 6,00 e cada brinquedo custa 4,00 então o total fica  $f(x) = 4x + 6$  e no parque b, fica  $f(x) = 2x + 10$  (ALUNO  $A_4$ ).

Para responder o item (b), 8 alunos (40%) tiveram raciocínio semelhante:

Parque A:  $4 * 4 + 6 = 22$ . O aluno pagará 22 reais pelo uso dos brinquedos e entrada; no B:  $2 * 4 + 10 = 18$  reais ( $A_{1,5,7,8,12,14,15,20}$ ).

Os Alunos  $A_4$  e  $A_{17}$  substituíram corretamente o valor 4 nas funções encontradas, realizaram os cálculos e, encontraram os valores pagos de R\$ 22,00 e R\$ 18,00 respectivamente. Metade da turma, portanto não conseguiu resolver este item. Verificou-se ainda que apenas  $A_{17}$  conseguiu responde no item (c) pela resolução de sistema de duas equações utilizando o método da comparação. Se for pagar o mesmo preço nos dois parques fica:  $f_A = f_B \Rightarrow 4x + 6 = 2x + 10 \Rightarrow 4x - 2x - 10 + 6 \Rightarrow 2x = 4 \Rightarrow x = \frac{4}{2} = 2$ .

O aluno  $A_4$ , descreveu seu raciocínio da seguinte forma:

Sei que eles pagarão o mesmo valor, quando brincarem em dois brinquedos. Então é só igualar as sentenças, que fica assim:  $4x + 6 = 2x + 10 \Rightarrow 4x - 2x = 10 - 6 \Rightarrow 2x = 4 \Rightarrow x = 2$ . Então os preços serão iguais nos dois parques quando uma criança andar em 2 brinquedos.

Quando o pesquisador sugeriu, que eles buscassem encontrar o número de brinquedos utilizados para pagarem o mesmo valor nos 2 parques por tentativas, 14 alunos encontraram como resposta 2 brinquedos.

No item (d), que solicitava a construção do gráfico apenas dois alunos ( $A_4$  e  $A_{17}$ ) construíram o gráfico corretamente. O pesquisador então perguntou: se a criança entrar e não brincar, quanto pagará? Se ele não brincar a abscissa valerá zero e o valor a ser pago será a ordenada. Então vocês terão um par ordenado. Depois atribuam o valor "1" para "X", quando a criança usar um brinquedo e vejam



o valor de  $Y$  ou  $f(X)$ . Neste caso, terão outro ponto, ou par ordenado. Em seguida é só plotar no plano cartesiano. Depois da sugestão, 9 alunos (45%) conseguiram construir o gráfico.

Percebe-se que os estudantes do EJA ensino médio tem muita dificuldade na compreensão do conceito de função Afim. Os alunos também encontram muitos obstáculos para realizarem as diversas formas de representações de um objeto matemático.

O estudo aponta ainda para maiores dificuldades na representação gráfica de uma função, partido da forma algébrica.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação matemática na atualidade é fundamental para o exercício da cidadania, uma vez que, precisamos de conhecimentos deste componente curricular para resolvemos problemas do nosso cotidiano.

A investigação mostra que os alunos do EJA participantes do estudo apresentam um perfil que distanciam os saberes que carregam em suas vidas com a matemática escolar, talvez por suas situações sociais não serem contempladas na seleção dos conteúdos e planejamento das atividades de ensino.

Também é importante salientar que a compreensão e a tomada de decisões diante de questões políticas e sociais dependem da leitura crítica e interpretação de informações complexas, muitas vezes contraditórias, que incluem dados estatísticos e índices divulgados pelos meios de comunicação. Ou seja, para exercer a cidadania é necessário saber calcular, medir, raciocinar, argumentar, tratar informações estatisticamente etc (BRASIL, 1998, p. 27).

Sendo assim, pode-se concluir que Educação Matemática e cidadania ambos se entrelaçam com o objetivo de preparar o homem cada vez mais para uma formação não segregadora, porém direcionando-o para novos desafios valorativos de ser cidadão atuante.

## REFERÊNCIAS

AROYO, Miguel G. **Educação e Exclusão da Cidadania**. 13ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BERNARDIM, M. L. **Da escolaridade tardia à educação necessária: estudo das contradições na EJA em Guarapuava-Pr**. Dissertação de mestrado – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

BRASIL. **Trabalhando com a educação de jovens e adultos: alunos e alunas da EJA: Caderno 1**. Brasília,



2006. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja\\_caderno1.pdf](http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja_caderno1.pdf), Acesso: 10 de out 2016

BRASIL. Ministério da Educação. PCN + Ensino Médio. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio, Ciências da Natureza Matemática e suas Tecnologias**. Brasília: MEC. Brasília, 2002.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96**. Brasília, 1996.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEB, 1998.

D'AMBRÓSIO, U. **Etnomatemática - elo entre as tradições e modernidade**. Belo Horizonte: Autentica editora, 2009.

FIORENTINI, D; LORENZATO, S. **Investigação em Educação Matemática: percursos teóricos e metodológicos**. Campinas: Autores Associados, 2006.

FIORENTINI, Dario. **Rumos da pesquisa brasileira em Educação Matemática: o caso da produção científica em cursos de pós-graduação**. Campinas: FE-UNICAMP, 1994, (301+113)p. Tese de Doutorado. Orientador: Ubiratan D'Ambrosio.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação**. 8ª ed. São Paulo: Vila das letras, 2007

GADOTTI, Moacir. **Educação e Poder: Introdução à pedagogia do conflito**. 11ª edição. São Paulo: 1988.

HALMENSCHLAGER, V. L. da S. **Etnomatemática: uma experiência educacional**. São Paulo: Summus, 2001.

LOVO, Leilane de Fátima SOUZA, Luana da Silva NETO, Severino Bertino. A aprendizagem dos conceitos matemáticos. Revista Eletrônica FACIMEDIT, v5, n1, Jan/Ago. 2016

LUDKE, M. & ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa Em Educação: Abordagens Qualitativas**. 8. ed. São Paulo SP: Editora Pedagógica e Universitária LTDA, 2004. FREIRE, P. Educação como Prática da Liberdade. 31ª ed. Rio de Janeiro RJ: Paz e Terra, 2008.

MONTESQUIEU. **Do Espírito da Leis**. São Paulo: Martin Claret, 2009.

RIBEIRO, Emerson da Silva. **Concepções de Professores em Avaliação, Educação Matemática e Educação de Jovens e Adultos: Buscando Interfaces**. 2007. 253p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) – Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2007.

SANTOS, Gislene A. **Universidade formação cidadania**. São Paulo: Cortez, 2001.

TORRES, C. Escola, reprodução social e transformação – teses diabólicas ou realidade do cotidiano escolar. In A. Teodoro (Org.), Educar, promover, emancipar. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2001



**USOS E SIGNIFICADOS DAS  
TECNOLOGIAS SOCIAIS: UMA  
CONTRIBUIÇÃO TEÓRICO  
METODOLÓGICA PARA OS ESTUDOS  
SOBRE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E  
INOVAÇÃO**

USES AND MEANINGS OF SOCIAL TECHNOLOGIES: A METHODOLOGI-  
CAL THEORETICAL CONTRIBUTION TO STUDIES ON SCIENCE, TECHNO-  
LOGY AND INNOVATION

**Luciane Patricio Barbosa Martins**

**Ludmila Rodrigues Antunes**

**Esther Pinho da Silva**

**Evelyn Lopes Pereira da Silva**

## Resumo

O presente artigo busca oferecer uma contribuição teórico metodológica para os estudos sociais da ciência e tecnologia a partir da análise dos usos e significados atribuídos às tecnologias sociais. Este trabalho se valeu da análise das experiências de tecnologia social desenvolvidas na Universidade Federal Fluminense e registradas no Catálogo de Tecnologias Sociais 2017, publicação que registra as iniciativas e projetos (de ensino, extensão, ou inovação) desenvolvidos em interlocução com a sociedade, que se propõe a construir produtos, processos e/ou metodologias e buscam responder a um problema social. A partir dessa análise, procuramos perceber os múltiplos sentidos atribuídos às tecnologias sociais e refletir sobre as possíveis razões que informam seus diferentes usos.

**Palavras-Chave:** Tecnologias Sociais, Inovação Social, Economia Solidária.



## Introdução

Dentre as contribuições teórico metodológicas inscritas no que chamamos de Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia (ECTS)<sup>1</sup>, observamos a presença de trabalhos interessados em discutir o papel das tecnologias na construção de formas de superar as desigualdades sociais, ou mesmo de tecnologias cujo papel é contribuir para o desenvolvimento social. Por outro lado, também é possível observar estudos cujos objetos voltam-se para a construção de tecnologias cuja preocupação seria construir, produzir ou fomentar negócios – boa parte deles inovadores – que teriam potencial de oferecer produtos que, se não capazes de reduzir as desigualdades, ofereceriam formas de melhorar a vida em sociedade, trazendo em seus pressupostos valores como a sustentabilidade ambiental, a preservação do meio ambiente, redução de lixo, valorização do trabalho, dentre outros aspectos. Tais estudos apresentam como objetos empíricos as chamadas tecnologias sociais, por um lado, e por outro, os negócios sociais, estes últimos observados nos ambientes corporativos.

Se tomarmos especialmente o caso das tecnologias sociais, estas tem sido definidas como “produtos, técnicas e/ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representam efetivas soluções de transformação social.” (DAGNINO, 2009)<sup>2</sup>. O termo surge inicialmente entre as organizações do terceiro setor e tem sido utilizado para descrever experiências cujo objetivo volta-se para o desenvolvimento da sociedade, reunindo características e valores como: valorização do saber local, baixo custo, autogestão, sustentabilidade, interdisciplinaridade, dentre outros. Tais tecnologias emergiram no cenário brasileiro como um movimento considerado de “baixo para cima”, ou seja, foram construídas a partir do desenvolvimento da “capacidade criativa e organizativa de segmentos da população em gerar alternativas para suprir as suas necessidades e/ou demandas sociais” (MACIEL e FERNANDES, 2011)<sup>3</sup>.

---

1 Para maiores informações sobre este campo do conhecimento, bem como o mesmo se constituiu, ver PREMEBIDA, A. ; NEVES, F. M. ; ALMEIDA, J. . Estudos sociais em ciência e tecnologia e suas distintas abordagens. Sociologias, Porto Alegre, ano 13, no 26, jan./abr. 2011, p. 22-42.

2 DAGNINO, Renato P. (org.). Tecnologia Social: ferramenta para construir outra sociedade. Campinas, SP.: IG/UNICAMP, 2009.

3 MACIEL, Ana Lúcia Suárez; FERNANDES, Rosa Maria Castilhos. Tecnologias sociais: interface com as políticas públicas e o Serviço Social. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 105, p. 146-165, Mar. 2011.

O desenvolvimento de experiências ou tecnologias cujo objetivo volta-se para o desenvolvimento da sociedade não é, por si só, exatamente uma novidade. Os estudos sobre o tema sinalizam muitos pontos em comum entre o que hoje se chama de tecnologia social e o tema da economia solidária, ou dos empreendimentos econômicos solidários. Assim, ainda não há um consenso sobre seu conceito e seus significados, o que se reflete numa *polissemia* de seu uso, com diferentes apropriações e sentidos. Com efeito, a tecnologia pode ser considerada ou classificada como social quando 1) se propõe a atuar sobre um problema social; 2) quando seus valores estão informados pelo desenvolvimento da sociedade, não do mercado, ou seja, quando a ideia de social se apresenta como *alternativa* ao capital; 3) quando considera os saberes dos atores diretamente afetados pelo problema (saber local); 4) quando apresenta baixo custo, é sustentável, reaplicável ou ainda 5) quando auxilia na promoção da autonomia dos interlocutores envolvidos, sobretudo nos casos onde o acesso aos direitos está em jogo, apenas para citar algumas possibilidades.

Um dos lugares onde se observa o desenvolvimento das tecnologias sociais é no âmbito das Universidades. Especialmente nas universidades públicas, não é incomum observar, especialmente através do desenvolvimento de projetos de extensão ou de inovação, iniciativas cuja metodologia prevê a articulação entre os saberes desenvolvidos no ambiente acadêmico e científico e os saberes locais, da comunidade, do entorno ou de grupos considerados vulneráveis e, a partir dessa interlocução, se propiciem formas (inovadoras ou não) de superar ou mitigar problemas sociais. Tais experiências também podem ser observadas nas universidades através das incubadoras sociais (as chamadas ITCP – Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares), com exemplos em muitos estados brasileiros.

As incubadoras sociais<sup>4</sup> ou incubadoras universitárias se difundem nos anos 90, tendo como fim proporcionar um desenvolvimento socioeconômico para aqueles que se encontram à margem da sociedade. Em 1995, surge a primeira incubadora de cooperativas: a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/UFRJ). No Brasil, as incubadoras foram apoiadas como política pública através do Programa Nacional de Incubadoras – PRONINC, criado em 1997, o qual vinculava-se a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), a Fundação Banco do Brasil e ao Centro de Orientação e Encaminhamento Profissional. Em 1999 nascia a Rede de Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, com cerca de 40 universidades envolvidas, visando o fortalecimento das ações de Economia Solidária. Em 2003, o PRONINC era coordenado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), quando o Governo Federal, por meio da Lei 10.683/2003 e do Decreto 4.764/2003, tornou a Economia Solidária integrante da agenda pública brasileira. A SENAES foi criada no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego e tinha o Prof. Paul Singer como secretário.

---

4 Existem atualmente sete Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP) com informações disponíveis da internet, localizadas nas seguintes universidades: USP, UNICAMP, UFPR, FURB, UFBA, UFRJ e UFF.





O presente artigo visa oferecer uma contribuição teórico metodológica para a análise do conceito de tecnologia social e das experiências assim classificadas a partir do levantamento e análise das experiências desenvolvidas na Universidade Federal Fluminense. Esta contribuição se insere na pesquisa *Inovação e Tecnologias Sociais*, desenvolvida pela equipe da Divisão de Inovação e Tecnologias Sociais da Agência de Inovação da UFF, pertencente à sua Pró Reitoria de Pesquisa, Pós Graduação e Inovação. Para tanto, analisaremos as experiências presentes no Catálogo de Tecnologias Sociais 2017, que consistiu no levantamento e registro de iniciativas e projetos (parte deles de extensão, outros de inovação ou de ensino), desenvolvidos por docentes e/ou estudantes da UFF em interlocução com a sociedade e que buscam responder a um problema social.

## Fundamentação Teórica

Nas décadas de 60 e 70 emerge o movimento da *Tecnologia Apropriada*, *Tecnologia Intermediária* (SHUMACHER, 1973), *Tecnologia Alternativa* (DICKSON, 1974) e *Tecnologia Suave* (CLARKE, 1976), que, assim como sua nomenclatura, são diversas as justificativas que fundamentam essas ações. O que elas possuem em comum? Todas se apresentam como um movimento de resistência às tecnologias convencionais (RODRIGUES, I.; BARBIERI, J. C, 2008).

Antes de darmos seguimento aos fatos que resultaram na definição das tecnologias sociais, se faz necessário abordarmos, brevemente, o que se entende por tecnologia. O termo tecnologia é formado pelas palavras *tekne*, de origem grega (que significa arte, técnica ou ofício) e por *logos* (conjunto de saberes). Este conjunto, por sua vez, é aplicado e gerado com base nas necessidades humanas. O que diferencia, portanto, a tecnologia convencional da tecnologia apropriada (ou, no limite, das tecnologias sociais)?

A tecnologia convencional é assim descrita por critérios científicos e técnicos, caracterizando-a como um produto complexo, não específico e de custo alto, aproximando-a das expectativas do mercado. A perspectiva universal das tecnologias convencionais advém de seu entrelaçamento com uma ciência que se entende como neutra, comumente professada durante o período iluminista, e criadas, pelo menos no discurso, para a subtração dos problemas sociais. As tecnologias convencionais, portanto, reproduziam um caráter distanciado da sociedade e dos problemas sociais, especialmente das camadas populares em geral. Já a tecnologia apropriada propõe a aproximação entre sujeito (sociedade) e objeto (tecnologia). Ambos, que outrora ocupavam posições distantes, são pensados de modo aproximado, onde o sujeito abandona o seu lugar de receptor para fazer parte do processo de produção tecnológica, e o objeto, por sua vez, passa a conter subjetividades oriundas desta relação, atribuindo *vida as coisas*<sup>5</sup> e, sobretudo, soluciona o que se

5 A vida social das coisas é uma discussão filosófica abordada por pensadores como Edmund Husserl que por uma perspectiva fenomenológica preocupou-se em analisar a relação sujeito e objeto. Martin Heidegger explorou as implicações desta relação na ciência e no senso comum. A Antropologia por sua vez,

propôs a resolver.

A Tecnologia Apropriada recebeu muitas críticas em virtude de seu caráter adaptável, percebido como uma falta de critério que levaria ao uso indiscriminado da tecnologia (WILLOUGHBY, 1990 apud RODRIGUES & BARBIERI, 2008). Outros já a descredibilizavam por considerá-la como o resultado de um “sentimento de culpa” de pesquisadores e empresários aposentados do Primeiro Mundo, ao invés de uma iniciativa capaz de alterar significativamente a situação que se propunha denunciar. Tendo como contexto um período em que a ciência ainda se pensava como determinista, a sua proposta mais simplista e local propiciava uma conotação de atraso. A falta de clareza dos processos de elaboração da Tecnologia Apropriada junto com a ausência de proposta e visão de mercado, foram fatores cruciais para o descrédito do movimento, sendo ele percebido como uma ideologia e não como uma inovação social.

Ainda assim, é possível observar resultados da tecnologia apropriada tanto no âmbito mercadológico, se pensarmos no modelo de gestão *cleaner production* (PNUD & ONUDI, 1990 apud RODRIGUES & BARBIERI, 2008), como nas políticas sociais, que é o caso do Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Social no semiárido brasileiro (DIAS, 2013). Tais medidas representaram avanços por levarem em consideração os principais atributos da tecnologia apropriada:

“baixo investimento por posto de trabalho, baixo capital investido por unidade produzida, potencial de geração de empregos, simplicidade organizacional, pequena escala de produção, alto grau de adaptabilidade ao ambiente sociocultural, auto-suficiência local e regional, economia no uso de recursos naturais, preferência pelo uso de recursos renováveis e controle social.” (RODRIGUES & BARBIERI, 2008).

É válido salientar que, por hora, estes princípios foram amortizados pelas críticas. E é neste contexto que as tecnologias sociais surgem como resgate da ideia em um formato aprimorado, no qual os processos em que se baseia são devidamente sistematizados, distanciando-se, em tese, de seu tom ideológico para ser aplicada.

No Brasil, instituições como o Instituto de Tecnologia Social (ITS), a Fundação Banco do Brasil (FBB), a Rede de Tecnologia Social (RTS) e o movimento da Ciência, Tecnologia e Sociedade desenvolveram ações na direção da formulação e concretização do que seriam as tecnologias sociais, assim como elas deveriam ser construídas. A ITS<sup>6</sup> define tecnologia social como *“ferramenta que agrega informação e conhecimento para mudar a realidade. Ela é a ponte entre as necessidades,* nos anos 80, retoma e incorpora esta discussão que propõe romper com a dicotomia posta pelo Iluminismo entre sociedade, natureza e religião, a qual resultou no par oposto sujeito e objeto. Alfred Gell (1998), Christopher Gosden (1999), Christopher Tilley (2006), Ian Hodder (2012), Arjan Appadurai (2008) e Igor Kopytoff (2008) são alguns estudiosos que se debruçam sobre a perspectiva da relação sujeito e objeto como dialética e entrelaçada de forma que um empreste sentido ao outro, e, logo, dê vida.

6 Para ter acesso ao e-book onde o Instituto de Tecnologia Social sistematiza sua concepção de tecnologia social acesse: <http://itsbrasil.org.br/conheca/tecnologia-social/>



*os problemas e as soluções.*” Contém 4 dimensões: 1) Conhecimento, Ciência, Tecnologia; 2) Participação, Cidadania e Democracia; 3) Educação e 4) Relevância Social; e agrupou as ideias de tecnologia social em três categorias: princípios, parâmetros e implicações.

A FBB<sup>7</sup> caracteriza as Tecnologias Sociais por “aliar saber popular, organização social e conhecimento técnico-científico. Importa essencialmente que sejam efetivas e reaplicáveis, propiciando desenvolvimento social em escala.” A Fundação conta com um vasto Banco de Tecnologias Sociais e, desde 2001, realiza o Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social. Finalmente, a RTS<sup>8</sup> foi uma rede criada pelo governo federal em 2005 “com o propósito de promover o desenvolvimento sustentável mediante a difusão e a reaplicação em escala de tecnologias sociais”.

Embora não haja uma definição consensual, em geral, é percebida uma preocupação com o protagonismo dos sujeitos que serão atendidos pela tecnologia social no processo de produção, tornando-o autônomo, assim como com a produção científica contextual e a articulação entre diferentes instâncias da sociedade (Estado, Universidades, empresas e sociedade civil). Estudos também apontam que o termo tecnologia social encontra muitos pontos de contato com o que conhecemos como economia solidária e os chamados empreendimentos econômicos solidários.

A economia solidária no Brasil é apontada por uma parte da bibliografia como uma alternativa para a solução de problemas sociais, econômicos e financeiros causados pela estrutural e crescente desigualdade presente no país. Tem sido compreendida como uma “alternativa real à crescente crise do emprego, verificada em diferentes sociedades, ou mero paliativo à crise de ajustamento de um sistema capitalista que não se renova” (FRANÇA FILHO & LAVILLE, 2004). Além disso, tal prática também pode ser definida como aquela que acolhe e une os oprimidos, condição primordial para a emancipação da pobreza e da opressão (SINGER, 2003). Essa proposta de modelo de economia acredita que é na proliferação do trabalho coletivo organizado de forma horizontal, em que as relações sociais são de maior importância do que as relações econômicas e o bem estar social é fim (objetivo) enquanto a economia é o meio. O fortalecimento das iniciativas da economia solidária demanda em suas formulações compromisso coletivo, e é considerada uma proposta política de transformação da sociedade. Esta diverge dos princípios das propostas capitalistas clássicas, o que faz com que para que a economia solidária funcione como tal, sejam criadas instituições e organizações que consolidem esse sistema, como os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), a Incubadora de Cooperativas Populares e os Bancos Comunitários de Desenvolvimento para citar alguns.

7 Para melhor conhecer as ações da Fundação Banco do Brasil e o Banco de Tecnologias Sociais, acesse: <http://tecnologiasocial.fbb.org.br/tecnologiasocial/principal.htm>

8 A RTS não realiza mais atividades e não encontramos o seu site, tampouco conseguimos qualquer tipo de contato com algum funcionário.

As lutas históricas dos trabalhadores que tiveram origem no início do século XIX, sob a forma de cooperativismo como uma das formas de resistência contra o avanço do capitalismo industrial ressurgem no final do século XX como uma das respostas dos trabalhadores às novas formas de exclusão e exploração no mundo do trabalho nomeadas e propostas por uma nova visão de Economia Solidária. As mudanças estruturais de ordem econômica e social nos últimos anos do século XX e últimas décadas do século XXI, fragilizaram sobremaneira os variados modelos tradicionais da relação capitalista de trabalho. Como resultado, o aumento da informalidade e a precarização das relações formais que já se faziam sentir e eram estudados desde o final dos anos 1980, afirmaram-se como tendência em uma conjuntura de desemprego, obrigando trabalhadores a se submeterem a ocupações diferenciadas às que estavam capacitados e, em alguns casos mais severos, abdicarem de seus direitos sociais para garantir seu emprego, trabalho e sobrevivência.

O aprofundamento da crise do trabalho concomitante à crise econômica, a contínua retirada dos direitos trabalhistas e a precarização das relações de trabalho, fizeram emergir uma agenda de soluções inovadoras de inclusão social, geração de renda e trabalho. Experiências coletivas de trabalho e produção disseminaram-se nos espaços rurais e urbanos através das cooperativas de produção e consumo, das associações de produtores, redes de produção, consumo, comercialização, instituições financeiras voltadas para empreendimentos populares solidários, empresas de autogestão e outras formas de organização. No Brasil, a economia solidária se expandiu a partir de instituições e entidades que apoiavam iniciativas associativas comunitárias e pela constituição e articulação de cooperativas populares, redes de produção e comercialização, feiras de cooperativismo e economia solidária, etc. A economia solidária, articulada em distintos fóruns locais e regionais, resultou na criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). Foram fortalecidas ligas e uniões de empreendimentos econômicos solidários e criadas novas organizações de abrangência nacional. A economia solidária recebeu nos últimos anos na gestão pública (2005-2015), crescente apoio de governos municipais e estaduais. Em âmbito nacional, a criação pelo Governo Federal em 2003 da Secretaria Nacional de Economia Solidária com finalidade de promover o fortalecimento e a divulgação da economia solidária mediante políticas públicas para este setor foi um profundo fortalecedor e incentivador do movimento e ações da economia solidária no país.

A economia solidária, entendida como uma inovação social<sup>9</sup> e portadora de capacidades para desenvolver potenciais tecnologias sociais, possui os seguintes aspectos pontuados por França Filho e Laville (2004):

“i) [...] a construção de “espaços públicos de proximidade”; ii) autonomia institucional: este princípio busca o reconhecimento de que os empreendimentos de economia solidária são autônomos em relação ao controle de outras instituições, não significando perda de autonomia de gestão ou de tomada de decisões; iii) democratização dos processos decisórios; iv) sociabilidade comunitário-pública; v) finalidade multidimensional: em que aspectos sociais, culturais, políticos, ecológicos estão sendo pautados”.

9 É comum o termo inovação social ser usado como sinônimo de tecnologia social. Para mais informa-



Já no âmbito privado, com o crescimento dos efeitos perversos do processo de produção capitalista, informados pelas lógicas de mercado, é possível perceber um aumento da preocupação com o “social” (e seus múltiplos significados) no setor corporativo. Assim, nos anos 90, o empreendedorismo social passa adquirir uma crescente importância na agenda das empresas, assim como nas políticas públicas e no âmbito acadêmico. Isso se dará ante a redução dos investimentos públicos no campo das políticas sociais, no crescimento das organizações do terceiro setor e na participação das empresas no investimento e nas ações sociais (OLIVEIRA, 2004).

O empreendedorismo social, embora não tenha o seu conceito estabelecido, pode ser melhor compreendido se contrastado com o empreendedorismo privado. Enquanto o empreendedor privado prima pelo lucro e escalabilidade, o empreendedor social busca como resultado a transformação social. Para isso, se valerá dos valores solidários justapostos aos preceitos empresariais, na forma de paradigma gerencial. Será a partir desta nova forma de perceber e interagir com o mercado que as camadas populares serão percebidas como um público alvo em potencial e palavras como tecnologia social, responsabilidade social, inovação social e sustentabilidade passam a ser um novo léxico adotado no universo empresarial, cujas iniciativas normalmente são classificadas como *negócios sociais*.

No cenário das indústrias, a tecnologia social resulta da articulação de redes de ações que conecta o setor privado ao público e a sociedade civil – hélice tríplice<sup>10</sup> – ou nas ações resultantes do setor de responsabilidade social. Destacamos que responsabilidade social consiste em ações desenvolvidas por empresas que, além de preocupar-se com as demandas dos seus clientes, tem a missão de atender a comunidade onde se insere, agregando valor estratégico ao negócio.

Diante do que foi apresentado fica nítido os diferentes usos que se faz do termo tecnologia social, ratificando o seu caráter polissêmico. Ora as tecnologias sociais são utilizadas como uma alternativa ao mercado, ora são a própria mercadoria ou também uma política pública. No entanto, tais perspectivas não se excluem, mas tornam a categoria valorativa, dotada cunho político – **por isso uma categoria política** – que busca afirmar uma agenda que tem em seus pressupostos desenvolver estratégias que busquem intervir na realidade, colaborando com o desenvolvimento social.

---

ções sobre o tema da inovação social, ver Baumgarten, Maciel & Sobral (2017), Bignetti (2011), Hulgard & Ferrarini (2010), Medeiros (2017), Mukendi [et al.] (2017).

10 Modelo reconhecido internacionalmente que propõe crescimento econômico e desenvolvimento social em escala local, regional e global a partir da relação universidade-indústria-sociedade. Referência sobre o tema: ETZKOWITZ, H. & CHUNYAN ZHOU. Hélice Tríplice: inovação e empreendedorismo universidade-indústria-governo. Estud. av. vol.31 no.90 São Paulo May/Aug. 2017.

## Método de Pesquisa

A pesquisa consistiu em um estudo empírico com articulação de diferentes estratégias metodológicas que permitiram dar conta das diferentes dimensões do objeto analisado. A metodologia exploratória permitiu realizar um levantamento preliminar das referências bibliográficas e documentais sobre o tema das tecnologias sociais, assim como ele aparece (ou apareceu) nas políticas públicas e organizações do terceiro setor. O método compreensivo permitiu a interpretação dos dados e dos discursos produzidos pelas fontes coletadas.

Em primeiro lugar foi realizado um levantamento bibliográfico da produção acadêmica sobre o tema através da plataforma de periódicos da CAPES, google acadêmico e Academia.edu. Nosso interesse era investigar quais os sentidos atribuídos ao que se nomeia ou classifica como tecnologia social e, para tanto, partimos das seguintes palavras-chave: tecnologia(s) social(is), economia solidária, inovação social e empreendimentos econômicos solidários. Até o momento contamos com um acervo digital com 42 artigos, 10 livros, 02 dissertações de mestrado e 07 teses de doutorado inscritas nos seguintes campos de conhecimento: ciências sociais, economia, administração, engenharia, educação, sociologia, serviço social, geografia, dentre outras.

Além das referências bibliográficas, buscou-se levantar informações e documentos sobre o tema das tecnologias sociais nas políticas públicas. Assim, foram consultadas as páginas virtuais oficiais de órgãos públicos nacionais e internacionais, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); ONU; as legislações sobre o tema (Marco Legal de Ciência Tecnologia e Inovação (CTI), o Projeto de Lei 111/2011 e o Projeto de Lei 3329/2015, que Cria a Política Nacional de Tecnologia Social); além do levantamento de informações sobre esse tema em instituições privadas ou empresas públicas, como a Fundação Banco do Brasil (que reúne um Banco de Tecnologias Sociais), o SEBRAE (que oferece assessoria e cursos para empreendedores), a Petrobras (que possui o Programa Petrobras Socioambiental), a FINEP (que fomenta iniciativas e organiza um prêmio nessa área) e o BNDES. O tema está presente nas discussões promovidas pelo Governo Federal através das Conferências e Conselhos Nacionais (como a Conferência Nacional de Economia Solidária e a Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação) assim como na Política de Participação Social do Governo Federal (Decreto Nº 8.243/ 2014). Recentemente o CNPq lançou um edital de chamamento para fomento de iniciativas e estudos sobre as tecnologias sociais (Chamada CNPq/MCTIC/MDS Nº 36/2018).

Na etapa seguinte fizemos um mapeamento das tecnologias sociais desenvolvidas pela UFF. Para tanto, a Agência de Inovação lançou um edital de chamamento público, no qual professores, alunos ou técnicos administrativos poderiam enviar informações sobre as experiências que coordenavam ou participavam. As informações foram coletadas através de um formulário que reunia 15 perguntas. Após a leitura e análise dos formulários recebidos (40 no total), somada a visitas técnicas e entrevistas realizadas posteriormente, foram selecionadas 32 experiências



de tecnologias sociais que passaram a integrar o Catálogo de Tecnologias Sociais 2017.

Para atender aos objetivos do edital, foram consideradas experiências de tecnologia social os produtos, processos, metodologias, serviços e/ou técnicas replicáveis, construídas e desenvolvidas por docentes, técnicos-administrativos e/ou alunos da UFF, em interação com a comunidade e/ou público alvo interessado, e que representassem soluções inovadoras voltadas para a transformação, desenvolvimento e/ou inclusão social. As experiências poderiam ser fruto de projetos de pesquisa, extensão e/ou inovação e deveriam responder a demandas de: educação, energia, alimentação, acesso à justiça, geração de renda, habitação, saúde, recursos hídricos, meio ambiente, segurança, dentre outras.

Foram listados valores e selecionadas as experiências que reunissem menos três dos valores/características apontadas no formulário de inscrição, que eram: 1) Valorização do saber local; 2) Reaplicabilidade; 3) Sustentabilidade econômica e/ou ambiental; 4) Empoderamento; 5) Baixo custo; 6) Inovação; 7) Interdisciplinaridade e/ou Intersectorialidade; 8) Emancipação; 9) Cooperação; e 10) Autogestão.

## **Análise dos Resultados**

Como descrito acima, o Catálogo de Tecnologias Sociais foi lançado em dezembro de 2017 e reuniu as experiências de tecnologia social e/ou inovações para o desenvolvimento social selecionadas através do Edital de Chamamento e Registro de Experiências de Tecnologia Social. Teve como objetivo dar publicidade às experiências – em curso ou já finalizadas – desenvolvidas pela UFF por meio dos seus docentes, estudantes ou técnicos-administrativos. Também buscou produzir memória sobre as ações desenvolvidas. As 32 experiências descritas no Catálogo certamente não correspondem a todo o universo de iniciativas da UFF, mas correspondem a um conjunto significativo de experiências que, dada sua diversidade e riqueza de informações, nos permitiram analisar sua natureza, suas principais áreas de atuação e, objeto deste artigo, analisar os sentidos atribuídos ao “social” que as fazem ser identificadas como tecnologias sociais.

**Tabela 1 – Distribuição das 32 experiências de Tecnologia Social descritas no Catálogo de Tecnologias Sociais UFF 2017.**

SUBGRUPO	EXPERIÊNCIA	DESCRIÇÃO	ÁREA/DEMANDA
Ferramentas Didáticas Inovadoras 07	Ambiente Digital de Aprendizagem para Crianças Autistas – ADACA	Promove a inclusão digital, social e auxilia a aprendizagem de crianças autistas por meio do desenvolvimento de ferramentas computacionais, jogos educativos e aplicativos.	Educação
	Atlas Digital de Anatomia Imaginológica Dento-Maxilo-Facial com apontamentos Topográficos: um ensino a distância	Plataforma moodle para estudo de imagens radiográficas no ambiente da internet.	Educação; Saúde
	A Biotecnologia, a Diversidade e a Inclusão (Projeto Ser Humano)	Dissemina conhecimentos sobre Biotecnologia e Saúde através do desenvolvimento de produtos que aumentem a acessibilidade de pessoas surdas e/ou com deficiência auditiva.	Educação; Saúde
	Elaboração e Execução de um Jogo Baseado no Modelo de RPG ( <i>Role-Playing Games</i> ) abordando a Temática Neurocientífica	Adoção do Role-Playing Game (RPG) como ferramenta didática para o ensino da neurociência no ensino médio nas escolas públicas.	Educação; Neurociência
	Jogos e Cartilhas: Uma Estratégia Lúdica de Ensino e Aprendizagem para o tema Gastroenterite	Método educativo alternativo, interativo e lúdico para o ensino e a aprendizagem do tema da gastroenterite para alunos do ensino fundamental.	Educação; Saúde
	Novas e tradicionais tecnologias para a formação de professores	Desenvolve a autonomia, o trabalho em equipe, a imaginação, o raciocínio lógico, habilidades motoras e produção textual dos estudantes e docentes por meio da formação inicial e continuada de professores em diálogo com as tecnologias informacionais digitais.	Educação
	Utilização de Lixo Eletrônico para a produção de Jogos e Materiais Didático-Pedagógicos, Experiência do TEC Grupo	Produção de materiais didáticos a partir de resíduos eletrônicos, de modo a contribuir com a redução do impacto ambiental e ser facilitador no processo de ensino-aprendizagem.	Educação; Meio Ambiente
Valorização e Preservação da Memória Cultural 02	A Etnoeducação no Programa Educação Patrimonial em Oriximiná/PA	Metodologia oferecida por meio de oficinas que busca valorizar e dar visibilidade aos saberes, valores e práticas das comunidades tradicionais na educação formal e não-formal.	Educação; Preservação da Memória Cultural
	Metodologia de construção de currículos diferenciados	Metodologia voltada para a elaboração de currículos diferenciados, bilíngues, interculturais e específicos, produzidos coletivamente numa perspectiva pedagógica progressista.	Educação; Preservação da Memória Cultural



Geração de Renda 02	CATADADOS – Sistema de Informação para Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis com Interface de Entrada de Dados	Sistema de gerenciamento de informações elaborado para cooperativas de catadores de materiais recicláveis.	Geração de Renda; Informática
	Sustentação da radiodifusão comunitária através do uso integrado de mídias na publicidade pública	Metodologia oferecida a rádios comunitárias, que visa garantir sua sustentabilidade financeira a partir de uma publicidade voltada para as iniciativas comunitárias em seus locais de atuação.	Geração de Renda; Comunicação
Acesso a Direitos e Cidadania 08	Administração de Conflitos Sócio Ambientais – 5 casos  1) Área de Especial Interesse Cultural; como um novo instrumento de política de ordenamento urbano vinculada a efetivação de direitos culturais  2) A certidão de nascimento de uma pessoa de direito coletivo em Niterói: o Quilombo do Grotão  3) Nem posse, nem propriedade, apenas permanecer! A disputa pelo lote 12 com uma Loja Maçônica em Itaipu, Niterói  4) A Efetivação de um novo instrumento jurídico capaz de regularizar a permanência de Comunidades Tradicionais em áreas de proteção ambiental no Estado do Rio Janeiro  5) Imóvel de Ocupação Pesqueira - IOP	Auxiliar comunidades tradicionais no reconhecimento do direito de permanência, garantindo o direito à moradia no mesmo local onde se dá sua produção e reprodução cultural, material e simbólica.	Direito à Memória; Direito à Moradia; Administração de Conflitos; Meio Ambiente; Saberes tradicionais
	Assessoria a Associação Brasileira de Cannabis – AbraCannabis	Assessoria à associação formada por uma equipe multidisciplinar voltada para a defesa do direito ao cultivo individual e coletivo da cannabis para uso terapêutico.	Saúde; Acesso a Direitos; Educação
	A Copa das Comunidades e a AECCO – O esporte e a cultura unindo o que a cidade separou	Torneio de futebol feminino e masculino, organizado pela AECCO (associação esportiva composta por líderes de comunidades de São Gonçalo, Niterói e Itaboraí) em parceria com o NUPIJ/UFF.	Acesso a Direitos; Lazer; Esporte
	Entre saberes e práticas: produção de tecnologias sociais junto às comunidades tradicionais no RJ	Metodologia que auxilia grupos minoritários a reivindicar e consolidar direitos diferenciados no espaço público.	Direito à Memória; Direito à Moradia; Administração de Conflitos; Meio Ambiente; Saberes tradicionais

Inovação e Saúde 06	Clínica de Insuficiência Cardíaca Coração Valente	Atendimento multiprofissional integral aos pacientes com Insuficiência Cardíaca (IC) e seus cuidadores, de modo que haja redução na readmissão hospitalar.	Saúde; Cardiologia
	Dispositivo de Gestão Autônoma da Medicação (GAM)	Cogestão da medicação psiquiátrica, através do acesso e do compartilhamento da experiência do seu uso.	Saúde; Psicologia
	(im)Paciente: Sistema de avaliação da qualidade da assistência dos prestadores de serviços de saúde pela perspectiva do usuário	Plataforma web destinada a avaliação dos serviços de saúde baseada na vivência do usuário e que sirva de subsídio para escolha dos serviços por parte dos beneficiários de planos de saúde de todo o Brasil.	Saúde
	Rede Minha Saúde	Protótipo de rede social <i>on line</i> com foco em pacientes com problemas cardiovasculares que oferece mecanismos de interação, de modo que convivam com sua patologia num ambiente de ajuda mútua.	Saúde
	Teleidoso-Rio: Central de Telemonitoramento de Idosos	Software para telemonitoramento de pacientes idosos submetidos a cirurgias, promovendo o acompanhamento pós-operatório adequado por um profissional de enfermagem.	Saúde
	Telessaúde com imagens holográficas	O Telessaúde é um produto que tem como fim proporcionar o auxílio ao diagnóstico de saúde para populações situadas em áreas distantes dos grandes centros urbanos.	Saúde; Tecnologia da Informação



<p>Novas propostas teórico metodológicas para formação de recursos humanos e intervenção social</p> <p>04</p>	<p>Curso de Especialização em Políticas Públicas de Justiça Criminal e Segurança Pública</p>	<p>Curso de Especialização lato sensu cuja metodologia estimula a reflexão sobre a prestação de serviços de segurança pública e da justiça criminal no Brasil, a partir de uma abordagem própria das Ciências Humanas e Sociais.</p>	<p>Educação; Segurança Pública</p>
	<p>Curso de Tecnólogo em Segurança Pública e Social</p>	<p>Graduação tecnológica semipresencial voltada para a formação de profissionais do campo da segurança pública, a qual se baseia em um projeto político pedagógico inovador e cujo enfoque são as práticas de administração de conflitos.</p>	<p>Educação; Segurança Pública; Administração de Conflitos</p>
	<p>Mapa de Percepção de Riscos</p>	<p>Metodologia capaz de identificar e compreender as situações sociais de risco associadas à violência e a insegurança que resultam em perdas para a empresa concessionária de energia e na vitimização de seus funcionários e prestadores de serviço.</p>	<p>Políticas Públicas; Segurança Pública</p>
	<p>PRÓ e PET – Saúde: Integração Ensino e Serviço</p>	<p>Metodologia de educação com o objetivo de desenvolver tecnologias de ensino e cuidado a partir das demandas reais dos serviços de saúde, contribuindo na formação de profissionais de saúde focados no usuário.</p>	<p>Educação; Saúde</p>
<p>Redes e Políticas Públicas</p> <p>03</p>	<p>Cuidando da exposição à violência sexual: empoderando mulheres e tecendo redes</p>	<p>Tecitura de uma rede intersetorial de atenção, cuidado e enfrentamento à violência, tendo as mulheres como protagonistas.</p>	<p>Saúde; Acesso a Direitos; Políticas Públicas; Segurança</p>
	<p>Projeto Conjuntura Costa Verde</p>	<p>Rede voltada para a produção de conhecimento que contribua para a qualificação das políticas públicas da região da Costa Verde do Estado do Rio de Janeiro.</p>	<p>Políticas Públicas</p>
	<p>Rede de Educação para Redução de Desastres (RED)</p>	<p>Rede de atores institucionais que tem como objetivo criar, executar e aprimorar projetos educacionais visando a prevenção de desastres, tendo os agentes públicos e os moradores de áreas de risco como principais parceiros na construção das estratégias adotadas.</p>	<p>Educação; Meio Ambiente; Políticas Públicas</p>

**Fonte:** Catálogo de Tecnologias Sociais 2017 AGIR/PROPI/UFF. O arquivo completo está disponível em <http://tecnologiasocial.sites.uff.br/catalogo-de-tecnologias-sociais/>

Como observado no quadro acima, as 32 experiências foram divididas em oito grandes subgrupos, elaborados a partir das características das próprias iniciativas e que revelam um pouco da natureza e dos objetivos das tecnologias sociais descritas. Cabe lembrar que tal classificação não é exaustiva, podendo a experiência pertencer a mais de um subgrupo, como é o caso das iniciativas que tem como objetivo propiciar o acesso a direitos de determinadas populações e que, também, valorizam e preservam a sua memória cultural. São eles:

- **Ferramentas didáticas inovadoras**, que reúne experiências na área da educação, representando metodologias e/ou produtos inovadores e criativos para o ensino e aprendizagem;

- **Valorização e Preservação da Memória Cultural**, com iniciativas no campo da educação e da preservação da memória, cultura e ancestralidade;

- **Geração de Renda**, reunindo experiências voltadas o tema da geração de renda, mas cada uma articulando duas áreas de conhecimento distintas: Informática e Comunicação;

- **Acesso a Direitos e Cidadania**, reunindo experiências de tecnologias sociais voltadas para o reconhecimento de direitos de populações tradicionais, assim como para a promoção de direitos sociais e difusos;

- **Inovação e Saúde**, com experiências no campo da saúde, boa parte delas voltadas para a melhoria do atendimento dos serviços de saúde, articulando diversos campos e áreas do conhecimento;

- **Novas propostas teórico metodológicas para formação de recursos humanos e intervenção social**, que traz quatro experiências, das quais duas são cursos, uma circunscreve-se no Programa Educação Tutorial Institucional da UFF (ProPET-UFF) e a quarta trata-se de uma tecnologia com orientação teórico-metodológica das ciências humanas e sociais para o reconhecimento público (e confiável) de um problema local; e

- **Redes e Políticas Públicas**, que apresentam iniciativas onde o mote é a articulação de atores sociais interessados e cujo trabalho volta-se para a solução/melhoria de um problema local/social, com a participação das agências públicas.

O conjunto das experiências disponíveis no Catálogo representam os interesses de ensino, pesquisa, extensão e inovação dos responsáveis pelas mesmas, docentes em sua grande maioria. As áreas temáticas e demandas são as mais diversas e, ao analisá-las, temos a seguinte distribuição:



**Tabela 2 – Distribuição das áreas temáticas e demandas observadas no Catálogo de Tecnologias Sociais 2017.**

ÁREAS TEMÁTICAS E DEMANDAS	QUANTIDADE
<b>Educação</b>	<b>14</b>
<b>Saúde</b>	<b>12</b>
Neurociência	1
Cardiologia	1
Psicologia	1
<b>Cidadania</b>	<b>19</b>
Preservação da Memória Cultural/Direito à Memória	8
Direito à Moradia	6
Acesso a Direitos	3
Acesso ao Lazer	1
Acesso ao Esporte	1
<b>Administração de Conflitos</b>	<b>7</b>
<b>Geração de Renda</b>	<b>2</b>
<b>Preservação do Meio Ambiente</b>	<b>8</b>
<b>Segurança Pública</b>	<b>4</b>
<b>Informática/Tecnologia da Informação</b>	<b>2</b>
<b>Comunicação</b>	<b>1</b>
<b>Políticas Públicas</b>	<b>4</b>

**Fonte:** Catálogo de Tecnologias Sociais. Quadro elaborado pelas autoras.

As áreas da educação e da cidadania aparecem na maior parte das experiências analisadas. Especialmente com relação ao tema da cidadania, 19 experiências apresentam demanda por direitos (variados) que informam os objetivos das tecnologias sociais desenvolvidas. No caso da educação, essa área aparece em 14 das experiências analisadas, boa parte delas relacionadas ao oferecimento de formas inovadoras de ensino e aprendizagem. A área da saúde se apresenta em 12 das iniciativas observadas, sendo a maioria com o objetivo de oferecer serviços de melhor qualidade.

Uma das questões observadas ao longo da pesquisa foi exatamente a confrontação entre a definição tradicional acerca do que seja tecnologia social e as características das experiências propriamente ditas. Duas questões merecem destaque: a primeira revela que a definição conceitual mais amplamente utilizada, qual seja, *"produtos, técnicas e/ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social"* não necessariamente encontra correspondência nas evidências empíricas que observamos. Portanto, a estratégia metodológica que informou a elaboração do Catálogo e a análise presente neste artigo foi, no lugar de partir de uma perspectiva prescritiva do que é definido como tecnologia social, nos interessou analisar como as próprias experiências descritas se identificam como tal. Dito de outra forma, nos interessava saber quais os distintos sentidos atribuídos ao que se chama de

tecnologia social do ponto de vista das experiências que integram o Catálogo. Parte da nossa discussão reside no entendimento de que o termo tecnologia social surge, sobretudo, como uma categoria política, cujo objetivo seria afirmar um conjunto de pressupostos e formas de intervir na realidade, reunindo uma agenda de valores definidos, como a valorização do saber local, a sustentabilidade (seja econômica, seja ambiental), a interdisciplinariedade, a intersetorialidade, o baixo custo, a participação de diversos segmentos na sua concepção, dentre outros. O fato é que nenhuma das tecnologias sociais aqui observadas reúne todos esses valores, mas pelo menos alguns deles. Isso, talvez, explique também a polissemia do termo tecnologia social, ou seja, a tecnologia social tem sido usada para descrever as mais diferentes ferramentas, o que faz com que um conceito apenas não seja capaz de descrever os seus diferentes usos e significados.

A ausência de um consenso sobre o conceito faz com que o termo tecnologia social seja apropriado de diferentes formas e signifique muitas coisas. Mas há pontos em comum. Em geral, o que observamos a partir da análise das experiências de tecnologias social é que estas são assim identificadas porque se propõe *a resolver ou mitigar problemas sociais através do oferecimento de metodologias, produtos ou processos (inovadores ou não) com o envolvimento da sociedade*. Algumas delas podem atender a demandas de grupos sociais específicos (como é o caso da experiência ADACA, cujo público são crianças autistas; ou o projeto SER HUMANO (A Biotecnologia, a diversidade e a inclusão), voltado para a comunidade surda e/ou com deficiência auditiva).

Observamos também tecnologias sociais que buscam atender a grupos sociais vulneráveis (seja pela pobreza, seja pela falta de acesso a direitos de cidadania), como é o caso das experiências de Administração de Conflitos Sócio Ambientais (que reivindicam o direito à moradia e a preservação dos seus saberes tradicionais) ou aquelas voltadas para a geração de renda (CATADADOS e Sustentação da radiodifusão comunitária através do uso integrado de mídias na publicidade pública).

A valorização do saber local, ou seja, considerar os saberes locais de determinada comunidade para, em articulação com os saberes acadêmicos e científicos e os acessos propiciados pela Universidade, propor soluções, não é uma característica presente em todas as experiências aqui analisadas. Esse elemento aparece especialmente nas cinco tecnologias sociais que classificamos como Administração de Conflitos Sócio Ambientais, na experiência que usa jogos e cartilhas para educar crianças sobre o problema da gastroenterite (identificado como problema local)<sup>11</sup> e ainda na produção de tecnologias sociais junto às comunidades tradicionais no RJ (sobretudo remanescentes de quilombos). O que observamos é que muitas das experiências são construídas a partir do reconhecimento não de um saber local, mas de um problema reconhecidamente social, ou que possuem reconhecimento público, como a má prestação dos serviços de saúde ou a violência urbana.

---

11 Em 2017, a experiência Jogos e Cartilhas: Uma Estratégia Lúdica de Ensino e Aprendizagem para o tema Gastroenterite foi certificada como Tecnologia Social pela Fundação Banco do Brasil, e integra o Banco de Tecnologias Sociais da Fundação.



Há ainda um conjunto de tecnologias que se consideram sociais porque se propõe a oferecer formas alternativas na produção de conhecimentos, rompendo com um determinado *status quo*. Esse é o caso das experiências do Catálogo incluídas nos subgrupos Ferramentas didáticas inovadoras, que reúne experiências na área da educação, sendo a maioria metodologias e/ou produtos inovadores e criativos para o ensino e aprendizagem; e Novas propostas teórico metodológicas para formação de recursos humanos e intervenção social, que traz experiências (algumas educacionais) que se orientam por uma proposta teórico metodológica das ciências humanas e sociais para fazer frente a formas tradicionais e conservadoras de lidar com os problemas sociais (como é o caso das experiências dos cursos de segurança pública, que rompem com a lógica militar e dogmática para tratar o problema, e o Mapa de Percepção de Riscos, que propõe uma nova metodologia para identificar as áreas consideradas de risco onde trabalham os funcionários das concessionárias de energia elétrica).

Finalmente, também se identificam como tecnologias sociais as experiências que, respondendo a problemas sociais locais (da cidade, por exemplo) articulam atores interinstitucionais sob a forma de redes para lidar com determinadas demandas, como é o caso da Rede de Educação para Redução de Desastres (RED), para prevenir e lidar com desastres ambientais em Angra dos Reis (que articula Estado, Universidade e sociedade), do Projeto Conjuntura Verde (rede voltada para a qualificação das políticas públicas da região da Costa Verde do Estado do RJ) e a experiência Cuidando da exposição à violência sexual: empoderando mulheres e tecendo redes, que, com o objetivo de oferecer um serviço mais qualificado para mulheres vítimas de violência doméstica, também se propõe a mitigar a fragmentação na oferta dos serviços públicos de saúde e da assistência.

Problematizamos as narrativas dos autores e o que estes definem como tecnologias sociais como objeto de análise a fim de comparar os dados empíricos com as premissas analíticas disponíveis na bibliografia sobre o tema. Nem sempre é possível desenhar claramente os limites disciplinares nesse campo, mas permite fazer uma análise que considera a tecnologia social como uma categoria em construção, polissêmica e, sobretudo, política.

A tecnologia social, como categoria política, se destacou no terceiro setor fomentada pela busca de uma distribuição menos desigual dos direitos sociais. A literatura nos mostra que não existe apenas esse ponto de vista e que há contradições na sua proposição como solução para problemas do mercado, assim como na forma como as Universidades encamparam a proposta através das suas incubadoras. Entre 2002 e 2015 há uma produção acadêmica crescente sobre tecnologia social e sobre o termo inovação social. Nas políticas públicas, o termo também ganha importância, sobretudo por conta da Política Nacional de Tecnologia Social.

Sobre a polissemia do termo, parece ser certo dizer que há um sequestro semântico da palavra, o que faz com que a tecnologia social ganhe, no mundo da política, diferentes compreensões. Quando associada à ideia de inovação social,



essa última parece seguir caminho semelhante se compararmos a tecnologia convencional (associada ao mercado e ao capital) com a tecnologia social (produzida para mitigar os efeitos perversos produzidos pelo mercado). O que observamos, através da análise aqui proposta é que se faz necessário problematizar os diferentes sentidos de “social”, que oscila conforme o emissor da mensagem ou o público a que se destina.

## Conclusões

Ao termo tecnologia social, seus diferentes usos e significados, foram associados distintos termos com amplas interpretações, reunindo diferentes atores. O conceito propriamente dito, polissêmico, permanece em aberto porque tem sido acionado como uma categoria política, dado seu histórico os e valores que o informam. Ao entender o termo como polissêmico não fazemos disso um problema ou limitação. A partir da descrição e análise das experiências de tecnologia social desenvolvidas pela UFF, além de permitir conhecer como a universidade tem se mobilizado em torno dessa agenda, podemos refletir sobre essa área de conhecimento e oferecer uma contribuição teórico metodológica para os estudos sobre ciência, tecnologia e sociedade.

Percebemos, nesse sentido, que a tecnologia social não possui exatamente um conceito, mas representa diferentes experiências, na maioria das vezes alternativas aos modelos hegemônicos existentes, podendo ser acionado conforme a intencionalidade política do que se quer defender. É somente quando nos debruçamos sobre as evidências empíricas, ou seja, quando estudamos o objeto pesquisado, que podemos perceber como está sendo apropriado esse tema, e em que contextos e quais valores estão sendo acionados. Do caminho realizado pelo conceito schumpeteriano de inovação até uma adequação sociotécnica (e que também é agenda de pesquisa de estudos sobre ciência, tecnologia e sociedade), foram mobilizadas várias referências bibliográficas para entender essa realidade. A bibliografia consultada expressa a insatisfação teórico metodológica para expressar esse termo (e suas experiências) em suas expressões interdisciplinares. De todo modo, a publicação do Catálogo e sua análise nos permite fazer uma entrega importante: sistematizar em uma publicação os investimentos da UFF em temas de relevância social e, a partir disso, refletir teórica e metodologicamente sobre isso.

## Referências

ALBUQUERQUE, Lynaldo Cavalcanti de. Tecnologias Sociais ou Tecnologias Apropriadas? O Resgate de um Termo. In: OTTERLOO, Aldalice [et al.] orgs. Tecnologias Sociais: caminhos para a sustentabilidade. Brasília: RTS, 2009. p. 14-23.

BAUMGARTEN, Maíra; MACIEL, Maria Lucia; SOBRAL, Fernanda. Ciência, Tecnologia e inovação social. Liinc em Revista, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 1-10, mar. 2017.

BIGNETTI, Luiz Paulo. As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa. Ciên-





cias Sociais Unisinos, São Leopoldo, v. 47, n. 1, p. 3-14, jan./abr. 2011.

BRASIL. LEI Nº 10.683, DE 28 DE MAIO DE 2003. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Brasília, DF.

BRASIL. DECRETO Nº 4.764, DE 24 DE JUNHO DE 2003. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Trabalho e Emprego, e dá outras providências. Brasília, DF.

BRASIL. PL. Nº 111/2011, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015. Institui a Política Nacional de Tecnologia Social. Brasília, DF.

BRASIL. PL. Nº 3329/2015, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015. Institui a Política Nacional de Tecnologia Social. Brasília, DF.

DAGNINO, R. (Org.). Tecnologia Social: ferramenta para construir outra sociedade. Campinas. São Paulo. UNICAMP, 2009.

DAGNINO, R; BAGATTOLLI, C [et. al]. Como transformar a tecnologia social em política pública?. In: DAGNINO, R. (Org.). Tecnologia Social: ferramenta para construir outra sociedade. Campinas. São Paulo. UNICAMP, 2009.

DIAS, Rafael De Brito. Tecnologia social e desenvolvimento local: reflexões a partir da análise do programa um milhão de cisternas. Revista brasileira de desenvolvimento regional, Blumenau, v. 1, n. 2, p. 173-189, set. 2013.

DUQUE, Thais Oliveira; VALADÃO, José De Arimatéia Dias. Abordagens teóricas de tecnologia social no brasil. Pensamento Contemporâneo em Administração, Rio de Janeiro, v. 11, n. 5, p. 1-19, out./dez. 2017.

ETZKOWITZ, H. & CHUNYAN ZHOU. Hélice Tríplice: inovação e empreendedorismo universidade-indústria-governo. Estud. Av. vol. 31 no. 90. São Paulo. May/Aug. 2017.

FRANÇA FILHO, G.C., LAVILLE, J.L. Economia Solidária: Uma abordagem Internacional. Porto Alegre: Editora da UFRJ, 2004.

GARCIA, S. G. A tecnologia social como alternativa para a reorientação da economia. Estudos Avançados. V. 28, n. 82, p. 251-275, 2014.

HULGARD, L.; FERRARINI, A. Inovação social: rumo a uma mudança experimental na política pública?. Ciências Sociais Unisinos, v. 46, n. 3, p. 256-263, 23 dez. 2010.

MACIEL, Ana Lúcia Suárez; FERNANDES, Rosa Maria Castilhos. Tecnologias sociais: interface com as políticas públicas e o Serviço Social. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 105, p. 146-165, Mar. 2011.

MARTINS, Luciane Patricio B; SILVA, Esther P; SILVA, Evelyn Lopes P. Catálogo de Tecnologias Sociais (org.). N.1 Volume 1, UFF, 2017.

MEDEIROS, C. B. de et al. Inovação social além da tecnologia social: constructos em discussão. Race, Joaçaba, v. 16, n. 3, p. 957-982, set./dez. 2017.

MUKENDI, J, ; WELCHEN, V.; FOLCHINI L, ; MACHADO,V.; DALLE MOLLE, F., CANDATEN, L; . COMIN, J.; CHAIS, C.; MONTEIRO,V; GANZER, P. P; PRODANOV, C.; DORION, E; MUNHOZ OLEA, P. (2017) Inovação Social nas Ciências Sociais: Uma Análise Bibliométrica de 2007 à 2017; XVII de IC, UCS, outubro de 2017.

OLIVEIRA, E. M. Empreendedorismo social no Brasil: atual configuração, perspectivas e desafios – notas introdutórias. Revista FAE, Blumenau, v. 7, n. 2, p. 9-18, 2004.

PREMEBIDA, A; NEVES, F. M.; ALMEIDA, J. Estudos sociais em ciência e tecnologia e suas distintas abordagens. Sociologias, Porto Alegre, v. 13, n. 26, p. 22-42, jan./abr. 2011.

RODRIGUES, I.; BARBIERI, J. C. A emergência da tecnologia social: revisitando o movimento da tecnologia apropriada como estratégia de desenvolvimento sustentável. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 42, n. 6, p. 1069-1094, 2008.

SINGER, P. O que é economia? 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2003.





## CAPÍTULO 11

# **TENSÕES E ENTRELAÇAMENTOS NA SOCIEDADE PÓS-SECULAR HABERMASIANA: REFLEXÃO INICIAL SOBRE A TRADUÇÃO COOPERATIVA DOS CONTEÚDOS RELIGIOSOS**

TENSIONS AND INTERLACES IN THE SOCIETY POST-SECULAR SOCIETY:  
INITIAL REFLECTION ON COOPERATIVE TRANSLATION OF RELIGIOUS CON-  
TENT

**Roseane da Conceição Lôbo Santos**

## Introdução

Como outros estudos interessados no tema da Democracia, este, ainda em construção, busca desenvolver uma análise conceitual com base na bibliografia habermasiana que considera o diálogo entre visões de mundo religiosas e não religiosas para construção de uma esfera pública aberta ao diferente, ou seja, plural. O conceito a ser abordado é o de Tradução Cooperativa dos Conteúdos Religiosos. Ao analisar bancos de teses e artigos, percebe-se que é um conceito ainda pouco explorado, quando comparado com outros temas da obra de Habermas. Acreditamos que a exploração desse conceito, proposto por Habermas nas conferências “Fé e Saber” (2001) e “Dialética da Secularização” (2004) como primordial para que “a secularização continue nos trilhos”, seja relevante para o campo de estudos sobre a relação entre religião e esfera pública democrática.

Entendendo a esfera pública democrática como um espaço onde diferentes indivíduos podem estabelecer uma comunicação racional, vimos na leitura habermasiana a possibilidade de tratarmos as diferentes visões de mundo, inclusive religiosas, como elementos relevantes para o debate das pautas públicas. Com os questionamentos deste trabalho de pesquisa, temos em vista, além de analisar a teoria, fornecer subsídios teóricos para a avaliação do significado social da relação entre os discursos seculares e religiosos nas dimensões pública e institucional das sociedades democráticas, bem como para estudos empíricos sobre as práticas e experiências de indivíduos e grupos religiosos nos campos das eleições, da vida econômica, dos movimentos sociais, da cultura e dos meios de comunicação.

De uma forma geral, não existe um consenso entre os estudiosos da Secularização e da Religião quando se trata do conceito, da origem ou mesmo das causas desses fenômenos. Buscando evitar afirmações precipitadas, propõe-se analisar que, longe de a religião ter sido descartada totalmente com a secularização das sociedades, pode-se observar na esfera pública desencantada, além do engajamento político de grupos religiosos, o fato da divergência da religião com as muitas outras visões de mundo que ascendem ao debate político democrático. Ou seja, apesar do *status* diferenciado, a religião segue como tema importante ao se considerar a esfera pública, sendo elemento a ser levado em conta nos debates políticos.

Entendemos, nesta perspectiva e a princípio, que a sociedade secular não exclui a religião, porém deixa de ser particularmente mobilizada por ela. Por conta disto, acompanhando a atualidade da afirmação de Max Weber sobre o progressivo afastamento da religião para a esfera do irracional, conforme o avanço da racionalização de um mundo guiado, em grande medida, pelo discurso científico, observa-se certa diferença no acesso de cidadãos religiosos e não religiosos aos debates públicos. Neste caminho, consideramos que analisar a relação entre sociedade secular e religião abarca inúmeras *tensões* e *entrelaçamentos* entre discursos religiosos e os discursos seculares na esfera pública: incontáveis empréstimos e



afastamentos que se baseiam na importância moral das diferentes visões de mundo para o equilíbrio da esfera política.

Em vista deste pano de fundo, consideramos as afirmações de Jürgen Habermas sobre razão e religião, como também a relação destas no Estado de direito democrático. O objetivo principal desta pesquisa é analisar o conceito de Tradução Cooperativa dos Conteúdos Religiosos, na obra de Jürgen Habermas. Tratar seu significado e a possibilidade (por quem? como?) do seu estabelecimento no mundo ocidental, a partir das obras de Habermas que consideram o diálogo entre política e religião. Assim, o objeto próprio da pesquisa é o conceito de Tradução.

Considerando que um dos motivos para o discurso que consta no livro *Fé e Saber* (publicado no Brasil em 2013) foi a tensão entre a sociedade secular e a religião, que se mostrou de forma diversa, em Onze de Setembro, no “atentado” às torres gêmeas de Manhattan, e que a análise leva à busca de uma linguagem comum entre o lado secular e o lado religioso, tendo em vista que a secularização *não saia dos trilhos*, alguns questionamentos surgem. Estes questionamentos se tornaram nossos objetivos amplos, quais sejam: analisar sob quais critérios a Tradução proposta por Habermas seria estabelecida; entender qual seria o parâmetro para estabelecimento desta linguagem comum; interpretar como seria possível estabelecer um modelo de tradução comum para os discursos religiosos sem recair em um reducionismo aniquilador destes conteúdos, como também escrutinar quem seriam os responsáveis por esta tradução, tendo em vista que o próprio Habermas afirma que evidências de um esgotamento da solidariedade cidadã têm aparecido no contexto maior de um dinamismo político descontrolado, envolvendo a economia e a sociedade mundiais.

Antes, porém, de abordarmos estes entrelaçamentos e tensões entre razão e religião (principalmente cristã) no contexto do Estado de direito democrático, como abordado por Habermas, revisitamos algumas concepções a respeito da secularização, tomando Max Weber e a abordagem sobre o Desencantamento do Mundo como ponto de partida, pelo fato de seu pioneirismo e atualidade, em certa medida. Somado a este estudo, elencamos, inicialmente, as análises de Danièle Hervieu-Léger (1999), Léo Strauss (2013), Terry Eagleton (2016); Charles Taylor (2010) e José Casanova (1994) ainda serão analisados, no entanto, todos auxiliarão no entendimento da secularização e da secularidade, para que tratemos a pós-secularização conceituada por Habermas.

Para desenvolvimento da análise aqui proposta, utilizaremos principalmente a já mencionada obra *Fé e Saber*, bem como a obra *Dialética da secularização: Sobre razão e religião* (publicada no Brasil em 2007, reunindo as conferências feitas por Habermas e Joseph Ratzinger no encontro promovido pela Academia Católica da Baviera em 2004). Nessas obras está contido o centro de nossa reflexão, isto é, o conceito mesmo de sociedade pós-secular, a abordagem sobre religião na esfera pública, bem como a proposição sobre a Tradução Cooperativa dos Conteúdos Religiosos. Não nos limitando a esses textos, analisaremos também outras obras



de Habermas, entre elas *Entre Naturalismo e Religião* (edição brasileira de 2007), obra na qual aborda também a questão do pluralismo religioso e solidariedade de cidadãos do Estado.

Buscamos abordar, assim, no interior da relação entre *sociedade secular* e *religião*, as possibilidades, e se existem, de um reconhecimento recíproco entre os cidadãos religiosos e não religiosos do Estado constitucional, abordado por Jürgen Habermas. Busca-se questionar como a Tradução Cooperativa dos Conteúdos Religiosos, proposta na sociedade pós-secular habermasiana, se estabeleceria sem recair no etnocentrismo ou no racionalismo, que poderiam reduzir os conteúdos religiosos, mantendo a diferença de aceitação, ou adesão, entre discursos seculares e religiosos pela comunidade política.

## Da Secularização

Ao se tratar das Ciências Sociais, ou primeiramente, da Sociologia, a religião sempre foi um tema de pesquisa inevitável para compreensão das formas de organização das sociedades. Expostos, normalmente, a estudos realizados sob o olhar europeu, encontramos teorizações diversas sobre a relevância da religião no mundo moderno, ante a um vigoroso processo de secularização que modificava seu *status* social. De centro do sentido da organização da vida humana, tema que despertava maior “hostilidade e indignação moral” no Iluminismo da Europa continental, do século XVIII (EAGLETON, 2016, p. 13), a religião passa a disputar lugar com diferentes visões de mundo, que se colocam ao seu lado e, em muitos momentos, acima, para dar explicações sobre temas diversos da condição humana.

No que diz respeito ao *encantamento* do mundo, o que é necessário ser entendido para se falar em *desencantamento*, Weber considera que os seres humanos elaboraram duas formas de relação com o sagrado, que seriam, como afirma Pierucci (2013, p. 69), “duas espécies de um mesmo gênero”: a magia e a religião. Para acessar o mundo suprassensível e relacionar-se com seus significados, uma forma específica de ação e pensamento precisa ser desenvolvida, no “reino do pensamento mágico e religioso” (idem, p. 36). Conforme este autor, magia e religião são dois momentos de um processo de desenvolvimento cultural de racionalização religiosa, que não é uniforme.

Neste sentido, a magia representa para Weber o momento anterior da religião, com nítida afinidade eletiva com o estágio ‘animista’ de uma humanidade imersa num mundo cheio de espíritos, não essencialmente bons nem essencialmente maus, apenas capazes de influir ‘favorável’ ou ‘prejudicialmente’ nos *affaires* humanos, povoando invisivelmente um universo concebido de forma não dual [monista] (pois dual é o mundo pensado pela religião). (PIERUCCI, 2013, p. 69).



A mudança se instaura quando se introduz a representação ético-religiosa, abarcando este mundo e o outro mundo como coisas diferentes e, logo, além do mago, novos funcionários da representação aparecem: “sacerdotes”, “profetas”, “mistagogos”, “sábios” ou “intelectuais leigos”. A religião, neste contexto, diferencia-se da magia, sobretudo, pela doutrina, representando certo momento cultural de racionalização teórica, de intelectualização, com pretensões notórias de controle sobre a vida prática dos leigos, buscando a constância e também fidelidade à comunidade de culto, sendo o melhor sinal desta mudança a aceitação de uma heterogeneidade entre as esferas de valor (WEBER, 2000, p. 294- 295; SCHLUCHTER, 2014, p. 37-38; PIERUCCI, 2013, p.70).

Seguindo com a questão do desencantamento do mundo pela religião, Weber considera que a herança do judaísmo de uma ação religiosa relativamente livre de magia para o cristianismo, associada ao pensamento helênico, ao longo dos anos, porém não de forma linear, possibilitou o grau máximo de racionalização religiosa. Este é encontrado no protestantismo ascético do século XVII, revelando libertação quanto à graça recebida através dos sacramentos cristãos pelo grau de unidade sistemática na relação entre Deus e o mundo e nas relações éticas, e pela “desmágicização”, levando à moral religiosa (WEBER, 2013; SCHLUCHTER, 2014).

Sobre isto, observamos as afirmações de Max Weber sobre a forma de conduta ética dos membros das seitas protestantes, que buscavam manter suas posições enquanto associados:

Nisso, como em quase todos os outros aspectos, as seitas puritanas são os portadores mais específicos da forma de ascetismo que se volta para o mundo [...] Daí serem também os motivos individuais e os interesses pessoais colocados a serviço da manutenção e propagação da ética puritana “burguesa”, com todas as suas ramificações. Isso é absolutamente decisivo para a sua penetração e para o seu efeito poderoso.

Repetimos: não é a doutrina ética de uma religião, mas a forma de conduta ética a que são atribuídas recompensas que importa. Essas recompensas funcionam na forma e na condição dos respectivos bens de salvação. E essa conduta constitui o *ethos* específico de cada pessoa, no sentido sociológico da palavra. Para o puritanismo, tal conduta era um certo modo de vida, metódico, racional que — dentro de determinadas condições — preparou o caminho para o “espírito” do capitalismo moderno. (WEBER, 1979, p. 368).

Posto isto, consideraremos agora a outra face do processo histórico-cultural de desencantamento do mundo considerada por Max Weber, pois a determinação da relação do homem com o mundo e a denominação do lugar do mesmo no mundo não provém apenas da religião, porém, como já mencionamos, de outra fonte com a qual o desencantamento religioso do mundo está diversamente entrelaçado, que é o desencantamento do mundo por meio do conhecimento racional e, em particular, da ciência moderna.

Schluchter afirma que, para Weber, os processos supracitados estão ligados longamente e também se reforçam mutuamente, considerando que a “cristandade



ocidental” não se configuraria desta forma sem as apropriações que fez da tradição judaica e da filosofia grega. Porém, esta conexão criou muitas tensões, que acompanharam o cristianismo ocidental desde o princípio e aprofundaram-se quanto mais independente o pensamento racional se tornava da religião, nas quais a fé cristã e o conhecimento filosófico disputavam o lugar de superioridade.

A propósito disto:

O resultado geral da forma moderna de racionalizar totalmente a concepção do mundo e do modo de vida, teórica e praticamente, de forma intencional, foi desviar a religião para o mundo do irracional. Isso se observou na medida em que mais progredia o tipo intencional de racionalização, se tomarmos o ponto de observação de uma articulação intelectual de uma imagem do mundo (WEBER, 1979, p. 324).

Quanto mais o pensamento racional se desliga da religião, tornando-se mais autônomo com relação a ela, maior será essa tensão, com o resultado de que, ao final, essas tensões serão insuperáveis. Isso será tanto mais provável quanto mais a ciência estiver ligada ao conceito lógico, ao experimento racional e à matematização. O resultado final é que a ciência monopoliza o reino do racional, acabando por deslocar dele a religião. Conforme a perspectiva racional, agora guiada pela ciência, a religião vê-se rotulada como a força impessoal, irracional ou antirracional por excelência (SCHLUCHTER, 2014, p. 45).

Ainda no século XIX, a crítica feita à religião pela ciência moderna era de que a ciência poderia sujeitar e integrar a religião, porém, conforme nos diz Schluchter nesta mesma obra, entende-se que o modo de operação de cada instituição não retira o direito de existência de nenhuma delas, isto porque, apesar de não viverem em harmonia, a ciência moderna não pode assumir o papel de alternativa à religião. Isto se dá pelo fato de o conhecimento gerado pelos mecanismos causais não poder nos ensinar coisa alguma sobre o *sentido* do mundo ou o para quê de sua existência, se o fizesse tal conhecimento deixaria de ser científico (WEBER, 2013, p. 47-49; PORTUGAL, 2015, p. 70-71). Abordando a leitura habermasiana sobre Weber, e entendendo a especificidade de cada campo, afirma Luiz Bernardo Leite Araújo (2010):

Cada acréscimo de racionalidade científica é acompanhado de um deslocamento da religião do domínio racional ao irracional. Esta contradição entre saber científico e religião explicita o ponto de apoio da análise weberiana sobre o pluralismo de valores do mundo moderno, a famosa guerra entre os deuses e os demônios. A religião fornece “sentido” à vida, dando respostas às questões vitais da existência humana, mas não se trata de um saber “positivo”. A ciência, ao contrário, cumpre esta última tarefa, às custas, porém, de um esvaziamento do sentido profundo do mundo (ARAUJO, 2010, p. 25-26).

Neste caminho, o desencantamento do mundo não significa a superação da religião pela ciência moderna, pois, sabe-se que a religião não deixou de existir — assim como o uso de meios mágicos. Veem-se manifestações religiosas no mundo



moderno e pós-moderno<sup>1</sup>, bem como é possível encontrar estudos da presente década sobre um reavivamento das manifestações religiosas no mundo político, inclusive<sup>2</sup>. Justamente o contrário do que se diz sobre uma supressão da religião à esfera íntima dos indivíduos será encontrado, se levarmos em consideração as afirmações de J. Habermas (2013), J. Habermas e J. Ratzinger (2007), Terry Eagleton (2011; 2016), Charles Taylor (1997; 2010), Hervieu-Léger (2008), Léo Strauss (2013) Koselleck (2003) e Casanova (2010), apenas para citar alguns autores.

Para explicitar o quão complexa é a relação entre religião e modernidade, Hervieu-Léger (2008) retoma a teoria da secularização, mostrando, primeiramente, através de três elementos determinantes, o porquê de o desenvolvimento da modernidade ser associado a um “enfraquecimento social e cultural da religião”, ou seja, à progressiva autonomização da ordem temporal a partir da emancipação da tutela da religião.

Considera-se a racionalidade, primeiramente, como mobilizadora das sociedades modernas; mesmo que se adotem posições críticas às ilusões do cientificismo e do positivismo, as sociedades modernas têm no desenvolvimento da ciência e da técnica a condição para o progresso e para o desenvolvimento humano global como ideia central, conforme a autora. Por conseguinte, aborda-se a sensível mudança entre uma sociedade regida pela tradição e outra na qual o ser humano tem o poder de fundar a história, a verdade, a lei e o sentido de suas ações. Neste caminho, o humano é legislador de sua própria vida, com capacidade de traçar orientações para o mundo que o rodeia, em cooperação com outros no corpo de cidadãos, e este é o marcador da cisão entre o mundo da tradição e a modernidade. Como terceiro elemento, ressalta-se a diferenciação das instituições, um tipo particular de organização social, na qual a religião e a política, o doméstico e o econômico, arte, ciências e etc. se dissociam como campos onde humanos “realizam sua capacidade criativa”, apesar desses campos se interpenetrarem (HERVIEU-LÉGER, 2008, p. 31-33).

---

1 Importante lembrar que Jürgen Habermas não abraça esta concepção. Considera, porém, a modernidade como um projeto inacabado, precisando ser revisado. Isto pelo fato de que, no decorrer da modernização capitalista, a razão instrumental e seus imperativos sistêmicos prejudicaram o potencial racional comunicativo, no entanto, não o destruíram. A racionalidade comunicativa seria um meio para repensar os problemas do tempo presente, como, por exemplo, a questão da relação entre religião e secularismo.

2 MAIA, Antonio Glaudenir Brasil; OLIVEIRA, Geovani Paulino. Orgs. Filosofia, religião e secularização [recurso eletrônico]. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2015.

ROSA, Wanderley Pereira da; RIBEIRO, Osvaldo Luiz. Orgs. Religião e sociedade (pós) secular. Santo André, SP: Editora Unida, 2014.

LUCHI, José Pedro. Org. Religião em Debate: II Simpósio de Filosofia da Religião da UFES. Vitória, ES: Aquarius, 2011.





A socióloga considera que, ao se falar em sociedades laicizadas, fala-se sobre uma vida social não mais, ou cada vez menos, regrada por instituições religiosas, de forma que a crença e a participação em uma religião diz respeito, na modernidade, a assuntos particulares ou pessoais. “Esta distinção dos domínios se insere na separação entre esfera pública e a esfera privada que é a pedra angular da concepção moderna de política”. A longa trajetória de “exílio da religião” não significa, entretanto, que modernidade e religião se excluam mutuamente, pois a concepção religiosa de fé pessoal — iniciada pela concepção de autonomia judaica e ampliada pela lógica de universalização e individualização operada pelo cristianismo — é um elemento fundante do universo de representações de onde emergiu, crescentemente, a moderna figura do indivíduo, autônomo e governante de sua vida (idem, p. 35- 37).

Aborda-se que na modernidade houve uma reapropriação do sonho de realização antes garantido pela utopia religiosa, prometendo e projetando um mundo de abundância. A atualização das utopias conforme os progressos técnicos, para Hervieu-Léger, constitui-se no paradoxo da modernidade, e a isto ela chama de novas formas de religiosidade, ou novas formas de apropriação das tradições religiosas históricas. Neste sentido, posiciona-se contra afirmações de um “retorno do religioso”/“revanche divina”, para se falar dos movimentos espirituais e correntes carismáticas em aumento, no final do século XX. Isto porque a socióloga considera que não se tratam de uma conexão com o universo religioso de um tempo passado, porém são manifestação do caráter paradoxal da Modernidade quanto à crença. “As instituições religiosas continuam a perder sua capacidade social e cultural de impor e regular as crenças e as práticas”, há variações consideráveis nos quadros de membros e também diminuição, no entanto, uma Modernidade geradora de utopia e opacidade cria, por conseguinte, as condições necessárias à proliferação da crença (idem, p. 39-41).

O que caracteriza as sociedades modernas não é a descrença, porém a crença escapar completamente ao controle das instituições religiosas e da igreja, enquanto as identidades confessionais permanecem existindo na vida social. Apresenta-se o crescimento da ruptura entre crença e prática, bem como a liberdade de os indivíduos contruírem os seus “sistemas de fé” particulares fora de uma instituição validada, como aspectos importantes do “enfraquecimento do papel das instituições guardiãs das regras da fé”, particularmente em países da Europa. Fazendo coro com G. Davie (1996), Hervieu-Léger caracteriza a atitude pós-religiosa “de todas as sociedades avançadas” com a fórmula *believing, without belonging*, isto é, “crer sem pertencer” ou sem “aderir” a alguma igreja ou instituição religiosa. Nesse caminho, faz-se possível também “pertencer sem crer”, manter-se em uma instituição sem crer exatamente no que é pregado. Desta forma, as religiões tornam-se suscetíveis de serem incorporadas “a outras construções simbólicas, particularmente àquelas presentes na elaboração das identidades étnicas e nacionais” (HERVIEU-LÉGER, 2008, p. 42, 51-53, 56).

Como conclusão deste ponto, se existe, na Modernidade, uma expulsão da

religião, ela diz respeito ao processo de “destotalização» da experiência humana» que decorre da diferenciação entre as esferas sociais ou instituições. Dentro desse processo, no qual os indivíduos estão envolvidos em experiências desconexas, os sistemas religiosos perdem sua credibilidade por se apresentarem “como códigos globais de sentido no interior dos quais se supõe que toda experiência humana individual e coletiva” encontre sua lógica.

Quanto às narrativas de secularização, Taylor desenvolve algumas considerações em três grandes blocos: *era da mobilização*, como período de ampliação não só das opções de religião, mas de mudanças profundas no próprio lugar do religioso, ou espiritual; *era da autenticidade*, enquanto ampliação do individualismo moral/espiritual e instrumental como também do individualismo “expressivo” como fenômenos de massa; e *religião hoje*, analisada a partir da perspectiva de que, nos séculos XIX e XX, as igrejas conectadas com fortes identidades nacionais ou minoritárias foram solapadas, e do estranhamento a elementos da ética e do estilo de autoridade das mesmas (TAYLOR, 2010, p. 495, 555, 593).

Antes de chegar a este ponto, abordam-se algumas concepções de secularidade, e Taylor desenvolve a terceira ao longo da obra. A primeira diz respeito à prática fervorosa da religião, porém esta já não está em toda parte como no período pré-moderno, resultado da separação entre a Igreja e o Estado, caso exemplificado destacadamente pelos EUA; a segunda, configura-se em um abandono da crença e também das práticas religiosas, um “afastamento” dos indivíduos em relação a Deus, no qual estes deixam de frequentar as igrejas, como ocorre na Europa; por último, a secularidade se configura em uma condição da fé, pois é considerada como uma mudança da sociedade em que Deus era inquestionável para outra, em que a fé é uma opção entre as demais, e não a mais fácil de ser abraçada (TAYLOR, 2010, p. 14-15).

As sociedades do “Atlântico Norte”, foco da análise tayloriana, são lidas enquanto seculares no sentido da passagem de “uma sociedade na qual era praticamente impossível não acreditar em Deus para uma na qual a fé, até mesmo para o crente mais devoto, representa apenas uma possibilidade humana entre outras” (idem, p. 15). Entre os séculos XVIII e XIX, observa-se uma ampliação das opções tanto religiosas como não religiosas, como também uma mudança do próprio lugar do religioso, ou do espiritual, na sociedade.

Em 2013, um artigo bem curto de Leo Strauss, filósofo político teuto-americano especializado no estudo da Filosofia Política Clássica, sobre *Os Três Movimentos da Modernidade* foi traduzido para o português pelo professor Dr. Evaldo Sampaio da Silva. Um artigo bem rico e que também nos auxilia na presente reflexão pelo fato de Strauss delinear o conceito de secularização. Afirmando que, para entender a crise da modernidade — a qual se configura pelo fato de o humano não mais saber o que procura e não mais existirem absolutos —, faz-se necessário compreender a especificidade da modernidade, Strauss considera a modernidade como “a secularização da fé bíblica na qual a fé no além-mundo se torna radicalmente



mundana” (STRAUSS, 2013, p. 327). Isto significa que o paraíso transcendente é desejado para ser consagrado na Terra e por vias estritamente mundanas, como se observa também em Weber, ao considerar que as raízes religiosas do moderno indivíduo profissional, do século XVIII, começaram a definhir, dando lugar a uma experiência utilitarista, exemplificada em Benjamin Franklin (WEBER, 2004).

Nesta perspectiva, “secularização significa, então, a conservação de pensamentos, sentimentos ou hábitos de origem bíblica após a perda ou atrofia da fé na bíblia”. No entanto, segundo Leo Strauss, essa definição não ajuda a compreender quais os aspectos preservados no processo de secularização. Reconhece-se que esta definição revela apenas a perda ou atrofia da fé, o que se traduz em uma face negativa da secularização, apesar de o ser humano moderno ter sido guiado por um projeto positivo, um projeto que, talvez, “não pudesse ser idealizado sem o auxílio de elementos remanescentes da fé bíblica” (STRAUSS, 2013, p. 328-329).

Vê-se a secularização como uma transposição da estrutura conceitual da religião para o mundo secular, a qual, na ampla diversidade de projetos da modernidade, pode ser lida no humano hobbesiano, que se encontra entre o orgulho maligno e o medo edificante da morte violenta, “uma versão secularizada da oposição bíblica entre o orgulho pecador e o temor edificante a Deus” (idem, p. 328). Na mesma direção da perda e da atrofia da fé bíblica e da queda dos dogmas, de um modo geral, Eagleton abordará a crise gerada aparentemente pela diminuição da influência de Deus na cultura ocidental, com uma perspectiva crítica muito clara.

Terry Eagleton (2016) considera, partindo do Iluminismo e chegando à ascensão do Islã radical e à chamada guerra ao terror, que a religião foi, incontáveis vezes, uma das maneiras mais eficazes de a soberania política ser justificada. Neste caminho, Deus desempenhou um papel extremamente importante para sustentação da autoridade política, o que faz que sua queda de influência se torne uma preocupação, mesmo para intelectuais identificados com a esquerda.

Aborda-se que, enquanto no modernismo há uma persistente busca da verdade, da unidade, dos princípios universais, dos valores absolutos — substitutos de Deus em uma cultura desmitologizada —, no pós-modernismo se manifesta a ideia de que não existe necessidade de redenção. Nesta perspectiva, a religião não faz sentido. No entanto, constata-se que a mesma não deixou de existir, pois, para Eagleton, mesmo que a cultura abranja a tudo, como se acreditou que Deus abrangia em algum momento, ela não tem valor transcendente, não é como um domínio do sagrado. Pensa-se, desta forma, no pós-modernismo como uma segunda morte do Todo-Poderoso, pois, se no modernismo existiram substitutos de Deus, no pós-modernismo pode-se observar uma cultura desmistificada da própria cultura. Neste sentido, toda crença se torna substituível (EAGLETON, 2016, p. 172-174).

Na perspectiva de multicausalidade do real, Eagleton abordará, por fim, como o atentado de Manhattan, em 2001, foi um acontecimento importante para frear o esvaziamento espiritual do pós-modernismo e o possível ateísmo, ou reavivar o fer-



vor metafísico no mundo ocidental. O fundamentalismo aparece, assim, como uma ironia no pós-modernismo, isto porque se manifesta em todo o mundo, dividindo-o entre aqueles que “acreditam demais” e aqueles que “acreditam de menos”, segundo o filósofo e crítico literário britânico. Observa-se que o capitalismo ocidental contribuiu no desenvolvimento do secularismo como também do fundamentalismo, através da sua política predatória. Disserta-se também que Deus apenas mudou de endereço, alocando-se no cinturão bíblico norte-americano, nas igrejas evangélicas da América Latina e nas favelas do mundo árabe (idem, 181-182).

Eagleton afirma que o Todo-poderoso que, por um lado, é colocado do lado da “barbárie islâmica”, por outro, é convocado pelo pensamento de esquerda, representado por alguns intelectuais. Reconhece-se a importância do religioso como “complemento” ao político, não só pelo vazio espiritual do capitalismo avançado como também pelas afinidades importantes entre “conceitos religiosos e seculares de fé, esperança, justiça, comunidade, liberação e semelhantes” (ib., p. 186). Vê-se, assim, uma “crença religiosa” nos intelectuais de esquerda, porém também nos defensores do capitalismo, como De Botton, citado por Terry Eagleton, considerando que existem elementos da vida religiosa que poderiam ser aproveitados para solucionar problemas da sociedade secular. Destarte, tal qual no Iluminismo, observa-se Deus sendo utilizado como arquétipo para conferir alicerces sólidos à sociedade política (EAGLETON, 2016, 185-188).

Em resumo às obras citadas, exceto as de Koselleck (2003) e Casanova (2010), que ainda não foram estudadas com o devido cuidado, podemos considerar que, com a Modernidade, as esferas de valor e visões de mundo se pluralizaram, possibilitando aos indivíduos a construção dos seus próprios sistemas de fé, com base ou não nos sistemas religiosos tradicionais (ruptura entre fé e prática), enquanto as identidades confessionais continuam a existir na vida social. Essa “des-totalização da experiência humana” com relação à religião, ou a mudança nas condições de fé, revela uma mudança histórica nas sociedades ocidentais na qual não se pode, ou pode-se cada vez menos, falar em absolutos morais. Apesar deste cenário, onde observa-se que a visão de mundo religiosa perdeu o lugar hegemônico de construção do sentido da vida social e ganhou um lugar junto a outras visões de mundo, há, entre diversos intelectuais, um movimento de resgate dos elementos da vida religiosa e afirmação da possibilidade de um diálogo que gere bons resultados.



## Pós-Secularidade e Tradução

Acredita-se existir um lugar de contribuição para a religião no contexto do Estado de democrático direito e de uma sociedade em que a “linguagem do mercado penetra todos os poros” (HABERMAS, 2013, p.16-17); uma sociedade que, na era moderna, como aponta Hannah Arendt (2014), perdeu a fé na possibilidade de alcançar a verdade, voltando-se para a interioridade, e que, na pós-modernidade, entende o conceito de certeza como tirania e teocracia, conforme Terry Eagleton (2016). Pensa-se ser este lugar de contribuição possível pelo fato de não estarmos inseridos em uma esfera pública antirreligiosa, porém laica, desencantada, na qual a fé é uma opção entre as demais que ascendem à esfera pública.

Desta forma, debruçamo-nos em algumas afirmações de Habermas (2013), nas quais parece considerar a sociedade desencantada como “pós-metafísica e pós-secular”, no sentido de uma sociedade que busca se ajustar à sobrevivência de comunidades religiosas e que, por conta disto, tem no próprio processo democrático um “vínculo unificador” — através de um senso comum esclarecido democraticamente. Assim, afirma que “a neutralidade ideológica do poder do Estado liberal garante as mesmas liberdades éticas a cidadãos crentes e não crentes”, logo, não se pode negar o direito de contribuir para o debate público a nenhum deles (HABERMAS e RATZINGER, 2007, p. 57).

Entretanto, levando em conta a dissonância cognitiva entre os pontos de vista religiosos e não religiosos que fomentam os debates públicos, o autor propõe a Tradução Cooperativa de Conteúdos Religiosos, numa concepção de tolerância e responsabilidade na participação dos diferentes cidadãos. A proposta tem em vista a assimilação da “herança semântica das tradições religiosas sem obliterar a fronteira entre os universos da fé e do saber” (HABERMAS, 2013, p. XIX).

Habermas aponta que, no Estado liberal, pessoas religiosas precisam traduzir suas convicções para, assim, tentar com seus argumentos convencer os outros cidadãos, e isto pode se configurar, muitas vezes, na exclusão da religião da esfera pública, o que é visto como uma injustiça com os religiosos. A forma de escapar disto seria o lado secular se manter sensível à “força de articulação das linguagens religiosas” e que fosse estabelecida uma fronteira controversa, “uma tarefa cooperativa em que se exija dos dois lados aceitar também a perspectiva do outro” (idem, p.16).

Afirma-se que o fato do pluralismo das visões de mundo reaparece todas as vezes que uma questão que envolva convicções mais profundas, existencialmente relevantes, ascende à agenda política, chocando os pontos de vista dos cidadãos do Estado — crentes e não crentes. Quando esses cidadãos compreendem a necessidade de lidar de forma pacífica com a pluralidade de visões de mundo, sem destruir o vínculo com a comunidade política, “reconhecem o que significam, em



uma sociedade pós-secular, as condições seculares da tomada de decisões, estabelecidas pela Constituição". Apenas quando isto acontece é que a razão pluralizada segue a dinâmica da secularização, mantendo-se aberta para aprender com as duas partes do conflito, não assumindo, assim, um caráter destruidor das diferentes visões (HABERMAS, 2013, p. 8, 24).

Ao modelo de Kant, que ampliou o livre arbítrio de modo a abranger a autonomia, o que operou a primeira "desconstrução ao mesmo tempo secularizante e salvadora das verdades da fé", Habermas propõe que seja realizada a Tradução Cooperativa dos Conteúdos Religiosos, tendo o discurso racional como base comum e cada indivíduo como um agente que pode e também deve ter a possibilidade de interferir nas normas e leis às quais ele próprio está submetido (ARAUJO, 2010, p.10).

Temos em vista a possibilidade de desenvolver um levantamento e análise de instituições, brasileiras ou não, que fomentam o diálogo entre os cidadãos religiosos e não religiosos, ou que, pelo menos, tenham atividades que incentivem o diálogo inter-religioso. Isto porque seria um sinal da possibilidade de um contato racional e equilibrado entre diferentes visões de mundo na esfera pública do Estado democrático de direito.

Neste caminho e a princípio, o Movimento dos Focolares será analisado como um bom exemplo. É um movimento conservador nascido na Europa, que se encontra espalhado por vários países, inclusive na América Latina. Tem por objetivo resgatar o que existe de comum entre as diferentes visões religiosas, no que diz respeito ao cuidado com o humano. Com ações religiosas, sociais e econômicas, a visão de seus filiados é promover atividades que beneficiem a comunidade onde se instalam. (É uma leitura ainda superficial a respeito). A intenção é verificar se esse movimento poderia ser um indicador da possibilidade da Tradução proposta por Habermas.

## **Conclusão: O que ainda desejamos considerar**

Tendo em vista que este trabalho está em andamento, consideraremos aqui o que pretendemos desenvolver ainda na pesquisa. Abordaremos as obras em que o intelectual considera a religião como um possível elemento de cooperação para constituição democrática da esfera pública, nas quais ressalta a razão como patamar comum para existência de um diálogo entre cidadãos religiosos e não religiosos. Por conseguinte, trataremos sobre a democracia deliberativa habermasiana, que é o contexto necessário para entender o conceito de pós-secularidade, no qual encontraremos lugar para dissertar sobre sociedade Pós-Secular e, por fim, o conceito de Tradução. Isto porque a pós-secularidade habermasiana é o contexto ideal para estabelecimento deste esforço racional e cooperativo entre cidadãos religiosos e não religiosos. O propósito principal é escrutinar esse conceito e entender sua



aplicabilidade no bojo do pensamento habermasiano sobre o tema das relações entre religião e sociedade secular no Estado democrático de direito.

Procura-se-á também estabelecer uma diferenciação entre a espécie de diálogo proposta por Habermas e o diálogo propriamente filosófico (tal como proposto por Platão), para que fique claro que a proposta habermasiana vai ao encontro do fato da pluralidade de visões de mundo em concorrência na esfera pública, pois pressupõe a possibilidade de os indivíduos permanecerem conectados às suas visões de mundo mesmo que convencidos da necessidade de aceitação de visões divergentes, diferentemente do diálogo platônico, que visa ao convencimento dos participantes diante de uma posição que se mostra como portadora da verdade.

Pretendemos, também, investigar a possibilidade de uma analogia entre a atitude da “tradução” proposta por Habermas e o conceito de “deliberação”, formulado por Aristóteles em sua *Ética a Nicômaco*. Acreditamos que a descrição aristotélica da capacidade humana de realizar uma “escolha deliberada” (que envolve um necessário diálogo interno entre razão e desejo como pré-condição de toda ação) pode clarificar as condições dentro das quais a tradução dos conteúdos valorativos das visões de mundo e o diálogo entre elas se tornam possíveis.

Em conclusão, trataremos a estrutura de organização do Movimento dos Foculares como exemplo de tradução de motivações para construção respeitosa de um mundo comum a partir de visões plurais. Junto aos princípios deste, considerar os princípios de organização e luta da Comissão de Combate à Intolerância Religiosa, órgão não governamental brasileiro que reúne pessoas de diferentes credos, inclusive ateus, com o propósito de combater a violência contra cidadãos e espaços religiosos. Pensar também, como exemplo do diálogo preconizado por Habermas, o próprio evento que reuniu, na Academia Católica da Baviera, em Munique, Habermas e Ratzinger para a realização de um debate entre o filósofo e o teólogo acerca dos fundamentos pré-políticos do Estado de direito democrático e das possibilidades de convivência entre crentes e não crentes dentro desse modelo de Estado.

## Referências

- ARAUJO, Luiz Bernardo Leite. *Pluralismo e Justiça*. São Paulo: Edições Loyola, 2010.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.
- EAGLETON, Terry. *A morte de Deus na cultura*. Rio de Janeiro: Record, 2016.
- HABERMAS, Jürgen. *Entre naturalismo e religião: Estudos filosóficos*. Tradução de Flávio Beno Siebeniechler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2007.
- HABERMAS, Jürgen. *Fé e Saber*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
- HABERMAS, Jürgen e HATZINGER, Joseph. *Dialética da secularização: sobre razão e religião*. São Paulo: Ideias & Letras, 2015 (7ª reimpressão).
- MAIA, Antonio Glaudenir Brasil; OLIVEIRA, Geovani Paulino. Orgs. *Filosofia, religião e secularização* [recurso



eletrônico]. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2015.

PIERUCCI, Antônio Flávio. O desencantamento do mundo: todos os passos do conceito em Max Weber. São Paulo: USP Editora 34, 2013 (3ª edição).

PORTUGAL, Agnaldo Cuoco. Secularização, Cristianismo e Ciência: Será mesmo o fim? In: MAIA, Antonio Glaudenir Brasil; OLIVEIRA, Geovani Paulino. Orgs. Filosofia, religião e secularização [recurso eletrônico]. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2015 (p. 61-83).

SCHLUCHTER, Wolfgang. O desencantamento do mundo: seis estudos sobre Max Weber. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2014.

STRAUSS, Leo. Os três movimentos da modernidade. Ethic@ - Florianópolis v.12, n.2, 2013, p.321- 345.

TAYLOR, Charles. Uma era secular. São Paulo: Editora Unissinos, 2010.

\_\_\_\_\_. Uma era secular. São Paulo: Editora Unissinos, 2010.

WEBER, Max. Ensaios de Sociologia [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1979.

\_\_\_\_\_. Política e Ciência: Duas Vocações. 20 ed. Tradução de Leonidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota [recurso eletrônico]. São Paulo: Editora Cultrix, 2013.

\_\_\_\_\_. A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

\_\_\_\_\_. Sociologia da Religião (capítulo V). In: Economia e Sociedade: Fundamentos de Sociologia Compreensiva. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. 4ª edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000, 2009 (reimpressão), 464 páginas.

<http://www.focolares.org.br/>

<http://ccir.org.br/>







## CAPÍTULO 12

# **PROFISSIONAIS DA POLÍTICA: SUCESSÃO DO PODER ATRAVÉS DE LIDERANÇAS CONSOLIDADAS A NÍVEL REGIONAL E NACIONAL**

POLICY PROFESSIONALS: SUCCESSFUL POWER THROUGH CONSOLIDATED  
LEADERSHIP AT REGIONAL AND NATIONAL LEVEL

**Bruno Moraes Costa**

## Resumo

Um líder político é aquele que reúne condições de trazer para si os interesses políticos que estão em disputa. O exercício da liderança política pode ser feito das mais variadas formas e ter os formatos mais distintos. A figura de um líder político é de extrema relevância no atual cenário político, uma vez que estas figuras reúnem condições de direcionarem as ações políticas e vir a dirigir futuras negociações nos meios políticos, econômicos e sociais. A política brasileira no decorrer do tempo apresentou inúmeras lideranças, sejam elas lideranças locais, regionais ou de nível nacional. A presente pesquisa busca conhecer a fundo algumas dessas lideranças e compreender como estes conseguiram inserir herdeiros políticos no processo de aquisição do poder. A presente pesquisa está inserida dentro da linha de pesquisa Estado, Instituições Políticas, Mercado e Desigualdades uma vez que pretende analisar o comportamento eleitoral em determinadas situações.

**Palavras-Chave:** Política, sucessão, democracia, transferência.

## Abstract

A political leader is one who is able to bring to the political interests that are in dispute. The exercise of political leadership can be done in a variety of ways and have the most different formats. The figure of a political leader is of extreme relevance in the current political scenario, since these figures are capable of directing political actions and directing future negotiations in political, economic and social circles. Brazilian policy over time has presented numerous leaderships, be they local, regional or national leaderships. The present research seeks to know in depth some of these leaderships and to understand how they managed to insert political heirs in the process of acquiring power. The present research is inserted within the line of research State, Political Institutions, Market and Inequalities since it intends to analyze the electoral behavior in certain situations.

**Keywords:** Politics, succession, democracy, transference.



## 1 INTRODUÇÃO

O cenário político nacional sempre apresentou grandes lideranças, que movem consigo expressivos contingentes de votação e eleitorado cativo, conseguindo assim transmitir suas influências de forma que permaneçam no exercício político, mesmo que sem o cargo eletivo. Nesta pesquisa, pretende-se estudar quem são estas lideranças e o que elas representam, seja uma classe específica, corrente de poder ou influência.

Este artigo irá analisar a trajetória dessas lideranças na vida pública, saber se existe um modelo específico de vida política e comparar casos específicos. Observando a vida dessas lideranças antes do ingresso na política e como estes atores conseguem influenciar a decisão do voto da população, elegendo seus indicados, nos casos analisados especificamente de parentesco em primeiro grau.

Quais os impactos sociais podem ser causados pelo continuísmo político no poder? Em caso positivo, a importância de analisá-los de acordo com as características regionais se mostra de grande importância, uma vez que pode estar alinhada com desenvolvimento econômico e social dessas áreas. Salienta-se que não é objetivo deste trabalho, discutir a legitimidade das votações dos casos em questão, por se tratar do estágio atual da democracia brasileira.

O presente estudo se enquadra na linha de pesquisa de Estado, Instituições Políticas, Mercado e Desigualdade, uma vez que pesquisa as diferentes dimensões do comportamento político, nas dinâmicas entre a sociedade na forma de eleitor e seus representantes na forma de Estado, aliados a seu projeto de poder, neste caso, no âmbito intergeracional. Neste caso, o conceito de democracia consta como pano de fundo para o bom andamento deste, pois constitui relação primordial com o objeto de estudo.

Apresenta-se como principal objeto de estudo, a influência dos políticos no exercício da transferência do contingente de votos para supostos herdeiros eleitorais, de modo que impeça a renovação ideológica nos cargos ocupados, sendo perpetuada a visão patriarcal da política como carreira e perpetuação de elites oligárquicas no poder. O objeto permeia pelo campo sociológico a ponto que o projeto de manutenção ou aquisição do poder sobrepõe os interesses das camadas populares, que passam a ser usadas apenas como instrumento nesse processo.

Salienta-se perante o mesmo, que na busca pela Cidadania plena, que segundo Carvalho (2001), engloba os direitos civis (liberdade individual), políticos (autogoverno) e sociais (justiça social), o exercício do voto tem a responsabilidade de expandir ou contrair a qualidade dos demais direitos. Sem essa ciência, o eleitor tende a escolher representantes que nada representam para a construção da Cidadania enquanto processo contínuo, suprimindo assim, a expansão dos próprios



direitos em nome da manutenção de um projeto de poder ou de oligarquia local.

A hipótese que se apresenta inicialmente é que existam conjunturas sociais e econômicas, muitas vezes, de características regionais, que possam servir de base para a manutenção e sucessão de lideranças politicamente consolidadas, o que pode levar às conclusões que os casos de apadrinhamento e sucessão são mais frequentes em regiões que apresentem algum tipo de fragilidade no exercício pleno de sua cidadania e a qualidade da existência da mesma. Existe alguma relação entre o desenvolvimento regional e a consolidação de lideranças de cunho patriarcal?

Em caso positivo, questiona-se a partir da hipótese supracitada sobre a existência de grupos de poder ou influência que se relacionam com os representantes eleitos em condições que possam os eleger e também perceber vantagens do poder deste candidato, como organizações religiosas locais, regionais, classes específicas de trabalhadores, ou organizações com o mesmo objetivo final daquela eleição. Podemos imaginar que um representante da frente parlamentar da agricultura, que trabalhou toda sua trajetória na defesa desses interesses, tenha condições de eleger um sucessor ao fim de sua carreira, que possa manter os interesses dessa classe e seus eleitores cativos.

Para analisar de forma satisfatória o assunto proposto, faz-se necessário um exaustivo trabalho bibliográfico, que possa servir de base para entendimento dos resultados colhidos, desde o levantamento preliminar dos casos em que se percebe o continuísmo, até chegar ao campo da análise qualitativa individual e estudo da trajetória em busca da identificação de um padrão. A análise do espectro político apresenta-se como hipótese suplementar na construção destes padrões, por perceber que quanto maior é a preocupação social do político em suas pautas, menor é a quantidade de exemplos encontrados de continuidade expressa nessas heranças eleitorais.

Questiona-se ainda, as motivações pessoais destes representantes ao designarem sucessores para suas trajetórias políticas, de modo que o trabalho possa prever ou antecipar a tendência de fidelização, conforme objetivos políticos demonstrados a partir da defesa de determinadas pautas. Parte-se, portanto, do princípio que o poder de mobilização do eleitorado represente um peso para o representante gerando comprometimento ou da criação de alguma forma de mecanismo de recompensa para com aquele que construiu esse vínculo.

O tema apresentado no presente trabalho apresenta-se atual pela crescente preocupação popular e científica com estudos relacionados à representação democrática. Onde os aspectos correlacionados aos direitos políticos na construção da cidadania se mostram preponderantes na aquisição dos demais direitos, uma vez que passam pelas mãos destes representantes.

O tema se mostra ainda relevante uma vez que a representação política se entende como um princípio constitucional e que uma vez eleito, o representante



carrega consigo a voz do eleitor. Desta forma, o presente trabalho busca entender os caminhos percorridos por representantes que conseguem transmitir o poder e os votos de forma que sua influência perpasse por diferentes gerações.

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar a fidelização eleitoral com relação à líderes estabelecidos politicamente pelo voto, com carreiras políticas estabelecidas a ponto de permanecer com sua influência para com os eleitores, de modo a indicar sucessores para os cargos ocupados outrora.

Em outras palavras, dentro de um recorte específico, pretende-se analisar o caso dos políticos eleitos no pleito de 2018, que apresentam parentesco em primeiro grau com algum ator que já tenha ocupado cargo eletivo anteriormente, dentro da mesma área de influência. Tal recorte, foi planejado desde o processo de redemocratização, por entender que a conjuntura política se mostra quase inalterada com relação à atual.

Para entender a dinâmica da **transferência e fidelização dos votos** desses atores, apresentam-se como objetivos específicos: a) Investigar os políticos eleitos no pleito de 2018, que tenham em seu histórico familiar, outros políticos eleitos desde a redemocratização; b) Compreender em quais grupos de influência verifica-se a maior incidência dos casos de indicação bem sucedida; e c) Verificar a existência de padrões regionais, bem como características sociais que possam servir de motivação para a perpetuação política no poder, verificando conseqüentemente a existência de fatores que possam servir de inibidores para esse tipo de acontecimento, seja por corrente ideológica ou outros tipos de motivação.

Para que os objetivos do presente trabalho se tornem resultados que possam ser reproduzidos e contribuir com o debate do atual cenário político, o mesmo foi apensado em uma metodologia pautada em uma abordagem qualitativa. Primeiramente devido a ênfase na interpretação dos atores em relação à pesquisa, analisando a importância do contexto da organização que vem sendo pesquisada.

O método de pesquisa utilizado será o estudo de caso, pautado em uma pesquisa participante, com observação direta dos fatos no campo e entrevistas com os atores ou com seus congêneres. Este estudo tem como propósito uma pesquisa exploratória, analisando a causa e efeito entre dois ou mais fenômenos, representado neste caso, pelos momentos de posse do candidato primeiro, até a eleição do seu futuro ponto de influência, apensados nesta pesquisa de forma restritiva a familiares de primeiro grau (ascendentes, descendentes e colaterais).

## 2 DEMOCRACIA, POLIARQUIA E ACCOUNTABILITY

A democracia, segundo Przeworski (1994) é um ambiente com regras estabelecidas onde partes competem com interesses distintos. Representa a concorrência de partidos em um cenário de resultados incertos e depositam suas esperanças em uma correlação de interesses dos eleitores em busca da afirmação em um sistema que é caracterizado por ter muito mais perdedores do que vencedores na chamada Arena Eleitoral.

Ainda segundo Przeworski (1994), a alternância é de importância primordial para a existência da democracia, ou seja, sistemas onde existem partidos dominantes, não são considerados democráticos, por mais que haja participação popular. No ambiente democrático, cada partido investe recursos econômicos, organizacionais e também ideológicos para reduzir suas incertezas no caminho até a vitória nos pleitos eleitorais entendendo que a derrota deve ser algo temporário.

Baseado em pressupostos e perspectivas democráticas, que servem como arcabouço institucional em termos de regras para o processo político, Dahl (1997) formula o conceito de Poliarquia e adota um modelo em que permite comparação com outros modelos:

- Hegemonias fechadas: regimes em que a disputa pelo poder é baixa e a participação política é limitada;
- Hegemonias inclusivas: regimes em que a disputa pelo poder é baixa, mas a participação política é mais extensa;
- Oligarquias competitivas: regimes em que a disputa pelo poder é alta, mas a participação política é limitada;
- Poliarquias: regimes em que a disputa pelo poder é alta e a participação política é ampla.

As poliarquias são misturas complexas e instáveis de quatro elementos - as três tradições políticas e o estado. Muitas, senão todas, as lutas políticas podem ser entendidas como argumentos sobre qual é a melhor combinação em um determinado momento em um determinado país (DAHL, 1997).

Cada elemento traz valores divergentes, refletindo diferentes visões da natureza humana, em jogo. Depois que a Grã-Bretanha começou a desenvolver o que hoje reconhecemos como prenúncio da poliarquia, atraiu muita atenção admiradora de líderes intelectuais e políticos de outros países. Difusão, primeiro da Grã-Bretanha, e mais tarde dos Estados Unidos e da França, fez muito para moldar as sub-poliarquias - fora do mundo do Atlântico Norte, a poliarquia nunca foi um



produto verdadeiramente local (PRADO JR, 2012).

Em todo o mundo, os países que procuram estabelecer suas próprias poliarquias observaram as fundações das poliarquias modernas originais, seus pensadores "clássicos" e o poder e prestígio de suas tradições políticas. Os fundadores das poliarquias originais procuraram a Grécia e Roma por conceitos e exemplos, edificantes ou preventivos. Mais tarde, a Revolução Francesa serviu como um exemplo de advertência, não apenas na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, mas também na própria França, pois observadores chocados com a ligação jacobina entre democracia e republicanismo reforçaram ou reformularam suas idéias sobre como manter salvaguardas liberais contra tais riscos (O'DONNELL, 1998).

Os retardatários da Poliarquia - incluindo as repúblicas latino-americanas que até hoje apresentam algumas das mais antigas (e menos efetivas) constituições do mundo - freqüentemente adotaram sem muita variação os conjuntos institucionais já familiares a eles do império formal ou informal ao qual pertenciam. As novas poliarquias do leste e do sul globais buscaram o transplante de leis e constituições para servir como motores da modernidade política e econômica, desencadeando debates persistentes e freqüentemente acalorados sobre a lacuna criada entre o pagal legal e o pagador ré (CALHOUN, 2007).

Essa lacuna - há muito discutida por políticos, historiadores, romancistas e cientistas sociais - entre regras formais e o que a maioria das pessoas na maioria das vezes realmente faz, levantou debates intermináveis sobre se seria melhor estabelecer com firmeza o pagamento legal ou organizar a vida política em torno do *pays réel* (BREUILLY, 2001).

De um modo ou de outro, a navegação social bem-sucedida requer uma consciência aguda dos códigos formal e informal, bem como de seus entrelaçamentos. Isso é verdade em todos os lugares, mas em nenhum lugar mais importante do que naqueles países que estão mais afastados das áreas centrais geográficas e históricas da poliarquia (DALLARI, 2016).

Por muito tempo e com poucas exceções, nenhum dos princípios contra-intuitivos da democracia, liberalismo e republicanismo se saiu bem fora dessas áreas centrais. Muitos tipos de regimes persistiram ou emergiram do leste e do sul, mas poucos eram poliarquias, embora alguns homenageassem o poder da tradição democrática ao buscar um manto de legitimidade por meio de eleições. Esses vários tipos de governo autoritário negavam as fronteiras defendidas pelo liberalismo, mesmo que a conveniência ou a impotência os fizessem tolerar uma gama variada de atividades autônomas na sociedade (SANTOS, 2013).

Embora o republicanismo, como vimos, possa ser concebido de forma autoritária, a maioria dos governantes autoritários não era de modo algum republicano. Em vez disso, eles se comportaram de maneiras que, podem ser chamados de neopatrimonialistas, se não sultanistas. Alegavam governar pelo bem comum, mas



se mantinham acima da lei e muitas vezes ignoravam, para sua vantagem pessoal, as injunções éticas do republicanismo (O'DONNELL, 1998).

No entanto, as eleições eram às vezes realizadas, mesmo que não fossem livres e justas. Além disso, em alguns países onde as eleições foram suprimidas (como nas ditaduras militares latinas), as pessoas podiam se lembrar de tempos "democráticos" de votação razoavelmente competitiva, mesmo que pouco em termos de liberalismo ou republicanismo jamais tivesse obtido (SANTOS, 2013).

Embora rotatividade e sorte sejam os procedimentos mais primordialmente democráticos, é o voto que se identificou com a democracia de acordo com as noções acadêmicas e do senso comum. A tendência moderna generalizada de identificar a "democracia" (isto é, a poliarquia) com eleições obscureceu os papéis não menos constitutivos desempenhados pelo liberalismo e pelo republicanismo (ROSE; SHIN, 2006).

Com os avanços da democracia descritos desde Przeworski (1994), até Sombra (2016), a amplitude na participação política e na disputa pelo poder, caracterizam Poliarquias em todas as esferas da democracia representativa. Os atores que disputam o poder em pleitos eleitorais estão cada vez mais representados nos movimentos políticos e não mais apenas os representam.

Sombra (2016), observou o crescente papel desempenhado por grandes grupos de interesse no cenário político, sendo estes grupos, decisivos por deterem informações específicas, ou poder econômico de mobilização, desequilibrando campanhas eleitorais e tirando o foco da política como luta individual pelo poder. A vantagem competitiva no pleito se dá ao agente/candidato que tiver maior mobilização destes grupos.

Com o crescente interesse nos estudos democráticos, O`Donnell (1998) introduz o conceito de Accountability, que é a responsividade dos atores eleitos através do processo democrático, em duas esferas:

**Accountability Vertical:** quando a sociedade controla de forma ascendente os representantes por ela eleitos, através de mecanismos como conselhos, plebiscitos e do voto.

**Accountability Horizontal:** quando ocorre a mútua fiscalização dos poderes, por meio de órgãos de controle da atividade pública da mesma ou de outra esfera de poder.

Aragão (1997) se refere ao Accountability como a mão invisível nas competições políticas, enquanto O`Donnell (1998) correlaciona o Accountability Horizontal com os conceitos democráticos de Dahl (1997), uma vez que este é marcado por ambientes Liberais e Republicanos. Por outro lado, o Accountability Vertical é comum a ambientes altamente democráticos, uma vez que a última resposta ao





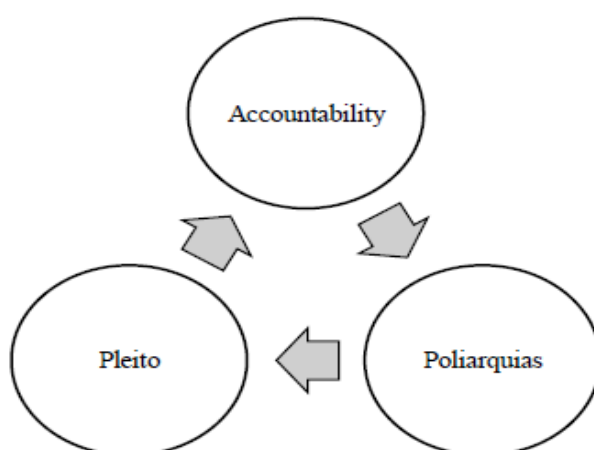
serviço prestado pelo agente público se dá no pleito eleitoral, sobretudo em um ambiente de alta participação política e de ampla disputa pelo poder (Poliarquia).

Segundo Olson, o interesse comum dos membros de um grupo pela obtenção de um benefício coletivo nem sempre é suficiente para levar cada um deles a contribuir para a obtenção desse benefício. Existem circunstâncias onde o indivíduo do grupo sabendo que o benefício coletivo não lhe será negado, independentemente de sua participação ou não (por se tratar de um bem coletivo), tenderá a se escusar, a fim de ampliar seu bem estar, deixando que os demais paguem pelos custos de sua obtenção.

A decisão de todo indivíduo racional sobre se irá ou não contribuir para a obtenção do benefício coletivo depende se os custos da ação forem inferiores aos benefícios alcançados. Olson argumenta que grupos menores tendem a ter maior adesão de seus membros, isso se dá por vários fatores, entre eles ao fato de o benefício ser dividido por um número igualmente reduzido de participantes, sendo o benefício recebido significativo a cada membro. Para ele, grupos grandes são mais susceptíveis a não atingirem seus objetivos, isso se dá por ser o benefício diluído a tal ponto que os custos da participação se excedem aos benefícios alcançados, desestimulando o indivíduo.

Outro motivo se dá pelo fato de que a não participação do indivíduo não apresenta grande impacto sobre o resultado, como geralmente ocorre em grupos pequenos. Assim, grupos grandes tendem a ter indivíduos não atuantes, mas que serão beneficiados pelos resultados, uma vez que se trata de benefícios coletivos, daí a necessidade de algum tipo de coerção sobre o não-participante ou um benefício exclusivo para os indivíduos atuantes.

Figura 1: Representação do ciclo democrático e participação



Fonte: Elaboração Própria – adaptado de O`Donnell (1998) e Przeworski (1994)

De Thomas Jefferson a John Dewey, quase todo teórico democrata citou um eleitorado informado e ativo como essencial para a democracia. Uma democracia forte depende da participação ativa de um setor representativo de seus cidadãos. Esse ideal essencial, na verdade, foi a razão pela qual as escolas públicas foram

criadas em primeiro lugar: ensinar a próxima geração como ser cidadãos eficazes. Eles foram fundados para manter a democracia e proteger as futuras gerações contra qualquer ameaça a ela.

### 3 DEMOCRACIA NO BRASIL

Nesta seção, o trabalho busca fazer um breve histórico da democracia no Brasil e levantar importantes teóricos no âmbito nacional, que busquem explicitar detalhes das relações em ambientes democráticos, em busca de uma compreensão sobre o comprometimento dos candidatos com grupos políticos estabelecidos na arena eleitoral.

A transição para a democracia no Brasil não foi abrupta nem representou uma ruptura do governo militar. As principais figuras civis no regime autoritário, depois de certo ponto, não resistiram à mudança de regime, mas uniram-se ao movimento da oposição para manter suas posições e influência no novo governo (ADORNO, 2004).

Os defensores de uma nova ordem aceitaram seu apoio como meio de acabar com a ditadura, mas ao fazê-lo permitiram que a coalizão política autoritária mantivesse seu poder e posição no Estado. Os militares em 1974 iniciaram o processo gradual de liberalização política que culminou na a transferência de poder para um governo civil 11 anos depois (CARVALHO, 2004).

Na esperança de reduzir o envolvimento militar direto na política e confiante em sua capacidade de controlar a “abertura” política, os líderes militares iniciaram um processo que levou à sua saída do poder. Desfrutando de grande prosperidade econômica e significativo apoio político civil, os militares conseguiram administrar a transição prolongada com relativo sucesso. Uma das principais razões para o seu sucesso foi a disponibilidade de um partido bem organizado em que os militares pudessem confiar para organizar apoio civil ao regime (PRADO JR, 2012).

O regime militar brasileiro, sozinho entre seus pares na América do Sul, na verdade fomentou um partido político que poderia efetivamente competir em eleições semi-livres. O partido governista no Brasil comandava a maioria na câmara baixa do Congresso, a Câmara dos Deputados, até 1982 e uma pluralidade até 1985. Manteve sua maioria no Senado até 1985, embora auxiliado por leis eleitorais que permitiram ao partido do governo nomear um terço dos senadores (BAQUERO, 2008).

Em contraste com a Argentina, onde o governo militar (1976-83) se desintegrou após a derrota na guerra Malvinas / Falklands contra a Grã-Bretanha e foi incapaz de controlar a transição do regime autoritário, o governo militar brasileiro conseguiu administrar a transição do regime até o fim mesmo. Apesar da resistên-



cia dos liberais, a liberalização ocorreu, embora lentamente. O uso da tortura foi gradualmente refreado (RANINCHESKI; CASTRO, 2013).

O habeas corpus foi restaurado em 1978; em 1979, uma anistia geral entrou em vigor e novos partidos foram autorizados a se formar; e em 1982 as eleições diretas para os governos estaduais aconteceram pela primeira vez desde 1965. Com o tempo, a oposição ficou mais forte, mas permaneceu incapaz de derrubar o regime (RANINCHESKI; SILVA, 2013).

O avanço para o governo civil começou depois de 1982, quando a crise econômica e a inépcia política do governo de Figueiredo levaram a uma erosão do apoio das massas e da elite ao regime militar. Os militares haviam concordado em permitir que um civil fosse eleito presidente em 1985 por um colégio eleitoral cujos membros foram eleitos em 1982 (ROSE; SHIN, 2006).

Como o partido pró-governo, o PDS (Partido Social Democrático), tinha uma clara maioria neste órgão, os militares acreditavam que ele poderia garantir a eleição de um candidato aceitável para si mesmo. Depois de 1982, no entanto, o descontentamento em massa com o governo autoritário foi acelerado pelas dificuldades econômicas. Entre 1981 e 1983, a renda per capita declinou cerca de 15%, o desemprego subiu acentuadamente e a inflação, que havia girado em torno de 20% no início dos anos 70, subiu para mais de 100% em 1980 e para mais de 200% em 1983 (BREUILLY, 2001).

Deserções de elite do campo do governo, em parte uma reação ao descontentamento em massa, foram desencadeadas pela nomeação desastrosa de um candidato presidencial PDS impopular. O regime militar foi finalmente derrotado por uma improvável aliança de antigos políticos do regime e da oposição (CALHOUN, 2007).

Em 1984, uma campanha de oposição por eleições diretas para presidente, a mobilização de maior escala na história do Brasil, atraiu milhões de pessoas a centenas de manifestações em todo o país e até mesmo dividiu profundamente o campo do governo. Mas não conseguiu cumprir seu objetivo primordial; em abril de 1984, representantes do PDS no Congresso derrotaram de maneira restrita uma emenda que restabeleceria eleições diretas para presidente (DALLARI, 2016).

O fracasso da campanha fortaleceu a mão de Tancredo Neves, que liderou o esforço de oposição para incentivar deserções suficientes entre os representantes eleitorais do PDS para ganhar a presidência no colégio eleitoral. Neves conseguiu persuadir oficiais militares a não realizar um golpe e atrair o apoio de oponentes e ex-defensores do regime militar para sua candidatura.<sup>4</sup> Sentindo que estavam em um navio afundando, líderes-chave do PDS abandonaram seu partido em junho de 1984, prometendo eleger Neves (KERBAY; TRUZZI, 2007).

Em 15 de janeiro de 1985, Neves derrotou seu oponente impopular por uma margem esmagadora no colégio eleitoral. Neves adoeceu e morreu sem poder

assumir a presidência, por isso o vice-presidente eleito, José Sarney, assumiu a presidência. As circunstâncias sob as quais os opositores à governança militar se levantaram tornam questionável quanto de um programa de reforma eles podem colocar em prática (SANTOS, 2013).

Para chegar ao poder, a antiga oposição teve que fazer consideráveis concessões às elites políticas tradicionais que apoiaram o governo militar, bem como às próprias forças armadas. Talvez o pagamento mais consequente do campo democrático tenha sido a indicação de José Sarney para vice-presidente em troca de deserções do partido do governo. Ex-senador e presidente do PDS, Sarney estava entre os principais apoiadores civis do governo militar. Destacados desertores ex-PDS foram compensados por seus votos no colégio eleitoral, com representação significativa no gabinete e outros cargos de topo no estado (PRADO JR, 2012).

Líderes do PFL (Partido da Frente Liberal), partido criado por desertores do PDS, foram nomeados para chefiar ministérios que controlam grandes orçamentos e fontes significativas de patrocínio estatal, como Educação e Minas e Energia. Depois das mudanças de gabinete feitas por Sarney em fevereiro de 1986, o gabinete incluiu seis homens que haviam sido PDS ou ARENA (Aliança Renovadora Nacional, o precursor do PDS) governadores durante a ditadura e dois outros políticos que a serviram lealmente (DALLARI, 2016).

O partido também recebeu uma parcela significativa de altos cargos nomeados em empresas públicas, agências do governo federal e órgãos do governo estadual. O número e a importância desses cargos deram ao PFL uma base no estado para influenciar a política do governo (CALHOUN, 2007).

Para garantir os votos dos deputados e outros delegados ao colégio eleitoral, o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) concordou em dividir com os deputados do PFL fontes de patrocínio estatal, cruciais para o exercício do poder em um sistema político clientelista. As duas partes em cada estado negociou a prerrogativa de fazer nomeações para 15.000 empregos de segundo e terceiro escalões do governo federal (ADORNO, 2004).

Os militares também se beneficiaram de aceitar sua derrota. Por meio de negociações com os arquitetos da transição, as forças armadas brasileiras se salvaram de serem julgadas, assim como suas contrapartes argentinas, por abusos dos direitos humanos. O decreto de anistia de 1979 que permitia aos exilados retornar ao Brasil era uma anistia de mão dupla que protegia as autoridades militares implicadas na tortura. Ainda hoje, com seis oficiais militares da ativa no gabinete, os militares mantêm a influência direta e indireta, incluindo um veto sobre questões-chave, no novo governo democrático (CARVALHO, 2004).

Os pactos políticos, as concessões e a ampla aliança que possibilitaram a fácil transição para o governo civil conferiram um pesado legado político autoritário à “Nova República” - o termo que Tancredo Neves cunhou durante sua campanha



presidencial pelo regime pós-militar. O antigo regime não foi derrotado sem ambigüidade na transição do regime autoritário, e os militares conseguiram deixar em funcionamento uma infra-estrutura política composta por políticos leais a ele (SANTOS, 2013).

Muitas figuras importantes da "Aliança Democrática" que chegou ao poder em março de 1985 foram participantes-chave da ordem autoritária. Sua entrada no novo PFL assegurou uma voz parlamentar para a antiga coalizão autoritária no período democrático. Quando o PDS declinou acentuadamente nas eleições de 1985 e 1986, o PFL, cujos líderes quase sem exceção apoiaram o governo militar e pertenciam ao PDS até 1985, o suplantou (ROSE; SHIN, 2006).

A transição não fez nada para minar esses padrões tradicionais da política brasileira. Ao contrário, a presença significativa no estado das elites tradicionais que presidem redes de clientelismo indica que o clientelismo, assim como o poder das elites, foram reforçados. As elites políticas tradicionais continuam a desempenhar um papel dominante na política brasileira, e seu poder pode capacitá-las a bloquear caminhos que levem a uma democratização mais completa (PRADO JR, 2012).

Como esse legado político age como uma restrição ao governo democrático, o mesmo é seu espaço de manobra restrito pelo legado econômico herdado do governo militar. O Brasil é mais afortunado do que muitos países cujos ex-ditadores geriam de forma grosseira suas economias. Durante as duas décadas de regime militar, o Brasil teve uma das maiores taxas de crescimento do mundo, com uma média de quase 9% ao ano, de 1968 até o início dos anos 80 (RANINCHESKI; CASTRO, 2013).

A produção industrial aumentou 10% ao ano no final da década de 1960, quase 15% ao ano no início dos anos 70, e um robusto, embora menos dramático, 8% ao ano na metade até o final da década de 1970. Durante esse tempo, o Brasil se estabeleceu como um grande produtor de bens de capital. A agricultura também passou por um processo significativo de mecanização e modernização sob o regime militar (BREUILLY, 2001).

O crescimento do Brasil durante a década de 1970, e especialmente após o primeiro choque do petróleo em 1973, foi financiado por um aumento maciço da dívida externa. Depois de 1973, o governo tomou emprestado pesadamente para financiar grandes investimentos e para cumprir sua maior conta de importação de combustível (CALHOUN, 2007).

O segundo choque do petróleo em 1979 e o aumento dramático das taxas de juros internacionais obrigaram o Brasil a tomar ainda mais empréstimos para sustentar sua economia, ao mesmo tempo em que o custo do serviço da dívida crescia em alta. A maior parte da dívida do país foi contratada a taxas variáveis de juros. A dívida do Brasil subiu de 7 bilhões de dólares em 1971 para 103,1 bilhões de dólares (a maior do mundo) em 1985 (DALLARI, 2016).

O serviço da dívida tornou-se um fardo esmagador que desviou a poupança nacional e exigiu orientar a produção para longe do consumo doméstico e para a exportação, desvalorizando a moeda para tornar as exportações brasileiras atraentes nos mercados mundiais. A desvalorização, no entanto, teve o efeito negativo de alimentar a inflação, exigindo, por sua vez, a implementação de políticas recessivas (ADORNO, 2004).

Segundo Carvalho (2001), os direitos políticos surgiram depois dos direitos sociais, o que prejudicou a concepção de cidadania e a luta eficaz pela consolidação destes mesmos direitos. A população prefere um executivo que garanta alguns direitos do que lute pelo direito de uma totalidade, o mesmo figura como um mal necessário, desprestigiado enquanto transformador da realidade, visto, as vezes, como um mediador de favores junto ao poder executivo, uma vez que a cultura popular imediatista não tem pleno entendimento dos poderes executivo e judiciário.

Por outro lado, Monteiro (2007), argumenta que a complexidade do envolvimento do governo na economia e na sociedade demanda uma compreensão do ambiente onde as escolhas públicas são formadas (democracia), onde as escolhas não se limitam apenas à escolha dos agentes políticos no pleito eleitoral, mas também em sua ação individual, como eleitor, em grupos formais e informais que participam da articulação eleitoral, à frente de interesses privados. Como características desses ambientes, podemos destacar:

- O comprometimento efetivo é indicado pela estabilidade da dependência;
- A ocorrência eleitoral torna os políticos menos propensos a sustentar comprometerimentos firmados antes do pleito;
- Atender o interesse coletivo é ainda mais improvável em cenários de indução eleitoral, ou seja, as massas direcionadas por grupos específicos serão sempre atendidas por atacado;
- As circunstâncias se alteram conforme os comprometerimentos eleitorais se atualizam, em caso de super comprometimento, pactos mais frágeis perdem a vez.

Nicolau (2012) argumenta que a condição necessária para que um país seja caracterizado como democrático, é a existência de eleições limpas e também competitivas, independente das outras dimensões do sistema representativo, para tanto levanta quatro problemas capitais a serem mitigados no cenário democrático brasileiro:

1. Financiamento ilegal das campanhas que cria disparidades entre candidatos e fortalece grupos que simplesmente arrecadaram mais, independente da ideologia, projeto ou agenda;



2. Distorções produzidas pelo sistema proporcional, apesar de sua sofisticação, ainda não foi totalmente assimilado pelos eleitores;
3. Reduzida importância dos partidos na arena eleitoral, suprimidos pelas coligações e barreiras;
4. Voto obrigatório, uma vez que o voto é um direito conquistado, cabe ao eleitor decidir se irá ou não exercer esse direito.

Aprofundando-se no tema dos sistemas proporcionais, Nicolau (2015) defende que esse tipo de sistema, apesar de provocar distorções, favorece o ganho de representatividade, exemplificado pelo quantitativo de mulheres e da dispersão partidária, ao contrário dos sistemas majoritários que tendem a gerar maior concentração. O problema do Déficit Democrático, citado por Monteiro (2007) se torna objeto de análise de Nicolau (2017) que propõe tratar tal Déficit com o fim das coligações em eleições proporcionais, adoção de uma cláusula de barreira a nível nacional e também a correção na distorção representativa entre os estados.

Na mesma linha argumentativa levantada por Nicolau (2015) de que uma Poliarquia pode evitar fraudes e problemas de legitimidade, Peixoto (2010) já havia debatido portanto, as duas dimensões que permitem identificar ideais democráticos nos ambientes atuais: A Contestação Pública e A Participação Direta, ou seja, quanto maior a participação, melhores garantias temos para o sistema democrático. Peixoto (2010), contribuiu com algumas ressalvas com relação ao ambiente democrático, como:

- Quanto mais desigual o município, maior os custos por eleitor das campanhas;
- Quanto maior a renda per capita do município, mais cara as campanhas;
- Quanto maior a proporção de funcionários não estáveis, mais caras as campanhas, pois estão mais propensas ao uso político-eleitoral (patronagem);
- Quanto mais competitivos, maiores os custos por eleitor (muita participação, porém engajamento baixo).

A respeito do comportamento eleitoral podemos destacar três correntes que explicam tal fenômeno, são a perspectiva sociológica, a psicológica e a teoria da escolha racional conforme Castro (1994). A perspectiva sociológica tem uma visão mais ampla para demonstrar o comportamento político dos cidadãos, buscando dar ênfase para as condições sociais constituem o contexto no qual as instituições, as práticas, as ideologias e os objetivos políticos se formam e atuam. Já a as perspectivas psicológicas procuram fazer uma leitura sobre o comportamento político a partir das motivações, percepções e atitudes dos indivíduos em relação ao mundo político.



A última teoria sobre o comportamento eleitoral é aquela inspirada na escolha racional que levam em consideração a decisão do voto como fruto advindo de uma ação racional individual guiada por cálculos de interesse, que fazem o eleitor a se comportar em relação ao voto como um consumidor no mercado. Onde o universo político é visto como um mercado, onde os candidatos precisam “vender seus produtos” e os eleitores ficam na posição de “consumidores”, que deverão fazer suas escolhas entre aqueles “produtos” que melhor lhes satisfaçam.

O comportamento eleitoral do interior brasileiro é caracterizado pela existência de nichos e padrões com baixos e lentos níveis de substituição, remontando realidades em que representantes se perpetuavam no poder.

## CONCLUSÃO

Primeiramente este estudo levantou uma síntese entre democracia, poliarquia e accountability. Através deste levantamento foi possível observar que As poliarquias são misturas complexas e instáveis de quatro elementos - as três tradições políticas e o estado. Muitas, senão todas, as lutas políticas podem ser entendidas como argumentos sobre qual é a melhor combinação em um determinado momento em um determinado país. Cada elemento traz valores divergentes, refletindo diferentes visões da natureza humana, em jogo.

Com os avanços da democracia descritos desde Przeworski (1994), até Sombra (2016), a amplitude na participação política e na disputa pelo poder, caracterizam Poliarquias em todas as esferas da democracia representativa. Os atores que disputam o poder em pleitos eleitorais estão cada vez mais representados nos movimentos políticos e não mais apenas os representam. Com o crescente interesse nos estudos democráticos, O`Donnell (1998) introduz o conceito de Accountability, que é a responsividade dos atores eleitos através do processo democrático.

Após estes levantamentos o estudo permeou pela democracia no Brasil, evidenciando que a transição para a democracia no Brasil não foi abrupta nem representou uma ruptura do governo militar. As principais figuras civis no regime autoritário, depois de certo ponto, não resistiram à mudança de regime, mas uniram-se ao movimento da oposição para manter suas posições e influência no novo governo.

A democracia em nosso país sofreu e sofre grandes alternâncias em suas denominações, há inúmeras questões em aberto no que diz respeito a democracia.

Assim, sugiro que novas pesquisas sejam estruturadas daqui há alguns anos para que possamos ter mais informações acerca da democracia no Brasil.





## REFERÊNCIAS

- ADORNO, Sergio. **O direito na política moderna**. Dossiê CULT, v. 6, n. 81, p. 57- 60, jun. 2004.
- ALVERGA, Carlos Frederico. Levantamento teórico sobre as causas dos insucessos das tentativas de reforma administrativa. **Revista do Serviço Público**, v. 54, n. 3, p. 29-46, 2014.
- ARAGÃO, Cecília Vescovi de. Burocracia, eficiência e modelos de gestão pública: um ensaio. 1997.
- BAQUERO, Marcello. **Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil**. Opinião Pública, n. 2, v. 14, p. 380-413, 2008.
- BREUILLY, John. **Nationalism and the State**. 2. ed. Manchester: Manchester University Press. 2001.
- CALHOUN, Craig. **Nations Matter: Culture, History, and the Cosmopolitan Dream**. London: Routledge, 2007.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- CARVALHO, José Murilo. Cidadania no Brasil. **O longo caminho**, v. 18, p. 18, 2001.
- CASTRO, M. M. Sujeito e estruturas do comportamento eleitoral. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 20, 1992.
- CAVALCANTE, Pedro; CARVALHO, Paulo. Profissionalização da burocracia federal brasileira (1995-2014): avanços e dilemas. **Revista de Administração Pública-RAP**, v. 51, n. 1, 2017.
- DAHL, Robert Alan; LIMONGI, Fernando; PACIORNIK, Celso. **Poliarquia: participação e oposição**. Edusp, 1997.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. 33. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
- DE CARVALHO, José Murilo. Cidadania no Brasil. **O longo caminho**. Civilização Brasileira, 2001.
- DO COUTO, Almiro et al. Poder discricionário no direito administrativo brasileiro. **Revista de Direito Administrativo**, v. 179, p. 51-67, 1990.
- KERBAY, Maria Teresa Miceli; TRUZZI, Oswaldo. Globalização, Migrações Internacionais e novos Desafios à Cidadania. In: **Revista Perspectivas**. São Paulo, v. 31, jan./jun. 2007.
- LASSANCE, Antonio. **Serviço público no século XXI: “inchaço” ou modernização e profissionalização?** Seminário “Agenda Estratégica”, Sessão 8 – Capacidades estatais e relações Estado-sociedade. IPEA, Brasília, 2015.
- LINZ, Juan. **Totalitarian and Authoritarian Regimes**. In Fred Greenstein and Nelson Polsby, eds., *Handbook of Political Science* (Reading, Mass.: Addison-Wesley, 1984), 175-411.
- MONTEIRO, Jorge Vianna. **Como funciona o governo: escolhas públicas na democracia representativa**. FGV Editora, 2007.
- MUNICIPAIS, IBGE Pesquisa de Informações Básicas. **Perfil dos Municípios Brasileiros–MUNIC**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.
- NICOLAU, Jairo. **Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais**. Zahar, 2012.
- NICOLAU, Jairo. **Representantes de quem?: Os (des) caminhos do seu voto da urna à Câmara dos Deputados**. Zahar, 2017.
- NICOLAU, Jairo. **Sistemas eleitorais**. Editora FGV, 2015.
- O’DONNELL, Guillermo. Accountability horizontal e novas poliarquias. **Lua nova**, v. 44, n. 98, p. 27-54, 1998.
- O’DONNELL, Guillermo. Democracia delegativa. **Novos estudos**, v. 31, p. 25-40, 1991.
- OLSON, Mancur; FERNANDEZ, Fábio. **A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria**



**dos grupos sociais.** Edusp, 1999.

PEIXOTO, Vitor de M. Eleições e financiamento de campanhas no Brasil. **Rio de Janeiro. Tese de doutoramento defendida no Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro**, 2010.

PRADO JR, Caio. **Evolução Política do Brasil.** 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

PRZEWORSKI, Adam. **Democracia e mercado:** reformas e economicas na Europa Oriental e na America Latina. 1994.

RANINCHESKI, Sonia; CASTRO, Henrique. Carlos de O. de Castro. Sobre Estado, cultura política da democracia e políticas sociais na América Latina. **Revista Perspectivas do Desenvolvimento.** Um enfoque multidimensional, n. 1, v. 1, p. 06-19, 2013.

RANINCHESKI, Sonia; SILVA, Carla Etiene Mendonça da. Hegemonia, consenso e coerção e os beneficiários do Programa Bolsa Família. **Revista Katálysis**, v. 16, p. 111-121, 2013.

ROSE, Richard; SHIN, Doh. C. **Democratization backwards:** The problem of third-wave democracies. *British Journal of Political Science*, n. 31, p. 331-354, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela Mão de Alice:** o social e o político na pós-modernidade. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** Cortez editora, 2017.

SOMBRA, Thiago Luís Santos. **Teoria democrática e a ação coletiva de pequenos grupos.** id/522804, 2016.

WEBER, Max. **Os fundamentos da organização burocrática:** uma construção do tipo ideal. *Sociologia da burocracia*, v. 4, p. 15-28, 1978.

\_\_\_\_\_. **Economy and Society:** An Outline of Interpretive Sociology. 2 vols., Berkeley: University of California Press, 1979, 1:226-37.



**DIREITO PREVIDENCIÁRIO DA  
PESSOA COM DEFICIÊNCIA:  
ESPECIFICIDADES DA LEI  
COMPLEMENTAR Nº 142/2013  
REGULAMENTADORA DO §1º,  
ARTIGO 201, DA CONSTITUIÇÃO  
FEDERAL**

DISABILITY PERSONAL DISCRIMINATION: SPECIFICITIES OF COMPLEMEN-  
TARY LAW Nº 142/2013 REGULATORY OF §1º, ARTICLE 201 OF THE FEDE-  
RAL CONSTITUTION

**Laís Modesto Ferreira Rosa**  
**Ana Carolina Gomes Ribeiro da Silva**  
**Alex Augusto de Andrade**

## Resumo

O presente trabalho tem como objetivo agregar relevante valor social ao discutir sobre a proteção previdenciária da pessoa com deficiência e suas especificidades. Para tanto será abordada a Lei Complementar nº 142, de 8 de maio de 2013, que regulamenta o §1º do artigo 201, da Constituição Federal, no tocante à aposentadoria da pessoa com deficiência segurada do Regime Geral de Previdência Social – RGPS. Analisa-se, por meio deste artigo, a possibilidade e os requisitos necessários para a concessão desse tipo de benefício às pessoas com deficiência; e quais as condições estabelecidas em atendimento aos preceitos e princípios constitucionais que preconizam, positivamente, as pessoas com deficiência, a fim de atendê-las quanto à possibilidade de obtenção dessas espécies de benefício, tendo como base as normas constitucionais, legislação nacional e tratados internacionais pertinentes ao tema vertente.

**Palavra-Chave:** previdência da pessoa com deficiência; dignidade da pessoa humana; benefícios programáveis; aposentadoria da pessoa deficiente.

## Abstract

This paper aims to add relevant social value when discussing the social security protection of the person with disabilities and their specifics. Complementary Law No. 142, dated May 8, 2013, which regulates paragraph 1 of article 201, of the Federal Constitution, regarding the retirement of the insured person of the General Social Security System - RGPS, will be addressed. This article examines the possibility and the necessary requirements for the granting of this type of benefit to persons with disabilities; and what conditions are established in compliance with the constitutional principles and principles that positively advocate for persons with disabilities in order to assist them regarding the possibility of obtaining these kinds of benefits, based on constitutional norms, national legislation and international treaties relevant to the theme.

**Keywords:** disability insurance; dignity of human person; programmable benefits; disabled person retirement.



## INTRODUÇÃO

Respalgadas por princípios constitucionais, principalmente o da dignidade da pessoa humana, atualmente, as pessoas com deficiência vêm ganhando visibilidade perante à sociedade e forçando os Poderes Públicos a efetivarem seus direitos.

Desse modo, tem-se buscado, cada vez mais, fomentar estratégias para a pessoa com deficiência ocupar espaço no mercado de trabalho, além de interação, participação plena e efetiva, com igualdade de condições com as demais pessoas.

Com o advento da Lei Complementar 142/2013, criou-se requisitos diferenciados para a concessão de benefícios previdenciários programáveis aos deficientes, com o objetivo de diminuir as desigualdades existentes.

Entretanto, embora esteja em vigor há certo tempo, referida norma ainda é pouco conhecida e divulgada, não alcançando, assim, seu objetivo principal que é o de garantir direitos a essa parcela da sociedade que é tão merecedora.

Cabe ressaltar que é dever do Estado, além de garantir tratamento isonômico para sua população, informá-la de modo claro e assegurar que as Leis vigentes em seu ordenamento não fiquem somente na teoria e tenha efetividade prática.

No mesmo sentido, no que diz respeito aos ditames da norma propriamente dita, existem pontos interessantes, como a ideia central de criar requisitos para a concessão das aposentadorias diferentes daqueles exigidos para a concessão das aposentadorias chamadas de comuns, onde foi reduzido pelo legislador o tempo de contribuições exigido bem como a idade dependendo do grau de deficiência, se grave, moderada ou leve.

Aborda-se a importância do legislador, além de criar normas em sua completude para efetivar mais do que somente as regras previstas no diploma legal, mas também criar mecanismos para exteriorizar de maneira satisfatória e que atinge realmente o público alvo.

A metodologia utilizada para o presente trabalho é considerada bibliográfica documental, eis que se desenvolveu por meio de pesquisa com base nas estatísticas e estudos publicados sobre a temática, sem prejuízo de visitas em sítios eletrônicos que abordam a temática eleita. Desenvolveu-se meio de vasta revisão documental, além de diálogos com profissionais atuantes na área previdenciária, que enfatizaram quão importante se faz a distinção específica do bem jurídico respaldado pela norma, bem como seus limites de aplicabilidade.

Por fim, insta esclarecer que a aposentadoria da pessoa com deficiência se trata de uma nova modalidade no ordenamento jurídico pátrio e não pode ser confun-



dida com benefícios por incapacidade e tampouco benefício com natureza especial.

## **Proteção às Pessoas Deficientes no Âmbito Nacional Brasileiro**

Necessário se faz realizar uma breve análise histórica da previdência Social no Brasil para acompanhar a evolução dos direitos conferidos às pessoas deficientes.

Na década de 30, o sistema previdenciário foi estruturado em bases corporativistas, acompanhando o início do processo de industrialização do país. Em 1937, havia 183 CAPs instaladas. Além de inúmeros Institutos de Aposentadorias e Pensões, restritos aos trabalhadores urbanos (DAMIÃO e DRUMOND, 2015).

Em 1960, a Lei Orgânica da Previdência Social, legislação aplicável aos Institutos, foi unificada e sua gestão só o foi em 1966, com a criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) e, em 1974, com o surgimento do Ministério da Previdência e Assistência Social (DAMIÃO e DRUMOND, 2015).

Até o ano de 1990, a Previdência Social no Brasil estava inserida no Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS). Na área da saúde, o sistema abrangia o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS) e a Central de Medicamentos (CEME). Na área da assistência social, compreendia a Fundação Nacional de Bem Estar do Menor (FUNA-BEM) e a Legião Brasileira de Assistência (LBA). Já a Previdência Social contava com o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), responsável pelo pagamento de benefícios monetários, o Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (IAPAS), responsável pela arrecadação, fiscalização e administração das contribuições e a Dataprev, empresa de processamento de dados da Previdência Social (DAMIÃO e DRUMOND, 2015).

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) foi criado em 1990, produto da fusão dos extintos INPS e IAPAS, como autarquia vinculada ao Ministério da Previdência Social, com redes de atendimento distintas para os serviços de arrecadação e de fiscalização. Modernizada a sua estrutura, o INSS, braço operacional do Ministério da Previdência Social, passou a contar com uma diretoria colegiada, gerências executivas, além de postos de atendimentos (DAMIÃO e DRUMOND, 2015).

A Medida Provisória, MP, nº 222, em 2004, criou a Secretaria da Receita Previdenciária. O INSS deixou de cuidar da arrecadação e fiscalização das contribuições previdenciárias, exercendo a atribuição exclusiva do pagamento de benefícios e atendimento dos segurados. Em janeiro de 2005, a MP nº 222 foi convertida em lei. Em 2007, as atribuições da Secretaria da Receita Previdenciária passaram a integrar a recém criada Secretaria da Receita Federal do Brasil, vinculada ao Ministério da Fazenda. (DAMIÃO e DRUMOND, 2015)



Em 2009, foi criada a Previc, Superintendência Nacional de Previdência Complementar, autarquia especial vinculada ao Ministério da Previdência Social, com a função de supervisionar e fiscalizar as entidades fechadas de previdência complementar, também conhecidas, no Brasil, como “fundos de pensão”, de adesão voluntária e complementares ao Regime Geral de Previdência Social, com participação exclusiva de um grupo específico de empregados de uma empresa (DAMIÃO e DRUMOND, 2015).

Enfim, o Direito Previdenciário, desde sua origem, tem por objetivo a cobertura dos “riscos sociais, tomada a expressão no seu sentido comum de acontecimento *incertus an* e *incertus quando* que acarrete uma situação de impossibilidade de sustento próprio e da família” (JÚNIOR, 2005, p. 15).

## Garantias Constitucionais das Pessoas com Deficiência

A Carta Magna brasileira, além da generalidade da proteção elencada em seus artigos 1º, 3º e 5º, tidos como fundamentais e inerentes a toda pessoa humana, também pulverizou a disciplina com princípios, recomendações e algumas disposições infraconstitucionais.

Deste modo, tendo em vista que Seguridade Social é financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por meio de contribuições sociais listadas pelas Emendas Constitucionais nº 20/98 e nº 42/2003, prevendo benefício de prestação continuada ao deficiente.

Assim, diante do artigo 203, V, da CF e, ausência de contribuição por parte da pessoa interessada, tem-se a garantia constitucional do Benefício Previdenciário Continuado (BPC), regulamentada pela LOAS, (sigla cristalizada da Lei Orgânica da Assistência Social), norma infraconstitucional, é possível àqueles que não dispõem de meios de prover o próprio sustento nem tê-lo provido por sua família, devido à miserabilidade – definida em lei quando a renda mensal per capita não é superior a ¼ do salário mínimo – benefício destinado ao portador de deficiência ou à pessoa idosa de 65 anos.

Neste diapasão, ressalte-se que alguns dispositivos demonstram interesse pela Constituição Federal em proteger as pessoas com deficiências, quais sejam, art. 23, II, que dispõe sobre competências, quanto à assistência social e aos cuidados da saúde, faz referência expressa aos portadores de deficiência; Art. 24, XIV - Exige a integração social das pessoas com deficiência; Art. 27, II - Garante proteção às pessoas portadoras de deficiência, reiterando a obrigação protetiva dos entes federativos quanto à saúde e assistência social.

Também é importante elucidar o art. 201, IV e V, no Capítulo da Ordem So-



cial, dispõe sobre a obrigatoriedade de medidas protetivas, independentemente de contribuição ao custeio previdenciário, às pessoas portadoras de deficiência, com a garantia de um salário mínimo, quando não houver recursos para subsistência, ou ocorrer dependência de familiares para sobrevivência, reiterando o disposto no inciso II do mesmo artigo que exige assistência social aos menos favorecidos, incluindo expressamente as pessoas portadoras de deficiência.

Assim, fica claro que os constituintes da Lei Magna de 1988 quiseram ressaltar a posição brasileira diante de políticas inclusivas recomendadas nos diplomas internacionais.

## **Políticas de Inclusão Social das Pessoas com Deficiências**

A deficiência é caracterizada por dificuldades fisiológicas no organismo que dificultam o funcionamento do cérebro, do sistema locomotor ou paralisia nos membros inferiores ou superiores. Ademais, pode ainda ser decorrência de fatores genéticos, fatores virais ou bacterianos e fatores traumáticos.

Nesta ceiva, a saúde é direito social fundamental e, como tal, é direito de aplicação imediata, conforme o artigo 5º, parágrafo 1º da Constituição Federal, não se admitindo que o Estado Brasileiro se esquive de garanti-lo sob a alegação de que não existem condições financeiras.

Para assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiência e sua efetiva integração ao meio social, o Estado, nos termos da Lei 7.853 de 1989 e do Decreto-Lei 3.298 de 1999, estabeleceu normas nesse sentido, criando a Coordenadoria Nacional e a Política Nacional para a efetivação desse fim, assegurando-lhes, além dos direitos fundamentais, tratamento prioritário e adequado.

A forma mais comum de conclusão sobre uma deficiência é a apurada pela Previdência Social, no Regime Geral da Previdência Social (RGPS) ou do Regime Próprio da Previdência Social (RPPS). Nesse cenário, o exame admissional ou sequencial, realizado pela empresa em seus trabalhadores, tem considerável importância, tanto para o aspecto avaliativo da saúde do trabalhador, quanto para a descoberta de anomalias.

Destaca-se várias iniciativas de proteção à pessoa com deficiência e políticas inclusivas, como por exemplo, ao legislar sobre crimes contra o trabalho, O Decreto-Lei nº 2.842 de 7 de dezembro de 1940, fixou, no parágrafo 2º de seu artigo 209, aumento de um sexto a um terço da pena para crimes cometidos contra vulneráveis, incluindo, entre eles, a pessoa portadora de deficiência física ou mental, não distinguindo entre as primeiras, as de locomoção das sensoriais.





Por meio da Lei nº 4.616, de 2 de abril de 1965, concedeu isenção de impostos de produtos importados e de consumo, além de taxa aduaneira para veículos adaptados de uso exclusivo de pessoas com defeitos físicos, impossibilitados de usarem modelos comuns.

No âmbito da previdência, a Lei 7.070, de 20 de dezembro de 1982, dispôs sobre pensão especial para deficientes físicos, mantida pelo INSS. Outro importante documento legal para o tema é a Lei 8.213 de 24 de julho de 1991, que estabeleceu o Plano de Benefícios da Previdência Social, regulamentando, entre outros, o auxílio-doença e a aposentadoria por invalidez. Mais significativa, ainda, é a Lei nº 8.742, denominada Lei Orgânica da Assistência Social, LOAS, regulamentadora do artigo 201, da Constituição Federal de 1988, em seu artigo 2º, V, garantindo salário mínimo como benefício mensal à pessoa portadora de deficiência quando não tiver meios de subsistência, dependendo exclusivamente de seus familiares.

Diante deste panorama é possível evidenciar a preocupação do legislador em abordar sobre diversos âmbitos tratados acerca das pessoas com deficiências.

## **Proteção da Pessoa com Deficiência sob o viés Internacional**

Ao abordar-se sobre a temática da pessoa com deficiência, se faz imprescindível tratar acerca de alguns documentos importantes, na aplicação dos direitos inerentes à essas pessoas.

Após a Segunda Guerra Mundial, a questão das minorias deixou de ser analisada somente sob o aspecto político e passou a ser vista pelo prisma humanitário, mais amplo, sem a limitação territorial. Neste viés, surgiu então um conjunto de regras, com diversas aplicações, em aparatos jurídicos próprios, assim, cumpre separar os sistemas global, regional e local de proteção dos direitos humanos, especialmente direcionados à pessoa com deficiência.

As convenções internacionais integram o sistema global de proteção e são produzidas no âmbito da ONU<sup>1</sup>, com representação de Estados da comunidade internacional, denominados de Estados-partes.

---

1 A Organização das Nações Unidas, também conhecida pela sigla ONU, é uma organização internacional formada por países que se reuniram voluntariamente para trabalhar pela paz e o desenvolvimento mundiais. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/conheca/>>. Acesso em 12 out. 2018.

Há, ainda, além do sistema global, o sistema regional que busca a proteção de direitos no âmbito de uma região. Atualmente, há três planos regionais de proteção: o europeu, o interamericano e o africano. Ainda estão em formação mais dois sistemas: o árabe e o asiático. No âmbito local, chamado de interno, a Constituição Federal de 1988, em seu preâmbulo, instituiu o Estado Democrático “destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais: a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça, como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida na ordem interna e internacional” (BRASIL, 1998).

Primeiramente, o documento que teve maior influência em propiciar igualdade a todas as pessoas foi a Declaração Universal dos Direitos Humanos<sup>2</sup>, de 1948, que traz em seu bojo “sem distinção de qualquer espécie”, em seu artigo II, ou seja, quando não pode haver distinção, logo, as pessoas com deficiências estão incluídas.

Outro importante documento, engajador da proteção à pessoa deficiente é a Declaração dos Direitos das pessoas Mentalmente Retardadas<sup>3</sup>, designada pela Organização das Nações Unidas – (ONU), em 1971, centrada das especificidades das pessoas com deficiências mentais, que traz em seu bojo a garantia de que essas pessoas apenas estarão privadas de exercer todos os seus direitos, após passar por uma avaliação para averiguação do grau dessas restrições, por peritos qualificados, e deverão ser periodicamente sujeitos a revisão para apuração da atual condição dessas pessoas.

Já no ano de 1975, passa a vigor a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, que fornece o conceito de que qualquer pessoa incapaz de assegurar por si mesma, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida individual ou social, em decorrência de sua deficiência, sendo esta congênita ou não, em suas capacidades físicas ou mentais, estão asseguradas por este diploma.

---

2 Embora não faça menção expressa à pessoa com deficiência, a Declaração Universal dos Direitos Humanos dispõe em seu artigo XXIII, 1, que “toda pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego”. O seu artigo II dispõe que: 1. Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidas nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição. 2. Não será tampouco feita qualquer distinção fundada na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença uma pessoa, quer se trate de um território independente, sob tutela, sem governo próprio, quer sujeito a qualquer outra limitação de soberania.

3 A Declaração dos Direitos do Deficiente Mental é um diploma específico sobre os direitos das pessoas com deficiência intelectual. Assegura os direitos de gozar os mesmos direitos das demais pessoas, à atenção médica e aos tratamentos exigidos pelo seu caso, como também os direitos à educação, à capacitação profissional, à reabilitação e à orientação que lhes permitam desenvolver ao máximo suas aptidões e possibilidades (arts. 1º e 2º da Declaração).

No que tange os processos de habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência, tem-se a Recomendação sobre a Habilitação e Reabilitação dos deficientes, assim pessoas que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, as quais, em interação com diversas barreiras, podem destruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com os demais, tem direito a inclusão nos moldes desse programa de habilitação e reabilitação.

Com relação à laboralidade da pessoa com deficiência tem-se a Convenção da Organização Internacional do Trabalho – OIT, nº 159, aprovada na 69ª Reunião da Conferência Internacional do trabalho (Genebra, 1983), entrou em vigor em 1985 pelo Decreto nº 51/1985 e, foi ratificada pelo Decreto nº 129/2001. Definindo em seu 1º artigo, que todas as pessoas devem obter possibilidades de conservar um emprego adequado e progredir no mesmo que fiquem substancialmente reduzidas devido a uma deficiência de caráter físico ou mental, devidamente comprovada.

Por fim, tem-se a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência<sup>4</sup>, aprovada pelo Brasil por meio do Decreto Legislativo nº 186/2008, ratificada em 2008 e finalmente promulgada pelo Decreto Federal nº 6.949/2009, a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência se consubstancia em inestimável documento jurídico e histórico. Diga-se, inicialmente, porque estatuiu uma verdadeira mudança de paradigma sobre a visão social aposta sobre a pessoa com deficiência, ao conceituar em seu artigo primeiro que:

Art. 1º: Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas.

Além desse caráter marcante, a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência também ganha destaque histórico na legislação brasileira, pois se trata do primeiro tratado internacional de direitos humanos aprovado nos termos do art. 5º, §3.º, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 45/2004.

---

4 Esse diploma contém cinquenta artigos que asseguram à pessoa com deficiência muitos direitos humanos e liberdades fundamentais, dentre os quais destacamos: direitos econômicos, sociais e culturais (art. 4, 2), à igualdade e não discriminação (art. 5), de acessibilidade (art. 9), à vida (art. 10), à igualdade (art. 12), de acesso à justiça (art. 13), à liberdade e segurança (arts. 14 e 18), à vida e inclusão na comunidade (art. 19), à liberdade de expressão e de opinião e acesso à informação (art. 21), à privacidade (art. 22), à educação (art. 24), à saúde (art. 25), habilitação e reabilitação (art. 26), ao trabalho e emprego (art. 27), à participação na vida política (art. 29), à cultura, recreação, lazer e esporte (art. 30), entre outros.

Segundo o procedimento adotado pelo Brasil, sobre os tratados e convenções internacionais de direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

Assim, a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência inaugura figura jurídica inédita no ordenamento jurídico brasileiro, uma vez que essa "equivalência" determinada pela letra da Constituição Federal, significa dizer que a esse tratado é reconhecido o "status constitucional", servindo, inclusive, como paradigma de controle concentrado, a fim de invalidar "erga omnes" as normas infraconstitucionais com eles incompatíveis, e, ainda, paradigma de controle difuso, exercitável em qualquer grau de jurisdição.

Cabe ressaltar que quase todas as normas internacionais tais como as declarações, cartas e intenções, quando não ratificadas pelo ordenamento jurídico, são considerados diplomas declaratórios ou com natureza de proposições com o escopo de serem alcançados futuramente, todavia são motivadores doutrinários que influenciam o Poder Legislativo, assim, são consultados levando-se em conta o extraordinário papel que assumem.

## **A Aposentadoria da Pessoa com Deficiência**

### **O Fomento da Acessibilidade nas Atividades Laborais**

A política inclusiva brasileira tem-se preocupado cada vez mais em tornar produtivas as pessoas portadoras de deficiência que, no passado, eram vistas como fardo a ser suportado, particularmente os deficientes mentais, pela tradição greco-romana de cultuar a perfeição, considerando a inteligência como chave do sucesso profissional, na acepção preconceituosa de que só assim a pessoa torna-se produtiva.

Visando cumprir os princípios e normas da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil lançou, em 2011, o Programa Viver sem Limites, que prevê a articulação de políticas governamentais de acesso à educação, atenção à saúde e respeito à acessibilidade.

No âmbito da iniciativa privada, a concepção em relação à inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho mudou significativamente com a Lei nº 8.213/91, a que dispõe sobre planos e benefícios da Previdência Social e institui cotas para as empresas como mais de cem empregados. Assim, o mercado de trabalho para estas pessoas especiais está crescendo gradativamente, embora lentamente (Rosa; Gonçalves; Ferreira, 2004), nas chamadas vagas para PCD's,



(pessoas com deficiência).

Segundo o artigo 93 da Lei 8.213/91, a empresa com cem ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% a 5% dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência. Deste modo, tendo em vista a necessidade e o dever das empresas em oferecerem oportunidades de trabalhos para as pessoas com deficiência, que inseridos no mercado de trabalho passam a serem contribuintes obrigatórios da Previdência Social, nasce a importância em se ter garantias e respaldos concernentes aos trabalhadores nessas condições.

Neste deslinde, a aposentadoria diferenciada aos segurados portadores de deficiência foi regulamentada pela Lei Complementar nº 142 de 2013 tornando o ordenamento aplicável, em especial a Emenda Constitucional nº 47, de 2005 que previa sistema especial de inclusão previdenciária, com alíquotas e carências inferiores às dos demais segurados do Regime Geral da Previdência Social.

## **A Efetivação da Garantia Constitucional da Aposentadoria da Pessoa com Deficiência e suas Especificidades: Lei Complementar 142/2013**

Após longa espera para efetivação da previsão constitucional da pessoa com deficiência o Poder Executivo Federal sancionou a Lei que trata da aposentadoria especial de segurado filiado ao Regime Geral da Previdência Social, ou seja, a Lei Complementar nº 142 de 2013 que reduz a idade e tempo de contribuição à Previdência Social para a aposentadoria de pessoa com deficiência, atendendo princípios, recomendações e algumas disposições que asseguram a proteção aos portadores de deficiência.<sup>5</sup>

O trabalhador portador de deficiência foi classificado em três níveis diferentes. A Lei Complementar em tela separa a deficiência em grave, moderada e leve.<sup>6</sup> No enquadramento da deficiência grave, o deficiente precisa somar 25 anos (homens) e 20 anos (mulheres). Já a deficiência moderada precisa de 29 anos (homens) e 24 (mulheres). Para a deficiência leve, requer-se 33 anos (homens) e 28 (mulheres). Em todas, exige-se carência mínima de 15 anos de contribuição.

---

5 Os princípios que protegem os portadores de deficiência correspondem a: 1) Princípio da Dignidade da Pessoa Humana; 2) Medidas para conter os preconceitos gerais da civilização nos termos do artigo 3, IV da Constituição Federal de 1988; 3) Igualdade entre os seres humanos: conforme o artigo 5º da Constituição Federal de 1988; 4) Discriminação laboral: o artigo 7, XXXI da Constituição Federal de 1988; 5) Competência legislativa; 6) Habilitação e Integração. 7) Benefício do pagamento continuado; 8) Educação especializada; 9) Programa de prevenção e atendimento prioritário; 10) Acessibilidade urbanística.

6 A Lei Complementar regulamenta o § 1º do art. 201 da Constituição Federal de 1988, que assim dispõe: "É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime geral de previdência social, ressalvados os casos de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física e quando se tratar de segurados portadores de deficiência, nos termos definidos em lei complementar".

Também houve a redução da idade para a concessão de aposentadoria por idade, qual seja 60 (sessenta) anos se homem e, 55 (cinquenta e cinco) anos se mulher, desde que cumpridos os 15 anos de contribuição.

No entanto, o texto não regulamenta, nem define os critérios objetivos para indicar o que é grave, moderado ou leve, necessitando de regulamentação para esclarecer esses aspectos. Desse modo, a regulamentação dos critérios de avaliação dos graus de deficiência só ocorreu na Portaria Interministerial de 27 de janeiro de 2014, superando, e muito, o prazo de sua implementação, exigindo, então, utilização da Tabela SUSEP<sup>7</sup>, órgão que define os critérios de seguros no Brasil para pagar indenização em caso de invalidez.

Ocorre que o grau de deficiência é atestado por perícia própria do Instituto Nacional do Seguro Social, por meio de instrumentos desenvolvidos para esse fim. No entanto, a Lei não diz que instrumentos são esses, criando ainda mais incertezas quanto à concessão da nova aposentadoria e, por conseguinte, discussão no Judiciário que também tem sido acionado frequentemente para dirimir dúvidas sobre as perícias médicas do INSS, nem sempre confiáveis e muitas vezes desconstituídas por peritos judiciais, pois não é fácil ao deficiente conseguir se enquadrar nas diferentes modalidades de deficiência.

Neste sentido têm-se os seguintes dados: desde a vigência da Lei Complementar nº 142/2013, que instituiu a aposentadoria da pessoa com deficiência, até maio de 2017, 6.168 segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) já tiveram acesso ao benefício (Secretaria da Previdência). Entre o período de 2014 a 2016, 15.116 segurados do INSS passaram por avaliação médica e funcional realizada pelo Instituto. A essas pessoas foi atribuído um grau leve, moderado ou grave de deficiência. No entanto, nem todas reuniram os requisitos necessários à concessão, como idade e tempo de contribuição. Desse total, a maioria (64%) foi avaliada com deficiência leve.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) estima que as pessoas com deficiência representam cerca de 15% da população mundial. A evolução da concessão desse benefício e as características de seus beneficiários foram tema de estudo divulgado pela Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda.

Os números apresentados são tímidos comparados ao tamanho da população com deficiência. Entretanto, espera-se, realmente, que ele cresça e que haja menos burocracia e obstáculos para a concessão de benefícios, uma vez que essas pessoas, infelizmente, ainda precisam superar vários obstáculos para conseguir a tão sonhada igualdade de condições para viver com dignidade.

---

<sup>7</sup> SUSEP é o órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro. A SUSEP é uma autarquia que está vinculada ao Ministério da Fazenda, criada pelo Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966.

No entanto, sabe-se que para ter reconhecido o direito à aposentadoria nos moldes da Lei Complementar em análise, a deficiência deve acarretar impedimentos de longo prazo, seja de natureza física, sensorial ou mental, impeditivos da participação dessa pessoa na sociedade em igualdade de condições aos que atendem as expectativas de padrão dito normal. A existência de deficiência anterior à data da vigência da lei deve ser certificada, inclusive quanto ao seu grau, sendo obrigatória a fixação da possível data do início da deficiência.

Outro ponto importante que deixou de ser apreciado pela Lei em tela é quanto à aplicabilidade da Lei para a concessão do benefício ao professor que é deficiente, embora essas categorias de segurados já façam jus a uma diminuição de tempo de contribuição para a aposentadoria, o fato de ser deficiente é uma agravante que deve ser levada em conta, haja vista que o professor não deixará de ser professor diante de sua deficiência e vice e versa.

Desse modo, o benefício que deveria ser acessível que deveria ser concedido administrativamente, por vezes será judicializado para que haja a devida concessão do provento, sem prejuízos dos segurados.

## Considerações Finais

Diante de todo esse panorama é possível notar que ao longo de toda a história as pessoas com deficiência vêm, paulatinamente, ganhando espaço na sociedade e, no ordenamento jurídico brasileiro, conquistando seus direitos previstos constitucionalmente.

Contudo, apesar do avanço legislativo abordado algumas falhas na norma precisam ser revisadas ao longo do tempo, como por exemplo, a ausência de previsão legislativa desse direito ao professor. Ora, não se olvida que o professor já possui uma especialidade para aposentadoria, mas isso não pode justificar a falta de previsão legal se preenchidos pelo segurado os requisitos exigidos pelo novel diploma legal, pois existe desigualdade entre o professor com deficiência e o professor sem deficiência, que precisa ser observada e extirpada pela Lei.

Assim, buscou-se demonstrar que, embora o espírito da Lei seja positivo, é preciso se atentar que há, ainda, muitas questões a serem discutidas e aprimoradas para que se alcance o verdadeiro direito que merecem as pessoas com deficiência.

Não se pode olvidar que o Legislador na própria Lei 142/2013, demonstrou ser necessário que um Decreto fosse criado para estabelecer os critérios de averiguação do grau de deficiência, qual seria o parâmetro para que se chegasse ao grau leve, médio ou grave, assim, diante de uma lacuna legislativa, a norma perde a essência principal de trazer respaldo e segurança jurídica.



Nesta ceiva, demonstra-se que a norma será aplicada de forma subjetiva, criando debates quando de sua aplicação e até mesmo interpretação, principalmente, na definição básica do que é deficiência, distinção das moléstias ocupacionais ou não, que a própria Lei foi omissa.

Outro ponto a ser enfrentado é o conceito do que seja agravo, enfermidade, doença, incapacidade laboral, limitação e deficiência, quando tratados significativamente nos distúrbios psicológicos, tal disparidade é gritante.

Assim abre-se o questionamento de como seria aplicada a Lei quando analisamos, por exemplo, o caso de Stephen Willian Hawking, inglês que foi acometido por esclerose lateral amiotrófica, quando tinha 21 anos, assim sua mobilidade é praticamente nula, mas, ele é considerado um dos maiores físicos teóricos da atualidade, outros exemplos são, Guilhermina Martins Moreira, que há tempo sofre de esquizofrenia, tal doença foi declarada desde o ano de 2008, mas mesmo assim ela ainda advoga<sup>8</sup>, ou ainda, a gaúcha Paula Pfeifer, de 31 anos que fala três idiomas com a ajuda de leitura labial, e é autora do livro "Crônicas da Surdez"<sup>9</sup>, daí entende-se a importância de serem criadas normas em sua completude.

Por fim, resta enfatizar que não se pode deixar de lutar pela busca da igualdade de tratamento entre todas as pessoas, sendo necessário que o poder Estatal seja provocado a criar mecanismos para que essas igualdades alcancem sua efetividade, saindo do papel para a aplicabilidade no cotidiano dessas pessoas que tanto necessitam.

---

8 "Exemplo de Superação e amor à profissão", in *Jornal do Advogado* de 2013, p.5.

9 "Deficiência Invisível", in **Revista Metrópole do Jornal Correio Popular de Campinas**. Abril de 2013. p. 18.





## Referências

- ALVES, José Carlos Moreira. **Direito Romano**. Rio de Janeiro: Forense, 2010.
- BRASIL. **LEI Nº 7.070, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1982**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/1980-1988/L7070.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1980-1988/L7070.htm)>. Acesso em 12 out. 2018.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 29 ago. 2018.
- BRASIL. **LEI Nº 7.853, DE 24 DE OUTUBRO DE 1989**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7853.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7853.htm)>. Acesso em 12 out. 2018.
- BRASIL. **LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8213cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm)>. Acesso em: 12 out. 2018.
- BRASIL. **DECRETO Nº 3.298, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1999**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3298.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm)>. Acesso em 12 out. 2018.
- BRASIL. **EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 45, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc45.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc45.htm)>. Acesso em 12 out. 2018.
- BRASIL. **DECRETO Nº 6.949, DE 25 DE AGOSTO DE 2009**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm)>. Acesso em 12 out. 2018.
- BRASIL. **Lei Complementar nº 142, de 8 de maio de 2013**. Regulamenta o § 1º do art. 201 da Constituição Federal, no tocante à aposentadoria da pessoa com deficiência segurada do Regime Geral de Previdência Social - RGPS. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/LCP/Lcp142.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp142.htm)>. Acesso em 29 ago. 2018.
- MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Secretária de Previdência**. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/>>. Acesso em: 29 ago.2018.
- BRASIL. **Secretaria da Previdência**. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/>>. Acesso em: 06 set. 2018.
- DAMIÃO, Regina Toledo. DRUMOND, Sybelle Luzia Guimarães. **A Efetivação do Direito à Aposentadoria das Pessoas Portadoras de Deficiências**. III Encontro de Internacionalização do CONPEDI – Madri. Vol. 5. 2015. Disponível em: <<file:///C:/Users/LA%C3%8DS/Downloads/3439-10212-1-PB.pdf>>. Acesso em 11 out. 2018.
- GUGEL, Maria Aparecida. **Pessoas com Deficiência e o Direito ao Trabalho**. Florianópolis: Obra Jurídica, 2007.
- MAIA, Márcio b.; SILVA, Paulo Márcio B. da; SEABRA, Rebecca R. **Os Benefícios por Incapacidade e das Pessoas Com Deficiências em Juízo e os Direitos Humanos em Ação**. 1ª ed. São Paulo: Fontenele Publicações: 2017.
- HART, Michel H. **As 100 maiores personalidades da história**: uma classificação das pessoas que mais influenciaram a história. Tradução de Antonio Canavarro Pereira. 10. ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2005.
- HORVATH JÚNIOR, Miguel. **Direito previdenciário**. 5ª ed. São Paulo: Ed. Quartier Latin, 2005.
- LANNA JUNIOR, Mário Cléber Martins (Comp.). **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.
- LOPES, José Reinaldo de Lima. **O direito na história**: lições introdutórias. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- MARANHÃO, Rosanne de Oliveira. **O portador de deficiência e o direito do trabalho**. São Paulo: LTR, 2005.
- MARTINEZ. Wladimir Novaes. **Benefícios Previdenciários das Pessoas com Deficiência**. 2.ed. São Pau-

lo: LTr, 2015.

MAZZOTA, Marcos José da Silveira. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em <[http://www.onu-brasil.org.br/documentos\\_direitoshumanos.php](http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php)>. Acesso em 12 out. 2018.

ROSA, E. S.; GONÇALVES, M. N.; FERREIRA, J. C. **Recrutamento e seleção de pessoal**. Quais as vantagens deste processo para uma organização? 2004. p. 5. Disponível em: <[www.fcs.com.br/download/artigos/social22.pdf](http://www.fcs.com.br/download/artigos/social22.pdf)>. Acesso em 09 nov. 2018.

SILVA, Otto Marques da. **Epopeia ignorada**. Edição de Mídia. São Paulo: Editora Faster, 2009.



## CAPÍTULO 14

# **SER *OUTSIDER*: OS DESAFIOS DA MULHER NEGRA EM TRAJETÓRIAS DE ASCENSÃO<sup>1</sup>**

BEING AN OUTSIDER: THE CHALLENGES OF BLACK WOMEN IN UPWARD PATHS

**Andréa Franco Lima e Silva**

---

<sup>1</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. O trabalho foi originalmente apresentado sob o título *Ser ou estar: questões de pertencimento e exclusão da mulher negra em trajetórias de ascensão*, no GT32 - Relações Raciais e Étnicas: Desigualdades e Políticas Públicas, do 19º Congresso Brasileiro de Sociologia, que aconteceu entre os dias 9 a 12 de julho de 2019 na UFSC, Florianópolis, SC.

## Resumo

A pesquisa proposta busca refletir sobre o lugar de *outsider* das mulheres negras que ascenderam socialmente ou que estão em trajetória de ascensão. Buscamos entender se elas experimentam principalmente os sentidos de pertencimento ou não-pertencimento (exclusão) a esses novos espaços, através das entrevistas que vem sendo realizadas, em que se busca compreender a história de vida dessas mulheres. As categorias em torno do pertencimento serão construídas a partir dos sentidos do “estrangeirismo” de Simmel e Schutz, e do conceito de *outsider within* de Patrícia Hill Collins.

**Palavras-chave:** Feminismo Negro, Mulheres negras, Relações Raciais.

## Abstract

The research proposes a reflection on the outsider position of black women who have risen socially or who are on an upward trajectory. Our efforts are to know, through interviews, the life story of these women and understand if they mainly experience the sense of belonging or non-belonging (exclusion) to these new spaces. The categories around belonging will be constructed from the meanings of Simmel’s and Schutz’s “foreignness” concept, and from the concept of outsider within developed by Patricia Hill Collins.

**Keywords:** Black feminism, Black women, Racial relations



## 1 Introdução

A presente pesquisa busca compreender como as mulheres negras que ascenderam socialmente ou que estão em trajetória de ascensão vivenciam esse novo lugar social, considerando o seu momento presente e a sua trajetória passada. Buscamos entender se elas experimentam principalmente os sentidos de pertencimento ou não-pertencimento (exclusão) a esses novos espaços, e se a como condição racial é percebida estando em relação aos sentimentos de pertencimento/exclusão.

A inquietação que dá forma teórica ao objeto de pesquisa diz respeito ao lugar as mulheres negras na sociedade, sempre subalternizado e, ao mesmo tempo, como as mulheres negras são colocadas como sujeito singular, na militância e na teoria sociológica sobre o tema. A que diz respeito essa singularidade? O que lhe incita e o que produz em termos ação e de dinâmicas sociais?

A primeira coisa que percebemos, então, é estar em busca dessa singularidade, e compreendê-la em relação a seus desdobramentos sociais. O conceito que primeiro nos ajuda a pensar sociologicamente essa posição é o conceito de *estrangeira*. A mulher negra é uma estrangeira? Quando? Em qual contexto e em que sentido? “Mulher negra” é uma identidade ou também um lugar social? Esses são conceitos excludentes? Qual a especificidade dessa identidade ou desse lugar, e qual a importância sociológica de se propor esta pergunta? Se a mulher negra é de fato uma estrangeira em determinados lugares ou contextos, quais os seus mecanismos de adaptação e de resistência?

Vale ressaltar que, ainda como categoria de análise, entendemos “mulher negra” a partir de uma perspectiva interseccional. Isso significa que não consideramos ser possível separar “mulher” e “negra” em variáveis únicas. Kimberlé Crenshaw em sua tese (1989) se vale pioneiramente da noção de interseccionalidade para analisar como raça, gênero e classe se inter cruzam e geram diferentes formas de opressão, e assim a definiu:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. (CRENSHAW, 2002, p. 177)

Collins (2016) chama a atenção para a interligação das opressões de gênero, raça e classe como tese que orienta todo o pensamento feminista negro e essa é, segundo a socióloga, uma das mais significativas contribuições desse pensamento



para a teoria social em geral, pois permite sair de uma abordagem das diferentes formas de opressão como cumulativas, onde elege-se uma opressão primária, ao redor da qual as outras variáveis se organizam, para uma abordagem a que chama de “holística”, em que o foco não é o acúmulo de opressões, mas a interação entre esses múltiplos sistemas de dominação: “Em vez de acrescentar às teorias existentes variáveis anteriormente excluídas, feministas negras têm como objetivo desenvolver interpretações teóricas da própria interação em si” (p. 108).

Collins (2016) define como “constructo da diferença dicotômica por oposição” (p. 108) o tradicional constructo dualista do pensamento que organiza em duplas de oposição as diferentes variáveis como “homem/ mulher”, “negro/ branco”, “pobre/ rico”, etc.. Nesse tipo de constructo intelectual as pessoas são organizadas em antagonismo, sem possibilidade de complementariedade, e conforme as suas diferenças em relação as outras. As mulheres negras nesse esquema estão sempre nas posições subalternizadas: “Às mulheres afro-americanas têm sido atribuídas as metades inferiores de diversas dualidades e essa colocação tem sido central para a sua dominação persistente” (Ibidem, p. 109).

Assim como Collins (2016), propomos entender a interseccionalidade menos como uma interseção de identidades e muito mais como uma forma de análise crítica que permite uma linguagem comum que comunica campos e perspectivas diferentes e que nos permite investigar como desigualdades sociais são estabelecidas, organizadas, mantidas e reproduzidas a partir de sistemas de poder que se constroem mutuamente.

## 2 O lugar da pesquisa

A pesquisa será conduzida em João Pessoa/PB e Belo Horizonte/MG, embora apenas tenham sido entrevistadas mulheres em Belo Horizonte até o momento de produção deste artigo. O viés comparativos entre nordeste e sudeste não é exatamente uma novidade no campo da sociologia das relações raciais, uma vez que se tratam de duas regiões com diferenças nos processos de desenvolvimento econômico, nos níveis de desigualdade social e na composição racial da população, e estes são critérios que podem impactar qualitativamente nas relações raciais. A comparação regional, assim, pode enriquecer esse trabalho. Embora tenha apresentado até aqui apenas entrevistas que acontecerem em Belo Horizonte, potenciais informantes de João Pessoa já foram identificadas e contatadas, mas com quem ainda não foi possível realizar entrevistas. Uma das possíveis informantes que já viveu em alguns municípios do sudeste e nordeste afirma que nas regiões sul e sudeste experimentou opressões racistas de forma mais ostensiva que no nordeste. Esse pode ser um exemplo de como as percepções podem variar conforme o território<sup>1</sup>.

1 Vale ressaltar, contudo, que a diferença afirmada entre as regiões não diz respeito à existência do racismo, mas quanto a sua dinâmica social, e que essa percepção pode ser própria da trajetória de vida da informante.



Para definir quem seriam as mulheres entrevistadas, nos valem da amostragem por “bola de neve”. Essa técnica é uma forma de amostra não probabilística que utiliza cadeias de referência para a identificação dos sujeitos unidade de análise da pesquisa.

### 3 Abordagem metodológica e técnica de pesquisa

Na pesquisa proposta selecionamos a técnica de história de vida como procedimento mais adequado a resgatar tanto as trajetórias das entrevistadas, quanto alcançar os significados e as percepções que acompanham esse trânsito. Vale ressaltar que história de vida, como técnica, é o momento de coleta de dados, que obedece a diretrizes específicas, e não se confunde com a totalidade da pesquisa (QUEIROZ, 2008a).

Queiroz (2008a) nos lembra que a história oral é o meio primevo por excelência da sistematização e transmissão do conhecimento humano. Por muito tempo a educação humana se deu através da oralidade, do relato. Mesmo a escrita pode ser entendida como a cristalização do relato oral. A palavra grafada é o signo que solidifica o oral, como um intermediário entre narrador e público.

A história oral é gênero que comporta vários tipos de relato, dentre os quais a história de vida: “relato de um narrador sobre sua existência através do tempo” (QUEIROZ, 2008a, p. 43). ao contrário do que ocorre na entrevista, na história de vida a direção do pesquisador é mínima, ele não “organiza” o relato do entrevistado e – talvez justamente por isso – demanda mais tempo que mais encontros do que outros tipos coleta. É difícil por termo ao relato de um personagem que é sempre infinito.

Na sociologia, contudo, o interesse do pesquisador não pode somente fixar-se nesse “personagem”, nesse sujeito, mas ir em busca, através do narrado, das estruturas sociais, crenças, valores, tradições, comportamentos que são plano de fundo daquela existência, mesmo aquelas que persistam somente no plano da memória.

A história de vida, como toda técnica de coleta qualitativa ou quantitativa, apresenta algumas dificuldades e limitações para as quais deve estar atento o pesquisador. A primeira delas é manter em mente que o pesquisador não é o narrador. Nessa relação, cada parte tem diferentes objetivos, o pesquisador é guiado por um interesse posto na forma de problemática sociológica, enquanto que o narrador tem interesse em transmitir sua experiência, que delimitará aquilo que considera significativo, ainda que o pesquisador tenha selecionado o tema e formulado as questões ou o esboço de um roteiro temático (QUEIROZ, 2008a). Nesse sentido, vale destacar que, embora a intenção não seja “dirigir” a entrevista, ou estruturá-la em algum nível, trabalharemos com um roteiro temático, na tentativa de con-

tribuir pra que as narradoras possam traçar um recorte específico em seus relatos.

O uso desse relato, por sua vez, será guiado pelas preocupações do pesquisador, o que exige outro cuidado, já que as narrativas em uma história de vida normalmente vem “muito coloridas pelo subjetivismo do informante” (QUEIROZ, 2008a, p. 36), o que nos leva a mais uma recomendação: por apresentar um retrato parcial da realidade, ao relatado devem ser acrescentados toda sorte de dados de outras fontes.

Como nos lembra Bourdieu (2006), em crítica ao uso da história de vida, pesquisador e narrador tendem a compreender as trajetórias como lineares e em direção a um fim, a um acontecimento específico, o que é uma percepção equivocada, já que a vida e seus acontecimentos, simplesmente não são lineares, e nem se pode falar cientificamente de um destino. Tampouco, segundo o autor, seria possível “fragmentar” uma vida em relatos. Contudo, Avelar (2007) aponta outros caminhos, salientando que, em última análise, o que orienta a história de vida são as questões que se colocam sob uma perspectiva teórico-metodológica. Em realidade, cabe ao pesquisado a palavra final sobre o sujeito, uma vez que é ele quem coloca tais questões.

Em que pese os desafios impostos pelo método, relatos como a história de vida nos conduzem, a partir desse ponto de intercessão do plano individual e do social, àquilo que é do plano do simbolismo, dos sons, dos silêncios, dos significados ocultos e dificilmente quantificáveis, do encontro entre subjetividade e coletividade em construção e em relação viva presentes no indivíduo. Como bem coloca Queiroz (2008a), a história de vida nos leva do indizível ao dizível.

#### 4 A mulher negra como *outsider*

O objeto que se construía à frente é esse lugar/ identidade *outsider* da mulher negra. Para pensar esse lugar era preciso definir *qual* mulher negra seria sujeito da minha pesquisa. Teria que ser uma mulher ocupante de espaços que são usualmente negados a essa população, um lugar social em que ela fosse estrangeira. Partimos inicialmente em busca de mulheres que estiverem passando por trajetórias de ascensão, entendidas como a aquisição de uma condição social diferenciada e hierarquicamente superior à situação anterior de existência, em uma noção de trânsito em sentido bastante amplo. É comum que os critérios para a hierarquização dos trânsitos sociais sejam socioeconômicos. Contudo, interessávamos nos processos de mudança em que o indivíduo passa a ser qualificado de forma diferenciada principalmente em sua dimensão subjetiva, ou seja, ou o sujeito passa a ser reconhecido por outros atributos e valores incorporados nesse trânsito, tornando-o uma pessoa diferente da que era antes, ou ele é “rejeitado” nesse novo lugar social justamente por não incorporar os atributos subjetivos tidos como necessários para esse pertencimento.





Nos trabalhos que envolvem a ascensão social dos negros, esta pode ser abordada dando-se ênfase ao branqueamento, entendido como processo de incorporação de alguns aspectos do que se pode chamar de “cultura branca” afirma Soares (2004). Esse tema aparece em trabalhos realizados até meados do século XX que comentaram a mobilidade social negra<sup>2</sup>. Por outro lado, são muitos os casos em que “a ascensão os leva ao reconhecimento das dificuldades enfrentadas pela população negra e se constitui numa motivação para que estes indivíduos voltem à base” (PINTO, 2010, p. 20-21).

Nesse sentido, falar em mobilidade social para a população negra não se limita a verificar os trânsitos entre os estratos ou classes sociais, mas também nas implicações identitárias que acontecem nesse movimento. Assim, mais que uma mudança de estrato econômico, buscamos mulheres que estejam adentrado ou tenham adentrado uma esfera socialmente considerada superior em relação à sua condição anterior, o que pode ocorrer através da mudança de renda, de ocupação, de escolaridade, etc.

A experiência de campo nos levou a crer que o ambiente acadêmico é ainda um espaço de certa hostilidade à mulher negra e talvez seja um lugar que mereça ser privilegiado por essa pesquisa. Segundo o Censo da Educação Superior<sup>3</sup> (2016), as docentes negras (pretas e pardas) que possuem o título de doutoras não ultrapassa 3% do total de docentes do ensino superior brasileiro. Mulheres pretas com doutorado são 0,4% do corpo docente nos programas de pós-graduação em todo o país. Dentre o corpo docente, segundo pesquisa divulgada pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – Andifes no presente ano, referindo-se aos dados de 2018, a maioria dos alunos matriculados nas universidades federais são negros mas, desagregando-se essa variável, temos aqui uma diferença significativa entre pretos e pardos: representam 12% e 39,2% de alunos matriculados, respectivamente. Embora o dado não nos informe a correlação de gênero e raça, é possível supor que as mulheres pretas são minoria nesse quadro, e pensar o quanto isso impacta na sua experiência dentro da universidade.

---

2 Vide os trabalhos de Virgínia Bicudo, “Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo” (1945) e “O negro no Rio de Janeiro: relações de raças numa sociedade em mudança” de Luís Aguiar da Costa Pinto (1952).

3 O Censo da Educação Superior foi realizado via questionário enviado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), do Ministério da Educação, e recolhido pelas instituições de ensino. Os dados abrangem instituições públicas e privadas. Do total de professores, 44% escolheram não declarar sua raça ao Censo. Considerados somente os declarantes do campo raça, homens brancos doutores são 43% dos docentes dos cursos de pós-graduação. Não foi possível consultar os dados sobre raça do último censo publicado em 2017.

As nossas informantes identificam o ambiente universitário sob dois vieses. É aquele ambiente que possibilita novas perspectivas de mundo e a autorreflexividade, mas também é o lugar em que muitas vezes as estudantes se sente marginalizadas e estereotipadas. As entrevistadas com quem conversamos sobre a experiência acadêmica são frequentadoras de programas de pós-graduação das ciências humanas (ciência política e psicologia) em uma universidade pública. Nesses dois casos, o ambiente universitário foi considerado mais hostil que o ambiente de trabalho.

Essa é uma questão que chama bastante atenção porque abre novas perspectivas de análise, que tratam da potencialidade do lugar de estrangeira da mulher negra na produção do conhecimento científico.

Para Collins (2016), essa condição no escopo da ciência é uma vantagem intelectual da mulher negra, que é poder exercer um olhar único, peculiar, sobre o seu lugar no campo e sobre o desenvolvimento de uma atividade e teoria próprias. Essa é uma das contribuições criativas do pensamento feminista negro para as ciências sociais, segundo a autora.

Assim, para a análise desse lugar peculiar que ocupa a mulher negra, Collins (2016) elege o pensamento feminista negro por meio de três temas, a que chama de "literatura multidisciplinar": "O pensamento feminista negro consiste em ideias produzidas por mulheres negras que elucidam um ponto de vista de e para mulheres negras" (p. 101). Essa definição importa em alguns pressupostos:

- A articulação necessária entre estrutura e conteúdo temático do pensamento produzido e as condições materiais dos sujeitos que produz esse pensamento. Ou seja, para produzir pensamento feminista negro é preciso ser, necessariamente, mulher negra. Não há outra possibilidade. É possível que se reflita, debata, examine aquilo que já foi produzido, mas o ato de criação está ligado pelo conteúdo à condição de produção desse pensamento.
- O pensamento feminista negro é moldado pela história e pela vida de mulheres negras, mas diz respeito às mulheres negras como um grupo, pois certos elementos nesse ponto de vista que podem ser compartilhados por mulheres negras coletivamente entendidas.
- Isso vale dizer que há temas universais (no universo das mulheres negras), mas que serão compreendidos de maneiras diversas conforme as intersecções de quem produz aquele pensamento.



Partindo da ideia de paradigma científico desenvolvido por Kuhn<sup>4</sup>, Collins (2016) situa a sociologia dentro de um campo científico específico. Ou seja, a sociologia como campo do conhecimento – ela mesma um paradigma dentro do campo maior da ciência – produz seus próprios paradigmas por meio de seus praticantes. Sistemas de conhecimento nunca são completos, são como mapas, representam linhas gerais, que são compartilhados pelos seus praticantes. A relação, portanto, que o cientista pode estabelecer com alguns paradigmas do seu campo se aproxima, afirma Collins (2016), da analogia que Schutz (2010) propõe com a ideia de “receita”. Isso pode gerar dois resultados na prática sociológica:

1. o que Schutz chama de “pensar como de costume”, isto é, um sistema de interpretação historicamente construído que oferece clareza e coerência suficientes para o pertencente ao grupo: “fatos ou observações tornam-se significativos no contexto de teorias ou interpretações daquelas observações” (Collins, 2016, p. 116), ou
2. uma ruptura, a partir de um novo olhar, que tire a ciência do conforto, que confronte o paradigma. O desencaixe da visão do estrangeiro pode provocar o justamente esse desencaixe entre fatos e teoria. É esse o potencial do olhar feminista negro.

Aquilo que se considera “ciência normal” ou *background* para os sociólogos tradicionais não é necessariamente compartilhado pela mulher negra. Muitas vezes, as “receitas” da sociologia tratam de experiências menos familiares para essas mulheres: “este último grupo tende a ser bem mais afetado pela falta de encaixe entre as suas experiências e os paradigmas da própria sociologia” (COLLINS, 2016, p. 119).

O ponto de vista das mulheres negras, assim, existe. Existe na visão e interpretação do mundo e na produção de conhecimento sobre esse mundo. Mas a sistematização desse conhecimento não acontece de forma orgânica. O papel do pensamento feminista negro é justamente produzir fatos e teorias sobre esse saber.

A significativa lição que Collins (2016) nos oferece, portanto, é a de que não devemos temer o nosso ponto de vista. Nós, mulheres negras pesquisadoras, somos nós próprias estrangeiras no campo sociológico e essa posição deve ser encarada como potência no campo científico.

---

4 Vide Thomas Kuhn, em “A estrutura das revoluções científicas” (1962).



## 5 Questões de pertencimento e exclusão

As categorias em torno do pertencimento foram construídas a partir da reflexão sobre os sentidos do estrangeirismo e do conceito de *outsider*, desenvolvidos na teoria sociológica desde Georg Simmel, passando por Howard Becker, Norbert Elias, Alfred Schütz, até o conceito de *outsider within* de Patrícia Hill Collins, socióloga negra estadunidense a quem recorri como eixo teórico para debater o problema de pesquisa.

Collins (2016) defende que a mulher negra é, em variados aspectos, uma *outsider within*. Essa condição, para Collins (2016), se manifesta nas mais variadas esferas de sociabilidade, inclusive na produção do conhecimento científico.

Ao definir a mulher negra como *outsider*, Collins (2016), no entanto, se afasta um pouco do uso tradicional desse conceito na sociologia, cujas as principais referências são Norbert Elias e Howard Becker, e se aproxima mais da definição de estrangeiro, proposta inicialmente por George Simmel e desenvolvida no escopo da sociologia fenomenológica de Alfred Schutz. É importante salientar que, embora apresentem perspectivas muito próximas, as diferenças entre essas definições são significativas e implicam consequências teórico-metodológicas no desenvolvimento de uma pesquisa.

Nas perspectivas de Simmel (1983) e Schutz (2010), estrangeiro é quem se fixa em um lugar ao qual não pertenceu desde o começo. Ser estrangeiro é uma forma específica de interação qual seja a “unificação de proximidade e distância envolvida em toda relação humana” (SIMMEL, 1983, p. 182).

No caso do estrangeiro, a relação de proximidade e distância se dá em relação ao grupo ao qual se integra. E essa é uma condição importante. Aquele que está fora de determinado espaço, ou que não pertence ao grupo ou comunidade, está distante, mas não experimenta concomitantemente a proximidade necessária, que é própria do estrangeiro.

Schutz (2010), por sua vez, tenta compreender como se forma o senso comum de um grupo, o que chama de “padrão de vida” ou “receita”, e que orienta a vida prática. O estrangeiro é, assim, aquele que “erra” na receita, justamente porque não compartilha a história, a origem, a repetição no tempo, isto é, todos aqueles elementos necessários a formação desse senso comum.



O *outsider*, na perspectiva de Elias e Becker<sup>5</sup>, é aquele sujeito que está em algum tipo de relação com o outro que o rotula. Para Elias, mais especificamente, *outsider* não é em si o sujeito, mas a *figuração*, a relação de poder em que ele se encontra. Já para Becker, *outsider* é aquele que assim é apontado pelo outro, por não ser cumpridor das regras da normalidade, tornando-se assim um *desviante*.

O que se pode destacar dessas abordagens é que o estrangeiro aí é o sujeito que percebe e é percebido. Da mesma forma, Collins (2016) busca compreender como as formas de sociabilidade da mulher negra – o que ela chama de cultura negra – vai influenciar na visão que a mulher negra pode desenvolver sobre si (autodefinição e autoavaliação) e o sobre o mundo que a cerca. Nas nossas primeiras entrevistas pudemos perceber que, quanto maiores as condições do exercício de autodefinição e autoavaliação, maiores são as chances das mulheres negras se compreenderem como estrangeiras.

## 6 Considerações finais

Não pertencer é ser estrangeiro. Ser estrangeiro é se encontrar mais próximo do distante. É se perceber móvel entre pontos que são fixos. O estrangeiro é alguém que se move e, de certa maneira, se mantém fixo em um raio desse novo espaço alcançado: “A sua posição neste [espaço] é determinada largamente pelo fato de não pertencer imediatamente a ele, e suas qualidades não podem originar-se e vir dele, nem nele adentrar-se” (SIMMEL, 1983, p. 265). Quem está distante, fora do grupo, não é exatamente um estrangeiro, justamente por esta condição. O estrangeiro não é externo, mas é um “estranho” dentro do grupo: “O estrangeiro, contudo, é também um elemento do grupo, não mais diferente que os outros e, ao mesmo tempo, distinto do que consideramos como o “inimigo interno”” (Ibidem, p. 265). O estrangeiro é aquele que não possui “solo”, não possui todas as significâncias possíveis no cotidiano das relações e experiências simbólicas (SIMMEL, 2005).

Patrícia Hill Collins (2016) percebe esse “estrangeirismo” - esse estar, mas não ser – em vários espaços ocupados por mulheres negras desde a empregada doméstica que compartilha o lar da família branca como alguém “quase da família”, até a participação das mulheres negras em grupos feministas, que ignoram a sua condição racial como elemento de opressão.

Por outro lado, o lugar social (e marginalizado) da mulher negra confere a ela uma vantagem, que é poder exercer um olhar único, que é potencialidade e criação na visão e interpretação do mundo e na produção de conhecimento sobre esse mundo.

---

5 Vide as obras clássicas desses dois autores: “Os Estabelecidos e os Outsiders: Sociologia das Relações de Poder a Partir de uma Pequena Comunidade”, por Norbert Elias e “Outsiders: Estudos de sociologia do desvio”, de Howard Becker.

Collins (2016) ressalta a interseccionalidade como ponto de vista próprio do pensamento feminista negro, considerando essa perspectiva como uma grande contribuição das intelectuais negras às ciências sociais. A interseccionalidade seria quase como uma epistemologia própria, que investiga como desigualdades sociais são estabelecidas, organizadas, mantidas e reproduzidas. Não se trata, assim, de uma mera intersecção de identidades, segundo a socióloga. Se tratam de sistemas de poder - ou de opressões - que se constroem mutuamente. O poder, nessa abordagem, não é assim unitário, mas um sistema de diferentes atributos, elementos, que se moldam e se constroem (raça, classe, gênero, sexualidade, religião, etc.). A interseccionalidade, nesse sentido, está relacionada com a luta política, intelectual e por justiça social em um sentido amplo. Isso significa que há um componente ético nessa epistemologia, de impacto e transformação.

Há um aspecto muito importante que Collins (2016) destaca sobre o estudo da cultura das mulheres negras, que são as formas criativas de enfrentamento da opressão, não previstas pela teoria social tradicional. Collins (2016) afirma que há na teoria social uma presunção de encaixe entre consciência (*self*) e a ação. Contudo, as mulheres negras mostram que essa relação se dá em camadas de diversa complexidade.

Mas a sistematização desse conhecimento *outsider* não acontece de forma orgânica. O papel do pensamento feminista negro é justamente produzir fatos e teorias sobre esse conhecimento. E a ação feminista negra tem a potencialidade de gerar novos paradigmas de atuação e transformação do mundo.

## 7 Referências

AVELAR, Alexandre de Sá. A retomada da biografia histórica: problemas e perspectivas. **Oralidades**, São Paulo, v.2, p. 45-60, 2007.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes,(Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. 8 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 183-192.

\_\_\_\_\_; CHAMBOREDON, Jean-ClaudeP; PASSERON, Jean-Claude. A construção do objeto. In: \_\_\_\_\_ (orgs.). **A profissão de sociólogo: metodologia da pesquisa em sociologia**. 3 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002. p. 45-72.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 99-110, jan/abr 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v31n1/0102-6992-se-31-01-00099.pdf>>. Acesso em 28 de nov. de 2018.

CRENSHAW, K. **Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory, and Antiracist Politics**. University of Chicago Legal Forum, 14, 1989.

PAUGAM, Serge. Escolha e limites do modo de objetivação. In: \_\_\_\_\_ (org.). **A pesquisa sociológica**. Rio de Janeiro: Vozes, 2015. p. 53-64.

PINTO, Núbia dos Reis. **Ascensão social negra: do branqueamento à solidariedade?**. 2010. 121f. Dissertação (Mestrado em em Estudos Étnicos e Africanos) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2010.



QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos orais: do "indizível" ao "dizível". In: LUCENA, Célia Toledo; CAMPOS, Maria Christina Siqueira; DEMARTINI, Zélia de Brito (orgs.). **Pesquisa em Ciências Sociais: olhares de Maria Isaura Pereira de Queiroz**. São Paulo: CERU, 2008b, p. 35-77.

\_\_\_\_\_. O pesquisador, o problema da pesquisa e a escolha de técnicas: algumas reflexões. In: LUCENA, Célia Toledo; CAMPOS, Maria Christina Siqueira; DEMARTINI, Zélia de Brito (orgs.). **Pesquisa em Ciências Sociais: olhares de Maria Isaura Pereira de Queiroz**. São Paulo: CERU, 2008a, p. 15-34.

SCHUTZ, Alfred. O estrangeiro: um ensaio em psicologia social. **Espaço Acadêmico**, Maringá, n. 113, out/2010. p. 117-129.

SIMMEL, Georg. O estrangeiro. In MORAES FILHO, Evaristo de (org.). **Simmel: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. Coleção Grandes Cientistas Sociais, vol. 34. p.182- 188.

SOARES, Reinaldo da Silva. Ascensão social e identidade negra em Salvador. **Revista USP**, São Paulo, n.63, p. 249-251, set/nov 2004.



**O FUTEBOL GAÚCHO  
NA PERSPECTIVA DA  
DECOLONIALIDADE<sup>1</sup>**

GAUCHO SOCCER IN THE PERSPECTIVE OF DECOLONIALITY

**Otávio Nogueira Balzano  
João Alberto Steffen Munsberg  
Gilberto Ferreira da Silva**



## Resumo

Este capítulo aborda a temática do preconceito no futebol gaúcho sob a perspectiva da decolonialidade. Trata-se de estudo de cunho bibliográfico exploratório, apresentando a discussão do tema o futebol como ferramenta decolonial. Tem-se como objetivo demonstrar que o futebol gaúcho, apesar da ocorrência de atitudes preconceituosas e de seguir a lógica colonial capitalista, é uma ferramenta importante no processo decolonial<sup>1</sup>. Como suporte teórico, utilizam-se pressupostos de pesquisadores que propõem um “pensamento outro”. Constata-se que o pensamento colonial ainda se reproduz na sociedade gaúcha, com manifestações veladas e declaradas de discriminação. Nesse contexto, entretanto, o futebol se apresenta como ferramenta e estratégia para a decolonização.

**Palavras-chave:** Futebol gaúcho, Preconceito, Decolonialidade.

## Abstract

This chapter discusses prejudice in gaucho soccer from the perspective of decoloniality. This is an exploratory bibliographical study, presenting the discussion of the theme soccer as a decolonial tool. The objective is to demonstrate that gaucho soccer, despite the occurrence of prejudiced attitudes and following the colonial capitalist logic, is an important tool in the decolonial process. As theoretical support, we use the assumptions of researchers who propose an “other thinking”. It turns out that colonial thinking still reproduces itself in Rio Grande do Sul society, with veiled and declared manifestations of discrimination. In this context, however, soccer presents itself as a tool and strategy for decolonization.

**Key-words:** Football gaucho, Prejudice, Decoloniality.

---

1 Para Ballestrin (2013), a expressão “decolonial” não pode ser confundida com “descolonização”. Em termos históricos e temporais, esta última indica uma superação do colonialismo; por seu turno, a ideia de decolonialidade indica exatamente o contrário e procura transcender a colonialidade, a face obscura da modernidade, que permanece operando ainda nos dias de hoje em um padrão mundial de poder. Trata-se de uma elaboração cunhada pelo grupo Modernidade/Colonialidade nos anos 2000 e que pretende inserir a América Latina de uma forma mais radical e posicionada no debate pós-colonial, muitas vezes criticado por um excesso de culturalismo e mesmo eurocentrismo devido à influência pós-estrutural e pós-moderna. O giro decolonial procura responder às lógicas da colonialidade do poder, ser e saber, apostando em outras experiências políticas, vivências culturais, alternativas econômicas e produção do conhecimento obscurecidas, destruídas ou bloqueadas pelo ocidentalismo, eurocentrismo e liberalismo dominantes.

## 1. Introdução

Em um mundo globalizado, raízes do colonialismo permanecem vivas na sociedade. Na América Latina ainda persistem e ainda se reproduzem as marcas da colonização, naturalizando discriminações. O problema que se apresenta é: como decolonizar o pensamento? Busca-se resposta num tema de grande repercussão social – o futebol.

Neste capítulo, tem-se como objetivo demonstrar que o futebol gaúcho, apesar da ocorrência de atitudes preconceituosas (racismo, xenofobia, homofobia, sexismo) e de seguir a lógica colonial capitalista, é uma ferramenta importante no processo decolonial, pois se propõe a combater essas atitudes preconceituosas.

Em termos metodológicos, trata-se de estudo de cunho bibliográfico exploratório, apresentando a discussão do tema o futebol como ferramenta decolonial, tendo como exemplo processos decoloniais dos dois principais clubes de futebol da cidade de Porto Alegre.

Como suporte teórico para esta reflexão, utilizam-se pressupostos de pesquisadores que propõem um “pensamento outro”, um modo outro de pensar. Conceitos como “colonialidade do poder”, “diferença colonial” e “pensamento decolonial” fundamentam esta reflexão.

## 2. Uma análise decolonial do futebol gaúcho

Em 1989 o sociólogo peruano Aníbal Quijano lançou o conceito “colonialidade do poder”, referindo-se a uma estrutura de dominação que submeteu a América Latina, a África e a Ásia a partir da conquista europeia. O termo faz alusão à invasão do imaginário do outro, ou seja, sua ocidentalização. Dessa forma, segundo o autor, o colonizador destrói o imaginário do outro, invisibilizando-o e subalternizando-o, enquanto reafirma o próprio imaginário. A colonialidade do poder reprime os modos de produção de conhecimento, os saberes, o mundo simbólico, as imagens do colonizado e impõe novos (QUIJANO, 2005).

Buscando criticar essa lógica, surgem os estudos decoloniais. Um conceito se destaca nesse processo: “diferença colonial”. Segundo Mignolo (2003), diferença colonial é entendida como pensar a partir das ruínas, das experiências e das margens criadas pela colonialidade do poder na estruturação do mundo moderno/colonial, não como forma de restituir conhecimento, mas de reconhecer conhecimentos “outros” em um horizonte epistemológico transmoderno, ou seja,



construído a partir de formas de ser, pensar e conhecer diferentes da modernidade europeia, porém em diálogo com esta. Nesse sentido, Mignolo (2010) afirma que o “pensamento decolonial” consiste numa forma de “desobediência e reconstrução epistêmica”, um meio de eliminar a tendência provincial para fingir que os modos de pensar da Europa Ocidental são de fato universais, buscando a libertação social em relação a todas as formas de desigualdade, discriminação, exploração e dominação, mediante mecanismos que possuam um potencial de contribuir nesse processo de decolonialidade.

Para Pizarro (2014), o esporte é um desses mecanismos, principalmente o futebol, pois possui esse caráter “democrático”, tendo em vista ser praticado em diversos lugares do mundo e assistido por pessoas de todas as “raças e classes sociais”. Segundo o autor, o futebol, por si só, já possui, para os sul-americanos, um sentimento decolonial, do “sul global” se tornar “norte global” devido à força de suas seleções e de seus clubes em âmbito mundial. Isso pode ser considerado um fato de alta relevância no processo de decolonização e, inclusive, na própria autoestima de povos da América Latina, quebrando paradigmas impostos dentro do sistema-mundo moderno.

Pizarro (2014) destaca também outro aspecto relevante: a Europa e a América do Sul constituem-se nos grandes centros futebolísticos, concentrando os grandes clubes e seleções, apesar das diferenças econômicas existentes entre esses continentes, o que implica hegemonia eurocêntrica.

Abordam-se, agora, alguns exemplos de ações decolonizadoras ocorridas no campo do futebol no Rio Grande do Sul. Essas ações podem ser entendidas, no mundo futebolístico, como atitudes de “jogo limpo”, “jogo justo”, combatendo as discriminações.

O primeiro movimento de combate ao racismo que se tem notícia no futebol brasileiro foi, segundo Jesus (2001), a criação da “Liga das Canelas Pretas”, em 1910 no Rio Grande do Sul. Essa liga foi formada por negros e mulatos, com intenção de combate à discriminação racial orquestrada pela elite branca da época.

Em relação aos clubes da cidade de Porto Alegre e os movimentos decoloniais no futebol, começo pelo Grêmio FBPA, A primeira ação contra o suposto racismo no Grêmio PBPA ocorreu com a inclusão oficialmente na sua equipe de um atleta afro-brasileiro no ano de 1952, o jogador “Tesourinha”. Dois anos depois, em 1954, o novo hino do clube, de autoria de um negro, Lupicínio Rodrigues, ratifica o projeto de uma nova identidade clubista. Ressalte-se que o Grêmio FBPA é o único clube de futebol do Brasil que homenageia um jogador em estrofes de seu hino, “Eurico Lara”, um “índio” de Uruguaiana/RS (<https://gremio.net>).

Outra atitude importante em relação à discriminação racial, envolvendo o Grêmio FBPA, foi a participação do negro Everaldo no time campeão mundial em 1970. Segundo Gerchmann (2015), após sua morte prematura, ele é representado pela



estrela solitária na bandeira do clube desde 1970. Em 2014, o Grêmio FBPA se posicionou fortemente contra o racismo lançando a websérie “Somos Azuis, Pretos e Brancos”.

Uma ação relevante e inédita em combate homofobia nos estádios de futebol foi a criação da torcida Coligay, formada por homossexuais e vinculada ao Grêmio FBPA. Segundo Gerchmann (2014), torcida foi criada em 1977, durante a ditadura militar, em pleno governo do ditador gaúcho Ernesto Geisel. Além dessa ousadia, o grupo desafiou, na época, a cultura machista instalada no “mundo do futebol”.

A mais nova prática decolonial gremista foi a criação da torcida “Tribuna 77”, a qual começou os ensaios no segundo semestre de 2012 e, desde o início, sempre teve o objetivo de lutar pela redemocratização dos espaços de futebol, o resgate e a manutenção do patrimônio histórico e cultural do clube e o combate a todos os tipos de preconceitos (<https://medium.com/betaredacao/tribuna-77-uma-torcida-antifascista-9069b9960c1a>).

O outro principal clube de futebol da cidade de Porto Alegre, não menos importante, é o Sport Club internacional (SCI), fundado em 04/04/1909. Diferente de seu rival, o Grêmio FBPA, conforme Anjos (2007), o Internacional teria o primeiro registro de um afrodescendente em sua equipe no ano de 1913, o zagueiro Dirceu Alves.

Segundo Coimbra e Pinto (1994), foi no início da década de 40 que se constituiu o famoso time do S.C. Internacional chamado de “Rolo Compressor”. Naquela época o Inter passou a utilizar muitos jogadores afro-brasileiros em seu grupo, além de criar o apelido de “Clube do Povo”, por essa atitude. Em referência a população negra que compõe a imensa torcida colorada, o clube tem como mascote um “Saci” (personagem mitológico “negro” de uma perna só, da cultura regional).

Uma atitude importante decolonial realizada pelo S.C. internacional foi quando o clube quis fazer valer na prática o autoproclamado título de “Clube do Povo”: no final do ano de 2016 o clube lançou a categoria “Sócio Popular”. Por meio desta categoria, os torcedores pagarão uma mensalidade de dez reais e poderão obter, pela mesma quantia, o ingresso para jogos no estádio Beira-Rio. Um movimento muito interessante realizado pelo S.C. Internacional contra a violência no futebol foi o “Vermelho pela Paz”. O Clube do Povo promoveu o I Seminário de Integração das suas Torcidas, no qual foram debatidos assuntos pertinentes à pacificação nos estádios de futebol. Além disso, o S.C. Internacional também vem publicando uma série de peças institucionais da campanha em suas redes sociais, com o objetivo de difundir a ideia entre os torcedores, como: “Vamos, juntos, nessa, colorado!”, “Torcida, sim! Violência, não!”, #VermelhoDaPaz e #PazNoFutebol (<http://www.internacional.com.br>).

Mais recentemente, uma nova frente de decolonização no futebol gaúcho ganhou importância. Trata-se do combate ao machismo no futebol brasileiro, desta-



cando-se o Movimento “# *Deixa Ela Trabalhar*”, criado por jornalistas gaúchas em 2018, com o intuito de protestar contra o assédio que as profissionais vêm sofrendo nos estádios pelo Brasil (<https://veja.abril.com.br/esporte/deixaelatrabalhar-jornalistas-de-esporte-lancammanifesto>).

### 3. Considerações finais

O pensamento colonial ainda se reproduz na sociedade gaúcha, com manifestações veladas e declaradas de discriminação. Nesse contexto, entretanto, o futebol se apresenta como ferramenta e estratégia para a decolonização.

O futebol, desde suas origens, é uma potente ferramenta de inclusão social e conscientização, além de moldar a identidade e contar a história de diversos povos ao longo dos tempos. Assim, questões como o preconceito racial, a xenofobia, o machismo, a homofobia ou qualquer outro tipo de preconceito ou intolerância devem ser combatidos em qualquer espaço, principalmente nos espaços de futebol. Os exemplos apresentados neste trabalho atestam a potencialidade do esporte, mais especificamente o futebol, como ferramenta e estratégia para a decolonização em busca de uma atitude “outra”.

Pode ser que a torcida Tribuna 77 seja um desses pilares de mudança. Brasil afora começam a aparecer torcidas que se consideram de cunho antifascista. É preciso pensar em termos plurais, isto é, em torcidas organizadas como movimentos de decolonização. Ou seja, a arquibancada deve permanecer sendo, e talvez seja cada vez mais, lugar de debate sobre assuntos latentes na sociedade. E isso se dará, quem sabe, sob os mais diversos olhares.

Entretanto, acontecimentos registrados nos estádios (gestos e palavras) e nas redes sociais alertam para a necessidade de se aprofundar as reflexões e as pesquisas sobre a temática, perseguindo a perspectiva decolonizadora.



## Referências

- ANJOS, J. L. dos. Futebol no Sul: história da organização e resistência étnica. **Revista Pensar a Prática**, v. 10, n. 1, 2007. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/feff/index>. Acesso em: 20 fev. 2018.
- BALESTRIN, L. América Latina e giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, p. 89-117, maio/ago. 2013.
- COIMBRA, D.; PINTO, A. A. N. **História dos Grenais**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1994.
- GERCHMANN, L. **Somos azuis, pretos e brancos**. Porto Alegre: Editora LPM, 2015.
- GERCHMANN, L. **Coligay, tricolor e de todas as cores**. Porto Alegre: Editora Libretos, 2014.
- JESUS, G. M. de. Esporte e mito da democracia racial no Brasil: Memórias de um apartheid no futebol. 2001. Lecturas: Educación Física y Deportes Revista Digital. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd14b/apart.htm>. Acesso em: 25 mar. 2018.
- MIGNOLO, W. **Histórias globais/projetos locais**. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- MIGNOLO, W. **Desobediencia epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad**. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2010.
- PIZARRO, J. O. **Decolonialidade e futebol: a quebra da lógica periferia-centro**. Trabajo presentado en el Quinto Congreso Uruguayo de Ciencia Política, "¿Qué ciencia política para qué democracia?", Asociación Uruguaya de Ciencia Política, 7-10 de octubre de 2014.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.





# CAPÍTULO 16

## **PERCEPÇÃO DO SIGNIFICADO DO CONCEITO DE MÉDIA ARITMÉTICA POR ESTUDANTES DE UM CURSO DE MATEMÁTICA LICENCIATURA**

PERCEPTION OF THE MEANING OF THE CONCEPT OF ARITHMIC MEDIA BY  
STUDENTS OF A LICENSING MATHEMATIC COURSE

**Raimundo José Barbosa Brandão**

## Resumo

Este estudo teve como objetivo fazer um diagnóstico sobre os conhecimentos que os alunos de um curso de matemática licenciatura trazem da educação básica. Foi um estudo de natureza qualitativa com metodologia de estudo de campo apoiada com a metodologia bibliográfica. Procurou-se dar ênfase ao papel da estatística, estabelecendo diferença entre conceito e definição de objeto estatístico e a importância das propriedades da média aritmética na compreensão do significado do conceito deste objeto de estudo.

**Palavras – Chaves:** Estatística. Média aritmética. Compreensão do significado de média.

## Abstract

This study aimed to make a diagnosis on the knowledge that students of a math degree course bring from basic education. It was a qualitative study with a field study methodology supported by the bibliographic methodology. We sought to emphasize the role of statistics, establishing a difference between concept and definition of statistical object and the importance of the properties of the arithmetic mean in understanding the meaning of the concept of this object of study.

**Key words:** Statistics. Arithmetic mean. Understanding the meaning of mean.





## INTRODUÇÃO

O mundo nas últimas décadas tem passado por grandes e profundas transformações em todos os aspectos da vida humana, e nesta perspectiva a educação tem desempenhado um papel importante no sentido de educar cidadãos críticos, reflexivos e com uma visão eclética de conhecimento.

Neste cenário, a formação das novas gerações tem recebido crescente atenção na busca de métodos e procedimentos que eduquem para a tolerância, a criatividade, a flexibilidade, a curiosidade intelectual, a ética, a ecologia, sem abrir mão dos valores humanos, da cultura e do conhecimento até aqui acumulados (COSTA, 1998, p. 9).

Em todos os componentes curriculares nas escolas o processo de ensino e aprendizagem devem estar voltados para o desenvolvimento do pensamento crítico dos estudantes e em conexão com o mundo de mudanças constantes.

Com a evolução da ciência da informação desde tempos remotos aos atuais, o homem sempre utilizou diversos tipos de linguagem para se comunicar. Na atualidade o tratamento de dados para gerar informações também continua sendo importante para a comunicação.

A informação veiculada em jornal, revista ou livro não envolve a totalidade de informações sobre determinado assunto e nem pode ser considerada totalmente isenta ou imparcial "A mensagem sempre será exposta de acordo com as concepções do autor sobre os fatos. E isso não ocorre de maneira diferente quando se trata de informes estatísticos veiculados nos meios de comunicação" (KENSKI, 2012, p. 11).

A educação estatística inserida nos currículos escolares nas últimas décadas pelo mundo a fora tem proporcionado uma mudança de postura quanto as atitudes e crenças de professores, alunos e cidadão em geral, pois a compreensão do significado do conceito dos objetos estatísticos contribuem para uma formação mais reflexiva.



## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O objetivo deste trabalho foi diagnosticar a percepção dos estudantes de licenciatura em matemática na compreensão do conceito de média aritmética. Este estudo tem uma abordagem qualitativa, pois possui o ambiente natural como fonte principal de coleta de dados e o pesquisador buscou analisar e compreender o comportamento dos sujeitos de pesquisa em sua realidade, preocupando-se com o processo e não apenas com os resultados quantificados.

Esta abordagem busca ainda compreender espaços mais amplos e mais profundos das conexões dos sujeitos de pesquisas com os fatos envolvidos nos fenômenos estudados que não podem simplesmente serem operacionalizado, tais como atitudes e crenças.

A metodologia utilizada para esta investigação foi a pesquisa de campo auxiliada pela pesquisa bibliográfica. A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites.

Toda investigação tem início com a identificação de um problema e um levantamento bibliográfico em conexão com este problema. A questão de pesquisa que norteou o estudo foi procurar saber: quais as contribuições das propriedades da média na compreensão do significado do conceito de média aritmética?

O estudo foi realizado na Universidade Estadual do Maranhão/UEMA, Campus de Bacabal, com vinte alunos dos trinta e dois alunos matriculados na disciplina Métodos Quantitativos, componente curricular do 5º período ministrada pelo pesquisador no curso de Matemática Licenciatura, no 1º semestre de 2019. A amostra de tamanho vinte (correspondente a 62,5% do total de alunos matriculados) foi escolhida de maneira aleatória, sorteando os nomes dos participantes.

## MARCO TEÓRICO

O conhecimento estatístico que ordena e classifica populações está tão profundamente enraizado no pensamento moderno que é difícil pensar sobre a socialização da criança moderna sem raciocinar por meio de teorias de probabilidade estatísticas. No entanto, nós raramente consideramos os números sobre populações como um sistema particular de razão, com certas características epistêmicas e qualidades relacionadas a governar por meio de regras específicas e normas da razão, como a domesticação de mudança e do acaso e da mente sem-domicílio. (POPKEWIT e LINDBLAD, 2016, p.738)



Sendo a Estatística um conjunto de métodos utilizado para o planejamento de estudos e experimentos, coleta, organização, análise, interpretação de dados que auxiliarão nas tomadas de decisão. A sua relevância do conhecimento estatístico pode ser observada pelo seu uso em organizações governamentais e não governamentais, onde instituições financeiras, econômicas e sociais necessitam destes conhecimentos do mais elementar ao nível mais avançado, para que cidadãos comuns e profissionais em geral possam compreender melhor estes fenômenos.

## A Educação Estatística nos currículos escolares

No mundo nas últimas décadas o interesse pela inclusão da estatística no currículo escolar tem crescido significativamente. Em Portugal, segundo Silva (1964) o surgimento da estatística no currículo escolar remonta a década de 1960 e na década.

A Inglaterra foi um dos países pioneiros na inserção da estatística nos currículos de Matemática. Segundo Holmes (2002), no ano de 1961 o ensino de Estatística e Probabilidade foi introduzido no currículo de Matemática, ainda que de modo opcional, para estudantes na faixa etária entre 16 e 19 anos (BRANDÃO, 2012, p. 32)

O documento curricular elaborado pelo National Council of Teachers of Mathematics (NCTM) dos Estados Unidos e denominado *Principles and Standards for School Mathematics*, publicado em 1989, inclui Análise de Dados e Probabilidade como conteúdo da educação básica desde as séries iniciais. Em 1991 e 2000, foram publicadas novas versões dos *Standards* que mantiveram as mesmas orientações no que diz respeito ao ensino de Estatística e Probabilidade (BRANDÃO, 2012, p. 32)

No Brasil, a inserção da Educação Estatística nos documentos oficiais ocorreram, através dos Parâmetros Curriculares Nacionais que oficializou seu ensino ao incluir o bloco Tratamento da Informação como o quarto bloco de conteúdos na disciplina de Matemática, no Ensino Fundamental (BRASIL, 1997, 1998). Anos mais tarde foi incluído no ensino médio (BRASIL, 2002, 2006) os conteúdos de Análise de dados.

De acordo com Brasil (2018, p 546) o ensino médio uma das competências em estatística, é planejar e executar pesquisa amostral sobre questões relevantes, usando dados coletados diretamente ou em diferentes fontes, e comunicar os resultados por meio de relatório contendo gráficos e interpretação das medidas de tendência central e das medidas de dispersão (amplitude e desvio padrão), utilizando ou não recursos tecnológicos.

A Base Nacional Comum Curricular/BNCC, Brasil (2018) contempla o estudo de



média aritmética desde o ensino fundamental, onde o aluno deve ter os fundamentos básicos deste objeto de estudo como definição e algumas propriedades.

Apesar do ensino de estatística fazer parte oficialmente dos currículos das escolas brasileiras desde 1997, o que se observa em encontro com professores, discussão em turma de pós-graduação e leitura em trabalhos realizados por pesquisadores da área de Educação Estatística, são muitas as dificuldades no processo de ensino e aprendizagem.

Estas dificuldades podem ser pela falta de compreensão do significado do conceito dos objetos estatísticos em estudo, desconhecimento das propriedades do objeto estatístico e pelas metodologias utilizadas por muitos professores que apresentam a Estatística apenas como uma extensão da matemática, esquecendo que ela possui princípios e métodos próprios.

Para Garfield e Ahlgren (1988), os alunos veem a Estatística à imagem da Matemática, significando que eles procuram encontrar nas situações estatísticas uma solução única e definitivamente correcta ou errada, isenta de qualquer ambiguidade ou erro, o que para estes autores constitui uma fonte de dificuldades. Moore (1992), considerando a Estatística com a ciência dos números em contexto, vai mas longe ao argumentar que a Estatística é uma ciência matemática, mas não é um ramo da matemática, tendo emergido como disciplina de direito próprio, com modos característicos de pensamento, que são mais importantes do que os métodos específicos ou a teoria matemática (FERNANDES, 2009, p. 3).

Em Estatística, o contexto motiva os procedimentos e é fonte de significado e a base para a interpretação das medidas e coeficiente estatísticos para melhor compreensão dos dados.

## **Papel da Estatística**

Sendo a Estatística um conjunto de métodos utilizado para o planejamento de estudos e experimentos, coleta, organização, análise, interpretação e auxílio para as tomadas de decisão, a sua relevância pode ser observada pelo seu uso em organizações governamentais e não governamentais, onde instituições financeiras, econômicas e sociais necessitam de conhecimentos Estatísticos do mais elementar ao nível mais avançado, para que cidadãos comuns e profissionais em geral possam tomar decisões com fundamentos técnicos e científicos com certa margem de segurança.

Pode-se notar que, de acordo com o exposto acima, a Estatística tem uma aplicabilidade muito vasta na utilização de dados experimentais e contribui para o desenvolvimento científico. Portanto, na atualidade, a necessidade ter conhecimentos estatísticos possibilita uma melhor compreensão dos fenômenos da natureza para



e tomadas de decisão. Logo, é importante saber ler e interpretar medidas estatísticas, coeficientes e saber estabelecer relações entre variáveis.

Dentre as várias de medidas estatísticas utilizadas para compreender as informações, a média aritmética tem um grande emprego.

Cálculo de uma média, moda, mediana ou outra medida estatística, por si só, não representa uma mensagem estatística, é, portanto, necessário que estas medidas estejam dentro de um determinado contexto. Muitas vezes, "as informações podem ter interpretações diferentes para diferentes pessoas, pois a interpretação adequada das mensagens estatísticas depende da capacidade de o indivíduo colocá-las em um dado contexto" (BRANDÃO, 2012. p 46)

Para analisar, interpretar e fazer inferências de dados estatísticos, muitas medidas e coeficientes, estabelecimento de relações entre variáveis e realização de teste são essenciais, entre as medidas, a média aritmética é uma das mais importantes, no entanto é preciso conhecer as concepções ou conceitos, sua definição e suas propriedades.

### **3.3 Conceito e significado de Média Aritmética**

A palavra conceito tem origem no vocábulo latim (*conceptus*, vem do verbo *concipere*) que significa conter totalmente, formar internamente. É uma concepção mental, é uma visão geral e abstrata da realidade. O conceito, portanto, pode ser interpretado como uma concepção ou juízo que se faz acerca de um objeto.

Encontra-se no dicionário de língua portuguesa (online) Michaelis (<http://michaelis.uol.com.br/busca?id=OWQE>) que conceito, é uma representação mental das características gerais de um objeto, de acordo com o racionalismo ocidental, consiste na manifestação da essência do mundo real.

A capacidade de compreender o significado do conceito de média aritmética além dos algoritmos está estreitamente ligada a análise e interpretação de suas propriedades descritas nas tabelas (ver tabelas 1, 2, 3).

O conceito tem uma visão mais amplo do objeto de estudo, refere-se a ideias mais amplas do objeto estatístico. Desta forma, média aritmética pode ter vários conceitos ou concepções, como por exemplo, "centro de gravidade ou de massa de uma distribuição, ocupando, portanto, o centro do conjunto de dados". O conceito não apresenta o algorítmico para a realização dos cálculos.

## Definição de Média Aritmética

De acordo com o dicionário online Priberam da língua portuguesa, definição é um mecanismo linguístico que procura determinar clara e precisamente um objeto. Pode ainda ser entendido como a capacidade de decidir, de determinar, resolução. Enquanto isso para Aurélio Buarque de Holanda, definir, é explicar, revelar ou determinar. Nesta perspectiva, muitos objetos matemáticos são definidos como procedimentos para determinar um certo valor numérico.

A referência dos termos na terminologia é formulada mediante uma operação de definição. Uma definição é um enunciado que descreve um conceito permitindo diferenciá-lo de outros conceitos associados, podendo ser formulada de duas maneiras básicas: definição por compreensão (ou por intensão), ou ainda, definição intensional, que compreende a menção ao conceito genérico mais próximo (o conceito superordenado) - já definido ou supostamente conhecido - e às características distintivas que delimitam o conceito a ser definido; e definição por extensão ou extensional, que descreve o conceito pela enumeração exhaustiva dos conceitos aos quais se aplica (conceitos subordinados), que correspondem a um critério de divisão (ISO 1087-1). Essa mesma concepção está presente na ISO 704, que caracteriza uma definição como uma unidade com intensão e extensão únicas (ISO 704) ( LARA, 2004, p. 93).

A definição de um objeto estatístico diz o que é aquele objeto e também explica os procedimentos para a realização dos cálculos que encontrará um resultado numérico. Corroborando com essa ideia encontra-se em Triola (1999, p. 12) que a média aritmética de um conjunto de valores é o valor obtido somando-se todos eles e dividindo-se o total pelo número de valores.

Acerca do objeto médio aritmética, além da definição, que diz o que é média, é importante conhecer o seu conceito e compreender o seu significado para melhor analisar e interpretar os resultados dos dados em contextos diferentes.

Encontra-se em Batanero (2000) a classificação das propriedades da média em propriedades em três categorias, a saber:

Propriedades Numéricas, aquelas deduzidas quando a média é considerada como um valor numérico.



### Quadro 1- Propriedades numéricas, Batanero (2000)

1. A média de um conjunto de dados é sempre um valor pertencente ao intervalo da variável em estudo.
2. A média não precisa corresponder a nenhum valor do conjunto de dados em estudo.
3. No cálculo da média, todos os valores de dados são levados em consideração inclusive os valores nulos quando aparecerem.
4. A média é alterada por qualquer alteração nos dados. Quando um valor é modificado em uma distribuição, sua média pode mudar. Caso esse valor seja extremo por algum tipo de erro, sua exclusão levará a um valor médio mais significativo.

Fonte: Adaptação (Batanero 2000)

Propriedades algébricas, que são deduzidas considerando-a como uma operação algébrica no conjunto de dados fornecido.

### Quadro 2 – Propriedade algébricas, Batanero (2000)

1. O cálculo da média não é uma operação interna no conjunto numérico utilizado, pois pode assumir um valor diferente de todos os seus elementos.
  2. A média não possui elemento neutro ou simétrico.
- Se dividirmos um conjunto de dados em partes e calcularmos suas respectivas médias, não podemos deduzir a média do conjunto total de dados.
3. A média é uma operação comutativa. Dois arranjos diferentes do conjunto de dados dão origem ao mesmo valor médio.
  4. Se cada elemento do conjunto de dados for adicionado, subtraído, multiplicado ou dividido por uma constante, a média também será adicionada, subtraída, multiplicada ou dividida pela mesma constante.
  5. A média da soma de 2 ou mais variáveis é igual à soma das médias dessas variáveis.
  6. A média sempre existe nos dados numéricos e é única.

Fonte: Adaptação (Batanero 2000)

Propriedades estatísticas, aqueles que são deduzidos quando a média é considerada como um resumo dos dados. Analisar e interpretar estas propriedades é fundamental para a compreensão do conceito de um objeto estatístico.

### Quadro 3 - Propriedades estatísticas, Batanero (2000)



1. A média é um representante do conjunto de dados. A média fornece informações de todo o conjunto de dados, não de um dado específico. Portanto, é usado, por exemplo, para comparar dois conjuntos de dados.
2. A média coincide com o centro do conjunto de dados, semelhante ao centro de gravidade.
3. Nas distribuições simétricas, a média coincide com a mediana e com a moda
4. A média é uma estatística muito sensível à variação dos dados, principalmente valores atípicos
5. A soma dos desvios ou afastamento em relação à média será igual a zero. A soma dos valores absolutos dos desvios é mínima em relação à média.

Fonte: Adaptação (Batanero 2000)

## Aplicação dos Instrumentos e Análise dos Resultados

Para analisar a percepção dos estudantes participantes do estudo aplicou-se cinco atividades para os sujeitos envolvidos neste estudo, mas apresentaremos os resultados de duas, consideradas suficientes para analisarmos a percepção dos alunos.

Os instrumentos foram aplicados no primeiro dia de aula da disciplina e o propósito foi analisar a percepção dos estudantes acerca do conceito de média aritmética e seu significado.

Como os sujeitos de pesquisa ainda não haviam cursado nenhuma disciplina de estatística em curso superior e análise foi baseada nos conhecimentos estatísticos construídos na educação básica.

Na primeira atividade pediu-se para que os alunos desse o significado do conceito de média e que exemplificasse em que situações deveriam usá-la.

Apenas dois alunos convergiram para ideia de que média é o melhor representante de um conjunto de dados, ou uma medida de tendência central que tende ao centro de uma distribuição.





**Aluno 08:** Média é um número que representa todos os outros valores de um conjunto de informações. A média ainda pode ser entendida como uma medida estatística de resumo. Utilizada por exemplo quando queremos encontrar a nota média de uma disciplina.

Os demais alunos, no entanto, associaram a média aritmética à soma de um conjunto de dados e esta dividida pelo total delas.

**Aluno 15:** Média Aritmética: dado um conjunto de valores, média aritmética é a divisão da soma dos valores dividida pela quantidade deles.

Ex.: Eu tenho três filhos e meus irmãos Luís tem 4, Mario 4, Ana Patrícia, 4 e Antonio, 5. Qual o número médio de

$$\bar{x} = \frac{3 + 3 + 4 + 4 + 5}{5} = \frac{19}{5} = 3,8$$

Resposta: media 3,8 filhos por família.

Ao analisarmos esta e outras respostas observou que muito aluno tem dificuldade em interpretar o resultado da média de um conjunto de dados, quando esta deve ser expressa em números inteiros.

Percebe-se, portanto, que compreender o significado de média aritmética não é tão simples o quanto aparenta o procedimento para o seu cálculo. É necessário analisa-la e interpretá-la dentro de contextos diferentes e levando-se em conta as suas propriedades.

No instrumento 2, apresentou-se uma situação traduzida (Tradução nossa). de Batanero (2000, p.3), um objeto pequeno é pesado com o mesmo instrumento por nove alunos da turma de Ciências em um laboratório, obtendo os seguintes valores em gramas: 6,2; 6,0; 6,0; 15,3; 6,3; 6,1; 6,23; 6,15; 6.2. Qual seria o peso médio do objeto?

Ao responderem esta questão sete, dos vinte alunos participantes questionaram a existência de valores atípicos (outlier), mas apesar disso, quinze deles somaram os todos os valores e dividiram por 9, não levando em consideração um dos pontos negativos do uso da média que é, a influência dos valores extremos.e, dessa forma, poderá induzir erro de interpretação. Estes alunos desconsideraram os valores discrepantes.

$$\bar{x} = \frac{6,2 + 6,0 + 6,0 + 15,3 + 6,3 + 6,1 + 6,23 + 6,15 + 6,2}{9} \Rightarrow x = \frac{64,48}{9} \Rightarrow x = 7,16$$



Esperava-se que os alunos ao analisarem o conjunto de dados, percebessem a existência de um valor extremo e o eliminassem, assim realizassem os cálculos sem a medida 15,3g

$$\bar{x} = \frac{6,2 + 6,0 + 6,0 + 6,3 + 6,1 + 6,23 + 6,15 + 6,2}{8} \Rightarrow x = \frac{49,18}{8} \Rightarrow x = 6,15$$

A média fornece um indicador que pode ser interpretado como um valor típico e que pode representar, em certas circunstâncias, um conjunto de dados. Além disso, é a base para o cálculo de outras medidas tais como o desvio padrão, coeficiente de variação, de correlação, dentre outras (MAGINA et al., 2010, p. 62).

O estudo aponta para uma grande complexidade sobre o conceito de média aritmética pois na educação básica o estudo deste objeto de estudo, é voltado basicamente no sentido algorítmico, não se trabalhando a contextualização.

Segundo Batanero (2000) para a compreensão do conceito de média é essencial conhecer cinco conceitos matemáticos:

Elementos extensivos: refere-se ao campo de problemas de onde surge o objeto; elementos acusativos: refere-se às práticas empregadas na solução de problemas; elementos intensivos: refere-se às definições e propriedades características e, suas relações com outros conceitos; elementos ostensivos: refere-se às notações, gráficos, palavras e, em geral, todas as representações do objeto abstrato que podemos usar para nos referirmos ao conceito; elementos validativos, refere-se às demonstrações que empregamos para provar as propriedades do conceito e os argumentos que empregamos para mostrar a outras pessoas a solução do problema (BATANERO,2000, p.8).

É necessário incorporar, efetivamente, a Estatística no processo de ensino e de aprendizagem criando situações em que o aprendizado da média seja significativo, incentivando assim o desenvolvimento de um raciocínio crítico. Desta forma, acredita-se que a média aritmética é um objeto de apreciável complexidade e não simplesmente um algoritmo e, por este motivo a ideia algorítmica deveria ser introduzida apenas depois que os estudantes desenvolvessem um raciocínio consistente acerca da representatividade deste conceito (STELLA, 2003, p. 144 apud DAMIN, SANTOS JUNIOR e PEREIRA, 2016, p. 52).

Trabalhar om média aritmética focando apenas o aspecto algorítmico, dificulta a concepção de significado de repretatividade.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta investigação mostra que existe uma lacuna muito grande no ensino de estatística na educação básica, pois de acordo com a análise dos resultados dos instrumentos utilizados os sujeitos de pesquisa em fase de formação inicial, pouco compreende o significado do conceito de média aritmética.

Percebeu-se que existe muita confusão do conceito de média aritmética com o processo de realização dos cálculos para obtê-la, pois dos vinte alunos participantes do estudo, dezoito deles se referiram à média apenas como a soma dos valores dados dividida pelo total desses valores.

Observou-se nesta investigação que os alunos desconhecem as propriedades da média aritmética. A compreensão do conceito e seu significado é bastante complexa entre estudantes da educação básica, pois os professores valorizam mais a realização dos cálculos e fora de contextualização. Os conceitos estatísticos, dentre eles o de média aritmética, proporcionam aos usuários de estatística uma visão ampla dos resultados analisados.

A média é uma medida de tendência central que resume um conjunto de valores. A propósito dessa ideia, Stela (2003, p.17) afirma que a média ao lado da mediana e da moda “são as três medidas de tendência central ou promédios mais utilizados para resumir o conjunto de valores representativos do fenômeno que se pretende estudar”

Compreender o significado de média aritmética não é tão simples o quanto aparenta o procedimento para o seu cálculo. Para entender o significado de média aritmética ir além de saber a sua definição e conhecer suas propriedades, é importante a coerência da contextualização com o conceito utilizado, conhecer e ter habilidades nos diversos tipos de representações e fundamentação na arguição e justificativas das propriedades relacionadas à resolução do problema

É necessário, portanto que os professores da educação básica façam inovações nas metodologias de ensino em estatística e elaborem atividades de ensino contextualizadas. Faz-se necessário a elaboração de proposta de ensino de estatística, em especial de média aritmética, explorando sua definição, propriedades e concepções na educação básica de forma a propiciar aos alunos construir e desenvolver habilidades para obter os valores de média, a partir de um conjunto de dados ou gráficos.



## REFERÊNCIAS

- BATANERO, C. Didáctica de la Estadística. Granada. Uninersidad de Granada, Espanha, 2000.
- BATANERO, C.; BURRILL, G.; READING, C. Estatísticas de Ensino de Matemática da Escola. Desafios para a Educação de Ensino e Professor: Um Estudo ICMI / IASE Conjunto pringer, 2001
- BRANDÃO, R.J.B. Aprendizagem significativa em estatística com a estratégia de resolução de problema: uma experiência com estudantes de administração de empresa. Anais 4º Encontro Nacional de Aprendizagem Significativa (4º.ENAS). Garanhuns-Pe, 2012
- BRANDÃO, R.J.B. Formação inicial do professor de Matemática e o ensino de Estatística: contribuições para a formação de um currículo. In: II Seminário Internacional em Educação Matemática. São Paulo, 2009
- BRASIL. Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica; Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: matemática / Secretaria de Educação Fundamental - Brasília: MEC/SEF, 1997.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Matemática Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. PCN+ Ensino Médio: orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais – Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias. Brasília: Ministério da Educação, 2002.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Orientações curriculares nacionais para o Ensino Médio – Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias. Brasília: Ministério da Educação, 2006.
- COSTA, Gisele das Chagas. Pesquisa e Prática pedagógica. I. Faculdade de Tecnologia e Ciências - Ensino a Distância. Salvador, Ba, 1998.
- DAMIN, Willian. SANTOS JUNIOR, Guataçara dos. PEREIRA, Rudolph dos Santos Gomes; O conceito de média aritmética nos anos finais do ensino fundamental, 2016.
- FERNANDES, José Antonio. Ensino e aprendizagem da estatística realidades e desafios. Actas do XIXEDEM. Vila Real - Portugal, 2009
- HOLMES, P. *Teaching Statistics 11 -16*. Sloug: Foulsham Educational, 2002
- KENSKI, Vani Moreira. **Educação e Tecnologias: o novo ritmo da informação**. 8ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 2012.
- LARA, Marilda Lopez Ginez de. Diferenças conceituais sobre termos e definições e implicações na organização da linguagem documentária. Ci. Inf., Brasília, v. 33, n. 2, p. 91-96, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v33n2/a09v33n2.pdf>> acesso em 15 de out de 2019.
- MAGINA, S.; CAZORLA, I.; GITIRANA, V., GUIMARÃES, G. Concepções e concepções alternativas de média: Um estudo comparativo entre professores e alunos do Ensino Fundamental. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. especial 2, p. 59-72, 2010.
- National Council of Teachers of Mathematics (NCTM). *An Agenda for Action*. Reston, Va.: NCTM, 1989.
- PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Superintendência da Educação. Diretrizes Curriculares da Educação Básica: Matemática. Curitiba: SEED, 2008,
- POPKEWIT, Thomas.; LINDBLAD, Sverker. A fundamentação estatística, o governo da educação e a inclusão e exclusão sociais Educ. Soc., Campinas, v. 37, nº. 136, p.727-754, jul.-set. 2016
- TRIOLA, M. F. Introdução à Estatística. Livros Técnicos e Científicos Editora S.A. Copyright, 1999



**O PROTAGONISMO TEM COR E TEM  
GÊNERO: MULHERES NEGRAS E SUA  
ARTICULAÇÃO NOS MOVIMENTOS  
ANTIRRACISTAS, ENFATICAMENTE  
NA PASTORAL AFRO-BRASILEIRA**

THE PROTAGONIST HAS COLOR AND GENDER: BLACK WOMEN AND  
THEIR ARTICULATION IN ANTI-RACIST MOVEMENTS, EMPHATICALLY IN  
THE AFRICAN-BRAZILIAN PASTORAL

**Camila Moraes de Oliveira**

## Resumo

O presente artigo releva a importância do debate acadêmico, sobre a invisibilidade do protagonismo das mulheres negras nos Movimentos Antirracistas, enfaticamente na Pastoral Afro-brasileira (PAB), que está inserida no grupo das Pastorais Sociais da Igreja Católica. Pastoral essa que surgiu no ano de 1988, através da Campanha da Fraternidade (CF) da Igreja Católica, cujo título era “Fraternidade e o Negro” e o lema da campanha “Ouvi o clamor deste povo!”, chamando a atenção para as demandas e vulnerabilidades do negro, que carrega consigo uma história de luta, resistência e persistência, tanto na sociedade quanto dentro da Igreja. E decorrente de dois anos de pesquisa no mestrado, percebeu-se que a mulher negra desenvolve um papel fundamental nas articulações das ações concretas da PAB em prol da igualdade racial. E conforme relatam algumas intelectuais negras, a luta das mulheres feministas brancas não contemplam totalmente as reivindicações das feministas negras, o que torna pertinente que mulheres negras se articulem no âmbito social em busca de sanar suas demandas. O que torna esse estudo de grande importância, pois, tem o propósito de ampliar o debate social e acadêmico frente às desigualdades raciais e de gênero que envolve a sociedade de forma estrutural.

**Palavras chaves:** Movimentos Sociais, Mulheres Negras, Pastoral Afro-brasileira

## Abstract

This article aims to highlight the importance of dialoguing about the invisibility of the protagonism of black women in the Anti-racist Movements, emphatically in the Afro-Brazilian Pastoral (PAB), which is part of the Social Pastoral Group of the Catholic Church. This pastoral emerged in 1988 through the Catholic Church’s Fraternity Campaign (CF), whose title was “Fraternity and the Black” and the slogan of the campaign was “Hear the clamour of this people!”, drawing attention to the demands and vulnerabilities of Black people, who carry with them a history of struggle, resistance and persistence, both in society and in the Church. As a result of two years of research in the master’s degree, it was realized that black women play a fundamental role in articulating the concrete actions of the PAB in favor of racial equality. As some black intellectuals report, the struggle of white feminist women does not fully address the claims of black feminists, what makes it pertinent for black women to articulate themselves in the social sphere in order to address their own demands. What makes this study very important, because, it has the purpose of expand the social and academic debate against racial and gender inequalities that surrounds society in a structural way.

**Keywords:** Anti-racist movements, Black Women, Afro-Brazilian Pastoral.



## 1. Introdução

O presente artigo ressalta a importância do debate acadêmico sobre o protagonismo da mulher negra nos Movimentos Antirracistas, enfatizando a atuação dessas mulheres na Pastoral<sup>1</sup> Afro-Brasileira, também conhecida como PAB. A Pastoral foi constituída no ano de 1988, através da Campanha da Fraternidade (CF) da Igreja Católica, cujo título era “Fraternidade e o Negro” e o lema da campanha “Ouvi o clamor deste povo!”. A referida CF chamou a atenção para as demandas e vulnerabilidades da população negra dentro da instituição, que historicamente teve sua contribuição no período escravocrata.

Sem desconsiderar a grande contribuição da Igreja Católica no processo de escravização dos negros, os líderes religiosos dessa mesma instituição, identificou que a Igreja deveria pautar em sua evangelização a importância da história de luta, resistência e persistência da população negra. Visto que, há muitos negros dentro dessa instituição, mesmo não tendo suas demandas e questões pautadas na Igreja Católica. Portanto, líderes religiosos dessa instituição, a maioria participantes do Movimento Negro, impulsionou uma movimentação em prol da questão racial dentro da Igreja, para que os negros também se sentissem pertencentes da instituição.

Com isso, o objetivo da Pastoral Afro-brasileira é valorizar as características e a cultura dos afro-brasileiros, se propondo a atuar e intervir nas necessidades e desafios dos quais os negros estão expostos dentro da sociedade. Que os leva a enfrentar discriminação, preconceito, desigualdade, falta de oportunidade e estigmatização, ocasionados pelo racismo que é estruturante e não ideológico, conforme afirma o professor Carlos Moore em uma das suas explicações no Rio de Janeiro (23/05/2019 – UERJ). Por isso, a Pastoral Afro-brasileira se propõe também a difundir a identidade do negro e ressaltar a sua importância na formação social do Brasil.

---

1 Pastoral: é toda a ação da Igreja e sua missão neste mundo. A Igreja não existe para si mesma, mas em função da sua missão de anunciar Jesus Cristo e fazer acontecer o Reino de Deus.

## 2. Desenvolvimento

### 2.1. Como a militância me inspirou

Decorrente da militância diária e da participação nas atividades da Pastoral Afro-brasileira, durante dois anos de pesquisa, foi identificado que a PAB, assim como, o Movimento Negro tem uma reflexão social. E essa reflexão está pautada especificamente em três principais pontos: a discriminação racial, preconceitoracial e racismo, tendo como propósito, a disseminação da cultura afro, através de ações concretas no âmbito social. Que contribui para que debates como a questão racial, faça parte dos diálogos diários, pois, conforme, ressalta o sociólogo Octavio Ianni (2009), a sociedade vive o mito da democracia racial, o que faz com que assuntos como o racismo não faça parte de pautas em diversos lugares, primordialmente nos espaços conservadores, como a Igreja Católica.

E ao longo da pesquisa realizada em dois anos, foi identificado que essas ações concretas para serem desenvolvidas nos núcleos da Pastoral Afro-brasileira, são articuladas majoritariamente por mulheres negras.

Porém, esse protagonismo é acometido pela invisibilidade que faz parte da estrutura social racista e machista, que afeta diretamente as mulheres negras, as reduzindo em coadjuvantes das ações que as próprias articulam. O que leva a mulher negra, que vive constantemente buscando espaço em todos os âmbitos, a ter mais entraves ao almejar sua notoriedade socialmente, principalmente nos espaços de luta e resistência.

Esse artigo é influenciado pela militância e pela vivência de uma mulher negra e feminista, que passou a se reconhecer como um alvo dessa invisibilidade, após se tornar ativista do Movimento Negro e do Movimento Feminista. Esse envolvimento me aproximou dos estudos sobre questão racial e de todas as suas expressões, que se alargam e se massificam de acordo com as transformações sociais e com o alargamento do conservadorismo, que ganha mais força nos tempos atuais.

Intensificando também o embate proporcionado pelo antagonismo de gênero, permitindo que o machismo seja um dos principais motivos que proporcionam a luta contra a desigualdade de gênero, que se torna um dos elementos juntamente com o racismo estrutural, os maiores contribuintes da invisibilidade das mulheres negras. E essa relação antagônica contempla a divisão de gênero que é trazida por Sueli Carneiro (2003), que relata que essa relação faz com que transpareça a necessidade das mulheres negras de estarem inseridas em movimentos de resistência como os Movimentos Antirracista, Feminista e a referida Pastoral Afro-brasileira.

E mesmo que o antagonismo de gênero não seja uma questão dentro da Pastoral Afro-brasileira, durante os dois anos de pesquisa me deparei com a grande quantidade de mulheres negras envolvidas com a PAB, assim como, percebo nos diversos Movimentos Antirracistas mistos existentes. E não apenas como partici-





pante, mas, articulando, organizando e coordenando esses Movimentos, me levando a questionar sobre a invisibilidade dessas mulheres negras ativistas, a fim de romper com o silenciamento e invisibilidade da mulher negra nesses Movimentos e na Pastoral Afro-brasileira.

Ao iniciar a pesquisa constatei que em todos os núcleos da Pastoral Afro-brasileira visitados, tinham como coordenadoras mulheres negras ativistas. O que não é espantoso, visto que, muitos dos Movimentos Sociais, Antirracistas e Feministas têm como maior parte dos seus membros mulheres negras, porém, o que me chamou atenção, foi o constante discurso feminista dessas mulheres.

E a identificação de discursos feministas tão latentes e frequentes dessas mulheres que estão inseridas em uma instituição extremamente conservadora e patriarcal como a Igreja Católica, motivou ainda mais a pesquisa. Diante desses reconhecimentos, compreendi a importância de dissertar sobre o protagonismo feminino negro que é invisibilizado, abrindo espaço também para o debate sobre a relação antagônica que há entre os gêneros, mesmo que não haja uma efetiva disputa de gênero dentro da Pastoral Afro-brasileira, a pesquisa também busca contribuir para que ocorra certa notoriedade das ações interventivas da Pastoral Afro-brasileira articuladas por essas mulheres negras e do seu protagonismo dentro dos Movimentos Antirracistas.

Com o contato direto com as ativistas negras, percebi o quanto a luta feminista influenciou no posicionamento e nas articulações das ações concretas dos Movimentos e da Pastoral Afro-brasileira. Agrego essa ressalva, pois, conforme relata Bell Hooks (2015), a luta das mulheres feministas brancas não contemplam efetivamente as reivindicações das feministas negras, o que torna pertinente que mulheres negras se articulem no âmbito social em busca de sanar suas demandas. A autora sinaliza esse fato em uma das suas explanações referentes ao pensamento das feministas brancas em relação às feministas negras.

O fato de que nós, mulheres negras, não nos organizamos coletivamente, em grande número, em torno de questões do "feminismo" (muitas de nós nem conhecem ou usam termo), ou de que não tivemos acesso aos mecanismos de poder que nos permitiram compartilhar nossas análises ou teorias sobre gênero com o público norte-americano, não negam sua presença na nossa vida e nem nos colocam em uma posição de dependência em relação às feministas brancas e não brancas que falam a um público maior (BELL HOOKS, 2015, p.203).

O protagonismo invisibilizado das mulheres negras em Movimentos Sociais e Antirracistas é o reflexo da luta hierárquica de gênero, que expõem a necessidade das mulheres negras lutarem por espaço dentro da sociedade. Essa reflexão pode ser contextualizada através de pensamentos teóricos de diversas autoras negras, que discorrem sobre a relação de gênero na sociedade e do próprio protagonismo da mulher negra. Sinalizando também o impacto que o racismo tem na vida da população negra, em particular no cotidiano da mulher, que se consuma na divisão



entre a luta das mulheres brancas que é tida como privilegiada por não sofrer com a desigualdade racial e das mulheres negras que são preteridas e estigmatizadas socialmente.

A questão do protagonismo feminino negro não é um assunto tão recorrente no âmbito social e muito menos no âmbito acadêmico, embora tenhamos atualmente diversas intelectuais negras, nos contemplando com inenarráveis estudos sobre a questão étnica racial e de gênero. Acredito que haja essa invisibilidade em torno da mulher negra, por ser consumada na sociedade a relação de poder entre os gêneros e por termos uma sociedade estruturalmente racista, que coloca a mulher negra na base da pirâmide social. E essa disputa de poder não deve ser algo cultivado e disseminado principalmente entre a população negra, que dispõe de toda pejoratividade, sendo sinalizada constantemente por aspectos negativos, que é fruto de um projeto social de branqueamento que alastra cotidianamente o racismo estrutural.

Na realidade, nas poucas experiências que nós temos nessa relação da mulher negra como poder emerge, a meu ver, a força que essas determinações de raça e de gênero têm sobre as mulheres negras, mesmo as poderosas, conduzindo-as a trajetórias erráticas e diferenciadas nas instâncias de poder a que lhes têm sido possível ascender (SUELI CARNEIRO, 2015 p. 01).

E mesmo que haja aparentemente a predominância de mulheres negras nos Movimentos Antirracistas e na PAB, mesmo a Igreja Católica pregando e presando pela igualdade seja qual for à situação, não deixa de ser uma instituição conservadora e patriarcal, não há na Pastoral Afro-brasileira uma disputa de gênero por incrível que possa parecer, pois, não está pautada nas demandas da PAB essa disputa de gênero, porque de fato não há, pelo contrário, há uma relação de cordialidade entre os membros, independente do gênero, principalmente ao desenvolver as ações concretas articuladas pelos seus membros, que são voltadas apenas para intervir nas diversas expressões e questões raciais.

A Pastoral Afro-brasileira é um campo rico para pesquisar as demandas advindas da estrutura racista acometida socialmente, considerando que um dos seus principais papéis é o de agente social, por agir no processo de construção da identidade racial, a fim de uma perspectiva mais justa e igualitária. O Movimento Negro, assim como, a PAB traz questões profundamente relevantes para aspectos que tangem o racismo, desigualdade racial e até mesmo o protagonismo da mulher negra. E desta forma, torna-se importante reconhecer essas mulheres negras atuantes e inseridas nesses Movimentos.

Minha aproximação com a questão racial me permitiu aprofundar os estudos sobre a questão étnica racial e de gênero, me despertando o olhar para pesquisar a gênese e a articulação da Pastoral Afro-brasileira. O que me aproximou do Movimento Negro e do Movimento Feminista, permitindo chegar diretamente com as mulheres negras atuantes e militantes desses Movimentos e da Pastoral Afro-brasileira. Mulheres essas racializadas negras e conscientes da importância de se



posicionar frente às questões expostas pela relação antagônica de raça e gênero, a fim de pautar suas demandas, muitas das vezes sucumbidas pela invisibilidade das suas ações.

E embora as ações interventivas desenvolvidas pela Pastoral Afro-brasileira demonstrem sua responsabilidade em prol da igualdade racial, não possibilita a visibilidade e nem notoriedade para o protagonismo feminino negro socialmente e tão pouco na academia. Com isso, o incômodo foi exposto corroborando para o desenvolvimento do atual ressaltando o protagonismo das mulheres atuantes nos Movimentos Antirracistas e enfaticamente na Pastoral Afro-brasileira, a fim de compreender também, qual a influência que o feminismo tem na vida dessas militantes ao articularem essas ações.

A Pastoral Afro-brasileira é uma organização pouco visível, até mesmo dentro da Igreja Católica, pois, enfrenta preconceito dentro e fora da mesma, pois, o Movimento Negro, desde o início da articulação dos líderes religiosos, questionavam muito sobre a militância dos negros inseridos nessa instituição que foi conivente com a escravização da população negra. Porém, em estudos passados, no qual entrevistei ativistas da PAB, mulheres negras inclusive, sinalizaram que haviam sido criadas dentro da Igreja Católica e entende que se há negro nesse espaço, essa militância deve existir.

E essa falta de notoriedade da Pastoral Afro-brasileira, principalmente se comparando aos diversos Movimentos Antirracistas, que atuam em prol da igualdade racial, gera um desconforto entre os membros da PAB. E essa falta de valorosidade da Pastoral, propicia um entendimento maior do protagonismo da mulher negra a frente desses Movimentos, pois mulheres negras entendem o que é não ter espaço e vez, assim como o social preterimento que perpassa pela vida da maioria dessas mulheres negras desde quando suas ancestrais foram submetidas ao processo de escravização. Sendo, portanto, uma relação de cumplicidade entre mulheres negras e os Movimentos citados, alimentando e fortalecendo a luta contra as desigualdades assolantes.

Desigualdades essas que estão atreladas as diversas expressões que o racismo estruturante nos acomete enquanto corpos negros, como por exemplo, a desigualdade racial e o protagonismo da mulher negra em todos os âmbitos e não somente a frente dos Movimentos trazidos nesse trabalho. E mesmo que essa temática seja importante, ainda não é um debate latente na academia, por isso, identifico nesse artigo a importância de dialogar sobre o protagonismo feminino negro. O autor Octavo Ianni (2004) ressalva que a questão racial ainda não é um tema abordado de forma aberta socialmente, contemplando assim a importância de ressaltar o protagonismo das mulheres negras e a falta de espaço dentro da academia nas linhas de pesquisa principalmente na Pós-graduação para essa temática.

Essa falta de visibilidade principalmente academicamente é notória, vide as linhas de pesquisas das Pós-graduações, que não dialogam sobre a questão racial



diretamente, pelo contrário, esse debate está constantemente “infiltrado” em outras temáticas. O que faz com que os negros sejam recorrentemente lembrados que sua entrada na universidade é algo pontual e específico, sinalização que considero pertinente para outro diálogo. E tornando ainda mais invisível a potencialidade de mulheres negras, que estão ingressando nas universidades a fim de pautar as questões que nos assolam diariamente, se deparando constantemente com o eurocentrismo hegemônico das linhas de pesquisas, invisibilizando ainda mais essas mulheres.

Por isso, considero que explorar Movimentos como a Pastoral Afro-brasileiro, proporcionando o recorte de gênero é importante para tornar o protagonismo das mulheres negras mais visíveis, pois, a PAB torna-se um espaço potencializador dessas mulheres. E possibilita também que assuntos como a desigualdade racial e de gênero sejam destrinchados, mesmo que esse fator não possibilite que todas as demandas da questão racial sejam tidas como prioritárias e acabem por isentar alguns temas como o protagonismo feminino negro.

Conforme fora ressaltado, é notório que há uma ausência nas linhas de pesquisas da Pós-graduação sobre o debate de temas que dissertem sobre a mulher negra, em especial a sua atuação em movimentos que visam à igualdade racial. E essa sinalização é se faz necessário para entender a importância de deslindar sobre a ausência de pesquisas que se referem à mulher negra, protagonizando a inserção e atuação massiva de mulheres negras em Movimentos que lutam contra qualquer tipo de desigualdade e opressão.

Percebo então, que é de suma importância que sejam desenvolvidas pesquisas acadêmicas que explicitem sobre questões relacionadas à visibilidade das mulheres negras na Pastoral Afro-brasileira. Com o propósito também de identificar o quanto as relações dessas mulheres negras com as teorias do Feminismo Negro influenciam na articulação da PAB.

Nesse processo de contínuo de pesquisar as mulheres negras e a Pastoral Afro-brasileira e aportando o debate em torno da invisibilidade do protagonismo feminino negro, desenvolvo essa pesquisa na linha de pesquisa de Subjetividade, Política e Exclusão Social no departamento de Psicologia, que ancora à compreensão de problemas sociais. Visto que, o objetivo do projeto debruça em mudanças sociais, por tratar sobre temáticas como o racismo, que envolve toda a sociedade. Conforme ressaltado por Octavo Ianni (2004), a questão racial e a relação de gênero devem ser tidas como expressões da questão social.

Essa análise cabe para ressaltar que a questão de gênero expressa uma estrutura de poder, propiciando a perpetuação do senso comum de que a mulher é sexo frágil. Sendo assim, há uma grande necessidade de desenvolver estudos e pesquisas relacionados à visibilidade do protagonismo da mulher, principalmente da mulher negra que está exposta socialmente a estigmatização, hiper sexualização do seu corpo e preterimento, que é fruto da trajetória de discriminação proveniente



do período escravocrata, conforme ressalta Sueli Carneiro (2003).

Tendo em vista que a linha de pesquisa Subjetividade, Política e Exclusão Social, a qual esse estudo está sendo desenvolvido que concerne em projetos de pesquisa em relação à produção da subjetividade, que se consuma em latentes formas de exclusão social, abordando os Direitos Humanos em virtude dos Movimentos aqui mencionados. Tendo também o objetivo a aproximação de pesquisadores envolvidos nos debates que envolvem a questão racial, gênero e o feminismo, que estão sendo pautados nesse artigo e na própria pesquisa. Por isso, considero que o estudo sobre a invisibilidade do protagonismo das mulheres negras que militam em prol das desigualdades, articulando ações interventivas a frente dos Movimentos e da Pastoral Afro-brasileira e que são invisibilizadas, deve ser disseminado, a fim também de expandir o debate socialmente e na academia.

Haja vista que, as demandas da desigualdade racial, assim como, a relação de antagonismo de gênero e a ausência de notoriedade da mulher negra são provenientes da estrutura social, que se agrava com a grande onda do conservadorismo exacerbado. Tornando ainda mais pertinente a explanação sobre o objetivo desse artigo, pois, relata uma questão social vigente, que precisa ser discutido na sociedade brasileira, assim como, da mais visibilidade academicamente ao tema conforme fora diversamente ressaltado.

O almejo pela visibilidade da mulher negra aqui dissertada, também traz benefícios às ações e objetivos da Pastoral Afro-brasileira, pois, tendo em vista que, a PAB é tida como um agente social interventor por atuar em prol de um problema social, que é a desigualdade racial, fortalece a grande luta contra o racismo. Demanda essa que não deve ser vista apenas como uma questão que assola somente a população negra, mas sim toda a sociedade brasileira, pois, o racismo é disseminado pelos não negros, logo, torna-se um problema social. Por isso, a PAB tem o propósito de intervir nessa prática que perpetua na sociedade brasileira e que traz graves danos no cotidiano dos negros. E levando para dentro da Igreja Católica o conhecimento diferente do período escravocrata, que tinha os negros como seres sem almas, a PAB busca evidenciar, enaltecer e principalmente ressalvar que os negros são seres humanos dignos de direitos e com alma.

O líder religioso e militante dos Direitos Humanos, Frei Davi Raimundo dos Santos (2014), observa esse olhar da Igreja Católica e ressalta que durante anos a instituição não se importou com as demandas da desigualdade racial expostas na sociedade, que discriminava o negro e os denominavam como seres sem alma e amaldiçoados.

“Se a Igreja católica não lhes permite espaço, buscam, sem perda de tempo, exercer sua fé verdadeira e legítima em outras expressões religiosas. A religião está à flor da pele deste povo negro” ( RAIMUNDO,2014, p. 01).

Por isso, tanto as ações que as mulheres negras cristãs desenvolvem através



da Pastoral Afro-brasileira, assim como, o seu protagonismo em diversos outros Movimentos mencionado nesse artigo, precisam ser disseminados, pois, possibilitam um debate social e acadêmico mais amplo sobre a questão racial e a visibilidade das mulheres negras. Vide a explanação de Ianni (2004), que ressalva que o racismo deve ser entendido como um problema social e não como um problema apenas da população negra.

Como não há muitos trabalhos acadêmicos que dissertem sobre a Pastoral Afro-brasileira, nem tão pouco do protagonismo da mulher negra a frente dos Movimentos Antirracistas e principalmente da PAB, pressupõe-se que esse artigo é especialmente importante, não só pela notoriedade da Pastoral e para as mulheres negras, mas também para sociedade em geral, que desfruta de uma estrutura racista e sexista. Portanto, entendo que esse estudo demarca a situação das mulheres negras excluídas socialmente, alimentado pela estrutural vigente e também pela padronização e estereotipação que discrimina e exclui os que não se encaixam nos padrões que influenciam a sociedade em geral.

### 3. Conclusão

Esse artigo também tem a finalidade da investigação, além de ressaltar as demandas da questão racial, como desigualdade racial, racismo, preconceito e o protagonismo feminino negro, tem o propósito de cooperar para que haja uma mutação social.

Porém, compreendo que essas transformações não são imediatas e tão pouco através de uma só pesquisa, mas a expansão e disseminação dessa temática poderão contribuir para que sejam instituídas mais linhas de pesquisas que de fato aborde sobre a visibilidade do protagonismo das mulheres negras, que há anos são expostas ao preterimento em todos os âmbitos sociais em especial na Pós-graduação.

Com o deslindar da pesquisa, demarco que o entendimento da identidade negra torna-se essencial para enfrentar os desafios contemporâneos, destacando por exemplo, a exposição que população negra se depara no seu cotidiano, martirizado por ações negativas como o racismo, a discriminação e preconceito racial, denominado como problema social:

“(...) Qualquer grupo humano, através do seu sistema axiológico sempre selecionou alguns aspectos pertinentes de sua cultura para definir-se em contraposição ao alheio. A definição de si (autodefinição) e a definição dos outros (identidade atribuída) têm funções conhecidas: a defesa da unidade do grupo, a proteção do território contra inimigos externos, as manipulações ideológicas por interesses econômicos, políticos, psicológicos, etc.” (MUNANGA, 1994, p. 177-178).



E com isso, entende-se que a Pastoral Afro-brasileira é um campo rico de pesquisa, tendo em vista que um dos seus principais papéis é o de agente social, por agir no processo de construção da identidade racial, a fim de uma perspectiva mais justa e igualitária. A PAB traz questões profundamente relevantes para aspectos que tangem o racismo, a identidade negra, a discriminação racial, a desigualdade racial e o protagonismo do gênero feminino, que é o objetivo desse projeto. Desta forma, torna-se importante conhecer a história da formação da Pastoral Afro-brasileira e o papel exercido pelos seus principais protagonistas e especialmente no que se refere à questão racial.

## Referências

- ANTONIAZZI, Alberto. A Coordenação Pastoral Diocesana. Critérios teológicos e questões práticas. Belo Horizonte, 1999. Texto xerocado; e ainda: ANTONIAZZI, Alberto. Conselhos Pastorais Paroquiais (CPP). Disponível em: <http://guaxupe.org.br/definicao-de-pastoral> Acessado em: 19/05/2017
- CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Racismos contemporâneos. Rio de Janeiro: Takano Editora**, v. 49, p. 58, 2003.
- CARNEIRO, Sueli. Mulheres negras e poder: um ensaio sobre a ausência Disponível em: <http://articulacaodemulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/06/TC-6-CARNEIRO-Suely-Mulheres-Negras-e-Poder.pdf> Acessado em: 05/-9/2017
- CNBB. *O que é pastoral Social?* Cartilhas de pastoral social, nº 1. São Paulo: Edição Loyola, 2001.
- CNBB. Pastoral Afro-Brasileira: Princípios de Orientação. Brasília: Edições CNBB, 2008
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.
- GOMES, Nilma Lino. "Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil." *Brasil. MEC/SECAD. Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal 10.639/03* (2011).
- HASENBALG, Carlos Alfredo. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- HOOKS, Bell. Black women: shaping feminist theory. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 16, p. 193-210, 2015.
- IANNI, Octavio. Dialética das relações raciais. *Revista Estudos avançados*, no – 18, 2004
- LINO, Nilma Gomes. Cultura negra e educação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 75, n. 23, p. 75-85, 2003.
- OLIVEIRA, Rosenilton Silva de. Negros militantes católicos ou católicos militantes negros? – Percurso da Pastoral Afro-brasileira. Salvador, 2011
- RAIMUNDO, Valdenice José; GEHEN, Vitória; ALMEIDA, Daniely. Mulher negra inserção nos movimentos sociais feminista e negro. **Cadernos de Estudos Sociais**, p. 1-8, 2013.
- SANTOS, D. Raimundo. Ano da Vida consagrada: O que você tem feito por uma Igreja Etnicamente Comprometida. 2014 (Texto gentilmente cedido pelo autor).





## CAPÍTULO 18

# **PARA UMA TEORIA DE ANÁLISE ESPORTIVA DA APEF: NORBERT ELIAS E PIERRE BOURDIEU**

FOR AN APEF SPORTS ANALYSIS THEORY: NORBERT ELIAS AND PIERRE  
BOURDIEU

**Elias Martins**

**Francisco Xavier Freire Rodrigues**



## Resumo

**A**o aceitar o esporte enquanto um fenômeno contemporâneo não isolado da sociedade que o constitui é inerente a verificação de conceitos teóricos que também constitui a sociedade que lhe forma. Nessa simbiose entre esporte e sociedade os conceitos teóricos: figuração e habitus configura-se uma trama teórica efetiva na compreensão sobre a transformação dos passatempos antigos em esporte modernos. Esse trabalho da continuidade ao diálogo, já possível, entre Elias e Bourdieu na revisão sistemática de uma teoria para análise do esporte sem a pretensão de restringir as possibilidades de figurações destes dois sociólogos contemporâneos e, sobretudo, restringir possíveis entendimentos sobre o esporte moderno, mas trazê-los para um contexto social coletivo de um pequeno grupo de professores no Centro Oeste Mato-grossense.

**Palavras chaves:** Figurações; Habitus; Agentes; Associação de Professores.

## Abstract

**A**cepting sport as a contemporary phenomenon not isolated from its constituent society is inherent in the verification of theoretical concepts that also constitute the society that forms it. In this symbiosis between sport and society, the theoretical concepts: figuration and habitus is an effective theoretical framework for understanding the transformation of ancient hobbies into modern sports. This work of continuing the dialogue, already possible, between Elias and Bourdieu in the systematic review of a theory for sport analysis without the intention of restricting the possibilities of figuration of these two contemporary sociologists and, above all, restricting possible understandings of modern sport, but bring them into the collective social context of a small group of teachers in the Midwest Mato Grosso.

**Key-words:** Figurations; Habitus; Agents; Teachers Association.



## 1. Introdução

Nessa estrada da vida as relações entre pessoas são influenciadas, constantemente, por diversas formas de se relacionar seja em família, comunidade ou na sociedade. Segundo Dunning (2014), Elias compreendeu pela própria experiência de vida e defendeu o desenvolvimento da civilização em figurações constante através de processos interdependentes entre os sujeitos, sendo que o controle dos instintos e emoções ao longo do desenvolvimento da sociedade é que regem essas figurações, ou seja, as estratégias de controle dos instintos e emoções são elementos inerentes ao desenvolvimento da civilização.

Mais do que analisar o desenvolvimento de uma realidade em questão, os conceitos teóricos de Elias permitem analisar as transformações de diversas tecnologias de controle social que permitiram o próprio desenvolvimento social. Se antes, na Idade Média, tinha-se o combate físico entre guerreiros, o qual terminava em mortes; agora teríamos o combate político dentro do parlamento como local de desenvolvimento de projeto de sociedade e, no caso dos passatempos antigos, teríamos os esportes modernos como tecnologias fundamentais para o processo de controle instintivo e emocional.

Norbert Elias nasceu em 1897, era filho de um casal de Judeus sendo que sua mãe, a senhora Sophia Elias, morreu em Auschwitz, e seu pai, o senhor Hermann, era um comerciante bem-sucedido, o que possibilitou a oportunidade de estudar numa clássica escola germânica. Elias formou-se em medicina e filosofia e, além disso, também teve formação militar alemã, vindo prestar serviços militares durante a Primeira Guerra Mundial.

Ainda, durante sua formação médica, os estudos em cadáveres levaram Elias a questionar a dicotomia estabelecida entre corpo e mente, entre razão e emoção bem como inúmeros adjetivos dicotômicos estabelecidos pelas ciências da natureza a dizerem que a sociedade se constitui de uma estrutura independente do indivíduo que forma.

Esta situação dicotômica entre sociedade e indivíduo, Elias e Dunning (1992) procuraram combater com pesquisas e, evidenciara, a reificação enquanto modelo adotado pelas ciências da natureza como um dos principais problemas para a sociologia. Os autores ainda demonstraram em seus estudos a existência de um processo de interdependência entre indivíduos, aparentemente um processo cego; mas o fato é que as relações interdependentes entre sujeitos e entre instituições em cada momento dado da história é que se figurara na sociedade como a conhecemos hoje.



Tanto para Elias como para outros autores, a reificação<sup>1</sup> permitiu e ainda reforça uma visão estática do conhecimento, o qual foi fundamental para as pesquisas das ciências da natureza (MARCHI JUNIOR, 2005).

Esse modelo de reificação das relações sociais criou inúmeras ideias e estabeleceu critérios de distinção, o que nos impõe dificuldades no desenvolvimento de uma visão mais realista da sociedade, conseqüentemente, mantendo enraizado a ideia de sempre ter existido uma hierarquia entre indivíduos e sociedade. Para Elias (1970) não existiria a oposição entre indivíduo e sociedade com estruturas exteriores ao sujeito, mas sim uma relação de interdependência entre sujeitos e sociedade.

Através de um longo processo de transformação social entre a sociedade medieval e sociedade cortesã, Elias (2001) demonstra de forma inquestionável o processo pelo qual os indivíduos passaram a ter mais controle sobre suas emoções. Nesse contexto, as guerras medievais passaram a figurar-se em outra lógica, as disputas saem do extermínio dos adversários e assumem um novo modelo de disputa, a saber: o debate político. Na contemporaneidade temos que a democracia política, os jogos e os esportes são práticas sociais que possibilitam mais aprendizado e controle dos instintos e emoções ao fomentar a liberação controlada das (emoções) devido às regras estabelecidas.

Através de um esquema didático Elias (1970) o autor desenvolve a teoria do jogo como um esquema paradigmático para verificar as figurações sociais contemporâneas, demonstrando a validade do processo de civilização dos sujeitos, o que permite dizer que ninguém nasce civilizado, mas civiliza-se no processo de interdependência com outros cidadãos. Esse esquema analítico proposto por Elias não se configurava em modelo de pesquisas esportivas, entretanto, é justamente nesse contexto, após sua parceria com Dunning,<sup>2</sup> que eles encontraram elementos empíricos para verificar como a sociedade estava e continua em processo de civilização (MARCHI JUNIOR, 2005).

---

1 Reificar é a desnaturalização daquilo que se tem como conceito e contextualizá-lo como algo isolado; é transformar algo em coisa, seja a religião, a indústria, o homem.

2 Dunning foi assistente de Elias e seu orientando no mestrado. Segundo Dunning (2014), Elias dizia que é preciso envolver-se com trabalhos que o aluno goste de fazer, e foi assim que Dunning apresentou à Elias a sua ideia para estudar o futebol.

Segundo Marchi Junior (2005, p.124), "Para Elias, o jogo reporta o desenvolvimento de um código de conduta e sentimentos, um impulso civilizador detectado nas e pelas relações sociais". Então, para Elias, o jogo é visto como uma estrutura de ação individual ou coletiva na estruturação de uma competição social, designando diversos níveis de interdependência entre os indivíduos que constituem a sociedade. O jogo aqui não é o esporte e nem atividades lúdicas como elemento proposto nas aulas de Educação Física Escolar, e sim um processo de inter-relacionamento e comunicação entre indivíduos em qualquer contexto social; é a relação entre sujeitos e entre grupos sociais ou instituições federativas que se denomina de jogo (ELIAS, 1970).

A diversidade de tempo e espaços na formação humana permite que o conceito de figuração sirva como um instrumento de análise, considerando as especificidades do indivíduo e suas relações com a sociedade de forma interdependente um do outro na constituição, não sendo antagônicos e diferentes.

A ordem em questão é de um determinado tipo, uma teia ordenada de configuração, na qual nenhuma ação por parte de cada um dos lados poderá ser encarada como ação exclusiva deste lado. Antes deverá ser interpretado como continuando o processo de interpenetração e fazendo parte da futura interpenetração de ações realizada por ambos os lados (ELIAS, 1970, p.91).

A ideia de configuração proposta por Elias é de que se deve olhar o indivíduo e a sociedade, ambos em relações interdependentes, num desenvolvimento constante, por mais que esta interdependência se mostre cega a alguns sujeitos, são elas que exercem alguma coerção da sociedade sobre o indivíduo e vice-versa.

## 2. O Nascimento do Esporte Moderno

A formação do esporte moderno teria se dado em consequência ao processo de desenvolvimento industrial na Inglaterra, nessa concepção teórica o esporte seria um efeito causado pela industrialização inglesa (BRACHT, 2005).

Para além de uma relação de causa e efeito, em Elias e Dunning (1992) encontra-se a figuração de que a formação do esporte moderno ocorre interdependente do desenvolvimento social na Inglaterra. Na Idade Média, os conflitos eram resolvidos através do combate entre guerreiros, o que quase sempre terminava em morte de ambos os lados envolvidos na disputa; já na sociedade contemporânea, essa disputa assume um caráter simbólico através do refinamento das condutas humanas.

Como no processo interdependente, o resultado de uma guerra nunca pode ser previsto antes de seu início; a percepção de que as ações adotadas não estavam atingindo objetivos esperados levou os sujeitos envolvidos a tomarem um certo



tipo de consciência adquirida com o passar dos tempos. Seria esse tipo de conhecimento adquirido pelo ser humano com o tempo que fomentou o desenvolvimento de outras formas de disputa para além das guerras que terminavam em muitas mortes.

O processo conhecido como a parlamentarização,<sup>3</sup> em que a persuasão argumentativa, através do diálogo, passou a ser o modelo para o combate entre grupos distintos com projetos de desenvolvimento sociais diferentes é o resultado dessa consciência reflexiva das ações e dos resultados do combate medieval. Ainda para Elias e Dunning (1992), esta situação de guerra e eliminação total do adversário não faz parte dos princípios de civilização, portanto, na política, a violência física deu lugar ao melhor argumento.

Toda essa transformação social também se tornou possível em função do desenvolvimento de uma diversificada fonte de estratégias e táticas, exigindo dos guerreiros maior disciplina sobre seus instintos e mais controle das emoções.

O desenvolvimento social demonstra que a emoção/energia ao ser controlada pelo indivíduo, não seria simplesmente eliminada, não deixaria de existir com um simples passe de mágica, e pesquisas contemporâneas comprovam que o acúmulo desta energia não canalizada para seu fim primeiro se acumularia nos músculos e tendões dos seres humanos se não fosse canalizada de outra forma.

O processo de canalização dos impulsos produtivos de uma energia emocional para uma ação específica ao não se concretizar encontrará, através da corporeidade, outros meios de canalização; ou seja, cada indivíduo buscará exercer um controle sobre essa energia emocional, o que evidência a existência de um desenvolvimento civilizatório em curso:

No processo da civilização, a psicogênese está relacionada ao desenvolvimento de longa duração das estruturas da personalidade humana e as modificações do comportamento. Elias atentou para as estruturas e para os mecanismos de regulação e controle dos impulsos, a fim de estudar como se forma o "superego". Seu destaque é para a passagem da coação externa para os mecanismos internos da disciplinarização de si próprio (GRUNENVALD, 2009, p.218).

A passagem dos passatempos antigos para os esportes modernos evidencia essa mudança no processo de coação externa e interna e uma maior regulamentação das regras estabelecidas num determinado esporte. Já no indivíduo não adepto da prática de passatempos ou esportes e lazer, verifica-se que esses impulsos emocionais produzidos só poderiam ser controlados através da repressão, e a não liberação desta energia, ao acumular seu excesso nos músculos, causa o que os psicoterapeutas<sup>4</sup> chamam de couraças muscular.

3 Podemos entender a parlamentarização como um processo mediador, sendo um conceito histórico de natureza burguesa na mediação do processo de organização institucional com objetivos reguladores.

4 Elias construiu seu conhecimento sobre as bases deixadas por outros autores, sendo Freud um deles, e buscou ir além (DUNNING, 2014).

Na contemporaneidade, sabe-se que a melhor forma de se combater a rigidez muscular e articular é através de exercícios físicos, sendo que, na prática física, o próprio organismo encontra vias de eliminação dessa tensão acumulada pela repressão emocional. A esse processo, em psicoterapia, dá-se o nome de catarse,<sup>5</sup> como um sistema considerado válido para evasão das tensões musculares. Também se pode verificar esse processo de catarse através da prática de esportes e lazer.

Por outras palavras, o que procuro dizer e que a sociedade que não oferece aos seus membros, e, em especial, aos mais jovens, oportunidades suficientes para a excitação agradável de uma luta que não exige, mas pode envolver, força e técnica corporal pode, indevidamente, arriscar-se a entorpecer a vida dos seus membros; pode não proporcionar corretivos complementares suficientes para as tensões não excitantes produzidas pelas rotinas regulares da vida social. (ELIAS; DUNNING, 1992, p.95).

Na sociedade contemporânea, o nível atual de controle tornou-se tão profundo que raramente se consegue uma catarse total, o máximo que chegamos seria a uma catarse extática,<sup>6</sup> ou seja,

[. . .] aquilo que as pessoas procuram nas suas actividades miméticas de lazer não é o atenuar das tensões, mas pelo contrário um tipo específico de tensão uma forma de excitação relacionada com frequência como notou Santo Agostinho com o medo, a tristeza e outras emoções que procuraríamos evitar na vida quotidiana. (ELIAS; DUNNING, 1992, p.128).

Se para Santo Agostinho, na vida cotidiana procuramos evitar certas emoções, em Elias e Dunning (1992) as atividades miméticas não são apenas uma forma de liberar as tensões, mas também são como uma fonte de renovação dessa tensão controlada, gerando, conseqüentemente, a promoção de tônus muscular equilibrado para as atividades diárias. Veja que os autores não descartam a possibilidade da liberação das tensões, o que corrobora com o que estamos tentando dizer sobre a relação do desenvolvimento dos esportes modernos como fonte de liberação energética antes produzida e canalizada para sua evasão nas guerras.

Na Idade Média, os passatempos foram uma prática constante de indivíduos que tinham seu tempo cada vez mais livre devido à diminuição dos confrontos entre tribos e reinos, sendo que em cada contexto os passatempos tinham sua própria lógica de acontecimentos.

---

5 Catarse: [. . .] “esta palavra deriva do conceito médico utilizado em ligação com o expulsar de substâncias nocivas do corpo, com a limpeza do corpo por meio de uma purga” (ELIAS e DUNNING, 1992, p. 122).

6 A catarse extática produz apenas um restabelecimento temporário e é sempre acompanhada de sensações agradáveis (ELIAS e DUNNING, 1992, p. 120).



Então, conforme Elias e Dunning (1992), se no parlamento o argumento passou a ser a arma fundamental para a disputa entre grupos rivais, o ponto de equilíbrio das relações de poder seria encontrado na transformação de alguns hábitos e costumes em normas e regras específicas para igualar o processo de disputa. Esse processo inerente ao desenvolvimento das relações humanas se deu sobre a prática dos passatempos antigos.

A parlamentarização e o esporte são o resultado deste refinamento das condutas humanas, ou seja, não se eliminou as disputas individuais ou coletivas na sociedade, entretanto, como resultado de um processo não esperado, mas com uma certa lógica de desenvolvimento estes levaram-nos a elaboração de condutas, normas, regras e leis, onde o argumento político e as habilidades físicas tornaram-se práticas simbólicas de violência consentida no lugar da violência física brutal (ELIAS; DUNNING, 1992).

## 2.1 Esporte no sentido amplo e restrito

Os esportes modernos, como os conhecemos, podem ser considerados como uma das manifestações culturais que mais sofreu transformações em sua técnica, regras e formas de disputa. Os esportes sobre o ideário olímpico têm como características evidentes em sua organização a quebra de recordes e a divisão por categorias divididas em idade, peso, sexo.

Os esportes modernos se fundamentam, na prática física com base em competências e habilidades corporais, todas elas com princípios biológicos de desenvolvimento corporal através da força e resistência; ou seja, o desenvolvimento individual através de práticas desportivas estaria a "priori" no rendimento físico do corpo. "Todas estas características identificam o desporto no sentido estrito da palavra" (MATVÉEV, 1986, p.18).

Evidencia-se que a percepção de cada sujeito frente ao fenômeno esportivo manifestado não corresponde à realidade total, em outras palavras, a evidência da quebra de recorde e aquele segundo que separa o campeão do quarto colocado não é a verdade sobre todo um processo não visto através da televisão ou no local da disputa. Esse aspecto competitivo seria apenas um entre muitos outros aspectos, e não a base específica da atividade esportiva (MATVÉEV, 1986).

Com base em observações empíricas, Marchi Junior (2015) identifica certa resistência na definição e entendimento do que vem a ser o esporte na contemporaneidade. Para o autor, dificuldades na identificação de um jogo, passatempo ou atividade física transformada em esporte não são o maior problema da Educação Física, isso tudo é mais um aspecto da disputa e demarcação de territórios de atuação, o que seria fruto de uma determinação acadêmica e não um amplo debate conceitual para a compreensão do esporte moderno.



Desse modo, concordamos com (MARCHI JUNIOR, 2015, p. 55) visualizamos a possibilidade de entendimento do esporte na contemporaneidade como uma atividade física polissêmica, institucionalizada, regrada e competitiva como um fenômeno histórico da humanidade construído e determinado a partir de contextos socioculturais diversificados, em constante desenvolvimento, e em franco processo de profissionalização, mercantilização e espetacularização. Nesse sentido, o esporte pode ser compreendido como:

[. . .] um fenômeno processual físico, social, econômico e cultural, construído dinamicamente e historicamente, presente na maioria dos povos e culturas intercontinentais, independentemente da nacionalidade, língua, cor, credo, posição social, gênero ou idade, e que na contemporaneidade tem se popularizado globalmente e redimensionado seu sentido pelas lógicas contextuais dos processos de mercantilização, profissionalização e espetacularização (MARCHI JUNIOR, 2015, p.59).

Aqui, o esporte passa a ser entendido como um fenômeno polissêmico dimensional através da identificação de algumas dimensões. Os 5 E's<sup>7</sup> definidos como um esquema de análise a partir de cinco dimensões encontradas no macrossocial, sendo elas a: emoção, educacional, estética, ética e espetáculo.

A dimensão educacional teria a incumbência de articular as demais dimensões da sociedade. O processo de ação e reflexão da ação do sujeito na constituição da sociedade contemporânea, muito bem defendido por Paulo Freire e outros autores brasileiros, são o princípio formativo de uma sociedade reflexiva e crítica de suas condições de formação e desenvolvimento para além de uma prescrição legislativa de formação, mas no objetivo formativo, seja institucional ou informal, sem o isolamento dos diversos aspectos de um fenômeno como o esporte contemporâneo (MARCHI JUNIOR, 2015).

Uma nova proposta de prática esportiva pela APEF, através da organização de festivais temáticos, reside no sentido mais amplo do conceito de esporte, pois "no sentido lato da palavra, o desporto engloba a actividade competitiva propriamente dita, a preparação especial para ela e as relações específicas da esfera dessas actividades tomadas em conjunto" (MATVÉEV, 1986, p.18).

Partindo que, nos festivais, os esportes institucionalizados estão presente com suas dimensões do espetáculo, ética, emoção e estética; sendo que a dimensão educacional caminha entre o formal e o informal, podendo flexibilizar as regras institucionalizadas para que os alunos possam vivenciar a corporeidade gestual na construção de um movimento qualquer para rebater a bola de voleibol ou arremessar uma bola de handebol ou basquete.<sup>8</sup>

7 Para uma melhor compreensão de cada dimensão citada sugerimos a leitura do artigo de Wanderley Marchi Junior: O Esporte "Em Cena" Perspectivas Históricas E Interpretações Conceituais Para A Construção De Um Modelo Analítico. Aqui iremos nos reportar apenas à dimensão educacional por entender ser este o contexto de atuação da APEF de Pontes e Lacerda.

8 Ressalto, dentre as principais modalidades esportivas dos Jogos Escolares da APEF, o futebol e suas variações não fazem parte dos festivais temáticos como uma opção do grupo de professores.





Se durante o evento competitivo, na preparação, as relações oriundas do fenômeno esportivo devem ser tomadas em conjunto ao seu contexto, verifica-se que uma possível reorganização dos Jogos Escolares da APEF e a realização de festivais específicos de voleibol, basquetebol, handebol e ping-pong<sup>9</sup> deveriam provocar mudanças atitudinais sobre a prática pedagógica de cada professor em seu lócus de atuação; ou seriam os festivais temáticos mais uma estratégia de fomentar a iniciação esportiva para os Jogos Escolares?

### 3. Estabelecidos e *Outsiders*

Em sua teoria dos jogos competitivos, Elias (1970) afirma ser o poder inerente das relações humanas, e não apenas um objeto que alguns teriam, e outros não. O autor demonstra, que o poder está inter-relacionado entre os mais diversos níveis de relação entre sujeitos, entre instituições e entre sujeitos e as instituições. A busca por uma relação mais equilibrada dificilmente poderá ser conquistada sem a força física ou simbólica, devido ao nível de interdependência funcional entre os sujeitos ainda ser pouco compreendido devido ao processo de reificação das relações sociais.

Mais do que proposições teóricas para estudar e compreender o desenvolvimento da sociedade, Elias também foi a campo e, através da etnografia na comunidade de Winston Parva, colocou à prova sua ideia sobre o conceito de poder na relação paradigmática entre os estabelecidos e os "outsiders", uma vez que, segundo o próprio autor, "não faz muito sentido estudar fenômenos comunitários como se eles ocorressem no vazio sociológico" (ELIAS, 1970, p.16).

Uma distinção identificada por Elias e Scotson (2000) na comunidade de Winston Parva que caracterizou a divisão entre dois grupos reside no critério de antiguidade e o sentimento de pertença na ocupação do espaço e, com base nesse critério, instituiu-se uma diferenciação de acesso ao poder:

A peça central dessa figuração é um equilíbrio instável de poder, com as tensões que lhe são inerentes. Essa é também a precondição decisiva de qualquer estigmatização eficaz de um grupo "outsider" por um grupo estabelecido. Um grupo só pode estigmatizar outro com eficácia quando está bem instalado em posições de poder das quais o grupo estigmatizado é excluído (ELIAS; SCOTSON, 2000, p.23).

A partir desta constatação, os autores caracterizaram esses grupos em Estabelecidos e Outsiders, demonstrando os diversos níveis de interdependência entre seus membros. Esse processo de interdependência entre os sujeitos também caracteriza a relação do homem com o desenvolvimento de diversas técnicas para dominação da natureza e do instinto humano (LEMOS, 2004).

<sup>9</sup> Fazer um torneio de ping-pong era o desejo de um professor, enquanto outro dizia que deveria ser um torneio de tênis de mesa, pois ping-pong é um jogo.

A tríade eletricidade/petróleo, motor elétrico e química, síntese do fim do século XIX, muda depois da Segunda Guerra Mundial para energia nuclear, informática, engenharia genética. Este novo sistema técnico afeta a vida cotidiana de forma radical, com a formação e planetarização da sociedade do consumo e do espetáculo (LEMOS, 2004).

Aqui o esporte seria resultado das transformações decorrentes da Revolução Industrial nos séculos XVIII e XIX; ou seja, com o desenvolvimento da técnica ocorre um aumento do tempo de lazer e, conseqüentemente, a difusão do esporte entre a população operária e urbana.

O esporte tornou-se um fenômeno de expansão mundial a partir do século XX, sendo a Inglaterra pioneira na utilização do esporte como meio de educação. Neste sentido, o esporte é visto como um fenômeno sociocultural considerado como patrimônio da humanidade.

Os conceitos Estabelecidos e Outsiders permite compreender a tensão existente entre os primeiros integrantes da APEF e a atual diretoria, conforme verificado durante uma entrevista com um professor que há muito tempo não trabalha nas escolas do município e a muitos anos também não comparece em uma reunião da APEF. *"Essa galera de hoje não sabe o que é ficar atrás de patrocínio, como fazíamos na década de 90, hoje tem a secretaria de esporte fornecendo tudo"* (Entrevistado 02).

A percepção de fato empírico é de que a APEF também foi utilizada como instrumento de poder estático para a constituição e criação da secretaria de esportes em 2005, como resultado de uma proposta durante a campanha eleitoral municipal de 2004.

Outros fatos que demonstram a existência de tensões entre os estabelecidos nesse período, entre os anos 2000 e 2005, reside na preocupação de alguns dos entrevistados a alertar-nos sobre alguns cuidados ao entrevistar determinado sujeito "Tem uma pessoa que você não pode deixar de ouvir, mas precisa tomar cuidado porque as vezes ele aumenta muito a história" (Entrevistado 02). Visão bem diferente de outros dois professores aos nos dizer que não poderíamos deixar de entrevistar o professor campeão regional e estadual de handebol (Entrevistados nº 2 e 4).

Com informações da oralidade, a relação entre alguns dos nossos entrevistados viveram seu auge de tensão entre os anos de 2002 e 2003, quando o único caso de advertência e punição foi registrado em ata pela associação, mas infelizmente não conseguimos ter acesso a essa ata enquanto pesquisador. O único contato com essa ata foi durante nosso mandato de presidente da associação, e a leitura, naquele momento, demonstrou haver um desencontro de informações relatadas no documento e os relatos orais de diversos agentes sobre o real motivo da punição. Quanto as possibilidades de aumento na história, muitas vezes, são utilizadas pelo



sujeito como uma tentativa de validação social de sua percepção e conhecimento, ou seja, não vemos como um ato totalmente equivocado, mas é preciso observar o ato em seu contexto social.

Para Elias e Scotson (2000), a relação de conflito entre estabelecidos e “outsiders” pode durar gerações; no caso da APEF, seu direito adquirido de votar nas próximas eleições é marcado por uma simbiose dessa relação entre os sujeitos constituintes desta associação em que um “outsider” tornou-se o primeiro presidente devidamente registrado em cartório, após a existência de três Jogos Escolares e a figuração da APEF, mantendo-se como presidente oficial até 2013, ano em que se começou a evidenciar a necessidade do debate para a reformulação do estatuto em função da necessidade de solicitar um CNPJ para a associação.

A reformulação do estatuto e criação do CNPJ da Apef está diretamente relacionada as relações de poder em jogos no período de 2005 a 2012, a relação de poder era entre Instituição Administrativa e as secretarias de Esporte e educação, onde os professores contratados pela Secretaria de Educação, via verba do FUNDEB<sup>10</sup> eram gerenciados pela Secretaria de Esportes e, muitas vezes, viajaram a trabalho em Jogos Regionais e Estaduais com alunos do projeto Novos Horizontes sem fazer uso de diárias, as quais foram negadas pela secretaria de Educação. Situação está que colocava os professores da APEF como um objeto de disputa pelo poder, pois, era evidente a falta de diálogo entre gestores das pastas de educação e esportes do município.

### 3.1 Habitus escolástico e acadêmico

Ao falar-se em hábito, no senso comum entende-se como uma estrutura de pensar e agir que se estabelece rotineiramente na vida das pessoas, exigindo menos esforço para a execução de algumas tarefas, conseqüentemente, a baixa percepção acaba por anular algumas possibilidades de mudanças e a realização dessas atividades de outras formas.

No “habitus” escolástico é a não percepção de que o poder é inerente às relações sociais, “a compulsão exercida pelo “habitus” social adaptado às nações singulares é vista por muitos como algo tão esmagador e inelutável que eles o tomam por certo, como inerente à natureza, à semelhança do nascimento e da morte” (ELIAS, 1994, p. 152).

---

10 O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) foi criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007, em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

De modo geral, ao falar-se em processos civilizatórios Elias (1994) também desenvolve o conceito de "habitus" e demonstra como a relação entre público e privado exerce uma compulsão para a transformação do "habitus", conforme demonstrado no processo de desenvolvimento do Estado nacional. As instituições já estabelecidas socialmente, financeira e simbolicamente se encarregam de transmitir o "habitus". A complexidade dessa situação reside no modelo em que o sujeito é educado pela família, escola, comunidade e sociedade ao mesmo tempo, que lhe é imposto o "habitus" escolástico através da organização, regras e estruturas das escolas, também lhe é cobrado exercitar a independência, autonomia relativa do "habitus" acadêmico.

Dessa forma, um sujeito pode passar uma vida inteira apenas traduzindo, enquanto outros podem traduzir e compreender e, outros, completaram o ciclo dialógico:

Mas as imposições do habitus social são criadas pelos seres humanos. Em certa época passada, elas foram ajustadas em todas as pessoas para se adequarem ao nível de integração do clã. Em outros estágios do passado, as tribos constituíram as mais elevadas unidades de integração com que se harmonizaram a consciência e os sentimentos humanos. Não faz tanto tempo assim que os Estados se tornaram as unidades de integração que atraíram, mesmo que de forma ambivalente, sentimentos especialmente intensos de uns "nós" e impuseram a todos os seus membros uma obrigação relativamente grande de lealdade e solidariedade. A imagem-do-nós dos seres humanos modificou-se; e pode modificar-se novamente. Essas mudanças não ocorrem da noite para o dia. Implicam processos que, com frequência, atravessam muitas gerações. No passado, o processo de mudança seguiu determinada direção. Unidades sociais maiores assumiram a função de unidades primárias de sobrevivência das menores. Não há nenhuma necessidade de que o processo prossiga nessa mesma direção. Mas isso não é impossível (ELIAS, 1994, p.152).

Entre os anos de 2000 e 2004, a APEF manteve como objetivo a realização dos Jogos Escolares Municipais e, para sua realização, os professores daquele momento contavam com os esforços do grupo para conseguir patrocínios para a premiação, também era cobrada uma pequena taxa<sup>11</sup> de colaboração de cada equipe inscrita pela escola, e quase todas conseguiam pagar essa taxa devido ao dinheiro extra que arrecadavam através de suas cantinas.

Em 2004, um desses colaboradores/patrocinadores tornou-se candidato à prefeitura de Pontes e Lacerda, e uma de suas promessas de campanha era a criação da secretaria de esportes, a qual trouxe outra figuração a APEF, que continuou no gerenciamento e realização dos Jogos Escolares Municipais, no entanto, agora o aporte financeiro viria de outra fonte.

---

11 O valor de 10 reais por equipe era considerado simbólico, servia para algumas despesas como fazer súmulas, comprar bolas e uma confraternização entre os professores e colaboradores ao final dos jogos.



Apesar dessa mudança na fonte de recursos para a realização dos Jogos Escolares, não podemos deixar de destacar o uso da APEF enquanto estado na relação de poder em campanha política, pois, é evidência empírica que numa eleição interna da APEF, em 2005, o primeiro secretário de esportes, com candidatura única, escolhido pelos pares, também tenha sido coordenador de campanha do prefeito eleito em 2004.

Na falação discursiva do senso comum, descrita no parágrafo anterior, se identifica uma reificação de pensamento corriqueira ao falar-se de políticas públicas, porém, ao tentar olhar como relações de poder interdependentes, os fatos verificados nem sempre condizem com o contexto analisado.

As instituições estabelecem relações entre si através dos sujeitos, e assim como um sujeito é interdependente de outros sujeitos, esses também recebem influência de normas institucionalizadas, bem como normas não institucionalizadas, ou seja, a reificação estabelecida no imaginário da APEF poderia ser apenas uma estratégia para conquistas de espaços, um jogo (ELIAS, 1970).

Com a criação da secretaria de esportes houve a implantação de um projeto esportivo denominado Novos Horizontes, tendo como objetivo fomentar a prática esportiva através de escolinhas mantidas com verbas da secretaria de educação,<sup>12</sup> mas gerenciada pela secretaria de esportes; era a oportunidade de emprego para muitos professores em Pontes e Lacerda/MT.

A noção de “habitus” permiti romper com o paradigma estruturalista sem cair na velha filosofia do sujeito ou consciência. Seu desejo era colocar em evidência a capacidade criadora do sujeito, o que não é fácil, devido aos estereótipos sociais.

A concepção de “habitus”, em Bourdieu, é retomada a partir da (Hexis), indo para além do “habitus” escolástica; ou seja, Bourdieu retoma a tradução a partir da noção grega de habitus, passando pela compreensão do habitus escolástica e sua manutenção através de um aparato tecnológico, como a linguagem, a escola, a igreja e, chegou a visualizar uma nova interpretação do habitus devido sua vigilância epistemológica durante suas pesquisas.

Para Bourdieu, habitus é definido como sendo:

[...] um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações — e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas [...]. (BOURDIEU, 1983, p. 65).

---

12 Nesse modelo de organização, os professores eram contratados conforme a lista de classificação do processo seletivo organizado pela secretaria de educação, enquanto alguns escolhiam trabalhar no projeto Novos Horizontes, outros terminavam lecionando nas escolas públicas.

No caso a percepção de que algo não estava legal nos anos de 1998 e 1999, o desejo de que algo precisaria ser feito fez com que um professor procurasse seu antigo professor e amigo da faculdade, questionando-o sobre o que poderia fazer em Pontes e Lacerda para que a Educação Física conquistasse mais espaço e saísse da rotina já estabelecida.

A proposição foi aceita pelos companheiros e assim começou a figuração entre professores, gestores e alguns alunos, figurando na fundação de uma associação com objetivos de trocas de experiências e o fomento do esporte nas escolas. Ou seja, essa galera colocou em processo um modelo de análise histórica em que as diversas práticas individualizadas dos sujeitos são confrontadas com outras práticas, permitindo reconstruções e desconstruções de práticas esportivas.

Nas poucas atas registradas das reuniões do grupo, verifica-se a existência de duas lógicas de figuração da APEF, uma que seguiu os caminhos dos registros de forma oficial, e outra que seguiu a lógica da organização informal; nesse sentido, recorrer ao habitus escolástico e acadêmico foi para verificar as diversas formas de interdependência dos sujeitos com as estruturas estruturantes.

Enquanto alguns sujeitos seguiram a lógica formal e, paulatinamente, foram se afastando da APEF, verifica-se que a existência de um processo informal que foi capaz de manter um pequeno grupo de professores unidos em processo de confiança, onde algumas normas foram sendo construídas no caminhar do grupo.

Verificou-se, através da observação participante, essas lógicas do "habitus" na construção informal de normas para a relação entre gestores escolares, professores e alunos, sem, contudo, chegar ao "habitus" escolástico através de um regimento interno,<sup>13</sup> conforme previsto no artigo (4º) do Estatuto aprovado em assembleia-geral no dia 24 de janeiro de 2014.

#### 4. Para concluir

Ao tratar-se de um objeto demasiadamente humano, a tentativa de buscar informações para não cair em reificações do contexto social da APEF nos levou ao estudo dos processos de linguagem configurando essas informações com os princípios teóricos de Norbert Elias e Pierre Bourdieu.

Espera-se ter conseguido demonstrar não só no segundo capítulo, por (hora) denominado estruturas estruturantes mais ao longo de todo o trabalho, como a estruturação do sistema de linguagem pode influenciar no entendimento de cada indivíduo que se propôs estar mediando a formação do sujeito através da Associação de Professores de Educação Física de Pontes e Lacerda.

13 Art.4º – A Associação poderá ter um Regimento Interno, que aprovado pela Assembleia Geral, disciplinará o seu funcionamento. (Estatuto da Associação)



Ao entender que a APEF é o símbolo de uma configuração de pessoas reunidas em prol do desenvolvimento do esporte, é preciso aceitar e compreender que cada sujeito/professor é possuidor de uma epistemologia de conhecimento e a coloca em prática, nem sempre muito evidente, no interior das relações internas e externas da Associação.

Por ser uma associação livre com princípios democráticos, apesar de inúmeras evidências empíricas de processos internos anti democráticos é preciso considerar a ideia de configuração proposta por Elias, de que se deve olhar o indivíduo e a sociedade ambos em relações interdependentes em desenvolvimento constante por mais que esta interdependência se mostre cega a alguns sujeitos, são elas que exercem alguma coerção da sociedade sobre o indivíduo e vice-versa.

Mas como a vida segue, não é exagero afirmar que o idealizador da APEF foi um visionário para seu contexto naquela virada de século. A atitude desse cidadão nos leva a refletir que na escola ou em qualquer contexto de formação humana não precisamos ter respostas prontas, ao identificar um problema e se colocar à disposição para entendê-lo é o primeiro passo rumo a um processo de ensino aprendizagem que leva em consideração as dinâmicas sociais de cada comunidade.

O (ponta) pé na reconstrução de um novo sentido para esse contexto deverá considerar uma vigilância epistemológica do processo de linguagem enquanto estrutura estruturante, exigindo assim um esforço muito grande a ser assumido pelos sujeitos constituintes da APEF no combate contra o processo de dominação ideológica, pois, é fato que qualquer teoria comporta, ao mesmo tempo, a ruptura e continuidade, conservação e a superação, apoiando-se em todo pensamento disponível, e, se considerarmos estar vivendo uma pós-modernidade é o momento de rever as ações desenvolvidas pela APEF, buscar retomar algumas ideias que foram abandonadas devido atitudes equivocadas.

Existe um discurso recorrente de vários membros sobre a necessidade de, mais do que fazer algo diferente, seria melhor buscar entendimento sobre a condição de interdependência que a APEF já possui na comunidade de Pontes e Lacerda/MT. Foi por isso, que mais do que fazer críticas às ações desta Associação, buscou-se verificar e analisar diversos aspectos e elucidando possibilidades de equilíbrio nas tensões internas e externas com instituições do município.

A ideia de formação pedagógica para os pares, na tentativa de encontrar colaboradores, ocorrida em 2005, poderia ser retomada com outros propósitos já que o pagamento de árbitros se institucionalizou. Nesse sentido, as formações deixariam de ser maniqueísta, ou seja, de ser voltada apenas para a função e se constituirá em formação contínua, onde o objeto pedagógico da APEF de Pontes e Lacerda não deixaria de ser o esporte, mas o olhar de seus agentes é que seria transformado aos poucos dentro do processo de ação e reflexão.

Consideramos que, coletivamente, a APEF de Pontes e Lacerda também deva



se constituir como um grupo de estudos com ações voltadas especificamente para a formação continuada dos professores do grupo, no intuito de fortalecimento da “práxis” coletiva, somente assim um dos objetivos principais na constituição desta Associação irá se realizar. Mais do que troca de experiências, o trabalho conjunto poderá resultar em experiências enriquecedoras no processo de formação individual.

Também, entendemos que ao não se conhecer e respeitar o próprio estatuto e a não elaboração de um regimento interno, e mais do que isso, não colocar esses documentos em debate reelaborando conforme o desejo da maioria não contribuirá com a mudança de olhar não só dos sujeitos internos da Associação, quanto aos olhos da sociedade de Pontes e Lacerda sobre a APEF também. É preciso publicitar antecipadamente as decisões, explicitarem e tornar público os documentos que norteiam as ações da Associação com objetivos claros e bem definidos.

É chegada a hora do professor de Educação Física assumir-se enquanto um mediador de cultura e formação, não apenas na reprodução técnica dos esportes, mas na sua reconstrução histórica e das “práxis” na Educação Física Escolar que se deseja.

## Referencias

BOURDIEU, Pierre. **A sociologia de Pierre Bourdieu**/ Renato Ortiz (org.), - São Paulo: Olho d’ Água, 2013.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**: tradução de Fernando- 14º ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

Bourdieu, Pierre. **A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas**. Pierre Bourdieu, Jean Claude Chamboredon, Jean-Claude Passeron; tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. - Petrópolis, RJ: vozes, 1999.

BRACHT, Valter. **Sociologia crítica do esporte: uma introdução**. 3.ed- Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

CAPARROZ, Francisco Eduardo. **Entre a educação física na escola e a educação física da escola: a educação física como componente curricular**. 3. ed. - Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2007.

DUNNING, Eric, **Sociologia do esporte e os processos civilizatórios**/Eric Dunning - São Paulo: Anablume, 2014.

ELIAS, N. **A busca da Excitação**. Lisboa: Difel, 1992.

ELIAS, N. **Introdução a Sociologia**. Edições 70. Lisboa, 1970.

ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os Outsiders. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro, Zahar 2000.

GONZÁLEZ, Fernando Jaime; FENSTERSEIFER, Paulo Evaldo. **Entre o “não mais” e o “ainda não”**: pensando saídas do não lugar da educação física escolar I. Cadernos de Formação RBCE, Campinas, SP: CBCE e Autores Associados, p. 9-24, set. / 2009. Disponível em: <http://www.rbceonline.org.br>. Acesso em: 17 mar. 2012.

LEMONS, André. **Cibercultura, tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. Porto Alegre: Sulina, 2. ed. 2004.





MATVÉEV, Levi. **Fundamentos do treino desportivo**. Livros Horizontes, LDA. Lisboa, 1986.

**Metodologia do Ensino de Educação Física / Coletivo de Autores**. – São Paulo: Cortez, 1992. – (Coleção magistério. 2º grau. Série formação do professor).

ORTIZ, Renato. **Nota sobre a recepção de Pierre Bourdieu no Brasil**. Revista Sociologia & Antropologia / Rio de Janeiro, v.03.05: p. 81-90, junho, 2013.

RODRIGUES, F. X. R. **Pierre Bourdieu: esquema analítico e contribuição para uma teoria do conhecimento na sociologia do esporte**. Sociedade e Cultura, v. 8, nº 1, jan/jun. 2005, p. 111-125.





## CAPÍTULO 19

# **OS JOVENS E O YOUTUBE: UM ESTUDO SOBRE NOVAS SOCIABILIDADES CONTEMPORÂNEAS**

YOUNG PEOPLE AND YOUTUBE: A STUDY ON NEW CONTEMPORARY SOCIA-  
BILITY

**Isla Antonello Terrana de Melo Bezerra Brito**

## Resumo

O presente trabalho pretende uma incursão sociológica no campo digital da internet e das redes sociais, hoje reconhecidos como espaços de uma sociabilidade virtual que vem gerando grande impacto na percepção e na construção da realidade contemporânea. Desenvolvendo de técnicas de interação exploratória neste espaço virtual fragmentário volátil, voltamo-nos ao YouTube, conhecida plataforma de exibição de vídeos e canais. Nosso foco específico é a interação de jovens com o canal de maior número de inscritos "PewDiePie", de conteúdo em língua inglesa, voltado para público entre 11 e 25 anos. Discutiremos então o impacto dos grandes canais "alternativos" ou "independentes" sobre uma audiência jovem e mundialmente ampla. O YouTube, para além de uma simples plataforma de compartilhamento de vídeos, é um amplo território de disputas por audiência, propaganda, prestígio, além de espaço especular de formação de identidades. Ali encontramos diversos grupos codificados em torno de referências variadas quando ao conteúdo, da estética ao humor, da política à música. Além disso, o YouTube também opera como dispositivo de memória transgeracional, acionando desde nostálgicas lembranças de períodos específicos até arquivos históricos de respeitabilidade documental e acadêmica. Logo, tal espaço digital tem a capacidade de moldar gostos e propiciar a formação de novos códigos de expressão linguística e comportamental, cujo alcance precisa ser investigado.

**Palavras chave:** YouTube, Jovens, Novas Sociabilidades.



## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende uma incursão sociológica no campo da digital da internet e das redes sociais, reconhecidos como espaços de uma sociabilidade virtual que vem gerando grande impacto na percepção e na construção da realidade contemporânea. Desenvolvendo técnicas de interação etnográfica neste espaço fragmentário e volátil, voltamo-nos ao YouTube, conhecida plataforma de exibição de vídeos e canais. Discutimos então o impacto dos grandes canais alternativos ou independentes (hoje conhecidos também como *creators*, em oposição aos canais geridos por *corporations* – grandes empresas de mídia) sobre uma audiência jovem e mundialmente ampla.

O YouTube, para além de uma simples base de compartilhamento de vídeos, é um amplo território de disputas por audiência, propaganda, prestígio, além de espaço de formação de identidades. Ali encontramos diversos grupos codificados em torno de referências variadas quanto ao conteúdo, da estética ao humor, da política à música. Ademais, o YouTube também opera como dispositivo de memória transgeracional, acionando de nostálgicas lembranças ou referências da cultura pop de períodos específicos até arquivos históricos de respeitabilidade documental e acadêmica. Tal espaço digital tem a capacidade de moldar gostos e propiciar a formação de novos códigos de expressão linguística e comportamental, cujo alcance precisa ser investigado.

Nosso foco específico é a interação de jovens com o maior canal individual do YouTube, pela contagem de número de inscritos “PewDiePie”, de conteúdo em língua inglesa, alcance internacional, voltado para público entre 11 e 25 anos. Além desse, consideramos também canais menores, mas de alcance proporcionalmente muito elevados nacionalmente, como o do *youtuber* (e agora humorista) brasileiro Whindersson Nunes.

Pretende-se assim um diagnóstico preliminar da dimensão da influência desses canais e seus conteúdos no comportamento das gerações mais jovens. Esta iniciativa parte então da constatação de que crianças e jovens criam hoje sua própria programação diária de maneira independente dos horários impositivos da TV, surgindo assim uma nova geração que, inclusive, já não conhece a grade da programação aberta. Além disso, o alcance surpreendentemente variado e multilíngue forma, mesmo sem as competências linguísticas da proficiência, um jargão ou dialeto heteróclito, integrado por expressões que vão da cultura gamer ao desenho animado, os memes inter- e autorreferentes, passando por canais de curiosidades científicas e teorias da conspiração alienígena, instrução criativa, e mesmo os “*booktubers*”, os *youtubers* dedicados a resenhas de literatura. Nesse contexto, é necessário observar que uma parcela significativa das emissoras de TV aberta brasileira já não tem mais nenhum espaço de programação infantil (senão no período de férias escolares), apresentando escassas alternativas ao público jovem e



adolescente em termos de variedade temática (inclusive educativa). A “TV” dessas crianças e adolescentes hoje possui vários outros formatos e transita por diversas mídias, dentre as quais o YouTube ocupa lugar de destaque. Ali os canais são em grande parte independentes e a programação vinculada ao interesse de pesquisa, que, entretanto, gera comunidades por autêntica comunhão de conteúdos e compartilhamentos. Hoje crianças a partir dos 6 anos já selecionam e decidem de maneira autônoma a própria programação, algo praticamente impensável há apenas 15 anos. Adolescentes e jovens já estão habituados e integrados a uma dinâmica de entretenimento e sociabilidade digital que tem grande influência na formação de seus comportamentos marcados pelas demandas de conforto e ansiedade diante do consumo voraz de conteúdos do YouTube que só encontram rivais em plataformas parcialmente concorrentes como a Netflix.

## 2. DO LIVRO AO VÍDEO

Michèle Petit (PETIT 2009) salienta em seu “os Jovens e a leitura” que o jovem adolescente não tem hoje o “timing” para parar, encostar em uma cadeira e ler, por horas a fio, um livro.

Levamos em conta um contexto onde, como salienta Michèle Petit (PETIT 2009) em seu “os Jovens e a leitura”, o jovem adolescente não tem mais hoje o “timing” para parar, encostar em uma cadeira e ler, por horas a fio, um livro. Sem esse timing, não raro eles recorrem à cultura dos vídeos até mesmo para absorver conteúdos complementares ao currículo escolar.

Petit analisa alguns relatos de experiências de jovens com encontros e reencontros com livros e as consequências e impactos que essas experiências tiveram em suas vidas. Com a entrada cada vez mais profunda e constante em nossas vidas das tecnologias de comunicação estamos progressivamente mais expostos a uma quantidade de estímulos que há 20 anos seria impensável.

Segundo Petit, hoje a leitura se dá em confronto com vários outros estímulos. Cada geração, cada faixa etária reage de maneira diferente. Quem tem hoje entre 30 e 40 anos (ou mais) conheceu ainda o mundo da pesquisa em bibliotecas e consultas em enciclopédias (e não na Wikipédia), ao jornal de papel, à adaptação gradual à comunicação digital. Os jovens, hoje adolescentes e na faixa dos 20 anos já nasceram ou cresceram dentro desta realidade e, desde cedo, já tiveram acesso a outros instrumentos além do livro e do papel.

Michèle Petit (2009) fala do livro como uma extensão da memória. Dos diversos instrumentos do homem o mais assombroso seria o livro: os demais instrumentos são extensões de seu corpo, mas o livro é uma extensão de sua memória e de sua imaginação. Mas há muito o livro já não exerce essa função sozinho. Outros instrumentos vêm cumprindo essa mesma tarefa, cada vez em maior proporção. A



geração dos hoje adolescentes e jovens adultos já cresceu com a presença massiva de telas de computadores. Contudo mais que estes, presos às mesas ou dependentes de um lugar adequado para serem acessados, os Smartphones com acesso móvel e rápido à internet, podem desempenhar a funções de mais que próteses dos nossos membros, extensões ainda mais imediatas de nossa memória. E mais ainda, são extensões de nossa própria capacidade comunicativa: não mais só a fala, mas também a escrita, a imagem (os memes) os vídeos os Gifs, tornam a comunicação e a memória não só mais ampla e complexa, mas também codificada dentro de seus próprios nichos de sociabilidade: “entendedores entenderão”, quem não está atualizado nas referências, se perde no emaranhado comunicativo.

Se observarmos a TV aberta brasileira, veremos que uma parcela significativa de suas principais emissoras já não tem mais nenhum espaço de programação infantil em suas grades e possui pouquíssimas alternativas ao público jovem e adolescente. Pesquisas realizadas nos EUA demonstraram que a idade média do espectador de TV lá é de 53.9 anos (COLVILLE 2016, 121), muito acima da média da idade da população. Por aqui o desaparecimento gradativo da programação infantil e jovem demonstra uma tendência parecida. A TV desses jovens hoje funciona através de outros meios, dentre os quais estão o YouTube com sua mídia trans-plataforma: seus vídeos podem ser acessados do aplicativo próprio do YouTube ao Facebook, em diferentes modalidades de blogs e mesmo diretamente em aplicativos de mensagem.

Ali, os canais (que, aliás, têm esse mesmo nome: canais) podem pertencer a empresas de comunicação, mas também serem independentes, pessoais e a programação cada usuário faz à sua maneira e de acordo com o seu próprio interesse, tanto em relação ao conteúdo quanto ao seu timing: pode -se decidir o que, quanto e quando assistir. Essa maleabilidade do YouTube permite o crescimento em escala mundial de canais caseiros, às vezes mantidos apenas por uma única pessoa, em detrimento de um tipo de entretenimento com conteúdo pautado por grandes corporações, como emissoras de TV, grupos editoriais, gravadoras.

Os jovens não estão mais assistindo TV, nem lendo livros tal como na década de 90. Hoje a internet ocupa grande parte desse espaço, e entre os muitos lugares da internet, encontra-se o nosso objeto: o YouTube.

## 2.1 Um panorama do YouTube

Para uma melhor compreensão de como se dá essa relação, trago agora uma contextualização panorâmica sobre a estrutura do YouTube, apresentando os mecanismos essenciais de seu funcionamento. Isso permitirá que se atinja uma compreensão mais analítica da própria dinâmica da sociabilidade praticada em seu contexto pois tal estrutura gera mesmo um dialeto autorreferente entre os usuários mais acostumados, coisa que, se não for compreendida pelo pesquisador, cria um



obstáculo de códigos indecifráveis para a percepção da socialização no ambiente digital.

O YouTube é uma plataforma de exibição de vídeos onde os usuários têm seus próprios “canais” pessoais e podem assistir e comentar nos vídeos uns dos outros, assim como ocorre em outras mídias sociais não focadas exclusivamente em conteúdo audiovisual. Qualquer pessoa, mesmo sem um perfil cadastrado pode assistir aos vídeos, tanto ali como em outros locais onde estes sejam compartilhados. A esmagadora maioria do conteúdo disponível está ali de maneira gratuita, apesar de ser possível ofertar conteúdos pagos .

Os vídeos têm contadores de visualizações e também de aprovações e reprovações. Quanto mais vezes um vídeo é visualizado e compartilhado, mais “popular” ele fica e tem chances de aparecer na página inicial como sugestão para outros usuários. O YouTube tem um algoritmo que controla a seleção do que aparece como sugestão. Este utiliza tanto preferências pessoais do usuário a partir do histórico de visualizações, quanto a performance dos vídeos em geral submetidos. Esse algoritmo de seleção para a área de “trending” tem frequentemente seus critérios atualizados e o conhecimento ao menos dos critérios mais relevantes pelo pesquisador é necessário para se compreender diferentes movimentações na plataforma. Em 2017 quando foram feitos os primeiros apontamentos deste estudo o critério priorizava o desempenho do vídeo em número de curtidas e visualizações em relação a toda a plataforma. Hoje (2019) o foco está no desempenho do vídeo em relação não só em geral, mas também aos outros do mesmo canal. A consequência disso é que os grandes canais que em 2017 eram constantemente sugeridos na página inicial por conta de seu desempenho sempre uniformemente superior aos demais, hoje já não são selecionados com tanta frequência, pois para isso um vídeo precisa se destacar mais que outros do mesmo canal. Se a audiência do canal é constante, mesmo que gigantesca, seus vídeos não são mais promovidos pela plataforma e isso passa a afetar a velocidade de crescimento dos grandes canais, mesmo que estes mantenham uma produção de conteúdo atrativa para o público.

Uma pessoa com perfil na plataforma, tem a opção de se “inscrever” nos canais que gosta, recebendo assim notificações e sugestões de vídeos do mesmo em sua página inicial, mantendo-se assim atualizada em relação às suas novas publicações.

O YouTube tem também um sistema de propaganda (ads, abreviação de advertisements). O responsável pelo canal pode permitir a inserção de anúncios em seus vídeos, a chamada monetização, e passar a receber um retorno financeiro (*revenue*) para cada vez que um vídeo com anúncios é exibido .

Grande parte dos perfis (e canais) não utiliza este recurso, sendo ele mais comum entre aqueles com grande número de seguidores. Não obstante é possível, por conta desses anúncios, conseguir arrecadar uma boa renda, permitindo inclusive a dedicação exclusiva dos responsáveis a seus canais. O conteúdo dos canais



está sempre disponível, não está sujeito a uma grade de programação, por isso um vídeo de 4 anos atrás pode continuar sendo visualizado e gerar renda para o dono do canal. Muito diferente de um telejornal, por exemplo, que precisa produzir novo conteúdo no mesmo nível de qualidade diariamente para manter seus anunciantes. Quanto mais vídeos bem-sucedidos no canal, mesmo que este não produza novos com grande frequência, mais renda, pois o conteúdo anterior continua sendo visualizado e disponível.

Muitos canais de criadores independentes conseguem crescer e se estabelecer com um público razoavelmente fiel. Essas pessoas são conhecidas como *youtubers*. Em 2014 quando não havia sequer alcançado a marca de 50 milhões de inscritos, PewDiePie fez cerca de \$7.5 milhões (COLVILLE 2016, 121). Se há 30 anos sonhava-se em ser um astro do cinema ou da música, ficar rico ou ao menos famoso, hoje essa possibilidade existe também em relação ao YouTube, e com um diferencial: sem uma grande estrutura de produção artística e cenográfica de apoio. O astro do YouTube pode o ser da escrivania de casa, de dentro do seu quarto, gravando sentado em sua cama e mesmo editando sozinho seus próprios vídeos com quaisquer tipos de pauta que lhes vier à cabeça. Os dois maiores canais do mundo, assim como o maior canal brasileiro, à época destes apontamentos (2017) (PewDiePie, HolaSoyGerman. e Whinderssonnunes) têm exatamente esse perfil .

## 2.2 O público jovem e sua relação com o YouTube

O público jovem tem grande participação na ascensão dos *youtubers*, isso porque ele se não compõe a maioria dos utilizadores ativos (registrados e participantes) na plataforma, ao menos representam parcela muito significativa. Isso fica claro ao observarmos que os 25 canais com mais assinaturas são, em 2017 sem exceção, de conteúdo voltado para o público jovem ou relacionados à música POP (YOUTUBE, 2017).

Hoje uma mudança importante está em curso. A maioria desses 25 canais são ainda voltados para o mesmo público, mas com novas modalidades de conteúdo como esportes e curtos tutoriais de “faça você mesmo” (estes também apreciados por um público mais velho). A plataforma tem se adaptado justamente para conseguir maior alcance em diferentes nichos de público e mudado constantemente os critérios de seus algoritmos tanto de distribuição de anúncios quanto de promoção de conteúdo. Outro fator importante que tem alterado sensivelmente a cartografia do YouTube foi a entrada maciça de uma audiência que antes não tinha acesso barato à internet: os indianos. Em 2018 algumas empresas de telecomunicação indianas passaram a ofertar pacotes de internet wi-fi a preços populares, possibilitando que uma grande parcela da sua população de 1,3 bilhões de pessoas passasse a ter acesso à internet do ocidente e, entre outros locais, ao YouTube (o que não acontece com a população da China, por exemplo cuja rede rede é fechada). Disso decorreu uma ascensão galopante de canais de conteúdo POP indiano: a SET India,





representante da Sony no país (que hoje está em 6º lugar) e a maior distribuidora de vídeos, música e vídeo de Bollywood , T-Series, que recentemente ascendeu ao 1º lugar na plataforma com 99 milhões de seguidores e contando. Ambos os canais indianos são, não obstante, também voltados para um público tanto jovem como adulto.

Não faremos, no entanto, análise mais detalhada a respeito deste novo fenômeno que ainda está em curso. Focaremos no canal proposto e observado desde 2017 Pewdiepie e em alguns outros de características semelhantes.

Os três maiores canais em 2017 eram respectivamente: (1) "PewDiePie" com nada menos que 56 milhões de inscritos e 15,7 bilhões de visualizações, (2) "HolaSoyGerman." com 32 milhões de inscritos e 3 bilhões de visualizações e (3) "JustinBieberVEVO" com 30 milhões de inscritos e 15 bilhões de visualizações.

Os dois primeiros são canais que surgiram como vlogs (vídeo logs) pessoais e continuam até hoje sem uma grande equipe de edição, produção e manutenção. O canal PewDiePie, em especial é atualmente gravado e editado apenas pelo seu protagonista Pewdiepie (Felix Kjellberg, um sueco de 27 anos) e mais dois outros *youtubers* (Brad e Sive), sem uma equipe propriamente técnica de apoio. Ele é também o único canal de criador independente a resistir entre os 10 maiores, agora dominados por grandes corporações ou estúdios e produtoras. O canal T-Series assim como os 8 outros, possui um grande (e milionário) aparo de produção de conteúdo.

Como 2 rapazes que gravavam vídeos no quarto de casa e editavam sozinhos sem nenhum recurso sofisticado conseguiram ultrapassar (no caso do PewDiePie em 41 milhões de inscritos) produtos dos altos investimentos, produção e divulgação da indústria de entretenimento norte americana e indiana? Considero que isto decorre não somente da estrutura da plataforma, agora já em transformação, mas também da relação que o crescente grupo de crianças, adolescentes e jovens adultos tem com o YouTube.



### 3. RELAÇÕES E NOVAS SOCIABILIDADES

Michèle Petit (2009) seleciona alguns diferentes registros da relação entre jovens, livros e a leitura. Aproveitarei aqui três deles como referência para conduzir um estudo comparativo. São eles: (1) ter acesso ao saber, (2) apropriar-se da língua e (3) construir-se a si próprio.

#### 3.1 Ter acesso ao saber

Michèle destaca a relevância dos livros para o acesso ao conhecimento. Fala da importância das bibliotecas e a consulta a elas nas escolas, em comunidades rurais, em muitos outros ambientes. Destaca depoimentos de pessoas que projetam nos livros a própria ideia do saber como um conceito: “os livros são o saber” (PETIT, 2009, 61).

Destaca também que:

No passado muitos saberes podiam ser transmitidos sem o auxílio da escrita. As pessoas aprendiam de uma só vez as ações que iriam repetir por toda a vida. Hoje em dia está cada vez mais difícil ficar distante da escrita e é cada vez mais imprescindível poder no decorrer da vida iniciar-se em novas técnicas e em novos campos (PETIT, 2009, 65).

Ora, estaríamos nós hoje diante de uma espécie de retorno parcial a esse passado dos saberes não escritos? Hoje lê-se menos e assiste-se mais em comparação com 20 ou 30 anos atrás, isso não implica em saber menos. Canclini (CANCLINI, 2010) ao criticar o fato de o Mercado exigir de nós uma grande flexibilidade de atividades (em detrimento de um aprofundamento das técnicas e conhecimentos, ou mesmo de um maior refinamento com vistas à excelência da prática) destaca um sujeito hoje capaz de fazer dezenas de atividades: sujeito versátil, cantor, ator, fotógrafo, escritor e ainda aspirante a cozinheiro nas horas vagas, cada vez mais presente em nossa realidade circundante (quando não nós mesmos). A crítica de Canclini ao que ele considera como uma exigência do mercado nos chamou a atenção para um outro aspecto da questão: se de fato andamos mais flexíveis e multitarefas, mas com menos tempo para ler, onde andamos aprendendo essas habilidades?

Como salienta Robert Colville, vivemos, em verdade, em uma era de explosão de criatividade em massa, com usuários engajados e ativos, entre outros lugares, no YouTube (COLVILLE, 2016, 120).

Ali, voltamos a passar e adquirir conhecimento pela fala, demonstração, pela visão do fazer e a imitação com mais frequência. Canais com os chamados “tutoriais”, vídeos com explicações de como fazer alguma tarefa, utilizar algum instru-



mento, ou mesmo programa de computador, proliferam aos milhares na plataforma. Da manutenção do computador à pintura de azulejos de banheiro com tinta epóxi, da marchetaria ao corte e costura de figurinos, da matemática do ensino fundamental à financeira, podemos aprender muito nos tutoriais do YouTube. E mais: gratuitamente, como numa biblioteca pública de atividades e, nesse “Mobile world” (URRY 2008), a videoteca (assim como a biblioteca digital) é acessível a partir da palma da mão pelo smarphone.

Apesar de esse ser um recurso acessível a quaisquer faixas etárias, os jovens, já ambientados, têm grande capacidade de aproveitamento rápido desses tutoriais. Em nossas observações pudemos presenciar jovens na faixa dos 20 anos aprendendo a dominar o Autocad para projetar objetos, a filmar, editar vídeos até mesmo com a inserção de efeitos sonoros e visuais, a montar, desmontar consertar computadores, a fazer projetos de marcenaria, pintar aquarela e realizar outras atividades manuais ou não.

Importante destacar também a ascensão (já não tão expressiva em escala mundial, mas perceptível em um contexto local e nacional) de canais que apresentam material didático de maneira descontraída. Eles funcionam como verdadeiro reforço escolar onde alguma parte da matéria que não foi bem apreendida e aula pode ser pesquisada no YouTube em diferentes estilos de vídeos, dos mais despojados e espalhafatosos, com piadas, recortes e animação, aos mais sóbrios e diretos. Também pudemos presenciar a busca por esses canais para sanar dúvidas escolares, além dos relatos de professores que até mesmo recomendam a prática para uma imersão menos tensa na matéria.

A interação na plataforma não é necessariamente passiva, uma vez que seus usuários podem interagir tanto com outros usuários quanto com os próprios produtores de conteúdo, inclusive indicando qual tipo de conteúdo gostariam de ver ali. Essa interação ocorre não somente nos canais voltados para tutoriais. A participação ativa dos espectadores direciona de maneira muito direta a produção do conteúdo, principalmente no caso de canais independentes. A base de inscritos no canal consegue manifestar diretamente o que concorda e discorda, ou o que quer ver em pauta no canal. Em um canal de TV isso já demandaria a organização de uma pesquisa de opinião ou mercado, ou mesmo a análise dos picos de audiência.

O canal Pewdiepie é um bom exemplo do funcionamento dessa interação. Segundo Colville, quanto maior o canal se torna, mais difícil passa a ser a manutenção de uma conexão pessoal com seus fãs (COLVILLE, 2016, 123), mas apesar de ter crescido tanto, o seu administrador conseguiu construir uma série de meios de interação direta com seu público, de maneira a ser capaz de manter uma relação empática quase que direta com o mesmo. O canal cresceu inicialmente a partir de vídeos de gameplay de jogos de terror e, não obstante ter mudado completamente seu foco de conteúdo, para o humor principalmente de opinião e memes, conseguiu manter sua audiência e ampliá-la. Pewdiepie manteve a prática de dar respostas, satisfações e mesmo falar diretamente com seus fãs em seus vídeos,



a partir de comentários dentro do próprio YouTube ou em outras diferentes, como tópicos do Reddit específicos, onde são abertas discussões e postados memes.

Essa interação com correspondência mantém o conteúdo produzido altamente atrelado, pertinente e atualizado às demandas e interesses dos inscritos, além de propiciar uma sensação de maior proximidade entre artista e espectadores. Ainda que não desapareça por completo um viés performático da personalidade filmada, há uma sensação de proximidade e, por vezes quase amizade ou intimidade entre ambos. A informalidade e a resposta direta aproximam, assim como muitas vezes a “fanbase” (a base de seguidores de um canal) interage amigavelmente e em conjunto nas próprias páginas dos vídeos, podendo inclusive atuar em bloco na defesa ou mesmo boicote dos hostilizadores de seu *youtuber* em questão.

### 3.2 Apropriar-se da língua

Petit salienta a respeito dessa apropriação da língua tanto uma utilização com mais desenvoltura da língua lida (PETIT, 2009, 68) para a escrita quanto para a própria fala.

Quem lê mais e melhores conteúdos se apropria destes e tem a possibilidade de incorporá-los em suas atividades diárias e pode reconhecer mais oportunidades de aplicá-los, desdobrá-los, colocá-los à prova.

Quanto ao nosso corrente objeto, observamos uma possibilidade de apreensão de conteúdo linguístico através dos vídeos disponíveis na plataforma. É dizer, pudemos perceber a rápida apreensão e apropriação por jovens brasileiros (falantes do Português) da língua Inglesa, predominante no conteúdo da plataforma em questão.

Cabe salientar que neste sentido seria interessante a realização de um estudo sistemático com amostragem por idade, situação social para avaliar em que medida isso tem ocorrido. O que apresentamos aqui é, por enquanto, um indicativo de um fenômeno que precisa ainda ser mensurado.

O YouTube tem uma particularidade nem sempre observada em outras plataformas como mídias sociais que é não manter o usuário atrelado a um conteúdo geograficamente limitado. É dizer: eu, no Brasil posso ver grande parte do conteúdo produzido em outros países e continentes. Assim, podemos ter vídeos de diferentes grupos linguísticos sugeridos.

Para aproveitar essa audiência mais ampla que o público do próprio país, a solução de muitos *youtubers* é adotar uma língua de grande abrangência, principalmente o Inglês, inclusive os não nativos na língua. Pewdiepie, que é sueco, mas tem seu canal completamente em inglês, é um exemplo do sucesso desse recurso.



Seria imaginar um canal falado em Sueco com 94 milhões de inscritos, ainda que se utilizasse o recurso das legendas (nem sempre disponíveis).

O canal HolaSoyGerman é falado no segundo maior idioma de comunicação internacional, o Espanhol. Já o canal brasileiro Whinderssonnunes, era até há pouco tempo também o maior canal falado em Português. Com 35 milhões de inscritos, tem atualmente uma audiência que poderia corresponder a 14% de todos os falantes do Português no mundo.

O constante contato com a língua inglesa, também através do YouTube em certa medida agiliza e muitas vezes naturaliza o aprendizado da língua e mesmo a maneira de expressão e pensamento por parte de alguns jovens observados. Inicialmente me surpreendi ao ver uma menina de 11 anos em questão assistindo vídeos de gameplay de diferentes canais em inglês sem as legendas. Ela havia começado o cursinho de Inglês há menos de 6 meses e, apesar de não dominar completamente a escrita, entendia tranquilamente os comentários e inclusive piadas com toques de ironia que eu mesma só cheguei a captar depois de muitos anos de estudo. Um elemento a considerarmos também é o papel do videogame nesse aprendizado, pois a maioria dos jogos mais populares não é traduzida do Inglês para o Português, sendo assim necessário algum conhecimento do idioma para se jogar, o que muitas vezes é adquirido através do próprio jogo.

Pela própria natureza de boa parte dos vídeos do Pewdiepie (o gameplay, até 2016), podemos ter ao menos uma indicação de mais uma razão de sua popularidade: os jovens e até as crianças, ainda que não dominem completamente a língua, dominam grande parte do vocabulário necessário para o entendimento daqueles conteúdos. Se fosse o caso de algum vídeo sobre culinária ou literatura em Inglês, é bem provável que a menina em questão, além de não se interessar, também não compreendesse boa parte do vocabulário. Ela continua precisando ir ao cursinho para aprender a parte estrutural e escrita da língua, mas já tanto não pela pronúncia e compreensão.

Essa mesma menina, hoje com 14 anos, já absorveu grande quantidade de expressões idiomáticas, as incorporado em sua própria fala corrente, misturando o Português com Inglês e inclusive em suas formas performáticas, é dizer, imitando gestos e interjeições, gírias, trejeitos de *youtubers* e personagens de videogame com falas repetitivas, assim como grande parte de seu círculo próximo de amigos com referências de cultura POP semelhantes. Essa observação fiz também entre adolescentes e jovens adultos que sabia serem assíduos espectadores de canais tanto de gameplay e opiniões em geral, como o PewDiePie, quanto de “besteiróis” e “nonsenses” quase que indescritíveis, como o muito polêmico TVFilthyFrank. Entre eles era também comum a inserção performática nas conversas de expressões, gírias, palavrões, trejeitos, frases inteiras em Inglês, frases de efeito conhecidas de *youtubers*, e expressões que configuram memes, como “Respect whemen” (corruptela de “respect women”) e “But can you do this?” recorrentes nos vídeos do Pewdiepie, e mesmo a repetição de trechos e refrões de músicas, em geral de teor



humorístico debochado, feitas por esses *youtubers*, como “*Bitch Lasagna*” e “*Congratulations*” do PewDiePie e “*Kill yourself*” do “TVFilthyFrank”.

Para percebermos mais claramente essas peculiaridades torna-se necessário já ter previamente tido algum contato com estes vídeos e canais, caso contrário esses “códigos” de interação podem acabar figurando apenas como baboseiras (em Inglês e Português) ininteligíveis. Esses jovens se reconhecem e se comunicam através dessas referências, produzindo toda uma linguagem intrincada, perpassada e costurada por todo tipo de alusão cara ao seu universo. Um canal, programa, meme, videogame não conhecido e pode-se perder o fio da meada e mesmo denunciar-se como um estranho àquele contexto. O mesmo acabou acontecendo com a pesquisadora (versada, mas nem tanto, nas rebarbas desse universo pop/gamer/youtuber) que acabou perdendo-se completamente quando o grupo começou a referenciar (e performar) frases com memes sobre um jogo o qual ela desconhecia completamente. Eles imitavam frases, reações e interjeições, completavam frases uns dos outros para comentar um assunto (pasmem: política!) que nada tinha a ver com aquele universo de referências.

O não iniciado fica em uma espécie de “estado de suspensão” referencial, diante de uma conversa aparentemente sem pé nem cabeça, com frases, exclamações e interjeições desconexas, além de proferida em uma mistura desordenada de duas línguas. Para eles, no entanto, completamente inteligível. Esse grupo, em especial, não era de adolescentes, mas inteiramente composto de jovens adultos, universitários, todos entre 21 e 27 anos.

### 3.3 Construir-se a si próprio

A leitura na infância desempenha um papel na construção de si mesmo (PETIT, 2009), da sua capacidade de simbolizar, imaginar, situar a si próprio no mundo através do fornecimento de referenciais e um conteúdo que está além da realidade imediatamente perceptível para aquele indivíduo. É possível afirmar também que essa construção de si próprio possa se dar através de outros veículos, principalmente aqueles que vêm ganhando espaço e, principalmente relevância e uma boa parcela de tempo na vida dos jovens. A internet, redes sociais, plataformas como o YouTube, intermediários como os *booktubers* (*youtubers* com canais especializados em comentar e recomendar livros, apesar de nem sempre qualificados para isso) e mesmo os próprios videogames e toda a sua coleção de subprodutos (onde se incluem frequentemente os livros e quadrinhos) podem ter papéis hoje determinantes nessa construção de si.



### 3.3.1 Comportamento de fanbase e engajamento da comunidade digital

Como já mencionei acima existe todo um código para a interação e sociabilidade a ser dominado para produzir uma ideia de coesão entre indivíduos do mesmo grupo. Isso pode ser entendido facilmente se pensarmos na própria linguagem: um código comum entendido por todos os integrantes que permite o compartilhamento de mensagens produzindo os mesmos significados para cada um dos indivíduos. Não falar a “língua” ou não estar munido do acervo de referências necessárias pode produzir não só incompreensão como também desinteresse.

O YouTube com seus canais acaba participando em certa medida na formação dessa linguagem e dessas referências como já comentei acima, mais ainda: por conta de sua estrutura de interação, com espaço para textos, comentários, discussões, ele consegue se não produzir, simular uma relação de proximidade entre os produtores de conteúdo e seus espectadores e mesmo entre os próprios espectadores. Isso permite que mesmo apenas dentro do universo digital essas pessoas consigam formar laços e agir como grupo integrado, apoiando por exemplo, uma causa de caridade divulgada pelo próprio *youtuber*, formando uma nova espécie de clube de leitura dentro da página de um *booktuber* ou mesmo defendendo ardentemente seu *youtuber* de preferência. Um caso emblemático é justamente a fanbase do Pewdiepie.

Esta, apesar de muito ampla, funciona como um verdadeiro exército ou comunidade que defende, interage e repercute temáticas tratadas no canal que vão do mais lúdico dos memes aos dilemas éticos da própria plataforma, videogames, jornalismo amador, levantamento de fundos para caridade e mesmo boicote a marcas ou pessoas que estejam agindo moralmente mal segundo seus critérios. Ademais, os potenciais usos e efeitos comerciais dessas fanbases são evidentes, para além da instigação de um forte senso de pertencimento a um grupo a partir do compartilhamento de afinidades. Isto representa uma inovação drástica em termos de alcance de outras mídias, como a Tv aberta ou um mercado editorial de revistas de variedades, que demandam tempos e investimentos vultosos e apresentam uma assincronia interpretada como “atraso” pela ansiedade instantaneísta das gerações já alfabetizadas com um teclado e um mouse nas mãos. Como já foi salientado, no caso do Pewdiepie, o delay entre as demandas da sua fanbase e a sua resposta é mínimo, devido aos canais de comunicação direta estabelecidos entre ele e seu público.

Um caso emblemático foi o recente episódio conhecido como PewDiePie vs T-Series, onde o *youtuber* convocou (a título de brincadeira) a sua fanbase para evitar que o canal T-Series o ultrapassasse em número de inscritos, o que ocasionou uma movimentação muito grande de fãs e outros *youtubers* em seu favor. As ações variaram das mais simples, como a colagem de cartazes com o pedido “subscribe to Pewdiepie” (inscreva-se no Pewdiepie, slogan da campanha), às mais ousadas como vaquinhas para compra de outdoors e espaços de propagandas,



ações ilegais como vandalismo em monumentos e hackeamento em massa de impressoras mundo a fora e criação de vírus .

Este é um bom exemplo da formação de um senso de pertencimento a um grupo a partir do compartilhamento de uma afinidade comum e, como pode-se notar, essa forma de sociabilidade possui também um grande poder de mobilização.

Qual a medida do poder de um *youtuber*, “cabeça” de uma fanbase de 96 milhões de pessoas ao redor do mundo inteiro? Qual a capacidade de mobilização de um Whindersson Nunes, seguido por 35 milhões, sendo destes, uma maioria esmagadora de brasileiros?

*Youtubers* como esses já ultrapassaram em muito por exemplo a capacidade de alcance de uma série de mídias tradicionais. Os Jornais de grande circulação no Brasil não chegam a vender 300 mil cópias por dia, enquanto o Whindersson Nunes tem uma média de 3 milhões de visualizações diárias. Os jornais, no entanto, têm toda uma estrutura gigantesca e altamente custosa, que envolve o trabalho de milhares de pessoas para sua produção, enquanto Whindersson e Pewdiepie só precisa de uma câmera, um computador e acesso à internet.

Com 96 milhões de votos se elege um presidente nos Estados Unidos, no Brasil e em muitos outros países. Em 2018 tivemos uma amostra do que a distribuição de vídeos em mídias sociais é capaz de produzir: Através de suas lives (transmissões ao vivo) no Facebook e YouTube, Bolsonaro conseguiu um alto engajamento em sua campanha, além de contornar a quase que total ausência de espaço no já obsoleto horário eleitoral. Talvez seja interessante pensar o novo comportamento eleitoral a partir também de uma lógica comportamental de fanbases, e não apenas de engajamento político.

### 3.3.2 Uma nova paleta de interpretação de si e do mundo

Ao trazer a comparação dos seguidores com o voto queremos atentar para a noção de Filiação. O voto numa eleição muitas vezes tem uma característica de quase efemeridade: vale naquele momento, o eventual arrependimento no curso do tempo não o anula, apesar de suas consequências permanecerem. No entanto o “seguir” um canal no YouTube, principalmente canais cujos protagonistas cultivam laços com seu público, tem um caráter de filiação mais evidente na medida em que o seguidor poderia simplesmente cancelar aquela assinatura, parar de receber as atualizações e assistir qualquer outra coisa. O seguir no canal do YouTube está permanentemente sujeito à revisão e se ele permanece no tempo, isso é um indicativo da concordância, interesse às vezes filiação ao conteúdo ali exibido.

A atuação de grandes *youtubers* tem também reflexos diretos no mundo do marketing e da publicidade, tanto comercial como eleitoral, como é o caso do Whin-





dersson Nunes no Brasil, recentemente contratado por uma empresa de telefonia celular para alavancar os comerciais em rede nacional. Com uma crescente média de 7 milhões de visualizações por dia qualquer causa ou produto que o Pewdiepie decida apoiar (como já aconteceu diversas vezes) é um sucesso.

Essas pessoas são capazes de fornecer aos jovens a sua paleta de referências para a interpretação do mundo e construção de si mesmos, tanto individualmente como em grupo.

## 4. CONCLUSÃO

Ainda há muitos aspectos a serem analisados e aprofundados em relação a essa temática e essa não é, de forma alguma uma tarefa fácil. Aqui a própria observação requer certa medida de imersão nesse mundo, sua linguagem e suas referências.

Tentei neste trabalho produzir uma reflexão a respeito da dimensão e importância do tema: não porque os conteúdos em questão sejam aprováveis ou reprováveis, benéficos ou prejudiciais, não porque eu considere o fenômeno bom ou lamentável, mas sim porque como fenômeno ele está presente, em expansão e, mais importante, interferindo na forma de sociabilidade de uma geração que se já não está em parte, muito em breve estará ocupando espaços, cargos, posições em todos os setores da sociedade.

Aqueles jovens que falam Português misturado com Inglês, que utilizam referências de videogames e *youtubers* em suas próprias identidades corporais performáticas, que participam, assistem, concordam e discordam (em escala internacional e nacional) com pautas trazidas por *youtubers*, que moldam seus gostos a partir de uma paleta de referências muitas vezes completamente desconhecidas para gerações 10 anos mais velhas, precisam ser apreendidos pelas ciências sociais.

Em um mundo onde o Presidente dos Estados Unidos (e agora também o do Brasil) se comunica através de plataformas como o Twitter, Há que se atentar para o que esperar de um público de gostos, gestos, padrões éticos e de consumo formados sob a influência de um Pewdiepie ou um Whindersson Nunes e outras celebridades da sociabilidade digital.



## Referências

CANCLINI, Nestor Garcia. **La sociedad sin relato - Antropología y estética de la inminencia**. Buenos Aires: Katz Editores , 2010.

COLVILLE, Robert. **The Great Acceleration**. London: Bloomsbury, 2016.

PETIT, Michèle. **Os jovens e a leitura**. São Paulo: Editora 34, 2009.

URRY, John. **Mobilities**. Cambridge: Polity Press, 2008.

YOUTUBE. **YouTube**. 22 de 08 de 2017. <https://socialblade.com/youtube/top/100/mostsubscribed> (acesso em 22 de 08 de 2017).



# **CRÍTICA CINEMATOGRAFICA NA BAHIA DO SÉCULO XX: OS OLHARES DE WALTER DA SILVEIRA E ANDRÉ SETARO SOBRE A RELAÇÃO ENTRE CINEMA E SOCIEDADE<sup>1</sup>**

CINEMATOGRAPHIC CRITICISM IN THE STATE OF BAHIA IN THE TWENTIETH CENTURY: THE LOOKS OF WALTER DA SILVEIRA AND ANDRÉ SETARO ABOUT THE RELATION BETWEEN CINEMA AND SOCIETY

**Rodrigo Oliveira Lessa**

**Bruno Vilas Boas Bispo**

**Filipe Santos Baqueiro Cerqueira**

---

<sup>1</sup> Este trabalho foi originalmente publicado na revista Teoria e Cultura: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora, v. 14, n.1, Janeiro - Julho 2019 compondo o dossiê "Os sentidos da crítica de arte na imprensa brasileira (1950-2000)", organizado pela Profa. Dra. Glauca Villas Bôas, pelo Prof. Dr. Marcelo Ribeiro Vasconcelos e pelo Prof. Dr. Rodrigo Oliveira Lessa.

## Resumo

**A**o buscar uma mediação entre as obras e o público, a crítica de arte tem como uma de suas características avaliar o modo como a poética de cada obra é capaz de sustentar o esforço criativo presente em sua proposta. Todavia, ela também pode analisar de que maneira cada produção se associa à história desta expressão artística e, em última instância, situá-la no sistema geral da cultura, sobretudo ao associar sua linguagem a uma série de elementos estéticos e não-estéticos. Como entusiastas do cinema no cenário baiano do séc XX., Walter da Silveira (1915-1970) e André Setaro (1950-2014) marcam duas gerações de críticos que conduziram sua relação com os filmes nestes termos, enriquecendo o juízo de valor e o exame dos filmes com elementos históricos, estéticos e culturais que terminaram lhes permitindo esboçar uma teoria do cinema bastante peculiar. Através de uma revisão desta crítica cinematográfica, este ensaio busca destacar alguns dos elementos fundamentais desta construção, aprofundando-se sobre o modo a análise fílmica empreendida por cada um deles os conduziu a uma problematização do filme como expressão artística e cultural no cenário da crítica cinematográfica baiana do século XX.

**Palavras-chave:** Crítica cinematográfica. Bahia. Teoria do cinema.

## Abstract

**I**n seeking a mediation among the works of the public, art criticism has as one of its characteristics to evaluate how the poetics of each work is capable of sustaining the creative effort present in its proposal. However, it can also analyze how each production is associated with the history of this artistic expression and, ultimately, situate it in the general system of culture, especially when associating its language with a series of aesthetic and non-aesthetic elements. As film enthusiasts in the 20th-century in Bahia scene, Walter da Silveira (1915-1970) and André Setaro (1950-2014) mark two generations of critics who have driven their relationship with films in these terms, enriching the value judgment and the examination of films with historical, aesthetic, and cultural elements that allowed them to sketch a rather peculiar theory of cinema. Through a review of this cinematographic criticism, this essay seeks to highlight some of the fundamental elements of this construction, delving deeper into the way the filmic analysis undertaken by each of them has led to a problematization of the film as artistic and cultural expression in the scenario of film criticism of the twentieth century.

**Keywords:** Film criticism. Bahia. Theory of cinema.



## INTRODUÇÃO

Em um contexto no qual a arte moderna vive a crise gerada pela busca de sua autonomia absoluta em relação à sociedade na qual é produzida, tudo que se diz respeito a ela deixou de ser evidente. (ADORNO, 2008). O início do século XX, período no qual ela desenvolve de maneira exponencial as suas técnicas e aprofunda-se nas suas próprias questões de forma, é também o de intensificação do seu caráter de não comunicabilidade, sendo ela cada vez menos a contemplação de anseios do corpo social e, por isso mesmo, cada vez menos acessível à apreciação. No entanto, este desejo de liberdade entra em contradição com uma modernidade em estado perene de não liberdade, no qual o artista se vê imerso em uma sociedade marcada por toda ordem de opressões e constrangimentos econômicos, políticos e sociais em geral. Estado no qual ele sofre não apenas como mais um sujeito ente muitos, mas também enquanto artista, já que vive dramas como a contradição de sobreviver através de uma forma de trabalho que gera um produto de caráter não-utilitário.

Neste panorama, como aponta Giulio Carlo Argan (1995), a principal tarefa da crítica de arte contemporânea consistiu em demonstrar que o que é feito como arte seria, de fato, arte, e desse modo se associaria organicamente ao sistema geral da cultura junto a outras atividades artísticas e não artísticas. As argumentações altamente complexas, técnicas e até mesmo científicas, na medida em que a ciência e a técnica se apresentam neste período histórico como hegemônicas, se apresentam então como uma espécie de contraponto a este contexto de crise da arte moderna. Afinal, partindo da esfera artística para a esfera social, ela vive de promover a relação entre a arte e a sociedade, indo de encontro à ideia de que a arte seria uma atividade contrária ou dissemelhante a outras que a sociedade garante crédito como produtoras de valores necessários, tal como a política, a economia e a própria ciência.

Como parte deste universo, a crítica de cinema realizada na Bahia por Walter da Silveira (1915-1970) e André Setaro durante o século XX marca a presença de duas gerações de críticos imediatamente subsequentes no cenário do jornalismo baiano que assumiram também seu papel de mediadoras da relação entre o público e os filmes. Contudo, em meio às tentativas de compreensão e explicação das audaciosas técnicas narrativas do cinema nacional e internacional, eles terminaram por fazer da análise fílmica um exercício de reflexão sobre a própria expressão visual, contribuindo para a história do cinema com valiosos elementos teóricos sobre a sua existência e desenvolvimento enquanto arte. Ao traçar um caminho semelhante ao de figuras como Béla Balazs, Jean-Patrick Lebel, André Bazin e Marcel Martin, Walter da Silveira e André Setaro refletiram sobre elementos estéticos e técnicos, mas também sociais, políticos e culturais suscitados pelas obras, vivenciando o dilema da autonomia da arte por uma via que não só aproximou o cinema das questões sociais e culturais como retirou daí discussões que o colocaram de



fato sob o prisma de um problema empírico ao pensamento. Algo que nos inspira a retomar a obra destes ensaístas e tentar compreender de que maneira suas análises fílmicas no âmbito da crítica cinematográfica permitiram esta produção, bem como quais discussões e categorias elas legaram à história das reflexões e teorias sobre gênero artístico.

## **WALTER DA SILVEIRA E O CINEMA COMO ARTE DE ENCONTRO**

### **Os múltiplos aspectos do fenômeno “cinema”**

Walter da Silveira iniciou sua atividade jornalística ainda enquanto aluno do Curso de Direito da Faculdade de Direito da Bahia, em 1931, período em que também passou a integrar a Juventude Comunista<sup>1</sup> ligada do Partido Comunista Brasileiro (PCB). No entanto, apenas em 1936 iniciou sua aproximação ao ensaio crítico, escrevendo para o jornal estudantil da Associação Universitária da Bahia o texto intitulado *O novo sentido da arte para Chaplin*, a propósito de *Tempos modernos*. A partir de 1938, se dividiria entre a escrita de artigos sobre cinema em revistas cariocas e sua atividade como jurista, profissão que exerceu durante toda a sua vida, seja como juiz ou advogado trabalhista. Diretamente vinculado à formação do campo cinematográfico no Brasil, o crítico e jurista baiano participou não somente da formação de políticas públicas voltadas à cultura, mas da organização de cineclubes e cursos sobre história e linguagem cinematográfica que vieram a ser reconhecidos como o berço do Cinema Novo na Bahia (CARVALHO, 2018; MELO, 2018).

A partir da aproximação a sua produção, podemos considerá-lo um pesquisador do cinema, com uma perspectiva que o toma como um fenômeno artístico e eminentemente cultural. Ademais, o teórico em questão nos aportou uma grande quantidade de textos sobre o tema e o acesso a eles nos faz entender não somente a chegada e difusão da crítica de cinema na Bahia, mas o próprio desenvolvimento da linguagem cinematográfica mundial e baiana, suas principais questões e posicionamentos encontrados. Trata-se, portanto, de um grande influenciador e entusiasta de gerações de críticos e cineastas, incluindo a geração que veio a ser representante do cinema novo baiano.

---

1 - A Juventude Comunista foi um grupo de jovens ligado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) fundado no Brasil em 1922 e inspirado nos movimentos da III Internacional Comunista liderada por Lenin e pelo Partido Comunista da União Soviética (PCUS), deflagrada em 1919.



Além de analisar o cinema através de seus procedimentos técnicos, de montagem, iluminação, variados recursos e seus consequentes efeitos estéticos, Walter da Silveira apontava para os elementos extra-estéticos da produção fílmica, como a sua relação com a indústria e sua condição de mercadoria. Ao defender o caráter autoral da produção de Stanley Kubrick, por exemplo, o intelectual baiano aponta para um elemento central do cinema: sua dupla condição de obra de arte e produto industrial, um ponto de problematização das condições sociais e culturais que permeiam a produção dos cineastas que o próprio Setaro, anos mais tarde, não chegaria a repetir de forma mais aprofundada.

O cinema tem uma história paradoxal. Porque arte e porque indústria, nem sempre a ascensão de uma corresponde à da outra. Muitas vezes, a contradição é o signo: enquanto o filme, como estética, avança para um apogeu, o filme, como mercadoria, declina para uma crise (SILVEIRA, 2006a, p.31).

O ensaísta também afirmava de forma reiterada que o cinema é uma arte narrativa, cujo valor primordial está vinculado ao tema abordado. Em um texto onde reflete sobre um método para a crítica cinematográfica, Silveira percorre a diferença de fruição entre o cinema e as artes plásticas para concluir que, do ponto de vista estético ou sociológico, há no argumento um valor maior que nos aspectos formais, mesmo insistindo em termos relativizados que ainda subsiste a dualidade entre forma e conteúdo. “Antes do estilo, estará sempre a ideia. A linguagem não será nunca um resultado: apenas um intermédio. A crítica que se detém nela é pois, uma crítica parcial, incompleta, vazia de significado” (SILVEIRA, 2006a, p. 97). Nesse sentido, para o autor, o vanguardismo formal seria algo que teve seu lugar nas décadas de 1920 e 1930, produção pela qual ele tem especial admiração, sobretudo a partir das realizações do cinema soviético e de seus experimentos de montagem. Esse exercício formal, porém, teria sido superado pela própria incorporação do som, que criara novas potencialidades e demandas narrativas (SILVEIRA, 2006b).

Um dos cineastas mais admirados pelo crítico baiano foi Charles Chaplin, sobre quem escreveu diversas vezes. Considerado por ele um “filósofo da tela”, Silveira analisa a obra de Chaplin tecendo uma interessante relação entre a evolução narrativa do personagem Carlitos e a sua relação com a realidade social. Ao interpretar as opções de montagem e de construção narrativa do cineasta, Silveira relata que, se até Luzes da cidade (1931) Chaplin optou por filmes que foram “feitos para emocionar”, os quais tomariam como referência a forma literária do romance psicológico, a partir de Tempos modernos (1936) haveria a constituição de uma outra forma de narrativa, que desembocaria na sátira política. Se o homem chapliniano teria se constituído como uma arte tirada da vida ordinária, representando um personagem individualista, sendo a própria arte fundamentada na individualidade do personagem medroso e perseguido, que, segundo o crítico, via na fuga a única solução possível para sua vida, a partir de Tempos modernos. O personagem Carlitos continua existindo, mas sua individualidade já interessaria menos do que a vida que ele representa. Nas palavras do autor:

Carlitos deixou de ser uma personagem para se tornar um símbolo. Não é 'mais um homem perdido no mundo', 'inconsciente do seu drama'. É, agora, alguém que conhece o sentido da existência e que sabe quanto a liberdade é inútil quando não há recursos econômicos gozá-la (recordem a cena do presídio quando o diretor o liberta). Seu aspecto exterior de antigo vagabundo esconde a íntima aflição do atual operário, lançado ao desemprego pela mecanização estúpida das fábricas. Carlitos tornou-se um sem-trabalho em busca de colocação, um representante numérico de toda uma classe sofredora (SILVEIRA, 2006b, p.22).

Para o crítico, se os recursos do patético, da pantomima e da tragicomédia conformam toda a base chapliniana até Luzes da cidade, em Tempos modernos esses elementos não se apresentariam de forma preponderante. Haveria muito pouca tragédia, quase não haveria gags<sup>2</sup>, o que levaria a uma obra mais reflexiva acerca das injustiças do mundo. Algo que inclusive leva Silveira a se questionar sobre a razão para Chaplin ter se decidido por utilizar o recurso da sátira em detrimento dos métodos empregados até então. E é na vinculação entre forma da construção da narrativa e o lugar social da obra que o crítico expõe a interpretação desse fenômeno. Como analisa Silveira:

[...] em gênero algum se concilia mais a individualização artística com o pensamento social do que na sátira. O riso enorme e contagiante dos grandes satíricos tem, sob sua superfície ingênua e fantasista, marcadamente pessoal, um mundo oculto de verdades panfletárias, um panorama inteiro de observações profundas sobre um povo, uma época ou mesmo toda a humanidade (SILVEIRA, 2006a, p. 22).

Assim, podemos observar que Walter da Silveira aponta em suas análises e reflexões sobre o cinema de Chaplin para a relação entre forma da narrativa e sua produção social. Aproximando-se da abordagem de Georg Lukács (2009) sobre o romance moderno, o crítico afirma que essa relação entre estrutura narrativa e organização das relações sociais perpassa não somente a ideia de um certo imaginário e determinados formatos de assimilação e representação da realidade social, mas também a própria forma como a relação entre indivíduo e sociedade se coloca em termos mais ou menos individualistas. O que nos leva a ponderar quais questionamentos e aspectos da realidade social estão presentes nas narrativas produzidas no âmbito da cultura.

---

2 - Interrupções ou colocações de efeito cômico que derivam de circunstâncias nas cenas ou ações dos personagens.





## Da singularidade de cada obra

Um dos elementos que percebemos nas críticas sobre cinema de Walter da Silveira é a capacidade de articular diversos elementos de realidade social com o próprio filme sem que se perca a análise da particularidade da obra. Os elementos que nos referimos anteriormente – a análise da obra como fenômeno artístico e cultural e a centralidade temática para a análise crítica – não negam a especificidade da linguagem autoral do diretor nem as singularidades encontradas em cada filme produzido por ele. Em Walter, esse reconhecimento da singularidade é observado tanto nos debates acerca do cinema de autor, que têm consonância com os debates levados a cabo inicialmente na França, como encontra eco nas críticas dos filmes que tiveram o Brasil como locação. Podemos citar como exemplo, em primeiro lugar, as críticas elaboradas a *Orfeu Negro* (1959), de Marcel Camus, considerado pelo crítico um filme estrangeiro que não teria captado bem a cultura brasileira, mas que, por outro lado, carregava a singularidade de mostrar a visão carregada de exotismo que o diretor produzira do Brasil (SILVEIRA, 2006a). Ou ainda a análise sobre *A Grande Feira* (1961), de Roberto Pires, filme no qual reconhecia todo o amadorismo de sua produção mas, ao mesmo tempo, toda a importância histórica que ele detinha, sobretudo pela desenvoltura na formação de equipes técnicas envolvidas e na constituição de uma estética que poderia ser considerada original. Em terceiro, apenas para ampliar nossos exemplos, podemos ainda avaliar a existência analisada por ele de um “novo Glauber Rocha” no filme *O Dragão da maldade contra o santo guerreiro* (1969), oportunidade em que tece em termos estéticos as diferenças entre este e os filmes anteriores do cineasta baiano (SILVEIRA, 2006b).

Assim, as análises de Walter da Silveira levavam em conta tanto o contexto social e cultural do filme nas relações extra-estéticas quanto a particularidade expressiva de cada experiência, de forma a apontar para o que consideramos a singularidade fílmica. Cada obra analisada carregaria em si a transversalidade dos aspectos sociológicos e estéticos, que a tornam única, e justamente essa singularidade o objeto da sua crítica analítica. Nesta ênfase mais ampla e flexível para as diversas maneiras de um filme expressar qualidade Walter da Silveira não chega a se posicionar dando preponderância ao elemento da forma, como veremos anos mais tarde em Setaro, já que este declaradamente via no conteúdo ou nas ideias dos filmes o elemento fundamental da narrativa fílmica. Contudo, é possível perceber aqui que o crítico compreende o modo como as diferentes abordagens e estéticas podem propor temas que previamente poderiam não se apresentar como centrais, mas que, diante da maneira como são expostos, são capaz de agregar argumento e densidade ao filme.



Em outro texto crítico, ao comentar a adaptação literária produzida por Antonioni<sup>3</sup>, Silveira adentra o debate sobre o hermetismo e a consagração autoral (SILVEIRA, 2006a). Ao analisar a excentricidade de uma montagem em 160 planos de *L'Avventura* (1960), de Michelangelo Antonioni, filme que obteve inicialmente uma má recepção no meio cinematográfico, o crítico sai em defesa da película e sugere que a beleza e profundidade produzida por aquele diretor requerem meditação. O que sugere, inclusive, afirmando que a linguagem fílmica teria alcançado sua maturidade (enquanto linguagem artística) através do rigor utilizado por Antonioni, a quem compara aos trabalhos de Marcel Proust e Willian Faulkner na literatura. Dessa forma, ainda que questione o obscurantismo presente na obra do cineasta, ele aponta seu caráter excepcional, ou, nas palavras do crítico, sua singularidade. Para o autor, os elementos herméticos de Antonioni, quando acessados pela reflexão mais cuidadosa, o levariam a concluir que:

Antonioni assume posição desafiadora em face do erotismo crescente na sociedade moderna<sup>4</sup>. O amor, para ele, representaria uma profundidade de alma, à qual já se tornou insensível ao homem contemporâneo. O desvio para a exacerbação erótica significa uma incapacidade de amar e igualmente a incapacidade de se realizar.

Nesse aspecto, Antonioni abandona a crítica individual do homem moderno, para projetar sua visão sobre toda a sociedade. Sempre, é claro, sobre a face burguesa da sociedade (SILVEIRA, 2006a, p.248).

Ao apontar para a utilização de diversos ritmos de montagem e para a utilização particular do close-up<sup>5</sup>, Silveira nota que tais elementos não seriam meramente estilísticos, sobretudo porque carregam elementos de supressão do "transitório", do "supérfluo" e do "vazio", "estendendo o essencial até a saturação". (SILVEIRA, 2006a). Essa carga dramática da imagem e da montagem, marcada pela utilização de tomadas da paisagem desabitada como contraposição ao vazio do ser humano, leva o ensaísta a considerar a expressão estética como uma demanda ética explicitada pela obra do cineasta, considerado pelo crítico como um "cineasta de intenções". O que o faz concluir que: "Obra-prima ou não, *L'avventura* faz de Antonioni um dos ideólogos da vida contemporânea" (SILVEIRA, 2006a, p 248.).

3 - Este texto foi escrito durante sua cobertura do festival de Cannes de 1962, ao qual foi convidado oficial. Nesta cobertura, Walter da Silveira perpassou tanto os fatos dos bastidores do evento como as análises estéticas de alguns dos filmes que foram exibidos no festival, imprimindo em sua cobertura alguns elementos de nacionalismo e regionalismo em torno da vitória do filme *O Pagador de Promessas* (1962), de Anselmo Duarte, rodado na Bahia. (SILVEIRA, 2006a. p. 247).

4 - Em um outro texto sobre o uso de elementos erotizados no cinema comercial, abordando a potência expressiva do sensual, os elementos de censura moral que limitam o cinema desde fora, e algumas formas de expor a sensualidade que acabam por objetivizar o sexo e a mulher, inclusive diminuindo a atuação feminina de grandes atrizes à sua qualidade sensual. Ver Silveira (2006a, p. 66).

5 - "Antonioni seria o maior valorizador moderno do close-up, técnica de planificação que captura em detalhe o rosto dos personagens. (SILVEIRA, 2006b, p.249).

Assim, a análise fílmica deste crítico de cinema pioneiro no cenário baiano busca mergulhar na singularidade de cada obra para expor e valorizar não somente seus mecanismos técnicos e a recepção dessas opções técnicas, como fizera boa parte da crítica de sua época<sup>6</sup>, mas para evidenciar também nos efeitos estéticos a vinculação ética dos autores, suas visões e desejos de mundo, para além das representações produzidas nessa mediação entre a subjetividade e a objetividade. Ao seguir este caminho, Walter da Silveira propiciou com suas reflexões consolidados pontos de partida que influenciaram toda uma geração de cineastas na Bahia e no Brasil, incluindo Glauber Rocha. Ao produzir crítica sobre a indústria cinematográfica, as opções mercadológicas, de narrativas e de forma de Hollywood, além do que considerou como cinema de autor produzido nos Estados Unidos, Europa, os novos cinemas ao redor do mundo, e, principalmente, as novidades trazidas pelo neorrealismo italiano, Walter da Silveira cumpre um papel importante no cenário cinematográfico na Bahia também difundindo as discussões elaboradas nos grupos e clubes de cinema, tanto para grupos mais especializados como para a mídia jornalística de sua época (COTRIM, 2017; CARVALHO, 2018; MELO, 2018).

Ainda que possamos considerar trechos das exposições do autor relativamente deterministas, o que traz certamente problemas ao pressupor critérios externos para a produção artística, cabe lembrar que o contexto de sua época lançava-os a um posicionamento diante das trincheiras do mundo. No contexto do pós-guerra, muitos intelectuais não titubeavam em tomar posições firmes ainda que possivelmente equivocadas sobre o contexto geopolítico mundial, sendo a tomada de posição não apenas algo comum mas também uma ação exigida no meio jornalístico, acadêmico e intelectual.

Ademais, embora Walter também tenha se ocupado da produção de diversos textos mais voltados à divulgação do cinema e formação de público, como listas de melhores filmes do ano ou da história do cinema, o autor se propôs também a um debate mais elaborado de tal linguagem. Em diálogo crítico com diversos teóricos da história e da crítica do cinema, como George Sadoul e André Bazin, Walter da Silveira analisou filmes e festivais, pensou a formação do cinema baiano, teceu comentários acerca da produção clássica e contemporânea do cinema mundial e acompanhou a formação dos diversos estilos cinematográficos que emergiram no século XX.

---

6 - Como afirma Jorge Amado no prefácio do livro *Fronteiras do Cinema*. (SILVEIRA, 1966).

Para tanto, o autor entendia que o crítico não seria um julgador, mas um “intérprete”. Para ele, caberia ao ensaísta “transmitir o sentido profundo da obra de arte aos menos capazes de investigá-la e compreendê-la” elaborando um diálogo dos elementos interiores e exteriores dos filmes, articulando tanto os contextos socioculturais e econômicos de sua produção quanto as soluções técnicas e estéticas particulares que cada cinema desenvolve (SILVEIRA, 2006a, p. 55). Ao erigir sua crítica, que só fora compilada postumamente conjuntamente em forma de livro através da organização de José Humberto Dias, ele contribuiu também para pensar o cinema como um fenômeno amplo e complexo, perpassando desde as clássicas questões acerca da obra de arte, como as relações entre autonomia e heteronomia na obra de arte, a relação entre artistas e sociedade, entre forma e conteúdo e as problemáticas acerca do caráter narrativo das imagens cinematográficas (SILVEIRA, 2006a).

Desse modo, poderíamos, após uma leitura panorâmica da sua produção crítica, afirmar que Walter da Silveira se aproxima de uma abordagem geral do fenômeno do cinema, tanto no que se refere às condições de produção do cinema como indústria e como linguagem, quanto como aproximação ao belo que expressa e engrandece o espírito humano, ao que implica suas determinações culturais, sua relação com o mundo a sua volta – seja como determinantes de produção, seja como sugestão temática para seu conteúdo. Obra que, como podemos observar, esteve atenta para a constante tensão fronteiriça entre o cinema enquanto mercadoria cultural, como fica expresso em suas análises da formação histórica do cinema baiano ou na sua cobertura do festival de Cannes, por exemplo, como também para a singularidade expressiva contida em obras de arte produzidas por cineastas como Kubrick, Fellini, De Sica, ou Chaplin. Sempre sensível, entre outros elementos, à própria forma particular dessa tensão entre mercadoria e arte que constituiria, segundo ele, o caráter moderno da linguagem cinematográfica.

Em consonância com a visão de Lukács (1966), Walter da Silveira (2006a, p. 55) afirma que enquanto na pintura, na escultura e na gravura o figurativo fora se borrando até ser banido, no cinema, a figura humana e sua ação no mundo teria permanecido o elemento fundamental. Aqui, como costumava afirmar, “o homem se encontra com o homem” (SILVEIRA, 2006a, p. 55). Com esses elementos, o ensaísta critica as formulações sobre arte moderna que centralizam a crítica sobre a utilização da técnica das obras específicas, ou seus elementos puramente formais. Ao apontar o cinema como uma linguagem essencialmente narrativa, Walter da Silveira defende que sua análise pressuponha uma prevalência do conteúdo sobre a forma, distanciando-se de posicionamentos que defendiam o que ele entendia por vanguardismos superados, nos quais os arroubos formais seriam validados como um bom cinema. Ademais, percebemos que, apesar de apontar para a complexidade e transversalidade da abordagem sobre o mundo do cinema, as análises críticas particulares de cada filme ou cineasta buscavam enxergar a distinção expressiva tanto no que se refere a um possível estilo de autor quanto, de forma ainda mais singular, a especificidade da obra fílmica em sua particularidade.



## ANDRÉ SETARO E O OLHAR SOBRE “O QUE O CINEMA DIZ”

### Uma visão de mundo e uma visão de cinema

Nascido no Rio de Janeiro no ano de 1950, André Setaro se mudou para Salvador ainda nos primeiros anos de vida, após a morte do pai. Ainda durante a infância, desenvolveu o interesse pelos grandes filmes e diretores de sua época ao frequentar cinemas populares da cidade, como o Excelsior, o Liceu, o Art, o Cinema Glória ou Tamoio, dentre outros. Seus primeiros textos e comentários sobre a arte visual que durante a juventude aprendeu a admirar começaram no Jornal da Bahia, onde escrevia bissextamente, no Jornal da Cidade e, sobretudo, na Tribuna da Bahia, primeiro veículo no qual recebeu uma coluna diária sobre os lançamentos de filmes em exibição das salas da cidade e onde trabalharia por mais de 30 anos. Além de manter contribuições circunstanciais para publicações locais como o tradicional jornal baiano A Tarde, a Revista da Bahia e a Enciclopédia do Cinema Brasileiro, publicação bibliográfica organizada pelos pesquisadores Fernão Ramos e Luiz Felipe Miranda, Setaro se tornaria ainda em 1979 professor da área de cinema na antiga Escola de Biblioteconomia e Comunicação, que mais tarde viria a se chamar Faculdade de Comunicação (FACOM) já enquanto escola da Universidade Federal da Bahia.

Enquanto jovem, Setaro se colocava como um admirador do cinema baiano, do protagonismo de A grande feira e Barravento para a cena local. Contudo, quando se tornou crítico, o chamado “Ciclo de Cinema Bahiano” que teve seu auge entre os anos 1959 e 1963 e tinha levado ao país os nomes de Oscar Santana, Roberto Pires e Glauber Rocha já tinha há muito se esgotado, tendo ele voltado maiores esforços para compreensão e análise do cinema observando os diretores e atores de alcance mundial. Leitor e admirador da obra de Walter da Silveira, Setaro o considerava como um dos maiores ensaístas de cinema no Brasil, ao lado de Paulo Emílio Sales Gomes, Francisco Luiz Sales, Antonio Moniz Vianna e outros. Walter da Silveira era, segundo Setaro (2010b), um dos derradeiros especialistas em cinema que analisavam os filmes a partir do modo como estes conseguiam converter a figura humana em um elemento essencial das narrativas, imprimindo-lhe um status político capaz de fazer dos filmes uma expressão artística de caráter humanista.

Desse modo, a partir da influência do seu predecessor e de figuras como o expoente da Nouvelle Vague francesa, François Truffaut, um dos elementos basilares do modo como este crítico estudou e escreveu sobre o cinema na imprensa baiana está relacionado à ideia de que a criação de filmes exigiria tanto uma “visão de mundo” quanto uma “visão de cinema”. Aos olhos do crítico, o realizador de filmes viveria em meio ao desafio de conjugar uma visão da humanidade e de suas questões mais profundas a um “sentido de cinema”, sendo esta confluência algo deter-



minante para garantia dos elos semânticos e sintáticos sem os quais a simbiose entre forma e conteúdo nas obras se torna difícil demais de sustentar.

A conjuração deste status político e humanista ao filme é também um dos fundamentos de sua percepção sobre crítica cinematográfica, sobretudo na medida em que elege o aprofundamento sobre as práticas e formas de vida presentes no filme como um dos seus nortes analíticos. Embora tenha se considerado muito mais um “comentarista”, alguém que se limita a discorrer sobre uma obra a partir de suas próprias impressões pessoais, Setaro atuou no jornalismo baiano projetando na crítica cinematográfica o objetivo fundamental de provocar a sensibilidade dos espectadores de filmes e, desse modo, prolongar o impacto da obra de arte. A profissão, dessa forma, seria melhor desempenhada entre aqueles que estivessem mais dispostos a atuar como mediadores entre o público e os valores poéticos de um filme, permeando aí o macrocontexto cultural em que ele está inserido. Segundo ele: “[...] o crítico de cinema deve valorizar a obra examinada, fazendo emergir, dela, as suas valências ocultas e interpretando-as em ligação com o macrocontexto cultural em que a primeira vê a luz.” (SETARO, 2010b, p. 52).

A imposição de critérios necessários à produção de uma obra artística é algo certamente problemático nesta perspectiva de análise sobre o elemento da visão de mundo no filme, e neste sentido Setaro reproduz em muitos aspectos os problemas já vistos na obra de Walter da Silveira. Ainda que compreendamos a impossibilidade da criação artística ser neutra e, diante disso, o fato de que cada obra apresenta algum tipo de visão de mundo, as discussões sobre a exigência prévia de uma concepção totalizante sobre a vida humana podem esconder o fato de que há filmes que se apoiam mais em uma composição imagética e estética distante de tramas ou enredos com conteúdo social mais evidente, sendo ali mais difícil afirmar uma visão política ou humanística mais clara<sup>7</sup>.

No entanto, em que pesem estas contradições, vale observar como esta concepção de crítica imprime nas análises de Setaro a importância de observar o filme para além das técnicas e estratégias narrativas, trazendo para a reflexão sobre a linguagem audiovisual o modo como as obras apontaram para as contradições sociais e os dilemas humanos nos quais os cineastas se viram envolvidos. É algo que podemos perceber na sua forma de analisar obras e diretores de estilos distintos, como De Sica, Bergman e Hitchcock. Como observamos no texto de *A permanência de Ladrões de Bicicleta* (2010), a importância desta obra para o Neorealismo italiano estaria sobretudo no modo como De Sica, ao focalizar as condições de vida na Itália após a Segunda Guerra Mundial, teria produzido um profundo registro sobre a impotência das instituições daquele país em resolver dignamente os dramas do proletariado, sendo o drama da busca pela bicicleta pelo personagem Ricci um elemento estético de expressão das mazelas deixadas pelo horror da guerra. Já Bergman, com sua inclinação para filmes introspectivos e densos psicologicamente, faria de todo o ritual de gestos, carícias e olhares sutis em Gritos e Sussurros

<sup>7</sup> - Como um exemplo importante deste tipo de obra podemos citar *Floresta de Êxtase* (1986), de Robert Gardner. Realizado com imagens da localidade de Varanasi, na Índia, este filme funde a observação de personagens singulares do com planos altamente trabalhados de ambientes, objetos, paisagens e mesmo animais, delineando uma narrativa de tonalidade fortemente contemplativa com destaque para as cores e formas captadas pelas lentes da câmera.



uma expressão da revolta diante da indiferença do mundo e de Deus diante do sofrimento humano. Em ensaio homônimo publicado ainda em 1975 na Tribuna da Bahia sobre a forma de fazer cinema deste diretor, Setaro afirma que, ao trazer a experiência humana como uma condição de isolamento através de personagens que vivem em um inferno terrestre doloroso, incerto e dilacerante, Bergman escancararia a falência da fé diante da dor em contraste com os ideais de amor pleno e possível, tudo isso enquanto se aprofundaria em idiossincrasias que o diretor entenderia ser pertinentes ao gênero feminino na sociedade moderna.

O mesmo vale para Hitchcock, diretor que, como lembra Setaro, foi até a sua descoberta pela Cahiers du Cinema alguém elogiado apenas pela sua capacidade de submeter o espectador à agonia do suspense. Para além das sofisticadas técnicas narrativas, Um corpo que cai, como analisa, “[...] evolui no sentido de apagar a linha que separa o real e o imaginário, fendendo (e negando) o universo que captamos ordinariamente pela introdução de um acontecimento extraordinário (a ressurreição de Madeleine, falsa na realidade porém verdadeira por suas consequências).” (SETARO, 2010a, p. 56). Desse modo, forma e conteúdo não se apresentam dissociados na análise do crítico. Pelo contrário: o destaque para a linguagem na análise pressupõe sempre um apanhado de temas ou um macrocontexto cultural que enseja a criatividade impressa nela pelo cineasta, o qual pode ser buscado tanto em um caráter histórico e social explícito, como observamos na análise de Ladrões de bicicleta, ou de dilemas humanos expressos para além das diversas abordagens realistas presente na trajetória dos estilos cinematográficos, como é o caso desta obra emblemática de Hitchcock.

## Narração e narrativa

Mas, para Setaro, se o cinema se tornou historicamente uma expressão bastante capaz de apontar para os dramas humanos e as contradições impressas sobre o cotidiano e da vida social, não é através da presença deste atributo isoladamente que se singularizam a poética de uma obra ou do estilo de um diretor, elemento de que um crítico ou comentarista não pode se esquivar se quiser contribuir com a aproximação do espectador com esta forma de arte. A visão de mundo de um diretor de cinema, as posições e pontos de vista que ele assume diante do mundo compõem o caráter de fábula do filme, a sua narração. Este plano de fábula ou narração, por sua vez, consistiria mais precisamente na história que se desdobra a partir de um enredo previamente programado pelo roteiro, no conjunto de temas e situações que marcam a vida dos personagens. Contudo, para o crítico, não é exatamente a história ou a realidade representada aquilo que merece mais atenção se queremos compreender o cinema enquanto linguagem artística. “A representação termina quando a realidade representada cede a palavra à própria representação, isto é, o importante a considerar não é o que se diz no filme, mas o que o filme diz” (SETARO, 2010b, p. 172).



O lugar onde se singulariza a poética de uma obra ou cineasta, portanto, é o plano da narrativa. Neste plano, podemos reconhecer como uma forma particular de expressão toma forma nas mãos de um realizador enquanto este manipula os elementos da linguagem fílmica e cria, no mais literal sentido da palavra, a sintaxe de seu discurso cinematográfico. Sem deixar de rejeitar o bipolarismo metodológico do formalismo e do conteudismo e admitindo que os planos da narrativa e da narração, em verdade, dissociam-se para refutar-se ou controlar-se alternadamente, Setaro reitera que a compreensão do sentido poético de um filme passa pela interpretação dos termos lógicos discursivos presentes em seus procedimentos de significação. “É na língua do cinema que se deve procurar a sua significação como obra de arte, é no específico fílmico que se tem o ponto de partida para desatar o nó górdio de seu mistério como expressão da arte e do pensamento” (SETARO, 2010b, p. 41).

Vemos aí como Setaro se distancia de Walter da Silveira e traz uma nova ordem de prioridades para a crítica cinematográfica produzida na Bahia da segunda metade do séc. XX. Este é o norte de sua forma de compreender não apenas o desenvolvimento do cinema, desde sua origem até os tempos atuais, quanto aquele momento que ele entende como mais rico na história desta linguagem, o ápice do cinema de autor, em meados do século XX. Em meio ao seu processo gradual de surgimento e afirmação enquanto gênero artístico, o cinema presenciou momentos como invenção do travelling por Promio, cineasta dos Lumière que filmou Veneza de uma de suas gôndolas, a técnica de apresentação de uma situação paralela à trama (o “enquanto isso...”) desenvolvida por Edwin Porter, ou ainda a sistematização do seu principal recurso específico, a montagem, por David Griffith, formando ao lado da angulação, da planificação e dos movimentos de câmera os elementos específicos desta nova expressão. Contudo, com a continuidade na criação de novas e sucessivas técnicas e a ampliação do rol realizadores de filmes: cada um com sua contribuição, a expressão deixa de ser uma ferramenta dedicada a contar uma história ou um tipo específico de experiência humana no mundo – a que revela a injustiça social, a desigualdades econômica, as trocas culturais, etc. – e passaria a ser uma manifestação da necessidade insubstituível da imagem em movimento, na preponderância deste elemento sobre as bases teatrais e literárias que formam a narrativa fílmica.

Ao seguir nesta direção, o crítico não recusa a importância de que o realizador de filmes mantenha uma relação entre a sua visão de mundo e a visão de cinema. A reivindicação deste caráter é, com razão ou não, algo que ele acreditava ter cada vez mais sido abandonado no cinema contemporâneo. Todavia, para além das questões deste macrocontexto sociocultural ressaltadas no cinema do século XX, que de fato se desenvolveu largamente a partir da representação de problemas sociais e humanos, como bem observou por Walter da Silveira, o movimento do cinema autoral que se esboça com Charles Chaplin, Serguei Eisenstein e Carl Theodor Dreyer e chega ao ápice em meados do século XX com Glauber Rocha, Michelangelo Antonioni, Luis Buñuel, Ingmar Bergman e tantos outros, tem como marca fundamental a criação de técnicas e experiências estéticas capazes de abri-





gar a tradução da experiência humana na linguagem audiovisual. Estas questões, conjuntamente às questões relativas à condição humana na sociedade sobre a qual eles refletiram, são igualmente importantes para entender o cinema moderno, mas é sobretudo nas experiências estéticas que eles desenvolveram que se deve buscar, para Setaro, a compreensão do que o filme seria enquanto arte e enquanto linguagem.

É o que vemos, por exemplo, na sua reflexão sobre a contribuição de Dreyer para o cinema, examinada em Dor e beleza em Carl Theodor Dreyer (SETARO, 2010a). Ao analisar aquele que talvez seja o filme mais relevante do diretor dinamarquês, Setaro nos mostra como *A paixão de Joana D'Arc* (1928) dialoga com o expressionismo alemão de Murnau e Robert Wiene para converter a *mise-en-scène*<sup>8</sup> de longos planos-sequências, lentos movimentos de câmera e intercalação breves de close-up's em uma maneira de denunciar a intolerância e o orgulho que marcava o comportamento dos exclusivistas da verdade, daqueles que anunciavam guardá-la frente a todos os outros e a todas as coisas. Em meio à face flagrantemente opressora dos inquisidores de Joana D'arc, que nas cenas se impõem sempre do alto sobre a ré, enfatiza-se o modo como a utilização da angulação em *plongée* e *contra-plongée*<sup>9</sup> por Dreyer foi fundamental para que o diretor pudesse problematizar a imagem do ser humano como sujeito de valores absolutos, interpretando com a ajuda de um cenário angustiante de viés expressionista o clima sombrio, sufocante e opressor que teria sido mobilizado pelos inquisidores daquele ícone da Guerra dos Cem Anos.

Deste modo, ainda que o direcionamento desta crítica a agentes religiosos possa ter perdido um pouco de sua atualidade para o problema do poder e da dominação, pois o exclusivismo diante da verdade se apresenta mesmo entre grupos sociais e formas de pensamento que não o reivindicam de modo total, como a ciência, estas técnicas de angulação se consolidaram e ainda frutificaram enquanto meios de apreensão das peculiaridades da vida humana por meio fisionomia dos personagens. Através desta e de outras experiências, como a adaptação virtuosa do arquétipo do bufão (ou clown) realizada por Chaplin, o cinema revelou uma disposição singular para captar a sucessão dos diferentes estados de ânimo do ser humano já existentes no teatro, ou o que Béla Balázs (2010) chama de "caráter épico dos afetos", pautando-se nas mudanças dos seus sentimentos em meio ao embate com a vida cotidiana a partir de um determinado contexto de eventos problematizados na narrativa<sup>10</sup>.

8 - Conjunto formado por tudo que aparece no enquadramento de uma imagem – personagens, figurino, cenário, etc. O termo é geralmente utilizado para indicar a maneira como cada cineasta pode ter uma maneira particular de construir ou criar uma cena, reunindo de maneira original, técnicas de iluminação, enquadramento da câmera, inserção dos personagens, etc.

9 - Técnicas de angulação que consistem, respectivamente, no registro do personagem a partir de uma angulação que o captura abaixo de seu ponto de referência, criando uma situação na qual este aparece fortalecido no contexto da cena, e acima do ponto de referência, no qual ele surge em situação de fragilidade.

10 - "Dans le legato de la continuité visuelle, l'expression de l'instant présent porte encore la marque de la précédente, et la suivante s'y dessine déjà ; nous ne voyons pas seulement les différents états d'âme, mais le processus mystérieux de la succession elle-même. C'est pourquoi le cinéma apporte quelque chose de tout à fait particulier à travers de ce caractère des affects." (BALÁZS, 2010, p. 55).

Nesta e em outras obras igualmente relevantes, Dreyer contribui de maneira singular para o modo como a captura em movimento de detalhes da expressão humana é alçada à condição de elemento estético central da linguagem cinematográfica, a exemplo da expressão de choque de um personagem presenciando a ressuscitação de uma mulher que até então está sendo velada em um caixão, como vemos em uma das cenas de *A palavra* (1955).

Podemos dizer o mesmo de sua análise sobre a obra de Antonioni. “Geômetra cartesiano dos sentimentos humanos”, o cineasta italiano era visto por André Seta-ro como alguém que fez de realizações como a trilogia *A aventura* (1960), *A noite* (1961) e *O eclipse* (1962) a inserção do domínio da “antinarrativa”, explorando o silêncio nas cenas e os longos tempos mortos como estabelecimentos rítmicos de uma *mise-en-scène* com tonalidades de desdramatização. Ao recusar o padrão de grandes acontecimentos e momentos decisivos à narrativa de parte significativa do cinema norte-americano do período, Antonioni criaria um estilo voltado para a retratação do mal-estar do mundo, da incomunicabilidade, do vazio e da ausência de perspectivas que se abate sobre as relações humanas. Forma e conteúdo, desta medida, são valorizados, sobretudo, quando aparecem juntos e conectados, garantindo que as principais angústias do mundo moderno encontrem significado em uma linguagem inovadora o suficiente para dar conta de suas nuances.

Há, portanto, em Michelangelo Antonioni, uma importância dupla para o cinema, a do ponto de vista do elo sintático (da linguagem), e aquela do elo semântico (do tema). Inovou na sintaxe e inovou, também, na maneira de fazer emergir seu temas recorrentes: a análise perfuratriz da incomunicabilidade na burguesia italiana, o silêncio que se estabelece nas relações humanas, o vazio, e a ausência de perspectivas. (SETARO, 2010, p. 214).

Seja na análise da famosa trilogia de Antonioni ou em cenas-chaves de outros filmes, como o final ou no longo plano-sequência que antecipa a morte trágica de David Locke, personagem de Jack Nicholson em *Profissão repórter* (1975), percebe-se no crítico a tentativa de revelar a interdependência entre as estratégias narrativas aplicadas pelo diretor do filme e as questões humanas que elas revelam no seu desdobramento. A sensibilidade para o cinema que a crítica se propõe a desenvolver, estendendo os efeitos da obra sobre seu público, desta maneira, não se restringe a uma veneração da arte por si mesma, como mera técnica. No entanto, é sobretudo o modo como se diz, o olhar que o diretor de cinema aplica a estas questões aquilo que mais importa se destacado para a compreensão da poética de um filme enquanto fenômeno artístico, sendo a profusão de formas de se dizer ou de se expressar a vida humana através da imagem em movimento a maior herança do período de ápice do cinema de autor.



## Mímese e organização sequencial na imagem do filme

Em A significação da cor no cinema, ao se questionar sobre qual seria o papel ocupado pela cor nos filmes, Setaro (2010b) é bastante direto: o de fazer sentido, de dizer ou expressar coisas que não poderiam ser ditas no filme sem a sua intervenção. Longe de apontar necessariamente para a realidade objetiva ou de tentar refigurá-la como o máximo de perfeição – o que tornaria este recurso um elemento banal na linguagem fílmica – a cor poderia ter um sentido mais psicológico, quando fosse utilizada pelo diretor para ilustrar o modo como os personagens veem o mundo, ou ainda um sentido crítico, quando a visão do próprio diretor sobre trama desse a tônica das interações cromáticas.

Ao seguir este caminho de análise, seja para o evento da cor ou a presença de outros elementos específicos – montagem, planificação, movimentos de câmera e angulação – ou não específicos – vestuário, cenário, iluminação, diálogos, etc. – da linguagem cinematográfica, Setaro parte do pressuposto de que a forma de representação do filme seria caracteristicamente antimimética. Neste sentido, o crítico se afasta de visões como a de Georg Lukács, que atribuiria a singularidade desta expressão, na verdade, a uma “dupla mímese”. Na sua *Estética* (1966), Lukács analisa a refiguração fílmica como apresentando uma mímese técnica, oriunda do modo como a operação mecânica do cinematógrafo gera a captura da visualidade da vida cotidiana tal como ela se apresenta aos olhos da câmera, e uma mímese propriamente criativa ou artística, que interage com esta característica do cinematógrafo para desenvolver a narrativa fílmica<sup>11</sup>. Sob esta orientação, o autor se reporta ao filme como uma expressão artística hábil para capturar e problematizar a vida social cotidiana, já que a representação extremamente diversificada de eventos que envolvem a relação dialética entre indivíduo e a realidade objetiva – como o exercício do trabalho e da produção da subsistência, a interação com outros indivíduos, a expressão e a comunicação através da linguagem – garantida pelo acompanhamento da dinâmica visual e sonora do cotidiano se torna uma das grandes singularidades da imagem fílmica diante deste caráter de dupla mímese da imagem câmera.

---

11 Quando se propõe a definir a singularidade do cinema e diferenciar o seu processo criativo frente ao de outras artes visuais, como a arquitetura, Lukács (1966) reconhece a existência de uma “dupla mímese” ou dupla refiguração da realidade objetiva na constituição da imagem do filme. De um lado, como em todas as formas de arte, haveria uma intervenção criativa por meio da qual a inventividade do diretor ou realizador de cinema daria forma ao material das imagens com que trabalha. A ação de fundir planos, editar cenas e compor um enredo consistiria, neste sentido, em um conjunto de operações necessárias à realização de um filme, mas que não se diferenciaria fundamentalmente de atividades criativas existentes em outras formas de arte nas quais, por motivos óbvios, este tipo de intervenção é igualmente necessária. Por outro, no caso em especial do cinema e também da fotografia, quando a câmera é ligada, ou quando a fotografia é retirada, tanto ela como o mecanismo do cinematógrafo registram a imagem de tal maneira que, com ou sem intervenções de enquadramento, profundidade ou coloração, o aparelho registra tudo que está no ângulo da imagem com o meu grau de exposição sem que o seu operador precise moldar como na pintura ou na escultura todo e cada contorno que nela se apresenta. Deste modo, este elemento mimético do filme não só completaria o caráter de dupla mímese do cinema, como também condicionaria o modo como o seu outro traço mimético complementar, a mímese propriamente criativa, encontraria espaço na refiguração ou representação fílmica da realidade objetiva.

Setaro, contudo, percebe a singularidade do cinema de uma outra maneira. Ao entender que o elemento mais importante do filme não é tanto a sua história e os traços da realidade objetiva que ele é capaz de destacar, mas sim o seu caráter de discurso, ou o modo como ele representa e faz evoluir esta história na narrativa, o crítico de cinema atribui à organização sequencial e ao modo como evoluem as cenas e sequências de um filme o cerne da sua singularidade expressiva. Ele está longe, neste sentido, tanto daquilo que ele chama supervalorização do “enquadramento-signo”, oriunda de uma visão semiológica na qual se valoriza o filme pelos significados que suas cenas ou sequências apresentam isoladamente, quanto do “enquadramento-fato”, presente em visões com viés mais conteudista, como Lukács (1966). Autor que, embora assuma como fundamental o elemento da forma estética, costuma destacar na análise sociológica do filme o modo como suas cenas nos remetem a fenômenos sociais objetivos.

É verdade que há um certo equívoco na tentativa de Setaro em reivindicar ao cinema um caráter antimimético. Mesmo considerando que é de fato na ordem sequencial, na narrativa ou no conjunto das cenas e sequências de um filme que podemos apreender a singularidade da forma estética, sendo ela elemento sensível mais importante da criação artística, é difícil negar o modo como a representação da relação entre o indivíduo e o mundo se tornou um elemento fundamental a partir do qual esta expressão se desenvolveu e aprimorou suas técnicas. Há entre aquilo que dizem Lukács e Setaro, neste sentido, muito mais uma relação de complementariedade do que de oposição.

Contudo, é importante compreender como Setaro acerta ao trazer a análise da narrativa fílmica sempre e necessariamente para uma perspectiva de totalidade, para uma visão de todo da obra, o que lhe garante mais elementos para fugir da inclinação para o conteudismo presente em figuras como Lukács mas também em Walter da Silveira, fazendo-os exigir das obras um compromisso político com a transformação social das condições materiais da classe trabalhadora. Se observarmos, com Setaro, que a mola propulsora da narrativa está menos nas coisas sobre as quais se fala no filme – como o desdobramento da luta de classes ou a dominação de classe – e mais na maneira como o artista expressa uma relação sensível com elas, ou, se pensamos o filme como retórica, que o que importa mais não é a sua força elocutiva, de expressão adequada de determinados conteúdos, e sim a sua natureza dispositiva, ou a maneira como estes conteúdos apresentam uma determinada ordem artisticamente criativa, vemos que é sobretudo no modo como os artistas sentem e vivenciam as questões apontadas nas obras, como fluem os métodos expressivos a partir do repertório estilístico nelas presentes aquilo que melhor alude à organização das suas estruturas significantes, aquilo que retrata melhor a sua organização sequencial e que se apresenta como a melhor síntese da forma estética de uma obra.



## A CRÍTICA CINEMATOGRAFICA E A RELAÇÃO ENTRE CINEMA E SOCIEDADE

A busca pela autonomia da arte moderna em relação à sociedade e a crise que ela enfrentou (ou em certo sentido ainda enfrenta) diante deste compromisso toma proporções bastante peculiares neste momento histórico, mas isso deriva, em certo sentido, da sua própria forma de constituição enquanto arte. Por um lado, como observamos na Introdução A Uma Estética Marxista (1968), de Lukács, a forma estética é sempre a forma de um determinado conteúdo particular, que por sua vez é aprendido pelo artista mediado pela cultura e pelas relações sociais. Do abstracionismo de Kandinsky na pintura ao realismo de Eisenstein no cinema, dinâmicas de claro e escuro, angústias de sobrevivência ou percepções e elementos oriundos da relação entre o artista e o mundo compõem, com maior ou menor evidência para o interlocutor, a composição das obras, não havendo, na arte, pura forma ou expressão livre das percepções e sentimentos que o artista emprega em seus contornos a partir da sua condição humana – mesmo quando estas percepções dizem respeito a questões que envolvem a própria forma estética, como o sentido do belo e o enfrentamento de sua efemeridade.

No entanto, também é verdade que, para imprimir sobre estes conteúdos particulares a sua subjetividade e sensibilidade em meio ao processo criativo, o artista se distancia relativamente da realidade empírica com a qual ele precisa trabalhar – incluindo aí a sociedade que media a sua apreensão destes fenômenos. A tensão entre o que anima a arte e o seu passado é um traço inerente ao seu processo de constituição, muito embora a obra pronta possa, por vezes, inspirar a ideia de que esta “reproduz” o mundo tal ele existe para além daquilo que cria o artista, algo que no cinema ocorre com bastante frequência. Sem a mediação subjetiva, sem a experiência íntima dos fenômenos através dos quais a obra encontra a sua particularidade, esta não poderia se diferenciar daquilo por que tomou forma, não havendo aí criatividade, forma estética, e conseqüentemente arte. Como nos mostra Adorno (2008), na Teoria Estética:

A arte só é interpretável pela lei do seu movimento, não por invariantes. Determina-se na relação com o que ela não é. [...] Ela especifica-se ao separar-se daquilo por que tomou forma; a sua lei de movimento constitui a sua própria lei formal. Ela unicamente existe na relação com o seu Outro e é o processo que a acompanha (p. 14).

É sob este prisma que precisamos entender as obras de Walter da Silveira e André Setaro no âmbito da crítica de cinema baiana no século XX e o modo como a análise fílmica os levou a uma teorização das películas problematizando a relação entre cinema e sociedade. Em meio ao dilema para o qual convergem debates sobre a relação entre forma e conteúdo, entre estético e extra-estético, ideia e estilo, narrativa e narração, etc., os dois críticos buscaram interpretar a forma do filme e, para isso, precisaram sair da questão meramente técnica para buscar nele o con-



teúdo, a política, as questões humanas. Daí, foi que se tornou possível retornar ao diálogo com a forma e tentar estabelecer alguns critérios ou propostas voltadas não apenas para a afirmação do caráter de arte dos filmes como também para a relevância social e política de sua existência. Se para construir suas narrativas os cineastas atravessam estas temáticas sem, no entanto, sucumbir a elas, o que as torna elemento fundamental para a compreensão do arranjo que eles elaboram nos filmes, a crítica de Setaro e Walter exerce o interesse pelos enigmas da sua forma estética interpretando a sua presença e importância para a constituição das películas.

Em Walter da Silveira, como pudemos observar, a concepção ou a “ideia” do filme, o modo e como o artista imprime nele uma visão de mundo atenta para o caráter político ou social da experiência do indivíduo na vida moderna é um preceito elementar da sua forma de entender o cinema. Para fazer o filme, segundo Walter, o artista não precisa estar atento apenas à problemática da relação com a indústria, à sua condição de mercadoria, mas também ao olhar crítico sobre o mundo que o cineasta precisa imprimir no filme. As diferenças percebidas por ele em relação ao Carlitos de Luzes da cidade e Tempos modernos, neste sentido, destacam em Chaplin uma forma de construção de um tipo de personagem no cinema menos perdido e inconsciente de seu drama e mais permeado pela experiência das suas condições sociais objetivas, da sua existência como alguém que vive a dificuldade de encontrar sua liberdade em meio a uma vida de exploração do trabalho e sem recursos materiais para sobreviver. Sua visão sobre o cinema de Antonioni também é, neste contexto, reveladora: o diretor se destacaria sobretudo pelo modo como, enfrentando a questão do erotismo, do amor e da exacerbação erótica, projeta criticamente o puritanismo e as contradições da sociedade burguesa.

Setaro, por outro lado, desenvolveu a sua crítica de cinema buscando priorizar mais a forma. Apesar de seguir a tendência francesa de Truffaut, da revista francesa Cahiers du Cinema e a referência do próprio Walter da Silveira – sobretudo com a ideia de que o cineasta deve ter uma visão de cinema aliada a uma visão de mundo – o traço que mais embasa sua análise fílmica é sempre o modo como o artista organiza a sua narrativa em torno do tema tratado, e não o tema propriamente dito, a relevância social da história ou da narração que a obra carrega consigo. Entusiasta do cinema de autor de meados do século XX, o ensaísta coloca Antonioni no rol dos grandes diretores não apenas por tocar em temas absolutamente sensíveis ao mundo contemporâneo, como a questão da comunicabilidade, mas também por criar uma estética própria para expressar estas questões, sem a qual, como acredita, elas não teriam ganhado a mesma profundidade política a partir do diretor italiano. De geração em geração, os trabalhos de Chaplin, Dreyer, Bergman, Antonioni, Glauber e tantos outros se somariam a um repertório extenso de técnicas e meios para expressar as angústias humanas na imagem do filme e esta acumulação, para além de todas as diferentes temáticas para as quais eles apontaram, seria o fundamento real da linguagem do cinema.

As duas visões sobre o cinema têm, certamente, lacunas e contradições. De



um lado, exigência do envolvimento político e crítico para a produção de um filme faz Walter da Silveira incorrer no erro de especular critérios de exequibilidade para a produção cinematográfica, algo que a própria arte procura em sua época negar a todo custo. Por outro, Em Setaro, a negação do caráter mimético da imagem do filme o faz esquecer que é justamente daí que se obteve historicamente a visibilidade dos indivíduos travando experiências na vida cotidiana – como observamos na maneira como o elemento da vertigem de altura se torna em Hitchcock uma metáfora para a insegurança em relação à linha que separa o real e o imaginário.

Contudo, sem termos aqui a pretensão de resolver ou mesmo aprofundar estas questões, o importante é perceber que se ao buscarem interpretar a linguagem dos filmes, estes críticos converteram a relação entre os indivíduos e as condições sociais objetivas em um pressuposto seminal de análise fílmica, indo além da mera interpretação ou facilitação do acesso da narrativa fílmica ao público. Eles retiraram, partindo do jornalismo e da crítica cinematográfica, reflexões importantes sobre o que o cinema é enquanto arte, de que maneira se coloca nele esta dinâmica entre a arte e a sociedade, recorrendo a outras referências na história, na filosofia, nas ciências sociais e em outros campos do saber quando necessário. As contradições presentes na dificuldade de Walter da Silveira em perceber forma e conteúdo dialeticamente, como momentos recíprocos, e a tendência de Setaro em se distanciar do caráter mimético do filme para realçar a importância da forma, são, em diversos aspectos, parte da contradição que a própria arte vive na modernidade. A qual, por sua vez, consiste em ver se desenvolverem largamente as técnicas e estéticas em sua forma ao mesmo tempo em que seu sentido para si mesma se esvai em meio à busca pela independência absoluta diante daquilo que se lhe apresenta como real. Além disso, carece nos críticos o interesse por aprofundar as condições sociais nas quais os cineastas produzem suas obras, problematizando aí o cinema como uma arte que não apenas representa o mundo social como também é condicionada pela história, pelas contradições materiais, pelo imaginário e pela ideologia.

No entanto, é certamente possível notar que, nestes casos em particular, o ensaísmo presente na crítica cinematográfica não se reduziu ao mero papel de estabelecer juízos sobre a adequação das obras à sua proposta autoral. Ela fez da relação entre arte e sociedade um caminho de aprofundamento sobre o caráter socialmente condicionado do cinema, o modo como ele mesmo, e não apenas os fatos apontados nos próprios filmes, são fenômenos que mantêm com a cultura e a vida social uma relação dialética. Afinal, apesar das contradições, estes dois ensaístas extraíram suas reflexões muito a partir do modo como a produção fílmica seria algo que apontaria para o mundo social e, ao mesmo tempo, estaria condicionada pelas dinâmicas de transformação que perpassam a vida em sociedade.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em meio ao exercício da análise fílmica, a crítica de cinema levou Walter da Silveira e André Setaro a problematizar a linguagem cinematográfica a partir da sua relação com a sociedade. Se a própria crítica de cinema nasceu da crise da arte moderna gerada pelo amplo desenvolvimento de sua forma e, conseqüentemente, de sua relativa incomunicabilidade com o público, a crítica age na contramão deste fenômeno, fazendo da relação entre a arte e sociedade não apenas algo que a afirma enquanto arte mas, além disso, algo que estrutura a interpretação de seus enigmas.

Este trabalho, todavia, os levou para além da crítica cinematográfica e do ensaísmo. Walter da Silveira fez da reflexão sobre a relação entre a política e os problemas sociais uma prerrogativa de todo cinema que se pretenda imerso nas questões humanas mais profundas, sendo ele um dos grandes responsáveis pelo fomento e pela reflexão sobre as possibilidades oferecidas por este gênero à cultura na Bahia. André Setaro, por sua vez, enquanto crítico, professor e teórico do cinema, dá seguimento à tarefa de fomentar as discussões sobre o cinema enquanto arte no estado, difundindo as particularidades de sua linguagem e analisando as produções que, para além de abordarem temáticas relevantes, deixaram um legado estético para aqueles que se interessam por esta arte visual. Algo que nos mostra como a crítica cinematográfica baiana do século XX acompanhou o largo desenvolvimento das técnicas e práticas no cinema e nos ajudou a compreender e que, longe de ser um ponto de crise, o enfrentamento da sua relação com a sociedade se apresenta na arte e em particular no cinema como um princípio seminal de seu processo de constituição.

## REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W. Teoria estética. Lisboa: Edições 70, 2008.
- ARGAN, Giulio Carlo. Arte e crítica de arte. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.
- BALÁZS, Béla. L'homme visible et l'esprit du cinéma. U.E.: Circé, 2010.
- CARVALHO, Rafael Oliveira. Walter da Silveira e a crítica de cinema na Bahia: entre o texto e o contexto. 2018. 136f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018. Orientador(a): Profa. Dra. Regina Gomes Souza e Silva.
- COTRIM, Tamara Chéquer. Festivais e Mostras de cinema na Bahia contemporânea: Memória e processos de formação cultural. 2017. 210f. Dissertação (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2017.
- LESSA, Rodrigo Oliveira; BISPO, Bruno Villas Boas; CERQUEIRA, Filipe Santos Baqueiro. Crítica Cinematográfica na Bahia do século XX: os olhares de Walter da Silveira e André Setaro sobre a relação entre cinema e sociedade. Teoria e Cultura, Juiz de Fora, v. 14, n. 1, p. 70-86, 2019.
- LUKÁCS, Georg. Estética IV: cuestiones liminares de lo estético. Barcelona: Grijalbo, 1966.





LUKÁCS, Georg. Introdução a uma estética marxista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 1968.

LUKÁCS, Georg. Marxismo e teoria da literatura. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MELO, Izabela de Fátima Cruz. Cinema, circuitos culturais e espaços formativos: novas sociabilidades e ambiência na Bahia (1968-1978). 2018. 224f. Tese (Doutorado em Ciências) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 2018.

SETARO, André. Escritos de cinema: trilogia de um tempo crítico vol. 1. Salvador: EDUFBA, 2010a.

SETARO, André. Escritos de cinema: trilogia de um tempo crítico vol. 3. Salvador: EDUFBA, 2010b.

SILVEIRA, Walter da. Walter da Silveira: o eterno e o efêmero v. 2. Salvador: Oiti, 2006a.

SILVEIRA, Walter da. Walter da Silveira: o eterno e o efêmero v. 3. Salvador: Oiti, 2006b.

SILVEIRA, W. da. Fronteiras do cinema. Rio de Janeiro, GB, Brasil: Edições Tempo Brasileiro, 1966.



## CAPÍTULO 21

# **HISTÓRIA, ECONOMIA E POLÍTICA INTERNACIONAL CONTEMPORÂNEA, REALISMO, IDEALISMO, GUERRA E COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO: ENTRE O AMOR E A BOMBA**

HISTORY, ECONOMY AND CONTEMPORARY INTERNATIONAL POLICY, REALISM, IDEALISM, WAR AND DEVELOPMENT COOPERATION: BETWEEN LOVE AND THE BOMB

**Cosme Oliveira Moura Junior**  
**Bianca Rafaelle Vieira Serra Moura**  
**Gabriel Nava Lima**

## Resumo

Este artigo discorre sobre a trajetória histórica da cooperação internacional, assim descrevendo reflexivamente o surgimento da AOD no contexto do Pós-Segunda Guerra, sua evolução para um paradigma geoestratégico consolidado na Guerra Fria, passando pela década de 80 e a ascensão gradativa de fenômenos como a desmilitarização, o fim da Guerra Fria, a gradativa redução dos recursos de Ajuda, o delinear da cooperação sul sul, o surgimento da importante atuação dos atores não-estatais. Por fim, analisamos a década de 90 como período de transformação paradigmática em que a cooperação será influenciada pelas concepções neoliberais de enxugamento do Estado, participação de capitais privados, intensificação da atuação das ONGs, consolidação dos valores da boa governança e eficácia da Ajuda. E findamos a análise nos anos 2000 em que a cooperação reveste-se de um âmbito paradoxal, por um lado países de renda média começam a intensificar a Cooperação Sul Sul baseada na parceria horizontalizada, por do outro lado o resurgimento da cooperação como mecanismo geoestratégico de segurança nacional, a tendência da AOD como combate ao terrorismo (pós 11 de setembro). Verificamos ainda o fenômeno chamado pelo CAD de “proliferação dos doadores” e uma tendência gradativa de redução de AOD para países de renda média.

**Palavras-chave:** Ajuda Oficial para o Desenvolvimento. Países de Renda Média. Cooperação. Cooperação sul sul. Atores não-estatais. Proliferação dos doadores

## Abstract

This paper discusses the historical trajectory of international cooperation, thus reflexively describing the emergence of ODA in the post-war context, its evolution to a geostrategic paradigm consolidated in the Cold War, going through the 1980s and the gradual rise of phenomena such as demilitarization, the end of the Cold War, the gradual reduction of aid resources, the delineation of south-south cooperation, the emergence of important non-state actors. Finally, we analyze the 1990s as a period of paradigmatic transformation in which cooperation will be influenced by neoliberal conceptions of state shrinkage, participation of private capital, intensification of NGO activities, consolidation of good governance values and aid effectiveness. And we end the analysis in the 2000s when cooperation is paradoxical, on the one hand middle-income countries begin to intensify South-South Cooperation based on the horizontal partnership, on the other hand, the resurgence of cooperation as a geostrategic mechanism of cooperation. national security, ODA's tendency to combat terrorism (post-September 11). We also note the phenomenon called by the DAC “donor proliferation” and a gradual trend towards ODA reduction for middle-income countries.

**Keywords:** Official Development Assistance. Middle Income Countries. Cooperation. South south cooperation. Non-state actors. Donor Proliferation



## 1. INTRODUÇÃO

Este artigo é uma proposta de análise histórica sobre o surgimento e evolução da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID), tentando interpretar e enfatizar os processos de mudança na sociedade internacional e seus reflexos na composição do sistema de cooperação internacional.

Deste modo, iniciamos o artigo com uma discussão sobre o nascimento da cooperação internacional no âmbito do pós-Segunda Guerra Mundial através do Plano Marshall e mais tarde de ajuda ao desenvolvimento aos países subdesenvolvidos como combustível de desenvolvimento econômico. Neste contexto analisamos algumas perspectivas *keynesianas* de modernização e as influências da geoestratégia como marco condicional da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento.

Seguimos as argumentações analisando a CID na década de 80, período considerado perdido para cooperação internacional, mas fizemos o uso de estudos como Surasky (2011) e Afonso (2005), que apesar de concordarem e comprovarem com dados da OCDE a redução de recursos para AOD, demarcam pontos importantes ocorridos neste período que afetaram o sistema de cooperação internacional, entre eles: o aparecimento das ONGs, o debate e a intensificação da Cooperação Sul Sul, o fim da Guerra Fria e a queda da geoestratégia como marco condicional da AOD.

Já nos anos 90, a marca na cooperação internacional foram os debates sobre novas condicionalidades, a eficácia na ajuda, políticas neoliberais e ascensão de capitais privados como recursos para CID, consolidação da participação de atores não-estatais no âmbito da cooperação e o surgimento de um debate sobre a necessidade de maior coordenação e controle na Ajuda. Tais elementos serão o combustível que fomentará as mudanças paradigmáticas nos anos 2000, onde se intensificam as conferências e reuniões sobre mecanismos de eficácia da ajuda, boa governança, novas relações entre doadores e receptores (a parceria), o aumento do papel da CSS através da participação efetiva de Países de Renda Média (PRM) na promoção de cooperação, e ainda uma nova securitização da cooperação após os atentados ao *World Trade Center*.



## 2. INÍCIO DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO: O PARADIGMA TRADICIONAL E O FUTURO ENDIVIDAMENTO NO MUNDO PÓS-BIPOLAR

A cooperação internacional para o desenvolvimento surgiu no pós-segunda Guerra mundial com a iniciativa norte-americana de reconstrução da Europa a partir do pacote de ações chamado Plano Marshall. Deste modo, iniciava-se a história da cooperação internacional para o desenvolvimento caracterizada por ações de execução direta, pela ideologia *keynesiana*, pela relação de doação direta entre estados (bilateral) e centrada diretamente nos fatores econômicos de reforço da indústria, comércio e infraestrutura produtiva.

É neste contexto que nasce a OCDE<sup>1</sup> (antes denominada OECE) nitidamente baseada nas teorias do crescimento econômico *keynesiano* e teorias de modernização para implementação da estabilidade. (AFONSO & FERNADES, 2005)

A concepção *keynesiana* consistia na idéia de que o Estado teria que intervir na economia para criar condições favoráveis à produção de capital e para verter esse processo para o desenvolvimento. É importante destacar que no pós-guerra entendia-se desenvolvimento como o processo de transição de uma sociedade tradicional (artesanal e agrícola, com baixa economia de mercado) para uma sociedade urbano-industrial, portanto desenvolver-se era transmutar-se a uma economia de mercado industrializada (ESTEVA,2000).

Santos e Carrion (2011) inserem essas primeiras ações de cooperação internacional no chamado "paradigma tradicional" da cooperação. Este teria como base de ação as Ajudas Oficiais para o Desenvolvimento, em que a execução de projetos era direta (projetos já construídos pelos Estados doadores que ainda forneceriam o corpo técnico de implementação), as doações eram bilaterais, o critério de elegibilidade era geoestratégico. Pode-se afirmar, utilizando a interpretação realista, que estamos diante da cooperação do mundo bipolar, em que as relações de poder são menos instáveis e inesperadas, pois na bipolaridade ou a área de influência faz parte de meu "credo", é meu aliado, ou é meu inimigo. Deste modo, a cooperação internacional para o desenvolvimento na Guerra Fria constituiu-se como forma de angariar aliados contra o bloco contrapósitor, no caso a URSS, como numa relação de soma zero e com base na teoria da balança de poder.

---

1 Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

A cooperação era um meio de equilibrar vantagens estratégicas e manter zera-da a balança de poder entre as forças antagônicas do bloco norte-americano versus o bloco soviético. É exatamente esta motivação estratégica que predomina no paradigma tradicional de cooperação. Além disso, pode-se afirmar que este primeiro passo da C.I D. foi fortemente marcado por relações assimétricas de poder muito bem definidas, ou seja, os Estados doadores eram as nações do eixo norte e as nações receptoras eram as do eixo sul que fossem eleitas como zona geoestratégica importante no tabuleiro internacional.

Fica claro que a CID, parafraseando Clausewitz, é um instrumento de política e dominação por outros meios. Gostaria de enfatizar que a CID quer seja humanitária, misericordiosa, de solidariedade, não podemos ser românticos, estas iniciativas são sim instrumentos de política. Isto não retira a relevância da cooperação, mas deixa evidente seu realismo paradoxal, como diria a letra da música *ASK* do *The Smiths*: “se não for o amor, será a bomba que nos manterá unidos<sup>2</sup>”, ou melhor, será a bomba que nos fará cooperar, fato concretizado no pós *World Trade Center*, a cooperação securitizada, veremos este fenômeno mais à frente.

As AOD para países receptores tiveram fonte de inspiração no sucesso do Plano Marshall na reconstrução da Europa, ou seja, ações vinculadas à construção de infraestruturas econômicas industriais e de mercado. Deste modo, o modelo de cooperação para o desenvolvimento do mundo bipolar adotava um padrão europeu, para assim injetar capital nas economias periféricas e atuar na modernização destas sociedades tradicionais no intuito de obter o mesmo sucesso do Plano Marshall. De início, somente a injeção de capital (como defendiam os keynesianos) não obteve o sucesso necessário, momento em que se inicia uma nova estrutura de projetos de cooperação, chamados de “projetos setoriais” em que se passa a apoiar projetos de industrialização, construção de infraestruturas nos países subdesenvolvidos, como rede de hospitais, estradas, portos, educação etc.

Estes projetos setoriais e o processo de modernização estrutural geraram no futuro (anos 80) um amplo processo de endividamento e de dependência tecnológica e energética dos países subdesenvolvidos, característica da AOD que, atualmente, é amplamente criticada por gestores de cooperação internacional, inclusive técnicos de nível sênior do FMI, como afirma Sundaram (2011)<sup>3</sup>, por desvirtuar a idéia de gerar desenvolvimento, pois o que vinha gerando era dependência e endividamento.

Mas como antes, grande parte da assistência oficial ao desenvolvimento bilateral tem sido condicionada ou empregada visando projeto dos doadores, em vez de destinar-se ao fortalecimento de orçamentos nacionais. A ajuda vinculada exige que o país beneficiário gaste os montantes recebidos no país doador, muitas vezes adquirindo bens e serviços superfaturados ou agregados a assistência desnecessária. (SUNDARAM, 2011)

2 Because if it's not Love/ Then it's the bomb, the bomb, the bomb/The bomb, the bomb, the bomb, the bomb/ That will bring us together.

3 Jomo Kwame Sundaram é secretário-geral adjunto das Nações Unidas para Desenvolvimento Econômico, texto traduzido pelo jornal O Valor Econômico.



Adentremos, portanto, na década de 80, onde a antiga CID geoestratégica converteu-se em dívida extrema.

### 3. A DÉCADA DE 80 PÓS-GUERRA FRIA: E QUANDO A AJUDA SE TORNA DÍVIDA

A década de 80 será marcada por mudanças estruturais no tabuleiro das relações internacionais, entre elas a gradativa redução de financiamentos à cooperação gerada pela crise do petróleo e endividamento dos Estados, ascensão dos ideais de desregulamentação e abertura econômica dos países subdesenvolvidos como estratégia de combate à crise fiscal e de modernização, processos de redemocratização e fim de ditaduras. Em 1989 a Guerra Fria chega ao fim.

Enquanto na Alemanha comemora-se a queda da “cortina de ferro”, os noticiários mostram a crise de hiper-inflação nos países latino-americanos. Nestes a inflação atingia níveis absurdos. No Brasil, por exemplo, a hiperinflação era “comemorada” sarcasticamente pelo jornal O Diário do Nordeste, em janeiro de 1988, como uma “medalha no peito, a inflação é nossa”, momento em que a inflação atingiu a marca de 484,5% ao mês. Pode-se afirmar que estes processos ocorridos durante a década de 80 produziram mudanças estruturais no sistema internacional. Fato que gerou mutações gradativas na configuração da CID<sup>4</sup>, fundamentalmente no que tange aos objetivos da Ajuda, que passam de combate a pobreza e estimulador de desenvolvimento, foco das décadas anteriores, para o foco dos Programas de Ajustes Estruturais do FMI e BM.

Conforme Halliday (2007), o fim da Guerra Fria representaria o desmoronamento de um sistema hegemônico de distribuição de poder bipolarizado. Além disso, outro agravante foi o surgimento de mais vinte novos Estados independentes no mundo, e muitos passariam de agentes doadores de Ajuda para receptores. Estes dois fenômenos geraram o que o autor chamou de incerteza na esfera das relações internacionais. Estas incertezas atingiram inclusive o critério geoestratégico de elegibilidade para concessão de CID. É deste modo que nascem novos “credos” liberais, como enfatiza Polanyi (2000), neste caso a desregulamentação do mercado e a abertura das economias do terceiro mundo: O Consenso de Washington.

Surasky (2011) afirma que o FMI consolida a condicionalidade econômica de ajustes estruturais para o recebimento de recursos e financiamentos (Programas de Ajustes Estruturais). Tais ajustes consolidavam uma perspectiva de deixar de lado a satisfação e o bem estar da população e colocar em seu lugar a prioridade da estabilidade macroeconômica dos estados subdesenvolvidos receptores de financiamentos. Esta mudança paradigmática teve como ponto culminante o Consenso de Washington que consistiu na elaboração de propostas de ajustes estruturais para os países da América Latina.

4 Cooperação Internacional para Desenvolvimento



Até então, majoritariamente, a CID era gerenciada e implementada por projetos dos Estados doadores tradicionais através de acordos bilaterais. A partir de então, o sistema de cooperação internacional começa a abrir espaço para os novos atores e sujeitos internacionais e assim emerge, gradativamente, a cooperação distribuída por instituições não-estatais: a cooperação multilateral e triangular. As bases do chamado “paradigma moderno” da cooperação começam a se delinear na década de 80, apesar da redução do fluxo de recursos para financiamento e a dificuldade de ações coordenadas pelo fato da incerteza de recursos geridos pelas nações doadoras.

A redução de recursos foi agravada pelos efeitos das crises fiscais, inflacionárias e do petróleo nos países doadores, além é claro do fato, que no pós-guerra fria (1989) a desmilitarização e o fim da necessidade geoestratégica da ajuda foram fatores desmotivadores de países como Estados Unidos e Canadá (AFONSO, 2005).

Os anos 80 são conhecidos como a década perdida do desenvolvimento: recessões econômicas e mesmo crescimento negativo na América Latina, fome e miséria humana em África. A condicionalidade econômica e os seus supostos resultados conduziram a um debate intenso sobre as pretensões da Ajuda, intensificando-se os estudos sobre a sua eficácia (AFONSO, 2005, p.31).

Surasky (2011) deixa claro que apesar da década de 80 ser considerada perdida, foi o período em que os países subdesenvolvidos lançaram “as pedras fundamentais” para a estrutura atual da Cooperação Sul Sul:

El primer paso se habia dado por la Conferencia de las Naciones Unidas sobre Cooperación Técnica entre los Países em Desarrollo (CTPD) realizada em 1978 [...] seguida por la Conferencia sobre Cooperación Económica entre Países em Desarrollo (CEPD)[...] em 1981. Dos años mas tarde se creaba el Fondo Pérez-Guerrero para La cooperación por El G77 y el Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD) (SURASKY, 2011, p.5).

De modo geral, a década de 80 foi marco de mudanças estruturais no sistema internacional e das configurações das relações internacionais. De um mundo, centrado na bipolaridade (um tabuleiro de xadrez) passa-se para uma sociedade internacional fragmentada, globalizada, cada vez mais interdependente e com relações de poder multipolares<sup>5</sup>, fato que para os realistas é fundamento de instabilidade e incerteza. Por conta destas últimas, o sistema internacional de cooperação sofrerá algumas reduções nos financiamentos e transmutará sua condicionalidade geoestratégica para outros fatores de ajustamentos estruturais que serão ainda mais enfatizados nos anos 90.

Somando-se ainda ao novo paradigma de cooperação as ONGs e organizações da sociedade civil iniciam sua trajetória de fornecedoras e implementadoras de cooperação mais eficientes e céleres. As crises da década de 80 e as reflexões sobre o papel da Ajuda de cunho keynesiano, do período da Guerra Fria no real

5 como afirma **Axelord (1981)**, centrado na instabilidade do dilema do prisioneiro





desenvolvimento, revelaram a necessidade de modificações na eficiência e eficácia da aplicação das CIDs.

#### **4. ANOS 90: APROFUNDAMENTO DOS AJUSTES E PARCERIAS, MODERNIZAÇÃO DA COOPERAÇÃO**

O “credo” neoliberal expande-se após o Consenso de *Washington* e queda da URSS. O pensamento crítico e alternativas ao desenvolvimento via ajustes estruturais praticamente são anulados pela utopia de democratização global e mercado auto-regulado. Deste modo a década de 90 será substanciada pela consolidação de planos de combate à dívida gerenciados pelo Banco Mundial e FMI. Por meio deste paradigma, economias até então planejadas e controladas pelo Estado passam à desregulamentação e abertura de mercado.

Estas variáveis aprofundam falências de mercados locais, desemprego, aumento da miséria e instabilidade severas nos países latino-americanos (1997), assim como a crise asiática.

A temática da governança torna-se fator preponderante na análise e concessão de APD (Ajuda para o Desenvolvimento), pois os países doadores começam a perceber que era ineficiente e com poucos resultados a concessão de recursos para países que tinham problemas de gestão de problemas coletivos. Desta maneira, países com amplas disfunções burocráticas, problemas com direitos humanos e precário sistema democrático, eram, aos poucos, considerados incapazes de gerar resultados eficientes no uso de recursos de APD.

Neste clima, em 1994 o CAD publica novas recomendações e regras para concessão e gerenciamento de APDs deixando evidenciada na agenda internacional a valorização da necessidade de controle local da gestão de recursos para desenvolver capacidade nacional sustentável de longo prazo. Com isso, apoiava-se apenas países com capacidade de governança, ou seja, países eficazes na gestão de recursos para gerenciar problemas coletivos com “abordagens mais participativas na definição das políticas econômicas e sociais de redução da pobreza” (AFONSO, 2005, p.33).

Além disso, a OCDE reafirma a concepção de que a APD deve ser promotora de eficácia e boa governança e deve interagir com fluxos privados de capital. Por outro lado, a Ajuda passa a ter como foco setores pouco privilegiados pelo mercado, ou seja, infraestruturas, serviços sociais, saneamento básico. Deste modo, muda-se o foco da APD vinculada a setores econômicos produtivos.

Os recursos para ajuda e cooperação internacional começariam a compor-se de novos doadores, agora fluxos de capitais da iniciativa privada, isso devido à ascensão paulatina da concepção neoliberal de desenvolvimento. O debate recorrente

te era em relação aos limites do Estado e do Mercado quanto ao desenvolvimento. As iniciativas de cooperação internacional começam a intensificar projetos de melhorias de infraestruturas e serviços sociais de base. Emergem ainda, os movimentos locais multiculturais que começam a questionar as fórmulas generalistas de desenvolvimento tradicionalmente vinculadas à modernidade ocidental. Os acordos multilaterais e a atuação de ONGS e movimentos da sociedade civil consolidam-se, além de agentes privados de ajuda.

Surge outro tema na agenda internacional da APD, a necessidade de se levar em conta fatores culturais, étnicos e religiosos como variáveis importantes na gestão de recursos para o desenvolvimento, para evitar que tais intervenções ao invés de gerarem melhoramentos, acabem por desestruturar sociedades em desenvolvimento, alguns exemplos podem ser vistos na África. Não se pode negar que na APD nos anos 90 consolidam-se valores considerados universais pelas agências de cooperação internacional como: a tolerância, a liberdade de expressão, os direitos humanos, a liberdade de ir e vir, o respeito às diferenças. (AFONSO, 2005).

No transcorrer dos anos 90, estudos sobre coordenação e maior eficácia na aplicação de APD, o chamado consenso Pós-Washington Consenso, reencaminham as APDs a estratégias de redução da pobreza (ERP) e a boa governança. Com isso, destes estudos sobre eficácia da Ajuda, nasce a percepção que a APD só é eficaz em países que possuem um “ambiente de boa envolvente política”. A seletividade de países receptores de APD passa a ter como critérios: a boa governança e países necessitados, atingidos pela pobreza. (AFONSO, 2005).

Podemos destacar que nos anos 90 as estratégias de eficácia na ajuda passaram a valorizar o diálogo entre os doadores e os receptores de recursos de cooperação. Nasce daí a concepção moderna de cooperação baseada na parceria e no diálogo entre as partes. Muitos doadores também passaram a exigir ampla participação das organizações da sociedade civil e verteram suas iniciativas para uma gestão centrada nos resultados.

Deste turbilhão de acontecimentos intensifica-se o debate de cooperação sul-sul, ou seja, a relação tradicional, de doadores do norte e receptores do sul, começa a ser desconstruída por uma concepção de parceria horizontalizada. Países como Brasil, Argentina, Chile, Paraguai, Uruguai, começam a dar mais foco a debates de parcerias entre si por meio de cooperação técnica, cooperação científica e cooperação econômica. Um tipo de cooperação mais vinculado com a parceria do que com a obrigação de criar aliados que não me ameacem militarmente. Neste contexto, os países sulamericanos tentam se organizar em processos de integração regional, marcadamente o MERCOSUL.

Conforme Afonso (2005) e dados apresentados em artigo de Surasky (2011), a década de 90 é marcada por uma redução na APD. Apesar de a OCDE ter firmado, em décadas anteriores, com seus membros a utilização de 0.7% do seu PIB em assistência oficial, os números não apontaram para concretização deste objetivo



até os anos 90. Segundo Sudaram (2011):

Quatro décadas atrás, os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) assumiram o compromisso de dedicar 0,7% de seu PIB para a assistência oficial ao desenvolvimento dos países em desenvolvimento. Mas o total em 2010 atingiu apenas US\$ 128,7 bilhões, ou 0,32% do PIB - menos de metade do prometido.

Para fechar os anos 90, pode-se sistematizar as razões de reduções de APD vinculadas a reflexos do fim da Guerra Fria, redução de doadores geoestratégicos como Estados Unidos e Canadá, antigos doadores da URSS convertem-se em receptores, crises asiática e fiscal na América Latina e suas reflexões nos países doadores. Finalizando, verifica-se o aprofundamento de fenômenos como a participação de ONGs e organizações da sociedade civil como agentes importantes na cooperação, a emergência e ampliação da entrada de capitais privados como recursos para a Ajuda e a ascensão dos critérios de "boa governança" como condicionalidade para concessão de recursos como resultantes de reflexões sobre a eficácia da Ajuda.

Nestes termos, iniciemos os anos 2000.

## **5. ANOS 2000: XXI A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL EM ANOS DE ODISSÉIA E EXPLOSÕES**

Os anos 2000 foram marcados por fatos internacionais que refletiram de maneira profunda na cooperação internacional. Anos anunciados por ficções científicas de odisséias espaciais, na verdade foram introduzidos por explosões e atentados terroristas, quedas de prédios e aviões-bomba. Anos ainda, de aprofundamento de questões já discutidas e legitimadas na esfera da CID, como a importância da boa governança e eficácia da ajuda, fato que será alvo de Conferências Internacionais como Monterrey e Marrakesh, onde surge também a securitização da APD, momento em que o Governo Bush deixa bem evidente uma concepção de política internacional de templário pós-guerra fria: o mundo agora está dividido entre bárbaros e civilizados; assim a cooperação internacional será contaminada pela doutrina Bush, de distribuir donativos àquelas nações "convertidas" aos ideais ocidentais *bushianos*.

Voltamos ao que Afonso (2005) aponta como a volta da geoestratégia nos critérios de distribuição da Ajuda. Enquanto isso, países como Brasil e China emergem como "países de renda média" capazes de fornecer recursos para CID com um foco sul-sul. Nestes termos o tabuleiro internacional agora se fragmenta ainda mais, criando maior complexidade no sistema internacional de cooperação.

Os anos 2000 são marcados pela legitimação e ampliação da participação de



atores não-estatais como agentes de cooperação, tendência já nascida na década anterior, mas agora se torna foco: escutar e dialogar de maneira parceira com a sociedade alvo da Ajuda Internacional. Nestes termos, capitais privados também ascendem como patrocinadores de organizações não-governamentais e fundações que injetam recursos em países da África e América Latina (Fundação Ford com programas na América Latina de bolsa de estudos para populações etnicamente excluídas, afrodescentes e indígenas, Fundação Bill e Melinda Gates que implementam Ajuda técnico-produtiva em comunidades africanas e asiáticas para desenvolvimento de agricultura familiar, Fundação Cáritas que também envolve-se com projetos com comunidades africanas e latino-americanas carentes).

Na esfera das organizações privadas são implementadas normas de responsabilidade social como requisitos de inserção em determinados mercados (Social Accountabilty 8000 e Internacional Standartization for organization). Fato que demonstra como o princípio internacional da responsabilidade sócio-ambiental legitima-se como fator de agregação de valor a mercadorias e processos produtivos. Estes valores foram ancorados em princípios das organizações internacionais como a OIT, ONU, UNESCO, UNICEF, OMS, entre eles: valorização dos direitos humanos e democracia, liberdade sindical e civil, valorização da dignidade da pessoa humana e não discriminação, gestão participativa e desenvolvimento sustentável. Podemos verificar que o clima ideológico era consolidar valores internacionais elencados e já tarimbados na cooperação internacional.

Somados a este fenômeno de intensificação de capitais privados na esfera da CID, ocorre o chamado processo de “proliferação dos doadores”, no contexto das declarações de Roma e Paris (AYLLON, 2009), ou seja, a gradativa contribuição financeira de “países de renda média” na implementação e patrocínio de CID.

Las reuniones de Roma y de Paris, así como el proceso de debate y acción sobre eficacia e calidad de la ayuda, fueron afectados por otra de las dinámicas mas recientes en la evolución del sistema internacional de cooperación el crecimiento de las actuaciones de asistencia al desarrollo de una serie de PRM que em sus âmbitos de influencia regional, ganaban um gran protagonismo como oferentes de ayuda. (AYLLON, 2009, p.56)

Neste contexto podemos enfatizar alguns exemplos de CSS promovidos pela China e pelo Brasil. A China, por exemplo, em Cannes prometeu e vem cumprindo a concessão de 100% de acesso ao seu mercado em regime de isenções alfandegárias e de quotas (DFQF) a países menos desenvolvidos, isto em contraposição à cooperação tradicional dos países desenvolvidos, que prometeram em Bruxelas (2001) a isenção de 80% sob o mesmo regime, porém com amplas restrições como afirma Sudaram (2011) pois: “permite que os países importadores barrem os produtos dos países menos desenvolvidos podem ter êxito em exportar”.

Já o Brasil através da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) vem efetivando projetos de cooperação técnico-científica para produção de alimentos e biodiesel na África (Angola, Cabo Verde, Guine-Bissau, Moçambique, Guiné, São Tomé e



Príncipe), por meio da EMBRAPA; projetos de qualificação de recursos humanos, formação profissional, promoção de direitos civis, assistência à saúde, programas de alfabetização etc. Também são destaques as iniciativas nos países que compõem o Cotton 4, para produção de algodão (Benin, Burkina-Faso, Chade e Mali). Outros exemplos são as ações de ajuda humanitária no Haiti; já na América do Sul destacam-se projetos de educação, agricultura, meio ambiente, governança e combate ao crime organizado (ABC, 2011).

De modo geral, a CSS implementada pelos chamados PRM vem contribuindo com uma perspectiva de cooperação mais horizontalizada, ou seja, de troca de experiências e parcerias entres os estados do sul. É lógico que as Ajudas devem ser vistas como uma relação de mútuo interesse, em que as partes da relação recebem benefícios e dividem responsabilidades. Logicamente países como o Brasil não possuem uma tradição imperialista, muito pelo contrário, como enfatiza sua própria Constituição Federal nos princípios Regentes das Relações Internacionais, valoriza institucionalmente a defesa da paz, a igualdades entre os estados, a solução pacífica dos conflitos e acima de tudo: "IX – a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade" (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988, Art 4, Inciso IX). Este fato revela a mudança de paradigma na Ajuda ao se falar de CSS, pois nestas ações de CID há um esforço na implementação de parcerias e co-responsabilidades entre países que compartilham ou compartilham situações problemáticas semelhantes (AYLLON, 2009).

As tendências de discussão sobre eficiência e eficácia da Ajuda se consolidam em conferências e reuniões como a Conferência sobre o Financiamento do Desenvolvimento em 2002, cuja a temática foi analisar as dificuldades e problemas sobre a cooperação para o desenvolvimento. Surge daí uma nova tendência de cooperação, o que foi chamado de Consenso de Monterrey que consistiu: na valorização de parcerias entre estado doador e estado receptor; os ODM como parâmetros mundiais de cooperação; a harmonização e coordenação entre as políticas dos países participantes; a eficácia e a boa governança como medida de avaliação de resultados da Cooperação.

Em 2004, a reunião de Marrakech avançou na implementação de um sistema de medição e análise dos resultados da APD. Já em 2005 convocou-se o 2º Forum de Alto Nivel sobre a Eficácia da Ajuda, o que resultou na Declaração de Paris que elencou um conjunto de compromissos de melhoramento na eficácia da ajuda entre os países doadores (AYLLON, 2010).

Além da consolidação da busca por mecanismos de medição para garantir a Eficácia da Ajuda e a ênfase na boa governança como condicionalidade para a eficácia, a CID sofreu uma mudança paradigmática, ao se tratar da cooperação tradicional, ou seja, a securitização da cooperação no Pós 11 de Setembro. A partir de então a AOD passa a ter como foco o combate ao terrorismo. Deste modo Afonso (2005) revela que:



Os atentados terroristas e a ameaça de bombas de destruição maciça provocaram o regresso ao tipo de política externa associada aos interesses nacionais de segurança e geoestratégicos. Os países ricos tornaram-se mais proactivos na luta contra a pobreza no mundo (AFONSO, 2005, p.38).

Pode-se verificar que a securitização da AOD também foi seguida pelo fenómeno do aumento do fluxo de recursos para a mesma. De um lado, os atentados terroristas afetaram o sistema de cooperação internacional com a perspectiva de segurança nacional e novamente se retoma às condicionalidades geoestratégicas. Fato que revela uma conclusão bem realista: que países ricos, como Estados Unidos motivam-se a cooperar muito mais quando há objetivo político-geoestratégico de interesse nacional. Melhor dizendo, os Estados Unidos ampliaram o fluxo de recursos, conforme Afonso (2005) muito mais por interesses nacionais do que de da crença nas novas perspectivas e tendências da cooperação baseados na co-responsabilidade, diálogo e parceria.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se enfatizar que a trajetória histórica da Cooperação Internacional foi regida por mudanças que refletiam, predominantemente, interesses e perspectivas políticas das grandes nações ricas, isto no chamado contexto da cooperação assimétrica tradicional, que partia da estrutura países ricos doadores e países subdesenvolvidos receptores passivos de recursos de Ajuda. Ajuda esta, considerada fator elementar para alavancar o desenvolvimento alinhado às grandes nações no período de Guerra Fria.

Neste período, fica evidenciado que países como Estados Unidos e Canadá motivavam-se por interesses geoestratégicos e de segurança nacional, muito mais que por uma crença no progresso e desenvolvimento das nações, pois assim que a Guerra Fria chega ao fim (1989) os fluxos de recursos em AOD diminuem drasticamente, principalmente pela redução da ajuda advinda de Estados Unidos e Canadá, fato que será confirmado de maneira ainda mais realista ao se analisar os aumentos de recursos em AOD no pós 11 de Setembro momento em que novamente o interesse nacional de segurança e geoestratégico dos Estados Unidos e países ricos se renova.

Eis que podemos retomar a paráfrase clauzevitiana: eis que a cooperação emerge entre países ricos, em sua maioria, como uma forma de dominação política, ferramenta de política por outros meios. As chamadas altruístas para o desenvolvimento somente ganhariam mais vigor quando tais nações estivessem com seus interesses e seguridade ameaçados. Apesar disso, verifica-se que em meados dos anos 80 atores não-estatais começam a aparecer no tabuleiro do sistema internacional de cooperação, reivindicando eficiência e eficácia, debatendo sobre a necessidade de diálogo, e traços de uma cooperação sul-sul inicia sua atuação.



Destarte, os anos 90 e 2000 vão consolidar a participação efetiva de atores não-estatais e de novas tendências na cooperação mais vinculada à parceria, ao diálogo e à descentralização. Melhor dizendo, décadas em que a cooperação emerge como instrumento de política de parcerias entre países do sul, assim estes reforçam-se em relações políticas regionais, modificando o monopólio do eixo norte-sul. Ao mesmo tempo, a AOD também passa a ser influenciada pela securitização pós 11 de setembro, o que converte ações de cooperação dos países ricos em uma predominância da Ajuda como forma de combate ao terrorismo.

Por fim, fica evidenciada que a cooperação internacional é bem paradoxal e realista como já definimos a partir da música *Ask* do *The Smiths*: se não for o amor (a parceria) será a bomba que nos manterá unidos (a perspectiva de segurança nacional).

## Referências

AFONSO, Maria Manuela; FERNANDES, Ana Paula. **abCD Introdução à Cooperação para o Desenvolvimento**. Lisboa: Oikos, 2005

AGENCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. Cooperação técnica. **ABC**. Disponível em: < <http://www.abc.gov.br/ct/introducao.asp>>. Acesso em: 6 out. 2011.

AGENCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. Cooperação Suls Sul. **ABC**. Disponível em: < <http://www.abc.gov.br/ct/introducao.asp>>. Acesso em: 6 out. 2011.

AYLLON, Bruno P. Brasil em La nueva arquitetura de La cooperación internacional: política exterior e intereses nacionales. **Revista Relaciones Internacionales**. Buenos Aires: Instituto de Relaciones Internacionales (IRI), Nº 38, 2010, p. 53-73

AXELROD, Robert e HAMILTON, William D. (1981). The Evolution of Cooperation. Science, New Series, Vol. 211, No. 4489. (Mar. 27, 1981), pp. 1390-1396. Disponível em: <<http://www-personal.umich.edu/~axe/research/Axelrod%20and%20Hamilton%20EC%201981.pdf>> acesso em: nov, 2011

DIÁRIO DO NORDESTE. Hiperinflação esvazia a mesa dos brasileiros. **Diário do Nordeste Online**. Dez. 2006. Disponível em: < <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=393153>>. Acesso em: 02 nov. 2011.

ESTEVA, G. Desarrollo. VIOLA, A. (comp). **Antropología del desarrollo**: teorías e estudios etnográficos em America latina. Barcelona: PAIDÓS, 2000.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento**. RJ: Paz e Terra, 1974

HALLIDAY, F. Repensando as Relações Internacionais. Porto alegre: UFRGS, 2007.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação: as origens de nossa época**. Rio de Janeiro, Editora Campus, 2000.

SURASKY, J. **Evolución y perspectivas de la cooperación internacional para el desarrollo en los últimos 25 años: una mirada desde el Sur**. Buenos Aires, 2011.

SURASKY, J. La Piedade de Cain: los objetivos de desarrollo Del milênio y La lucha contra La pobreza. **Revista Relaciones Internacionales**. Buenos Aires: Instituto de Relaciones Internacionales (IRI), Nº 37 2009, p. 241-275

SANTOS, Claire Gomes dos; CARRION, Rosinha da Silva Machado. Sobre a governança da cooperação internacional para o desenvolvimento: atores, propósitos e perspectivas. **Revista de Administração Pública**.



Rio de Janeiro: FGV, Nº 45 2011, p.1847-1868.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Best Seller, 1999.

SUNDARAM, Jomo Kwame. Cooperação em tempo de Crise. **Portal ClippingMP**. Nov 2011. Disponível em: < <https://conteudoclippingmp.planejamento.gov.br/cadastros/noticias/2011/11/28/cooperacao-em-tempo-de-crise> > . Acessado em: 01 dez. 2011.







## CAPÍTULO 22

# **ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E INTERAÇÕES ESPACIAIS DA CRIMINALIDADE NO ESTADO DA BAHIA**

SOCIOECONOMIC STUDIES AND SPATIAL INTERACTIONS OF CRIME IN  
THE STATE OF BAHIA

**Maria Madalena Souza dos Anjos Neta**

## Resumo

A violência e a criminalidade são temas cada vez mais debatidos no cenário regional e nacional, pois com a mesma intensidade com que as sociedades desenvolvem-se, ambas, violência e criminalidade crescem atingindo os mais variados segmentos da população. A criminalidade violenta no Brasil, sobretudo os homicídios no espaço urbano, tem crescido de modo acentuado desde a década de 1960, movimento sobreposto ao acelerado processo de urbanização vivenciado nas últimas décadas no país. Hoje a criminalidade atingiu patamares acima da média mundial e desperta a atenção e a preocupação generalizada da sociedade. De acordo com dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), o Brasil é um dos países com maior número de homicídio do mundo, tendo liderado o ranking mundial em 2003, o que coloca o problema na pauta dos maiores desafios a serem superados no cenário nacional. O crescimento da violência e da criminalidade urbana nos últimos anos, impulsionado por fatores sincrônicos que encontram suas raízes na problemática socioeconômica e no contexto histórico/cultural, associado à falência dos modelos tradicionais adotados pelos sucessivos governos na tentativa de conter e reprimir ações criminosas, que via de regra mostram-se ineficientes, têm gerado amplo sentimento de descrença na capacidade das instituições públicas de reter o crescimento da violência e da criminalidade e levado a Segurança Pública a tornar-se um dos assuntos de maior repercussão midiática no País.

**Palavras-chave:** crime, homicídio, jovens, violência.



## Abstract

Violence and crime are increasingly discussed in the regional and national scene, because with the same intensity with which societies develop, both violence and crime grow reaching the most varied segments of the population. Violent crime in Brazil, especially homicides in urban space, has grown sharply since the 1960s, a movement superimposed on the accelerated urbanization process experienced in recent decades in the country. Today crime has reached levels above the world average and awakens the attention and widespread concern of society. According to data from the World Health Organization (WHO), Brazil is one of the countries with the highest number of homicides in the world, having led the world ranking in 2003, which poses the problem in the list of the biggest challenges to be overcome in the scenario national. The growth of violence and urban crime in recent years, driven by synchronic factors that are rooted in socioeconomic problems and in the historical / cultural context, associated with the failure of traditional models adopted by successive governments in an attempt to contain and repress criminal as a rule, are inefficient, have generated a wide sense of disbelief in the capacity of public institutions to retain the growth of violence and crime, and have led Public Security to become one of the most mediated issues in the country.

**Keywords:** crime, homicide, young, violence.



## INTRODUÇÃO

No Brasil, segundo Souza e Medeiros (2015), a concentração da renda exerce muita influência na desigualdade. Segundo os autores, desde 1974, os 10% mais ricos concentram entre metade e 2/3 de toda a renda do país, o que promove intensa desigualdade em relação ao acesso a bens de consumo, serviços de saúde, educação, segurança, lazer e cultura. Outro aspecto relevante com relação à desigualdade brasileira pode ser expresso ainda no fato de que entre os 10% mais pobres, 75% eram pretos ou pardos e apenas 24%, brancos. Em contrapartida, no outro extremo da distribuição, ou seja, entre aqueles 1% que concentram os maiores rendimentos, 15% eram pretos ou pardos, contra 84% de brancos

A violência tem crescido no Brasil desde o início dos anos de 1960. Não é apenas o resultado de profundas mudanças na sociedade, uma consequência inesperada da transição de um governo autoritário para um democrático, mas a persistência, na vigência do regime democrático, de problemas não resolvidos há muito tempo. Dados nacionais sobre crime violento são quase impossíveis de serem obtidos uma vez que o Ministério da Justiça deixou de produzir estatísticas durante o regime militar e essa situação não foi revertida após o retorno ao Estado de direito (CARDIA, 2003).

O único dado acessível, em âmbito nacional é produzido pelo Ministério da Saúde e se refere ao homicídio como causa mortis. Em âmbito estadual, a Secretaria de Segurança Pública é responsável pela produção de dados sobre crimes, inclusive os violentos, porém a qualidade dos dados varia dramaticamente de Estado para Estado, e de período para período. Praticamente não há supervisão das estatísticas criminais produzidas. Uma vez que o crescimento dos crimes é tópico muito importante nas campanhas políticas, os dados divulgados se prestam a toda sorte de manipulações. Não é sem motivo a suspeita generalizada de que os crimes não reflitam a realidade. Ademais, há poucos surveys de vitimização, o que impede observadores de monitorar os dados oficiais.

As estatísticas de homicídios não estão isentas de problemas. Há enormes discrepâncias entre os dados produzidos pelo Ministério da Saúde e os produzidos pelas Secretarias Estaduais de Segurança Pública, o que leva à construção de cenários sociais distintos e, conseqüentemente, contribui ainda mais para dificultar um tratamento objetivo e isento de imprecisões que hoje, apesar de todos os esforços que vêm sendo feitos pelo poder público, ainda caracteriza a compreensão deste grave problema social. O presente estudo tem como proposta investigar os determinantes socioeconômicos da criminalidade na região Sudoeste da Bahia. Se a desorganização familiar é determinante para explicar a criminalidade na Região Sudoeste. E qual a influência da estrutura familiar nas taxas de homicídios. O contraste entre a melhora no cenário socioeconômico e o significativo aumento das taxas de homicídios deixou uma lacuna na explicação sobre as causas do crime na



região nos últimos anos.

Para modelar o fenômeno do crime, partiu-se da Teoria Racional do Crime de Becker e da sua interface com os elementos da Teoria da Desorganização Social. Este artigo abordou a análise econômica da criminalidade, da segurança e da violência a partir do cenário socioeconômico do modelo de Becker e o significativo aumento das taxas de homicídios. Analisou os principais fatores que contribuem para o crescimento da violência urbana, como os fatores socioeconômicos. Para realizar as estimações econométricas foram utilizados banco de dados da Secretaria de Segurança Pública da Bahia – SSP/BA e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. O Índice de Moran foi gerado pelo GeoDa, o GeoDa é uma coleção de softwares desenvolvido para a análise exploratória espacial de dados.

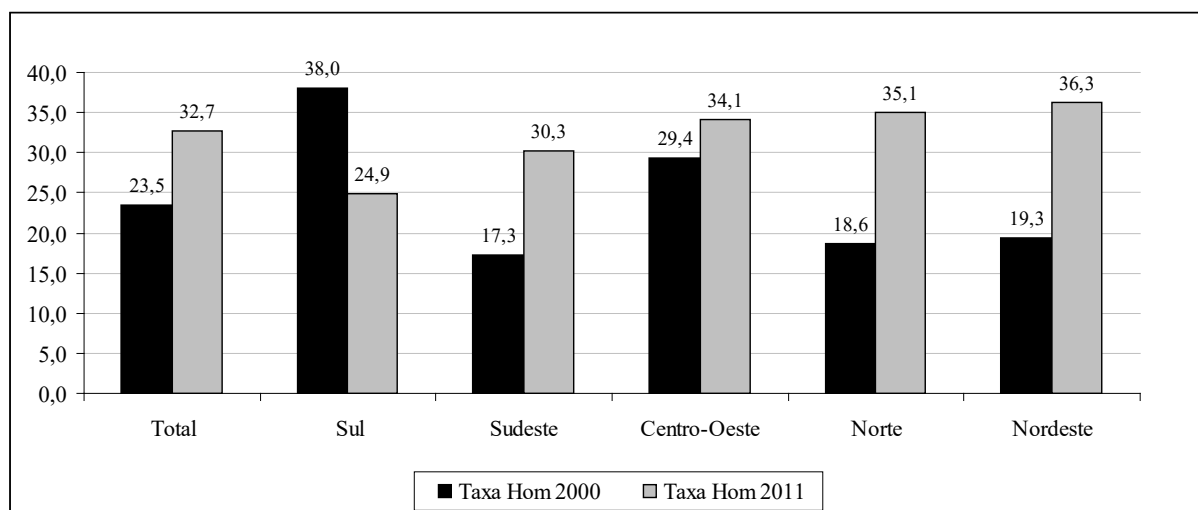
As informações referentes aos crimes de homicídios e apreensão de drogas foram coletadas do banco de dados da Secretaria de Segurança Pública da Bahia no período de 2011 a 2014 para os 39 municípios da Região Sudoeste da Bahia. As variáveis socioeconômicas foram obtidas do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –IBGE para o período de 2000 a 2010, a saber densidade demográfica, PIB per capita, IDHM, taxa de urbanização, população com acesso a água encanada, coleta de lixo, domicílios com energia elétrica, taxa de fecundidade, mães jovens, mães em situação de vulnerabilidade, jovens entre 15 e 24 anos, homens jovens entre 15 e 24 anos. Os resultados indicaram que o problema da criminalidade é mais acentuado entre os jovens. Além das taxas de homicídios serem maiores em faixas etárias reduzidas, notou-se que são nestas faixas etárias encontradas os maiores efeitos de algumas das variáveis sociais e econômicas, notadamente a renda e o desemprego.

O relatório da Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre violência chama a atenção para o grande impacto da violência na saúde da população mundial. Em 2000, cerca de um terço das mortes violentas no mundo foi devido a homicídios (520 mil mortes), e metade foi devida a suicídio (815 mil mortes). Mais de 90% de todas as mortes relacionadas à violência ocorreram em países de baixa ou média renda. O homicídio representou um problema maior na África e na América, enquanto o suicídio teve maior importância na Europa, no Sudeste Asiático e na região do Pacífico Ocidental. Na América, as taxas de homicídios foram quase três vezes maiores que as taxas de suicídios.

Embora admitindo que a noção de comportamento aceitável é influenciada culturalmente, a OMS define violência como “o uso intencional de força física ou poder, sob a forma de ameaça ou real, contra si mesmo, contra outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade, que resulta ou tem uma grande chance de resultar em lesão, morte, dano psicológico, alterações no desenvolvimento ou privações”. O relatório defende que a violência é frequentemente previsível e passível de prevenção, e que os governos devem criar, implementar e monitorar planos para prevenção da violência.

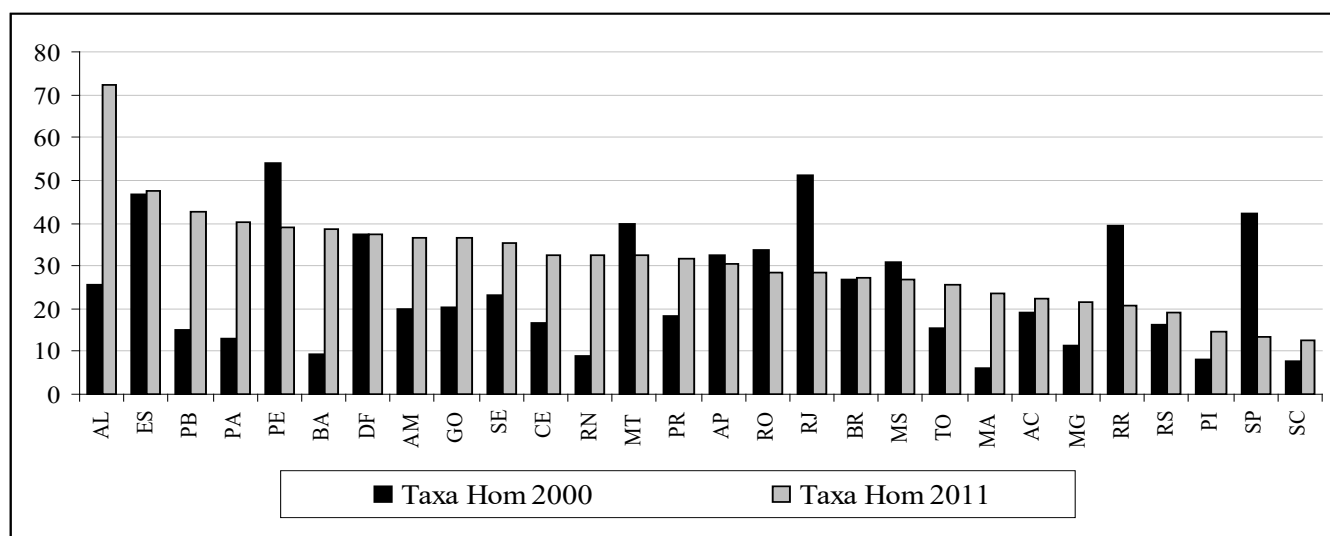
A violência tem alcançado níveis jamais registrados na história do país. Entre 2000 e 2010, o número de homicídios no país aumentou de 45,3 mil para 49,9 mil, o que representou um crescimento de 10,1%. Dentre as regiões brasileiras, a Nordeste passou a ser a mais preocupante, devido ao fato de ter se tornado a região com maior número de homicídios. Entre 2000 e 2010, esse tipo de crime aumentou 96,1% na região, que passou a ser responsável por 36% dos homicídios cometidos no Brasil em 2010, contra 20% em 2000. O estado da Bahia foi um dos que registraram as variações mais significativas do período. O número de homicídios passou de 1.223 para 5.287, uma variação de 332%, a maior entre todas as unidades da federação.

No estado da Bahia, a elevação da violência também reflete o aumento da violência no Brasil, nos últimos anos. Na cidade de Salvador, chama a atenção o fato de que, além de apresentar índices acima da média nacional, no ano de 2014 a cidade passou a ser considerada a 13ª. cidade mais violenta do mundo. A figura 01 apresenta as taxas de homicídios das regiões brasileiras em 2000 e 2011, período em que existem dados comparados para todos os estados. Esta taxa é medida pelo número de homicídios para cada 100 mil habitantes em cada região e é considerada na literatura como um indicador para aferir o nível de violência em um determinado local. É possível observar que houve um aumento da taxa de homicídios no país, de 23,5 para 32,7 nesse período. A única região em que houve redução na taxa foi da região Sul. Em todas as demais regiões houve aumento, com destaque para as regiões Norte e Nordeste, onde a violência quase dobrou. Nessas duas regiões a taxa de homicídios aumentou 88,5% e 87,9%, respectivamente, entre 2000 e 2011. Na região Norte a taxa de homicídios aumentou de 18,6 para 35,1 e na região Nordeste, de 19,3 para 36,3, ou seja, um aumento de 16,5 e 17,0 homicídios para cada 100 mil habitantes, respectivamente, no período. Nas regiões Centro-Oeste e Sudeste o aumento na taxa foi 15,9% e 75,1% respectivamente. O expressivo aumento da taxa de homicídios na região Nordeste deveu-se em grande parte ao aumento da violência em estados como a Bahia.



**Figura 01** – Taxas de homicídios (por 100.000/habitantes) nas grandes regiões do Brasil 2000-2011.  
**Fonte:** Mapa da Violência 2013.

As mudanças nas taxas de homicídios entre as unidades da federação são bastante heterogêneas. De acordo a figura 02, embora o estado de Alagoas tenha se tornado o mais violento do Brasil, com uma taxa de homicídios de 72,2 foi no estado da Bahia onde a violência mais aumentou no período. Neste, a taxa de homicídios apresentou um aumento de 313,2%, saindo de 9,4 homicídios para cada 100 mil habitantes em 2000, para 38,7 em 2011. Os estados de Sergipe e Piauí foram os únicos estados da região Nordeste em que não apresentaram as maiores evoluções nas taxas de homicídios nesse período. Os estados de São Paulo com 67,9%, Roraima com 47,7%, Rio de Janeiro com 44,4% e Pernambuco com 27,6%, foram os que apresentaram as maiores reduções na taxa de homicídios no período analisado.



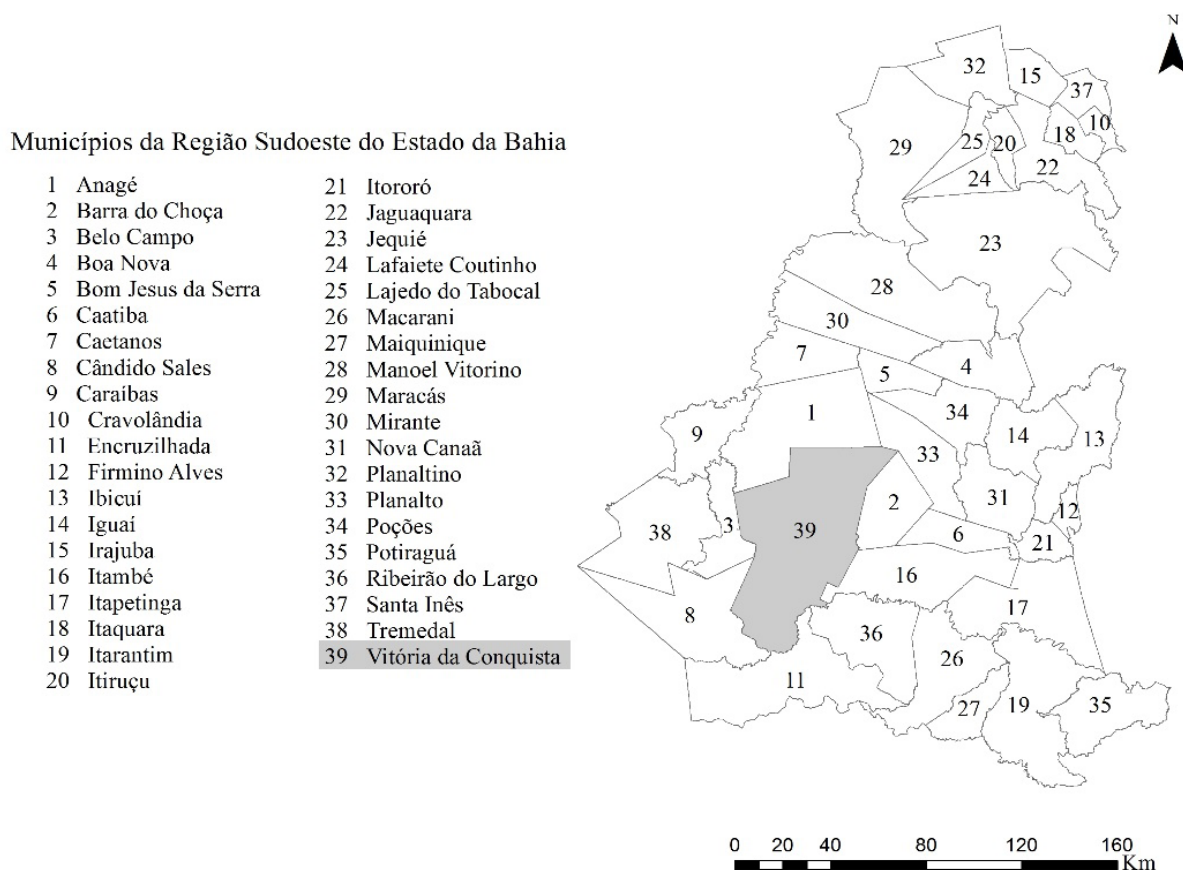
**Figura 02** – Taxas de homicídios (por 100.000/habitantes) por unidade de federação no Brasil 2000-2011

**Fonte:** Mapa da Violência 2013.

Em meio a crescente violência no Brasil. Alguns deslocamentos espaciais na taxa de homicídios foram verificados no período recente. A figura 2 mostra a taxa de homicídios entre os estados brasileiros, em 2000 e 2011. A violência no Brasil se torna um tema complexo devido à heterogeneidade econômica e social das regiões. Logo, a relação entre as taxas de homicídios de diferentes regiões pode contribuir para uma melhor compreensão do aumento da violência no estado da Bahia. Até o momento são poucas as explicações científicas para o deslocamento espacial da violência no Brasil. Algumas evidências apontam para efeitos estatísticos, econômicos, de mudança social e de localização geográfica e migração da atividade criminosa. Para os especialistas, o aumento estatístico no número de homicídios nas regiões Nordeste e Norte deveram-se a melhoria dos registros de mortes do sistema de saúde e dos sistemas de segurança pública. Isso significa que o declínio do sub-registro, por exemplo, teria levado a uma melhora significativa nas estatísticas de criminalidade. Este mesmo movimento observamos na Região Sudoeste da Bahia.

A figura 03 representa a localização dos municípios pertencentes a Região Econômica do Sudoeste da Bahia. A Região Sudoeste é uma das 15 regiões econômicas do estado da Bahia propostas pela Superintendência de Estudos Econômi-

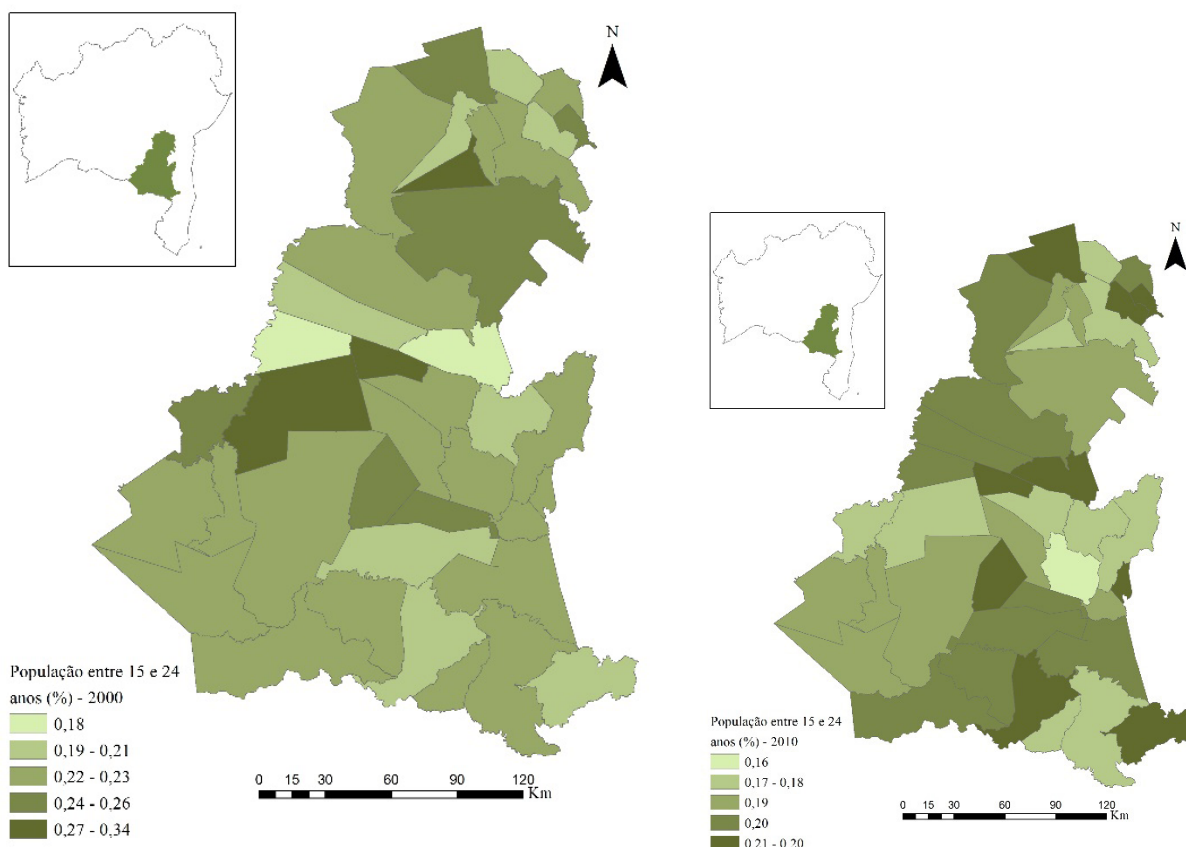
cos e Sociais da Bahia – SEI - BA, a partir das décadas de 1980 e de 1990. Onde se considerou os conceitos de regiões econômicas e influência urbana, destinadas não só a fixação de unidades públicas regionais como de instituições de pesquisa e outros negócios. Pelo critério da SEI, os municípios fazem parte de quatro Territórios de Identidade: Vitória da Conquista, Itapetinga, Médio Rio de Contas, Vale do Jequiriçá. No entanto, nesses territórios de acordo com IBGE existem mais municípios, porém, optou-se por analisar apenas os municípios que compõem a região econômica do Sudoeste da Bahia, que foi o foco deste trabalho.



**Figura 03** - Municípios da Região Sudoeste do Estado da Bahia  
Fonte: Anjos, M.M.S (2019)

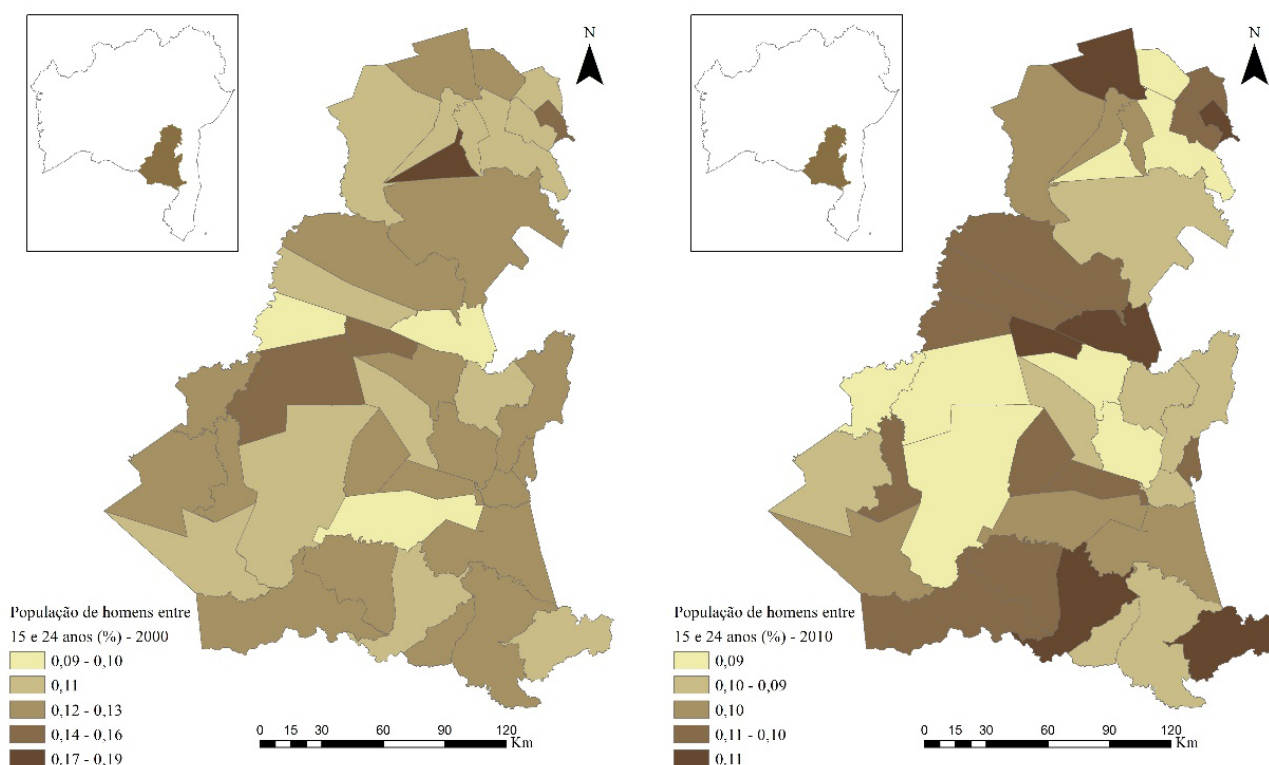
Uma das principais causas da morte provocada ou sofrida pelos jovens é o fato de os grupos criminosos usarem a demarcação territorial como estratégia na disputa por poder. Os mecanismos utilizados por eles para estabelecer limites e demarcação de seus lugares e, por conseguinte, suas fronteiras reais e simbólicas, acabam definindo a sua própria identidade e seu campo de ação.





**Figura 04** - Proporção de jovens entre 15 e 24 anos na população total, municípios da Região Econômica Sudoeste – Bahia, 2000-2010  
 Fonte: Anjos, M.M.S (2019)

O aumento dos índices de violência sofrida e praticada por adolescentes e jovens está relacionado ao envolvimento com gangues, grupos criminosos e quadrilhas. Isso explica por que a violência urbana, se tornou nos últimos anos a principal forma de violência contra adolescentes e jovens no Brasil. Dentre essas formas de manifestação da violência, contudo, as ligadas aos grupos criminosos armados com domínio de território ganham maior dimensão na mídia e provocam maior impacto social.



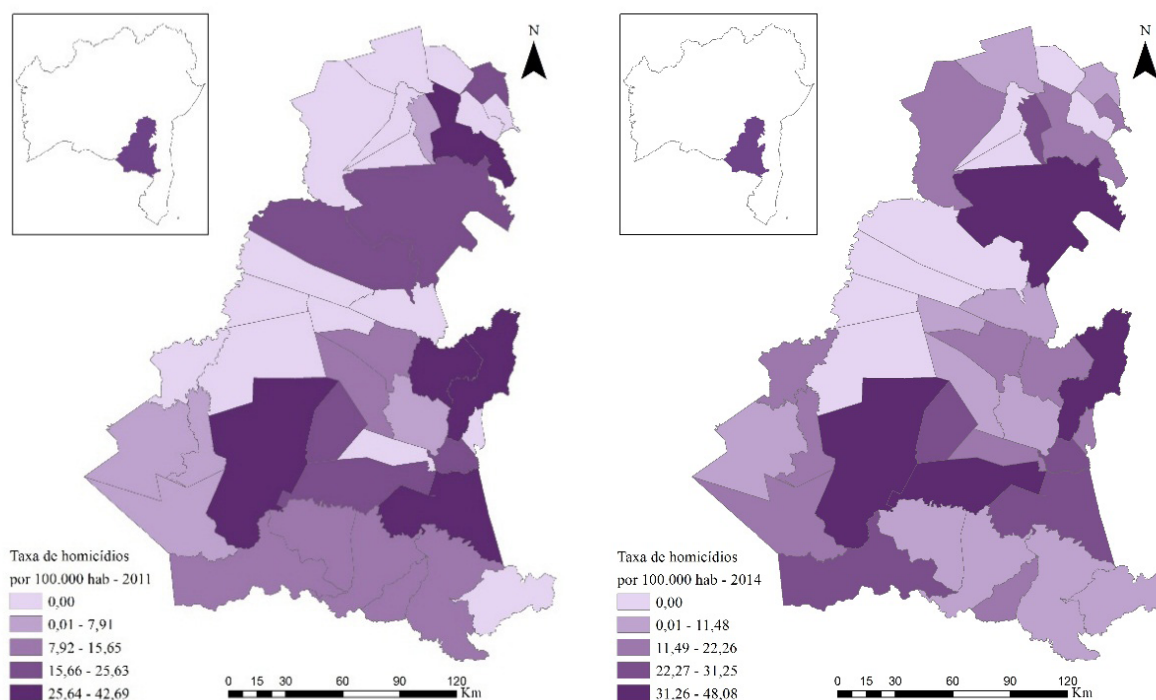
**Figura 05** - Proporção de homens jovens entre 15 e 24 anos na população total, Municípios da Região Econômica Sudoeste – Bahia, 2000-2010  
 Fonte: Anjos, M.M.S (2019)

Considerando que dos 15 aos 24 anos, a vitimização por homicídio alcança seus níveis mais elevados, sendo extremamente importante identificar os determinantes, além daqueles que tradicionalmente são utilizados, para que possam explicar esse padrão. Os municípios que lideram os índices de homicídio juvenil são praticamente os mesmos que apresentam as maiores taxas quando considerado o total de suas populações. Outra característica do perfil das vítimas refere-se à predominância do sexo masculino. A elevada incidência de crimes entre jovens é um fenômeno que também ocorre em países desenvolvidos. Nesses países, segundo pesquisadores norte-americanos, o maior envolvimento de jovens ocorre tanto no lado das vítimas como no dos agressores. Por isso, afirmam que o crime é um comportamento jovem em larga extensão (VIAPIANA, 2006).

Embora os níveis de violência tenham aumentado em toda Região Sudoeste, concentraram-se em determinadas áreas geográficas e grupos sociais, o que aponta para a existência não apenas de uma distribuição desigual do risco de ser vítima de violência como também para uma distribuição desigual dos direitos sociais e civis na região pesquisada.

Por outro lado, cabe reconhecer que as ações violentas não têm como ator

central apenas a polícia e os demais órgãos de repressão. Cada vez mais, elas são produzidas pelos próprios jovens, em especial os integrantes de facções rivais que disputam entre si áreas de influência, mercado e poder. Esse fato amplifica a escala e a gravidade dos conflitos. O envolvimento de crianças e adolescentes em práticas criminosas não é uma particularidade de países com acentuadas desigualdades sociais ou nos quais os direitos sociais não estejam plenamente assegurados à população. Quando analisamos a figura 05 observamos uma redução da quantidade de jovens do sexo masculino entre os anos de 2000 a 2010. Vitória da Conquista (0,108% para 0,090%), Poções (0,116% para 0,086%), Jequié (0,113% para 0,091%) e Itapetinga (0,113% para 0,093%).



**Figura 06** - Taxa de homicídios municípios da Região Econômica Sudoeste – Bahia, homicídios por 100.000 habitantes, 2011-2014  
Fonte: Anjos, M.M.S (2019)

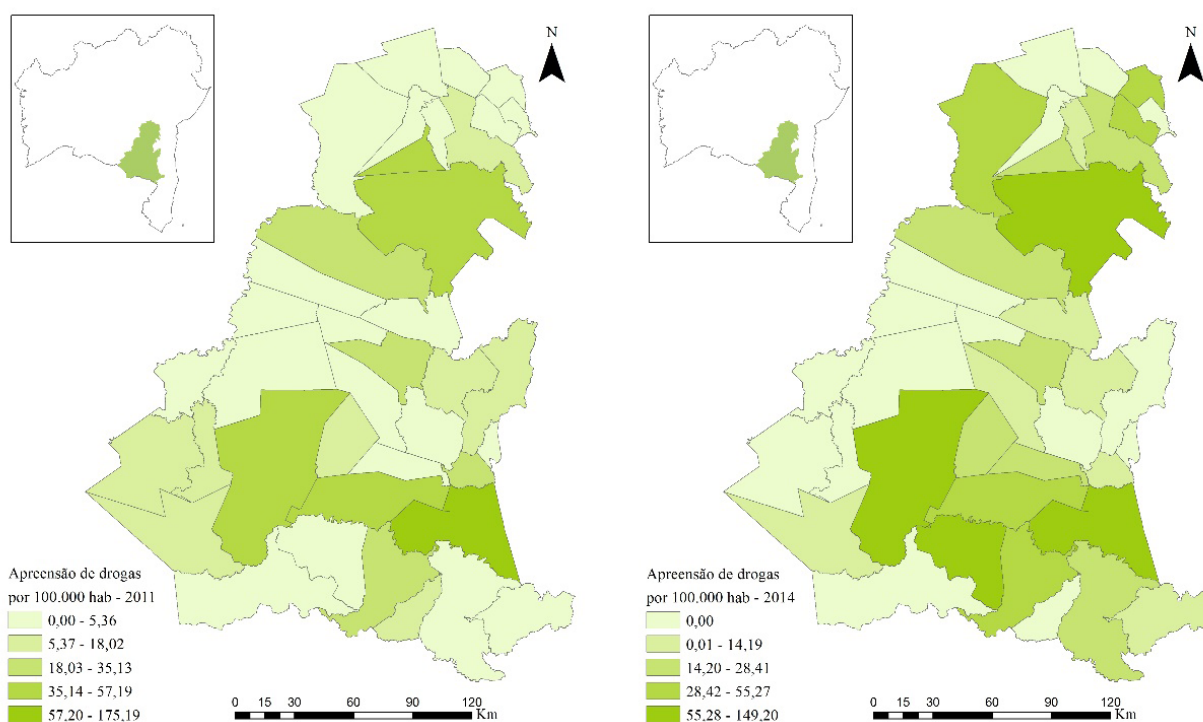
A análise do índice de autocorrelação espacial positiva revela que há uma similaridade entre os crimes, similaridade no sentido da mesma modalidade de crime. Ou seja, a autocorrelação espacial positiva indica que no geral, municípios com altos valores de cada tipo de crime tendem estar próximos de municípios também com os mesmos índices em níveis similares de modalidade de criminalidade e/ou municípios com baixos valores tendem estar próximos de municípios que também apresentam baixos valores. Sendo assim, tende a ocorrer um padrão de transbordamento, ou seja, a chance de se ter um município vizinho com o mesmo padrão de crime é alto. Esses padrões, que ajudam na formação de agrupamentos ou *clusters*.

As regiões que apresentam a formação de agrupamento alto, na sua maioria, apresentam elevada renda per capita, alta densidade populacional, maior quantidade de jovens entre 15 e 24 anos que, segundo a pesquisa, influenciam na

criminalidade da Região Sudoeste. O homicídio em uma determinada área pode se propagar para regiões vizinhas. Regiões que são geograficamente próximas as áreas violentas, experimentam níveis altos de crimes e violência urbana.

No Brasil, a média da taxa de homicídios, segundo Mapa da Violência (2014), foi de 27,5 por cada 100 mil habitantes para o ano de 2010. A média mundial foi de 6,9 homicídios por 100 mil pessoas 189 países avaliados. Paralelo a isso, a Organização das Nações Unidas considera inaceitáveis taxas acima de 10 homicídios por grupo de 100 mil habitantes. A figura 05 apresenta as taxas de homicídios nos municípios da Região Sudoeste da Bahia nos anos de 2011 e 2014. Nota-se inicialmente a não homogeneidade

Na figura 06 verifica-se que existem cidades que não tiveram ocorrências de homicídios no ano de 2011 e nem em 2014. Alguns municípios do Sudoeste Baiano podem ser considerados cidades com taxas "nulas" de homicídios no ano de 2011. Outros municípios que tiveram uma taxa 0,01 até a 7,92 homicídios por 100 mil habitantes. Analisando as cidades da região Sudoeste que tem as maiores densidades populacionais, registram-se também as maiores taxas de homicídios Vitória da Conquista (2011 – 37,72% e 2014 – 47,32), Jequié (2011 – 25,63% e 2014 – 47,78%), Poções (2011 – 15,65% e 2014 – 18,49%) e Itapetinga (2011 – 37,64% e 2014 – 23,86%).



**Figura 07** - Apreensão de drogas por 100.000 habitantes, municípios da Região Econômica Sudoeste – Bahia, 2011-2014

Fonte: Anjos, M.M.S (2019)

A variável Apreensão de Drogas apresentou valores do índice de Moran muito baixos nos anos analisados. Isso pode ter acontecido tanto porque o porte de drogas não ser determinado pelo fator localização do município quanto por causa de características da própria variável. Apreensões de drogas podem não refletir o tráfico e consumo de drogas na região, uma vez que ela é gerada a partir do número de pessoas apreendidas com drogas pela polícia. Assim, a incidência de drogas numa região pode ser alta, no entanto, a quantidade de apreensões ser pequena.

O tráfico de drogas segundo Adorno(2002) é um protótipo da sociedade de consumo, ao expressar toda a violência embutida nesta e produzir ainda mais violência. A droga talvez seja o tema que melhor revele a sociedade contemporânea: é abrangente, multifacetada, lúdica e cruel. O tráfico de drogas, do mesmo modo que outros mecanismos ilegais, aparece como resposta à marginalidade econômica de países, regiões ou parcelas da população, vítimas do crescimento econômico desigual e da desilusão social; e das constelações de tensões, conflitos e antagonismos.

Contudo, violência e tráfico de drogas não são equivalentes, embora haja associação entre eles. A caracterização desse tráfico como um mercado ilegal conduz ao uso da violência como forma de resolução de negócios e conflitos. As atividades do tráfico aparecem como uma das formas mais lucrativas da economia informal. Os traficantes contribuem para a geração e expansão do “emprego” e na construção de um mercado paralelo de trabalho. É necessário entender o modo de inserção social da droga e do seu tráfico para percebê-los como um problema socialmente significativo, considerando-se que o fator econômico como elemento que determina os “bolsões” de pobreza e os setores de convulsão social e sua dinâmica geram a base social sobre a qual medram os interesses da corrupção e da ilegalidade.

A criminalidade, fortemente atrelada a expansão do tráfico de drogas, tem se apresentado cada dia mais presente nas periferias das cidades da Região Sudoeste, tornando inclusive parte das opções e escolhas apresentadas a muitos jovens moradores dessas localidades. Configura-se, assim, como um aspecto de vulnerabilidade para muitos jovens, embora apenas uma minoria aceda às atividades criminais. Em presença das inúmeras dificuldades encontradas pelas pessoas, especialmente pelos jovens, ao tentarem uma inserção no mercado de trabalho, a “escolha” por esta “opção”, apesar de se colocar, por um lado, como uma forma de acesso – a bens de consumo, a renda, a ampliação do status individual no grupo – também se insere em um contexto de risco de morte onipresente, ou seja, num contexto marcado pela violência resultante tanto da instituição policial como da comercialização ilegal de drogas.

Na Região Sudoeste da Bahia a cidade de Vitória da Conquista é cortada pela maior rodovia do país a BR 116 que é uma das principais vias de transporte e escoamento de mercadorias do Brasil. Isso fez com que Vitória da Conquista se tornasse rota obrigatória entre o Sul do país e o Nordeste. Este é um dos principais fatores de desenvolvimento econômico da cidade, fator este, importante para a



economia local, mas que, se tornou um grande problema para as autoridades da Segurança Pública, pois segundo dados da Polícia Rodoviária Federal o município é atualmente uma das principais rotas de transporte de todos os tipos de contrabando e do tráfico de drogas. De acordo com dados da Polícia Rodoviária Federal – PRF grande parte da droga que é distribuída do estado de São Paulo para os estados do Nordeste passam por Vitória da Conquista.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desta forma, para conter o crime violento, além de oferecer melhores oportunidades no mercado de trabalho legal e restringir as possibilidades de atuação dos indivíduos nos setores marginais, o poder público deveria ter extrema atenção para com as camadas mais jovens da população. O debate sobre os determinantes da violência urbana, adotando uma abordagem eminentemente espacial, aponta uma tipologia criminal/ espacial, marcada pela preponderância de crimes contra a pessoa nas partes menos favorecidas das cidades, enquanto os crimes contra o patrimônio abundam nas áreas mais abastadas.

A ausência de controle social formal ou informal, inerente aos grandes centros urbanos, favorece a prática criminal. O roubo praticado em conjuntos urbanos, com pouca circulação de pessoas e com ruas estreitas e mal iluminadas ilustra esta relação. O estudo mostrou uma série de aspectos relevantes relacionados a criminalidade na Região Sudoeste da Bahia, subsidiando, não apenas a construção de políticas públicas associadas à segurança pública, bem como contribui, de forma inequívoca, para o avanço dos estudos sobre os fatores que contribuem para o crescimento da violência urbana, ou seja fatores socioeconômicos do crime e sua distribuição em espaços regionais.

Há também evidências de que a criminalidade está sujeita aos efeitos regionais ou espaciais, em que é possível haver um efeito de transbordamento da criminalidade de uma região para outra.

A cidade, enquanto espaço de reunião de pessoas, guarda em seu território espaços que se diferenciam segundo o nível de renda de seus habitantes. Decorre dessa desigualdade formas diferenciadas de ocupação do solo e tipologia de moradia. Essas diferenças resultarão em prevalências desiguais de tipos de crimes. Os espaços onde vivem pessoas com menor nível de renda são mais acometidos por crimes violentos contra vida. Por outro lado, os lugares onde se tem moradias com melhor condição de habitabilidade tem-se os crimes contra o patrimônio de forma mais prevalente. Os espaços pauperizados foram os ambientes em que a criminalidade se manifestou e conseguiu perdurar, produzindo vítimas em seu entorno, bem como noutros territórios.

O crime e a criminalidade nas cidades da Região Sudoeste da Bahia tem se



transformado, principalmente nos municípios que possuem população acima de 100.000 habitantes. Partindo desse pressuposto, tem-se indicações para se produzir pesquisas mais aprimoradas para estabelecer-se a relação entre o crescimento da criminalidade e atuação policial, buscando assim soluções para políticas sociais de Estado para conter a criminalidade e seus efeitos. É possível concluir pelas evidências geradas que a motivação para o crime tem sua origem nas pressões sociais sofridas pelo indivíduo para que alcance objetivos socialmente determinados. Esta pressão se torna maior quando o indivíduo se encontra distante deste objetivo e não possui meios de alcançá-los.

Desta forma, a pressão social exercida sobre o indivíduo leva-o a buscar os meios ilegais para alcançar seus objetivos quando o mercado legal não permite possibilidades reais de atingi-los. Assim sendo, quando o sucesso material representa a grande ambição dos indivíduos, a realização e o respeito frente a sociedade demandam empregos com salários à altura de tais objetivos. Quando estes se mostram escassos as atividades criminosas tornam-se um caminho alternativo para se chegar ao sucesso material.

Os resultados indicaram uma relação positiva entre as variáveis de estrutura familiar e a taxa de homicídios nos municípios pesquisados da Região Sudoeste. O fato das variáveis da desorganização familiar impactarem o crime de forma positiva sugere uma maior atenção das autoridades públicas para a importância das questões que envolvem as famílias. Portanto, é necessária a formulação de novas políticas e também adequação das já existentes, com enfoque ao fomento da renda, ao acesso à educação, mas também a promoção, acompanhamento e manutenção de um ambiente familiar que reduzisse os riscos dos jovens se tornarem autores ou vítimas de homicídios no futuro. A família constitui um importante fator de influência e controle dos jovens.

## Referências

ADORNO, Sergio. **Crime e Violência na Sociedade Brasileira**. 2002.

\_\_\_\_\_. Violência urbana, justiça criminal e organização social do crime. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Coimbra: Centro de Estudos Sociais. 1991

\_\_\_\_\_. Crime, justiça penal e igualdade jurídica: os crimes que se contam no tribunal do júri. **Revista USP**. São Paulo, Mar./mai.1994

\_\_\_\_\_. Discriminação racial e justiça criminal. **Novos Estudos**. Cebrap. São Paulo: Cebrap.1995

AGRIMANI, D. **Espreme que sai sangue**. Um estudo do Sensacionalismo na imprensa. São Paulo: Summus.,1995

ALMEIDA, Eduardo. **Econometria Espacial Aplicada**. Grupo Átomo & Alínea. São Paulo. 2012.

BECKER, G. S. . **Crime and Punishment: An Economic Approach**. Journal of Political Economy 76: 169-217. Reprinted in Chicago Studies in Political Economy, edited by G.J. Stigler. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1968.



CARDIA, N.; ADORNO, S.; POLETO, F. **Homicídio e violação de direitos humanos em São Paulo**. Estudos Avançados. V.17, n.47, jan\abr. 2003

CARVALHO, A; CERQUEIRA, D.; e LOBÃO, W. **Homicídios, Estrutura Socioeconômica e Disposição Espacial de Crimes no Brasil**. Brasília: IPEA, 2004

GeoDa. **GeoDa Center for Geospatial Analysis and Computation da Arizona State University**. Disponível em: <https://geodacenter.org/downloads/pdfs/geoda093.pdf>. Acesso em 06.07.2018

IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática. Demográfico e Contagem**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em 05.11.2018

Mapa da Violência – IV: **Os jovens do Brasil: juventude e cidadania** (www.unesco.org.br – Acesso em 21/10/2018).

ONU. **Relatório contra drogas e crime – Brasil 2012** ([www.onudc.org](http://www.onudc.org) – Acesso em outubro, 2018).

SEI. **Sistema de Informações Municipais**. Disponível em: <<http://sim.sei.ba.gov.br>>. Acesso em 02.10.2018

SHAW, C., MCKAY, H. **Juvenile Delinquency and Urban Areas**. Chicago: University of Chicago Press. 1942.

SOUZA, P.H.G.F.; MEDEIROS, M. Top Income Shares and Inequality in Brazil, 1928-2012. **Sociologies in Dialogue**, v.1, n.1, 2015, p.119-132.

SSP-BA. *Estatística*. Disponível: <<http://www.ssp.ba.gov.br/>>. Acesso em 03.11.2018.

VIAPIANA, Luiz Tadeu . **Economia do Crime: Uma Explicação para a Formação do Criminoso**. Porto Alegre: AGE Editora. 2006





## AUTORES

### **Ana Carolina Gomes Ribeiro da Silva**

Advogada especialista em Direito Previdenciário e docente do curso de Direito da Faculdade Barretos.

### **Alex Augusto de Andrade**

Bacharel em Direito e Correspondente Jurídico em Barretos, SP.

### **Andréa Franco Lima e Silva**

Possui graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais. É mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFMG e Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPB. Tem como foco atual de estudo relações raciais brasileiras, teoria social e pensamento feminista negro.

### **Bianca Rafaelle Vieira Serra Moura**

Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão (2003). Especialista em administração pública. Atualmente, assistente social do INSS. Foi assistente social da Universidade Federal do Maranhão. Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em Serviço Social, atuando principalmente nos seguintes temas: serviço social, formação profissional, maranhão, papéis sociais e sexualidade. Atualmente é mestranda em Relações Internacionais pela Universidad Nacional de La Plata, Argentina.

### **Bruno Moraes Costa**

Doutorando em Sociologia Política na Universidade Estadual do Norte Fluminense Mestre em Ciência das Religiões (2018). Possui graduação em Direito pela Universidade Iguazu (2006). Pós graduação em Direito Previdenciário (2013).

### **Bruno Vilas Boas Bispo**

Doutorando em Ciências Sociais pelo PPGCS-UFBA, com pesquisa em curso acerca das Representações Utópicas do Cinema Novo Latino Americano. Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia. Possui graduação em Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (2013). Participa do grupo "Representações sociais: arte, ciência e ideologia" desde 2009, sediado na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (UFBA). Atuando principalmente nos seguintes temas: sociologia da arte, cinema, teatro, utopia e movimentos sociais.



## **Camila Moraes de Oliveira**

Assistente Social formada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2014), mestre pelo departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e doutoranda pelo departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense. Atualmente sou membro da Comissão de Mulheres da União de Negros pela Igualdade (UNEGRO/RJ) e Conselheira civil do Conselho dos Direitos da Mulher do Rio de Janeiro. Também atuei como coordenadora durante três anos da Pastoral Afro-brasileira, que visa o diálogo cultural e ecumênico com valores afro-brasileiros. Criando iniciativas contra o Racismo, a discriminação racial, exclusão do negro, assumindo posturas em defesa do seu patrimônio cultural.

## **Cibele Ventura Vieira Satuf**

Doutoranda em Sociologia na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), na linha de pesquisa Sociologia Econômica e das Organizações, com bolsa da FAPEMIG. Mestre em Psicologia do Trabalho e das Organizações pela Universidade da Beira Interior (Portugal), com diploma reconhecido pela UFMG. Especialista em Gestão Estratégica de Pessoas pelo CEFET/MG e graduada em Psicologia pela Universidade Fumec. Tem experiência na área de Psicologia Organizacional, com atuação na área de Recursos Humanos e Gestão de Pessoas. Principais áreas de investigação: Psicologia do Trabalho e das Organizações, Comportamento Humano no Trabalho, Sociologia do Trabalho.

## **Eduardo Lopes Cabral Maia**

Possui graduação em Sociologia pela Universidade de Brasília, graduação em Antropologia pela Universidade de Brasília, mestrado e doutorado em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor Adjunto IV no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS/UFSM). Tem experiência nas áreas de Ciência Política, Antropologia e Sociologia com ênfase em Sociologia da Religião, Sociologia Política e teoria sociológica.

## **Eduardo Rosa Guedes**

Graduado em Ciências Sociais (Bacharelado) pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Membro do Grupo de Estudos sobre Sociologia da Religião, promovido pelo LABIS (Laboratório de Investigação Sociológica - LABIS/UFSM). Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da mesma Universidade. Doutorando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Tem conhecimento nas áreas de: Sociologia da Religião; Sociologia da Ciência e do Conhecimento Científico. Atua, principalmente, nos seguintes temas: religião; o problema da Teodiceia; ciência e produção de conhecimento; sociologia da sociologia (epistemologia da sociologia).



## **Elias Martins**

Doutorando em Estudos de Cultura Contemporânea pela Faculdade de Comunicação e Artes da Universidade Federal de Mato Grosso. Pesquisador do Grupo de Estudos em Esportes, Cultura e Sociedade- GEPECS. Graduado em Educação Física, Especialista em Fundamentos da Educação, Didática e Docência do Ensino Superior pela UNIVAG; Especialista em Educação Física Escolar pela FACULDADES AFIRMATIVO e Especialista em Tecnologias na Educação pela PUC-RIO; Formação complementar específica em Acupuntura pela Associação Brasileira de Acupuntura-ABA. Professor Educação Básica Técnica Tecnológica no Instituto Federal de Mato Grosso - IFMT.

## **Esther Pinho da Silva**

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (ICHF/UFF). Realiza Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense (PPGA-UFF) e MBA executivo em Gestão e Empreendedorismo (PPGE/UFF). Entre os anos de 2015 e 2018 foi pesquisadora assistente na Divisão de Inovação e Tecnologias Sociais da Agência de Inovação da UFF (AGIR/UFF). Atualmente é pesquisadora em formação no Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas (NUFEP/UFF) e no Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia - Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (INCT-InEAC) com os seguintes temas: inovação; tecnologia social; empreendedorismo; relação universidade e empresa.

## **Evelyn Lopes Pereira da Silva**

Graduanda em Segurança Pública pela Universidade Federal Fluminense. Experiência no espaço acadêmico como pesquisadora voluntária em "Segurança no Ciclismo: pesquisa de métodos mistos sobre a segurança de ciclistas no Rio de Janeiro" e "Iniciativas de Economia Solidária e Administração de Conflitos em Segurança Pública: levantamento de projetos de políticas públicas de economia solidária no Morro do Preventório". Exerceu a função de bolsista na Divisão de Inovação e Tecnologias Sociais da Agência de Inovação (AGIR), localizada na Universidade Federal Fluminense. Atualmente é bolsista de Iniciação Tecnológica e Industrial.

## **Filipe Santos Baqueiro Cerqueira**

Mestrando em Ciências Sociais pelo PPGCS/UFBA, bolsista CAPES, e graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Membro do grupo de pesquisa Representações Sociais: arte, ciência e ideologia, instalado no NUCLEAR-TE (Núcleo de Estudos em Sociologia da Arte), sediado na FFCH / UFBA. Bolsista Cnpq entre 2014 e 2016, onde suas pesquisas de iniciação científica giram em torno do pós-neorrealismo italiano, cinema e Sociologia da Arte. Atualmente desenvolve sua pesquisa em torno da sociologia da arte, samba e vadiagem.



## **Francisco Mesquita de Oliveira**

Professor Associado I no Departamento de Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL) da Universidade Federal do Piauí (UFPI), professor permanente no Programa de Pós-graduação em Sociologia (mestrado acadêmico) e Programa de Pós-graduação em Gestão Pública (mestrado profissional), cursos da UFPI. Fundador e vice-coordenador do Núcleo de Pesquisa em Estado Democrático e Sociedade Contemporânea (NEPES/PPGS/UFPI). Representante do Departamento de Ciências Sociais no Conselho Departamental do CCHL. Coordenou o Programa de Sociologia entre maio de 2014 e maio de 2017; exerceu a subchefia do Departamento de Ciências Sociais de maio de 2010 a outubro de 2011; foi chefe desse departamento de novembro de 2011 a abril de 2014 e; conselheiro no Conselho Departamental do CCHL no mesmo período. Licenciado em História pela Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP (1997), Mestre em Ciência Política (2003) e Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE (2010). Tem experiência em sociologia, com ênfase nos temas de ações coletivas, movimentos sociais, atores coletivos urbanos, ONG, terceiro setor e desigualdade social. Atua também em Ciência Política, nos estudos sobre relações políticas entre Estado e sociedade civil, políticas públicas, democracia, participação social, cultura política e cidadania.

## **Francisco Xavier Freire Rodrigues**

Professor Efetivo da Universidade Federal de Mato Grosso, Associado II, lotado no Departamento de Sociologia e Ciência Política. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFMT. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea - ECCO/IL- UFMT. Coordenador do Núcleo Interinstitucional de Estudos da Violência e Cidadania NIEVCi/UFMT. Coordenador de Área do Núcleo do PIBID Multidisciplinar Filosofia e Sociologia. Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2007), Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2003), Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (2000). Coordenador do GT Sociologia do Esporte da Sociedade Brasileira de Sociologia. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Esporte, Cultura e Sociedade (GEPECS) CNPq/UFMT. Tem experiências em atividades de ensino, pesquisa e extensão na área da Sociologia do Esporte, Sociologia da Violência e Sociologia da Educação. Leciona Sociologia Teoria Social Clássica no PPG Sociologia e Sociologia I, Sociologia V, Sociologia da Cultura, Sociologia Urbana no Curso de Ciências Sociais. Tem experiência na área de Teoria Sociológica Clássica e Contemporânea, Sociologia Urbana, Sociologia da Educação, Sociologia do Esporte, Sociologia do Trabalho. Suas Pesquisas abrangem os seguintes temas: ensino de sociologia, formação de professores, cultura brasileira, pensamento social, megaeventos esportivos, etno-desporto indígena, relações de trabalho, modernidade, futebol indígena, trânsito em Cuiabá/MT, futebol brasileiro, civilização, Lei Pelé, mercado de trabalho no futebol e violência.



## **Gabriel Nava Lima**

Possui graduação em História Bacharelado pela Universidade Federal do Maranhão (2001), graduação em Curso de Formação Pedagógica-Licenciatura Plena pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (2007), Mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Maranhão (2005), graduado em Administração pela Faculdade Estácio e doutorando em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional (UNIDERP). Atualmente é professor assistente da Faculdade Estácio (2019) São Luís. Atualmente trabalha com os seguintes temas: as Relações entre economia, sociedade e natureza; saneamento básico; Meio Ambiente; Responsabilidade Social e Ambiental; Administração Pública; Inclusão e Exclusão Social.

## **Gilberto Ferreira da Silva**

Possui graduação em Filosofia pela Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Santa Maria (1989), mestrado (1997) e doutorado(2001) em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Realizou estágio de Pós-doutorado na Universidade de Barcelona (UB) (2009/2010). Atualmente faz parte do corpo de pareceristas: - Mouseion Revista Eletrônica, - Diálogo (Canoas) (1519-3640), Educação & Realidade (UFRGS). Foi editor-chefe da Revista Educação, Ciência e Cultura de 2007 a 2014. É Editor Adjunto desde 2017 da Revista Educação, Ciência e Cultura (Unilasalle/Canoas). Foi Coordenador da Pesquisa de 1999 à 2001, responsável pela estruturação da Política Institucional de Pesquisa (Unilasalle). Atuou na Equipe de Avaliação Institucional do Unilasalle no período de 2002 a 2007, contribuindo na criação do Programa de Avaliação Institucional (PAIC). Atuou como responsável pela criação do Mestrado Acadêmico em Educação, coordenando o grupo de trabalho no período de 2003 a 2006. Membro do Comitê Assessor (Educação/Psicologia) da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS - 2012-2016). Consultor de periódicos Nacionais e Internacionais. Consultor de Editoras na avaliação de obras. Pesquisador, Bolsista e Consultor Ad Hoc do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Professor do Curso de Pedagogia e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade La Salle/Canoas. Coordenador da Linha de Pesquisa: Formação de Professores, teorias e práticas educativas. Líder do Grupo de Pesquisa em Educação intercultural (GPEI). Faz parte da Sociedad Latinoamericana de Estudios Interculturales (SOLEI) com sede na Colômbia, Asociación Multidisciplinar de Investigación Educativa (AMIE/ES) e da Red Iberoamericana de Docentes com sede em Cádiz, Espanha. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação em Periferias Urbanas, atuando principalmente no campo da formação de professores, onde explora temas desde a perspectiva da descolonialidade, educação intercultural, relações raciais, culturas urbanas e políticas educacionais. Aliado aos campos temáticos dedica-se à exercitar diferentes metodologias qualitativas e participativas na pesquisa em educação, com especial ênfase para a pesquisa-ação colaborativa.



## **Isla Antonello Terrana de Melo Bezerra Brito**

Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós Graduação em sociologia da UFF (2015). Possui graduação em Direito pela Universidade Federal Fluminense (2011). Tem experiência na área de Direito e Sociologia, com ênfase em filosofia do Direito, Sociologia, Políticas Públicas, Filosofia Moral e Programas Sociais, atuando principalmente nos seguintes temas: vulnerabilidade, exclusão social, teoria dos sentimentos morais, sociologia, safety net e programa de transferência de renda.

## **João Alberto Steffen Munsberg**

Doutorando em Educação, PPGEdu UNILASALLE, Canoas/RS. Mestre em Educação (aprovado com louvor) pela UNILASALLE, em 2015. Especialista em Metodologia do Ensino Superior (UNISINOS, 1980). Licenciado em Geografia (UNISINOS, 1976), em Ensino Evangélico (CSET, IECLB, 1975) e em Estudos Sociais (UNISINOS, 1974). Integrante do Grupo de Pesquisa em Educação Intercultural do PPGEdu da UNILASALLE, sob a liderança do Prof. Dr. Gilberto Ferreira da Silva. Diretor da SAE, Steffen Assessoria Educacional. Ministrante de cursos de formação continuada para professores de educação básica, palestrante e conferencista sobre temas educacionais. Pesquisador sobre educação intercultural descolonizadora.

## **Jordana de Moraes Neves**

Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Doutoranda em Ciências Sociais na Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. Interesses nas áreas de Sociologia da Religião, Sociologia Política e Comportamento Político.

## **Laís Modesto Ferreira Rosa**

Acadêmica do 10º período do curso de Direito da Faculdade Barretos. - Integrante e apoiadora na coordenadoria do grupo de estudos de Direitos Humanos com foco nas Minorias e Grupos Vulneráveis da Faculdade Barretos de 2015 a 2019. - Integrante da Comissão Organizadora das Jornadas Jurídicas da Faculdade Barretos de 2015 à 2017. - Conselheira de Projetos da Associação Administrativa Executiva Empresa Júnior - Faculdade Barretos - Biênio 2017/2018; - Secretária Executiva na Associação Administrativa Executiva Empresa Júnior - Faculdade Barretos - Biênio 2017/2018; - Estagiária no escritório de Advocacia ZAAB Sociedade de Advogados.

## **Liana Cristina Dalla Vecchia Pereira**

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestra em Saúde Pública pelo programa Erasmus Mundus - EuroPubHealth - pela Universidade de Copenhague (2014-15) e Escola Andaluza de Saúde Pública/Universidade de Granada



(2013-14), com módulos de integração promovidos pela Ecole des Hautes Études en Santé Publique (EHESP). O mestrado foi validado pelo programa de pós-graduação em saúde coletiva da UFSC. Possui especialização em saúde mental coletiva pela Universidade Rovira i Virgili (2014-15) e em saúde da família e comunidade (Residência Integrada em Saúde - Grupo Hospitalar Conceição: 2011-13). Possui graduação em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2005-10), cursando um ano na Universidade de Barcelona (2007). Tem experiência na área da Psicologia Social e na docência em saúde coletiva, atuando como psicóloga nos seguintes campos e temas: políticas públicas, saúde coletiva (saúde da família e saúde mental), assistência social, acolhimento institucional, intervenções psicossociais com crianças, adolescentes e famílias em situação de vulnerabilidade e risco social, processos grupais e análise institucional.

### **Luciane Patrício Barbosa Martins**

Possui Doutorado em Antropologia (2011) pela Universidade Federal Fluminense, Mestrado em Antropologia (2006) pela Universidade Federal Fluminense, Especialização em Políticas Públicas de Justiça Criminal e Segurança Pública pela Universidade Federal Fluminense (2001) e Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2000). É atualmente Professor Adjunto do Departamento de Segurança Pública do Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos da UFF e Chefe da Divisão de Inovação e Tecnologias Sociais da Agência de Inovação da UFF. Ocupou o cargo de Superintendente de Educação da Subsecretaria de Educação, Valorização e Prevenção da Secretaria de Estado de Segurança do Rio de Janeiro e de Superintendente de Articulação Institucional da mesma Subsecretaria. Foi Coordenadora Geral de Pesquisa e Análise da Informação da SENASP em 2010, atua como docente em cursos de pós graduação em segurança pública vinculados Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (RENAESP/SENASP) e em cursos de formação e aperfeiçoamento da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. É pesquisadora na área da segurança pública e justiça criminal. Tem experiência na área de Antropologia Urbana e Sociologia Urbana, atuando principalmente nos seguintes temas: segurança pública e suas instituições, formação de profissionais das instituições de segurança pública, cultura policial e estudos sobre participação social na área de segurança pública (em especial conselhos comunitários de segurança). É pesquisadora associada do Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (INCT-INEAC) da Universidade Federal Fluminense e associada do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

### **Ludmila Rodrigues Antunes**

Professora Adjunta IV da Universidade Federal Fluminense no Departamento de Segurança Pública do Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos. Bacharel em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1983) e Doutora em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas/Unicamp (2001), na área de Política Social. Possui Especialização em Economia do Trabalho



e Sindicalismo(Unicamp-(1994 ). Realizou estágio de Pós doutorado no Instituto de Economia( IE-UFRJ) no Laboratório de Economia Política da Saúde (LEPS)/ Bolsa PDS-FAPERJ(2009). A pesquisadora colabora com a Divisão de Inovação e Tecnologias Sociais desde 2017 e é Professora do Programa de pós- graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento-Administração Pública no Mestrado Profissional de Administração Pública (PROFIAP)UFF-Volta Redonda. Foi professora do Departamento de Administração do ICM- UFF/Macae (2011-2016/1) onde foi subchefe do Departamento. Professora da Especialização MBE/ IE-UFRJ Responsabilidade Social e Terceiro Setor (2005-2010) ; professora da Especialização em Políticas Públicas e Governo no IE-UFRJ(2007-2010); palestrante na Escola de Políticas Públicas e Governo da UCAM /RJ 2006 - 2014). Professora da Especialização Políticas Públicas e Gestão( InEAC- UFF) modalidade EAd ; coordenou a disciplina Oficina de texto 1 do curso Tecnólogo em Segurança Pública e Social (2014-2017) consórcio UFF/ CEDERJ. Atualmente é coordenadora do curso Tecnólogo em Segurança Pública e Social (UFF) e colabora na Divisão de Inovações sociais e Tecnologias sociais da AGIR(UFF.) Coordena desde 2016 o sub grupo no GT CLACSO (Brasil) Novas tecnologias sociais, participação e segurança pública, é uma das sub coordenadoras do GIPPC- Grupo de Investigação em Políticas Públicas Comparadas da America Latina da ALACIP ( gestão 2015-2017 e 2017-2019) .Possui experiência nas áreas: políticas públicas , participação social, e movimentos sociais; e mundo do trabalho.

### **Marcio Jose Rosa de Carvalho**

Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC - 2013); Licenciado para o Ensino de Ciências Sociais, também na UFSC (2016); Mestre em Sociologia Política pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (UFSC - CNPq - 2016); Atualmente, cursando o doutorado em Sociologia Política, também pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (UFSC - Capes). Tem interesse na Epistemologia das Ciências Sociais, nos fundamentos da Teoria Sociológica Clássica, na Sociologia da Ciência, na Sociologia da Recepção das obras intelectuais e na Sociologia da Educação. Vincula-se como Editor-gerente da Revista Em Tese, do Programa de Pós-graduação em Sociologia Política da UFSC (<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/index>).

### **Maria Madalena Souza dos Anjos Neta**

Doutorado pela Universidade de Barcelona - Espanha (2017). Mestrado na Universidade Federal da Bahia - UFBA (2006). É graduada em Administração e Direito. Atualmente é Professora Adjunta dos Cursos de Administração e Economia da (UESB). Coordena o Curso de Pós-Graduação em Gestão Pública Municipal (UESB). Tem experiência na área da Administração Pública onde exerceu o cargo de Pró-Reitora de Extensão da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB (2014 - 2018). Atuou como membro do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão - FORPROEX, representando a UESB (2014-2018). Foi Membro do Conselho Editorial da Revista de Extensão da Editora da UESB (2014 -2018). Coordenou a Área de Administração do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas - DCSA/UESB (2018). Foi elei-





ta ao Cargo de Diretora do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas ? DCSA/UESB (2005-2009). Atuou como Membro da Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE/UESB (2007 / 2009). É membro do Grupo de Pesquisa sobre Gênero, Políticas, Álcool e Drogas - GEPAD/UESB - CNPQ. É pesquisadora sobre meio ambiente, consumo, cidadania, violência.

### **Mayara Tâmea Santos Soares**

Possui graduação em Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Ceará (2010). Atualmente é técnica da célula de formação para docente, na Secretaria da Educação do Ceará, atuando na área de currículo e formação para docentes da rede pública da educação básica.

### **Moisés Augusto Chaves**

Possui graduação em Direito pela Universidade do Estado de Minas Gerais (2017), atuando principalmente nos seguintes temas: crimes digitais, direito digital, internet, competência e direito e tecnologia. Pós-graduando em Direito Penal pelo Instituto Damásio Educacional da Faculdade de Direito IBMEC São Paulo.

### **Newton Malveira Freire**

Mestrando do programa de Mestrado Profissional em Ensino de Sociologia em Rede Nacional - ProfSocio, na Universidade Federal do Ceará (UFC). Especialista em Ensino de Sociologia. Graduado em Ciências Sociais com título de Bacharel e Licenciatura Plena. Funcionário Público Estadual efetivo nomeado pela Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC-CE) conforme publicação no Diário Oficial do Estado do Ceará de 21 de Julho de 2004, ano VII nº 137, p. 156. Atua como Assistente Técnico na Coordenadoria de Educação em Tempo Integral (COETI) precisamente na Célula de Educação Complementar, Secretaria da Educação do Ceará - SEDUC-CE.

### **Otávio Nogueira Balzano**

Professor de Ensino Superior do IEFES (Instituto de Educação Física e Esportes) na Universidade Federal do Ceará (UFC), nas disciplinas de Futsal, Futebol, Esportes Coletivos II (licenciatura e bacharelado) e Estágio Supervisionado I, II, III e IV (bacharelado). Formado em Educação Física Plena pelo Instituto Porto Alegre (IPA). Especialização em Pedagogia do Esporte pela ESEF-UFRGS. Mestre em Educação pela Universidade La Salle - Canoas. Tenho experiência na área de Educação Física, com ênfase em Educação Física Escolar e no Treinamento Desportivo no futebol e futsal. Pesquisa na área do desporto de rendimento e formação (futebol e futsal), bem como na formação de professores em Educação Física. Faço parte do grupo de pesquisa CBF Social - Metodologias. Também faço parte do Grupo de Pesquisa em Educação Intercultural, do(a) Centro Universitário La Salle - Canoas.



## **Pâmella da Silva Rocha**

Especialista em Direito Material e Processual do Trabalho pela Universidade do Vale do Itajaí em convênio com a Associação dos Magistrados do Trabalho da 12ª Região. Graduada em Direito pela Universidade do Vale do Itajaí (2006). Advogada desde 2007.

## **Raimundo José Barbosa Brandão**

Possui graduação em Engenharia Agrônômica pela Universidade Estadual do Maranhão (1992), Possui Lato (Especialização) Senso em Educação à Distancias pela FAESF, Lato Senso em Docência (Especialização) do Ensino Superior pela UEMA, 1994 Mestrado em Pedagogia Profissional pelo Instituto Superior Pedagógico para la Educacion Técnica y Profesional Hector (1999), Mestrado em Educação pela Universidade Vale do Itajaí/UNIVALI (2008) e Doutorado em Educação Matemática pela Universidade Bandeirante de São Paulo (2012). Atualmente é professor efetivo da UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO. Tem experiência na área de Probabilidade e Estatística, Cálculo Diferencial e Integral, Geometria e Metodologias de Ensino de Matemática. É Docente do Programa de Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional/PROFMAT. Líder do Grupo de Pesquisa em Didática da Matemática/GEPEDMA.

## **Rodrigo Oliveira Lessa**

Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano - IF Baiano, Campus Alagoinhas. Membro do Núcleo de Estudos em Sociologia da Arte - NUCLEART, com sede na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA. Autor do livro O Conflito Social no Campo no Cinema Documentário Brasileiro: luta de classes e representação fílmica (2016) e um dos organizadores de Cinema Documentário Brasileiro em Perspectiva (2013) e Ensaios de Sociologia da Arte (2018).

## **Roseane da Conceição Lôbo Santos**

Mestre em Ciências Sociais (2019) pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ. A pesquisa desenvolvida, apresentada e aprovada foi financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), tendo por título: "Tensões e Entrelaçamentos na Sociedade Pós-Secular Habermasiana: Sobre a Tradução Cooperativa dos Conteúdos Religiosos". No bacharelado em Ciências Sociais pela mesma universidade, participei da pesquisa de Iniciação Científica, com ênfase em Teoria Política, sob o título "Para além da Secularização: Existe um lugar para a religião na esfera pública secular?", financiada pela Fundação Carlos Chaga Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). A referida pesquisa inspirou o trabalho monográfico "Promessa, Perdão e Amor: As Origens Teológicas da Filosofia



Política de Hannah Arendt”, apresentado e aprovado em junho de 2016, na UFRRJ.

### **Teresa Kleba Lisboa**

Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (1980), Mestre em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (1985), Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2000) e Pós Doutora pelo Programa Universitário de Estudos de Gênero da Universidade Autónoma de México (2009). Atualmente, Professora Titular Aposentada da Universidade Federal de Santa Catarina. Foi coordenadora do Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH/UFSC) de maio de 2015 a fevereiro de 2018. Pesquisadora do Instituto de Estudos de Gênero da UFSC e integrante do Núcleo de Estudos em Serviço Social e Relações de Gênero (DSS/UFSC). Integra o Fórum Catarinense de Mulheres, foi Conselheira do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (COMDIM) de Florianópolis (Gestão 2010 - 2014). Publicou vários artigos em periódicos de ampla circulação, livros, trabalhos completos em anais de eventos, entre outros. Tem realizado Pesquisas que articulam as temáticas Serviço Social, estudos feministas e relações de gênero, com ênfase nos seguintes temas: epistemologias feministas, interseccionalidades, violência de gênero, equidade de gênero nas políticas públicas, gênero e desenvolvimento sustentável e empoderamento de mulheres.

### **Vagna Brito de Lima**

Doutora em Educação (2017) pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), realizou Estágio Científico Avançado de Doutorado pelo Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE-CAPES) de 1 de setembro de 2015 a 31 de agosto de 2016 na Universidade do Minho em Portugal. Mestre em Educação (2012) pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Possui Especialização em Gestão Escolar(2006) pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e em Metodologia do Ensino Fundamental e Médio(2003) pela Universidade Estadual Vale do Acaraú(UVA). Graduada em Licenciatura Plena em História(1995). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Curriculares- GEPPC/UFPB/CNPq do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba. Professora da educação básica na rede pública estadual do Ceará com experiência no ensino superior.



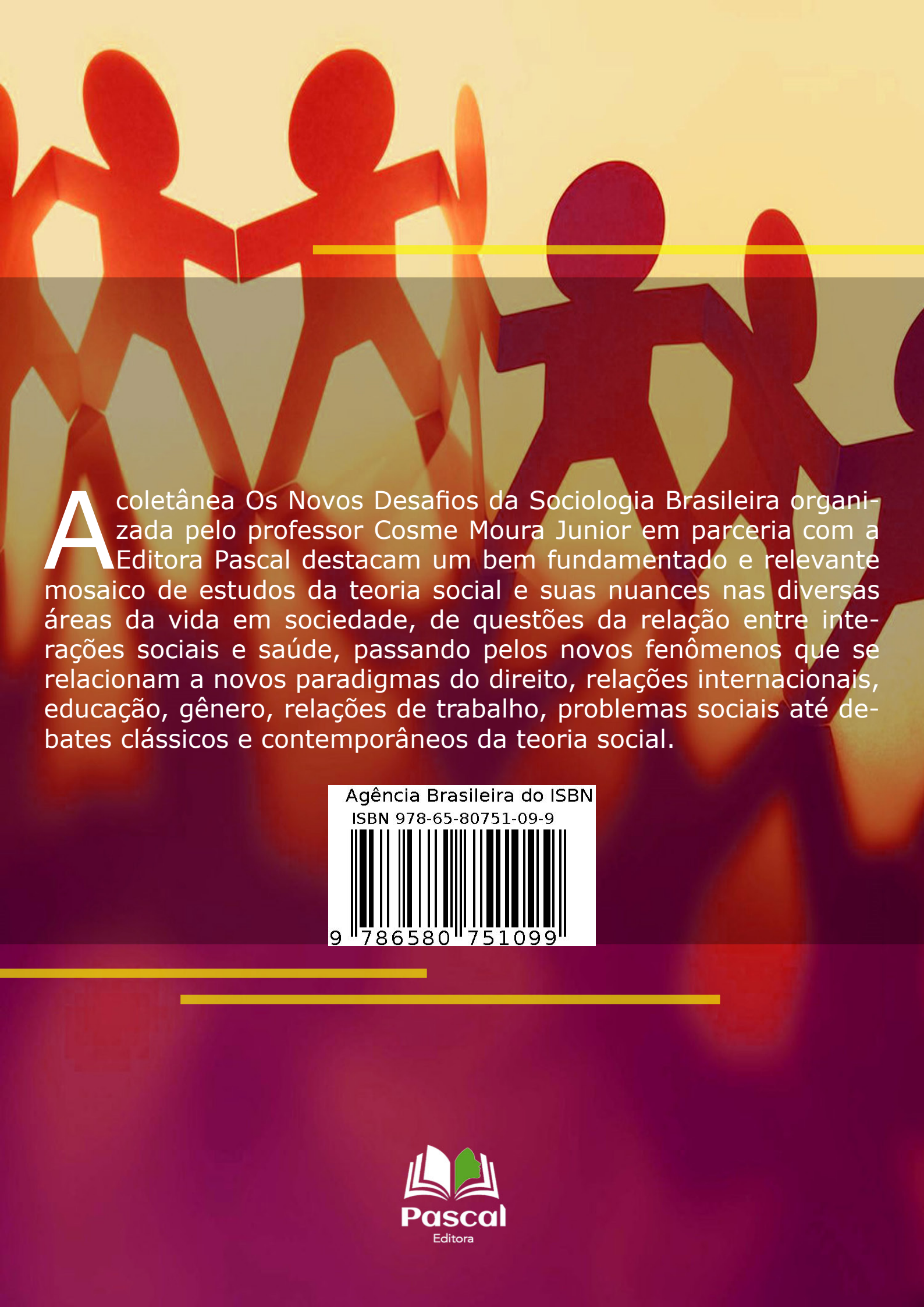
## ORGANIZADOR

### Cosme Oliveira Moura Junior



Graduado em história licenciatura, graduação em Ciências Sociais, graduação em Administração e Mestrado em Ciências Sociais: sociologia, antropologia e ciência política pela UFMA. Especialista em Administração Pública, Curso pós-graduação em Relações Internacionais Maestria da Universidade Nacional de La Plata Instituto de Relações Internacionais Argentina (não concluído),. Experiência em Políticas Públicas, avaliação e análise de indicadores sociais e gestão de comércio popular informal, economia de rua, através de pesquisa e trabalho publicado, experiência na administração pública e trabalho com comunidades tradicionais. Atuou como avaliador-convidado de projetos da Semana

Nacional de Ciência e tecnologia, projetos de inovação tecnológica. Foi premiado por trabalhos sobre inventário de patrimônio imaterial Encontro Brasileiro de Folclore, também premiado na Faculdade Estácio São Luís nos anos de 2016, 2017, 2018. Professor da Faculdade Estácio dos cursos de Administração, Contabilidade, Psicologia e pós-graduação em Gestão Hospitalar. Tem experiência no magistério Superior na área de História, Metodologia da Pesquisa, Administração Pública, economia gerencial, Teoria geral da Administração, Sistemas de Gestão, Antropologia, Ciência Política, Políticas Públicas, Sociologia Jurídica, Gestão e administração (foi professor substituto UFMA e PQD/UEMA e professor 15 horas do UNICEUMA). Na modalidade educação à distância (EAD) foi professor conteudista na UEMANET (UEMA) e professor da graduação e Pós-graduação da Faculdade Pitágoras e membro no NDE de enfermagem e serviço social. atuou como Técnico de Assuntos Educacionais efetivo da UFMA. No nível de pós-graduação ministrou disciplinas no UNICEUMA e Faculdade Pitágoras onde ministrou disciplinas no Curso de Gestão de Projetos, Sistemas integrados e Gestão de Recursos Humanos, disciplinas sobre certificações de responsabilidade sócio-empresarial, organização do trabalho industrial. As principais áreas de atuação são: tecnologias da informação e gerenciamento, responsabilidade social, Administração pública, gestão estratégica, negociação empresarial, Administração econômico- financeira, inovação e empreendedorismo (projetos), modelagem de cenário e potencial de mercado, direitos humanos e territoriais, sociologia organizacional, cultura e comportamento organizacional, gestão da produção, direitos humanos e relações internacionais. Artigos publicados na área de Relações Internacionais Sobre Direitos humanos e realismo político no Instituto de Relações Internacionais La Plata; Autor do livro Economia Cotidiano e Sociabilidade, Autor do livro didático UEMANET Sociologia. Fez parte de Grupo técnico para implantação de Sistema Eletrônico de Informação-SEI em autarquia da Administração Pública Federal no ano de 2017. desenvolve projeto na área de inovação e empreendedorismo: start ups. Projeto de pesquisa premiado em 2019 com o tema "Diagnóstico dos negócios de rua da Praça Deodoro (Centro de São Luís-MA)".



---

**A** coletânea Os Novos Desafios da Sociologia Brasileira organizada pelo professor Cosme Moura Junior em parceria com a Editora Pascal destacam um bem fundamentado e relevante mosaico de estudos da teoria social e suas nuances nas diversas áreas da vida em sociedade, de questões da relação entre interações sociais e saúde, passando pelos novos fenômenos que se relacionam a novos paradigmas do direito, relações internacionais, educação, gênero, relações de trabalho, problemas sociais até debates clássicos e contemporâneos da teoria social.

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-65-80751-09-9



9 786580 751099

---

---